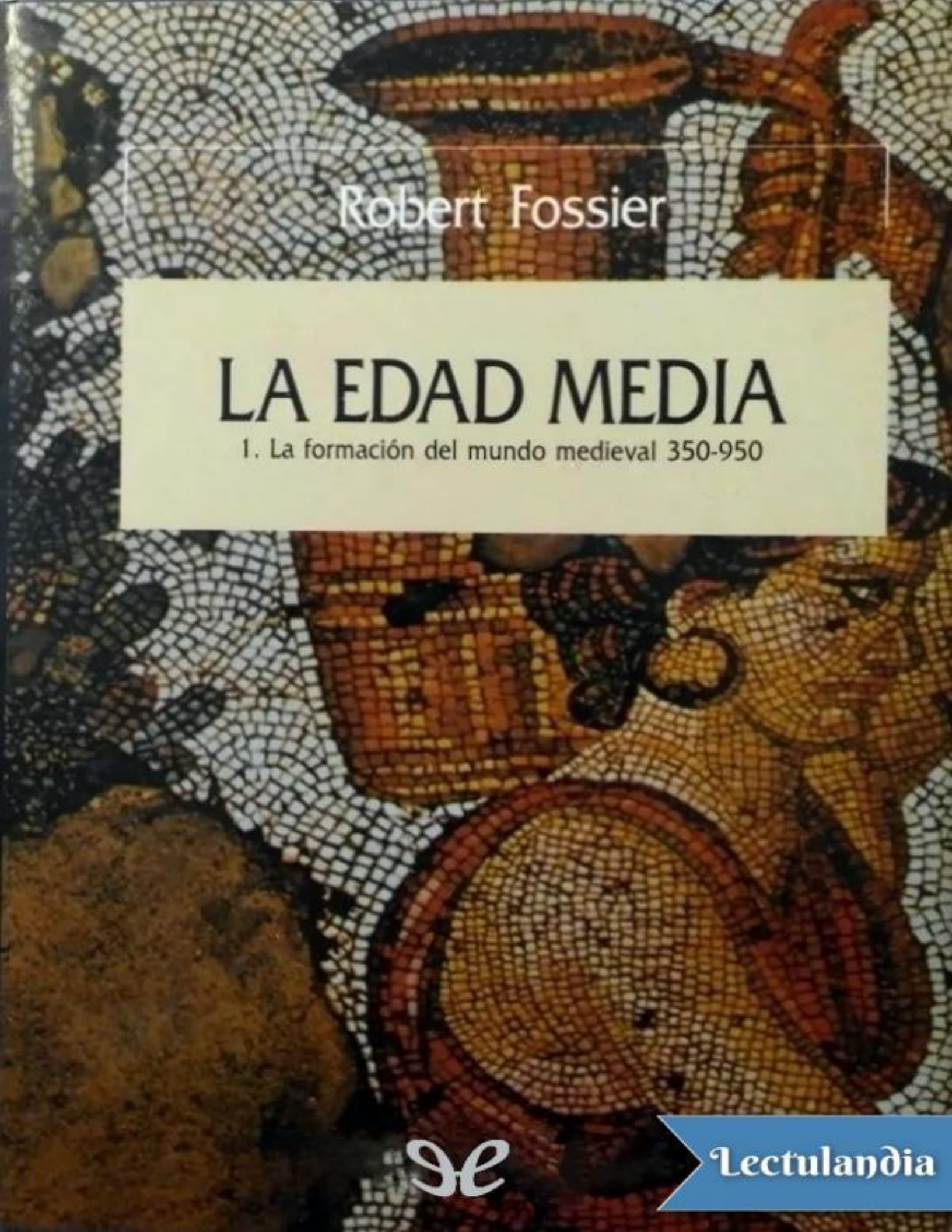




Robert Fossier

LA EDAD MEDIA

1. La formación del mundo medieval 350-950



Lectulandia

Índice

[Convés](#)

[A Idade Média](#)

[AVISO](#)

[Introdução, por ROBERT FOSSIER](#)

[INTRODUÇÃO](#)

[Uma massa humana...](#)

[...em movimento perpétuo](#)

[O ininteligível domina](#)

[O medo sempre presente](#)

[Mais homens](#)

[Trabalhe sem lucro](#)

[Um “ecossistema” frágil](#)

[A FORMAÇÃO DO MUNDO MEDIEVAL 350-950](#)

[Preâmbulo, de ROBERT FOSSIER](#)

[PREÂMBULO](#)

[De um mundo para outro?](#)

[Onde colocar uma cesura?](#)

[O que dura](#)

[O que não existe mais](#)

[O que o futuro anuncia](#)

[PRIMEIRA PARTE - A FRAGMENTAÇÃO DAS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS \(finais do século IV - finais do século VII\)](#)

[Capítulo 1. Autópsia do Ocidente \(início do século V\), por MICHEL ROUCHE](#)

[UM ESTADO RÍGIDO E VORAZOSO](#)

[A majestade vazia da função imperial](#)

[Uma burocracia decorando homens e ouro](#)

[Um fardo militar esmagador e inútil](#)

[UMA SOCIEDADE QUE FUGIA DO ESTADO](#)

[Alienação ou estrangulamento do trabalho](#)

[A Igreja era o único recurso sério?](#)

[A ação dos senadores e seus clientes na cidade](#)

[INÍCIO DA PRIMAZIA DO CAMPO SOBRE A CIDADE](#)

[Poucos homens e muito espaço vazio](#)

[O que aconteceu com a grande propriedade?](#)

[Uma agricultura que permaneceu vigorosa](#)

[A cidade murcha](#)

[O PRESTÍGIO DE ROMA SE OPOSTA A UM BAIXO NÍVEL DE ROMANIZAÇÃO](#)

[Uma cultura elitista, humanista e ultrapassada](#)

[Capítulo 2. Fragmentação e mudança do Ocidente \(séculos V-VII\), de MICHEL ROUCHE](#)

[DO IMPÉRIO AOS REINOS](#)

[Uma morte lenta e dolorosa](#)

[A surpresa franca: 486-535](#)

[O retorno dos “Romanos”: 533-610](#)

[Um equilíbrio precário: 610-687](#)

[O QUE RESTA DE ROMA?](#)

[A lei e a burocracia subsistiram](#)

[A impopular pressão fiscal permaneceu](#)

[Escravos e senhores: uma sociedade polarizada](#)

[A terra ganhou uma nova importância](#)

[A cidade sobreviveu](#)

[A moeda e o comércio também sobreviveram.](#)

[COM QUE CONTRIBUÍRAM OS RECÉM-CHEGADOS?](#)

[Uma lenta fusão de cidades](#)

[Uma sociedade tribal e guerreira](#)

[Homens vinculados ao serviço e à fidelidade](#)

[Um habitat impreciso e mutável](#)

[Uma intensa economia silvo-pastoril e novas trocas](#)

[Unificação na fé](#)

[NASCIMENTO DE UM CRISTIANISMO](#)

[O ardor da conversão](#)

[Uma fé simples, uma estrutura fixa e um vínculo forte](#)

[A Igreja, defensora, atuante e salvadora, como ideal do mundo](#)

[São Bento, o “pai dos monges”](#)

[Capítulo 3. Introdução à história do Oriente \(início do século V\), por EVELYNE PATLAGEAN](#)

[O ESPAÇO DE BIZÂNCIO](#)

[O corpo do Império](#)

[Às portas da Roménia](#)

[UMA FACHADA VELHA E SÓLIDA](#)

[a cabeça](#)

[A mídia](#)

[O peso esmagador do sagrado](#)

[Que cristianismo?](#)

[E que Igreja?](#)

[Deslizamentos prováveis, desvios seguros](#)

[UMA BASE CAMPONESA SÓLIDA](#)

[Produzir e comer](#)

[O vigor das comunidades aldeãs](#)

[Os vazios](#)

[A FORÇA DOS VALORES DA CIDADE E DAS REALIDADES URBANAS](#)

[A cidade, vestígio da Antiguidade](#)

[O surgimento do episcopado urbano](#)

[A “cidade” urbana, reflexo da Antiguidade](#)

[A praga da miséria e o surgimento dos monges](#)

[Capítulo 4. A Glória do Império \(meados do século V – meados do século VII\), por EVELYNE PATLAGEAN](#)

[A ATRAÇÃO DO ORIENTE](#)

[O transtorno isáurico](#)

[Desentendimentos dogmáticos](#)

[JUSTINIANO: O ESPLENDOR](#)

[O século de Justiniano](#)

[Grandeza e limites da “reconquista romana”](#)

[JUSTINIANO: AS DIFICULDADES](#)

[O peso dos homens e do ouro](#)

[A efervescência da cidade](#)

[O declínio camponês](#)

[O mundo dos monges](#)

[fracasso religioso](#)

[O MOMENTO CRUCIAL DE UMA ÉPOCA: 565.610](#)

[O fracasso de uma política dinástica](#)

[O fim da reconquista](#)

[SEGUNDA PARTE - A CONSTRUÇÃO DOS NOVOS MUNDOS NO ORIENTE \(século VII - finais do século X\)](#)

[Capítulo 5. Do modelo hegírio ao reino árabe \(século VII, meados do século VIII\), de HENRI BRESC e PIERRE GUICHARD](#)

[UM ORIENTE MÉDIO DIVIDIDO ANTES DE UMA REVOLUÇÃO RELIGIOSA](#)

[Maomé](#)

[Da pregação às armas](#)

[O MODELO DO ESTADO MEDINÍ](#)

[O Estado confinado inteiramente dentro da mesquita](#)

[A “família” diante dos poderes](#)

[A COLHEITA DO ISLÃ](#)

[Do Turquestão à Líbia](#)

[E da Líbia à Aquitânia](#)

[Agonia do mar latino?](#)

[É POSSÍVEL UM REINO ÁRABE?](#)

[Como unificar todas essas cidades?](#)

[Como obter recursos?](#)

[A tributação segue o mesmo exemplo no Ocidente](#)

[UMA DIFÍCIL RECUPERAÇÃO ECONÔMICA](#)

[Uma base rural encolhida e anêmica](#)

[Herança urbana e novas cidades tribais](#)

[DESLOCAÇÕES E FALHA](#)

[Revoltas e aculturação](#)

[A crise de 750](#)

[Capítulo 6. O mundo dos 'Abássidas. O sucesso do Islã, de HENRI BRESC e PIERRE GUICHARD](#)

[ENVIAR](#)

[Uma monarquia "islâmica"](#)

[Que sentido isso tem?](#)

[No Ocidente, Berberização ou Arabização?](#)

[PRODUZIR](#)

[Uma reforma tributária, uma revolução agrícola](#)

Mais distúrbios no Ocidente

Produção agrícola sábia num ambiente ingrato

TRIUNFO DA CIDADE MUÇULMANA

Capitais colossais

Focos de aculturação

Uma civilização urbana sem igual na Idade Média

Um poderoso dinamismo artesanal e expansão artística

Para o Ocidente, um renascimento e não uma decolagem...

...mas a mesma sociedade urbana

OS LAÇOS DO COMÉRCIO

Para que clientela é produzido?

As falsas aparências da “decolagem” comercial

O mercado rei

Rotas distantes para o Oriente e produtos excepcionais

Maiores incertezas no Ocidente

Mas os comerciantes estrangeiros penetram amplamente no Islão

Desenvolvimento de um modelo de empresa

Capítulo 7. Rumo a uma nova Bizâncio? (meados do século VII - meados do século IX), por

EVELYNE PATLAGEAN

A MUTILAÇÃO

Persas, Árabes e Eslavos: o assalto

Renúncia e equilíbrio no Oriente

Estranhamento e mal-entendido no Ocidente

RUMO AO “IMPÉRIO ORIENTAL”

Guerra, sempre guerra

Novas estruturas para um novo Império

O nascimento de uma nova sociedade: guerreiros e camponeses

AS IMAGENS

A destruição de imagens no século VIII

Porquê uma crise tão particular?

Irene, uma mulher imperadora

O triunfo dos monges

O “PRÉ-RENASCIMENTO” BIZANTINO

A sucessão ainda é difícil e sempre confusa

Uma paz religiosa

Rumo a um novo rosto da Igreja

Impulso cultural, impulso imperial

BIZANTIUM RETOMA A OFENSIVA

A estrada, a aldeia e a moeda, recuperadas

A quebra do cerco ao Ocidente e ao Norte...

...para o Leste e Sul

Os gregos em território eslavo

Capítulo 8. A Renascença no Oriente (meados do século IX - meados do século X), por

EVELYNE PATLAGEAN

RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

[O despertar das cidades](#)

[Segundo jovem de Bizâncio](#)

[Solidez da aldeia](#)

[A expansão de grandes fortunas](#)

[Os “poderosos” e os “pobres”](#)

[A CONFIGURAÇÃO DOS “MacEDÔNIOS”](#)

[Basílio e Photius: um novo começo](#)

[Unificação, legislação, enciclopedismo](#)

[O discurso do palácio](#)

[Estabelecer uma dinastia](#)

[A FORÇA DAS FAMÍLIAS, CULTURA DOMINANTE](#)

[As linhagens poderosas](#)

[Os limites de uma cultura dominante](#)

[BIZÂNCIO EM BUSCA DE UMA PAREDE DE PROTEÇÃO](#)

[Bulgária, espelho de Bizâncio](#)

[Cristianizar ainda mais](#)

[Início da resposta contra o Islã](#)

[Progresso mais incerto no Ocidente](#)

[PARTE TRÊS - OS PRIMEIROS AGITADOS DA EUROPA \(século VII - meados do século X\)](#)

[Capítulo 9. Monarquias bárbaras, império cristão ou principados independentes?, de MICHEL ROUCHE](#)

[O FIM DO BÁRBARO](#)

[Sprays e desaparecimentos](#)

[Os australianos entram em cena](#)

[CHARLEMAGN](#)

[O “regni dilatado”](#)

[Natal no ano 800](#)

[Sombras e limites](#)

[DA UNIDADE À PLURALIDADE](#)

[O Império era secular ou clerical?](#)

[Os clãs gananciosos](#)

[Verdun \(843\) e suas consequências](#)

[Poderes reais com dificuldades](#)

[A CATÁSTROFE FINAL](#)

[O terror “normando”](#)

[Expansão sarracena e horror húngaro](#)

[A fragmentação](#)

[O Império poderia ser salvo?](#)

[Capítulo 10. A “renovação” carolíngia, de MICHEL ROUCHE](#)
[RECRIAR O ESTADO?](#)

[Os julgamentos das monarquias bárbaras \(séculos VI-VII\)](#)

[O Estado nas mãos dos interesses privados \(séculos VII-VIII\)](#)

[Uma solução: o Estado cristão e legislativo](#)

[Um esforço extraordinário para tomar as rédeas](#)

[Tente julgar e procurar dinheiro](#)

[Em suma, apenas o exército sustentou o poder](#)
[Reflexos esmaecidos ao redor do Império](#)
[BLOQUEAR A SOCIEDADE?](#)
[Obediência ao mais próximo](#)
[Juramentos locais](#)
[Retorne ao chamado do sangue](#)
[A união impossível](#)
[RENOVAR A IGREJA?](#)
[Misture Igreja e Estado](#)
[Cluny](#)
[A exaltação da fé guerreira](#)
[Alguns limites óbvios](#)
[A Igreja, dona do sagrado](#)
[Rumo a uma célula familiar mais compacta?](#)
[UM "RENASCIMENTO"](#)
[Em busca de uma nova cultura](#)
[Monges, propagadores de uma cultura espiritual](#)
[O retorno à ordem carolíngia](#)
[Triunfo do pensamento acadêmico](#)
[Primeiros primórdios da arte europeia sob roupas antigas](#)
[Capítulo 11. Acumulação primitiva \(séculos VI-IX\), de MICHEL ROUCHE](#)
[OS HOMENS](#)
[Um grande choque demográfico: a peste do século VI](#)
[O primeiro impulso de colonização no século VII](#)
[Desigualdades carolíngias](#)
[Um clero rico e dividido](#)
[Surgimento da aristocracia guerreira desde o século VII](#)
[O "salto em frente" carolíngio](#)
[Nascimento da vassalagem](#)
[Persistência da escravidão melhorada](#)
[Você poderia ser livre e pobre?](#)
[Os fermentos de uma comoção](#)
[A TERRA](#)
[Progresso agrícola](#)
[Alguns resultados discutidos](#)
[Desenvolvimento do sistema dominical](#)
[AS NOVAS TROCAS](#)
[Remodelar a cidade](#)
[A supressão do ouro](#)
[Triunfo de Prata](#)
[As novas rotas comerciais nos séculos VII e VIII](#)
[No início do século IX: primeira expansão?](#)
[Comerciantes ainda à margem da sociedade](#)
[UMA REVISÃO DO PERÍODO CAROLÍNGICO](#)
[Glossário](#)

[Tabela Cronológica](#)

[Literatura](#)

[Sobre o autor](#)

[Notas](#)

Este volume destrói a visão comum que faz da Idade Média uma época de obscurantismo, violência e desordem. Em contrapartida, é apresentado como o período em que o homem europeu aprendeu a dominar o seu espaço, domesticou a natureza e assumiu o controle do tempo e da máquina. É, acima de tudo, o momento do nascimento e da consolidação da Europa como governante do mundo.

Roberto Fossier

A Idade Média

1. A FORMAÇÃO DO MUNDO MEDIEVAL 350-950

ePub r1.0

Titivillus 29/02/2020

Titulo original: *LE MOYEN AGE. 1. Os novos mundos*

Robert Fossier, 1982

Editor digital: Titivillus

base ePub r2.1

Índice

[Convés](#)

[A Idade Média](#)

[AVISO](#)

[Introdução, por ROBERT FOSSIER](#)

[INTRODUÇÃO](#)

[Uma massa humana...](#)

[...em movimento perpétuo](#)

[O ininteligível domina](#)

[O medo sempre presente](#)

[Mais homens](#)

[Trabalhe sem lucro](#)

[Um “ecossistema” frágil](#)

[A FORMAÇÃO DO MUNDO MEDIEVAL 350-950](#)

[Preâmbulo, de ROBERT FOSSIER](#)

[PREÂMBULO](#)

[De um mundo para outro?](#)

[Onde colocar uma cesura?](#)

[O que dura](#)

[O que não existe mais](#)

[O que o futuro anuncia](#)

[PRIMEIRA PARTE - A FRAGMENTAÇÃO DAS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS \(finais do século IV - finais do século VII\)](#)

[Capítulo 1. Autópsia do Ocidente \(início do século V\), por MICHEL ROUCHE](#)

[UM ESTADO RÍGIDO E VORAZOSO](#)

[A majestade vazia da função imperial](#)

[Uma burocracia decorando homens e ouro](#)

[Um fardo militar esmagador e inútil](#)

[UMA SOCIEDADE QUE FUGIA DO ESTADO](#)

[Alienação ou estrangulamento do trabalho](#)

[A Igreja era o único recurso sério?](#)

[A ação dos senadores e seus clientes na cidade](#)

[INÍCIO DA PRIMAZIA DO CAMPO SOBRE A CIDADE](#)

[Poucos homens e muito espaço vazio](#)

[O que aconteceu com a grande propriedade?](#)

Uma agricultura que permaneceu vigorosa

A cidade murcha

O PRESTÍGIO DE ROMA SE OPOSTA A UM BAIXO NÍVEL DE ROMANIZAÇÃO

Uma cultura elitista, humanista e ultrapassada

Capítulo 2. Fragmentação e mudança do Ocidente (séculos V-VII), de MICHEL ROUCHE
DO IMPÉRIO AOS REINOS

Uma morte lenta e dolorosa

A surpresa franca: 486-535

O retorno dos “Romanos”: 533-610

Um equilíbrio precário: 610-687

O QUE RESTA DE ROMA?

A lei e a burocracia subsistiram

A impopular pressão fiscal permaneceu

Escravos e senhores: uma sociedade polarizada

A terra ganhou uma nova importância

A cidade sobreviveu

A moeda e o comércio também subsistiram

COM QUE CONTRIBUÍRAM OS RECÉM-CHEGADOS?

Uma lenta fusão de cidades

Uma sociedade tribal e guerreira

Homens vinculados ao serviço e à fidelidade

Um habitat impreciso e mutável

Uma intensa economia silvo-pastoril e novas trocas

Unificação na fé

NASCIMENTO DE UM CRISTIANISMO

O ardor da conversão

Uma fé simples, uma estrutura fixa e um vínculo forte

A Igreja, defensora, atuante e salvadora, como ideal do mundo

São Bento, o “pai dos monges”

Capítulo 3. Introdução à história do Oriente (início do século V), por EVELYNE PATLAGEAN

O ESPAÇO DE BIZÂNCIO

O corpo do Império

Às portas da Roménia

UMA FACHADA VELHA E SÓLIDA

a cabeça

A mídia

O peso esmagador do sagrado

Que cristianismo?

E que Igreja?

Deslizamentos prováveis, desvios seguros

UMA BASE CAMPONESA SÓLIDA

Produzir e comer

O vigor das comunidades aldeãs

Os vazios

A FORÇA DOS VALORES DA CIDADE E DAS REALIDADES URBANAS

A cidade, vestígio da Antiguidade

O surgimento do episcopado urbano

A “cidade” urbana, reflexo da Antiguidade

A praga da miséria e o surgimento dos monges

Capítulo 4. A Glória do Império (meados do século V – meados do século VII), por EVELYNE PATLAGEAN

A ATRAÇÃO DO ORIENTE

O transtorno isáurico

Desentendimentos dogmáticos

JUSTINIANO: O ESPLENDOR

O século de Justiniano

Grandeza e limites da “reconquista romana”

JUSTINIANO: AS DIFICULDADES

O peso dos homens e do ouro

A efervescência da cidade

O declínio camponês

O mundo dos monges

fracasso religioso

O MOMENTO CRUCIAL DE UMA ÉPOCA: 565.610

O fracasso de uma política dinástica

O fim da reconquista

SEGUNDA PARTE - A CONSTRUÇÃO DOS NOVOS MUNDOS NO ORIENTE (século VII - finais do século X)

Capítulo 5. Do modelo hegírio ao reino árabe (século VII, meados do século VIII), de HENRI BRESC e PIERRE GUICHARD

UM ORIENTE MÉDIO DIVIDIDO ANTES DE UMA REVOLUÇÃO RELIGIOSA

Maomé

Da pregação às armas

O MODELO DO ESTADO MEDINÍ

O Estado confinado inteiramente dentro da mesquita

A “família” diante dos poderes

A COLHEITA DO ISLÃ

Do Turquestão à Líbia

E da Líbia à Aquitânia

Agonia do mar latino?

É POSSÍVEL UM REINO ÁRABE?

Como unificar todas essas cidades?

Como obter recursos?

A tributação segue o mesmo exemplo no Ocidente

UMA DIFÍCIL RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

[Uma base rural encolhida e anêmica](#)
[Herança urbana e novas cidades tribais](#)
[DESLOCAÇÕES E FALHA](#)
[Revoltas e aculturação](#)
[A crise de 750](#)

[Capítulo 6. O mundo dos 'Abássidas. O sucesso do Islã, de HENRI BRESC e PIERRE GUICHARD](#)

[ENVIAR](#)

[Uma monarquia "islâmica"](#)

[Que sentido isso tem?](#)

[No Ocidente, Berberização ou Arabização?](#)

[PRODUZIR](#)

[Uma reforma tributária, uma revolução agrícola](#)

[Mais distúrbios no Ocidente](#)

[Produção agrícola sábia num ambiente ingrato](#)

[TRIUNFO DA CIDADE MUÇULMANA](#)

[Capitais colossais](#)

[Focos de aculturação](#)

[Uma civilização urbana sem igual na Idade Média](#)

[Um poderoso dinamismo artesanal e expansão artística](#)

[Para o Ocidente, um renascimento e não uma decolagem...](#)

[...mas a mesma sociedade urbana](#)

[OS LAÇOS DO COMÉRCIO](#)

[Para que clientela é produzido?](#)

[As falsas aparências da “decolagem” comercial](#)

[O mercado rei](#)

[Rotas distantes para o Oriente e produtos excepcionais](#)

[Maiores incertezas no Ocidente](#)

[Mas os comerciantes estrangeiros penetram amplamente no Islão](#)

[Desenvolvimento de um modelo de empresa](#)

[Capítulo 7. Rumo a uma nova Bizâncio? \(meados do século VII - meados do século IX\), por EVELYNE PATLAGEAN](#)

[A MUTILAÇÃO](#)

[Persas, Árabes e Esclavos: o assalto](#)

[Renúncia e equilíbrio no Oriente](#)

[Estranhamento e mal-entendido no Ocidente](#)

[RUMO AO “IMPÉRIO ORIENTAL”](#)

[Guerra, sempre guerra](#)

[Novas estruturas para um novo Império](#)

[O nascimento de uma nova sociedade: guerreiros e camponeses](#)

[AS IMAGENS](#)

[A destruição de imagens no século VIII](#)

[Porquê uma crise tão particular?](#)

[Irene, uma mulher imperadora](#)
[O triunfo dos monges](#)
[O “PRÉ-RENASCIMENTO” BIZANTINO](#)
[A sucessão ainda é difícil e sempre confusa](#)
[Uma paz religiosa](#)
[Rumo a um novo rosto da Igreja](#)
[Impulso cultural, impulso imperial](#)
[BIZANTIUM RETOMA A OFENSIVA](#)
[A estrada, a aldeia e a moeda, recuperadas](#)
[A quebra do cerco ao Ocidente e ao Norte...](#)
[...para o Leste e Sul](#)
[Os gregos em território eslavo](#)

[Capítulo 8. A Renascença no Oriente \(meados do século IX - meados do século X\), por EVELYNE PATLAGEAN](#)

[RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS ECONÔMICAS E SOCIAIS](#)

[O despertar das cidades](#)
[Segundo jovem de Bizâncio](#)
[Solidez da aldeia](#)
[A expansão de grandes fortunas](#)
[Os “poderosos” e os “pobres”](#)
[A CONFIGURAÇÃO DOS “MacEDÔNIOS”](#)
[Basílio e Photius: um novo começo](#)
[Unificação, legislação, enciclopedismo](#)
[O discurso do palácio](#)
[Estabelecer uma dinastia](#)
[A FORÇA DAS FAMÍLIAS, CULTURA DOMINANTE](#)
[As linhagens poderosas](#)
[Os limites de uma cultura dominante](#)
[BIZÂNCIO EM BUSCA DE UMA PAREDE DE PROTEÇÃO](#)
[Bulgária, espelho de Bizâncio](#)
[Cristianizar ainda mais](#)
[Início da resposta contra o Islã](#)
[Progresso mais incerto no Ocidente](#)

[PARTE TRÊS - OS PRIMEIROS AGITADOS DA EUROPA \(século VII - meados do século X\)](#)

[Capítulo 9. Monarquias bárbaras, império cristão ou principados independentes?, de MICHEL ROUCHE](#)

[O FIM DO BÁRBARO](#)
[Sprays e desaparecimentos](#)
[Os australianos entram em cena](#)
[CHARLEMAGN](#)
[O “regni dilatado”](#)
[Natal no ano 800](#)

Sombras e limites

DA UNIDADE À PLURALIDADE

O Império era secular ou clerical?

Os clãs gananciosos

Verdun (843) e suas consequências

Poderes reais com dificuldades

A CATÁSTROFE FINAL

O terror "normando"

Expansão sarracena e horror húngaro

A fragmentação

O Império poderia ser salvo?

Capítulo 10. A "renovação" carolíngia, de MICHEL ROUCHE

RECRIAR O ESTADO?

Os julgamentos das monarquias bárbaras (séculos VI-VII)

O Estado nas mãos dos interesses privados (séculos VII-VIII)

Uma solução: o Estado cristão e legislativo

Um esforço extraordinário para tomar as rédeas

Tente julgar e procurar dinheiro

Em suma, apenas o exército sustentou o poder

Reflexos esmaecidos ao redor do Império

BLOQUEAR A SOCIEDADE?

Obediência ao mais próximo

Juramentos locais

Retorne ao chamado do sangue

A união impossível

RENOVAR A IGREJA?

Misture Igreja e Estado

Cluny

A exaltação da fé guerreira

Alguns limites óbvios

A Igreja, dona do sagrado

Rumo a uma célula familiar mais compacta?

UM "RENASCIMENTO"

Em busca de uma nova cultura

Monges, propagadores de uma cultura espiritual

O retorno à ordem carolíngia

Triunfo do pensamento acadêmico

Primeiros primórdios da arte europeia sob roupas antigas

Capítulo 11. Acumulação primitiva (séculos VI-IX), de MICHEL ROUCHE

OS HOMENS

Um grande choque demográfico: a peste do século VI

O primeiro impulso de colonização no século VII

Desigualdades carolíngias

[Um clero rico e dividido](#)
[Surgimento da aristocracia guerreira desde o século VII](#)
[O "salto em frente" carolíngio](#)
[Nascimento da vassalagem](#)
[Persistência da escravidão melhorada](#)
[Você poderia ser livre e pobre?](#)
[Os fermentos de uma comoção](#)
[A TERRA](#)
[Progresso agrícola](#)
[Alguns resultados discutidos](#)
[Desenvolvimento do sistema dominical](#)
[AS NOVAS TROCAS](#)
[Remodelar a cidade](#)
[A supressão do ouro](#)
[Triunfo de Prata](#)
[As novas rotas comerciais nos séculos VII e VIII](#)
[No início do século IX: primeira expansão?](#)
[Comerciantes ainda à margem da sociedade](#)
[UMA REVISÃO DO PERÍODO CAROLÍNGICO](#)

[Glossário](#)

[Tabela Cronológica](#)

[Literatura](#)

[Sobre o autor](#)

[Notas](#)

AVISO

Este é um trabalho coletivo. Como em qualquer empresa deste tipo, a presença de uma linha orientadora é necessária e a de um condutor do jogo, inevitável. Para manter a primeira pedi ajuda a historiadores, na sua maioria mais jovens do que eu, mas cujas obras tiveram uma certa ressonância pela audácia do seu discurso ou pela novidade da sua estrutura; não por amor ao paradoxo, que poderia facilmente transformar-se em complacência, mas para escapar à repetição e para que um sopro de inovação possa varrer algumas ideias obsoletas. Para conduzir a segunda, que em última análise exige mais paciência do que autoridade, deixei a cada um a liberdade da sua própria visão, encarregando-me apenas do equilíbrio do todo; Assim como não pretendo impor-lhes a minha concepção de história, nem subscrevo cegamente as suas conclusões: assim, não partilho do julgamento optimista relativamente à agricultura carolíngia; Mas deixemos aos críticos a oportunidade de denunciar a arritmia e o estrabismo num esforço de equipa. Pelo contrário, porque assumo a responsabilidade global desta História, porque tenho, como qualquer medievalista, uma ideia definida da Idade Média, porque, em suma, quero traçar com firmeza aquela linha que cada um de nós tem seguido segundo à sua própria genialidade, acredito na necessidade de eu mesmo apresentar o discurso.

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, vamos concordar com o significado das palavras. Falar da "Idade Média" chinesa ou bizantina só é admissível quer como abuso de linguagem para indicar sincronismo histórico, quer como expressão que designa a fase central de um curto período. Segundo uma definição - ou melhor, uma indefinição - que já tem mais de dois séculos, a Idade Média é o período impreciso cuja duração se estende entre a Antiguidade e o seu alegado Renascimento, noção que só pode ser aplicada à Europa. e mais especificamente, exclusivamente à Europa Ocidental: "Ocidente Medieval" significa, portanto, o período da história ocidental entre os séculos ^{iv} e ^{xvi}; A afirmação "Idade Média Ocidental" é uma tautologia simples. E se o Islão ou Bizâncio, a África ou o mundo eslavo, ocupam um lugar importante nesta obra, é porque formaram um conjunto de civilizações vizinhas do Ocidente e isoladas entre si, que aos poucos foram levadas a desempenhar, em torno deste, função de satélite, função de explorado; É também porque, ainda na primeira fase desta história milenar, a sua acção na periferia do Ocidente é fundamental para explicar a sua génese e crescimento.

Hoje a expressão é aceita, e mesmo, ao longo dos séculos, adquiriu um valor próprio em vez de ser reduzida ao caos cheio de som e fúria que foi para os humanistas, os homens da "Era do Iluminismo". e os revolucionários. No entanto, ainda lhe estão associadas duas tolices, absolutamente escandalosas para quem conhece aqueles tempos: a violência, a desordem, a grosseria, a falta de cultura são, na sua essência, "medievais", como continuamente podemos ouvir ou ler em as declarações ou os escritos de homens do século ^{xx} - e não menos responsáveis - que, portanto, parecem estar pouco conscientes, ao que parece, tanto daquela época como da sua própria. Quanto à confusão que o impressionismo da história medieval perpetua naqueles que o abordam sem preparação e sem a perspectiva necessária, é fruto de um método de ensino meticuloso e ultrapassado, e só assusta os adultos - incluindo, novamente, não poucos proeminentes homens—; Não faltam exemplos de universitários ilustres dispostos a discutir, mesmo improvisadamente, Blum, Robespierre, Sully ou Epaminondas, mas que assumem a tarefa antes de Filipe IV, o Belo. Conteí aos adultos, porque, de facto, está provado que as crianças, pelo contrário, são atraídas pela Idade Média, um carinho que segue aquele que sentem pela pré-história ou pela China segundo Mao; Atração pelo exotismo, pelo "maravilhoso" Ou melhor, uma sensação natural de estar no centro da vida cotidiana? E essa curiosidade é transmitida aos pais; Como dizem os responsáveis pelos meios de comunicação de massa - chamados *meios de comunicação de massa* por aqueles que pensam que falam inglês - "a Idade Média vende bem", e está cada vez melhor. Para ser mais exato, seria preciso dizer que os temperos e temperos medievais têm um bom escoamento. Paciência: um dia, talvez não muito longe, o homem contemporâneo compreenderá o que o liga tão intimamente a esses séculos e que,

embora tenha perdido a memória da sua origem, fez a sua. A verdade é que as reações mentais, intelectuais ou mesmo políticas dos nossos tempos turbulentos seriam mais familiares e compreensíveis para um homem do século X ou XV ^{do que} para um indivíduo de qualquer outra época. Mas os velhos ídolos são difíceis de derrubar e, de Cícero a Bossuet, ou de Péricles a Napoleão, a Europa insiste em procurar as suas origens onde elas não residem.

Vamos colocar isso em perspectiva. Mil longos anos de história colocam certas dificuldades a quem tenta julgá-los com uma única frase. Porém, surgem ao longo deste período cinco acontecimentos que perduram até hoje e cada um deles seria suficiente para garantir um lugar de honra na aventura humana a qualquer cultura:

- ao longo desta longa fase da sua história na Europa, o homem soube dominar o espaço, domesticar a natureza, substituir o esforço dos escravos pelo dos animais;
- soube então controlar o tempo, não porque aprendeu a medi-lo, mas porque conseguiu utilizá-lo racionalmente;
- rompeu com os laços paralisantes da tribo ou do clã para fundar o casal;
- dominou a máquina e
- finalmente, e na história de todos os homens, ele criou a Europa.

"Como! — exclamará um bom número de leitores — Europa de novo! É uma ideia realmente fixa! Pois bem, esta é a minha opinião, e é hora de nos livrarmos dos pseudocomplexos que hoje nos sobrecarregam: o principal acontecimento que ocorreu na história do planeta entre os anos 500 e 1500 é o aparecimento da primazia de Europa. Nem a China, nem a Índia, nem o Islão, nem a África, nem a América podem esperar dizer o mesmo, e é irrelevante se esta primazia foi mais tarde bem ou mal utilizada. Mas afirmo sem reservas uma característica que normalmente não é suficientemente enfatizada: de todas as regiões habitáveis do mundo, o Extremo Oeste é, de longe, a pior dotada pela natureza; Não possui grandes jazidas de metais ou petróleo - sabemos muito bem disso -, seus solos não são dos mais férteis, o clima é inseguro, a vegetação é irregular, os rios são medíocres, e também sofre de uma extrema divisão em compartimentos. Quem ignora que a Ásia, a África ou a América estão repletas de possibilidades muito superiores, embora em alguns casos ainda inexploradas? Fazer com que este "pequeno cabo da Ásia", este pedaço medíocre do mundo se entregasse até se impor a regiões remotas, a culturas mais antigas e ilustres que a sua, não deve ter sido fácil para os nossos antepassados nem poderia ser alcançado rapidamente, e é fácil discernir o que os ajudou por tanto tempo. Providência divina? Acreditamos pouco mais nisso. O gênio das corridas? Ao nos martelar com esta ideia, só conseguimos provar o contrário. O solo e o clima? Acabei de declarar suas deficiências. Não tenho nenhuma solução para esse problema e também não estou procurando uma. Limito-me a declarar que o nascimento de uma Europa que conquistou o mundo constitui um grande episódio da história humana, que isto é meritório, que não me envergonho, e que se chama "Idade Média".

Durante gerações e gerações, os europeus foram levados a acreditar que seriam "melhores pessoas", "melhores cidadãos" ou "melhores democratas" - de acordo com a moda de cada época - através do estudo da Segunda Guerra Púnica ou das Jornadas de Outubro (que cada um escolhe a data: não tem importância para a verdade destas palavras), e com isso foi-lhes permanentemente ocultado o facto essencial de que devem quase toda a sua estrutura mental ou quotidiana à Idade Média. Tal é o preço de uma

modéstia extremamente rara na história da humanidade: a cidade antiga, o Estado absolutista, os "grandes homens", as "grandes nações", souberam orquestrar perfeitamente a sua própria publicidade com vista ao futuro, e o nosso século quebra todos os recordes de auto-satisfação estrondosa e de propaganda falaciosa, acompanhada de vez em quando, claro, por ataques fulminantes de culpa. Contrastemos com eles duas das imagens a que mais frequentemente recorreu o moralista da Idade Média central: «Somos anões apoiados em ombros de gigantes; Assim, vemos mais do que eles e mais longe, não porque a nossa visão seja mais aguçada e a nossa estatura superior, mas porque eles nos carregam e nos elevam acima da sua estatura gigantesca»; A segunda é a imagem da "roda da fortuna", cujo movimento regular e constante leva os homens da vileza à glória e da força à abjeção. Visões conservadoras e paralisantes, diz Jacques le Goff; São, certamente, e também conformes à humildade resignada que se espera de um crente, porque a iniciativa é audácia; Isso beira o excesso, e Deus não deve ser tentado. Ainda assim, um pouco de modéstia nunca prejudica uma cultura.

O descrédito do período medieval nos séculos seguintes não afectou, é verdade, o legado monumental e certos traços anedóticos da vida social, da cavalaria, do *cortejo românico*, da cruzada, que bastaram para alimentar, no século XIX, "o romantismo. Hoje, para muitos homens a visão permanece a mesma: a Idade Média é um cemitério. Não percebem que o caminho que percorrem no campo, o nome que lêem num marco miliário, a curva acentuada de uma rua do seu bairro, a floresta por onde passam distraidamente e o trigo que vêem amadurecer constituem um legado muito mais duradouro. . ou que quando olham para o relógio, quando pegam no garfo, quando vestem o casaco, quando endossam um cheque ou quando usam um lenço, não passam de herdeiros. Bagatelas? O sentido do pecado, o amor conjugal, a polifonia e os professores nas cidades também são insignificantes? Esta é uma mentalidade característica da Europa: nem no Islão – claro – nem na Índia, nem mesmo na China contemporânea, ocorre a alguém liquidar a herança do passado, talvez porque isso não tenha ocorrido em tais países. fenómeno artificial e temporário de "rejeição" que chamamos de "Idade Moderna", um verdadeiro poço ou "depressão" de três séculos.

Contudo, para o historiador profissional, evidentemente irritado com a ignorância e o desprezo dos seus contemporâneos por aquilo que considera primordial, o lenitivo não está longe. Poucos períodos beneficiaram tanto como este do progresso da investigação histórica. Assim, o facto de rever as armas a utilizar não constitui aqui um acto ritual de execução obrigatória antes de iniciar uma exposição que pretende estar bem informado, mas sim uma necessidade ditada pela rapidez com que a panóplia aumenta e por causa do pouco conhecimento que o público em geral tem desta circunstância.

Durante muito tempo, tudo o que sabíamos sobre estes dez ou doze séculos baseou-se apenas em documentação escrita; Comparada com a da Antiguidade, esta coleção representava um grande tesouro. Os seus pontos fracos não foram ignorados: literatura de classe escrita por e para uma pequena elite; um conjunto de regras completo e formalista, e provavelmente mais teórico do que real; documentos da vida prática que apenas se referem ao mundo dos privilégios e da fortuna, e que a Igreja, desprovida de outras armas, foi praticamente a única a preservar, obrigando-nos a ver esta sociedade com os olhos de um eclesiástico ou, no o melhor de tudo, um fabricante de tecidos e um agiota; as desigualdades de distribuição geográfica; o silêncio quase absoluto dos primeiros cinco

séculos, seguido pelo lampejo de alguns breves lampejos numa escuridão persistente. No entanto, desta forma foi necessário trabalhar durante um século, o do grande renascimento dos estudos medievais, que se estende de 1850 até depois do último (por enquanto) dos conflitos mundiais: estudos paleográficos para estabelecer os textos durante os três quartos deste período, predomínio da interpretação universitária a partir de 1930. Segundo a sua própria genialidade - ou segundo os impulsos profundos vindos do seu inconsciente "nacional" -, Alemanha, França, Bélgica, Inglaterra, Itália, deram os seus respectivos contributos, e a ordem não é aleatória. Graças ao fato de nossos antecessores terem acumulado todos esses materiais, podemos nos orgulhar de passar sem eles, nós, pretensiosos "anões" empoleirados nos ombros desses "gigantes".

Agora, há trinta anos... -mas não, muito menos, apenas quinze-, uma série de poderosos holofotes varre as áreas ainda escuras ou faz brilhar em convergências luminosas os pequenos "fatos" rotulados pelos nossos mais velhos. Na prática, digamos à partida, o medievalista não inovou em nenhum campo: limita-se a emprestar, a imitar, a adaptar uma técnica que já deu frutos noutro contexto; e por que ele deveria corar? Tomemos os exemplos dos números e das palavras: os primeiros, escassos, discutíveis, simbólicos, descontínuos, dificultaram a dinâmica da história medieval; este último, muitas vezes disfarçado de latim, não poderia ser mais do que pedantismo, aproximações, *topoi* copiados e recopiados de um autor para outro; e de sua posição, o medievalista contemplou com admiração a filologia, que operava com o latim clássico, e a estatística, que operava com séries de dados modernas. Mais tarde percebeu que era preciso quantificar e decifrar, a qualquer custo, se quisesse chegar aos fundamentos da civilização daquela época: o número de homens, o volume de produção, os mecanismos mentais, o papel do que se imagina e o que é vivido. Recusar-se a fazê-lo significava condenar-se à mera "impressão", à imprecisão requintada; A Arte, certamente, não é alheia à História, mas com tal atitude a História nada mais seria do que Arte. O papel que as motivações materialistas ou o entusiasmo pela sociologia desempenharam neste processo pouco importa; O resultado está aí: a era pré-estatística também tem as suas leis, e o vocabulário medieval a sua técnica linguística. Neste mundo onde o Número, a linguagem do infinito, é a forma da expressão divina, e onde a Palavra, o Verbo, é a essência do poder, como deixar de lado estes dois pilares sem nos condenar a uma visão mais que insuficiente? do mesmo? Avançamos, começamos a contar, fazemos a autópsia dos termos; O processamento informático de dados faz a sua entrada em classificações, análises de conteúdo, concordâncias numéricas, convergências semânticas: a imagem do medievalista diante do computador agora só faz sorrir os tolos.

Isolada, a palavra pode revelar a cultura, o inconsciente ou os propósitos do escriba, e constitui um indício da mentalidade individual; Agrupadas, as palavras evocam mais do que uma noção, dão lugar à antropologia histórica e revelam o pano de fundo da mentalidade coletiva, do rito, do tabu, do costume, da fantasia, que são, claro, elementos básicos da psicologia social social. , mas que também encontrou relações concretas entre os homens: obediência ou rejeição. É verdade que as comunidades humanas das terras altas do México ou do Peru, as da cordilheira Anamita ou da África Central hoje, estão em condições geográficas e históricas que não são diretamente comparáveis àquelas que o mundo ocidental poderia ter conhecido antes de 1300. No entanto, muitas características da estrutura familiar ou espiritual e do nível técnico parecem semelhantes ou, se preferir,

simétricas às da Europa medieval. O que os textos não dizem, nem mesmo radiografando-os, o antropólogo pode sugerir. É sem dúvida presunçoso acreditar na existência de uma “Nova História” quando Georges Dumézil e Claude Lévi-Strauss começaram a produzir as suas obras há tanto tempo, mas podemos afirmar que estamos na presença de uma nova abordagem à mesma história.

Outro factor, mais decisivo e também mais concreto: há vinte anos que a arqueologia inicia as suas escavações medievais. A procura do objeto, até tempos recentes, só parecia apropriada para culturas e épocas que não conheciam a escrita, como a pré-história, ou para aquelas que nos tinham deixado poucos documentos escritos, como a Antiguidade. Para além das basílicas cristãs dos primeiros séculos, fez-se história da arte, o que por vezes envolveu a necessidade de escavar uma cripta ou limpar um muro das construções posteriores que a escondiam. Quem teria sonhado então em remover um campo, arrancar os arbustos de um prédio em ruínas, sondar um esgoto urbano ou revirar completamente um cemitério? E não faltam, ainda hoje, sociedades científicas e homens eminentes para quem a arqueologia medieval é o estudo das campanhas de construção de Notre-Dame de Paris. Por outro lado, as técnicas de escavação praticadas nos sítios da Antiguidade – geralmente isolados – pareciam inadequadas para as cidades e vilas onde os nossos passos se sobrepõem aos dos homens medievais. O método utilizado nas escavações pré ou proto-históricas, que não procuram fontes termiais ou templos, mas sim fragmentos de embarcações ou a marca deixada no solo - que recebeu uma cor mais escura - por uma estaca decomposta, pareceu se adaptar melhor à exigente estratigrafia que reivindica um sítio arqueológico medieval, já que um erro de cem anos na datação pode ser admitido em Mari ou Sagunto, mas não numa aldeia abandonada durante a Idade Média. Ora, a longa investigação preliminar, as dificuldades encontradas no terreno e a provável insignificância dos resultados desanimaram antecipadamente o investigador, cujo objetivo era “encontrar”, o objeto precioso, o tesouro, o esqueleto imprevisto. Foi o avião que veio em auxílio do medievalista, e já antes da Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra, revelou a Crawford e outros uma tal abundância de vestígios de colheitas ou aldeias fossilizadas sob uma mortalha de erva desde o século ^{xv} que a investigação foi iniciada; Ao devastar cidades, a guerra despertou a curiosidade pelos centros urbanos; Ao pôr fim à reverência devida aos príncipes e prelados, os regimes socialistas, com a Polónia à frente, puseram-se no caminho da “cultura material”, dos instrumentos e ferramentas, da casa. A Alemanha e os Países Baixos seguiram o movimento, assim como a Inglaterra e os países escandinavos; Mais tarde, a França fez o mesmo, com a sua habitual desconfiança, ainda hoje não completamente superada; A última adesão foi a da Itália, cansada de dividir a sua atenção entre as antigas ruínas e o palácio renascentista. Os resultados obtidos são prodigiosos e referem-se precisamente a momentos ou áreas sobre as quais não havia textos: períodos remotos, mundo dos humildes, técnicas e pertences da vida quotidiana. Como se não bastasse, misturam-se métodos e investigadores de diversas formações, num espírito de emulação raramente observado noutros campos; Aqui não há Delos reservados: os ingleses escavam na Toscana, os franceses na Sicília, os polacos em França, os alemães na Bélgica. Os prosélitos multiplicam-se e não seria difícil apontar aqueles que, depois do desdém inicial, tornam-se agora os ruidosos arautos daquilo que até há pouco tempo os levava ao ridículo. O trabalho realizado é tão espetacular que a mídia, atenta a tudo que brilha, reflete sua imagem e a faz chegar às massas cativadas. Os puristas erram em reclamar: numa

época em que os poderosos só pagam com base na rentabilidade, os caminhos batidos mantêm toda a sua validade para quem estava perdido e sem dinheiro.

Há mais. Este mundo europeu medieval e aqueles que o rodeiam são ainda mais dependentes das forças naturais do que do espírito; O Cristianismo e o Islamismo não satisfizeram o apetite da maioria dos homens. Como apreciar isso? Como continuar a conquista do espaço sem instrumentos científicos de medição? Para isso é necessário recorrer à arqueologia: o estudo de cadastros e mapas evidentemente apoia há algum tempo a investigação sobre as fases da ocupação humana; Mas o milénio medieval gozou, como todas as outras fases do trabalho da terra, de um certo equilíbrio entre as necessidades e o ambiente, um “ecossistema” cujos elementos naturais podiam mover-se devido ou apesar da acção do homem. E é fundamental ter uma ideia de tais deslocamentos: se o estudo dos solos fósseis ou esgotados ou das camadas subterrâneas de aquíferos avança pouco, um método de exame das formas degradadas do solo foi desenvolvido na Inglaterra e na Alemanha. vegetação, bordas de florestas, sebes, matagais; e, sobretudo, a palinologia, que durante muito tempo floresceu especialmente na Bélgica e na Alemanha, permite calcular as variações, ao longo de vastos períodos, dos pólenes arbóreos ou herbáceos, isto é, da cobertura vegetal próxima dos locais sondados, que hoje multiplicaram-se por todo o norte e noroeste da Europa, onde as formações de turfa – as mais favoráveis – são encontradas em abundância; Por outro lado, a escassez deste tipo de análise na parte sul do continente priva-nos de observações capitais sobre a vertente mediterrânica. Esta falta de documentação é parcialmente atenuada pelo que é possível saber sobre as oscilações climáticas gerais através do exame do crescimento das espécies arbóreas de vida mais longa - especialmente as coníferas - mas que muito raramente atingem os mil anos de vida, ou pelo estudo dos avanços e retiradas de águas, geleiras alpinas ou oceanos. À partida, há margem para hesitações face à ideia de basear um julgamento em fenómenos deste tipo, lentos, desiguais, endossados por testemunhas inquestionáveis mas dispersas. Por isso, é aconselhável formular avaliações exclusivamente relativas a longos períodos: se esta condição for observada, os referidos fenómenos adquirem um valor capital. Eu disse acima que nenhuma causa poderia ser apontada com certeza que explicasse o dinamismo da Europa depois de 900 ou 1000; Não faltaram historiadores - aos quais não teria problema em associar-me - para quem esta causa reside em três séculos de condições climáticas óptimas que beneficiaram os solos argilosos, as plantas nutritivas e as espécies animais, em termos da sua capacidade de produzir e reproduzir .

O inventário está fechado aqui? De modo algum, já que não passa uma única década sem que o medievalista à espreita se apodere de uma arma criada para outros fins; Citemos, para concluir, um dos últimos: o esqueleto humano fornece ao historiador uma riqueza de dados sobre o falecido, o seu sexo, a sua idade no momento da morte, a sua constituição e a provável causa da sua morte, e ainda sua dieta; Enquanto viveu, este homem reagiu de certa forma aos ataques microbianos dependendo do seu grupo sanguíneo, e isso pode ter motivado um determinado comportamento social; Na verdade, se ouvirmos os biólogos do nosso tempo, este elemento serológico é mais adequado do que qualquer outro - altura, pilosidade, fâcies, pigmentação - para diferenciar "raças" entre os homens; O polonês Hirtzfeld estima que a natureza do grupo sanguíneo deve afetar o teor de flúor dos ossos. E se, claro, o medievalista não tem o sangue dos séculos que estuda, não lhe faltam ossos; Que novo campo de investigação se abriria sobre as camadas da

população e a sua osmose ou sobre o comportamento dos homens! Esta ainda é apenas uma hipótese simples, mas é suficiente para mostrar que a história da Idade Média não é um jogo cujas cartas são completamente distribuídas e em que alguns iniciados jogam o mesmo jogo repetidamente.

Após essas considerações iniciais, chegamos ao limiar do nosso assunto. Mas como guiar o leitor ao longo de mil anos, ainda que evoluam lentamente, e indicar as suas grandes diretrizes, as suas “linhas mestras” como diz Léopold Gónicot? Tomei a posição, tão discutível como qualquer outra, de rever apenas a Europa Ocidental, e mais especificamente a fase central da sua história medieval, os séculos ^{XI} e ^{XII}; porque no final do percurso será principalmente a Europa que se encontrará no centro da cena; e porque durante estes dois séculos de adolescência apresenta um semblante em que os fracassos e os vícios ainda não conseguiram deixar a sua marca.

Uma massa humana...

A primeira coisa que você vê são os homens. Hoje, depois de Marc Bloch e Lucien Febvre, não há um único historiador, pelo menos em França, que se atreva a declarar que não os toma como o seu principal centro de interesse; Mas não me refiro a isso, mas sim ao facto de, quando olho para a Europa da Idade Média, não encontrar Estados, círculos eleitorais herméticos, organismos públicos, gabinetes ou tribunais, quartéis ou costumes que fixem a minha atenção; Só percebo um enxame de homens em cujo seio, se me esforçasse, distinguiria um rei, um bispo, um senhor, um monge. Esta fragmentação, este regresso ao átomo, é chamado de “anarquia” ou “decomposição do tecido social” pelos nossos obsessivos do absolutismo estatal e da centralização parisiense, que não veem nem concebem que o horizonte desta época é a aldeia, e a célula base é o “fogo”. O ouropele romano, remendado provisoriamente pelos carolíngios, já foi pelo ralo. Diante da natureza, que ele atormenta incessantemente para dominá-la, que utilidade teriam uma diocese, uma nação e um cadastro para o homem de 1100? Para já bastam uma freguesia, um castelo e marcos miliários que marquem as linhas divisórias entre os campos.

E, no entanto, esta massa, supostamente desintegrada, apresenta uma estranha coerência; Isola fora de si todos aqueles que não se identificam com ela, confina-os à solidão ou ao desprezo: judeu, andarilho, estrangeiro, menestrel, todos são equivalentes; e o mundo dos excluídos aumenta com todos os desperdícios da sociedade, loucos, leprosos, mendigos, ladrões, bandidos. Esta “contramassa”, que vive nas florestas, nas montanhas ou junto aos fossos, é a parte abandonada ao Mal. Quem está sozinho está morto do ponto de vista social. Porque entre todos os grãos de areia que constituem a sociedade existem laços poderosos: o mesmo sangue, o respeito pelos mesmos tabus, a adesão às mesmas leis, a transmissão da mesma herança mental; Quem se desvia ou é expulso deixa de contar. Em todas as sociedades, nada fortalece tanto o conservadorismo como o princípio da expulsão, mesmo quando não é acompanhado de ódio. Naturalmente, o mundo medieval deixa espaço para exceções e estados de transição: um pobre pode ser o enviado de Cristo, um narrador fascinante pode estar escondido no viajante que passa, e a prostituta pertence ao mundo da estabilidade social. Mas a regra não muda: um indivíduo só existe por causa dos seus pais, dos seus amigos ou dos seus vizinhos. Senhor, lavrador ou mestre carpinteiro,

pouco importa, porque aqui não se trata de nível social; Em cada um dos diferentes planos se tece uma rede de ligações horizontais, mais importante que todas as outras. Aplicando este critério, é antes hoje que reina a anarquia; Na verdade, não é paradoxal dizer que poucas sociedades mantiveram os homens tão firmemente como a da “anarquia feudal”.

Pertencer a um grupo, a uma família, a um trabalho, a um bairro, a uma devoção constitui, portanto, a tessitura do tecido social; É claro que podem ser descobertos níveis em que o comportamento é modificado pelos meios de existência, pelo ambiente cotidiano; mas no bordado que adorna a vestimenta do fidalgo ou na carne que o patrão da oficina come há mais simbolismo do que valor económico; O mesmo ocorre, a nível militar, com a torre que revela o casarão aristocrático. Ao rever documentos escritos, os juristas também conseguiram fazer-nos acreditar na importância das desigualdades jurídicas: quem não relaciona a noção de servidão com a época medieval? E, no entanto, estas restrições que impedem um punhado de homens – porque hoje temos a certeza de que eram apenas uma minoria – têm um impacto significativo nas relações humanas? O servidor é excluído do grupo porque seu depoimento não tem valor judicial ou porque não pode fazer parte do exército? A resposta é não, e não se vê, dentro desta massa, por onde passa a linha que separa o indivíduo totalmente livre e o indivíduo de status mais baixo. A questão constitui, inclusive, um excelente campo de batalha para os especialistas: em que momento um homem cai numa situação de “dependência”? Em que momento ele cruza o limiar da autodesposseção? “Imediatamente”, afirma a historiografia marxista. Quer seja chamado de “servo” ou não, o homem desta época tem um mestre; No máximo, você tem a liberdade de escolher. Eu, pelo contrário, penso que já é tarde, pois, se a questão for considerada nesta perspectiva, o rei seria o único indivíduo livre na época medieval, e não haveria praticamente nenhum no nosso século ^{xx}; A verdade é que num cemitério ou numa aldeia em ruínas ninguém consegue descobrir o menor sinal de falta de liberdade, e eu estaria inclinado a colocar a barreira invisível na mentalidade colectiva, quando a humilhação, pública ou secreta, fere o homem diminuído: a garota que o despreza, o mestre que o chicoteia, o agente nobre que solta seus cães contra ele.

Esta questão de palavras não é de todo vã: refere-se a um aspecto essencial do mundo medieval do Ocidente; O trabalhador – e todos trabalham, cada um segundo o seu estado, se não o contrário, rezando – produz para si mesmo, e o que produz, ele consome; Não é um objeto cuja força é aproveitada e explorada à maneira da Antiguidade, nem uma máquina que é paga pelo esforço que faz por outrem. Marx pôde ver nesta característica a principal originalidade do modo de produção medieval, diferente da escravidão e do trabalho assalariado, uma vez que o complemento exigido pelo senhor tem uma contrapartida que não era de forma alguma trivial para os trabalhadores da época. Se o “senhor” fica com uma parte do trabalho dos homens, é para, em troca, protegê-los e julgá-los; Nós, pela mesma razão, pagamos impostos, parte fruto do nosso esforço: podemos considerar-nos mais ou menos alienados que eles?

...em movimento perpétuo

Este mar de areia que acabo de explorar brevemente aparece, quando observado mais de perto, agitado em seu interior por um constante “balanço”, um “movimento browniano”,

na expressão de Marc Bloch. E sobretudo no sentido concreto, etimológico, fisicamente cinético da palavra: vemos homens que não sabem ficar parados no mesmo lugar, um mundo de camponeses que de forma alguma responde à falsa mas tenaz ideia de rural imobilidade. Para os nossos pais, pessoas caseiras e “assentados”, era difícil conceber, ou mesmo acreditar; não é assim para nós, nesta segunda metade do século ^{xx}, em que os jovens – e por vezes, não apenas os jovens – conhecem Marrocos melhor do que Ardèche, e Nova Iorque do que Senlis. As razões que podem ser atribuídas a este fenómeno pouco importam: Insatisfação? É, em todo o caso, uma peculiaridade que nos torna acessíveis aos homens do século ^{xi}. Por outro lado, os exemplos citados não são suficientes: o peregrino da Renânia que viaja a pé até Santiago de Compostela, o prelado italiano que, em curtas etapas, chega a tomar posse da sua cadeira episcopal em Iorque, o cavaleiro da Borgonha que luta em Portugal ou o comerciante e a sua parelha de mulas que ligam Milão a Troyes percorrem longas distâncias, mas raramente se estabelecem de forma duradoura no seu destino. Não por saudade da pátria, porque estas partidas, acompanhadas de esmolas ou vendas esplêndidas necessárias para cobrir as despesas da viagem, assemelham-se a um exílio: quem parte fica separado dos seus bens e da sua família como se fosse para sempre. Mas onde esta agitação é mais surpreendente é no microcosmo do “país”; É menos claramente distinguido, mas não há dúvida quanto à sua intensidade, quanto à abundância de viagens de cidade em cidade, para um casamento, para um trabalho. Os apelidos que deram origem aos atuais “nomes próprios” não se generalizarão no campo – e isso talvez seja ainda mais verdadeiro para a cidade – até que não seja mais necessário particularizar os homens pelo topônimo de seu local de origem. , isto é, por volta de 1200 ou pouco antes; então serão os nobres que renunciarão ao remoquete e adotarão o nome do seu feudo ou do seu alóde. Ao deslocar-se do planalto para o vale e do vale para a cidade, esta população é obrigada a passar por um “período experimental”, a passar por uma situação de “estrangeirismo”, com todos os riscos que isso acarreta, antes de ser internada. como moradora, como “vizinha”, pelo grupo que a acolhe, e vir de um local situado a apenas uma légua de distância não a isenta disso. E ainda me coloco entre 1000 e 1200; Se recuássemos no tempo, veríamos sem dúvida imagens mais surpreendentes: todo este grupo deslocando-se, durante o início da Idade Média, de um lado para o outro de um espaço rural ainda pouco dominado, em busca de uma terra nutritiva; a inexistência – na minha opinião – da aldeia “clássica”, com o seu cemitério e casas dispostas em torno da igreja, antes de 900; No seu lugar, uma estrutura incerta e dispersa, um habitat que dura alguns séculos e que se move por terras aráveis, em torno de uma ruína antiga, de um lugar fortificado ou de uma necrópole, únicos pontos fixos para lançar âncora. Ainda estamos muito longe da estabilidade da aldeia. Quem não vê os efeitos desta situação na distribuição das parcelas, na deambulação dos itinerários, na coesão dos homens em cujas veias circula o mesmo sangue?

Este movimento interno é mais profundo. Mencionei acima o conservadorismo básico desta sociedade; Mais adiante evocarei o espelho ideal no qual os intelectuais se olham. Mas na ausência de transformações revolucionárias que consigam impor-se demolindo o edifício artificial construído pelos eruditos ou superando a terrível aversão dos outros, os choques e choques que agitam as massas mostram que a osmose existe. Falamos, com excessiva ligeireza, da rigidez do corpo medieval, sem pensar que um guerreiro não pode descurar a questão económica, ou que um bispo pode lutar, um camponês pode andar a

cavalo, ou um comerciante pode casar com uma jovem de a nobreza. Não é uma sociedade de castas ao estilo hindu; Hoje, quase todos estão convencidos da constante renovação da nobreza a partir de baixo e do papel onipresente da Igreja, e esta “burguesia em ascensão” que desde Péricles subiu um a um os intermináveis degraus da escada do poder avança vários degraus em a Idade Média. Há apenas um campo – mas de importância capital – em que esta quebra de barreiras internas não parece muito contundente: na forma de trabalho; talvez porque, justamente, qualquer pessoa pode exercer qualquer atividade. Os economistas de hoje deploram esta ausência de divisão ou especialização da produção, que para eles constitui o sinal da falta de progresso, do desdém pelo lucro, da imobilidade técnica; Apontam-na como a principal causa, desde 1300, de uma estagnação duradoura, de uma esclerose que afecta tanto a agricultura como o ensino universitário; e olham com emoção para o setor da lã, talvez o único que ultrapassou o limiar sagrado da “indústria”. Fora dela, um eremita faz cestos, um carroceiro cava no campo e um mineiro forja uma espada.

As causas profundas desta mistura de estagnação e abertura, compacidade e osmose foram investigadas. Há quem acredite encontrá-los no âmbito mental, na falta de apreensão científica do tempo e do espaço. No entanto, a cartografia e o relógio são conquistas medievais e, a um nível mais modesto, o mesmo acontece com a topografia e o sino que marca a cadência das horas canónicas. Por esta razão, não estou satisfeito com esta explicação técnica. Pelo contrário, ousaria sugerir que a verdadeira causa deve ser procurada, como fariam os etnólogos dos nossos dias, nas forças que gravitam sobre o todo, favorecendo as misturas mas retardando o progresso: o peso do sagrado e a espessura do medo, dois aspectos também fundamentais de toda sociedade “subdesenvolvida”.

O ininteligível domina

Não é suficiente, e nem sequer é correcto, descartar o primeiro dos problemas acima mencionados alegando o Cristianismo ou o Islão. É verdade, porém, que nestas duas áreas culturais – e, sobretudo, na primeira – o peso dos ministros da divindade ou a confusão dos poderes teológicos e materiais deram um verniz religioso a todas as formas de vida social. Talvez em nenhuma outra época ou lugar, exceto no Japão do século ^{xviii}, o “clero” tenha sido tão abundante e multifacetado como então: monges e anacoretas estão à frente de um artesanato fora dos circuitos habituais, os bispos governam e legislam, os nobres trava a guerra santa e o artesão adapta a sua jornada de trabalho aos horários da paróquia; O Islão revelaria, *mutatis mutandis*, uma face semelhante. Acho que esta pintura oferece uma boa cópia da realidade. A verdade é que as duas religiões triunfantes souberam captar as necessidades e aspirações do povo no âmbito do sagrado: tudo o que fizeram foi substituir essas necessidades e aspirações. E com esta afirmação não me proponho, nem o meu conhecimento me permitiria, resolver a questão recentemente colocada por Jean Delumeau: “Pode-se dizer que a Idade Média foi verdadeiramente cristã?” É claro que um conhecimento, mesmo rudimentar, da documentação medieval parece indicar que sim: invocações piedosas, motivos religiosos, princípios morais acompanham a venda de um simples lote de vinha, e uma cruz gravada no verso das moedas as mantém seguras. o Diabo. Mas esta Lei de Deus que parece governar acima da dos homens, ou melhor, abarcá-

la, constitui um mero teísmo: os preceitos que aplicam estes atos em suas manifestações externas apresentam-se com um hábito cristão, mas são como hindus, chineses ou platônicos. e cristãos. Dizem simplesmente respeito à moralidade social, cujo fundamento é a noção do Bem, identificado com o interesse da comunidade e com os costumes.

É impossível oferecer uma prova mais conclusiva disso do que a fornecida pela concepção da sociedade cristã ideal tal como foi formulada, entre 1025 e meados do século ^{xii}, por toda uma série de moralistas, entre os quais estão não apenas homens da Igreja. Não muito tempo atrás, Georges Duby dedicou um livro difícil, mas importante, a esse contexto mental em que se baseia a ideologia dominante, a essa imagem de si mesmo que ela quer criar; O “imaginário do feudalismo” baseia-se na famosa divisão da sociedade em três funções, em três “ordens” complementares mas estanques: oração, guerra e trabalho, *oratores, bellatores, laboratores*. Ora, esta é a tripartição europeia estudada por Georges Dumézil em várias áreas culturais: o sagrado, a força e a reprodução, três formas que informam toda a mitologia antiga, para não falar da contemporânea, três mitos que explicam a ordenação do mundo. Portanto, esta concepção nada tem a ver com o Cristianismo. E não há nada nele que possamos considerar típico da Idade Média, porque este esquema puramente intelectual é contrariado pela realidade quotidiana a que me referi acima; O facto de ser frequentemente utilizado deve-se precisamente às constantes violações a que está sujeito, e a obstinação em afirmá-lo deve-se à necessidade de manter a ordem numa sociedade que nela não se reconhece. Um esquema, em suma, conservador e religioso ao mesmo tempo, que integra o sagrado nas camadas sociais, mas que é insuficiente para impedir a sua evolução e cuja compreensão está apenas ao alcance de um punhado de estudiosos.

Por esta razão, considero essencial, por sua vez, encorajar a colaboração de etnólogos e historiadores. Porque para o homem medieval esta área do sagrado, que a Igreja usurpou ao orientá-lo para uma divindade única e antropomórfica, continua a ser perceptível, com toda a probabilidade, através de outros canais. São feitas tentativas vãs de obstruí-los ou capturá-los: o mundo dos mortos, as forças naturais, os interditos milenares escapam ao controle do clero e perturbam até o espírito dos santos eremitas quando o Maligno os utiliza para tentá-los. Não se trata de “superstição” ou “magia”, como se dirá depois da operação coercitiva da Contra-Reforma, mas de um contacto íntimo e espontâneo com o invisível e o incompreensível, com tudo o que está para além dos sentidos e do o bom senso, forças que não se sabe se deve combater ou obedecer: os caprichos do céu, a vida secreta da natureza, as virtudes das pedras, o retorno das almas atormentadas, a reencarnação, o milagre, que vai da lâmpada que não quebra quando cai devido ao impacto nervoso que faz o paralítico tocado por uma relíquia se levantar. A Igreja medieval, guardiã zelosa da Lei imutável, mas pastora compreensiva de um rebanho medroso, recua, evita, adota, retifica; quando, por volta de 1300, ele se considerar forte o suficiente para quebrar, ele se quebrará. Por outro lado, esta força do sobrenatural serve para dar mais força aos seus ensinamentos. O exemplo dos tabus sexuais é um dos melhores que se pode dar; A Igreja pode ter tido um interesse material em proibir como incestuosos os casamentos entre parentes até ao sétimo grau (sem dúvida, equivalia a colocar numa situação difícil a aristocracia guerreira extremamente consanguínea), mas para isso contou com a robustez, durante milênios, do tabu do incesto estendido à primazia. O facto de, no século ^{xiii}, ter moderado a proibição a este nível significa, aos olhos de muitos historiadores, que já não

tinha motivos para temer a nobreza; Acredito, antes, que a Igreja não poderia, com o seu interdito, triunfar sobre o que já existia, consolidado desde a antiguidade e mais forte do que ela.

Seria abusivo limitar o peso do sagrado na sociedade medieval ao que já foi dito. O seu império é mais vasto: afeta o símbolo dos números e dos algarismos, o que exaspera os nossos contemporâneos, convencidos de que a matemática é uma ciência exata. A medição é algo que diz respeito ao príncipe e a quem tem o poder nas mãos: pouco importa então se é ou não equivalente à da aldeia vizinha; É a medida do Senhor e nada mais é necessário. Mas, dado que desempenham um papel quotidiano e imediato na vida dos homens, é necessário assinalar especificamente duas das áreas em que reina o sagrado. Escrevendo primeiro; e não apenas os livros sagrados e seu brilho, assunto de estudiosos e pensadores, mas tudo o que está fixado em pergaminho ou pedra e, por esse simples fato, parece participar do eterno e do divino. Há muito que se observa que a reverência pela escrita aumenta à medida que aumenta a sua raridade: o próprio Petrarca curvou-se diante de um Homero que não sabia ler; Qual não seria a reação dos camponeses diante dos quais um papagaio-do-mar brandia um título de propriedade? Tentação formidável para os falsificadores, que, de facto, foram uma legião durante os séculos em que a prova era de natureza divina; A vontade de Deus protegeu o vencedor na arena ou o suspeito que consegue superar uma dolorosa prova de natureza puramente física; Quem duvidará que foi também Ele quem inspirou o redactor de um documento ou de um código? Assim, por uma curiosa inversão, a Itália, que não para de escrever e folheia os escritos da Antiguidade, deixou de acreditar nela e ignora a Lei, enquanto na Alemanha ou na França, em lugares sem códigos, as práticas de transmissão oral para maior segurança de não cometer um erro. Por outro lado, também não se pode esconder que, em ambos os casos, o abuso legal sempre ameaça o indivíduo. Ora, nem sempre é fácil recorrer à escrita; Este texto escrito que só uma minoria – pequena durante muitos séculos – é capaz de decifrar deve chegar ao conhecimento de todos, e através de uma boca sagrada: a do sacerdote desde o púlpito, a do príncipe ao passar pelo lugar, que do eremita que vai ser consultado. A partir deste momento, a palavra, o *verbum*, tem força de Lei, assim como Cristo é a Palavra de Deus. Quando a palavra sai daqueles lábios, não há mais recurso; Ninguém pode ignorar a lei depois de ouvi-la enunciada; Obviamente, se você não teve oportunidade de ouvi-la e não sabe ler, o ditado do nosso advogado não pode ser aplicado a você: o desconhecimento da lei não o isenta do cumprimento. Como não pensar em todos aqueles que, sem qualquer desejo da sua parte de violá-lo, pecaram ou desobedeceram por serem analfabetos? Apenas uma barreira poderia conter as forças que tendiam a mergulhar a sociedade no desgoverno, uma barreira suficientemente alta e sólida para manter uma harmonia relativa para a grande massa de homens: o medo, o quarto traço essencial da sociedade medieval.

O medo sempre presente

Venerar o sagrado que não necessita de justificação, ou admitir sem discussão o que afirma um texto escrito ou a palavra formulada pelos superiores na escala social, já constituem atos de medo; medo de se separar do grupo dos submetidos, de se tornar o

“bandido” que se refugia numa floresta, o homem “sem casa nem lar”, sozinho, ameaçado, cuja figura evoquei acima. Numa sociedade sem recursos públicos, isto poderia ser suficiente para silenciar o individualismo e impor a obediência. Quem se rebela ou age contra os costumes estabelecidos faz uma escolha (*haeresis*) de natureza religiosa: é um sacrilégio, é herético e queima na fogueira; Para isso não há necessidade de criar uma inquisição ou assediá-lo pela Igreja. A opinião geral condena o “desviante”. Para evitar este destino atroz, é preciso conformar-se com os costumes, com os costumes, dos quais os velhos, os sábios, os *idosos são guardiães* ; É fácil perceber como a palavra *sênior* experimenta um progressivo deslize semântico que é acompanhado de um deslize em seu sentido jurídico. A melhor forma de ser um homem respeitador dos costumes é estar ligado aos outros na paróquia, na irmandade, no ofício, no *conroi* (ou estatuto social próprio), no convento, participar, ser membro integrante da comunidade , alguém que gosta de todo mundo e espera receber o mesmo tratamento que eles dão. E, de facto, quantos indivíduos não-livres se infiltraram no resto porque se tornaram aquilo que as pessoas acreditavam que eram! Para explicar o rigor dos monopólios da produção artesanal na cidade, a febre do proteccionismo, o desejo de proibir a livre concorrência, de “fazer boa mercadoria” por parte de um ou de “boa justiça” por parte de outro, não é necessário invocar a preocupação pelo bem público, pela caridade cristã ou pela moralidade social; Basta lembrar que qualquer transgressor seria excluído do grupo, se não apagado do mundo.

Um personagem ousado pode tentar a sorte e recusar esse conservadorismo avassalador, mas não escapará da angústia da salvação. Homens de grande lucidez conhecem as suas próprias fraquezas e não têm a arrogância de muitos dos seus sucessores. O pecado é fácil, as tentações são numerosas, o arrependimento é indispensável: a esmola *in articulo mortis* ou em antecipação ao mesmo, a entrada dos moribundos numa ordem religiosa ou a conta corrente aberta a Deus nas contas dos banqueiros florentinos não são comédias; A sinceridade de tais ações parece inquestionável, e a melhor prova é o fato de que essa busca pela redenção revela um egoísmo incrível: em benefício de si mesmo ou de sua alma, o comerciante inquieto espolia toda a sua família, o senhor dispõe de seus bens contra todos prudência, e Carlos V de França, no seu leito de morte, anula todos os impostos. E deixe os sobreviventes sobreviverem! As virtudes cardeais são concebidas literalmente, à maneira de rituais: a fé nunca é explorada ou questionada; A esperança ganha forma quando você chega ao fim da jornada; A caridade se resumia em esmola. Secura de coração? Não, pois se assim fosse veríamos crescer em terreno fértil protuberâncias doentias: o ódio aos outros, a vingança obtida através da perfídia, a recusa em perdoar..., todos eles flagelos raríssimos nestes tempos não refinados, de emoções abruptas mas profundas . Pelo contrário, o medo, aumentado com a idade, de não estar em condições de merecer a verdadeira vida, aquela que se segue à morte. Obviamente, mais uma vez, há resignação em acompanhar o “crente” na sua “passagem” pela terra; É assim que a Igreja o pregará, prometendo reparação para mais tarde.

Medo de não ser como os outros, medo de se condenar, sentimentos nobres sobre os quais não faltam testemunhos. Nossas fontes falam menos sobre outro medo, oculto, sempre próximo, cotidiano; Ouçamos Marc Bloch:

Não foi, como acontece nos nossos dias, a angústia do perigo atroz mas colectivo... que representa um mundo de nações em armas; nem – ou, pelo menos, não como prioridade – por medo das forças económicas que esmagam os pequenos e os desfavorecidos pela sorte. A ameaça de cada dia pairava sobre cada destino individual;

Essa ameaça foi chamada de fome, pestilência, violência e a necessária fuga de tais pragas. Ninguém escapa: nas gigantescas festas da aristocracia, além da “aparência”, existe o medo de perder um dia; na ganância do frade que exige o dízimo, a de não poder pagar o tributo; nas preocupações do homem urbano, no subconsciente de Renart, o fantasma da fome, uma vez alimentado o senhor. Fermento de solidariedade? Não é muito provável numa época em que a caridade é um assunto pessoal; No máximo, é um fator que estimula a aproximação das fileiras do núcleo familiar – o que é positivo – para além das adversidades imediatas.

Ocidente do século ^{xi} não respondem às questões que o desenvolvimento do livro colocará ao leitor. Procurei apenas estabelecer - em traços gerais, mesmo forçando os traços, não o ignoro - a figura de um homem oriundo da Europa de meados do milénio examinado nesta obra. Fi-lo, sobretudo, para que sejam explicados mil episódios, mil reações surpreendentes aos nossos olhos, que encontraremos ao longo da exposição. Muitos dos nossos contemporâneos, dispostos a adjetivar como “medievais” apenas os aspectos repulsivos do nosso tempo, deixam de lado os bens da Idade Média; Minha intenção foi levar em conta ambas as facetas. Por outro lado, podemos nós próprios, profissionais da investigação histórica, garantir que compreendemos correctamente o âmbito dos acontecimentos no espírito da época, em vez de os classificarmos de acordo com as nossas próprias categorias racionais de pensamento? Cem exemplos lutam para sair da minha pena, mas só darei lugar a um, porque é bem conhecido e não contém antecedentes duvidosos, pelo menos em seu estado bruto; Além disso, é retirado de um simples setor da história, o das batalhas: em 19 de setembro de 1356, perto de Poitiers, o rei da França, depois de ter iniciado com o pé errado um empreendimento em que o sucesso poderia ter-lhe sorrido, Ele é derrotado e feito prisioneiro pelos ingleses. Não há dúvida sobre este fato. Se consultarmos os livros que narram este incidente, todos eles, mesmo os mais recentes, são unânimes: "desordem inevitável", "desastre previsível", "reino decapitado", "motins mortais", "guerra perdida", "impostos paralisantes " e outras lamentações do mesmo estilo; Quanto a João Bom, o monarca derrotado, depois da sua infeliz aventura não lhe ocorre escrever outra coisa senão: "Você perdeu o seu pai!" Com efeito, um pai: assim o entendiam os homens daquela época; e que pai! O “bom” cavaleiro, aquele que mantém intacta a honra da sua casa, o reino de França: ao contrário do que se poderia esperar, a monarquia está salva, como o império teria sido salvo em 1870 se Bazaine não tivesse rendido Metz . O inimigo não se deixou enganar neste ponto: ao permitir que o seu prisioneiro entrasse em Londres como um rei - porque não se podia dar ao luxo de fazer de outra forma - Eduardo, o soberano inglês, estava a renunciar à coroa de França. Paradoxo? De forma alguma. Reação do século ^{xiv}, contra a qual o nosso laborioso positivismo não atinge um nível elevado.

Por isso tentarei agora destacar as principais engrenagens do mecanismo, porque os seus movimentos e possíveis modificações determinam uma evolução que sem dúvida não nos permite adivinhar o quadro que esbocei até aqui. Ao fazê-lo, espero também explicar alguns dos principais campos de investigação actual, bem como os problemas

fundamentais da história económica e social da Idade Média que constituem o material básico deste livro, e desta vez sem me limitar a Europa.

Mais homens

A questão do trabalho é a primeira que me surge: como avaliar o crescimento ou a contracção sem ter em conta, acima de tudo, a disponibilidade existente de poder humano ou governado por humanos; A produtividade, obviamente, pode ser modificada pela extensão da superfície agrícola útil ou pelo nível técnico dos instrumentos de trabalho, mas o primeiro fator é o número de homens. Já disse, e ao longo do trabalho teremos que voltar ao tema, que durante muito tempo a solução para este problema básico foi impenetrável. Hoje, a diretriz, marcada por pontos de referência cujo número aumenta cada vez mais década após década, permite uma resposta global: considerando o milénio como um todo, percebemos um aumento bruto indubitável e importante, mas com altos e baixos cronológicos – o que é secundário. — e com desigualdades geográficas — o que é grave —, que motivam grandes inflexões na história deste tempo. Este aumento foi sem dúvida modesto em toda a Europa até ao século ^{viii}, depois do mais que provável declínio dos séculos ^v e ^{vi}; A seguir veio o início de um desenvolvimento demográfico relativamente forte na área mediterrânica até ao século ^x, com sinais mais discutíveis de expansão no Ocidente durante o período carolíngio; A partir de 1000, iniciou-se uma fase estacionária nas zonas costeiras do "Mar Latino", na qual apenas o século ^{xii} talvez tenha sido uma exceção; Por outro lado – e este é o facto principal – durante pelo menos dois séculos, no norte e noroeste da Europa houve um crescimento populacional contínuo que, segundo estimativas credíveis, deve ter triplicado o número de habitantes. O recuo subsequente, entre 1350 e 1500, ou mesmo mais longo em algumas áreas, foi grave, mas afectou todos os países; para que, no final deste processo, a pressão da Europa chuvosa continuasse a ser a mais poderosa, a mais conquistadora.

Isto acontece, aparentemente, por múltiplas razões, aparentemente não ligadas entre si: uma certa importância pode ser atribuída, por exemplo, à estreita estrutura familiar, brevemente matrimonial, que triunfa no Ocidente, e que é acompanhada por uma conjugal "modelo", como dizem os demógrafos, mais "natalista" do que aquele inerente às amplas estruturas às quais o Islão permanece fiel, com a entrega da criança a uma ama, os nascimentos separados por curtos intervalos, os segundos casamentos e a exogamia. No entanto, parece-me que devemos acrescentar a estas contingências humanas os dois factores que podem multiplicar a força contribuída por cada trabalhador: o animal e a máquina. E neste aspecto é decididamente a Europa, especialmente o do norte e do oeste, o das chuvas, das florestas, dos cursos de água abundantes, da erva, que assume a liderança; Mais a sul, faltam gado e cavalos de tração, os homens lutam para manter em estado de uso as rodas d'água e a *foggara*, que servem apenas para irrigação, enquanto no norte os moinhos que esmagam ou trituram multiplicam grãos, nozes, azeitonas, casca de carvalho, ferro, peles, serragem; Marx estava completamente correto ao relacionar a Idade Média "feudal" com o uso do moinho de água, a primeira maquinaria nascida fora da China ou da Índia. Pessoalmente, creio que o desaparecimento do escravo, utilizável até à morte mas de baixo rendimento, precede o aparecimento dos moinhos, e que nesta maquinaria devemos

ver mais um efeito do que uma causa da transição para um novo modo de produção. . Porque é disso que se trata: quem possui os animais, a máquina e as ferramentas de qualidade terá primeiro o poder económico e depois o poder político, sobre outros; Poderá organizar o empréstimo, o aluguer ou a utilização obrigatória da máquina, podendo obter parte dos seus rendimentos da sua actividade. Esta estrutura não é exclusivamente rural; Na cidade, o tear, volumoso e caro, poderia desempenhar o mesmo papel e servir de ponto de partida e apoio para um assalariado que não precisa do moleiro. Sempre é possível discutir a rentabilidade ou, melhor ainda, a produtividade da máquina ou deste e daquele animal da fazenda; Na própria Idade Média isso acontecia: considerava-se que o cavalo era muito frágil e caro; outro temia ficar sem corveas manuais; um terceiro, pelo contrário, considerava-se ameaçado de ruína ou despossuído. Mas o principal não reside nestes incidentes, mas sim no fosso que acabava de se abrir entre a tecnologia do norte e a do Mediterrâneo e que mal foi preenchido nesta segunda metade do século ^{xx}.

Trabalhe sem lucro

A produtividade do mundo medieval poderia ter dependido, como acabo de dizer, de estruturas demográficas ou técnicas, e também estava sujeita, é claro, às condições do quadro geográfico em que se desenvolveu. Por outro lado, não se costuma atribuir a devida importância aos “fardos sociológicos”, para usar uma expressão contemporânea, susceptíveis de modificar o seu âmbito. Esta segunda primavera da economia medieval não surpreenderá ninguém que tenha compreendido a importância, naqueles tempos, do irracional, que condiciona “superestruturas ideológicas” suficientemente fortes para impedir, se não anular, o impacto de uma nova técnica ou de uma iniciativa. Deixemos de lado a rotina dos camponeses ou a preguiça dos trabalhadores, clichês do século ^{xix} que poderiam muito bem não ter nenhum significado aplicado a épocas anteriores. É mais difícil ignorar a sabotagem deliberada do trabalho exigido, eco distante da escravidão mas sem risco de castigos corporais: a corvea mal feita, o serviço que fica à espera, o grão que é deliberadamente entregue de qualidade medíocre; Quem sabe se durante séculos não houve outro meio de minar o “feudalismo”, fonte de oposição de classe? Mas penso que a própria concepção de trabalho e produção é ao mesmo tempo mais importante e mais tenaz.

Trabalhar é natural? É essencial trabalhar para produzir? Depois da época em que o gado humano se encarregava de fazê-lo, esta questão do trabalho perpetuou-se de século em século, de Sêneca aos *punks atuais* : o trabalho exaustivo, humilhante, pelo menos manual, desvia a mente para tarefas ignóbeis,. é um sinal de alienação e degradação; Constitui uma atividade servil e, ao estabelecer uma hierarquia, é melhor pegar ou mendigar do que produzir, da mesma forma que é melhor vagar com a tribo do que se estabelecer, ou ser pastor do que camponês: velho maldição bíblica, castigo de Caim, orgulho do nômade beduíno, desculpa para os patrícios ociosos. Mas há mais: Jesus e os seus discípulos não trabalham, mas colhem o trigo alheio, e Maria, que pensa, escolheu a “melhor parte” em vez de Marta, que lhe dá a vassoura; No máximo, o monge é o único personagem que, à força de cavar, busca expiação no esforço e arruína seu corpo para salvar sua alma. Como explicar, sem este pano de fundo, o mal-estar e o desconforto da

Igreja quando se trata desta questão, o sucesso dos eremitas do século ^{XI}, dos cistercienses isolados do ^{século XII}, dos frades mendicantes do ^{século XIII}, não mencionar o monaquismo bizantino? A tentação de desprezar o trabalho torna-se tanto mais viva quanto mais contaminado ele estiver pelos compromissos e quanto mais desprovido de sentido for percebido, como é o caso no nosso infeliz século. Quanto à sua justificação prática – adquirir mais liberdade e depois acumular lucros – seria bom se houvesse uma distribuição equitativa. Como diz Léopold Gónicot: “Sem ser mais marxista que os outros, acredito que a ideia de lucro sempre esteve presente no coração do homem”. Isto é sem dúvida verdade, mas quem pode atingir tal objetivo? Além disso, só existe economia de lucro quando o excedente produzido é direcionado para a expansão desses lucros ou negócios, com reinvestimento e controle do trabalho alheio, estrutura que conhecemos bem. Por outro lado, o que vemos até pelo menos o século ^{XIII}, com exceção de alguns pequenos grupos de comerciantes que a historiografia destaca de forma abusiva? O senhor exige, e se necessário toma à força, uma parte do produto dos esforços dos seus homens; Se for um guerreiro, ele organiza ataques e pilhagens; se for rei, estabelece um regime tributário; se for de prelado, não perdoa um só dinheiro que lhe corresponda; mas as somas assim arrecadadas devem ser gastas, distribuídas, desperdiçadas; aceitar dar, sem desejo de acumular ou investir, característica compartilhada até pelo comerciante que liquida sua fortuna quando chega a morte. Este procedimento irrita o nosso espírito de poupança burguesa: inútil, inepta, primitiva... Contudo, os textos sagrados parecem dizer-nos que é assim que Deus quer; Por outro lado, não levamos em conta a dimensão sagrada da esmola, do banquete, da festa: sem contar, tal é a atitude “nobre” ou “santa”. Daí o curioso destino, nos manuais escolares, das personagens que, segundo os nossos valores, deveriam ser elogiadas pela sua “economia sensata” ou pela sua “capacidade de manobra”, mas que, pelo contrário, ainda são assombradas pelo eco das maldições, se não o desprezo, de seus contemporâneos: precisamos lembrar a animosidade a que Luís IX —, o “homem santo” que abandonou a Aquitânia aos ingleses e marcou os judeus como se fossem gado, e Carlos V, “restaurador” da ordem, que conseguiu realizar a proeza de reunir os elogios do seu tempo e dos de hoje, graças ao facto de, por um lado, ter restaurado as finanças espoliando o seu povo até à saciedade, e por outro lado, ele teve a inspiração de cancelar todas as suas medidas quando viu a morte chegando? Porque o pior dos pecados, aqueles que condenam o indivíduo à exclusão suprema - cuja sentença lhe será comunicada no dia do julgamento - são a *superbia*, o orgulho que o leva a não temer a Deus nem aos homens, e a avaritia, a ausência de graça.

Neste contexto psicológico, a produção, o trabalho ou a sua inexistência são integrados num esquema que, pelo menos idealmente, está muito bem justificado. Não gosto da palavra “feudalismo”, arcaica, germânica e de etimologia bastante ambígua, e não me parece que “seigneurialismo” seja menos eufônico; mas, deixando de lado o problema das denominações, este é o “sistema” a que me refiro, e não poderia ser entendido sem o que foi explicado nas páginas anteriores. Livre ou não, o produtor está confinado na sua cela doméstica indiferenciada: ali tem as suas ferramentas e o trabalho da sua família, e tem o poder de decidir a distribuição de tarefas e obrigações. Produz para viver e manter os seus instrumentos de trabalho, ferro, animais, ferramentas compradas a um artesão, tudo isto implica contacto com locais de troca, onde, no entanto, o dinheiro não intervém necessariamente. É sobre suas *necessidades*. Se for proprietário da sua casa ou dos

terrenos que cultivava, deverá zelar pelo bom estado desses bens; Se você alugar, você paga uma taxa sem atrasar muito mais que nossos contemporâneos. O seu objectivo é comer, não investir e prosperar. Mas ele deve entregar a um cavaleiro, de uma forma ou de outra – são muitas e diversas – uma parte dos frutos do seu esforço. Isto, portanto, deve exceder o mínimo estritamente “necessário”. Ora, a transferência desta parte que serve ao senhor para alimentar o seu povo e satisfazer as suas ambições de poder, justifica-se pela contrapartida que o senhor lhe oferece: protecção, lei, ordem e recursos, que hoje em princípio estariam garantidos pelo Estado. O facto de exigir mais do que o necessário, e de o desperdiçar, pode indignar-nos, mas seria ignorar que o prestígio do senhor reside precisamente nestes abusos; As “implicações do título” são apenas um aforismo para os laiaos do século ^{XIX}. Entre as duas partes existe um contrato, entendido até cerca de 1200, escrito no século ^{XIII}. Até então, os abalos se devem ao descumprimento de cláusulas tácitas que fazem parte do costume; É-nos difícil vislumbrá-los, pois, nos documentos, as suas formas inusitadas quase não deixaram vestígios. Uma sentença iníqua proferida por um tribunal aristocrático pode constituir um sinal; uma condenação por heresia atesta uma violação mais estridente das regras; Mas o que sabemos sobre o nobre agente assassinado, sobre a filha do mordomo ter sido violada, sobre os palheiros do senhor terem sido incendiados, sobre os atrasos no pagamento do imposto? A tensão é constante, assim como os reajustes determinados pelas flutuações económicas, e é preciso ter muita miopia para não ver nisso um tipo de luta de classes adaptada à situação medieval. A partir de 1250 ou 1275, as coisas mudam, primeiro porque o Estado renasce, depois porque nada funciona como deveria: o senhor já não cumpre os seus deveres, o produtor vê as suas *necessidades perigosamente ameaçadas*. É uma crise de sistema que está começando.

Um “ecossistema” frágil

Não me cabe, na presente introdução, antecipar as explicações que podem ser dadas para este colapso do “feudalismo”; Contudo, pelo menos uma é importante, uma vez que revela parcialmente a terceira e última das fontes fundamentais da economia medieval: um equilíbrio “ecológico” sobre o qual temos apenas uma ideia distante.

Se o essencial é comer, tudo deve ser imediato e seguro. A especulação sobre modas ou necessidades, a especialização de produtos ou regiões, como já anunciada no século ^{XIV}, significa o fim do ecossistema anterior, típico dos oito ou nove séculos anteriores. O seu equilíbrio baseava-se numa dieta rica em calorias e matérias-primas imediatamente disponíveis; Talvez, na Europa, a seda, o ouro ou a pimenta constituam um ramo comercial fascinante de descrever, mas não estou interessado. O que conta é a madeira, a lã das ovelhas, o couro dos bois, o cânhamo encontrado junto aos cursos de água, o ferro extraído dos solos argilosos mais ricos, o sal que serve para tudo. São proteínas animais, carboidratos de cereais, lipídios vegetais ou animais; frutas e “ervas” virão como complemento, se possível. Todos estes elementos formam um equilíbrio, e qualquer modificação deste equilíbrio pode causar o colapso do edifício, o que significa a fome ou a epidemia que se segue. Como a terra exige mil cuidados, mesmo quando não é mais necessário deslocar-se ano após ano em busca de novos campos, as proteínas e os lipídios animais virão da floresta, que também deve ser preservada pelos seus frutos, pela sua

casca, pela sua galhos secos para lenha, seus troncos para construir. Se a floresta diminuir e se o gado não puder ser mantido no estábulo, é essencial melhorar o desempenho. Conhecendo-a melhor, a história da alimentação constituiria um teste de primeira linha para o historiador; Lynn White, observando o progresso da agricultura já no século ^x, exclamou: “O século ^x está cheio de ervilhas”. Poderia ter acrescentado carboidratos, alimentos farináceos, sopas grossas com que os homens engordam, pães, mingaus, bolos, todas as substâncias que elevam a ração diária de calorias por indivíduo para 4.000 ou mais, quando 3.000 já nos pareceria um número estimável ; Por outro lado, carne de qualidade medíocre, porque o gado está solto na floresta e mal alimentado, poucas vitaminas, uma alimentação desequilibrada que só o senhor, que se empanturra de produtos da caça, talvez consiga compensar. Os cemitérios revelam deficiências nutricionais cujas consequências são perceptíveis nos ossos; Não há dúvida de que a situação melhora depois de 1100, mas a fragilidade da espécie ainda está sujeita aos caprichos da natureza: basta um ano ruim ou uma fase úmida para começar depois de 1300 para que os grãos apodreçam, as espigas atrofiadas. colhido, os úberes dos animais param de fluir e o bacon torna-se escasso; A fome chega e logo depois a peste. E como, para não deixar de comer, os nobres fazem a guerra, a Europa entra numa fase de “calamidades”. Quem se importa então com a coroa da França! Assim, é necessário preservar tanto a floresta como as terras agrícolas, um equilíbrio difícil mas no qual todos estão interessados, porque dele dependem as *necessidades de uns e o desperdício de outros*.

Poderão objetar que continuo a falar exclusivamente da Europa e, mais ainda, do Norte, acima de tudo. Não sem razão: mais a sul, já no Languedoc – e o que dizer do Magreb ou da Síria –, as feridas são evidentes; porque, às dificuldades causadas pelo clima - que tornam os homens mais sóbrios, é verdade, mas sem, como por vezes se afirma, poder realmente alimentá-los com leite de burra e algumas tâmaras, queijo de cabra e azeitonas - soma-se a isto é a mediocridade dos solos e o relevo acidentado, que isola o grupo e os obriga a viver do que produzem, ou seja, com muito pouco. Algodão e linho, cevada ou cana-de-açúcar, ovelhas e sua lã, azeitonas e tâmaras afastam o perigo de desnutrição; Mas nestas áreas, sem trocas, o ecossistema não é estável: falta de ferro, pouca madeira, falta de água; É necessário remodelar as encostas, irrigar com grandes dificuldades; e, afinal, a porção cristã deste mundo come carne de porco e bebe vinho, ambos descartados no sul, onde o calor estragaria o primeiro e tornaria o consumo do segundo temerário.

Neste equilíbrio precário não devemos esquecer o papel das cidades; Neles só se pode contar, para viver, com os porcos que limpam a imundície das ruas ou com os pomares e campos incluídos no recinto amuralhado; A madeira, o ferro, a lã trabalhada nos teares urbanos vêm de fora; Por outro lado, só na cidade o senhor pode encontrar o que o distinguirá do idiota: peles, jóias, bordados, talvez cavalos e armas à sua escolha; O monge também encomendará o relicário a uma oficina da cidade, cuja talha nunca sonharia confiar ao ferreiro da aldeia. Assim, a cidade surge, inevitavelmente, como um elemento em contradição com o ecossistema, pela sua própria natureza; Ou seja: independentemente de também partir para a ofensiva, tentando controlar as suas fontes de abastecimento em alimentos ou matérias-primas. E se for um monstro urbano como Constantinopla, Bagdad, Córdoba, Cairo, ou mesmo Paris e Milão na fase final do nosso período, estes leviatãs procurarão até vinte e trinta léguas das suas portas o que necessitam para viver. Embora, no máximo, apenas um em cada cinco ou oito homens viva nas cidades, a sua emergência

no equilíbrio económico e social introduz um elemento perturbador. E sobretudo num plano cuja menção terá faltado nas páginas anteriores e que, deliberadamente, não abordei até agora: o do dinheiro.

Naturalmente, não é absurdo nem impossível prolongar uma economia de escambo; Mas como fixar os respectivos valores dos produtos sujeitos às hipóteses de origem distante ou de natureza caprichosa que modificam constantemente seus preços no mercado? O dinheiro, ou melhor, a moeda, nada mais proporciona do que uma conveniência técnica: isto foi compreendido há muito tempo; no Ocidente, pelo menos, até o século x. Mas, nestas condições, para adquirir um objecto novo ou precioso na cidade, ou mesmo no mercado da aldeia, é necessário dinheiro, especialmente no final da época, quando a colheita ainda não foi feita e seria imprudente parte com as provisões de reserva. O dinheiro que o senhor necessita é exigido do produtor, e para fornecê-lo e também poder ter uma quantia para si, este deve vender e, conseqüentemente, produzir mais. Começa assim a delinear-se uma economia de mercado, à qual a cidade acrescentará a sua tentadora montra e, mais tarde, o salário pago aos operários das oficinas. Em suma, à medida que o dinheiro, acompanhado do seu lucro laicaio, desempenha um papel de importância crescente nas relações humanas, não só o “feudalismo” – um sistema sinallagmático de benefícios teoricamente equivalentes – mas também o ecossistema é afectado em bloco. Na verdade, se a moeda permite adquirir o que falta, já não há necessidade de insistir no respeito pela divisão da natureza em dois sectores, o *infield* e o *outfield* dos geógrafos ingleses, a *planície* e o *bosc* dos romanos *Courtois*, o *ager* e os *sais* dos agrónomos romanos. O avanço ou recuo das terras virgens corresponde então a modificações profundas na relação entre o homem e a natureza, e não a reajustamentos temporários; O mesmo se pode dizer dos laços que unem o produtor e o seu senhor. Assim, o “declínio do sistema senhorial” não deve ser visto como a origem exclusiva do colapso da estrutura medieval “clássica”; a causa final está na cidade. É correcto procurar as primeiras estruturas capitalistas, as primeiras manifestações dos “valores burgueses”, os primeiros sinais do individualismo e da mentalidade empreendedora.

Talvez neste ponto o leitor perceba melhor a espinha dorsal da nossa exposição, o que lhe confere dinamismo. Na Europa Ocidental, a Idade Média assistiu ao nascimento, ao estabelecimento e, finalmente, à desintegração gradual de um certo tipo de produção, de uma certa ordem de relações humanas. Fora da Europa, as contingências são demasiado diferentes para se poder fingir, sem artifícios, que existe a mesma evolução. Por isso, nosso trabalho não se orienta por diretrizes como: nascimento, vida e morte do “feudalismo”; Se o fizéssemos, concentraríamos toda a luz dos holofotes na Europa; e, no final da viagem, não teríamos nada mais do que um cadáver diante de nós. Ignoremos, então, a evolução desta estrutura, que é uma etapa da história do homem, frágil como todas as outras. Pelo contrário, se examinarmos os primórdios da época que vamos explorar e depois direcionarmos o olhar para o seu período final, as mudanças são óbvias: no ponto de partida, o dom e a protecção governam as relações humanas, e o seu preço está pago. , de diversas maneiras, por todos os homens, alguns dos quais nem sequer recebem este nome; No ponto de chegada, uma economia de mercado – urbana ou não –, a procura do lucro e a vontade de investir ou expandir animam a Europa, mas aparentemente só ela. Entretanto, ocorreu uma dilaceração mental pela qual os “valores burgueses” que mencionei um pouco acima – espírito empreendedor, gestão racional, desejo de lucro, interesse privado – substituíram

os “valores nobres”, esmola, submissão, costume , bem público. Além disso, e em parte devido à dissolução do “feudalismo”, o *homo faber* , o trabalhador “cru” dos primeiros séculos, tornou-se um *homo oeconomicus* , um produtor cujo esforço se enquadra num novo sistema económico, onde as trocas, os investimentos e a procura de mercados dão origem a iniciativas ousadas e muitas vezes belicosas. A segunda metade do milénio medieval é caracterizada por um notável aumento das ferramentas técnicas e por uma significativa expansão demográfica – apesar do refluxo final – que favoreceu inquestionavelmente a Europa cristã, e especialmente o norte e a vertente atlântica, as duas áreas que melhor correspondem a ambos. as novidades e as constantes. Como dizem os economistas de hoje, no final da Idade Média, a Europa “começou a decolar”.

Este fenómeno capital, do qual a subsequente conquista do mundo é o culminar lógico, apresenta uma série de aspectos que o historiador é tentado a estudar por si próprio; atitude fundamentalmente equivocada. É o que acontece, em primeiro lugar, com a mudança sofrida pelas relações entre o campo e a cidade: esta última, ávida, equipada e conquistadora, é aquela que está agora à frente do mundo, onde se fazem fortunas e a política, nela o desenvolvimento de um capitalismo mercantil e artesanal, o assalariado e a apropriação dos instrumentos de trabalho pelos senhores são discernidos mais cedo e melhor do que em qualquer outro lugar. A seguir surge a polarização social para os extremos da escala humana, com fundamento económico e não mais espiritual ou legal como no passado; Esta polarização divide cada uma das antigas camadas, cada uma das “ordens” de intelectuais, e constitui a base das rivalidades sociais, das “lutas” agora mais visíveis, e também mais compreensíveis para os sociólogos de hoje: grandes nobres palacianos e nobres famintos , camponeses prósperos e trabalhadores de barriga vazia, senhores hereditários do comércio e trabalhadores pagos com salários diários, comerciantes enriquecidos com pretensões de nobreza e perigosos desempregados. E como o controlo exercido sobre os homens já não é outro senão o do senhor, visto que em seu lugar se infiltra e se impõe a tributação do rei ou a justiça dos seus agentes, há quem não hesite em usar a expressão “ feudalismo estatal.”, e ao considerar a monarquia absoluta cega e degradante do século XVIII como sua filha cruel . Como não deduzir dos dados disponíveis que o poder ligado ao dinheiro e ao interesse pessoal - chamado “bem público” - domina agora a Europa ? Para sobreviver, a Igreja não demorou a expressar a sua convicção de que assim era; e tal como garantiu a absolvição e a cobertura espiritual ao “feudalismo”, abençoou e encorajou o outro efeito desta mudança de capital: a expansão ultramarina em busca de metais preciosos ou produtos lucrativos. A consequência foi a colonização dos restantes continentes, um empreendimento conjunto do comerciante, que espera o lucro mas recusa as dificuldades; do príncipe, que subsidia pensando tanto nas finanças quanto na glória; do segundo ocioso, que sente despertar nele o apetite de pilhagem, de violação e de racismo, e dos eclesiásticos, que estão convencidos da necessidade de salvar almas fora da sua influência.

Acho que justifiquei o tom e a organização do projeto. No ponto de partida, temos áreas económicas e culturais, rivais mas complementares, muitas vezes herdeiras do mesmo legado e com estruturas idênticas, mas cada uma com as suas possibilidades e servidões próprias: o corpo mutilado da Romanía , cujas partes ainda vivas conservam notáveis solidez; o Islão, catalisador da mais seleta herança antiga, mas um conjunto inacabado de costumes e culturas outrora irreduzíveis entre si; finalmente, o Ocidente, uma

massa movimentada e inorgânica onde fermentam monstros e tesouros. No ponto de chegada, o que se destaca sobretudo é uma concentração de todas as forças do futuro no terceiro destes espaços, que a partir de então organiza na sua periferia as restantes áreas económicas e culturais, eslavas, turcas, sírias, egípcias. , Magreb, preparando-os para servirem de etapa intermédia no momento do salto para os mundos que ainda estão fora do seu alcance, a América, a África negra ou o Extremo Oriente. O facto de este ressurgimento ter prevalecido, pouco a pouco, entre 1000 e 1500 é a razão pela qual a Europa deveria ter o papel principal no nosso campo de estudos. É claro que cada uma das três áreas acima mencionadas poderia ter sido abordada separadamente, com o que a história ofereceria, sem dúvida, maior coesão local; ou tratar um após o outro dos grandes temas desta evolução depois de ter enfatizado bem a base inicial e mostrado a boca, que teria seguido melhor o desenvolvimento lógico. No entanto, parece-me que ao tomar como critério a cronologia, torna-se mais evidente o processo essencial na sua implementação e fases: a existência, no início, de dois campos - e depois três - em que inegavelmente ocupa a Europa Ocidental, o último lugar; mais tarde, a acumulação primitiva em suas mãos de todos os triunfos, enquanto o Islã e Bizâncio, já alcançados, estagnam; e, finalmente, o seu primeiro salto em frente no meio do ruído causado por múltiplas crises, das quais emergirá uma nova Europa, moderna, capitalista e conquistadora do mundo.

A FORMAÇÃO DO MUNDO MEDIEVAL

350-950

PREÂMBULO

Incrustada à força, durante cem anos ou mais, nos cérebros das crianças, gravada em todos os lugares, escrita, repetida, fica à beira da estrada a afirmação peremptória: “A Idade Média começa quando a antiga civilização mediterrânica se extingue”. Paul Valéry afirma que todas as civilizações são mortais, e André Piganiol, por sua vez, exclama: “O Império Romano foi assassinado!” Cegueira culpada! As civilizações não morrem; Envelhecem e acabam se transformando em outro: o que foi esmagado na América pelos canhões dos espanhóis é evidente no século ^{xx}, do Peru ao Rio Grande; os da África negra, violados, escravizados ou corrompidos, não desapareceram da face da terra, como prova a sua persistência tanto na Louisiana como nas margens do Zambeze; nem os do Oriente Próximo, da Índia ou do extremo leste e sudeste da Ásia pereceram, dilacerados por conquistas, saques e opressão; nem o nosso, o da Europa Ocidental, embora o seu aparecimento no nosso tempo surpreendesse o homem da Idade Média, da Revolução Francesa ou do Segundo Império. Os estudiosos do século ^{xvii} que situaram Clóvis e Carlos Magno na antiguidade perceberam esta continuidade melhor do que os seus sucessores ^{do}

século XIX •

De um mundo para outro?

Mas é necessário começar. Onde podemos apontar uma cesura para justificar sem artifícios excessivos que entre 350 e 450 um mundo deu lugar a outro? Em que ponto é ultrapassado o limiar da Idade Média? E, sobretudo, os homens daquela época estavam conscientes de fazer esta transição? Lendo seus escritos – nem todos são solventes – fica claro que deixaram principalmente duas impressões. Em primeiro lugar, expressam um sentimento tenaz de cansaço e desesperança; Não percebem nada além de guinchos na máquina do Estado, deploram os abusos flagrantes, as injustiças cruéis, a ausência de qualquer faísca que lhes permita confiar no futuro; Procuram na fuga ou na rebelião um hipotético remédio para a sua “crise da sociedade”; Os laços que unem os mais abastados entre eles – laços de cultura, de interesses, de costumes comuns – continuam a funcionar, da Bretanha à Síria, mas a correspondência que mantêm, sejam bispos ou retóricos, trata apenas da urgência de uma *renovação*. Em segundo lugar - para eles este ponto é menos essencial - encontram-se rodeados de demasiados estrangeiros, a quem pagam, alojam e empregam, mas cuja língua, costumes e hábitos alimentares os chocam e os alienam: Sidónio, bispo de Clermont, em em cuja diocese estão assentados godos, considera-os demasiado familiares e pegajosos, e queixa-se do seu cheiro a cebola e manteiga rançosa. Mal percebem a origem cronológica deste mal, pois dura pelo menos desde 250 ou 300, mas por outro lado, têm a firme convicção de que a sua perpetuação não é inevitável e que

o seu fim se aproxima. E estes dois sentimentos são tão claros, e ao mesmo tempo tão semelhantes aos que caracterizam o nosso século ^{xx}, que, no que me diz respeito, penso que nos encontramos numa situação idêntica à dos “romanos” da época. das “invasões”, com a diferença que atualmente estas vêm do sul e não do norte; inversão de papéis...

Nós, que temos o privilégio de conhecer o futuro dos homens daquela época, somos talvez mais sensíveis a duas características que raramente mencionam ou que não acreditam serem duradouras. Notamos o colapso das antigas estruturas administrativas, o bloqueio progressivo das engrenagens do Estado, a substituição por outro tipo de autoridade que emanava da *res publica* ; Na verdade, só podemos apreciar claramente tais fenómenos na Gália, na Bretanha, em Espanha, na Ilíria e em África; Nas restantes áreas, as crescentes divisões regionais permanecem escondidas, cobertas por um manto de Noé, o “poder imperial”. Parece-nos também que os objectivos tradicionais da *Roménia* foram modificados: quase não se fala de *limes* , de fronteiras a defender, de civilizações a preservar ou de um exército popular; Levantam-se vozes para celebrar o sangue novo que irriga o império, o dos homens que atravessam incessantemente o Reno, o Danúbio, o Eufrates ou o Atlas. Aqueles que assim dão as costas à velha reflexão obsidional de Roma são cristãos para quem todos os homens são irmãos, pobres ou intelectuais lúcidos que esperam a renovação destes homens sem passado que chegam como soldados, como camponeses, como ferreiros, como “domésticos”. .” As suas “invasões” têm por vezes, é verdade, um aspecto global e violento que impressionou os cronistas da época e que continua a ser propagado nos nossos manuais escolares; mas a infiltração individual, ou em pares, ou em pequenos grupos, começou já em meados do século III, e os alemães têm razão em preferir o termo “deslocamento de povos” (*Völkerwanderung*) ao de “invasão”, que está mais próximo para a realidade. Por outro lado, contesto a veracidade da terceira faceta, tantas vezes invocada, desta transição para “outra coisa”: o “regresso” cultural e político – alguns autores atrevem-se a acrescentar económico – que estes “estrangeiros” supostamente causaram, esses “bárbaros”, cujo nome não tinha então a atual conotação pejorativa. São sobretudo os franceses que estão indignados - excepto alguns fanáticos do regresso ao celticismo tal como ainda o são, que se regozijam com a ruína do antigo conquistador; Os italianos e os espanhóis suspiram, mas discernem melhor as nuances da transição; Os alemães, evidentemente, aplaudem, sem prejuízo de depois derramarem uma lágrima pelo colosso caído. Talvez seja necessária maior simplicidade: qualquer julgamento moral ou qualitativo não está cheio de armadilhas e erros? Os corpos misturados nos cemitérios, os casamentos mistos que se toleram, os direitos que se ajustam, revelam, na minha opinião, uma osmose lenta e irresistível, talvez mais sofrida do que desejada, mas que não se explicaria se, a todos os níveis e em todos os terrenos, os dois mundos não estavam em pé de igualdade. Não no Oriente! -será respondido para mim-; simples discrepância cronológica, como se verá mais adiante com os eslavos, os árabes ou os berberes, além do fato de que opor a arte das estepes ao helenismo constitui uma discussão vã. Por outro lado, onde existem, os núcleos de resistência nada têm de “reserva de elites”; só contam as massas: cegas ou consentidas, acordaram, novas, na Idade Média.

Como temos que tentar resolver a questão, o melhor é explorar todas as áreas em que os homens se movem e procurar nelas um vestígio que nos permita traçar uma demarcação. O número de indivíduos? A verdade é que não podemos determinar com precisão a sua variação. Com o apoio do raciocínio, das "impressões" e das probabilidades climáticas, a demografia histórica tende a persuadir-nos cada vez mais de que a região mediterrânica viveu então uma dessecação brutal, com a sua sucessão de fomes, malária e epidemias, que ao mesmo tempo diminuiu o vigor e produtividade de todo o flanco sul do Mare Nostrum; Mais a norte, pelo contrário, o aquecimento atmosférico levou os povos das florestas e das estepes a migrar para as regiões do sul. A interrupção das guerras de pilhagem, os fornecedores de mão-de-obra gratuita e a necessidade de trabalhadores imigrantes do outro lado do Reno e do Danúbio são factores que se combinam para justificar as "invasões" e muitas das suas peculiaridades. Não é tão certo que esta afirmação também possa ser aplicada ao leste do Império, onde, em qualquer caso, estes factores parecem menos pronunciados. Por outro lado, numa questão semelhante, onde estabelecer uma linha intransponível? Observemos, então, a causa e o contexto, mas desistimos de atribuir-lhes uma data.

Deixemos também de lado a mutação cultural, sobre a qual disse duas palavras acima. É verdade que o latim está corrompido e o grego está perdendo terreno; os espíritos refinados deploram-no e os testemunhos abundam; A arte helenística murcha e os monumentos tornam-se grosseiros. Mas a evolução vem de longe: já no século II levantaram-se vozes para reclamar de tais deteriorações. Os julgamentos de valor contam ainda menos na arte do que na literatura: são uma questão de gosto e de perspectiva. Além disso, que data podemos apontar neste campo quando desde Ulpiano, no século III, até à "lei Gombetta" do século VI, não há fim para escrever e inovar?

A instância espiritual merece ser examinada mais de perto. Os dois mundos que surgiram da *Roménia*, bem como do Islão posterior, são monoteístas e têm as suas raízes nos antigos cultos orientais. Oriental? O facto é que os neoplatónicos do século desempenharam um papel não negligenciável nesta evolução, também multissecular. Devemos limitar nossa inspeção ao Cristianismo? Não tem uma boa imprensa entre os historiadores da antiguidade tardia; A sua propaganda igualitária ou não-violenta e o seu desprezo pelos assuntos meramente humanos poderiam arruinar o sentido cívico, o patriotismo e a lei a partir de dentro, e abrir as portas aos bárbaros, em nome da justiça universal contrária à da cidade. Vamos aceitar esse raciocínio, mesmo que tenha muitos postulados. Teremos que escolher como momento-chave o triunfo completo da nova fé, a fundação de uma nova ideologia? Esta opção leva-nos, no leste do Império, a penetrar na densa selva das disputas dogmáticas entre seitas das diversas províncias, com nuances mais ou menos rebeldes, que acabarão em grande parte varridas pelo Islão; No Ocidente, as necrópoles mostram que muito tempo se passaria, até os séculos VIII e IX, antes que a religião oficial triunfasse definitivamente. Será preferível, então, voltar ao início e adotar como data 325, ano do primeiro concílio geral, autorizado publicamente pelo imperador Constantino, em Nicéia? Poderia ser, mas depois de ter superado a gravíssima crise do século III, a *Roménia* parece então uma construção válida, e permanece intacta: não estamos na Idade Média; Assim, se ignorarmos este detalhe, nada nos impede de recuar ainda mais no tempo, até às perseguições de Diocleciano no final do século III.

A categoria do político, que hoje vemos como uma aparência enganosa, menos importante que as estruturas sociais, preocupou muito os nossos pais, para quem estabeleceu – e continua a estabelecer – a imprescritível fronteira cronológica. Os eventos para escolher são muitos e têm um aspecto mais simbólico, mas a escolha é igualmente problemática. Consideraremos que o “fim da unidade da *Roménia*” chegou no dia em que o Império Romano deixou de estar inteiramente nas mãos de um único homem? 395, morte de Teodósio. Quem poderia prever que nunca se reuniria? Agora, várias décadas depois, em 476, depois de ter expulso de Roma, com a maior facilidade, o “último imperador do Ocidente”, o bárbaro de serviço enviou a Zenão, o imperador de Constantinopla, a insígnia imperial: de direito, a unidade é restaurada. Decidiremos, então, nesta última data? Não chamou a atenção de nenhum dos seus contemporâneos e, cinquenta anos depois, Justiniano, imperador “romano” do Oriente, não conseguindo pisotear a cidade com os próprios pés, fará com que ela seja ocupada pelos seus soldados. Preferiremos recuar até à morte de Constantino (337), ou ficaremos em Majoriano, o último imperador que legislou no Ocidente (460)? último exército que ainda pode ser descrito como “romano” foi pulverizado pelos godos em Adrianópolis, ao sul do Danúbio? A menos que tomemos posição a favor do saque de Roma levado a cabo por Alarico (410), que teve uma ressonância enorme e duradoura no Império aterrorizado e até provocou as lágrimas de São Jerónimo na sua retirada do Oriente; ou pela escrita de *A Cidade de Deus*, em que Santo Agostinho abandona a cidade dos homens (425); ou talvez pelo “consulado” de Clovis (510). Na realidade, pouco importa se escolhemos um ou outro destes acontecimentos como um marco marcante, porque nenhum deles constitui um facto verdadeiramente novo que anuncia o futuro, nem há nenhum que seja um símbolo de morte. Se decidirmos procurar a cesura na história das “invasões”, há muitos episódios que podem parecer significativos, desde a instalação oficial dos francos ao sul do Reno em 270, até à penetração dos eslavos para além da cordilheira dos Balcãs. por volta de 600, passando pela travessia do Reno sobre o gelo em 406, a morte de Átila em 453, e tantas outras que compõem um amplo leque de possibilidades. É melhor desistirmos.

Finalmente, permanecem as mutações da economia e da sociedade, aquelas que realmente contam: declínio da escravatura, fortalecimento do “mecenato” rural, ruptura entre cidade e campo, aumento do desequilíbrio entre Ocidente e Oriente, confusão entre Estado e propriedade do príncipe. Estes são os fenómenos importantes que proponho examinar mais de perto; Mas antes de iniciar esta empreitada, abandono a minha pergunta inicial sem responder: a Idade Média é a continuação natural da Antiguidade; entre 330 e 360 ainda não chegamos lá; depois de 460, certamente sim.

O que dura

Através das inúmeras hesitações que acabo de expor diante de seus olhos, o leitor terá notado, pelo menos, a seguinte peculiaridade: em nenhum campo houve uma mutação óbvia, brutal e completa. Porém, tateando em meio a essa neblina, é possível perceber os elementos que ainda estão de pé e permanecerão assim por muito tempo, outros que estão desmoronando ou balançando em nosso caminho, e também outros que são inesperados e novos.

O que dura deve a sua permanência tanto às reações morais como ao tipo de estruturas em que o homem está colocado. E vejo a violência e o seu culto aumentando, em primeiro lugar. Durante muito, muito tempo, exaltou-se o ideal romano de um exército composto por cidadãos camponeses e ao serviço dos assuntos públicos, celebrou-se a *pax Romana*, em oposição ao regime do bando guerreiro que ignora o Estado e se rende a intermináveis acertos de contas. Esta opinião permanece solidamente ancorada na memória colectiva, e os turiferianos da Antiguidade não hesitam em exaltá-la: é esquecer os abomináveis saques e massacres dos heróis puros que foram Cipião, César ou Trajano, esconder atrás dos escravos de Séneca os discursos do filósofo, a desistência de assistir aos gladiadores e as “brincadeiras” do circo, o assassinato dos que atrapalham, os levantes pretorianos e a eleição de imperadores analfabetos de suas fileiras pelos soldados. É impossível esconder as convulsões militares e as intrigas sórdidas que marcam toda a história de Roma, para não falar da da Grécia. Esses homens que se matam por uma ninharia no tempo de Gregório de Tours e que se massacram em nome da religião antes de Heráclio não são “bárbaros”, mas “romanos”. O culto à força, ao prestígio do guerreiro, não nasceu com Wotan ou com os Nibelungos. Além disso, são desculpáveis ou explicáveis nos povos duramente confrontados com os rigores dos desertos, no sul, ou com os de uma terra difícil, no norte: os recém-chegados são pessoas de armas por necessidade. Mas será que beber um copo cheio de sangue fresco de cavalo é pior do que jogar um escravo às morenas ou um cristão aos leões?

A outra faceta da sociedade, em parte ligada à anterior, é normalmente discutida, parece-me, com menos frequência, e não causa qualquer disputa de princípio: é a mobilidade dos homens. À primeira vista, esta observação é surpreendente. Pensamos no universo urbano, nas *villae* bem implantadas no terreno, nas estradas indestrutíveis; a mesma legislação procura acorrentar os homens à sua aldeia e à sua ocupação, exige que Majoriano ainda repita em 460. A desordem deveria levar os indivíduos – e este é frequentemente o caso – a reunir-se em torno de um pai, um senhor, um chefe de guerra; O rigor dos textos confina o homem desta época ao seu clã, à sua *gens* ou à sua família, tanto de um lado *como do outro*. Tudo isso é indiscutível. Mas dois aspectos são negligenciados. A primeira é conjuntural: os distúrbios da guerra, bem como a opressão fiscal e o incrível jugo administrativo que têm de suportar, fazem os homens fugir. Renunciam às suas raízes para seguir o caminho da ilegalidade e da insegurança que durante séculos constituirá o destino dos solitários: fogem da Bélgica para a Provença, do País de Gales para a Armórica, da Síria para o Ponto, da África para a Sicília, para escapar aos Alemanni, os saxões, os persas ou os vândalos; Os numerosos tesouros dos séculos ^{III} e ^{IV} escondidos nas margens das estradas atestam estes êxodos precipitados que não foram seguidos de regresso. Mas os bandos famintos e saqueadores que percorrem as zonas rurais e até atropelam as cidades – *os circuncelliones* de África, *os bagaudas* da Gália – parecem ter atingido o nível do protesto social e da insubordinação crónica. Por trás da aparência de uma *Romania* que ainda existe, a decomposição avança.

Por outro lado, até há muito poucos anos, um mundo de camponeses sedentários e comerciantes urbanos contrastava com o dos pastores nómadas e dos agricultores itinerantes que vagavam e se deslocavam incessantemente para o outro lado do *limão*. O progresso relâmpago da arqueologia agrária foi necessário para forçar a retificação desta concepção tradicional. Não só nas zonas não romanizadas onde o facto parecia natural -

como a Frísia e as regiões centrais da Alemanha - mas também deste lado do Reno e do Danúbio, em Inglaterra, na Gália ou na Rétia, o habitat acaba por ser instável, leve, móvel dentro dos limites das áreas aráveis, com parcelamento incerto e distribuição variável das áreas de assentamento. Em compensação, há uma série de pontos fixos: a *cidade*, se subsistir; o cemitério, quando ainda em uso; as cidades, naturalmente, e a centurição, nos locais onde foi implantada: este fenómeno torna-se mais evidente à medida que se avança para sul e para leste. Neste momento, e atendendo à falta de levantamentos abundantes e sérios realizados nas costas mediterrânicas, é prudente, no que diz respeito a esta área, admitir a validade da imagem tradicional.

A escravidão, base da produção, é outra característica que permanece. Verificou-se que, ao contrário das reivindicações há muito repetidas, os saxões, os godos e os eslavos a praticam, e mais a sul não foi renunciada, apesar das dificuldades de reabastecimento de gado humano. A Igreja protesta sem muita energia, mas por achar o trabalho alienante, não tem nenhuma proposta séria para oferecer como alternativa. Assim, a escravidão continua, com seu conhecido cortejo: estagnação técnica, falta de especialização, indivisibilidade do trabalho, baixos rendimentos, riscos de rebeliões desesperadas e sangrentas. Enquanto este modo de produção não entrar em colapso, a Antiguidade continuará.

Costuma-se dizer que a cidade e o seu território - a "cidade antiga" - são elementos típicos da sociedade greco-romana, e que o seu eclipse marca o início da Idade Média, tanto mais que os povos recém-chegados tinham pouca consciência desta imagem, não estavam habituados à vida urbana e não perceberam o seu interesse. Esta questão será abordada com mais nuances posteriormente, mas convém notar desde já que a historiografia mais recente contraria a ideia de uma suposta morte das cidades. Embora muitas vezes enfraquecidas e perdendo importância, embora privadas de parte do controlo que exerciam sobre o espaço rural envolvente, estas cidades, mesmo as localizadas no coração da Gália, na Bretanha, ou nas proximidades do território germânico mundos, árabe ou berbere, eles vivem e não permanecem passivos. Que não são em nada semelhantes, nem mesmo no Oriente, aos seus antecessores dos primeiros séculos, nem nas suas actividades, nem na sua aparência, nem no seu peso político ou económico, é inegável; mas trata-se de mutação e não de agonia. No máximo, pode-se sublinhar que a tributação, incapaz de ser eficaz no campo, volta-se contra as cidades, murcha o seu vigor, provoca a fuga dos habitantes, mina a sua autoridade; mas, com excepção das áreas gravemente afetadas por incêndios ou exílios, todos eles ainda estão presentes no início da Idade Média.

Dizer que Chilperic ou Recared não são fundamentalmente diferentes de Heráclio, Khosrau ou Valentiniano irá indignar os *romenos incondicionais*. Porém, todas as diferenças que existem entre eles se reduzem a nuances quantitativas. A natureza dos respectivos poderes é a mesma: o Estado há muito deixou de ser o bem de todos; Pertence ao príncipe, que, por vezes, nem sequer goza, em comparação com o bárbaro que lhe sucederá, do privilégio de uma aura mágica como a dos soberanos merovíngios, ou de uma consagração pela Igreja como a dos visigodos. Quer seja o Sol, Zoroastro ou o Deus dos cristãos, o sagrado e o divino são os fatores que justificam e legalizam a autoridade. O poder é guerreiro, carismático, pessoal; Nele se misturam o profano e o sagrado, e tudo relacionado ao príncipe é dele: terras e dinheiro públicos, além de soldados e clientes. Atrever-me-ei mesmo a afirmar que nos monarcas saxões - um povo sem contacto com Roma - ou nos merovíngios, que têm uma má reputação a meio caminho entre o odioso e o

grotesco, há mais sentido dos assuntos públicos, da lei como algo que devem garantir o respeito, o contato com o “povo”, do que entre os autocratas persas ou os aventureiros militares de Bizâncio. Por que então falar de anemia política no Ocidente?; A essência da *auctoritas* não mudou, e para um Justiniano, quantos Maurícios existem na história de Bizâncio! Ina, Dagoberto ou Teodorico admitem perfeitamente a comparação: a mesma vontade de impor uma ordem moral avassaladora, a mesma forma de confiar nos que lhes são próximos, o mesmo recurso à força. E o facto de no Oriente uma pesada maquinaria burocrática ao estilo egípcio persistir durante vários séculos mais do que no Ocidente, o que complica, atrasa ou impede com o seu formalismo abstracto e tirânico qualquer esforço minimamente original, não me parece ser uma vantagem muito estimável.

O que não existe mais

Aqui estão apoios seguros para entrar no mundo medieval. Mas faltam outros e é justamente essa ausência que nos surpreende. Sem dúvida – mas quantas nuances e correcções – o fenómeno deste tipo que melhor se aprecia é a separação entre os dois blocos da *Roméniá ferida* : já não será possível escrever de Clermont a Nicéia ou viajar de Iorque a Hipona! . Sim, persiste a ideia de uma história comum, que no Ocidente os “bárbaros” farão sua, assumindo-se como “romanos”; mas a camada superior da sociedade, aquela formada pelos ricos e letrados, por homens cujos domínios – e cujos amigos ou discípulos – estavam espalhados pela costa mediterrânica, definha e restringe o raio de ação dos seus interesses e do seu olhar. E como a sua voz é a única – ou quase – a que temos acesso, as queixas que ele emite comovem-nos: o universalismo romano passa ao nível dos ideais ou das grandes memórias. É necessária toda a obstinação de uma Igreja conquistadora para afirmar que o vasto grupo dos seus fiéis existe, mesmo para além de Roma, e para valorizar como um sucesso moral o que é uma mutilação intelectual.

Há, ainda, a expressão concreta deste fosso que se torna cada vez mais intransponível; “sangria dourada”, disse Marc Bloch, talvez exageradamente; em qualquer caso, contracção das necessidades e dos contactos no Ocidente. Mesmo nas regiões onde as cidades continuam mais activas - sul da Gália, Espanha, Itália - perdem-se as intensas relações com o Oriente do período anterior: a primeira necessidade é comer, e a alimentação depende mais dos grandes proprietários rurais do que dos comerciantes vindos da Síria. E como a aristocracia, senatorial ou bárbara, continua a observar os costumes antigos, tanto à mesa como no gosto pela ostentação, podemos dizer, à maneira dos economistas pomposos: «As balanças comerciais e de pagamentos invertem as suas tendências: em sucessivamente e por muito tempo, o Ocidente ficará em défice. Gostaríamos de ter uma certeza comparável relativamente ao espaço rural e poder afirmar que as estruturas ainda imprecisas de ocupação do solo são, a partir de agora, a regra, que o espaço não cultivado, o *saltus romano* , público ou não, passa a ser a segunda face do ecossistema em formação. Mas a arqueologia ainda não forneceu provas conclusivas, podendo apenas apontar que a maior parte das grandes quintas do século II, bem como as reconstruídas após a tempestade do século seguinte, foram abandonadas entre 400 e 600. Mas em benefício de que outras estruturas? As extensas *vinhas* ? As *aldeias itinerantes* dispersas no vasto quadro de uma *plebe territorial* ? E quando se trata de abrir espaço para os recém-chegados, da *hospitalitas* que o

Estado impõe aos ricos, é uma questão de coabitação, de distribuição ou de desintegração? Tema fundamental e sombrio, mas cujo significado geral é aqui muito claro; Além da importância que a retração das cidades confere ao campo, há uma transformação da esfera agrária, e talvez das estruturas sociais nela implementadas.

Finalmente, o *status quo anterior* também está a ruir a outro nível, mas muito mais no Ocidente, o que agrava as oposições já delineadas. Pouco importa se podemos ou não discutir a extensão do cadastro e do imposto cedular a todas as províncias romanas. Por outro lado, o que não está em dúvida é que, por um lado, a fragmentação do Ocidente em unidades políticas mais pequenas governadas por soberanos e, abaixo deles, em domínios regionais fechados sobre si mesmos ou hostis a outros, e, por outro lado, por outro lado, as dificuldades que o poder central, em princípio único, encontra no Oriente em impor-se às províncias mais remotas ou menos submissas, comprometem os dois pilares fundamentais de uma autoridade suprema: o recrutamento de cidadãos para a guerra e os impostos. Os serviços dos mercenários já eram utilizados há muito tempo, e não nos compete insistir aqui no contributo dos imigrantes, em toda a *Roménia*, para o naufrágio das virtudes cívicas; Neste aspecto, o recurso a homens livres em armas, convocados de forma desordenada e ilegal, e depois misturados com os guerreiros profissionais que cercam o príncipe - uma prática comum no Ocidente - é mais semelhante ao recrutamento de legiões do bem. . vezes do que a tropa estrangeira que serve os imperadores de Bizâncio ou Ctesifonte, juntamente com a escassa e tímida tropa de contribuintes convocados. Quanto aos impostos, acontece o contrário: no Oriente, eles continuam a subsistir em teoria, e os valores arrecadados - nem sempre sem problemas -, diminuídos ao longo do caminho por roubos ou retenções abusivas, ainda chegam em parte - mas em que moeda! !—para o tesouro público; Amarrar o indivíduo sujeito à contribuição à terra, ou responsabilizar o vizinho pela sua cota, apenas leva a uma profusão de fugas frenéticas para evitar as requisições, o imposto ou a incorporação ao exército. No Ocidente, onde a autoridade das administrações públicas está completamente quebrada, mesmo na Espanha ou na Itália, os reis, para se livrarem de um chato, basta nomeá-lo coletor: com isso obtêm a segurança de nunca mais vê-lo. A única curiosa exceção são os saxões, mas este povo, sem qualquer contacto com os romanos, é o único que parece ter mantido viva a ideia de que ao soberano é devido um serviço material.

Isto concluiria um quadro da situação no estilo de Ferdinand Lot. Em França, como já disse, esta é muitas vezes a perspectiva predominante. Contudo, tomemos cuidado para não cantar o canto triunfante de um germanismo sistemático: nesta descrição de uma metamorfose difícil, saibamos, como os italianos, descobrir o novo.

O que o futuro anuncia

A Europa Ocidental precisou de cinco séculos para levantar a cabeça, mas durante mais dez dominará o mundo. Devemos admitir, face aos resultados, que cerca de 500 havia mais do que poeira e “saldos” nas mãos.

Costuma-se dar muito pouca importância, porque a escassez da nossa documentação as torna raras, às manifestações que saudaram com alegria a chegada dos “invasores”, da mesma forma que, tradicionalmente, a posterior conversão ao Islão de tantas regiões que

Eles já foram centros do Cristianismo. Vê-se, neste fenómeno, a exceção, a traição, o desvio ideológico, sempre em nome de Cícero e de Marco Aurélio; A esmagadora massa dos humildes nunca é questionada: no entanto, é daí que vêm as aclamações aos recém-chegados, e tais aclamações deveriam levar-nos a pensar que nada dura ou é possível se nove em cada dez homens não o aceitarem, mas que tudo Torna-se viável se responder a um desejo tenaz e silencioso da grande maioria. Agora, no século v, um sacerdote, Salviano, escreveu precisamente: "Despossuídos, espancados, depois de terem perdido a honra de serem romanos e todo o direito à liberdade, os pobres foram procurar entre os bárbaros a humanidade dos romanos". . "Mito do nobre selvagem!", exclamam, sarcasticamente, os cultos. Talvez eles estejam certos; Mas se apenas a Igreja assumir a liderança e alguns senadores considerarem os seus interesses preservados com a mudança, de repente nos encontraremos com a Gália "merovíngia". Esse "retorno às fontes" foi feito com a aprovação da população? Penso que sim, tal como aconteceria mais tarde com a aquiescência ao Islão. O povo traído torna-se exigente e escolhe uma religião sem complacências mas sem subtilezas, um poder concreto e visível, um horizonte limitado mas seguro. Como podemos ver um simples retrocesso nesta atitude?

Além disso, o impulso rural é muitas vezes acompanhado por um amplo ressurgimento linguístico, mental e familiar, que quebra o verniz greco-romano na Gália, na Ilíria, no Egipto, em África, em Espanha. E a verdade é que o que os recém-chegados contribuem não merece de forma alguma o desprezo a que são submetidos por advogados cheios de romanidade. A própria Gália — como lamentou Camille Jullian — não ganhou tanto, afinal, com a ocupação romana; Depois do século v, não há um único túmulo que não comprove a superioridade das técnicas artesanais dos "bárbaros" em relação às práticas mediterrânicas medíocres: desta superioridade temos a prova científica, graças ao arco eléctrico, no que diz respeito a armas e as ferramentas; a qualidade das construções em madeira, da criação de suínos e bovinos, da cavalaria de guerra, da arte abstracta ou da representação de animais, que ainda hoje nos cativa, admite comparação com o legado greco-romano; As estruturas familiares e os procedimentos agrários não têm nada a invejar à lei romana ou às miseráveis colheitas do sul. Se a isto somarmos o vigor demográfico que naqueles anos parecia fugir do velho mundo, o quadro, creio, fica completo.

Mas o crescimento também se dá num outro campo, e não há controvérsia possível sobre isso, porque é quantitativo e indiscutível: trata-se do alargamento do mundo. Constitui um fenómeno capital, o único que pode justificar a cesura entre a Antiguidade e a Idade Média no momento em que o procuramos. Antes de 300 ou 350, a "história" dizia respeito exclusivamente a uma longa faixa de terra que, de Gibraltar ao Japão, está contida entre os trópicos e os 50º de latitude norte: nos quatro grandes impérios mediterrâneos ou subtropicais que se espalham por aquela época, no zona "civilizada", havia muita escrita e pouco progresso. Mais a sul, na Arábia pré-islâmica, na África negra, onde se reúnem vários povos, assim como na Indochina, há zonas onde se desenvolvem outras culturas e para onde, por outro lado, vão os "impérios" em busca de escravos, metais preciosos, matérias-primas. Mas sobretudo no Norte florescem novas áreas culturais que a arqueologia atual revela progressivamente em toda a sua riqueza e amplitude: as dos Dácios, dos Sármatas, dos Alemães, dos Celtas, dos Turcos talvez. Estas pessoas são mudas, mas os seus túmulos, os seus habitats e, por vezes, as suas façanhas cujo eco chega até ao sul, atestam o seu vigor, as suas capacidades, a sua diversidade. A partir de agora, estas duas áreas do norte e do sul

farão parte da história: o mundo ocidental estende-se assim do Báltico à Guiné, e dos Urais a Zanzibar. Qualquer que seja a causa atribuída a esta dilatação, ela representa uma mudança decisiva na história da humanidade, porque oferece subitamente uma possibilidade de abertura e de progresso, um prelúdio natural à expansão do século ^{xvi}, que mais uma vez deslocará os limites. Uma mudança desta magnitude não ocorreu da noite para o dia. Dentro da própria região medular, seus primeiros sintomas podiam ser percebidos muito antes das “invasões”; Os centros vitais, os pólos económicos ou intelectuais, aproximam-se gradualmente dos novos mundos, como se, antecipadamente, fossem encontrá-los: de Roma a Milão e depois a Trier; de Atenas a Constantinopla ou Alexandria; em breve serão Bagdá, Cairo, Kairouan, York ou Colônia. Muito antes de Alaric levantar a mão contra ela, Roma não está mais em Roma; O Mediterrâneo deixou de ser o locus geométrico da civilização no Ocidente, e nada mais é do que um objeto de disputa por domínios costeiros que dependem de um *interior profundo*, sempre desprezado ou desconhecido. Perante esta deserção do centro, perante esta agonia da cidade dos homens, como não compreender que um pensador com a disposição de Agostinho quisesse arrastar os seus semelhantes para a cidade de Deus?

Primeira parte

A FRAGMENTAÇÃO DAS CIVILIZAÇÕES
ANTIGAS

(final do século IV - final do século VII)

Capítulo 1

AUTOPSIA DO OESTE

século v)

Na Europa Ocidental existe uma tradição infeliz que consiste em estabelecer no campo medieval a barreira do Ocidente antes da do Oriente. É justificável, obviamente: para um francês, um ibérico, e ainda mais um inglês ou um alemão, é mais importante entrar directamente da ruína romana para o reino “bárbaro”; O que acontece no Oriente parece-lhes distante, sem efeito nem valor. Do ponto de vista da “longa duração”, eles não estão errados, e estes livros, como todos os outros, derrubarão Bizâncio. Contudo, seria mais sensato inverter o processo e começar por olhar para a Roménia, que se estende (e com que vitalidade!) de Nápoles ao Nilo, e do Adriático ao Eufrates. Aderir a esta visão permite-nos sublinhar melhor a continuidade que caracteriza “o início da Idade Média”, pôr fim à falsa ideia de uma grande ruptura e colocar um Ocidente sem coroa num lugar secundário: o seu lugar de direito. No entanto, se cedermos mais uma vez ao costume, é porque, em última análise, parece que abordar abruptamente o mundo menos familiar do Oriente poderia desconcertar o leitor armado apenas com a sua boa vontade, e porque o contraponto bizantino pode parecer mais original e mais acessível se você abordar o assunto abaixo. Mas não veja nada além de uma conveniência nisso.

Em 388, o retórico de Bordéus Pacatus dirigiu-se ao imperador Teodósio desta forma: “Sabemos que nunca haverá revolução contra o Estado, porque o Império Romano pertencerá para sempre a ti e aos teus descendentes”. Agora, já em 406, os alemães cruzaram o Reno; Em 455, o último descendente da família Teodósia, Valentiniano III, foi assassinado; e em 476 o último imperador romano ocidental, Romulus Augustulus, foi deposto. O Império foi dividido em uma série de reinos germânicos.

A admiração que beirava a obstinação que Pacatus professava para com Roma tinha a sua justificação. Ao esperar demasiado, contra todas as probabilidades, da sua civilização, ele estava a tentar de alguma forma exorcizar o futuro. Ele foi um dos numerosos adeptos da civilização da cultura greco-romana que deram um sentimento de universalidade a qualquer um que concordasse em entrar na *orbis romanus*, o mundo civilizado romano. Da

mesma forma, é importante conhecer bem o essencial das estruturas que a Antiguidade Romana tardia legou aos reinos bárbaros antes de iniciar a morte lenta, até mesmo interminável, de uma Roma que nunca deixa de polarizar afetos e cultivar a nostalgia. Então, uma vez expostas as originalidades dos antagonistas germânicos e romanos, as crises dos reinos germânicos aparecer-nos-ão em toda a sua agudeza, numa ruptura entre o abandono de soluções antigas e ultrapassadas e a criação de soluções sociais ou sociais mais adaptadas. práticas econômicas. Porque a chamada era dos reinos bárbaros é, na realidade, e após breves períodos de estabilidade, uma das grandes mudanças que a história registou.

Para evitar qualquer julgamento pejorativo devido a um *a priori gramatical*, admitiremos doravante que o termo baixo Império seja abandonado em favor da romanidade tardia para designar o estado da civilização romana a partir dos séculos ^{IV} e ^V. Com efeito, esta civilização foi profundamente reorganizada e transformada pelos imperadores das famílias Constantiniana e Valentiniano-Teodósia para fazer face à ameaça germânica. Maior rigidez foi imposta ao sistema político de um império que tinha sido liberal e que agora se tornava burocrático e cristão. A sociedade suportou o domínio de várias grandes famílias senatoriais cada vez mais poderosas. Finalmente, a relativa prosperidade de uma economia cada vez menos escravista garantiu um equilíbrio instável e manteve intacto o prestígio de Roma entre todos os povos dentro e fora do Império. Aquela civilização foi, portanto, ao mesmo tempo um desafio e uma isca que os bárbaros tiveram de tentar conquistar com um misto de admiração e medo.

UM ESTADO RÍGIDO E VORAZOSO

Em 395, o Império Romano foi dividido entre dois imperadores; Honório para o Ocidente, com Ravena como capital principal, e Arcádio para o Oriente, com capital na nova Roma, Constantinopla. A Itália, as ilhas, o Norte de África, a Península Ibérica, a Gália até ao Reno, a Grã-Bretanha até à Escócia, e os países da Ilíria, Panónia, Nórica e Rética até ao Danúbio, formam um grupo político unificado por Roma mas terrivelmente cobiçado pelos bárbaros. A partir de 405, as duas partes do império foram cada vez mais unidas, teoricamente por laços de amizade. Mas, na verdade, as suas evoluções divergentes separam-nos progressivamente, especialmente na arte e nos meios que o Oriente utiliza para se livrar dos seus próprios bárbaros à custa do Ocidente.

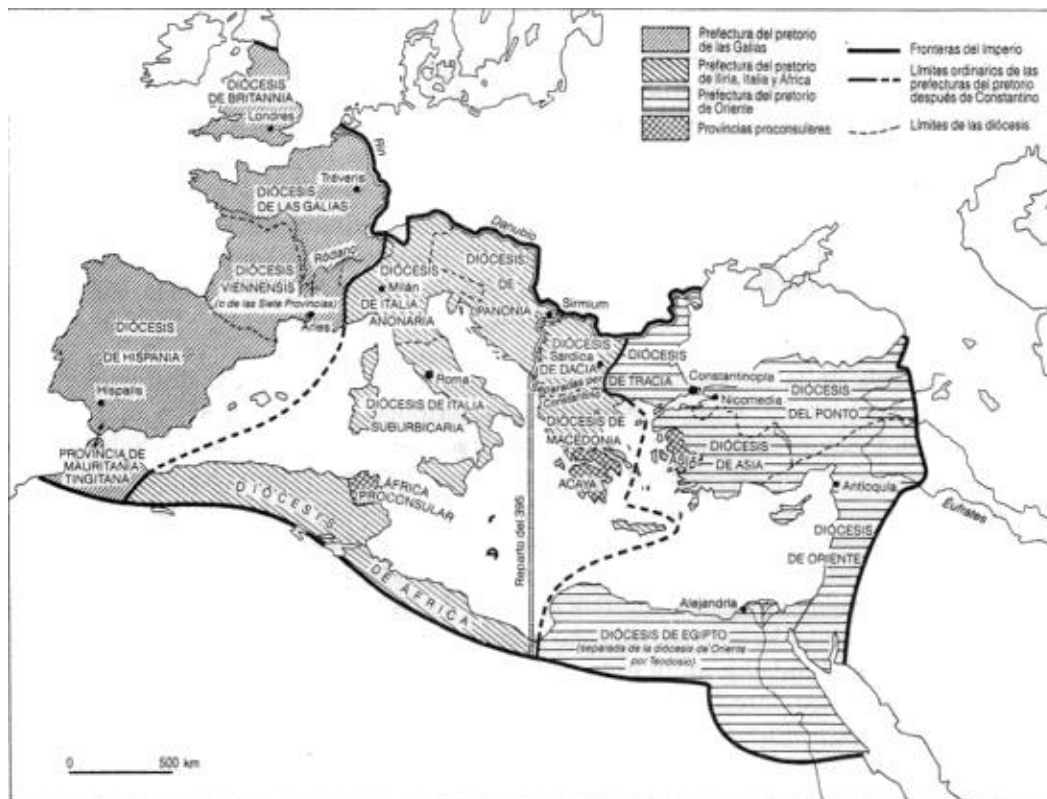
A majestade vazia da função imperial

O imperador é um personagem que toda a propaganda dos panegíricos tenta sacralizar, como ficou demonstrado na frase de Pacatus. Além disso, o epíteto sagrado é aplicado a tudo o que está relacionado com a sua pessoa, o seu palácio e os seus principais funcionários. Contudo, esta vontade de o colocar acima de tudo não faz dele um monarca totalitário, porque, embora esta tendência exista claramente no Oriente, a tradição jurídica romana reduz-a no Ocidente. Oficialmente, o imperador decide o texto das leis às quais está vinculado. “O imperador promulga leis que é o primeiro a respeitar”, diz Santo Ambrósio, um dos que inicialmente contribuíram para colocar limites ao poder absoluto dos

imperadores romanos. A autoridade do *Código Teodósico*, promulgado em 438 em ambas as partes do império, baseia-se neste respeito pela lei. Toda a legislação romana no Ocidente durante séculos seria baseada exclusivamente nesse código. A partir de então, as leis e constituições imperiais, também consideradas sagradas, eram intocáveis, tanto mais que deviam ser utilizadas nas sentenças dos julgamentos com a data exata da sua promulgação.

Esta primazia da lei escrita constitui o elemento essencial que distingue o civilizado do bárbaro. Este último só tem tradição oral. O imperador romano, ao promulgar a lei, protege ainda mais os cidadãos porque estes podem opor-lhe a própria lei e, além disso, porque os protege da distinção essencial que separa a sua vida pública da sua vida privada, o que leva à separação dos dois direitos sob o mesmo nome. Nesse sentido, o direito público se opõe ao direito privado. O âmbito do Estado (*respublica*) é cuidadosamente diferenciado daquele das pessoas privadas. Estas distinções racionais fazem do direito romano um instrumento essencial de governo devido à sua flexibilidade e, acima de tudo, à sua precisão. Outro binômio responde ao do direito público-direito privado: o do serviço militar (*militia armata*) e o do serviço civil (*militia officialis*). Os fundamentos da sociedade romana estão assim incluídos na lei: os cidadãos privados são administrados por funcionários civis e protegidos por oficiais militares; e o conjunto dessas pessoas públicas representa o Estado. Estamos perante o apogeu do direito romano, cuja fonte é o imperador.

Outra fonte de inspiração para o poder imperial é a Igreja. Desde 391, o paganismo foi abolido e o cristianismo tornou-se a religião oficial. Mas embora os templos tenham sido fechados e a adoração oficial de deuses pagãos proibida, as práticas e crenças da antiga religião persistem. Embora, entre 400 e 450, dependendo da região, tenham desaparecido as oferendas de moedas aos gênios que salvavam a água das fontes termais, a nova religião era muitas vezes desconhecida, principalmente no campo. E esta tendência acentua-se nos extremos do mundo ocidental: da Mauritânia à Galiza, à Armórica, à Grã-Bretanha, às margens do Canal da Mancha e ao Mar do Norte. Por outro lado, quase todas as cidades são cristianizadas e possuem bispo. Os bispos participam de concílios que são importantes para a ortodoxia da fé. O imperador participa deles e intervém nos debates como mantenedor da paz divina. Dependendo da força do seu caráter, ele se permite impor definições religiosas ou ditá-las ele mesmo, às vezes até sem consultar os interessados. Contudo, ele não é o único que assume o papel de árbitro supremo em questões religiosas. Embora de vez em quando ele faça com que hereges sejam presos e punidos, há outra personagem, o papa, que prevalece em Roma com mais facilidade à medida que o imperador se muda para Ravena. A Roma de Rômulo e Remo tende a tornar-se uma nova capital fundada, mais uma vez, por outra dupla de irmãos, Pedro e Paulo, unidos pelo martírio da fé. Os papas dos séculos ^{iv} e ^v recolheram toda a herança romana e estabeleceram-se como chefes de todas as Igrejas, estendendo sobre elas a sua jurisdição. Eles identificam o romanismo e o cristianismo, e fazem da cidade por excelência um símbolo da eternidade, uma vez que foi salva pelos batizados. Desta forma, o Cristianismo, através do poder pontifício, contribui para o fortalecimento do poder Imperial, sem que lhe seja explicitamente atribuída a tutela espiritual do mundo. Assim, os cristãos não voltam a questionar o Império Romano. Pelo contrário, apoiam-na e aceitam que a nova religião acabe por ser sinónimo de romanidade.



O Império Romano no século IV.

Desçamos agora desse empíreo ideológico para perceber os componentes do poder imperial. A opinião pública não aceita que a dinastia Valentiniano-Teodósia detenha o poder. A velha ideia romana dos primórdios do império, segundo a qual o exército deve criar o imperador, ainda está viva. É fácil para um general ser proclamado se o perigo ameaça alguma fronteira. Se ele falhar, sua memória será condenada (*damnatio memoriae*) e ele será amaldiçoado pela posteridade; mas se triunfar, passa de tirano a sagrado e respeitável. Assim, em tempos de conflito, os pretendentes proliferam, e os generais que cercam o imperador são mais perigosos, e monitorados, pois o imperador não lidera pessoalmente as tropas. Da mesma forma, o grande rival potencial de todo imperador é o *magister militum praesentalis* (“generalíssimo”), muitas vezes investido da dignidade de cônsul ou “patrício”. Certo da fidelidade do exército que lidera, ele pode desempenhar o papel de um vice-imperador que governa, permitindo o poder aparente ao fantoche que ele deixou ou instalou no trono. Tem a sua própria insígnia (o diadema de ouro na cabeça), é o homem a quem se pode recorrer em último recurso e aquele que governa *de facto* (sem, no entanto, deixar de suscitar um ódio tal que possa conduzir a um imprevisível assassinato). Em suma, o poder imperial apresenta uma fachada saudável e goza de numerosos apoios, mas carrega consigo o seu próprio inimigo: a ausência de verdadeira legitimidade se o imperador não for um líder de guerra.

Da mesma forma, o governo imperial é impositivo graças ao seu sistema burocrático, altamente desenvolvido para a época. Onde quer que uma ordem imperial seja emitida (em Ravena ou Milão, em Trier ou Arles, a partir de 407), ela é sempre transmitida pelo correio do Estado a todos os grandes funcionários locais: prefeitos do pretório (três no Ocidente), vigários em os chefes de suas dioceses e governadores em cada província. As cidades, que constituem a última subdivisão, são as únicas que continuam a ser administradas pela assembleia de notáveis locais, os "curiales", que ocupam os seus assentos na cúria, senado municipal que discute a aplicação dos preceitos imperiais. O governo central, denominado *comitatus*, reúne os principais ministros. Ao seu redor, agitava-se todo um mundo de funcionários com emolumentos fixados em ouro e com títulos bombásticos. Mas como precisamente o topo desta pirâmide de funcionários que formava o governo central foi enfraquecido até desaparecer lentamente no decurso do século V, interessa-nos sobretudo ver o que dela restou: essencialmente a organização da justiça, das finanças e da os exércitos ao nível das províncias.

Todos os grandes funcionários locais mencionados acima poderiam ter um tribunal de justiça sob seu comando. O apelo poderia chegar ao prefeito do pretório imperial ou ao próprio imperador. Na verdade, estes tribunais, rapidamente sobrecarregados de processos e lentos na sua resolução, acabaram por ser insuficientes. Para proteger os mais pobres, os casos civis menores foram então reservados a pessoas escolhidas por alguns cidadãos, um por cidade: os "defensores". Também foi aceito que os bispos resolvessem o mesmo tipo de disputa, desde que ambas as partes concordassem com isso. Sua jurisdição foi imediatamente muito popular. Mas, na ausência de juízes profissionais, os funcionários responsáveis pelos tribunais ficavam sempre mais ou menos sobrecarregados, mesmo quando eram antigos advogados. Da mesma forma, para aproximar a justiça dos titulares de justiça, Valentiniano III ou Majoriano (457-461) acabou por suprimir o que restava da autonomia urbana ao instituir um "conde" dotado de funções de juiz à frente da cidade. Paradoxalmente, esta última medida de centralização foi uma das mais duradouras no mundo romano ocidental. Entre os pequenos funcionários que cercavam os governadores ou se encarregavam de oficializar as sentenças, destaquemos finalmente os notários (*notarii*). a quem seria mais apropriado chamar de estenógrafos. Tomavam as deliberações e todas as decisões políticas nas chamadas notas "tironianas", que depois tinham de transcrever em alfabeto clássico. Eles estavam a par de muitos segredos e muitas vezes acumularam grandes fortunas. Por outro lado, aqueles que chamamos de notários e a quem os romanos chamavam de *tabeliões*, porque redigiam contratos, registros de vendas e testamentos em tabuinhas, não podiam esperar nada semelhante. De origem modesta, eram os mais humildes repositórios da cultura jurídica romana pelas formas que copiavam fielmente nos seus documentos, respeitando escrupulosamente cada termo. Contentaram-se em preencher os espaços em branco das fórmulas com os nomes dos locais, dados quantitativos e nomes próprios dos contratantes. Havia *tabeliões* em todas as cidades e até nas grandes cidades rurais. Desta forma, o direito romano atingiu as profundezas do meio rural.

Da mesma forma, mesmo que a máquina financeira tenha estalado, a burocracia ainda foi suficientemente eficiente para chegar a todos os contribuintes. Boa parte dos recursos

do Estado veio de terras públicas. Estas incluíam propriedades confiscadas de traidores e templos pagãos, propriedades intestadas ou inexploradas, áreas destruídas pela guerra ou abandonadas pelos seus habitantes. Estes domínios, que os administradores arrendavam aos camponeses, proporcionavam rendimentos substanciais ao Estado, e os territórios urbanos onde não existiam devem ter sido raros. Entre as outras receitas imperiais, os impostos sobre minas, pedreiras e casas da moeda representavam receitas importantes.

Oficialmente, apenas seis casas da moeda operavam no Ocidente: Trier, Lyon e Arles na Gália; Aquileia e Roma na Itália, e *Sirmium* na Panônia (Sremska Mitrovica). Constantino conseguiu regularizar a cunhagem criando uma moeda de ouro, o salário (*solidus*), de 4,55 g. Esta moeda era emitida em grandes quantidades e circulava tanto mais facilmente quanto o Estado não aceitava outras para o pagamento de impostos. As moedas de prata circularam pouco. Os de cobre eram usados para pequenas transações e até para pagamento de tropas. A qualidade das moedas romanas, graças ao benefício que a sua cunhagem trouxe ao Estado e ao impulso que deu às trocas, desenvolveu uma verdadeira economia monetária.

A prova mais clara disso é a progressiva generalização do pagamento do imposto em moeda de ouro ao longo do século v, quando normalmente era calculado em espécie. Em questões fiscais, a burocracia romana atingiu um elevado grau de complexidade e variedade dependendo das regiões do Império. Teoricamente coexistiam duas formas de imposto: o que incide sobre a terra (o imposto territorial) e o que incide sobre cada pessoa (a capitação). Unidades abstratas de tributação foram calculadas agrupando tipos de terras ou um certo número de cabeças. Isto exigiu a atualização regular dos cadastros e censos. Em tese, essa atualização deveria ser realizada por um período de quinze anos ou “indicção”. Antes do início do ano fiscal (1 de setembro), o Estado fixava a taxa de imposto por unidade. Em seguida, as câmaras municipais nomearam preceptores dentre os curiais. Eles tiveram que informar aos contribuintes o valor do imposto que deveriam pagar, com base nos tablets dos registros do escritório. O imposto era pago em três parcelas ao longo do ano, o que evitava aglomerações nas estradas e quedas brutais nos preços dos produtos nos mercados. Embora existissem numerosos notários que mantinham contas nos escritórios, parece que o Estado romano não soube criar a função pública do preceptor. Este, o curial ou decurião, era um particular, e respondia com a própria fortuna se os impostos não fossem recolhidos. Muitas vezes, também, estes agentes improvisados do Estado exigiam impostos com tal brutalidade que a opinião pública geralmente os via de forma negativa. Por outro lado, se não conseguissem arrecadar a quantia fixada, deixavam a posição de cobradores e fugiam para longe da cidade com medo da ruína. Caso a parte do imposto a pagar em espécie não fosse integralmente satisfeita, o Estado poderia proceder à requisição. E, evidentemente, ele sempre e escrupulosamente exigia atrasos não pagos.

Assim, o sistema deu origem a muitos abusos, mesmo que apenas devido à falta de regularidade na revisão de cadastros e registros. Houve desvio de fundos ao mais alto nível e extorsão indevida de agricultores. Os grandes proprietários muitas vezes intervinham para subestimar a sua parcela proporcional. E, no entanto, o Estado continuou a receber o que precisava, mesmo que tivesse de tributar pesadamente a agricultura. O único imposto sobre artesãos e comerciantes, denominado *collado lustralis*, contribuía apenas com cerca de 5 por cento do valor do imposto predial. Surge então a questão de saber se o sistema fiscal romano empobreceu os contribuintes, dado que as reclamações contra a tributação

aumentaram durante o século v. Em primeiro lugar, deve notar-se que penalizou famílias numerosas e, com exceções locais, tributou da mesma forma terras boas e más. Além disso, quando é possível obter números, verifica-se que em Itália, por exemplo, a dedução total sobre as culturas foi próxima de dois terços, sem incluir a renda da terra. Os encargos da parte ocidental do Império eram provavelmente mais pesados do que os do Oriente, uma vez que as terras egípcias eram tributadas à taxa de dois quintos da colheita. No entanto, o Egito é precisamente a província que mais contribuiu com impostos do Oriente. No Ocidente, a África liderava. Mas o montante total das suas receitas fiscais equivalia a um terço das receitas do Egito! Consequentemente, é claro que o Ocidente era menos rico que o Oriente e que teve de apresentar mais dificuldades na sua defesa, sendo sobrecarregado por encargos fiscais.

Um fardo militar esmagador e inútil

Na verdade, as principais despesas foram para o exército. Além disso, devemos destacar os salários dos funcionários da administração, as despesas do tribunal e o abastecimento gratuito dos 20.000 chefes de família de cidadãos de Roma. Mas no Ocidente nunca houve mais de 15 mil funcionários, o que era pouco, e para abastecer os romanos com pão, carne de porco e azeite, o imperador podia recorrer ao produto das suas terras pessoais ou públicas e às importações de corporações de armadores ou de proprietários de navios. *navicularii*. O produto fiscal foi, portanto, consumido principalmente pelos 250 mil soldados apoiados pelo oeste do Império. A ferocidade das exigências fiscais foi consequência das contínuas ameaças na fronteira.

O exército romano caracterizou-se por dois grandes princípios. Havia uma separação total entre funções civis e funções militares, de modo que os funcionários puramente administrativos eram legalmente superiores e isso evitava tentações de golpe de estado. As tropas eram constituídas por dois tipos principais de unidade: o exército de cobertura fronteiriça (*riparienses, limitei*), e o exército de campo (*comitatenses*), à disposição do imperador, destinado a intervir em qualquer ponto ameaçado a partir do interior do Império. No Ocidente, o exército de fronteira contava com cerca de 135 mil homens e o exército imperial com cerca de 115 mil.

O primeiro foi o menos eficaz. Era bastante numeroso no Danúbio e nas fronteiras da Escócia, mas foi reduzido a cerca de 6.000 homens nas margens do Reno. Em geral, os soldados que estavam instalados nos campos levavam uma vida dupla: por um lado, os soldados. guarda e instrução: de outro, o cultivo de um terreno ou mesmo a realização de um ofício. Havia unidades que só existiam nos registros oficiais. Os regimentos da África e da Hispânia eram constituídos quase exclusivamente por este tipo de tropas.

Só havia verdadeiros exércitos de campanha na Itália, na Gália e na Grã-Bretanha: 30.000 homens na primeira e 5.000 na ilha. Se, segundo os demógrafos ingleses, estimarmos que a população total da Europa Ocidental e do Norte de África se aproximava dos 26 milhões de habitantes, vemos que Roma estava muito mal defendida. Teria acontecido o mesmo com uma força teórica de 250 mil homens, mas ainda pior porque os contingentes realmente eficazes consistiam em 65 mil homens.

A principal causa desta insuficiência foi o mau desempenho do recrutamento. Teoricamente, as taxas afetavam todos os cidadãos do Império a cada ano. Cada proprietário de terras deveria fornecer um certo número de camponeses livres, dependendo do número de unidades fiscais atribuídas. Os pequenos proprietários, que não possuíam unidade fiscal, agruparam-se em *consórcio* para designar um deles e arcar com suas despesas quando ele saísse. Os soldados estavam isentos de todos os impostos, enquanto os clérigos estavam oficialmente isentos do serviço militar. Isso durou no mínimo vinte e cinco anos, após os quais foram obtidos os privilégios dos veteranos: isenção de impostos, doação de terras e privilégios honorários. Apesar disso, os proprietários, em vez de perderem mão-de-obra, preferiram livrar-se dos mais preguiçosos ou pagar o equivalente a um recruta. Aqueles que não conseguiram escapar desertaram. Da mesma forma, na prática o serviço militar tornou-se hereditário, especialmente no exército de cobertura, a *limitação* ^{ei}. O recrutamento só foi fácil em regiões fronteiriças habituadas à guerra. Por outro lado, a África, a Hispânia, o sul da Gália e a Itália estavam desprovidos de boas tropas. Assim, descobriu-se que o interior do Império era mais vulnerável, devido ao seu pacifismo, do que os limites fronteiriços.

Na falta de um exército regular significativo, os generais romanos tiveram que recorrer aos bárbaros. Foram recrutados voluntários e, enriquecidos, regressaram à margem direita do Reno, onde foram encontrados os seus sumptuosos túmulos. Até mesmo prisioneiros de guerra (suevos, sármatas ou borgonheses) foram assentados em terras vazias do interior do Império e deles também foi exigido o serviço militar. Eles eram chamados de *laeti*. Contingentes inteiros de francos e godos foram recrutados para formar os regimentos escolhidos das tropas de campo. Muitas vezes, seus oficiais foram romanizados e alcançaram postos muito elevados que os introduziram diretamente no círculo imperial. Por vezes, a política de aliança com algumas cidades era feita através de tratados (*foedus*) que previam a ajuda das suas tropas ao lado do exército romano. Estes federados formaram imediatamente verdadeiras tribos instaladas em território romano. No Ocidente, o caso mais claro foi o dos francos. Um primeiro grupo, os Francos da Renânia, tinha sido constantemente utilizado desde Constantino para guardar a margem esquerda do Reno, a *ripa*; daí o termo "ripuários" ter sido atribuído a eles. Um segundo grupo, os "Salians", foi estabelecido na parte norte da atual Bélgica pelo imperador Juliano, em Toxandria (norte de Brabante, no Baixo Escalda). A área de acantonamento era limitada por fortes e guarnições ao longo das estradas de Tongres a Bavai e de Bavai a Oudenburg. Nestes dois casos vemos que os bárbaros já estavam dentro do Império antes do início das "invasões". Mas não houve desconfiança em relação aos federados, que continuaram a viver segundo a sua própria lei, graças à sua fidelidade, à esperança de serem romanizados e, sobretudo, ao exemplo dos alemães já incorporados nas tropas romanas. Os voluntários alemães, que não continuaram a preservar as suas leis, estiveram sempre presentes em grande número nas tropas regulares. Segundo estatísticas de escavações de cemitérios no final do século ^{iv} e início do século ^v, localizados junto aos fortes romanos, 10 a 20 por cento dos guerreiros eram alemães na área em torno de Vermand (perto de Saint-Quentin), e 70 por cento nos de Furfooz (no sul da Bélgica). O Império aceitou este risco para aumentar o número de tropas e, como veremos, isso poderia levar a resultados inesperados ou precários.

Além disso, o facto de o exército ter sido organizado por uma burocracia clarividente fez com que os alemães pudessem ser atraídos com os benefícios que eram distribuídos e estimular a economia de mercado, embora a especulação fosse encorajada, sobrecarregando a população com mais encargos. Na verdade, além das doações em moedas de ouro aquando da chegada de cada novo imperador ao trono, dos soldos, dos uniformes confeccionados nas oficinas de tecelagem do Estado e das armas para os oficiais, provenientes de fábricas estatais, muitas vezes condecoradas, os soldados recebiam cavalos distribuídos pelas montarias do Estado para a cavalaria (pouco mais de um quinto do exército), e ainda rações de pão, vinho, carne e azeite, sem esquecer a forragem. Uma complexa organização de celeiros estatais entregava diariamente a cada soldado aproximadamente um quilo de pão mais 600 gramas de carne de porco, um litro de vinho e sete centilitros de azeite. Por fim, cada um dos militares da tropa de campanha tinha direito, de acordo com a lei da “hospitalidade”, a um “voucher” de alojamento que o autorizava a ocupar um terço da casa de um particular. Este tipo de vida providencial, reflectindo uma população civilizada sedentária e com elevado nível de consumo, não poderia deixar de parecer um verdadeiro paraíso aos povos semi-nómadas da Europa germânica ou eslava. Era mais fácil e tentador viver ao serviço do Império do que do outro lado da fronteira.

Mas os alemães estavam conscientes do gigantesco esforço envolvido no pagamento de todos esses serviços e na antecipação das necessidades daquele exército romano. Grande parte do trigo da África e da Itália anónima convergiu para Roma e para as guarnições do Danúbio ou da península em comboios de navios ou carroças. Na verdade, a diocese anonaria da Itália, que abrangia o rico vale do Pó, era assim chamada porque fornecia a anona, isto é, as rações anuais de trigo. O mesmo aconteceu com as planícies da Aquitânia, a bacia de Paris e a bacia de Londres, que atendiam às necessidades da Renânia ou das tropas do interior. Assim, a administração teve que garantir receitas fiscais regulares. No entanto, já vimos que isso seria impossível sem a ajuda de encargos muito onerosos. Era necessário prevenir possíveis más colheitas e bloquear a especulação que essas colheitas poderiam desencadear através de requisições de preços baixos que causavam descontentamento entre os produtores. Para ficarem a par de tudo, o Estado mantinha agentes de informação e assegurava-lhes o transporte gratuito através do correio oficial (o *cursus publicus*), pelo que era necessário efectuar requisições de cavalos, etc. Em última análise, o exército romano era um instrumento tão pesado quanto os frequentemente sobrecarregados escritórios civis. A sua própria existência era uma contradição óbvia entre desempenho fraco e consumo elevado. Ele defendeu o Império com a ajuda de importantes tropas bárbaras que não se sabia se eram estrangeiras ou não. Foi um verdadeiro Janus *bifrons* pela sua procura, pois estimulou a produção das terras do interior ao mesmo tempo que acentuava a pressão fiscal. Em suma, quanto mais progredia a nível técnico, mais frágil se tornava; e quanto mais eficaz era, mais atraía o inimigo.

Assim, o problema não está em demonstrar que o Estado Romano era voraz ou insuficiente (já que atingiu os seus objectivos conhecendo os obstáculos clássicos que toda

a burocracia encontra), mas em tentar descobrir se conseguiu mobilizar todas as suas energias face a uma guerra. Parece que tal como os seus imperadores Honório (395-423) e Valentiniano III (423-455), que se aprisionaram em Ravena, a sociedade romana entrou na sua concha para escapar ao Estado, sem deixar de aproveitar as suas vantagens. Enquanto uma minoria de generais determinados, bispos autoritários e monges críticos lutavam em dificuldades inextricáveis e denunciavam a apatia geral, todos tentavam evitar os seus fardos e procuravam a protecção ou a segurança de outras estruturas políticas, fosse o patrocínio dos grandes senadores já existentes. as instituições de caridade da Igreja.

Alienação ou estrangulamento do trabalho

Vimos que quem gozava dos privilégios do Estado eram, além dos chefes de família romana, funcionários e soldados, que, pelo facto de receberem os seus salários em ouro, tinham grande poder de compra. Os escravos também fazem parte desse grupo, pois, aos olhos daqueles que fugiam do recrutamento e dos impostos, gozavam de vantagens extraordinárias: a isenção de todos esses encargos. Na verdade, eles não eram cidadãos e, em teoria, ainda eram ferramentas falantes. A maioria dos domésticos eram escravos, especialmente no caso dos soldados, que geralmente possuíam dois ou mais. Eles são encontrados às centenas nas residências de senadores ricos. Mas, à parte aqueles trabalhos humildes e quotidianos que ninguém queria fazer, o trabalho livre compete com o trabalho servil. Seja nas minas, nas pedreiras, nas fábricas têxteis ou metalúrgicas do Estado, como sobretudo no campo, o desempenho de um trabalhador escravo é sempre metade do de um homem livre, pois ele não retira nenhum benefício de seu trabalho. trabalho. O escravo não proporciona os benefícios que o proprietário de uma propriedade espera obter. Além disso, desde Valentiniano I era proibido vender um escravo sem as terras que cultivava. Esta medida pretendia evitar a perda da colheita e, portanto, do imposto, mas pretendia também garantir ao escravo que cultivasse aquela terra a perspectiva de ganho pessoal em troca do pagamento de renda ao proprietário. Assim, propõe-se uma melhor situação económica a esse escravo *casatus* para que ele se interesse pelo seu trabalho e desempenhe mais. Parece mesmo, de acordo com os poucos dados que o historiador inglês Jones conseguiu recolher, que estes escravos rurais eram muito poucos. Se reivindicarmos a semelhança entre os sistemas sociais do Oriente e do Ocidente romanos, podemos assumir que, tal como em algumas propriedades na Ásia Menor, eles representavam apenas 10 a 12 por cento dos trabalhadores agrícolas. Em suma, a sociedade da antiguidade tardia só é legalmente proprietária de escravos.

Isso se deveu à diminuição do número de escravos? Os escravos de nascimento sempre foram poucos, mas o número de prisioneiros de guerra reduzidos à escravidão não diminuiu; O seu preço chegou mesmo a baixar no final do século ^{IV}, o que mostra que eram abundantes. Eles vieram principalmente das áreas fronteiriças: Panônia (atual Hungria ocidental) e Mauritânia (Marrocos). Os mesmos bárbaros venderam seus próprios compatriotas e prisioneiros de guerra aos romanos. Contudo, se os prisioneiros de guerra fossem libertados, os alemães e outros povos nem sempre se tornavam escravos rurais. Tornaram-se soldados-camponeses (*laeti*) instalados em um campo abandonado ou mesmo

colonos designados para um talhão. A antiga solução de grandes tropas escravas aquarteladas em grandes domínios já não existia.

Esta reforma da escravatura foi correlativa ao agravamento da situação dos colonos. Este foi o nome dado a todos os camponeses livres sujeitos à pressão fiscal e ao recrutamento, fossem eles pequenos proprietários ou arrendatários. Em particular, estes últimos invejavam os escravos, que escapavam aos impostos e taxas. Os primeiros ficavam muitas vezes sobrecarregados ou à mercê de qualquer má colheita. O endividamento ou a divisão de terras entre os filhos rapidamente os levou à falência. Da mesma forma, os proprietários de terras que, além do imposto em ouro, tinham que pagar aluguel, viam deduzida metade ou até dois terços de sua colheita. Diante disso, Constantino bloqueou o preço do aluguel. Mas esta proibição foi contornada por falsificações ou pela exigência de pagamentos em espécie (*xenia*), que normalmente afectavam produtos pecuários (porcos, galinhas, ovos, etc.). Como, por outro lado, todos os camponeses tinham de permanecer no local onde nasceram para facilitar a cobrança de impostos, muitos dos insolventes tendiam a fugir, mesmo que tivessem de abandonar as suas terras para se livrarem das dívidas. Então, o Estado Romano foi cruel, fixando os colonos no chão, apesar de permanecerem legalmente livres. Mas, por mais que se repetissem essas proibições e apesar da ajuda dos grandes proprietários que se alegravam em ver o trabalho vinculado à terra desta forma, a degradação contínua da situação não pôde ser evitada. Mesmo os camponeses livres não encontraram solução melhor do que vender as suas terras a um grande proprietário em troca do pagamento das suas dívidas ou do imposto em ouro ao colector. Além disso, alguns tornaram-se inquilinos das suas antigas propriedades, mesmo que tivessem de pagar o imposto e a renda em espécie. Ao atribuir-se à terra, perderam o direito à propriedade e o estatuto de homens livres. Embora legalmente permanecessem livres, seu comportamento e situação econômica eram praticamente semelhantes aos dos escravos *casati*. A situação piorou porque no Ocidente, a partir de 451, um simples camponês que havia sido trabalhador agrícola tornou-se, após trinta anos, um colono vinculado às terras da mesma propriedade. O monge Salviano resume bem esta redução dos livres à colônia e depois à escravidão.

Tendo perdido suas casas e lotes por banditismo ou expulsos de lá por agentes do erário, os pequenos proprietários refugiam-se nas propriedades dos poderosos e tornam-se seus colonos... Como se tivessem bebido a taça de Circe, todos aqueles que se estabeleceram nas terras dos ricos são metamorfoseados e tornam-se escravos.

Se um camponês livre conseguisse resistir à tentação da colonização, poderia recorrer a outra prática: subornar o funcionário local ou encontrar uma pessoa poderosa que o fizesse ganhar uma ação judicial ou lhe pagar um imposto atrasado. Nesse caso, o poder político era mais lucrativo do que o poder econômico. Nem mesmo os oficiais superiores ou senadores encarregados de alguma função civil deixaram de desenvolver a antiga prática romana de clientelismo. O patrono garantia sua proteção ao homem livre, que era então aceito na fidelidade em troca de serviços mútuos. Normalmente eram benefícios diversos, chegando até à doação de terrenos em troca de liquidação de dívidas, cancelamento de impostos, etc. Este contrato de igual para igual poderia ser quebrado se uma das partes se considerasse prejudicada, mas os clientes, fossem camponeses que viviam numa aldeia ou simples particulares, não costumavam abandonar esta protecção devido às vantagens que ela acarretava. Indivíduos de todas as classes, cidades rurais inteiras, caíram sob o domínio

mais ou menos disfarçado dos poderosos. Esta terceira forma de fuga ao Estado não foi, por assim dizer, reprimida no Ocidente, e a prática do clientelismo espalhou-se por todos os grandes domínios.

Não devemos, contudo, concluir que todos os pequenos e médios proprietários desapareceram, nem que todos os colonos viveram na miséria. Muitos escaparam a esta tendência e até conhecemos terrazgueros atribuídos a um terreno com capacidade para alugar outros terrenos ou para serem decuriones, embora o seu número seja difícil de especificar. Apesar disso, a tendência geral foi grave, não só porque criou uma economia subterrânea, mas também porque desenvolveu grupos sociais que perderam todo o contacto com o Estado. Paradigma neste sentido é o aparecimento de clientelas armadas que foram criadas em torno de alguns poderosos proprietários de terras ou de alguns generais preocupados com a sua protecção pessoal contra as acções armadas de funcionários indignados com os seus abusos. Sabemos que todo legionário romano prestou juramento de fidelidade ao imperador. Da mesma forma, todos os súditos do Império comprometeram-se a nunca prejudicar o próprio imperador. Mas, a partir do início do século ^v, surgiram guardas particulares, chamados de bucelários, que prestavam lealdade não só ao imperador, mas também a um líder militar de prestígio ou a um grande senador. Praticamente obedeciam mais ao general que os alimentava com pão da melhor qualidade, o pão-de-ló (de onde vem o nome bucelários), do que ao imperador, que raramente saía de Ravena. Neste momento, estes guardas pessoais não ultrapassavam uma centena em torno de cada empregador, mas já revelam perigosamente um risco de privatização do exército.

A Igreja era o único recurso sério?

Por outro lado, os mais pobres procuram avidamente outra protecção: a da Igreja. Com efeito, depois do Concílio de Nicéia (325), os clérigos foram proibidos de entrar na clientela de um patrono leigo. O que não era proibido era o contrário, e ingressar no clero era muito vantajoso. Porque enquanto as terras eclesiásticas eram tributadas, os clérigos, por outro lado, estavam isentos de todos os impostos e do serviço militar. É por isso que o número de clérigos aumentou tão prodigiosamente nos séculos ^{iv} e ^v. A Igreja tornou-se uma verdadeira estrutura dentro do Estado Romano. Ele modelou a sua hierarquia na dos funcionários civis, a tal ponto que havia um bispo metropolitano em cada província e um bispo em cada cidade (para o chefe do distrito e do território envolvente). A *milícia Christi*, a coorte dos soldados de Cristo, o clero, aparece diante da *milícia armata* (os soldados) e da *milícia officialis* (os oficiais). Os bispos metropolitanos e dois co-provinciais tinham o direito de supervisionar a eleição de um novo bispo pelo povo e pelo clero. Ordenaram-na se considerassem que a eleição estava de acordo com os cânones. Finalmente, os bispos de algumas províncias reuniram-se em concílios (sínodos) que poderiam reunir todos os bispos do Império (ecuménicos) sob a autoridade crescente do papa de Roma ou do seu legado. Esses conselhos se reuniam para resolver grandes problemas teológicos ou disciplinares. Cada clérigo recebia, de acordo com a sua posição, um salário proveniente dos rendimentos da propriedade da sua igreja local. O clérigo era, portanto, privilegiado, tal como o funcionário público e o soldado. Até a sua hierarquia cedeu por vezes aos mesmos males que os outros dois órgãos: tentativas de corrupção. Desde finais do século ^{iv}, a

"simonia" (compra de cargos eclesiásticos) foi denunciada e depois rigorosamente proibida pelo Concílio de Calcedónia (451). Isto demonstra até que ponto a Igreja se tornou uma potência social.

Na Hispânia, as receitas de cada igreja eram divididas em três partes: uma para os clérigos, uma para o bispo e outra para a construção de edifícios. Na Gália e na Itália, um quarto era reservado às viúvas e aos pobres. Estes eram inscritos numa lista (matrícula) análoga à dos clérigos. Eles foram sustentados inteiramente às custas de sua igreja. Além disso, durante o século ^v, desenvolveram-se muitas instituições de caridade: hospitais para enfermos, hospícios para peregrinos e viajantes, orfanatos para enjeitados, etc. Em Roma, o sistema de ensino foi ainda mais desenvolvido, dada a importância da sua população flutuante; Meia dúzia de diaconias funcionavam ao serviço dos mais miseráveis. Então, basicamente, a Igreja era a padroeira dos pobres.

Portanto, como verdadeiro Estado dentro do Estado, não demorou muito para praticar, como os grandes latifundiários e chefes militares, um tipo particular de clientelismo. Às vezes era mais vantajoso para um camponês trabalhar como colono nas terras da Igreja do que ser completamente livre. A justiça do bispo era mais atrativa que a do oficial, porque era mais rápida e direta. Não é incomum encontrar bispos protegendo libertos que lhes foram confiados por testamento ou colonos e clientes que pertenceram a um doador piedoso. O bispo tornou-se, desta forma, um verdadeiro patrono alternativo, também dotado de fiéis. Além disso, monitorou cuidadosamente a manutenção do território de asilo ao redor de sua igreja, onde escravos vítimas de abusos ou litigados sem possibilidades de defesa poderiam se refugiar. Sobrecarregados por uma infinidade de tarefas administrativas, os clérigos tornaram-se cada vez mais ligados ao mundo. Eles estavam se tornando poderosos também.

Por outro lado, esse era o ponto de vista de outros cristãos que censuravam bispos e padres por serem tão mundanos. Na verdade, muitos leigos que praticavam a renúncia ao mundo material através do celibato e da pobreza atacaram a sociedade cristã. Os monges consideravam que o mundo romano, oficialmente convertido em cristão, o era apenas nominal e superficialmente. Por isso dividiram os seus compatriotas em dois grupos: os cristãos *seculares*, superficiais, imersos no século, com ocupações frívolas e estúpidas, e os *conversi* ou *sancti*, verdadeiramente convertidos, de fervor ardente, que renunciaram à impureza de um mundo que estava muito rico. No final do século ^{iv}, a conversão de um nobre senador, Paulino de Bordéus, e da sua esposa Terásia, causou um verdadeiro escândalo, mesmo entre os cristãos. Abandonou todos os seus fardos, vendeu e distribuiu seus bens entre os pobres e depois retirou-se para o santuário de San Félix de Ñola, na Itália. Também uma rica matrona bilionária, Melania, distribuiu os seus bens espalhados pela Hispânia, Itália, África e Bretanha. Mas aqueles homens vestidos com capa preta e capuz, que frequentavam as estradas e ajudavam os viajantes, eram em grande parte parasitas, misantropos e até desertores que fugiam das cidades para fugir às suas responsabilidades. E embora excepcionalmente um deles, Martinho, que fora oficial superior e se tornara eremita e monge, fosse proposto para o bispado de Tours, os outros bispos não paravam de zombar de suas roupas esfarrapadas e cabelos sujos. Mesmo em Cartago, os monges não podiam sair sem correr o risco de serem vaiados.

De todos os grupos sociais do Ocidente romano, os monges parecem ser os mais marginais, os mais rebeldes e os menos integrados. Com efeito, no início do século ^v,

proliferaram todos os tipos de vida monástica. Geralmente faltavam regras e, quando existiam, eram muito brandas. As virgens consagradas viviam em casamento espiritual com ascetas, dando naturalmente origem a todo tipo de fofoca. Havia grupos de eremitas que se moviam incessantemente, confundindo perambulação com distanciamento. Esses monges de tipo egípcio eram chamados de "gyrovagos", em contraste com os reclusos e outros ascetas de tipo sírio que realizavam penitências extravagantes. Os mosteiros de vida centralizada segundo a regra de São Pacómio opunham-se aos conventos compostos por células dispersas que praticavam a regra de São Basílio. Finalmente, foram criadas nos bispados comunidades de clérigos episcopais que praticavam a cultura sagrada e a vida consagrada. Em suma, tanto no "deserto" como nos campos, tanto na cidade como nas casas particulares, proliferaram diferentes formas de vida monástica, criticadas por leigos e monges. Os mais exigentes, como João Cassiano quando chegou a Roma por volta de 405, estimavam que os monges do Ocidente eram poucos (em comparação com o Oriente, claro), preguiçosos e indisciplinados.

A ação dos senadores e seus clientes na cidade

Enquanto o clero atrai homens livres e os monges atraem críticos, o ambiente urbano tende a tornar-se vazio. Normalmente, a cidade, como capital e centro de um território, administra-se a si mesma. A assembleia de cidadãos aprova as propostas de nomeação dos magistrados municipais apresentadas pelo conselho de decuriões, a cúria. Na verdade, é este último que governa a cidade. No dia 1º de março de cada ano, elege para o cargo os responsáveis pela arrecadação de impostos, recrutamento, gestão de minas, domínios imperiais e cavalos, sem esquecer os responsáveis pela inserção de documentos particulares (vendas, doações, testamentos, etc.) no documento oficial. cadastro municipal. Outros cargos diziam respeito à manutenção de aquedutos, ao fornecimento de lenha para as termas e à reparação de monumentos e muralhas. O conselho teve que monitorar os preços. Finalmente, os curiales tiveram que organizar jogos públicos, combates de gladiadores ou caçadas a animais selvagens e exóticos importados de longe. Ora, os rendimentos das cidades do Ocidente eram escassos, e os seus bens territoriais pareciam mesmo ter desaparecido no início do século v. Assim, todas as despesas recaíam sobre a fortuna pessoal dos curiais, que servia tanto como fiador da arrecadação de impostos quanto como fonte de despesas públicas, o que respondia à grande tradição esbanjadora da Antiguidade. Por isso, ricos ou pobres, médios ou grandes proprietários, os curiais procuravam ou sair da sua ordem depois de terem cumprido os seus deveres municipais, e nesse caso eram chamados *honorários*, ou simplesmente fugir às suas obrigações. Muitas vezes foram ameaçados de ruína e depois tentaram ingressar no exército, no clero ou nos mosteiros. Caso não conseguissem ingressar em um desses grupos privilegiados, chegavam a casar-se com escravas para que seu papel não fosse hereditário, apesar do papel de protetor dos pobres que o defensor da cidade deveria desempenhar. Encontramos o mesmo fenômeno a cada momento: a fuga da própria condição para escapar do Estado. Em 458, o imperador Majoriano tentou consolidar os colégios curiais, que estavam em processo de desmembramento no Ocidente. Mas os curiais não desapareceram das cidades apenas por causa da ganância ou do empobrecimento. Acima de tudo, opunham-se à

transformação em funcionários públicos e ao facto de terem de lidar com tarefas que os afastassem das suas actividades habituais.

Em particular, tentaram ingressar na nobreza senatorial. Este foi dividido em várias classes, com títulos muito hierárquicos dependendo dos cargos administrativos ocupados e dos títulos concedidos pelo imperador. No início do século ^v, a sua forma de recrutamento tinha sofrido uma profunda renovação. Junto com as antigas famílias oriundas da era republicana, surgiram novas linhagens, normalmente oriundas de decuriões, mas também de simples soldados e até de oficiais ou notários bárbaros. Permanência e mudança são as duas características contraditórias que marcam o recrutamento de senadores. Advogados e professores também poderiam se tornar senadores. Alguns deles viviam pouco confortavelmente. Por outro lado, alguns eram imensamente ricos, especialmente aqueles da classe mais alta que estavam isentos de impostos e encargos curiais. Obviamente, deviam contribuir com os seus rendimentos para as despesas suntuárias correspondentes aos jogos organizados pelos questores, pretores ou cônsules como nos tempos antigos. Mas cumprir esse dever era uma questão de honra para eles, mesmo que daí não derivasse nenhum papel político importante. Na verdade, os senadores possuíam grandes fortunas territoriais e dificilmente podiam exercer funções administrativas enquanto os seus bens cresciam. Dada a sua grande riqueza e cultura, levam uma vida confortável e ociosa. Os espetáculos de caça nos anfiteatros, as corridas de cavalos e o agradável conforto das termas eram para eles o verdadeiro prazer e a vida ideal, da qual queriam fazer participar os seus concidadãos. Compreende-se assim por que todas as esperanças de ascensão convergiram naquele grupo social, e por que tantos arrivistas nele foram incorporados, de modo que este grupo senatorial, que os imperadores ilírios haviam esvaziado do poder político real, o recuperou lenta e insensivelmente. Na verdade, um senador de primeira classe, respeitado pela sua natureza e pela posição que ocupava nas cerimónias oficiais, poderia intervir directamente perante um alto funcionário ou submeter-se a uma cúria que exigisse os seus impostos. Os privilégios de influência somaram-se imperceptivelmente ao prestígio e, por fim, aqueles que buscavam cargos nos senadores tornaram-se seus clientes. O mecenato floresceu sob a proteção das grandes famílias senatoriais. O senador, intermediário obrigatório entre o Estado e os cidadãos, por sua vez afastou o contribuinte do poder público. E quando finalmente se retiraram para suas posses, sem perder o contato com a corte ou os laços familiares com altos funcionários, os senadores tornaram-se potentados locais. Não era incomum no século ^v que algum chefe de família senatorial obtivesse o Império por meio de usurpação, o que não acontecia há quase dois séculos. Este regresso à antiga força do elemento senatorial é um sinal dos novos tempos que se preparam.

Em resumo, a sociedade da Antiguidade tardia vê nascer novos poderosos e novos privilegiados: funcionários, soldados, clérigos e senadores, juntamente com os escravos *casati* e os colonos ligados à terra, embora isto possa parecer um paradoxo. Entre estes dois estratos sociais, camponeses livres, cidadãos, cúrias e monges debatem e agitam, quer subam ou desçam. Todos esses movimentos internos têm como objetivo escapar da poderosa máquina estatal para se tornar um protetor ou protegido, um patrono ou um cliente. Esta fuga geral de responsabilidades e esta recusa em participar no esforço fiscal e militar necessário para manter a guerra, advém de um desejo de preservar as conquistas do tipo de vida criado pela paz romana. Por esta razão, o Estado se preocupa em fazer com

que todos cumpram os seus deveres, enquanto a Igreja proclama em vão uma moral que não é seguida. Na verdade, as leis romanas estão repletas de proibições ao abandono do próprio estatuto social. O escravo não pode ser padre ou monge. Os colonos não podem abandonar as terras que cultivam. Os membros das associações comerciais não podem abandoná-las. Os Curiales não podem entrar no exército nem ser clérigos ou monges. O marido de uma jovem de família curial torna-se curial. Um bispo não pode mudar a sua sede episcopal. A filha de um senador não pode se casar com um homem livre ou com um escravo. Em suma, estas leis, que tentam vincular hereditariamente cada pessoa à sua condição social, demonstram com o seu rigor e vã repetição que a sociedade romana continua fluida ou coagula lentamente em torno de protetores poderosos, sem que o Estado consiga reunir todos eles. . as energias. Da mesma forma, as exigências cristãs são frequentemente ignoradas e consideradas impraticáveis. Muitos foram batizados *in articulo mortis* para garantir que morressem perdoados e salvos. Os cristãos praticavam o divórcio, autorizado pela lei, apesar da proclamação da indissolubilidade do casamento. As práticas de aborto eram muitas vezes correlativas à família e à estrutura conjugal. Isto é: esta inobservância das ordens do Estado e dos conselhos da Igreja mostra que a política e a religião não penetram seriamente na sociedade. E se conseguem penetrar, provocam uma fuga para os laços do homem com o homem e para as solidões incivilizadas.

INÍCIO DA PRIMAZIA DO CAMPO SOBRE A CIDADE

Exteriormente, a economia do Império Romano Ocidental parece próspera, embora menos que a do Oriente. Internamente está em completa mudança. Surgem distorções em todos os lugares que nem os líderes nem a sociedade podem controlar. Estas afectam o número de homens, a extensão das grandes propriedades, a economia monetária e o nascimento de um novo tipo de cidade. A política militar, fiscal e monetária tem um papel verdadeiramente preponderante na evolução económica do Império Romano Ocidental, mas esse papel, em vez de ser uma força motriz, é antes o de criador de grandes rupturas, mesmo numa conjuntura de expansão.

Poucos homens e muito espaço vazio

Enquanto o Oriente está em pleno desenvolvimento demográfico. O Ocidente provavelmente ainda não recuperou a taxa populacional do século II. O colapso do século III parece interrompido apenas momentaneamente. Apesar das estimativas contraditórias dos demógrafos (a população da Gália é por vezes próxima dos dois milhões ou seis), é possível afirmar que para uma população de vinte milhões de habitantes, os 250.000 homens que compõem a força teórica do exército são demasiado pesados. um fardo. Isto significava um rendimento de um centésimo do mesmo, enquanto o dos povos germânicos, apesar de serem poucos, era um quarto disso. Esta falta de homens deveu-se, sem dúvida, à sua recusa em lutar, mas provavelmente também porque as vagas não foram preenchidas. Se não levássemos isso em conta, não compreenderíamos os esforços do Estado e dos grandes proprietários de terras para atribuir colonos às terras e impedi-los de se alistar no exército. A terra carecia de armas e o exército que pedia incessantemente homens, os poucos que

havia eram disputados. A política de importação de tropas bárbaras e *laeti germânicas* instaladas em terras abandonadas permite detectar áreas subpovoadas do Império. Estas são, em primeiro lugar, as áreas fronteiriças além dos *limões fortificados* : Ilíria, Panônia, Nórica, norte da Itália, norte da Gália, norte da Grã-Bretanha e Mauritânia. Da mesma forma, a distribuição das cidades desenha outra geografia de subpopulação: a Gália entre o Sena e o Loire, a Numídia ocidental e certas áreas da Península Ibérica. Particularmente nestes últimos existem áreas muito escassamente povoadas, como os planaltos centrais, as regiões dos Pirenéus e Cantábrico, e as do atual norte de Portugal, exceto partes da Galiza. Alguns historiadores levantaram a hipótese de que havia apenas seis a nove milhões de habitantes em toda a península. É verdade que naquela época as terras mediterrânicas eram mais povoadas do que pensamos, mas os dados demográficos da Antiguidade só podem ser especificados de forma confusa e vaga.

Que existiam territórios muito escassamente povoados e até vazios é confirmado pelo uso de termos oficiais como *tractus* e *saltus*, que designam terras não cultivadas, florestas, terrenos pantanosos, pastagens, estepes, etc. Como se considerava legalmente que não tinham dono, o Estado era considerado seu dono. E esse direito do Estado foi estendido ao subsolo e, portanto, às pedreiras e minas. Ora, parece que as clareiras romanas apenas se impuseram à natureza selvagem nas proximidades do Mediterrâneo. A irrigação e a drenagem afetaram apenas as costas do Levante espanhol e da península italiana. O sistema cadastral romano, que converteu a paisagem numa grelha regular baseada em estradas, transformou profundamente as planícies costeiras sicilianas e africanas (especialmente na atual Tunísia) e também as margens do Pó, Guadalquivir e Languedoc e Provença. subir o Ródano até Champagne e Picardia, podendo até chegar à bacia do Tâmbisa. Mas, em suma, a paisagem inculta excedeu-a em muito, e o domínio virtual do Estado deve ter sido imenso. As planícies e montanhas da Europa estavam cobertas por enormes massas florestais. Estas representavam talvez três quartos da superfície das regiões que temos considerado. As florestas eram pouco exploradas, excepto na Córsega, na Sardenha, nos Apeninos, na Serra Nevada e em Causse, onde era necessária madeira para os estaleiros e resina para fazer o piche. Os planaltos espanhóis produziam esparto a partir da vassoura.

No entanto, as principais atividades desenvolvidas nas áreas não cultivadas eram as mesmas do Paleolítico: coleta, pecuária extensiva e caça.

Frutas e bagas eram colhidas nos arbustos, ou porcos eram levados para pastar sob os carvalhos e faias das florestas vizinhas. Os produtos das áreas não cultivadas eram muitas vezes tão importantes que permitiam uma exploração considerável: os porcos de *Bruttium* (Calábria) alimentavam os cidadãos pobres de Roma, e os do norte da Gália iam para o Reno e o Ródano. Junto com a lã, um dos principais subprodutos da pecuária era o queijo. Foi produzido abundantemente na Ilíria, Dalmácia, Gália e Grã-Bretanha. África, Numídia, Hispânia e Panônia forneceram cavalos. Enquanto no inverno se comia carne de porco salgada, na caça de outono oferecia-se, sobretudo nos grandes domínios, a carne fresca de grandes herbívoros, veados, corços, pequenos roedores, lebres, esquilos e, o grande animal por excelência, o javali. Também não devemos esquecer os recursos dos rios, dos lagos e do mar. A pesca com redes, armadilhas ou armadilhas era muito produtiva, pois os homens, embora em número reduzido, não tinham meios suficientes para esgotar os recursos naturais.

Em particular, a enorme produção de sal e *garum* em quase todas as costas do Império comprova esta superabundância. As salinas estendiam-se ao longo da costa do Mediterrâneo sempre que o sol permitia. A pesca do atum, da tainha e da cavala, aliada à recolha de ostras, permitiu o fabrico de um tempero, o *garum*, em verdadeiras "fábricas de salga". Esse líquido, que corresponde ao atual *nuocman*, era exportado em ânforas especiais e, junto com o sal, subia pelos rios em grandes quantidades até chegar a todas as mesas. Foi fabricado em massa nas costas da Mauritânia, Bética, Levante (de Cartagena a Barcelona) e também nas da Aquitânia.

Havia outros dois produtos *saltus* pelos quais o Estado se interessava: minerais e pedras para construção. Quando não os explorava directamente através de mineiros e pedreiros hereditariamente ligados às suas empresas, apropriava-se de 10 por cento do produto extraído e permitia que o proprietário da terra recebesse o mesmo. Parece que a extracção foi activa graças a este regime de exploração vantajoso. As minas de ferro mais importantes eram as da ilha de Elba, Nórica (atual Baviera e Áustria), Ilíria, Berry e Hispânia. O ouro veio principalmente da Galiza e das Cévennes. O estanho continuou a ser fornecido pelas minas da Galiza e da Cornualha, enquanto o chumbo e a prata, muitas vezes associados, eram abundantes nas minas da Sierra Nevada, nas cadeias montanhosas Dináricas da Ilíria ou nos Peninos da Grã-Bretanha. O mármore branco de Luni, na Itália (perto de Carrara), e o mármore colorido dos Pirineus ou da África eram muito apreciados em edifícios, colunas, capitéis e sarcófagos, mas, comparados às simples pedras de construção que se encontravam mais ou menos por toda parte, eram produtos de luxo. Em suma, embora no *saltus* não existam muitos caçadores furtivos ou cabanas de carvoeiros, lenhadores e pastores, não é menos explorado e contribui significativamente para o equilíbrio da vida quotidiana, dos abastecimentos e do artesanato dos romanos.

O que aconteceu com a grande propriedade?

A grande importância do *saltus* explica porque foi pouco arado. Além disso, o seu complemento, as terras cultivadas (o *ager* que se opõe ao *saltus*), carecia de armas, como já vimos, apesar das incitações do Estado. No entanto, ele promulgou legislação segundo a qual a propriedade de terras não cultivadas ou abandonadas poderia ser adquirida. Com efeito, desde o século III, o direito romano reconhecia dois tipos de direitos sobre a terra: a plena *proprietas* do proprietário, e a *possessio* ou direito perpétuo detido por um agricultor sobre a terra do proprietário titular após a ter desmatado. Este duplo direito existiu em todo o Império Romano. No século V, qualquer pessoa poderia explorar um pântano, ou um meandro, ou qualquer outro aluvião de rio, e tornar-se seu proprietário perpetuamente sem ter que pagar impostos. Qualquer terra abandonada que alguém arasse novamente tornou-se sua propriedade depois de dois anos. Por fim, uma lei de 424 autorizava qualquer pessoa a desbravar terrenos públicos, quer se tratasse de *saltus incultos* ou de imóveis baldios que caíssem nas mãos do Estado, e a ocupá-los regularmente durante trinta anos, pagando a renda e os impostos correspondentes, para se tornar seu proprietário oficial. Assim, a *possessio* foi transformada em *proprietas*.

Essa lei e esse princípio, fundamentais no futuro, não foram aplicados no momento, exceto nas terras cultivadas do Estado. Estas não pararam de aumentar graças à

incorporação de terras confiscadas, não herdadas ou devolutas. Na Campânia, na região de Valência na Gália e especialmente no sul da Tunísia, parecem ter existido *agri deserti*, abandonados em consequência de uma pressão fiscal excessiva que não distinguia terras férteis de terras improdutivas. Atrás da fronteira da Renânia ou do Danúbio havia muitas terras que foram evacuadas por razões de segurança. Por outro lado, naturalmente, as pessoas atropelaram-se para obter terras da coroa. Como as rendas podiam ser pagas em ouro, muitos grandes proprietários apresentavam-se como compradores para expandir os seus activos desta forma. Tudo isto explica um fenómeno surpreendente da época romana tardia: a tendência para a extensão da grande propriedade, sem o desaparecimento dos pequenos e médios proprietários e sem um aumento correlativo da área cultivada. Assim, as terras públicas funcionaram como reservas de segurança para responder à crescente procura de terras, sem que houvesse grande alteração no número de armas disponíveis.

Todos compraram terras. Mas a igualdade jurídica imposta pelo direito privado romano obrigava o marido e a mulher a continuarem a ser proprietários das respectivas propriedades e a dividi-las igualmente entre os filhos em testamentos extraordinariamente precisos e rígidos. Isto afetou a todos, desde o mais humilde ao maior proprietário, e como resultado as grandes centurições primitivas foram convertidas em pequenas parcelas dispersas. Foi então necessário fazer mudanças contínuas para reagrupar os terrenos ou alugar ou comprar mais lotes. Além disso, empresários e comerciantes só podiam investir os seus lucros em propriedades fundiárias. A constante demanda por terras estava no final de um processo que havia começado com o seu abandono. Afinal, nesta época a agricultura era a principal fonte de renda do Império.

Embora dispersos, os terrenos podem ser divididos em dois tipos. Os proprietários camponeses, os colonos apegados à terra e os decuriões, cultivavam talhões (*ager, agellus*) ou “colônias” (*colonicae*). Muitas vezes falta documentação que comprove a existência destas pequenas e médias propriedades ou terrenos, mas sem dúvida existem, mesmo que só apareçam quando ficam dependentes de um grande proprietário. Ele muitas vezes dá um nome à sua propriedade: *fundus Cornelianus*, por exemplo, dado por Corneilhan no baixo Languedoc. Agora, é muito raro que o *fundo* ou o *praedium* sejam agrupados em uma unidade. Além disso, poderia ser dividido em metades, terços e até oitavos à mercê de heranças e vendas. Assim, a fronteira entre a grande propriedade e a pequena propriedade era imperceptível. Já no topo da escala social, os *fundi* foram agrupados em *massae*, arquipélagos que surgiram da massa de pequenas e médias propriedades. O senador Paulino de Pella, embora de origem bordalesa, possuía *propriedades* ao longo do Gironda, na Acaia e no Épiro. Na África, algumas porções do *saltus* que um grande proprietário de terras dava a um único possuidor para arar eram maiores do que todo o território de uma cidade. Mas isso só foi possível no *saltus*. Nos demais locais, as grandes propriedades eram constantemente fragmentadas por enclaves, fossem eles pequenos ou mais importantes.

Portanto, senadores de alto escalão se esforçaram para transformar pequenas propriedades vizinhas em posse através de contratos de mecenato, ou para comprá-las mesmo por um preço elevado, ou para expandir sua influência através do aluguel de terras abandonadas. Este duplo movimento de exclusão de vizinhos e de criação de novos campos ou de desmatamento de antigas propriedades abandonadas fez com que surgissem grandes proprietários de terras que eram ao mesmo tempo *possuidores* que arrendavam terras ao Estado (cultivadas ou não cultivadas) para acabarem por se tornar seus próprios

proprietários sob a "prescrição de trinta anos". Já no final do século ^{iv}, Santo Ambrósio, bispo de Milão, denunciou duramente este ávido desejo de entesouramento e esta sede de engrandecimento nos proprietários que eram ao mesmo tempo funcionários, mecenas e juízes, e que, ajudados por administradores (*atores*) e capatazes (*motoristas*), recebiam aluguéis e royalties em espécie muito elevados. Com efeito, este sistema era particularmente indispensável no caso de o proprietário ser uma pessoa colectiva: o Estado ou a Igreja. O absentismo dos proprietários de grandes domínios privados também exigia este tipo de organização complexa na sua administração. No início do século ^v, os poderosos senadores ainda residiam na cidade e governavam à distância através dos seus prefeitos. Eles tinham que estar cientes dos preços de mercado. Com efeito, a Itália anônima fornecia impostos sobre trigo e vinho para alimentar os cidadãos de Roma e o exército. Por sua vez, a África e, em menor medida, a Bética, forneciam regularmente trigo à Itália. Aquitânia e Champagne forneceram os exércitos gauleses e renanos. Essa demanda constante levou grandes proprietários de terras a ampliarem seus domínios. Eles monopolizaram cada vez mais os mercados porque conheciam os preços melhor do que os pequenos proprietários de terras e porque contratavam trabalhadores sazonais durante a colheita e a época da colheita.

Uma agricultura que permaneceu vigorosa

Assim, os rendimentos eram uma preocupação primordial para eles. Vimos como era distribuída a mão-de-obra e por que o colono apegado à terra era preferido ao escravo agrícola que já era *casatus*, tendo em vista o pouco que produzia. Mas isso não impediu que os escravos, apesar de proporcionalmente poucos, ainda fossem abundantes, pois alguns parentes do imperador Teodósio conseguiram recrutar em 409, por falta de melhor e apesar da proibição, um verdadeiro exército composto por mãos de trabalhadores braçais. para lutar contra os bárbaros. Na verdade, como havia poucas armas disponíveis, foi necessário inovar. Os grandes proprietários consultaram então os agrônomos, cujos escritos foram feitos em muitas cópias: Columella, Varro e Palladius. Este último era aquitano, prefeito do pretório de Roma em 458. Escreveu um tratado sobre agricultura que revela o crescente interesse dos senadores pelo trabalho agrícola. No que diz respeito aos cereais, a época de pousio bienal foi acompanhada por capinas e aragens frequentes. Os cereais de primavera, que crescem em três meses, foram cultivados para aliviar as fracas colheitas de inverno.

O cultivo de leguminosas (ervilha, feijão, lentilha, etc.) e a prática de fertilizantes em alguns casos melhoraram a produção. O arado e a enxada eram usados juntos para revirar a terra. Os pomares e vinhas foram cuidados com especial cuidado. Os primeiros produziam couves, cebolas e rabanetes em abundância, mas a vinha era geralmente preferida pelo seu elevado rendimento e pelas possibilidades de especulação oferecidas pela venda do vinho. Por outro lado, é provável que os primeiros escravos *Casati* tenham sido escravos nas vinhas, pois tinham muito interesse em produzir para obter benefícios do vinho que lhes restava e assim aumentar a sua riqueza. O cultivo da oliveira foi difundido na África, Hispânia e Ístria.

É difícil avaliar o rendimento dos cereais. Para Columella, não seria possível obter um rendimento normal a menos que houvesse 16 trabalhadores agrícolas por quilómetro quadrado. Contudo, parece que, por falta de homens, eram apenas oito no final do século ^{iv}. Assim, a proporção ideal não foi alcançada. Consequentemente, era necessário aumentar os rendimentos a todo custo. Columella aconselhou plantar quatro moyos por hectare, mas Palladio preferiu seis moyos. Neste último caso seriam produzidos vinte hectolitros por hectare, o que seria válido para terras de médio valor. Segundo Columella, o rendimento era de quatro para um num ano mau; isto é, de cinco a sete quintais por hectare. Mantemos esse número por precaução, pois Varrão especifica que na Etrúria se obtiveram proporções de dez a quinze vezes um, o que daria uma produção de aproximadamente treze a vinte quintais por hectare.

Para otimizar o uso da mão de obra escassa, os agrônomos romanos aconselhavam o uso de máquinas. Palladius incentivou fortemente a construção de moinhos de água “para moer o trigo sem ter que recorrer ao trabalho animal ou humano”. Na verdade, havia numerosos moinhos flutuantes no Tibre quando este passava por Roma. Os de Barbegal, no Ródano, perto de Arles, pareciam verdadeiros moinhos devido à sua capacidade. No norte da Itália era utilizada a *rede de cerco*, que era uma espécie de carrinho de mão com rodas dentadas para debulhar o trigo na eira. No norte da Gália, os *vallas*, uma carroça com lâminas na frente que separavam as orelhas do caule, eram empurradas por mulas e dirigidas por um único homem que monitorava o seu funcionamento. Com isso, o emprego de muitos ceifeiros foi eliminado. Parece até que o arado com rodas poderia ter sido conhecido nas planícies do Pó e do Danúbio, bem como no norte da Gália. Voltamos, então, ao encontro das áreas escassamente povoadas que tinham a obrigação de alimentar os exércitos e que, portanto, estavam condenadas à inovação.

Portanto, o final do século ^{iv} é um período de grande produção e prosperidade. Não é Palladio quem afirma que “a presença do proprietário traz prosperidade ao patrimônio”? Não é ele quem recomenda ter “sem falta ferreiros, carpinteiros e fabricantes de jarras e cubas no domínio para que a necessidade de ir para a cidade não obrigue os camponeses a abandonarem o seu trabalho normal”? A tendência para a autarquia no domínio é o preço destes esforços de produtividade. O êxodo de senadores para o campo, acompanhado da recusa em exercer funções políticas, não é apenas uma renúncia; demonstra um interesse renovado na produção agrícola e na especulação. Pela sua disposição e amplitude, os domínios rurais do século ^{iv} descobertos pela arqueologia e pela fotografia aérea demonstram que não têm nada a invejar aos do Império clássico.

A cidade murcha

Por outro lado, as construções urbanas parecem sem importância. Até mesmo templos pagãos foram destruídos e alguns edifícios públicos foram completamente abandonados. Além das cidades do Oriente e da África, Roma (que devia ter uma população de cerca de oitocentos mil habitantes), Ravenna, Milão, Arles e Trier, poucos monumentos civis e poucas igrejas foram construídos nas cidades. A partir de 395, os prefeitos pretorianos da Itália e da Gália tomaram uma série de medidas para evitar que os curiais abandonassem os conselhos municipais. Esse movimento, que, como vimos, se alternou com o dos senadores,

fez com que as cidades se tornassem centros de consumo mínimo. Como neles restavam apenas alguns decuriões, o clero episcopal ou monástico, os mercadores e os *colégios*, ficaram restritos ao papel de local de troca com os camponeses, quartel temporário para as tropas de campo, tribunal para os litigantes ou tribunal para os litigantes. refúgio-cidadela em caso de perigo.

A paisagem urbana já não era aberta, com avenidas que conduziam a esplêndidos edifícios públicos. Em todos os lugares, a cidade tornou-se uma cidadela, com exceção de algumas na Hispânia, na Itália e na África. Esta nova modelagem urbana visava manter as funções administrativas centralizadoras e as condições de local de encontro e intercâmbio entre toda a população rural e os religiosos, funcionários e artesãos que ainda viviam na cidade. Portanto, em tempos de paz, os subúrbios eram bastante povoados, tanto mais que surgiram os cemitérios e basílicas cristãs no século v. A partir de 415, data em que foram encontradas as relíquias de Santo Estêvão, o primeiro mártir, foram construídas muitas catedrais dedicadas a esse padroeiro. Em Milão, o bairro dos mercadores ficava fora dos muros. Mas é difícil estimar a população destas cidades; Não conhecemos a superfície dos subúrbios; algumas grandes cidadelas incluíam pomares e espaços sem edifícios (Toulouse, Vercelli, Bolonha, Modena, Piacenza e até Roma). Além disso, em caso de distúrbios ou invasões, apenas uma parte dos habitantes refugiava-se na fortaleza, enquanto os restantes fugiam para o campo. A cidade romana do final do Império era dotada de capacidades retráteis. Em circunstâncias normais, Bordéus teria 16.000 habitantes e Paris teria 20.000. Em tempos de guerra poderiam ser esvaziados de uma só vez. E isto leva-nos a considerar uma das distorções mais graves entre a cidade e o campo: o deslocamento das forças produtivas e económicas dos centros urbanos para as áreas rurais.

Na verdade, eram raras as capitais que tinham artesãos e vendiam produtos manufaturados. Já vimos que existiam muito poucas casas da moeda: seis nas cidades mais importantes. Talvez a produção de vidro em Colónia tenha sido a única que continuou a constituir uma actividade importante. Mas as manufaturas têxteis de Amiens e Bourges dependiam do Estado, assim como os *navicularis* (corporação de armadores estatais que transportavam trigo tributado), quer trabalhassem em Ostia, Cartago, Aquileia ou Barcelona. O caso das oficinas de cerâmica é particularmente revelador; Todos foram instalados no campo, perto de grandes centros de consumo, como acampamentos militares ou no entorno de grandes portos. Em suma, a cidade representava cada vez mais o Estado e a Igreja; Tornou-se um local de troca, mesmo em concorrência com a *vinha*, grandes povoações rurais onde os agricultores se reuniam com maior frequência para vender os seus produtos.

Ao todo, as cidades perderam grande parte da sua actividade económica e estagnaram na parte ocidental do Império à medida que foram esvaziadas de trabalhadores e proprietários de terras; mas continuaram a impor a sua lei política e religiosa. Uma distorção idêntica ocorreu ao nível das trocas comerciais e monetárias; O comércio exterior com os países bárbaros, o Irão e o Extremo Oriente era tributado nas fronteiras com direitos aduaneiros não inferiores a doze e meio por cento. No entanto, o comércio com os países da Europa Central foi benéfico porque muitos produtos manufaturados foram vendidos. Por outro lado, o défice causado pelas compras de incenso do Iémen, especiarias da Índia e seda da China não foi suficiente para desequilibrar a balança de pagamentos do Império. Não havia proporção entre este comércio de luxo e o comércio interno.

O Estado favoreceu esta última, como sempre por razões fiscais e militares. A rede rodoviária romana estava no auge; Cobriu todo o Ocidente, permitindo que as tropas e os correios do *cursus publicus* se movessem rapidamente para a época: por exemplo, era uma viagem de seis dias de Milão a Roma. Mas o transporte terrestre precisamente não favoreceu as mercadorias; Era mais caro transportar 600 quilos de carga numa carroça puxada por uma parilha de bois do que numa parilha de dromedários. Portanto, estes últimos eram utilizados em todo o Império e transportavam todas as bagagens das tropas. O transporte aquático era melhor: mais prático e mais barato. A carga média dos navios que transportavam trigo era de 150 toneladas. Mas, mais uma vez, os *navicularii* tentaram fugir às exigências do Estado e preferiram utilizar navios de vinte toneladas, o que fez com que não tivessem de pagar tantos impostos e pudessem obter mais lucros. Também os barqueiros do Tibre, do Pó e do Ródano eram controlados pela administração.

Assim, apenas o transporte fluvial e marítimo era rentável, tanto mais que o Estado era o principal consumidor. Embora a navegação só pudesse ser feita de 31 de março a 10 de outubro (ou às vezes até 11 de novembro), embora as viagens fossem lentas (cinco dias de Narbona a Cartago, trinta dias de Alexandria a Marselha), as rotas marítimas eram muito movimentadas, particularmente para transportar trigo, vinho e azeite. Havia comunicação regular entre todos os portos de alguma importância. O Mediterrâneo continuou a ser o centro dessa economia cambial. Há apenas duas excepções dignas de nota: a viagem ibérica era frequentemente utilizada para comprar estanho britânico, e as flotilhas que transportavam trigo da bacia do Tâmesa iam regularmente de Londres para Mainz. Mas aqui encontramos mais uma vez o papel promotor do Estado. Na verdade, parece que os comerciantes privados eram poucos em número se olharmos para o fraco rendimento do imposto que lhes foi imposto, o *collatio lustralis*. Juntamente com os mercadores itinerantes gauleses, hispânicos e africanos, encontramos activos mercadores sírios e judeus. Mas, naturalmente, os produtores tinham tendência a negociar directamente a venda do seu trigo ou vinho. O mercado de frutas no norte da Itália estava nas mãos dos grandes senadores que jogavam para cima ou para baixo dependendo da colheita ou dos períodos de espera pela nova colheita: em seis meses os preços poderiam triplicar ou vice-versa. Nessa altura, os pequenos proprietários camponeses comercializavam directamente os seus excedentes e a especulação era ainda mais tentadora porque estava geralmente ligada a empréstimos e adiantamentos sobre colheitas. Agora, a renda da terra no norte de Itália parece ter sido de 10%. Como a taxa de juro era oficialmente de 12 por cento, e muitas vezes muito mais elevada, uma forte procura por parte do Estado estimulou consequentemente o comércio privado, que proporcionou o complemento necessário e provocou novos empréstimos a taxas de juro ainda mais elevadas. Isto explica as diatribes episcopais, especialmente as de Santo Ambrósio, contra a usura.

Estes empréstimos a juros elevados, nomeadamente para empresas marítimas (33 por cento), exigiam dinheiro vivo, cuja disponibilidade se multiplicou no início do século com a cunhagem do salário-ouro, moeda de grande poder de compra que foi aceite em todos os lugares. Tal como as peças de bronze, as *folies*, eram constantemente desvalorizadas de acordo com a lei de Gresham que diz que “o dinheiro mau expulsa o bem”, o Estado, funcionários, soldados e comerciantes exigiam ser pagos em ouro. A *adaeratio*, isto é, o pagamento de impostos em salários de ouro (em vez de em espécie), generalizou-se. Agora, os contribuintes, principalmente os assentados com produção fraca, não tinham essas

espécies monetárias à sua disposição. Portanto, a partir de 383, os imperadores mandaram cunhar *tremisses*, terços de ouro de um salário de 1,51 gramas, para melhor responder à procura. Também não adiantava pagar aos legionários da Renânia com uma minúscula moeda de prata, a *minimissimi*. O efeito deflacionário brutal da moeda ouro forçou os camponeses livres a tornarem-se colonos ligados à terra, dependentes de um proprietário ou patrono a quem tinham de pagar os seus impostos em espécie, que era responsável por pagá-los ao tesouro em moeda corrente. Uma reserva de ouro com poder de compra excessivo em relação à produtividade provocou, nem mais nem menos, o regresso a uma economia natural. Um sistema monetário estável levaria, mais cedo ou mais tarde, ao colapso da economia unitária romana, dependendo do maior ou menor grau de desenvolvimento económico nas diferentes províncias. Isto não afetou as províncias mais ricas (África, Itália peninsular, as ilhas, o sul e leste da Hispânia e sul da Gália), mas este efeito mecânico dissolvente, devido ao desconhecimento das leis elementares da moeda por parte do governo imperial, começava a pesar sobre as regiões pobres. Mais uma vez, a separação entre o estado e as cidades, por um lado, e o campo, por outro, ameaçou o colapso. O Oriente evitou isso no ano de 498 ao reavaliar a moeda de bronze, mas o mesmo não aconteceu no Ocidente.

O PRESTÍGIO DE ROMA SE OPOSTA A UM BAIXO NÍVEL DE ROMANIZAÇÃO

Com efeito, um fenómeno escondeu a realidade dos contemporâneos: a religião da cultura deu a Roma tal prestígio que a romanização insuficiente passou despercebida. Roma, civilização urbana segundo a tradição dos gregos, nunca questionou a cultura helenística que se espalhou por todo o Ocidente, pois em nome do seu modelo estava convencida de que era universal. Apenas bárbaros e escravos eram estrangeiros; todos os outros homens eram os únicos verdadeiramente livres.

Uma cultura elitista, humanista e ultrapassada

Os romanos beneficiaram do projecto greco-romano que fez o homem passar da natureza selvagem para a cultura. Depois da alfabetização e da numeracia, o objetivo último da educação era aprender, graças ao latim e ao grego, a falar bem (retórica) e a saber refletir sobre o destino do homem (filosofia). Mas, numa civilização ainda em grande parte oral, o carácter privilegiado dessa educação era o professor de eloquência, o retórico, apesar de existir uma casta importante de funcionários, notários e estenógrafos que faziam debates em notas tironianas. É por isso que as escolas municipais tinham um gramático e um retórico para cada corpo docente. As demais disciplinas (filosofia, direito e medicina) podiam ser estudadas quase exclusivamente em Roma. O direito sempre foi estudado em latim, e a filosofia e a medicina em grego.

Os imperadores protegeram esta educação porque compreenderam que ela era a base do patriotismo romano. Isso criou um elitismo literário uniforme que exaltava o sentido de elegância, desprezava as ciências e considerava que o ideal de vida não era o trabalho (*negotium*, de onde provém os negócios), mas a dedicação aos estudos (*otium*). As escolas eram o suporte indispensável do Estado, pois disponibilizavam advogados, funcionários

públicos e, mais tarde, bispos. Mas, ao mesmo tempo, desenvolveram um desdém pelas profissões mecânicas e pelo trabalho manual. Neste sentido não fortaleceram a sociedade, embora tenham deslumbrado os bárbaros com os discursos dos retóricos e a linguagem floreada das constituições oficiais romanas. Por outro lado, à medida que o programa dos autores a estudar se tornava cada vez mais complexo, os séculos ^{iv} e ^v foram a grande época da escrita de novos manuais, particularmente das gramáticas de Donato e Prisciano. Além disso, como na prática só se ensinava gramática e retórica, o desejo de abranger as outras cinco disciplinas que faltavam para completar o programa das sete "artes liberais" (dialética, aritmética, geometria, astronomia e música), levou à escrita de Marciano Capela, entre 410 e 429, das *Bodas da Filologia e Mercúrio*, vasta enciclopédia alegórica que respondia a essas necessidades. Esta complexidade, que foi ao mesmo tempo uma conquista do edifício escolar greco-romano, exigiu reformas técnicas. Assim como na agricultura, aqui também surgiram inovações: o livro (*códice*), com páginas que podem ser folheadas ou onde podem ser feitas anotações, passou a substituir o pergaminho. O pergaminho, de pele de cordeiro cuidadosamente alisada, competia com o papiro egípcio, caro e áspero. Finalmente, a pena de ganso apareceu sem eliminar a cana fendida (o cálamo). A caneta permitiu uma escrita cursiva mais rápida. Mas apesar de tudo, o ensino estava em crise: muitos jovens estudantes queixavam-se de aprender grego. Agostinho, embora fosse professor de retórica em Cartago, conhecia-o muito mal. Paulino de Pella conta que aprender as duas línguas foi tão difícil para ele que adoeceu, após o que decidiu dedicar-se aos prazeres da caça. Também nesse sentido, uma educação demasiado difícil fez com que a aristocracia senatorial voltasse à natureza e aos prazeres do campo.

A crítica monástica também influenciou esta crise do ensino. Os cristãos leigos não queriam mudar o ensinamento humanístico clássico que tanto admiravam, mas os monges tinham consciência de todo o paganismo que a cultura greco-romana transmitia. João Cassiano, que fundou São Vitor de Marselha em 410, apelou a uma cultura espiritual baseada na Bíblia. Os monges egípcios, muitas vezes de origem popular, consideravam o ensino das humanidades inútil porque era imoral. A estas críticas, que dividiram profundamente o episcopado à medida que nele entravam senadores de grandes famílias, Agostinho respondeu na sua *Doutrina Cristã*, que escreveu entre o ano de 396 e 427. Para ele, a cultura clássica era absolutamente indispensável como passo propedêutico obrigatório para o conhecimento da Bíblia. O intelectual cristão precisava ser gramático e retórico para se tornar um exegeta perfeito e um brilhante orador sagrado. Assim, Agostinho recuperou toda a cultura antiga para colocá-la a serviço das letras sagradas. Mas, ao mesmo tempo, a necessidade de ser compreendido pelo povo obrigou-o a praticar um sermão claro e simples e, portanto, a abandonar grande parte do jugo da retórica. Esta mitigação e abandono foram as únicas soluções para resolver a crise na educação, mesmo que fossem contra a latinidade. Contudo, o alcance brilhante dessa solução ainda não tinha sido compreendido no Ocidente.

Assim, o ideal universalista permaneceu intangível, e todas as elites comungaram, no mesmo culto da eternidade em Roma, com o panegirista Pacatus Drepanius como já vimos. A uniformidade da cultura, a aceitação unânime das vantagens da civilização, o mesmo tipo de vida de leste a oeste, pouco afetado pela diferença entre latim e grego, fizeram com que os espíritos cultos desconhecem as realidades geográficas características de uma romanidade com múltiplas nuances. Havia muito poucas áreas romanizadas que,

coincidentemente, correspondiam a países pobres. De Cartago a Tânger, na África, a força da civilização romana diminuiu lentamente; Nas montanhas até a sua influência era desconhecida. No noroeste da Hispânia, as capitais territoriais nem sequer eram cidades mas sim *conventus*, locais de reuniões tribais; Nas montanhas Cantábricas e no País Basco, a romanização fracassou completamente. Na Gália, especialmente na Armórica, os sobreviventes gauleses foram importantes. Na Grã-Bretanha, a origem celta que triunfou no País de Gales e na Escócia, ao norte da Muralha de Adriano, ainda estava viva. Nas áreas pouco romanizadas de Tarragona, dos Pirenéus, dos Alpes e entre o Loire e o Sena, bandos de camponeses, por vezes chamados de bandidos, rebelaram-se intermitentemente contra o tesouro. Eram normalmente designados pelo nome *bagaudas*, palavra de origem gaulesa que significa “agrupamento”. Finalmente, não esqueçamos a germanização do norte da Bélgica pelos francos. Em suma, a unanimidade romana apresentava sombras que o esplendor literário e artístico camuflava.

Este quadro de contrastes mostra-nos, então, uma Romanidade segura de si e totalmente alheia às lágrimas internas. Era um mundo sitiado que se acreditava pacífico, razão pela qual desenvolveu três instrumentos de paz: o direito, com a sua distinção entre público e privado; o exército, com a sua dualidade (tropas de cobertura e tropas de campo), e os oficiais ao serviço da justiça e das finanças. Mas, para manter o que foi alcançado e manter intacto o seu potencial urbano, foi necessário criar um sistema fiscal devorador. Para aliviar a falta de homens, os bárbaros tiveram que ser introduzidos nas tropas. Para melhorar os rendimentos, os colonos tiveram de estar apegados à terra e a economia monetária teve de ser generalizada. Para aumentar o fervor romano, um ensinamento teve que ser desenvolvido e apoiado pela Igreja. Mas, forçando assim as molas da sociedade sem querer sacrificar nada da herança antiga, a Romanidade criou privilégios nos extremos da sociedade e fez aparecer sérias divergências: decuriões e camponeses contra o Estado, monges contra clérigos, cidades contra o campo, etc. A sociedade escapou do Estado através do patrocínio, dos novos poderosos: soldados, senadores e bispos. O campo modernizava-se de costas para as cidades, que se esvaziavam dos seus produtores. O Estado, único grande consumidor num ambiente que não consegue responder à sua procura, quebra a expansão nascente com uma moeda com poder de compra excessivo.

Como um lagarto em muda, o Império Romano, no início do século v, viu-se preso pela sua velha pele, que não tinha abandonado de todo, e enfraquecido na sua nova epiderme. Resistência e movimento, arcaísmo e inovações foram contrariados e contrariados nele. O infortúnio quis então que o bárbaro emergisse antes que esse processo terminasse. Ele cortou a cauda do animal com sua espada, salvando assim a vida do Oriente bizantino, que então iniciava seu apogeu. Só assim se poderá considerar o papel destrutivo do acontecimento. Dentro desta dialética de guerras e estruturas civilizacionais, vejamos agora o que ruiu e o que restou.

Capítulo 2

FRAGMENTAÇÃO E MUDANÇA DO OESTE

(séculos V-VIII)

Os contemporâneos não perceberam as consequências duradouras e distantes das invasões germânicas. Muitas vezes, na sua maioria, os vencidos minimizavam a dimensão do acontecimento e consideravam os recém-chegados como antigos soldados romanos, salvo, evidentemente, nos raros casos em que eram expulsos. Por esta razão, particularmente na Hispânia, no sul da Gália e na Itália, a influência romana continuou a ser preponderante, evoluindo devido ao impulso adquirido. A Igreja substituiu então a civilização romana, o que garantiu a sua manutenção e transformação. Através de missões, ele levou a romanização até mesmo a lugares onde Roma havia falhado. Assim, nessas regiões, a contribuição bárbara específica foi minimizada ou mesmo rejeitada. Por outro lado, isto era indubitável e claro na Inglaterra, no norte da Gália, na Germânia e no norte da Itália. Então a permanência romana e as inovações germânicas poderiam ter sido opostas numa escala geográfica, de modo que cada região representasse uma das duas. Mas nada disso aconteceu porque a influência da Igreja, que escolheu o que parecia duradouro na época romana, levou finalmente à criação de uma nova unidade entre vencedores e perdedores que se pretendia idêntica à antiga. Surgiu assim uma mistura que, por falta de algo melhor, tem sido chamada de civilização dos reinos bárbaros e o que seria melhor chamado de romano-germânica. Em todo o caso, graças à aculturação levada a cabo pela Igreja, os alemães souberam aproveitar as lições recebidas preservando a sua originalidade, pois continuaram a governar os romanos e os membros do clero.

DO IMPÉRIO AOS REINOS

A partir do momento em que um povo nómada, os hunos, oriundos das estepes da Ásia Central, atravessou o Don no ano 375, uma série de reacções em cadeia provocaram o movimento de tribos inteiras de leste para oeste e a sua entrada no Império. Quando o Império do Oriente deteve o primeiro golpe, livrando-se dos adversários que enviou para o

Ocidente, iniciou-se aqui um processo de morte lenta. Então, após um período de reconquista por Constantinopla, que recuperou a sua força, o Ocidente foi abandonado à sua sorte. A partir de então, iniciou-se a busca pelo equilíbrio entre os diferentes reinos bárbaros que dividiam o território. Todos esses reinos passaram por crises graves, mas um deles, os francos, emergiu como candidato à hegemonia. Curiosamente, a queda de Roma levou à restauração de Roma.

Uma morte lenta e dolorosa

Ao cruzar o Don, as tribos hunos queriam subjugar os alanos, os ostrogodos e os visigodos. Estes últimos, derrotados, tentaram refugiar-se em território romano como federados, mas a aliança oficial rapidamente se desfez. Em 378, a cavalaria visigoda rompeu as fileiras do exército romano em Adrianópolis através de um ataque lateral. A partir desse momento, aquele exército germânico seguido pelo seu povo tentou em vão renovar a aliança com Roma. Com Alaric à frente, os visigodos vagaram por todo o Império do Oriente em busca de um estatuto. Depois de saquear a Ilíria, entraram na Itália e, incapazes de negociar com a corte de Ravena, que era profundamente anti-alemã, tomaram Roma em 410. Esta queda da Cidade Eterna teve grande repercussão em todo o Ocidente.

Entretanto, e aproveitando o facto de o Reno não só estar desprotegido de tropas como também congelado, em 31 de dezembro de 406, os vândalos, grupos de suevos e outros alamanos, cruzaram o rio e saquearam todo o norte da Gália. Perante este desastre, as tropas romanas da Grã-Bretanha elegeram o seu general Constantino imperador, que desembarcou em Bolonha e fechou a fronteira da Renânia com a ajuda das tropas francas federadas. Tendo caído literalmente numa armadilha, os vândalos e os suevos entraram na Hispânia e saquearam-na à vontade. Ao mesmo tempo, os *Bagaudas* rebelaram-se novamente contra as já exorbitantes arrecadações de impostos a que estavam sujeitos, enquanto os Armoricanos, vendo-se abandonados, apoiaram o usurpador. Tal situação só foi lentamente resolvida graças às iniciativas do General Constâncio. Depois de ter utilizado as tropas visigodas contra os vândalos na Hispânia, acabou por instalá-las na Aquitânia, desde Toulouse até ao oceano, concedendo-lhes oficialmente o estatuto de federados, aliados do Império. A partir de 418, então, iniciou-se uma certa estabilização com a criação de um primeiro “reino” bárbaro no Ocidente. Mas o dano foi enorme. Dois terços do exército de campo romano foram destruídos e grande parte das receitas fiscais não foi recolhida.

É verdadeiramente surpreendente notar que o Império ainda existia. Na verdade, ele conseguiu isso graças ao sistema federado. Foi o caso dos Suevos assentados na foz do Douro, nos arredores de Braga. Mas os vândalos, depois de terem sido provisoriamente instalados na Bética, abandonaram-na (deixando-lhe o nome de Andaluzia) para atravessar o estreito em número de 80.000, no ano 423. A partir daí avançaram lentamente para o Oriente, tomando Bona (hoje Annaba), onde Santo Agostinho acabara de morrer, em 430, obtiveram o estatuto de federados em 435, e acabaram por saquear Cartago em 439. Foi então que conheceu o reino dos Vândalos, sob a direcção de Genserico e ao contrário dos outros reinos bárbaros federados, uma verdadeira independência de facto. Dono do celeiro

de trigo de Roma, tornou-se o inimigo por excelência, ainda mais perigoso porque conseguiu ocupar todas as ilhas do Mediterrâneo ocidental.

Genserico efetivamente tentou encurralar Roma entre os hunos, que já estavam no Danúbio desde 420, e ele próprio. Mas ele teve que lidar com o general romano mais habilidoso da época, Aécio, que passou a juventude como refém na corte dos hunos. Graças ao fato de ter feito amigos enquanto estava lá, ele conseguiu usar os federados hunos e estabilizar a situação na Gália. Em 436, em particular, depois de ter esmagado os borgonheses assentados em Worms, deslocou-os e instalou-os no sul do Jura e em torno do lago Genebra, em *Sapaudia*, de onde vem o nome Sabóia. Foi o terceiro reino federado. Contendo os visigodos e mantendo a aliança com os francos, soube proteger-se das iniciativas conjuntas de Átila, rei dos hunos, e de Genserico, rei dos vândalos. Do seu acampamento no coração das atuais planícies húngaras, Átila lançou um ataque com o objetivo de sujeitar a tributos todos os povos germânicos que haviam entrado no Império Romano. Precedido por uma reputação de terror e em busca de saques, destruiu Metz, sitiou Orleans e depois, ao receber a notícia da chegada de Aécio com tropas romanas, retirou-se para Champagne. Agora, ali ele teve que lidar não só com os soldados de Aécio, mas também com os visigodos, os alanos, os borgonheses, os bretões da Armórica, os bagaudas, os saxões implantados nos Boulonnais e todas as tribos francas. Tal coligação sugere uma mudança essencial de mentalidade. Foi um exército majoritariamente germânico que surpreendeu os hunos quando estes recuavam perto de Troyes, em Moirey, onde travaram a famosa batalha dos "campos catalães" em 20 de junho de 451. No ano seguinte, o Papa Leão fez fracassar uma expedição. Átila que se dirigia para Roma, e a morte inesperada do "cã" levaram à fragmentação imediata dos agrupamentos tribais que ele reuniu sob seu controle. Parecia que o Ocidente Romano tinha sido salvo mais uma vez. Mas o assassinato do general Aécio, em 453, pelo imperador Valentiniano III, zeloso dos seus sucessos e temendo pelo seu trono, favoreceu mais uma vez o lento processo de agonia do Império. Os fiéis de Aécio responderam assassinando o imperador; e em Ravenna, um patrício bárbaro, Ricimer, começou a fazer e desfazer imperadores como quisesse. Assim, a fragmentação do Império continuou a avançar.

Na Grã-Bretanha, os bretões, carentes de tropas para enfrentar os ataques dos pictos e a pirataria dos escoceses vindos da Irlanda, e depois de terem pedido ajuda em vão, acabaram recorrendo aos anglos e saxões como federados. Estes dois últimos vieram da Jutlândia, da foz do Elba e do Weser. Mais ou menos misturados com os frísios reunidos na foz do Reno, e com os francos que encontraram nos Boulonnais, cumpriram bem a sua missão no início, por volta dos anos 450-455. Mas logo aproveitaram a situação para dominar os bretões, estabelecendo-se em Kent, nos estuários do Wash e do Humber. Entretanto, a resistência bretã organizou-se com base na emigração para o continente e conseguiu bloquear o avanço anglo-saxão até finais do século v.E, ao mesmo tempo, os irlandeses estabeleceram seu domínio na Caledônia celta, que levou seu nome: Escócia, Escócia, o país dos escoceses.

Minado nos seus contornos, o Império também foi atingido por dentro. Em 455, Genserico desembarcou perto de Roma e saqueou a cidade durante mais de um mês. Aqui e ali, no meio da apatia geral, eclodiram revoltas antibárbaras: em Auvergne, na Catalunha, na Sicília, na Ilíria, etc. No entanto, todos eles falharam devido à falta de coordenação e apoio externo. Entre o Loire e o Somme, os generais romanos Paulo, Egídio e Siagrio

confiaram constantemente nos bretões para bloquear o progresso dos reinos federados. Na verdade, os visigodos avançavam para o Loire, para os Pirenéus, para o Mediterrâneo, para o Ródano, e tomaram a Provença em 476. Encarregados por Ricimer de subjugar os suevos que se deslocavam para a Hispânia, expulsaram-nos e tomaram o seu lugar. Os borgonheses tomaram Lyon, de onde subiram o Saône até o planalto de Langres e depois desceram o Ródano até o Durance.

Quanto à Itália, o último exército “romano”, sob a liderança de Odoacro, líder de origem hunica, acabou por se revoltar e exigir um estatuto idêntico ao dos restantes povos federados. O jovem Rômulo Augusto foi destituído de sua insígnia imperial e depois exilado em 4 de setembro de 476. O Império Romano Ocidental não existia mais; mas no momento ninguém percebeu. Houve mais uma vez apenas um imperador, o do Oriente, residente em Constantinopla, que se tornou responsável pelo Ocidente. Foi assim que os contemporâneos interpretaram o evento. Por outro lado, o imperador Zenão não reconheceu a dignidade real de Odoacro. Ele não conseguiu defender a margem direita do Danúbio e deixou que os lombardos ocupassem o que hoje é a Áustria. Quando os ostrogodos, instalados como federados em 471 na Panônia, esgotaram seu território e quiseram atacar Constantinopla, Zenão encarregou seu rei Teodorico de ir com suas tropas para expulsar Odoacro em seu nome, já que ele era imperador do Ocidente. As tropas ostrogóticas, novamente “oficialmente romanas”, conseguiram eliminar Odoacro em 493 após duros combates. O reino ostrogótico da Itália foi a última criação de um reino federado no Ocidente. Teodorico tentou estender a sua hegemonia ao Danúbio, como representante do poder imperial, e praticou uma política de alianças matrimoniais com todos os reinos bárbaros: o visigodo, o borgonhese, o suevo, o vândalo e até com o reino franco, então em expansão completa.

A surpresa franca: 486-535

Na verdade, este novo equilíbrio, como consequência de um domínio fictício de Constantinopla sobre o Ocidente, através da interposição dos godos, foi rapidamente quebrado a favor de uma tribo germânica, os francos, que permaneceram fiéis a Roma até aos anos 465-468. Até então eram constituídos por pelo menos dois grupos: um, os ribeirinhos que devemos chamar de renanos, guardavam a margem esquerda do rio; o outro, os Salianos, originários de Salland, pequeno território hoje situado nos Países Baixos, no baixo Reno. Instalados, como vimos, no norte da Bélgica, os Salianos espalharam-se imperceptivelmente em direção a Tournai e Cambrai, onde se estabeleceram. 430-440. Um de seus reis, Childerico, tentou em vão tomar Paris; Foi sepultado em Tournai em 481, na sua capital, onde foi encontrado o seu túmulo no século ^{xvii}. Seu filho Clóvis (que vem de Chlodweg), considerando-se um general romano dono de um território abandonado, derrotou Siagrio em 486 e tomou sua capital, Soissons. Depois, ele unificou o reino franco eliminando pequenos reis vizinhos por meio de assassinato ou astúcia; Conseguiu chegar a um entendimento com os bretões da Armórica, aos quais reconheceu a independência quase total. Finalmente, ele expulsou os Alemanni de volta ao alto Reno, sem dúvida após a batalha de Zulpich (mais conhecida pelo nome de Tolbiac), de data disputada (talvez 496 ou 500).



Os estados bárbaros no início do século V.BC.

Quando Fiero quis atacar os reinos da Borgonha e Visigodo, percebeu que não poderia avançar sem o apoio da população galo-romana. Este rejeitou o cristianismo heterodoxo de Ário, o arianismo, adoptado pelos seus governantes, particularmente os visigodos. Clóvis acabou sendo batizado na religião católica por Remígio, metropolitano de Reims, em 25 de dezembro de 498 ou 499. Os bispos católicos do reino visigodo, felizes por terem finalmente encontrado um rei ortodoxo, pediram sua ajuda. Clóvis, também apoiado pelo imperador Anastácio, que acabara de se desentender com Teodorico, rei dos ostrogodos, liderou uma campanha triunfante de Vouillé (507) a Toulouse, que os aquitanos consideraram uma guerra de libertação. O reino visigótico teria entrado em colapso se Teodorico, libertado de um desembarque bizantino, não tivesse conseguido enviar tropas

em auxílio dos seus irmãos raciais. Ele bloqueou os francos e recuperou a Provença e a Septimania (atual baixo Languedoc), evitando assim que Clóvis e os líderes francos chegassem ao Mediterrâneo.

No entanto, quando Clóvis, depois de ter reunido um conselho "gaules" em Orleans, morreu em Paris, sua nova capital, em 27 de novembro de 511, ele fundou um novo tipo de reino germânico em que as relações entre vencedores e vencidos eram mais sólido do que em qualquer outro lugar. Prova disso é que o impulso iniciado continuou, apesar da divisão do "reino" entre os quatro filhos de Clóvis, seguindo a tradição familiar. O reino da Borgonha, cujo apogeu foi obra do rei Gundobaldo (485-516), foi deslocado em duas campanhas, em 523 e 536, e também foi dividido. Os ostrogodos, mais uma vez tendo dificuldades com o Império, acabaram desistindo da Provença.

Mas os maiores sucessos dos francos ocorreram a leste do Reno. Os territórios despovoados pelas migrações foram ocupados por outros povos. Os Alemanni, de origens diversas como o seu nome indica (*alie Marinen* , todos homens), instalaram-se no Palatinado e na Alsácia desde 406, mas sem abandonar as terras que se estendiam do Reno ao Danúbio. A partir daí, estenderam-se em direção a Franche-Comté e à Suíça (parte hoje chamada Alemannic), até um afluente da margem direita do Danúbio, o Iller. Aí enfrentaram outro povo, os bávaros, que, entre 488 e 539, se estabeleceram nas terras situadas entre aquele último rio e o Enns, ao longo de toda a margem direita do Danúbio e até aos Alpes. E finalmente, no norte, nas margens do Saale, os Turíngios se estabeleceram. Ora, todos estes povos estavam mais ou menos sujeitos ao controle dos francos: os turíngios em 531 e os alamanos em 536 por Teodeberto; os bávaros em 555 por Clothaire. Desta forma, todo o sul da Alemanha ficou sob o tributo e a influência dos francos. Pela primeira vez, a Gália e a Alemanha entraram em contacto estreito dentro de um quadro político comum. Clotário I, o único rei dos francos após a morte de seus irmãos, reinou de 558 a 561 sobre o grupo político mais importante do Ocidente. Mas o reino dos francos exerceria a partir de então uma hegemonia incontestável.

Na verdade, os outros três reinos arianos germânicos que sobreviveram desempenharam um papel pobre. Na África, o governo brutal dos sucessores de Genserico foi acompanhado por perseguições anticatólicas, que foram violentas sob Hunerico (477-484) e ainda muito severas sob Trasamundo (496-523). A realeza vândala esvaziou-se progressivamente de todo apoio interno. A Hispânia, para onde os visigodos se retiraram após a derrota, estava sob a tutela ostrogótica que a ajudou a reconstruir a sua monarquia. Incapaz de eleger um único rei e conquistar o sul da península povoada por católicos hostis ao arianismo, o reino visigótico teria se fragmentado se uma facção militar não tivesse levado Atanagildo ao poder em 550. Finalmente, na Itália ostrogótica, o reinado hábil e brilhante de Teodorico terminou bastante mal. Sua política de rigorosa segregação dos dois povos (arianos godos e católicos romanos) voltou-se contra ele. Pouco antes de sua morte, ele não conseguiu evitar o conflito religioso, e os godos radicais levaram Teodato ao poder, retornando a uma política de dominação puramente germânica.

Livre das invasões germânicas, o Império Romano do Oriente conseguiu recuperar as suas forças. Justiniano (525-568), confrontado com as crises dos três reinos germânicos do Mediterrâneo, acreditava que este era o momento de reconstruir o Império Romano Ocidental e restaurar a unidade do mundo romano. Em 533, graças a um rápido desembarque, seu general Belisário destruiu completamente o reino dos vândalos a ponto de fazer desaparecer todos os vestígios étnicos. Em 535, as tropas imperiais bizantinas ocuparam a Sicília e depois atacaram a Itália. Mas a resistência ostrogótica foi tenaz; Durante vinte anos, os dois adversários tiveram sucessos e derrotas alternados, de modo que levaram a península à ruína e Roma foi tomada quatro vezes. Em 554, a Itália era oficialmente romana novamente. No mesmo ano, Justiniano, que apoiou Atanagildo na sua luta contra as tropas bizantinas, obteve em gratidão as províncias do sudeste da Hispânia. O Mediterrâneo voltou a ser praticamente imperial. No entanto, esta reconquista não poderia ser concluída sem a submissão da Gália Franca. Na verdade, os sucessores de Justiniano não conseguiram continuar os seus esforços nem tirar partido das guerras civis entre os reis merovíngios entre 561 e 613.

Além disso, a Itália, devastada por uma grande peste, permaneceu totalmente passiva diante da invasão lombarda. Em quatro anos, de 568 a 572, os lombardos ocuparam a planície do Pó e criaram os principados da Toscana, Spoleto e Benevento. Os bizantinos só conseguiram resistir na faixa de território que ia de Veneza a Roma, passando por Ravena e Perugia, enquanto Nápoles, Calábria, *Brúcio* e Sicília permaneceram intactos. Assim, a influência do Oriente Mediterrâneo continuou no Ocidente, especialmente no sul da Itália. Este facto, de capital importância para a história posterior da Europa, é, portanto, um legado de Justiniano. Não seria exagero se disséssemos que, até ao século ^{XIX}, marcou o destino particular do "Mezzogiorno". O espaço que os lombardos deixaram vazio na planície do Danúbio foi rapidamente ocupado pelos cavaleiros nômades das estepes, os ávaros, que ali estabeleceram suas bases de partida para lançar numerosos ataques de pilhagem aos diferentes reinos germânicos. Portanto, desde então eles foram forçados a entrar na órbita franca para se protegerem. No entanto, a situação no Ocidente bárbaro esteve mais ou menos estabilizada durante dois séculos.

Em última análise, e apesar dos esforços de Justiniano, o Império Romano Ocidental levou mais de duzentos anos para desaparecer. Este é sem dúvida o resultado da sua política de alianças constantes com os exércitos germânicos. Portanto, esta agonia muito lenta permitiu a sobrevivência da civilização romana, embora os primeiros reinos germânicos tivessem sido desorganizados devido ao seu arianismo e ao seu desenraizamento. O romanismo ainda estava presente na Itália porque, da primeira geração de assentamentos germânicos, apenas os visigodos permaneceram na Hispânia. Por outro lado, a segunda geração (anglo-saxões, francos, alamanos, bávaros e lombardos) manteve-se forte porque não tinha perdido a ligação com as terras germânicas que tinha deixado para trás.

Um equilíbrio precário: 610-687

No século ^{VII}, consolidaram-se novas relações políticas entre os reinos germânicos e desenhou-se um novo mapa estratégico do antigo Ocidente romano.

Enquanto a África permaneceu bizantina, a Hispânia visigótica conseguiu resolver as suas divisões: Atanagild estabeleceu a sua capital em Toledo e preservou a Septimânia. Leovigildo (568-586) realizou uma forte ofensiva contra o reino suevo, que conseguiu eliminar em 585. Mas o único resultado que obteve com os seus ataques aos bascos foi fazer com que deslocassem os seus ataques de pilhagem para as encostas norte do os Pirenéus. Recaredo (587-601), que se converteu oficialmente ao catolicismo em 589 com todos os visigodos a quem mais ou menos forçou, unificou o país internamente, mas não conseguiu expulsar completamente os bizantinos da Bética e de Cartagena. Teríamos que esperar até 629 para que os últimos portos fossem evacuados de navios e tropas do Império do Oriente. A partir daí, os Visigodos unificaram completamente a Península Ibérica. Apenas os eternos problemas bascos e do sétimo dia permaneceram pendentes, uma vez que nenhuma das regiões aceitou completamente o domínio de Toledo.

Mas enquanto a Hispânia visigótica estava isolada, a Gália Merovíngia estava aberta. Após o fim das guerras civis em 613, encontrou grande estabilidade sob Clotário II (584-629) e Dagoberto (629-639), os únicos reis dos francos, devido à coincidência de sucessões, em 25 anos. Tal como os reis visigodos, pacificaram as fronteiras mas, confundidos pelos ataques bascos e bretões, só puderam instalar zonas militares às portas dos seus territórios. Eles conseguiram dominar particularmente as tendências regionalistas na Aquitânia e na Borgonha. No leste, Dagoberto chegou a entrar em contato com o reino eslavo do franco Samus e obteve um tributo anual dos saxões, que expandiram seu território do Elba ao Reno. Mas mais tarde, essa unidade de comando desapareceu, exceto durante o reinado de Childerico II (entre 673 e 675). Dois grandes grupos foram destacados: Austrásia, do Reno ao Mosa com capital em Metz, e Nêustria, do Mosa ao Loire com capital em Paris. Entre os dois, Borgonha, Aquitânia e Provença tiveram que jogar com equilíbrio para não serem dominados por um ou outro. A Nêustria, onde se localizava a maior parte das terras pessoais merovíngias, conseguiu levar a iniciativa até 687. Mas, enquanto esses reinos rivais lutavam, os povos germânicos súditos aproveitaram a situação para reagir contra a hegemonia franca. A partir do século ^{vi}, e especialmente a partir de 650, um povo marítimo, os Frísios, que tinham conquistado a Zelândia e tinham participado nas invasões saxônicas, iniciou a sua expansão em direção às costas dinamarquesas e à foz do Reno, onde tomaram os portos de Utrecht e Dorestadt.

A partir de 641, a Turíngia tornou-se novamente independente. Pouco depois, no Vale do Garona, a luta contínua contra os bascos deu origem a um principado independente na Aquitânia dos anos 671-672. Em suma, preparava-se uma crise num reino merovíngio ainda insuficientemente dominado.

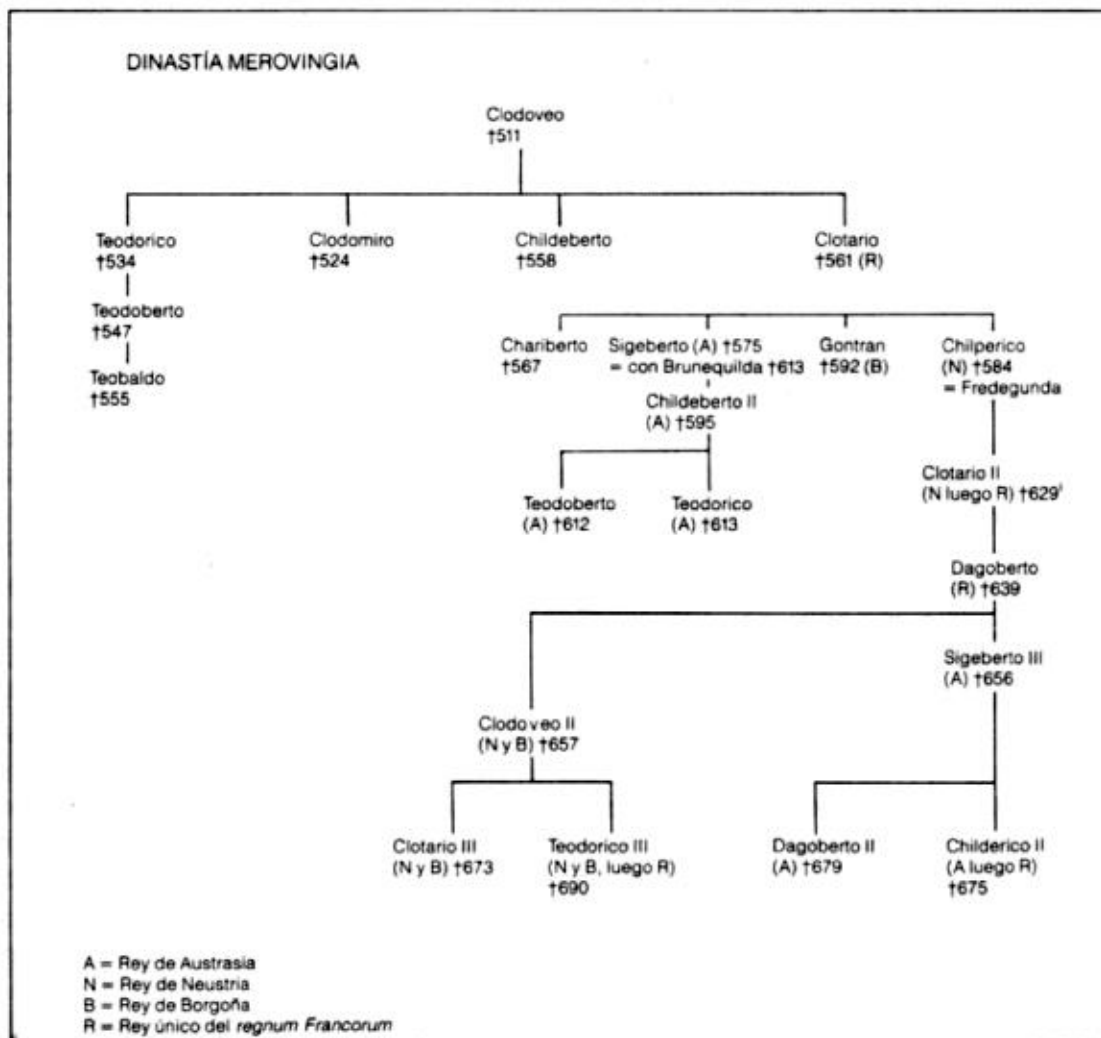
Os anglo-saxões também seguiram um processo comparável, com a diferença de que nunca experimentaram qualquer tentativa de unificação. Bloqueados pelos bretões na parte oriental da ilha desde 490, aproveitaram os conflitos com os francos no continente, a partir dos anos 550-560, para continuarem avançando. Diferentes bandos liderados por seus chefes de guerra repeliram os bretões passo a passo, encurralando-os em direção ao oeste. Eles dividiram os reinos bretões em três partes (Cornualha, País de Gales e Strathclyde), chegando ao mar da Irlanda em dois lugares. Encurralados nas regiões montanhosas e pobres, os bretões aceleraram cada vez mais o seu ritmo de emigração para a Armórica, a "Grã-Bretanha" continental, que então tomou o seu nome. Quanto aos reinos anglo-saxões (Kent, Essex, Sussex, Wessex, Nortúmbria, Mércia e East Anglia), os seus

chefes colonizaram os territórios à força e tentaram dominar-se uns aos outros sem muito sucesso. No final do século VII, havia mais ou menos equilíbrio entre eles após sucessivas hegemonias de Kent, Nortúmbria e Mércia.

A Itália também estava condenada à fragmentação? Restabelecido após uma crise interna, o reino lombardo tentou subjugar os duques independentes. Para conseguir isso, o melhor era lutar contra Bizâncio. À medida que as tropas imperiais recuavam inexoravelmente e as possessões bizantinas diminuía dia após dia, o papado estabeleceu-se como o verdadeiro senhor de Roma e tentou bloquear o avanço lombardo desde o pontificado de Gregório I, o Grande (590-604). Para isso, contou com os duques independentes, que converteu do arianismo ao catolicismo. Essa entrada na Igreja Romana ocorreu sob o rei Aripertus I, nos anos 652 e 653. Em 680, o imperador reconheceu as conquistas lombardas na Itália. Apenas a parte sul da península, Romana e Lácio, permaneceram oficialmente romanas, todas ligadas por uma rota estratégica. Enquanto isso, o papado tornou-se cada vez mais isolado.

O QUE RESTA DE ROMA?

Oficialmente, o Império já não existia e, conseqüentemente, o governo central romano havia desaparecido. Mas como um ganso decapitado, a civilização romana seguiu em frente. Até os reis germânicos foram quase forçados a assumir as responsabilidades dos antigos prefeitos pretorianos. Isto é claramente visto nos povos germânicos mais civilizados, que muito antes de entrarem em território romano já estavam em contacto com o Império: os Visigodos, os Ostrogodos, os Borgonheses e os Francos. Analisemos novamente as principais características da romanidade tardia: o direito, os funcionários, os impostos, o exército, a escravidão, os senadores, o sistema territorial, a cidade, a moeda e o comércio. Veremos a seguir que o equilíbrio é realmente complexo.



A lei e a burocracia subsistiram

A protecção dos derrotados e a manutenção das estruturas políticas e sociais que os enquadravam eram efectivamente um facto nos locais onde os derrotados se instalavam sob a ficção jurídica de um tratado de aliança, como um exército "romano", e o respeitavam durante um período. muito tempo. O regime jurídico baseado no direito romano é paradigmático nesse sentido. A instalação das cidades federadas foi realizada de acordo com o direito de hospitalidade que caracterizava os funcionários romanos, tanto civis como militares. Vimos como Constâncio, carente de dinheiro e de homens, teve de inscrever os visigodos como federados em 418. Mas, em vez de lhes atribuir salários e alojamento temporários como era normal, transformou os "vouchers" de alojamento em títulos de propriedade definitivos. Na verdade, como era necessário estabelecer o povo para ter um

exército permanente e os godos conheciam a propriedade privada há dois séculos, era mais vantajoso atribuir-lhes dois terços de uma propriedade romana do que um terço de uma casa. Assim, os Visigodos inauguraram esta mudança de proporção ao instalarem-se entre Bordéus, Toulouse e Saint Gaudens. Reiteraram-no quando se estabeleceram na Península Ibérica entre Calatayud, Toledo e Burgos. Os borgonheses obtiveram o mesmo regime entre Genebra e Lyon. Por outro lado, na Itália foi respeitada a proporção primitiva de um terço, primeiro com as tropas de Odoacro e depois com os ostrogodos de Teodorico em torno de Pavia. O contrato de hospitalidade era diferente conforme as cidades. No caso dos borgonheses, todos os proprietários romanos foram expropriados e depois foi feita uma distribuição equitativa entre grandes e pequenos proprietários. Dois terços dos *ager*, um terço dos escravos e metade das florestas, edifícios e pomares foram atribuídos a cada chefe da família extensa. Por outro lado, no caso dos visigodos, o *saltus* permaneceu indiviso entre o antigo proprietário e o novo. O contrato de hospitalidade pretendia fazer com que os recém-chegados e os romanos vivessem lado a lado; mas essa tentativa falhou muitas vezes. Na Aquitânia, a apropriação de terras envenenou as relações, enquanto noutros lugares, à medida que ambas as populações se misturavam através de sucessões e vendas de terras germânicas, a comunidade mais ampla de bárbaros já não existia. A hospitalidade, onde quer que fosse praticada e ao mesmo tempo que protegia a Romanidade, era um elemento de manutenção das estruturas agrárias romanas.

Os códigos jurídicos romanos foram ainda mais importantes nesse sentido. Para que a população os aceitasse, os alemães toleraram a perpetuação do regime jurídico dos derrotados. Gundobaldo, rei dos borgonheses (485-516), resumiu trechos do papiniano para redigir a lei dos romanos no território da Borgonha, a lei "Gombetta". Alguns anos depois, Alarico II, rei dos visigodos, fez com que o *Código Teodósio fosse abreviado* em 506 para os aquitanos; Foi o *Breviário de Alaric*. E da mesma forma para os itálicos, Teodorico, rei dos ostrogodos, publicou um édito contendo as principais prescrições de Teodósio II. Além disso, a Itália foi privilegiada no que diz respeito à manutenção do direito romano. Ao cair na órbita bizantina sob Justiniano, recebeu o *Codex Justinianus*, publicado entre 529 e 534, e os *Romances*, ou seja, as novas leis publicadas depois do código e até 565. Desde então, a península não deixou de ser um foco do direito romano, tanto público como civil, que se estendeu à África e à Hispânia bizantina. O exercício e a prática do direito romano prolongaram consideravelmente a influência dos derrotados. A doutrina humanista de uma sociedade em que os direitos das pessoas privadas eram intangíveis, desde que não comprometessem o interesse do Estado e o bem-estar público, foi assim perpetuada. A noção de um Estado que, em troca da contribuição de todos, organizava a justiça no interesse de cada cidadão, família ou comunidade social e religiosa, continuou a existir e a desenvolver-se nos países que permaneceram basicamente romanos. Afirmou-se uma diferença fundamental com os alemães onde, para resolver os conflitos, o processo substituiu a guerra. Por fim, não esqueçamos que o direito romano continuou a ser o direito do clero, mesmo nos territórios germanizados, e que a justiça do bispo o propagou. É por isso que teve influência nos direitos celtas, francos, góticos e até lombardos. Se não fosse esse o caso, sobreviveu em ilhotas, como a lei romana de Coire, no atual cantão montanhoso de Grisões, na Suíça.

As monarquias germânicas também tentaram usar o conceito romano de Estado e a prática do serviço público regularmente remunerado. Os reis que foram empossados de

acordo com um tratado respeitavam escrupulosamente as instituições romanas. O caso de Teodorico é paradigmático nesse sentido. Constantinopla o encarregou oficialmente do governo da Itália, mas o rei era na verdade um vice-imperador vestindo a púrpura imperial. Proclamado "agosto" e com o título de patrício, nomeava todos os anos um dos dois cônsules; o último a quem nomeou foi Basílio em 541. Utilizou diretamente os serviços dos gabinetes que ainda funcionavam em Ravenna sob a direção do chefe de gabinete, continuou a encarregar o questor do palácio da correspondência oficial e o conde com o *sacrae largitiones* das finanças e oficinas do Estado. A administração local permaneceu nas mãos dos dois prefeitos do pretório; o da Itália foi instalado em Ravenna e o da Gália em Arles, cada um com seus escritórios. As províncias continuaram a ter o seu governador e as cidades o seu conde, Roma preservou as suas antigas magistraturas e destacou-se pelo seu senado, que, no entanto, deixou de ter qualquer função real e acabou por se tornar um simples conselho municipal de Roma até ao seu desaparecimento no final do século XIX. Após a reconquista de Justiniano em 554, a península foi diretamente incorporada ao Império, mas na época das invasões lombardas e quando a administração romana se revelou ineficaz, o imperador Maurício (582-609) teve que introduzir inovações. Ele nomeou um "exarca" para governar a Itália a partir de Ravenna com amplos poderes, tanto civis como militares, e que tinha outros líderes militares, duques e condes, sob seu comando. Mas a hierarquia dos servidores públicos não foi modificada. No século VII, tudo ainda estava intacto.

Na África e na Hispânia, as reformas bizantinas foram idênticas. Na verdade, nem os vândalos nem os visigodos introduziram mudanças nas organizações romanas. Os reis vândalos contavam com os cargos romanos de vigário da África e mantinham o cargo de governador provincial. Os visigodos, tanto em Toulouse como em Toledo, também recorreram a quadros provinciais romanos e a uma espécie de questor palaciano que, no reinado de Eurico, foi Leão de Narbona, verdadeiro conselheiro jurídico e político do rei germânico. Mas, como podemos constatar, nem os vândalos, nem os visigodos, nem, mais ainda, os borgonheses (cujo reino era demasiado pequeno), tinham à sua disposição os órgãos de gestão de qualquer prefeito do pretório. Tiveram que inventar um "consistório" e criar um verdadeiro patrimônio real com os bens territoriais confiscados e as antigas terras públicas do Estado. Teodorico foi o único que manteve uma separação estrita entre os dois tipos de terras e que a impôs na Hispânia. Em suma, estas monarquias "dualistas", em que os vencedores admiravam a civilização dos derrotados a ponto de utilizarem a língua latina e os títulos e métodos romanos de governo, contribuíram sem dúvida para a manutenção das práticas políticas do Império em todo o mundo. . o mundo mediterrânico ocidental. O próprio reino franco, estabelecido mais por conquista do que por acordo diplomático com Roma, utilizou certos cargos do alto serviço público romano, como o chefe de gabinete e o refendario, responsável pelo selo e pela correspondência real. Porém, o mais impressionante é a validade total da contagem da cidade em todos os territórios. Na monarquia merovíngia, esta instituição não afetou os territórios germanizados até o século

VII.

A mesma continuidade é observada ao nível do sistema fiscal. Normalmente, os godos, os vândalos, os borgonheses e os francos, ou seja, todos os antigos federados romanos, estavam isentos de todos os impostos como soldados do Império. Assim, todos os civis romanos, exceto os clérigos, tinham que cumprir o seu dever fiscal, e as terras que mantinham em caso de hospitalidade deviam manter o pagamento dos impostos.

Na verdade, todas as monarquias germânicas organizaram e mantiveram a cobrança de impostos sobre terras e pessoas. Para isso, utilizaram cadastros e polípticos, registros que continham o censo das pessoas e a taxa que cada pessoa devia pagar, tanto na Itália como na África, na Gália ou na Hispânia. Nos locais onde ocorreram revoltas anti-impostos, e particularmente nas áreas dos Armoricanos e dos Bagaudas, a aliança com os bretões continha expressamente a isenção de todos os impostos aos francos. Na verdade, os reis bretões independentes arrecadavam impostos para si próprios e mantinham, como demonstrado nas suas leis escritas por volta de 520, a prática de um funcionário encarregado da cobrança de impostos, o *tributarius*. Assim, encontramos mais uma vez práticas inalteradas, tanto a nível central como local. Na Itália, Teodorico fez com que todos os impostos que mencionamos fossem recolhidos e pagos, escrupulosamente e em ouro. Na Hispânia Visigótica, o imposto sobre os comerciantes era pago regularmente, tanto para o comércio interno como externo. O rei dos ostrogodos teve um cuidado especial em fornecer suprimentos gratuitos aos cidadãos de Roma e, para esse fim, utilizou frequentemente o procedimento de requisições. O aparato burocrático não se mexeu e, por isso, as reclamações dos curiais e dos administrados também não cessaram. Assim, na Itália ostrogótica, antes de começar a cobrar em ouro, o Estado cobrava o imposto em espécie segundo um moyo muito oneroso, com capacidade superior a metade da do moyo normal. Na Gália Merovíngia, os registros não eram atualizados a cada indicação de quinze anos. Consequentemente, revoltas anti-impostos eclodiram mais ou menos em todo o lado, especialmente em períodos de epidemia, guerra ou fome. Em 548, Partenius foi linchado pela plebe em Trier porque aumentou os impostos; Em 584, na Nêustria, Odo escapou de um destino semelhante refugiando-se numa igreja. A nomeação de um responsável pela arrecadação de direitos reais em terras públicas foi interpretada quase como uma sentença de morte; por exemplo, no caso de Bertoaldo em 604, que foi enviado a oeste do Sena. Os motins e o seu corolário, a fuga e o abandono de terras pelos contribuintes, eram comuns; por exemplo, em Limoges em 579, e na Córsega, na Sardenha e na Sicília em 595. Em relação a essas ilhas, Gregório, o Grande, implorou à imperatriz que reduzisse os seus impostos. No entanto, o mecanismo da pinha desapareceu após a morte de Teodorico. Mas as exigências fiscais continuaram a espalhar a ruína no campo e nas cidades. Em 534, a cidade de Como foi esvaziada da sua população devido à procura de cavalos de correio. Na Hispânia, o rei Chindasvinto (642-653) decidiu transferir a arrecadação de impostos dos curiais para os condes. Na Aquitânia, o rei Eudes usou os judeus para isso. Mas todos estes esforços foram inúteis contra a vontade da população, tanto mais obstinada em minar o sistema fiscal por ter conseguido que a taxa de imposto fosse habitual (isto é, fixada nominal e oralmente, mas na prática desvalorizada todos os anos), uma vez que quem consideravam seu pagamento um sinal de servidão. Com efeito, como os colonos foram rebaixados à categoria de escravos, eram praticamente esses dois grupos que pagavam o imposto. Na Hispânia, o rei Egica, em 702, embora tenha proibido a fuga de escravos sob penas muito severas, não obteve nenhum resultado. No século ^{viii}, o imposto romano ainda

existia. Mas continuou a causar catástrofes sociais cada vez que foi recolhido, especialmente em 722 e 756, mesmo quando se tornou ridículo, ou foi recolhido aqui e ali à mercê das isenções extraídas dos príncipes, e mesmo quando era muçulmano como na Península Ibérica. A arrecadação de 756 causou até uma atroz escassez de alimentos. Em suma, sujeita ao ataque conjunto da população e do clero, a tributação, uma das bases fundamentais do Estado romano, foi desaparecendo apesar da vontade dos reis germânicos. Só sobreviveu em países administrados diretamente por Bizâncio ou em áreas altamente romanizadas como a Hispânia e a Aquitânia. Seus restos mortais foram extintos com grande dificuldade nas Astúrias e no sul da Gália.

Esta evolução no sentido do enfraquecimento dos princípios romanos também é descoberta no caso do exército. É evidente que a guerra era assunto dos alemães federados e que pouco preocupava os romanos. No exército bizantino, as ordens eram dadas em latim e não em grego até ao século ^{viii}, e esta prática acentuou-se em Itália, África e Hispânia, onde sempre foram utilizados federados. Por outro lado, Teodorico proibiu estritamente os romanos de lutarem entre si, e os vândalos e lombardos fizeram o mesmo. Mas na Hispânia visigótica e no sul da Gália, o princípio do serviço militar obrigatório para todas as pessoas livres foi mantido, incluindo os colonos que gozavam do mesmo estatuto jurídico. Portanto, durante o auge dos reinos germânicos no século ^{viii}, e com exceção dos lombardos e dos anglo-saxões, os exércitos sempre tiveram uma grande proporção de autóctones, "bárbaros federados", aqui bascos e bretões, ávaros e saxões lá, e sempre guardas particulares que lutaram ao lado de seu general. Belisário, por exemplo, sempre esteve cercado por cerca de 7.000 *hipapistas* (ou fiéis). Mais tarde, os exarcas também se cercaram deles. Os reis ostrogóticos e visigodos adotaram a prática romana dos bucelários e os difundiram a tal ponto que muitos senadores e até bispos tinham os seus próprios. A remuneração também evoluiu. Na Itália, o governo bizantino deu aos seus soldados a posse de terras estatais como *estipêndio*. Este sistema de soldados-camponeses (*stratiotas*) não deixou de ter influência no Ocidente. Da mesma forma, o sistema bizantino dos *limes*, zona fronteira com enclaves fortificados guardados por guarnições permanentes, também foi adoptado pelos Visigodos e pelos Francos. O exemplo mais conhecido é o das "guerchas" levantadas contra os aquitanos e os bretões, e das quais a toponímia lembra em algumas aldeias do oeste da França. O resultado desta prática defensiva foi a perpetuação de áreas de barbárie indígena e, sobretudo, a generalização das divisões internas de um Ocidente romano outrora unificado, especialmente na península italiana. Em suma, num aspecto em que a superioridade dos alemães deve ter sido total, algumas características romanas permaneceram intactas ou pouco transformadas.

Escravos e senhores: uma sociedade polarizada

Entre os "privilegiados" da sociedade tardo-antiga, mencionamos escravos e senadores. O número de escravos provavelmente aumentou com a frequência das invasões e guerras. Embora os bispos comprassem os seus fiéis não-livres ao preço do ouro, os vencedores realizavam constantes transferências de mão-de-obra para os territórios onde se estabeleceram. Os *ataques vândalos, saxões ou francos* levaram itálicos, galo-romanos e hispano-romanos para a África, as ilhas do Mar do Norte e a Austrásia, respectivamente.

Por seu lado, o tráfico continuou a existir; a princípio com os mouros, depois com os saxões e, a partir do início do século VII, na época de Samo, com os eslavos. Nos países com tradição romana, o seu estatuto não conseguia evoluir e as suas fileiras cresciam mesmo com colonos que, como eles, estavam ligados à terra. O abismo entre a liberdade e a servidão era tal na Hispânia visigótica que qualquer mulher livre que se juntasse a uma escrava era considerada o próprio exemplo de infâmia; Ambos deveriam ser chicoteados e queimados vivos. Por outro lado, o proprietário livre que possuía muitos escravos tinha o direito de dar-lhes quantos filhos necessitasse para trabalhar a sua terra. A lei romana do imperador Augusto, que proibia a libertação de mais de cem escravos de cada vez, foi aplicada escrupulosamente para evitar quedas de produção. Além disso, os libertos podiam escolher entre a liberdade romana total e a liberdade com *obsequium* ; isto é, obediência ao antigo proprietário que passa a ser seu padroeiro, salvo se for padroeiro de igreja ou mosteiro (expressão reveladora). Praticamente, o liberto está em liberdade condicional; A qualquer momento e pela menor falha, pode retornar ao estado anterior. Em resumo, a situação do mundo servil é talvez suficiente do ponto de vista económico, mas não é suficiente do ponto de vista jurídico. A intransigência da Igreja em relação aos casamentos e às ordenações foi a única coisa que impediu que os casais escravos continuassem separados e que obrigou todos os futuros clérigos a serem libertados.

viram acentuar-se uma nova divisão entre *humiliores* e *potentiores* , entre humildes e ricos, e muitas vezes entre *indigentes* e *poderosos* , pobres e poderosos . Na verdade, entre os mais humildes e os pobres, havia todos os homens livres que eram pequenos ou médios proprietários, todos os tipos de trabalhadores e aqueles que não tinham protetores bem colocados. Com efeito, as grandes famílias senatoriais continuaram a ascender graças ao desaparecimento progressivo das pesadas funções políticas que tiveram de exercer no Império. Castigados pelas suas últimas tentativas de usurpação imperial (Avitus, em 451), ou pela sua oposição ao arianismo dos alemães orientais (Boécio em 524), os senadores retiraram-se para os seus domínios. A partir desse momento, passaram a ser chamados assim os membros de uma família rica e nobre, de origem romana antiga ou recente. Expulsos pelos vândalos e lombardos (embora protegidos por Teodorico), aliados dos visigodos e dos francos, estes antigos arrivistas perpetuaram-se no centro da Itália, no sul da Gália e na Hispânia. Mas, no decorrer do século VII, abandonaram a prática romana dos três nomes e adotaram o antropônimo germânico. Até os cargos de responsabilidade foram distribuídos: cargos políticos leigos para os alemães e cargos episcopais para as famílias senatoriais. O exemplo de Gregório Magno é revelador: o seu tataravô foi papa e a sua família descendia dos górdios. Ainda no século X, Gerberto de Aurillac afirmou que Cesário de Arles e Arídio de Limoges, ambos senadores, eram seus ancestrais; um do reino da Borgonha e outro da Aquitânia, ambos do século VI. Os pactos com a nobreza germânica fizeram desaparecer algumas das três ou quatro mil famílias primitivas. Na Itália, o rei ostrogótico Teias exterminou os senadores que lhe haviam sido entregues como reféns. Na Hispânia, suas linhagens foram extintas no início do século VIII. Mas, em última análise, as famílias senatoriais constituíram um elemento indiscutível de continuidade na transmissão da herança romana e cristã.

Seu poder não era apenas económico, mas também político e social. Como funcionários e bispos indispensáveis que protegiam os pobres, os senadores, apesar do seu culto ao Estado, desenvolveram relações de clientelismo que privatizaram cada vez mais o poder

público. Na Itália, estes grandes proprietários de terras escaparam ao controle dos magistrados municipais desde a época de Teodorico e protegeram inúmeros camponeses livres que se tornaram colonos. A Igreja de Roma fez o mesmo na sua herança siciliana e italiana; Por exemplo, um comerciante de cereais confiou-se a São Pedro, representado pelo seu vigário na terra. Já mencionamos os bandos de fiéis que cercaram os oficiais bizantinos da Itália e os poderosos do sul da Gália. Na Hispânia visigótica, os bucelários, para obter a proteção de um nobre, entregaram-lhe as suas terras, que mais tarde receberam de volta como posse; Eles também obtiveram armas para lutar a seu serviço. Por serem livres, podiam quebrar unilateralmente o contrato com a condição de devolver as terras e as armas, após o que se voltavam para outra pessoa poderosa. Caso contrário, poderiam legá-los aos seus descendentes com a condição de que o herdeiro ou herdeira assumisse a mesma obediência e lealdade. É por isso que os patrões, que tinham tanto poder sobre os seus escravos, libertos e clientes livres, eram responsáveis judicialmente pelos atos criminosos que os obrigavam a praticar. Mais uma vez, uma prática romana voltou-se contra o Estado; Muitos nobres ultrapassaram os seus limites na aplicação da lei, e outros chegaram a fundar dinastias reais, como na Aquitânia, graças ao poder económico e militar que conseguiram afastar da autoridade do monarca. O contrato escrito do direito romano, a *convenia*, verdadeiro pacto entre iguais, mostra que os laços de homem com homem de tipo romano assentam num conceito cerebral de relações sociais: a lei cria o facto, e ao mesmo tempo a divisão da sociedade em múltiplos grupos de pressão. E a Igreja, embora proibisse os clérigos de se tornarem clientes, fazia o mesmo em relação aos pobres. Ele ainda reforçou os juramentos de fidelidade, aceitando e incentivando-os a serem assumidos sobre as relíquias dos santos padroeiros.

A terra ganhou uma nova importância

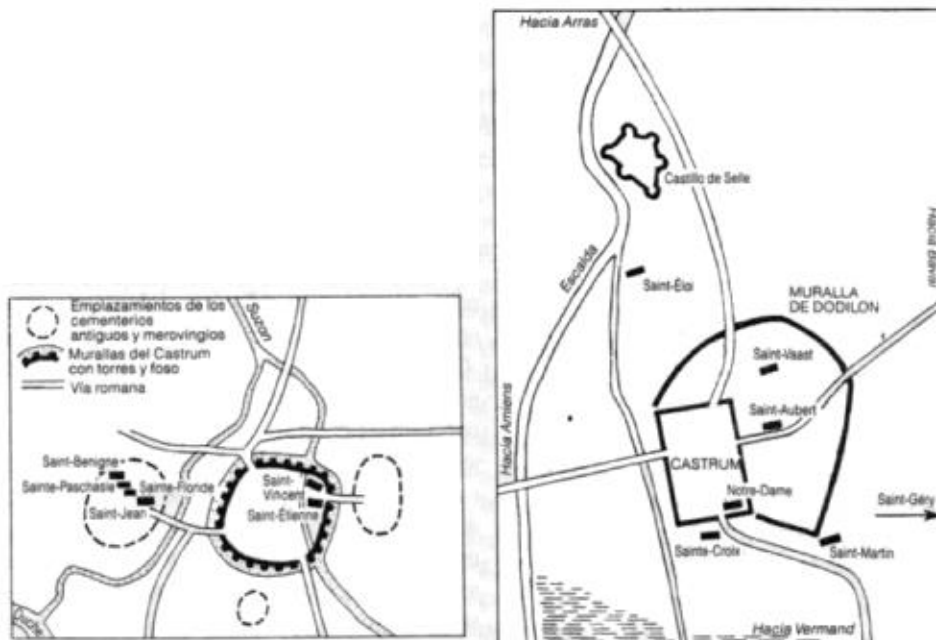
Por outro lado, face às transformações que afectaram o exército e o Estado devido à queda das receitas fiscais e ao aumento da clientela, o sistema territorial não se alterou. Certamente muitas terras foram abandonadas devido à devastação das guerras e à pressão fiscal. A igreja de Ravena, no início da ocupação bizantina, teve de pagar 57 por cento dos seus rendimentos agrícolas ao tesouro. O camponês livre sem terra, que tinha de pagar rendas e impostos, perdeu dois terços da sua colheita. Por esta razão, as terras mais pobres eram muitas vezes abandonadas e o cultivo concentrava-se nas mais férteis. Consequentemente, o fenómeno dos *agri deserti*, das terras desérticas, teve que se espalhar em benefício dos *Saltas*. Com isso, os bens dos reis alemães cresceram consideravelmente, principalmente quando se estabeleceram; O número de terrenos baldios foi muito importante. Tanto os reis francos do norte da bacia parisiense, como os reis visigodos do centro da Península Ibérica e os exarcas da Itália e da África, especialmente, incorporaram ao Estado muitos domínios abandonados. Quando a tempestade passasse, as novas condições permitiriam arar novamente. O desaparecimento da anona para abastecer Roma e o fim das requisições de cereais e forragens para manter campos voláteis ou cobrir exércitos, permitiram esperar maiores benefícios, mesmo em locais onde continuava a ser pago um imposto romano consolidado pelos costumes. O segundo factor favorável foi a manutenção da distinção jurídica fundamental entre

propriedade e posse, e a generalização, excepto em África, da prescrição de trinta anos. A qualquer momento a extensão das lavouras poderia ser retomada, embora para fazer uma terra produzir fossem necessários cinco anos de despesas sem receitas e dez anos de trabalho contínuo. O essencial era recuperar o *instrumentum massae*, ou seja, as ferramentas, o trabalho escravo. Agora; Vimos que a força de trabalho servil não diminuiu e que o clientelismo permitiu que cada vez mais colonos se apegassem à terra. Portanto, nas áreas que foram rapidamente pacificadas (Numídia, Bizacena, Bética, Sicília, Romana, Úmbria, Campânia, Provença, Aquitânia e, finalmente, Champagne), a antiga estrutura territorial de grandes domínios fragmentados em parcelas dispersas ou centralizadas, de pequenas propriedades e participações em enfiteuse (99 anos), foi perpetuada ou reconstituída. As tabuinhas de Albertini de finais do século ^v, descobertas nos confins da Argélia-Tunísia, demonstram que as propriedades do Alto Império continuaram a existir e que os grandes proprietários as compraram de volta para concentrarem os seus domínios. Da mesma forma, os papiros de Ravena do século ^{vi} revelam que as grandes propriedades podiam ser tão altamente fragmentadas que os seus rendimentos eram inferiores aos das *grandes propriedades* da Sicília. As chamadas lousas visigóticas da Hispânia descrevem uma distribuição semelhante, enquanto o testamento de São Remígio, bispo de Reims, mostra que os domínios de sua família eram cultivados por uma população predominantemente livre (isto é, colonos e proprietários de terras livres). Assim, aos poucos, os grandes latifundiários leigos e eclesiásticos expandiram consideravelmente as suas terras a partir do final do século ^{vi} e durante o século ^{vii}; Eles conseguiram isso aceitando que os escravos e colonos lhes pagassem parte dos censos em espécie, comprando propriedades ou desmatando terras não cultivadas. A catedral de Ravena atacou os pântanos costeiros e fluviais, enquanto as basílicas de São Martinho de Tours e de São Marcial de Limoges tornaram-se proprietárias de grandes porções de *terras fiscais* após trinta anos de ocupação. Mas junto com os lotes de grandes propriedades, multiplicavam-se também novas pequenas e médias propriedades, criadas pelos administradores (*atores, motoristas*) dos grandes domínios ou por homens livres que souberam manter-se independentes. Se a insegurança reaparecesse, agrupavam-se nos antigos enclaves fortificados, os *oppida celtas ou ibéricos*, mas em geral, as grandes cidades rurais, a *vinha*, continuaram a ser despovoadas em favor do habitat disperso no campo. Temos pouco conhecimento das técnicas e atuação da época; Contudo, é possível afirmar que a prosperidade regressou à Itália com Teodorico (493-526 e mesmo até 534), e que reapareceu na península sob domínio bizantino no século ^{vii}. Da mesma forma, na Hispânia e na Gália aquela época dá a impressão de um regresso à prosperidade. No total, a área cultivada teve que voltar ao nível anterior às invasões. A ruralização da economia iniciada no século ^{iv} generalizou-se consideravelmente, enquanto a constituição de grandes domínios em benefício das igrejas, não afectados pelas divisões sucessórias, tornou-se uma das principais características daquela estrutura territorial que permaneceu idêntica à de suas origens romanas.

A cidade sobreviveu

Esta ruralização completou a transformação das cidades. Eles desapareceram como centros de consumo. O rei ostrogodo Totila esvaziou literalmente Roma de sua população

durante quarenta dias (546-547); Supõe-se que apenas 25 mil pessoas regressaram do campo, o que é pouco comparado com os 800 mil habitantes do final do século ^{iv}. As grandes capitais (Arles, Trier e Milão) também desapareceram como centros políticos. Milão foi tomada por um chefe ostrogodo, Uraia, em 539, que exterminou a sua população, vendeu as suas mulheres como escravas aos borgonheses e levou-as para a Sabóia e o Valais; A muralha de 133 hectares foi completamente arrasada e o general bizantino Narses não conseguiu restaurá-la ao seu antigo esplendor quando a reconstruiu. A vida urbana não foi retomada em Trier até o reinado de Clovis. A única que restou foi Ravenna, embelezada com igrejas monumentais que ainda existem. Nasceram outras capitais políticas: Pavia, Toulouse, Barcelona, Toledo e Paris (502), Soissons, Reims e Metz na Gália. Dentro das muralhas destas cidades, foi instalado o *palatium regis* (palácio real), à imitação da residência imperial romana, com uma comitiva de amigos e companheiros do rei: uma espécie de consistório reconstituído. Da mesma forma, os oficiais da casa equivaliam ao *sacrum cubiculum*, à sagrada câmara imperial, e a chancelaria aos ofícios do antigo *magister officiorum*. Estas capitais, na ausência de um verdadeiro governo central, tornaram-se mais cidades judiciais do que centros administrativos. Contudo, o que chamaríamos hoje de setor terciário não os abandonou. Muitas vezes, nestas cidades, surgem verdadeiras necrópoles dentro de uma basílica situada fora dos muros: Santa Leocádia em Toledo, San Dionisio em Paris, San Martín em Metz, etc. As últimas foram a de São Salvador em Pavia e a de Santo Agostinho em Canterbury. As antigas cidades romanas tornaram-se assim locais de encontro político-religioso. Quando não eram sede do palácio real, eram residência do conde e do bispo da cidade. A partir de agora, a carreira de funcionário teria que ser o oposto do que era até então: primeiro ele iria à Justiça para acabar conseguindo um cargo em uma cidade. Contudo, isso não impediu que a cidade fosse ponto de encontro de peregrinos e mercadores que frequentavam as grandes festas do padroeiro, as feiras e os mercados, sem esquecer que o conde exercia a magistratura da justiça local.



Dijon e Cambrai no século VI.

Em suma, e com algumas exceções, podemos falar de uma certa continuidade entre a cidade antiga e a cidade medieval. Até mesmo Justiniano fortificou cidades não muradas na África, Hispânia e Itália. Além disso, a nova prosperidade agrícola permitiu aos bispos investir os seus rendimentos na construção. Enquanto os monumentos civis romanos foram abandonados, as basílicas com frontões triangulares, telhados de madeira e torres sineiras separadas multiplicaram-se nos séculos VI e VII. Uma nova geografia urbana estava sendo desenhada. Algumas cidades murcharam ou desapareceram a oeste de Cartago, nas costas do sul da Hispânia, entre os Pirenéus e o Garona, na Bretanha, na Normandia, na Provença, no Lácio, na planície do Pó e no sul da Itália. Outras foram desenvolvidas: Mérida, Évora, Tarragona, Barcelona, Nápoles, Gaeta, Marselha e as cidades do eixo Ródano-Mosela. Orleans, Tours e Nantes sofreram a concorrência de Limoges e Bourges, que até fortificaram os seus subúrbios. Em particular, todas as cidades episcopais tinham pelo menos uma dúzia de santuários intramuros, sem contar os mosteiros extramuros e as basílicas funerárias. O primitivo conjunto catedralício, constituído por uma igreja dos catecúmenos, um batistério e um santuário reservado ao bispo e aos seus fiéis, foi então rodeado por muitos outros edifícios eclesiásticos, pequenos locais de culto reservados a um santo local, um hospital para os doentes e peregrinos (*xenodocion*), uma mensalidade para os pobres, etc. Tudo isso fez da cidade um lugar animado para se visitar. Ali, contratos de venda e testamentos eram celebrados e redigidos em cartório, enquanto membros da cúria municipal (que não eram mais responsáveis pela arrecadação de impostos) registravam e oficializavam seus documentos. Finalmente, esta nova paisagem em que a cidade se tornou foi o lar das últimas corporações comerciais que ainda existiam: pedreiros e comissários.

Na verdade, as bolsas multiplicaram-se durante os séculos ^{vi} e ^{vii}. Os primeiros reis federados hesitaram um pouco antes de se apoderarem do privilégio imperial por excelência: a moeda. Correram o risco de desequilibrar as trocas comerciais. É por isso que os vândalos, os suevos e os ostrogodos apenas emitiram moedas de prata, respeitando assim o monopólio do imperador de Constantinopla. O rei dos francos, Teodorico I (511-534), foi o primeiro a cunhar salários de ouro com seu monograma em metal das minas de Cévennes, embora não tenha alterado o grau nem o peso. E quando os seus sucessores acrescentaram a sua efígie, essas moedas foram aceites em todo o mundo mediterrânico, protegendo e dando continuidade à antiga unidade económica romana. Na Hispânia, imitando o exemplo de Eurico (466-484), Leovigildo (568-586) foi provavelmente o primeiro rei a emitir salários com a sua efígie. Por último, não esqueçamos que nos territórios reconquistados, Bizâncio reorganizou casas da moeda em Ravena, Roma e Siracusa. A de Milão desapareceu, mas as moedas bizantinas com a efígie imperial continuaram a circular em Ravena até ao ano 751 e em Roma até 775. É mais uma evidência que mostra que houve continuidade na persistência de um único instrumento monetário de oeste para leste. Os lombardos também imitaram imediatamente o padrão monetário bizantino.

Mas como os reinos germânicos não souberam, por razões ainda inexplicáveis, desenvolver moedas de bronze e prata com fraco poder de compra, continuaram a rotina anterior, contra a qual apenas encontraram alguns paliativos. A principal delas foi a emissão de *trientes* ou *tremisses*, terços de ouro de um salário pesando 1,5 gramas. Esta diminuição do poder de compra, que não ocorreu nos territórios do Império, teve certamente como objectivo ajustar a oferta à procura. Era necessário suprimir o efeito deflacionário causado pelo ouro e evitar, através de trocas massivas, o retorno ao escambo. Mas foi um fracasso, porque o terço do salário foi continuamente desvalorizado em todo o lado em peso e em lei para se adaptar às necessidades das trocas. A falta de ouro não influenciou este processo, uma vez que as minas da Península Ibérica e da Aquitânia continuaram a ser exploradas. Além disso, a economia monetária generalizou-se, uma vez que havia mais casas da moeda do que no final do Império; quase todas as capitais territoriais da Hispânia e da Gália tinham um. As grandes cidades rurais e mesmo as abadias ou alguns grandes domínios viram como o monopólio da cunhagem saiu das mãos dos reis merovíngios e caiu nas mãos de agentes privados que inscreveram os seus nomes nas moedas. Portanto, a abundância de descobertas monetárias é um sinal seguro para detectar a vitalidade das trocas económicas.

A descoberta dos salários e dos terços do salário ao longo dos grandes eixos europeus permite, com efeito, encontrar as rotas comerciais da época, especialmente quando se trata de moedas estrangeiras num território. A presença de moedas bizantinas nas costas atesta que o grande comércio de Cartago e Ravena com Constantinopla, Antioquia e Alexandria não tinha cessado. Os mercadores de Ravenna compraram sedas na oficina imperial de Constantinopla; o papiro do Egito chegou a Marselha; especiarias da Índia e da China até Narbonne e o natrão egípcio possibilitaram que os fabricantes de vidro de Colônia continuassem a vender seus delicados copos aos anglo-saxões e escandinavos. Mas também houve comércio no sentido inverso e o Ocidente não perdeu o seu ouro em trocas desiguais.

A recente descoberta dos restos de um naufrágio no Golfo de Fos, datados dos anos 600, mostra que este navio transportava cereais a granel, ânforas cheias de peixes e cerâmica decorada para o Oriente. Os mármore dos Pirenéus foram enviados para Constantinopla. Comboios de escravos saxões partiram de Verdun para a Hispânia ou Grécia. Os navios litúrgicos coptas seguiram o caminho oposto, e alguns navios bizantinos até entraram no Atlântico para buscar estanho na Cornualha.

As únicas mudanças reais no grande comércio em relação ao século ^{iv} ocorreram na Itália. Depois que Teodorico aliviou a cessação das importações de trigo africano, recorrendo a comerciantes hispânicos e provençais, e depois que o comércio estatal desapareceu, toda a especulação no mercado italiano de trigo desapareceu. O livre comércio de tipo mercantil, destinado a abastecer a fraca população de Roma, e que estava nas mãos de grandes comerciantes sírios ou judeus, tornou-se cada vez mais importante. Foi reduzida às rotas de Constantinopla à Sicília e Roma, enquanto a instalação dos lombardos, a partir de 568, cortou as rotas dos passos alpinos até finais do século ^{vii}. Desde então, o eixo Fos-Marselha-Chalon-sur-Saone-Metz-Trier voltou a ganhar importância. Como os reis merovíngios e visigodos sempre mantiveram a rede de estradas romanas, os portos de Narbonne, Barcelona e Cartagena não perderam o contacto com África ou com os seus territórios interiores ao Atlântico. O petróleo e o *garum espanhóis* alcançaram o norte da Gália; o sal das salinas do Atlântico e do Mediterrâneo circulava pelo Sena e pelo Mosela; e os vinhos do tipo grego, quer de Samos, quer da bacia parisiense, eram comprados mesmo na foz do Reno. Evidentemente, uma moeda com grande poder de compra favorecia menos este comércio interno do que o grande comércio marítimo; Portanto, teve que coexistir com a troca. No entanto, a utilização crescente dos rios, a utilização generalizada do dromedário como animal de carga em África, na Hispânia e na Gália, e a importância das colónias de mercadores gregos e judeus nas grandes cidades e mesmo na passagem dos Pirenéus do Col de la Perche, demonstram que o comércio entre reinos bárbaros com uma forte população romana nunca diminuiu e que até se diversificou.

Em resumo, o legado romano é claro nas regiões onde os alemães se estabeleceram como federados e para onde os bizantinos regressaram como donos do Império. Afetou a lei, a escravidão e sua contraparte, a colônia, o clientelismo e a oligarquia senatorial, o sistema agrário e a moeda de ouro. O Mediterrâneo permaneceu um lago romano. Por outro lado, outras heranças romanas foram degradadas. O Estado, atacado violentamente pelo povo vitorioso ou pela população derrotada, apenas manteve os seus responsáveis locais e viu o seu sistema fiscal deteriorar-se inexoravelmente. As cidades acabaram sendo esvaziadas de toda atividade produtiva, mesmo quando foram mantidas e ganharam novo impulso; Eles não comandavam mais o campo. Além disso, algumas mutações no Oriente bizantino tiveram repercussões no Ocidente bárbaro, afetando particularmente as funções públicas, o exército, a Igreja e até os fluxos comerciais. Esta continuidade foi constituída por rupturas reparadas, de evolução regressiva (com o regresso ao mecenato da era republicana), ou progressista (com o aprofundamento da pegada romana). Finalmente, a sociedade romana tardia, que tentou escapar do Estado, conseguiu.

Diante daquela velha Europa mediterrânica, desenha-se uma jovem Europa continental e insular onde a romanidade já não é dominante. Comportamentos totalmente desconhecidos dos romanos, sejam celtas ou germânicos, foram introduzidos no antigo Império. É importante analisar como, demograficamente e linguisticamente, estes comportamentos modificaram as bases das populações dominadas e que novos conceitos de direito, de monarquia, de exército, de laços entre homens e de exploração do solo introduziram. Mas o comportamento religioso destes bárbaros, geralmente arianos, é um sinal de que todos eles, pouco ou muito, tiveram contacto com a romanidade.

Uma lenta fusão de cidades

Não imaginemos a chegada destes bárbaros como uma “tempestade étnica” que teria perturbado tudo no seu caminho. Na realidade, os romanos já tinham tido contacto com exércitos germânicos acompanhados por mulheres, crianças e escravos que se deslocavam com as suas bagagens e até com vira-casacas romanos ou alemães destribalizados. Assim, os núcleos militares com fraca coesão racial arrastaram atrás de si uma população flutuante que poderia dispersar-se à menor derrota. Quando os vândalos cruzaram para a África havia 80.000 deles. Os visigodos que se estabeleceram na Aquitânia não chegaram a 100.000 pessoas. Os borgonheses eram, sem dúvida, ainda menos numerosos. Alguns autores falaram de 100.000 ostrogodos. Os lombardos não deveriam ter ultrapassado 20.000 indivíduos. Estes grupos isolados entre os derrotados, desenraizados por terem perdido a sua pátria, temiam pela sua própria existência. Por esta razão, os ostrogodos e lombardos proibiram os romanos de portar armas. Da mesma forma, os ostrogodos e visigodos aplicaram uma lei romana que proibia os casamentos mistos em seu benefício. Este regime de segregação explica o facto de alguns reinos germânicos terem sido verdadeiros estados-guarnição acampados em território adverso e desaparecerem sem deixar vestígios, como o dos Suevos, dos Vândalos e dos Ostrogodos. Por outro lado, os povos que mantinham contactos com as suas pátrias (os francos, os alamanos, os bávaros, os anglo-saxões e os celtas, cujas relações marítimas eram muito activas), não foram diminuídos graças aos incessantes reforços que receberam. Não podemos arriscar números, mas uma coisa é certa: a menor romanização destas últimas vilas em comparação com as primeiras mencionadas explica a mudança fundamental ocorrida nos territórios ocupados.

Este diferente grau de romanização pode ser percebido na forma como está instalado. As expropriações brutais só foram realizadas em três casos. Os vândalos expropriaram as terras da África proconsular em torno de Cartago e implementaram um verdadeiro regime de ocupação militar com algumas guarnições no interior do país. Os lombardos fizeram o mesmo na planície do Pó: confiscos e massacres da população acompanharam a colonização militar massiva. Na Grã-Bretanha, os anglo-saxões avançaram pelos vales e acabaram por expulsar os bretões, que se refugiaram no oeste e no norte da ilha, ou subjogá-los. Rejeitados, estes últimos emigraram para a Grã-Bretanha continental, onde ocuparam terras vazias. O avanço dos francos, dos alamanos e dos bávaros foi do mesmo tipo. A importância das terras desertas ou nunca cultivadas explica este avanço relativamente pacífico dos povos da Renânia e do Danúbio. À medida que deixavam a sua

própria área de origem, outros povos deslocaram-se atrás deles para ocupar o seu lugar, como é o caso dos Turíngios e dos Saxões. Mas algumas áreas estavam tão vazias que, no século VII, os francos conseguiram regressar à margem direita do Reno e colonizar uma região que levou o seu nome: Francónia. Da mesma forma, os frísios e os francos chegaram a Kent e às costas dinamarquesas, enquanto os irlandeses criaram pequenos reinos no País de Gales e na Escócia.

Estes movimentos populacionais através de infiltrações lentas tiveram resultados muito mais duradouros do que os dos anglo-saxões ou dos lombardos, por exemplo, que foram condenados a lutar incessantemente. A fusão dos galo-romanos e dos francos foi relativamente rápida, uma vez que, já no século VI, os territórios a norte do Sena eram chamados de França embora os ocupantes ali fossem uma minoria. O estudo dos cemitérios revela as múltiplas modalidades de fusão. Na verdade, do Reno ao Loire aparecem entre 400 e 550 modos variados de sepultamento, sendo o único carácter comum o alinhamento por fileiras. A prática romana do sarcófago está associada ao costume germânico de enterrar os mortos vestidos, armados, com oferendas de alimentos e segundo uma orientação que pode variar. Os saxões e frísios pagãos do norte do Reno continuaram a praticar a cremação, o enterro de cavalos e a construção de túmulos. Se nos deslocarmos para sul do Somme, a tipologia franca pura diminui, as armas e as embarcações não são tão numerosas e os túmulos dos chefes são separados do cemitério. Na margem esquerda do Reno e na Alsácia, a presença de espadas longas e embarcações esféricas mostra a existência de uma população alemã. Na bacia de Paris a cristalização foi precoce e os túmulos alinhados têm cada vez menos bens funerários. No reino dos borgonheses verificamos que as armas e as jóias desapareceram, mas as cerâmicas e inscrições galo-romanas mostram que houve uma forte romanização, como na Aquitânia, onde quase não existem vestígios dos visigodos. Além disso, os poucos estudos antropológicos realizados mostram uma surpreendente permanência do contexto neolítico. Com efeito, dois ou três cemitérios da Borgonha no centro e sul do Jura, no norte dos Alpes e nas margens do Lago Genebra, revelam a presença de uma povoação germânica graças a certas características dentárias mongolóides. Mas noutros lugares, na Normandia, por exemplo, o cemitério de Frénouville mostra uma continuidade absoluta com os esqueletos galo-romanos; A altura é idêntica (em média 1,67 m para os homens ou 1,55 m para as mulheres), e as características cranianas nada têm a ver com as dos poucos anglo-saxões de Fleury-sur-Orne, que mediam 1,80 m em média. Faltam estudos antropológicos sobre os francos, mas parece que poucos (talvez apenas algumas famílias nobres) cruzaram o Somme. Em última análise, a dominação franca não foi étnica, mas política; É melhor considerá-lo como obra de galo-romanos de ascendência e raízes francas, se levarmos em conta o seu antigo contacto com o Império.

Isto explica a sua fraca influência linguística: o latim falado recuou muito pouco, apenas duzentos ou mesmo cem quilómetros do Reno. A fronteira germânica já estava estabilizada no século VI: a partir das costas da Picardia, passava pelo norte de Tournai. e foi ao longo do Sambre e do Mosa até Maastricht e Aachen; depois fez uma curva para o sul, deixando Trier e Metz em território de língua latina; Seguiu a crista dos Vosges, dividia a Suíça em duas a leste de Avenches e terminava na bacia hidrográfica formada pelos Alpes. Era quase idêntico ao de hoje e reflete perfeitamente as áreas de forte colonização ou forte influência germânica. Porque em locais onde não havia sequer um oficial franco que

pronunciasse o latim com forte sotaque, a língua evoluía menos e era ainda mais conservadora. Na verdade, ao sul do Loire apareceu outra fronteira, a do Occitano, cujas características são as de uma latina como continuação da anterior. Uma área de fusão e contactos estreitos entre ambas as civilizações foi assim traçada entre o Somme e o Loire. O mesmo não aconteceu no norte da Itália, onde a língua lombarda desapareceu no século IX. Em vez disso, a Grã-Bretanha pode realmente ser chamada de Inglaterra, porque estava claramente dividida em dois domínios linguísticos ao longo de um eixo norte-sul: Escócia, País de Gales, Cornualha e Irlanda falavam celta, assim como a Grã-Bretanha continental, enquanto o resto da ilha era anglo-saxão. -Saxão falando. Em suma, o latim regrediu pouco, e na sua pronúncia e ortografia já se adivinhavam as transformações que dariam origem às diferentes línguas românicas.

Uma sociedade tribal e guerreira

Este sucesso matizado das línguas germânicas também aparece no campo jurídico. Quando os bárbaros entraram no Império, cada cidade era dotada de uma lei própria, cujas características são bem distintas. Todas as suas leis eram orais e decoradas por especialistas chamados "rachimburs" entre os francos e que eram consultados durante os julgamentos. Quando foram feitos os primeiros contactos, com as populações derrotadas e sobretudo como resultado dos processos mistos, os federados (e mais tarde as outras cidades) viram a necessidade de escrever os textos legais. Os primeiros foram os visigodos, com o código de Eurico, depois os borgonheses com a lei de Gombetta e os francos, cuja lei sálica foi escrita pela primeira vez em 511. Todos eles foram escritos em latim, até o edital do Rotary, entre os 636 e 643, para os lombardos. Da mesma forma, por volta de 520, os bretões continentais também escreveram suas leis em latim. Os anglo-saxões foram os únicos que preservaram a sua língua para escrever as leis de Etelberto, rei de Kent no início do século VII, e as de Ina, rei de Wessex por volta de 690. Assim, um regime particular fez com que a coexistência entre os vencedores e possíveis perdedores: a personalidade das leis. Cada um, no caso de processos mistos, deveria utilizar sua própria lei. Apenas num país a territorialidade do direito acabou por ser praticada: na Hispânia visigótica quando o rei Recesvintus (653-672) fez fundir ambas as tradições jurídicas no *Liber Iudiciorum*. Em geral, estes códigos germânicos representaram um retrocesso em relação à tradição romana. A noção de direito público era desconhecida para eles e cada artigo misturava assuntos públicos e privados: o chefe da família muitas vezes tinha jurisdição sobre seus parentes, parentes e escravos, e possuía o *Mund*, um poder sagrado e misterioso de origem pagã que dava-lhe força e vitória. Ele próprio era dono do *mundo de todos*, especialmente de suas filhas, que vendia aos futuros maridos. Na manhã das núpcias, o marido ofereceu à esposa um dote, o *Morgengabe*, para-lhe agradecer por a ter encontrado virgem. Caso contrário, ele a mandou para casa. Eles não conheciam a noção de promotor público, e o acusado teve que provar ele mesmo sua inocência. Portanto, ele teve que recorrer a membros de sua família que testemunhariam a seu favor por meio de juramento. Nos numerosos casos em que os juízes não conseguiram o desempate entre os adversários, recorrer à provação foi a única solução. O acusado teve que suportar triunfantemente o teste da água fervente ou do ferro em chamas; Se suas mãos permanecessem intactas após

um certo período de tempo, isso seria uma prova de que os deuses haviam decidido a seu favor. Quanto às penas, o ladrão flagrado em flagrante foi imediatamente enforcado. Mas o criminoso que matasse um membro de uma família adversária, praticando assim o dever sagrado da vingança (*faida*), poderia desencadear guerras privadas por muitas gerações. Portanto, para pôr fim a esses conflitos perpétuos, a cadeia de vingança poderia ser interrompida obrigando o assassino a pagar o "ouro de sangue" (*Wergeld*), ou seja, uma determinada quantia precificada de acordo com um catálogo muito preciso de danos físicos. .sofreu. Assim, a justiça bárbara puniu mais severamente o ladrão do que o assassino e privilegiou a propriedade em detrimento da pessoa humana.

Esta confusão entre o privado e o público causou ao mesmo tempo a confusão entre o civil e o militar. O chefe tribal, mesmo depois de se tornar general romano e depois rei, permaneceu soldado. Ele era um chefe de guerra (*Heerkönig*) escolhido por todos os homens livres da tribo; Se saiu vitorioso, demonstrou ser dotado de um verdadeiro carisma pagão, do *Mund* , força mágica simbolizada pelas genealogias divinas e pelos cabelos longos na dinastia merovíngia. Mas, exceto naquela última família e na dos Balthos para os Godos, a eleição geralmente predominava porque, à menor derrota, o rei perdia tanto o seu caráter sagrado como o seu poder. Ele não era mais o dispensador de saques nem o protetor das colheitas. Foi então imediatamente privado da "proibição", aquele direito de punir e governar que normalmente era reconhecido com o poder correlato de declarar guerra e fazer a paz. A este respeito, falou-se, com razão, de "monarquia absoluta mitigada pelo assassinato". A instabilidade das monarquias lombardas, visigodas, anglo-saxônicas e até francas é uma prova palpável disso. Fundamentados no valor militar, não superaram naturalmente as vicissitudes. No entanto, esse tipo de monarquia foi a chave para o sucesso dos bárbaros. Toda a educação germânica foi orientada para a exaltação dos instintos agressivos de sobrevivência. *O furor teutonicus* , um êxtase guerreiro que tira o lutador da cabeça, tinha como objetivo obter a vitória a qualquer custo. Assim, a civilização germânica baseava-se na violência, considerada a principal virtude. O termo "Frank" vem do antigo alto alemão *frekkar* que significava ousado, corajoso, da mesma forma que "Gália" equivalia a corajoso. Todo homem livre era, portanto, automaticamente um guerreiro, normalmente a partir dos quatorze anos. A onomástica germânica, muitas vezes adotada pelos derrotados, reflete essa mentalidade: *Chlodweg* , que deu a forma culta Clovis e a forma comum Louis, significa "caminho da glória"... E não poderíamos insistir o suficiente na afirmação de que todos O vocabulário militar atual da língua francesa vem da língua franca.

Em suma, graças a essa educação guerreira, qualquer rei poderia ter todos os homens livres agrupados por tribos e divididos, especialmente no caso dos godos, em unidades de 10, 100, 500 ou 1000 indivíduos. Este último grupo foi comandado por um *milinar* . O *thiufadus* era o chefe dos servos que acompanhavam o exército na administração e bagagem. Em geral, os francos e anglo-saxões eram soldados de infantaria temíveis. Cada um teve que fornecer suas armas; o escudo, a francisca que era lançada de longe para dividir a frente adversária, o arco e a lança, a lança em forma de gancho e o dardo destinavam-se ao combate à distância. Por outro lado, o *scramasax* (uma espécie de adaga de 50 cm com um único gume) e a espada longa eram utilizados para o combate corpo a corpo. Essas armas eram particularmente temíveis por causa de um método especial de forjamento usado em sua fabricação. O furo era composto por um corpo de soldagem com faixas alternadas de ferro macio ou carburado e era muito flexível. Por outro lado, as

arestas acrescentadas por soldagem eram de aço muito duro e muito afiado. A espada franca, manejada atacando com o gume e não com estocadas (porque poderia ter sido dobrada) e após vários ventos, poderia romper armaduras. Este, chamado *broigne*, era uma jaqueta de couro coberta com placas de ferro costuradas, mas era relativamente rara e geralmente reservada para cavaleiros. O armamento germânico garantia clara superioridade aos seus proprietários, e é por isso que compreendemos o extraordinário prestígio de que gozava o ferreiro nas sociedades germânicas essencialmente militares.

A cavalaria sempre foi menos importante que a infantaria. Era comum especialmente nos exércitos gótico, alamanos, lombardos e avarianos. Os ávaros eram cavaleiros nômades armados com arco, flechas e aljava, escudo redondo e espada. A tática deles era simular um ataque geral e então, após um curto combate, recuar rapidamente. Quando seus adversários os perseguiram de forma dispersa e sem qualquer ordem, eles se viraram e os crivaram de flechas mortais, sem parar de galopar na mesma direção. Essa foi também a tática dos Visigodos e dos Bascos. O exército romano na Itália o adotou sob a liderança de Narses e graças a isso foi capaz de derrotar a cavalaria pesada ostrogótica em particular. Na verdade, era composta por homens a cavalo cuidadosamente arreados e blindados, aptos para o combate a muito curta distância brandindo a lança. Existia, por exemplo, entre os Taifals, os Alanos e os Lombardos, porque era nativo das planícies do sul da Rússia. Esses cavaleiros blindados eram poucos em número, pois suas armas eram muito caras, mas sua ação às vezes podia ser decisiva.

Homens vinculados ao serviço e à fidelidade

Como tudo tinha de contribuir para a vitória, não era incomum que os celtas e os alemães usassem escravos para lutar, uma prática que os romanos rejeitaram sistematicamente. A lei dos bretões especificava que era costume um escravo portar as armas de seu dono. O termo celta *gwass*, latinizado como *vassus*, designava nas sociedades francas um escravo encarregado de um serviço por vezes armado. Então, o diminuto *vassalo* daria vassalo. Os jovens que lutavam ao lado de um patrono, um "veterano" (em latim *senior*, mais velho, que mais tarde foi dado senhor), acabaram formando uma espécie de guarda particular em relação ao seu mestre em que a fraternidade do combate rompia os obstáculos. . jurídico. O calor do relacionamento que vivenciaram naqueles momentos cruciais libertou imediatamente o amigo (*Freund*) (*Frei*). Enquanto entre os romanos as definições jurídicas criaram relações sociais, entre os alemães as relações sociais modificaram as definições jurídicas. A barreira entre livre e escravo poderia ser transposta com muito mais facilidade. De resto, os proprietários alemães concederam independência absoluta aos seus *escravos*. Contudo, durante o século VII, como veremos mais adiante, essa indistinção social primitiva começou a desaparecer em favor do trinômio escravos-livres-nobres.

Essa liberdade, original ou adquirida, caracterizou emocionalmente a maioria dos guardas privados ou reais que cercavam os chefes tribais e figuras poderosas. Entre os visigodos e os ostrogodos, existiam também os "sayones", homens próximos dos reis encarregados de fazer cumprir as ordens. Na verdade, eles eram seus companheiros, delegados capazes de proteger os fracos como o seu próprio mestre os protegia. Mais tarde,

os *gardingi* , guardas do rei que lhe deviam lealdade e serviço militar, apareceram no palácio de Toledo. Da mesma forma, entre os lombardos havia os *faramanni* , membros de um clã primitivo que se instalavam num acampamento fortificado e obedeciam como uma guarnição a serviço de um rei ou de um duque, e os *arimanni* (os homens do exército, literalmente), soldados que podiam ser convocados a qualquer momento e eram então obrigados a deixar o terreno onde estavam estabelecidos. Eles devem ser diferenciados dos *gasindi* (literalmente, os servos), muitas vezes escravos ou libertos, que estavam encarregados de certas funções no palácio e deviam lealdade ao seu príncipe. Os reis anglo-saxões também se cercaram do mesmo tipo de guardas com um nome muito semelhante: os *gesiths* . Alguns, de status inferior, recebiam alimentos e roupas de seu senhor (chamado *hlaford* , doador de pão, que dava *senhor*), enquanto outros beneficiavam-se de uma concessão precária ou permanente de terras. Todos deviam serviço militar ao seu protetor. Por fim, entre os francos surge o mesmo fenómeno: juntamente com a *scara* , tropa permanente de guerreiros que servem o rei, encontramos à sua volta os *antropionianos* . Era uma espécie de guarda-costas do rei. No decorrer de uma determinada cerimônia, eles se entregavam a ele de joelhos, com as mãos dentro das do rei. Eles juraram lealdade a ele e *frete* , que significava a mesma coisa que *treue* no alto alemão antigo. A partir daí, colocados sob a protecção (o *maibour*) do mestre que os apoiava, protegeram-no com as suas armas. Quem ousasse matar um deles teria que pagar um enorme *Wergeld* : 600 soldos! Isso mostra a importância dos *antropiões* e dos laços entre homem e homem, que, nesse caso, eram de superior para inferior. Em todas as sociedades germânicas e celtas encontramos esta prática de paternidade adotiva, que consistia em alimentar jovens em suas próprias casas que eram transformados em guerreiros e servos, e posteriormente em oficiais. Essa prática, chamada de *acolhimento* entre os anglo-saxões, criava verdadeiros laços carnavais com adolescentes que eram imediatamente projetados na vida adulta. Seguindo o pai educador até à morte, estes "nutridos" (*nutriti* , como eram chamados entre os francos e os visigodos) formaram grupos de pressão extraordinariamente solidários, sobretudo pelo facto de terem prestado juramento de comenda. Aquelas coortes de combatentes que não estavam apenas ao serviço dos reis, mas logo também estavam ao serviço dos chefes de famílias alargadas ou de clãs, eram designadas com adjectivos como amigos, satélites ou jovens.

Um habitat impreciso e mutável

A ascensão destes vassalos alimentados na casa do seu chefe foi correlativa a um tipo particular de ocupação do solo, muito diferente do típico Mediterrâneo. Enquanto na paisagem mediterrânica os limites entre os campos ou a separação entre o *ager* e o *saltus* eram muito definidos, eram de tipo linear retilíneo e com marcos de pedra, os celtas e os alemães privilegiaram a área imprecisa, a floresta como fronteira e a sebe. Entre os bretões, quem vendesse uma propriedade, uma casa ou um pomar, não poderia ao mesmo tempo alienar as sebes que rodeavam as colheitas de trigo e a erva; Eles tiveram que permanecer fixos. Entre os saxões, as aldeias eram cercadas por uma cerca viva, *Zaun* em alto alemão antigo, que mais tarde deu origem a *cidade* . Nas costas dos Boulonnais ainda existem aldeias fundadas por esses emigrantes: Baincthun, Offrethun, etc., cujo final *thun* evoca o

seu aspecto primitivo. Por outro lado, ao instalarem-se em terras romanizadas, provavelmente encontraram dois tipos de habitat: o que restou dos grandes domínios de tipo galo-romano (*villa* do proprietário e *casae* dos colonos ou escravos), ou, como demonstra a arqueologia, do outro lado do Reno, vagos grupos de cabanas e galpões. Assim, entraram nas estruturas estabelecidas e simplesmente deram nome ao local anteriormente habitado ou recém-criado. Os topônimos compostos por um nome próprio com terminação em *ingos* dão, dependendo das regiões, indicações precisas sobre os assentamentos dos recém-chegados.

Na Lorena ainda existem aldeias como Dudelange ou Hayange que demonstram esta franca assimilação. Os borgonheses em Franche-Comté e Sabóia criaram Bavans, Sermorens, etc., e até os visigodos deixaram vestígios na Aquitânia com Brens, Escalatens, etc. Na Flandres, alguns habitats argilosos terminam em *ingue* (Bonningues) e atestam a fixação de grupos. Outras que eram cercadas por sebes são chamadas Le Plouy, em alusão aos ramos tortos (em francês, *ployées*) e entrecruzados das árvores jovens que fechavam o conjunto de casas. O termo *ham*, que deu *hameau* (aldeia), revela um povoamento baseado em casas dispersas. Observações idênticas poderiam ser feitas na Lombardia, no planalto espanhol e na bacia de Londres, onde a toponímia celta desapareceu antes dos nomes terminados em *ings* (como Hastings). Mas é evidente que as mudanças mais importantes ocorreram na Inglaterra e no norte da Gália.

O habitat dos recém-chegados utilizava essencialmente madeira e chamiza. Na Irlanda, incontáveis fortes circulares espalhados pelo campo protegiam as fazendas de diversas maneiras. Alguns eram cercados por muros de pedra seca, enquanto outros eram protegidos, atrás de um fosso e um muro de terra, com divisórias de madeira. Crannogs, ilhotas artificiais construídas em lagos ou áreas pantanosas que se comunicavam com o continente através de estreitos diques, eram feitas com vigas entrecruzadas, chamiza e argila. Além de numerosos artesãos, ali se abrigavam as famílias mais ricas. Nas aldeias anglo-saxônicas, algumas quintas rodeadas por uma cerca consistiam em grandes cabanas sustentadas por postes e onde conviviam homens e animais. As casas seguras descobertas pelos arqueólogos têm um aspecto semelhante: um piso abaixo do nível do solo, com canos de escoamento das águas pluviais e com chaminé se não fosse exterior, muros baixos e um telhado de caniço que, apoiado em dois ou quatro postes, devia chegar ao chão. No seu conjunto constituíam uma vasta área habitacional com cerca de 70 a 90 m². Em redor existiam silos enterrados ou elevados, ferrarias e oficinas de tecelagem, "fundos de cabanas" escavados para trabalho (como demonstram os pesos dos teares descobertos), poços e sebes que fechavam o complexo. Na Escandinávia, as explorações eram maiores porque, devido ao clima, não era possível praticar qualquer tipo de estábulo livre. Por isso, dos cerca de 30 m de comprimento, um terço era reservado para habitação de homens, outro terço para animais, e o restante era utilizado como armazém de cereais. Quando o perigo aparecia, essas populações de criadores de gado podiam refugiar-se nos fortes circulares de pedra, de onde resistiam a qualquer adversário. Ou poderiam, como os frisios, isolar-se em colinas artificiais (*terpen*), geralmente erguidas atrás de dunas, desde a foz do Elba até o Zuyderzee. O estudo dos *terpenos* revelou o mesmo tipo de quinta de madeira, com cerca de 20 m de comprimento e cerca de 5 m de largura, e essencialmente dedicada à pecuária. Em suma, as povoações celtas e germânicas influenciaram sobretudo o campo e desenvolveram uma economia silvo-pastoril muito semelhante à da Idade do Ferro.

No entanto, apesar da presença de cabanas saxônicas em Boulogne e Canterbury, não devemos concluir que os ocupantes ficaram atrás dos ocupados, mas sim que rapidamente se misturaram.

Uma intensa economia silvo-pastoril e novas trocas

Devido à importância da cobertura vegetal no norte, aqueles povos atribuíam um papel principal à floresta e às pastagens: a caça, a pesca e a coleta eram fontes fundamentais de recursos. Os reis merovíngios, em particular, eram caçadores inveterados. O principal caçador do rei dos lombardos sempre teve grande influência sobre o soberano. Além disso, a caça foi uma extensão direta da guerra e serviu até como preparação militar; Da caça grossa ao caçador, houve apenas um passo. Portanto, os reis anglo-saxões, francos e lombardos tentaram monopolizar a herança romana dos *saltus*, as antigas terras públicas, para seu uso pessoal. Terras não cultivadas, arborizadas, pantanosas ou abandonadas eram frequentemente incluídas no domínio fiscal real. Além disso, com o desaparecimento de muitas das legiões fronteiriças romanas, já não era necessário cultivar trigo para abastecer essas tropas. Áreas arborizadas reapareceram ao longo de muitas estradas romanas, por vezes cobrindo antigos domínios; por exemplo, entre Colônia e Jülich, entre Bavai e Saint-Quentin (a atual Floresta Mormal), e de Pevensey e Hastings em direção a Londres. Especialmente neste último caso, o Weald era uma imensa área de caça que separava Kent de Sussex e tinha cerca de 200 km de comprimento e pouco menos de 50 km de largura. Outra grande área arborizada estendia-se da costa de Essex, ao norte do Tâmisa, até as colinas de Chiltern. Na sua maior extensão, esta faixa florestal, da qual restam apenas alguns pedaços, ocupava mais de 60 km de largura de norte a sul. Algumas florestas na Alemanha eram até usadas como verdadeiras sebes fronteiriças e eram completamente impenetráveis. As leis anglo-saxônicas especificavam que qualquer pessoa que não cruzasse as florestas tocando uma trombeta poderia ser considerada um bandido e qualquer um poderia matá-lo. Estas foram ocasiões excepcionais para realizar treinamento de guerra! Desta forma, grandes áreas, como o maciço das Ardenas, tornaram-se dependentes dos reis germânicos. Surgiu um termo especial para designá-los: os *forestis* ou zona florestal, os espaços situados fora (*para*) as terras cultivadas. Entre os lombardos, a floresta era chamada de *gahagio*. Tratava-se dos príncipes, cuja alimentação se baseava mais na carne do que no pão, assegurando a existência da caça e da pesca para a sua exploração pessoal. Além disso, criaram reservas de caça, como reservas que muitas vezes eram fechadas. O essencial era obter, de acordo com as estações do ano, veados, javalis, salmões, perdizes e coelhos. Mas o grande prato do rei era, evidentemente, o auroque, um enorme touro primitivo que constituía uma verdadeira despensa itinerante. As leis germânicas, é claro, também protegiam falcões, cegonhas pescadoras de sapos, cães de caça e animais selvagens com taxas apropriadas.

Assim, as terras não cultivadas eram mais importantes para os alemães do que para os romanos porque a pecuária lhes proporcionava muito mais recursos. A civilização da oliveira se opõe à da manteiga. Como os príncipes não tinham meios materiais para se apoderar de todas as terras não cultivadas, os camponeses utilizaram uma parte delas. Também tinham interesse em manter grande parte das terras sem cultivo, pois levavam os

porcos para pastar, extraíam mel silvestre, carvão, estacas, postes, ripas de madeira para telhados, etc. E sobretudo levavam os bois e as vacas para os pantanosos, e as ovelhas e cabras para as charnecas. Parece até que os lombardos introduziram o búfalo no norte da Itália no século ^{vi}. Esses animais domésticos não eram usados tanto pela carne quanto pela manteiga, queijo, leite, lã e peles. Costumavam criar menos cavalos do que porcos ou cordeiros, embora a sua escassez os tornasse um animal altamente valioso. Os numerosos artigos referentes ao roubo de gado e cavalos na lei sálica ou na lei dos bretões mostram a importância dada aos produtos da pecuária. Entre os irlandeses, o roubo de vacas era considerado um esporte nobre, por ser violento e perigoso. Tudo isto não indica que o cultivo de cereais tenha sido negligenciado: o estudo dos restos de pólen das turfeiras de toda a região do Reno demonstra isso, mas o centeio, a cevada e a aveia tiveram um papel secundário. Os grãos usados para fazer pão e cerveja eram armazenados em celeiros construídos sobre palafitas. À dieta do pão, do vinho e do azeite foi assim acrescentada a da carne, da cerveja e da manteiga.

Os únicos alemães que não mudaram nada foram os escandinavos; Continuaram na Idade do Ferro, na fase chamada Vindel. Alguns camponeses caçadores e coletores aventuraram-se para o norte, onde entraram em contato com os lapões; Com eles desenvolveram um comércio de peles e sal através de uma troca silenciosa. Os túmulos dos reis de Uppsala que datam do século ^{vi} mostram, de fato, grande riqueza. Na verdade, o porto de Helgö, na Suécia, perto do Lago Malar, era 400 a 700 em relação à Europa continental e à Grã-Bretanha. A presença de oficinas de ourivesaria que trabalhavam metais preciosos, bem como bronze e ferro, mostra que existiam trocas importantes, sem dúvida por via marítima. Os navios da época (sem ponte, quilha ou mastro) eram movidos a remos e moviam-se ao longo da costa praticando a cabotagem contínua. Parece que os marinheiros mais ousados da época eram os saxões e os frísios, sempre dispostos a mudar tudo e também a piratear. Alguns *terpenos* especializaram-se nesses negócios. Quando desembarcavam num país, os alemães do Norte utilizavam o termo latino *vīcus* para aplicá-lo aos novos portos que estavam a criar. Na forma de *wik* ou *wich*, Quentovic apareceu então em meados do século ^{vi}, Salperwick, Andruicq no Canal da Mancha, Hamvic ou Hamwih (ancestral de Southampton), Sandwich ("o porto de areia"), Woolwich ("o porto de lã"), e outros. Estes novos portos, com as casas de madeira alinhadas lado a lado na praia, com os seus cais e os seus toros, provavelmente não compensaram o hiato de cerca de um século que revelou o subsolo das cidades romanas da Grã-Bretanha. No entanto, o intervalo deve ter sido curto no caso de Londres e Canterbury.

Com efeito, Kent foi o primeiro reino bárbaro, sem contacto com Roma, a cunhar moedas de ouro, as "thrymsas", imitando as *tremisses* romanas. Os frísios também plagiaram os terços salariais bizantinos ou romanos para desenvolver o seu comércio. Mas isso não significou que eliminassem a troca, nem a utilização de peças de ouro em forma de anéis, nem a utilização de moedas romanas transformadas em jóias, nem a utilização de peças de pulseiras de ouro, etc. É comum descobrir em tumbas germânicas ou escandinavas balanças de eixo usadas para pesar metais preciosos. Isto mostra que, mesmo nos países bárbaros que não sabiam cunhar moeda, havia um embrião de uma economia monetária baseada no padrão ouro, e que a população estava cada vez mais sensibilizada para este novo tipo de câmbio. De resto, países como a Grã-Bretanha ou a Irlanda utilizaram a onça ou libra de estanho, ou vacas consideradas em unidades como multas.

Finalmente, embora as moedas estrangeiras não circulassem nos países que cunhavam dinheiro, eram sempre aceites em todos os reinos que não as emitiam. Assim, a economia natural e a economia monetária estavam intimamente interligadas. Isto é demonstrado pelos mapas que refletem a dispersão das fíbulas germânicas, dos vasos coptas de bronze e dos salários bizantinos.

Unificação na fé

Quaisquer que sejam as inovações trazidas pelos celtas e pelos alemães, há dois campos em que não ocorreram rupturas definitivas: a propriedade e a religião. Embora para muitos povos os bens móveis, as joias e as cabeças de gado fossem ainda mais importantes, e continuassem a praticar o uso comum de espaços não cultivados, na verdade, a primitiva comunidade de terras típica de uma agricultura de desmatamento itinerante havia desaparecido há muito tempo. Todos os povos praticavam a propriedade privada quando entraram no Império, a ponto de não entenderem o que era propriedade pública. Este foi um ponto de contato entre vencedores e perdedores.

Da mesma forma, a conversão de muitos povos ao arianismo poderia facilmente ter unido alemães e romanos; mas não aconteceu assim. Os visigodos, os suevos, os vândalos, os borgonheses, os ostrogodos e os lombardos, que já se separavam dos derrotados pela sua língua, pelo seu acantonamento em certos lugares, pela sua ocupação militar, pela sua lei e pela sua economia pastoril, foram ainda mais detestados pela adoção de uma heresia que acabara de desaparecer no Império no final do século ^{iv}. Pregada por Ário no Egito no início do século ^{iv}, consistia em rebaixar Cristo ao nível de criatura sobre-humana, com a qualidade de verdadeiro representante de Deus, mas negando-lhe uma natureza divina; O arianismo permitiu a criação de uma ideologia política que assimilou o líder ao enviado de Cristo. É portanto compreensível que um sacerdote gótico, Ulfila, tenha escolhido voluntariamente aquela religião cristã mais acessível às tropas de guerreiros que sacralizaram o poder. Ao mesmo tempo, o germanismo e o cristianismo foram assimilados e essa heresia tornou-se a sua razão de existência.

Por esta razão, com exceção dos borgonheses que eram tolerantes com os católicos galo-romanos e cujo rei Sigismundo (516-523) se converteu, a maioria dos povos arianos manteve uma hostilidade latente ou manifesta para com os vencidos. Acima de tudo, os visigodos perseguiram os católicos durante os reinados de Eurico e Alarico II, e a sua eliminação da Aquitânia deveu-se essencialmente ao pedido de ajuda dos bispos católicos aquitanos aos recentemente baptizados Clovis Franks. Instalados na Hispânia, os Visigodos enfrentaram o mesmo problema. Tendo eliminado os suevos recém-convertidos em meados do século ^{vi}, o rei Leovigildo (567-586) teve de confrontar o seu filho Hermenegildo, que se tinha convertido ao catolicismo. Para evitar qualquer conversão dos visigodos, esmagou a revolta do filho e exilou Leandro, bispo de Sevilha, que tinha sido a força motriz da conversão de Hermenegild. Essa política de Leovigildo não deve ter funcionado, porque o seu outro filho, Reccaredo, convertido em 587, conseguiu, apesar de algumas revoltas de membros da alta nobreza, que a religião católica fosse proclamada em toda a Hispânia a partir do Concílio de Toledo em 589. Além disso, o desaparecimento progressivo do arianismo sob o reinado dos seus sucessores favoreceu a eliminação dos

bizantinos da costa sudeste da península. Com efeito, os católicos bizantinos já não eram úteis aos hispânicos. Conseguiu-se assim uma verdadeira unanimidade, celebrada pelo irmão de Leandro, Isidoro, bispo de Sevilha; É verdade que as mentalidades da época eram incapazes de separar a unidade religiosa da unidade do Reino.

Na África, os vândalos não hesitaram em perseguir violentamente a poderosa Igreja de Cartago. Hunerico (477-484) tentou converter os católicos à força e deportou milhares deles para o sul da Tunísia. Trasamundo (496-523) adotou a mesma atitude, exilando muitos bispos. É compreensível, então, que a população africana tenha acabado por pedir ajuda aos bizantinos: o virulento arianismo dos vândalos foi a principal causa do seu desaparecimento. Na Itália, Teodorico, admirador da civilização romana, optou por uma política estrita de segregação para evitar confrontos. Ao construir um sistema rigorosamente dualista, em que o conde dos godos era o mesmo em cada cidade do conde dos romanos, em que os bairros arianos das cidades eram separados dos bairros católicos, e ao proibir toda a propaganda pró-ariana, Ele esperava remover o obstáculo religioso. Foi sem dúvida uma política animada por um espírito muito romano. Mas com a execução do filósofo Boécio e de seu sogro Símaco, presidente do Senado, por terem defendido um senador acusado de conspirar com o imperador, os católicos foram alienados, tanto mais que depois de terem preso o papa que morreu na prisão, ele impôs ao seu sucessor. Portanto, quando Teódato (534-536) ligou ainda mais estreitamente o sentimento gótico e o arianismo, provocou imediatamente a reação de Justiniano e o desaparecimento praticamente total de seu povo.

Assim, o último povo ariano germânico foram os lombardos. Também foram odiados pelas rupturas que causaram, mas não sofreram o mesmo destino dos vândalos ou dos ostrogodos porque os bizantinos não conseguiram destruí-los e por causa de uma mudança na política papal. Para evitar a captura de Roma, o Papa Gregório, o Grande, preferiu não contar com o apoio do exarca e negociou a paz diretamente com os bárbaros. Obteve duas tréguas: em 598 e em 603. Esperava que o batismo do filho do rei Agilulf segundo o rito católico, graças à sua mãe Teodolinda, uma bávara, conduzisse os lombardos à ortodoxia como Clotilde havia feito com Clóvis. Mas nada disso aconteceu, porque a oposição era demasiado forte e os lombardos ainda estavam muito desunidos. Tivemos que esperar até os anos 652-653 para que o rei Aripertus I fosse batizado, e até 680 para que os últimos vestígios de paganismo e arianismo desaparecessem entre os lombardos, tanto os da planície do Pó como os da península. A partir de agora, os povos germânicos não poderiam mais ser expulsos dos territórios que haviam conquistado, pois todos os obstáculos à fusão total haviam desaparecido.

Podemos agora avaliar melhor a importância das perturbações causadas pelos celtas e pelos alemães no Império Romano. Suas inovações eram claras, mas facilmente localizadas. Embora em número reduzido, a sua contribuição linguística deixou vestígios nas antigas terras romanas. A sua lei originária, onde não existia a noção de Estado ou domínio público, a sua justiça mais branda com o assassino do que com o ladrão, e o seu culto ao líder da guerra, explicam o papel principal atribuído à guerra e constituem a causa essencial para o seu sucesso. Quer fossem infantarias, quer cavaleiros, armados com a sua temível espada longa, impunham um tipo de sociedade baseada no elemento militar e na qual até o escravo poderia facilmente tornar-se um guerreiro profissional leal a um senhor. Ao não distinguir entre civis e militares, segregaram grupos armados de todos os tipos: *gardingi*, *gasindi*,

gesiths, antrustiones, etc., capazes de fragmentar as monarquias em tantos particularismos quantos fossem os líderes. Ao acentuar o habitat disperso com as suas aldeias de casas cuidadosamente vedadas, criaram uma verdadeira dispersão da população, tanto em áreas cultivadas como não cultivadas. Mais habituados à vida da floresta e do pasto, não foram menos capazes de promover uma agricultura dinâmica e, como os seus pequenos grupos eram tão solidários, conseguiram integrar rapidamente os seus territórios no do antigo Império, como demonstram os seus iniciativas comerciais no Mar do Norte e a sua entrada na economia monetária. Em suma, superado o obstáculo da religião ariana, os povos germânicos e os povos romanizados, de alguma forma semelhantes pela origem celta comum, entraram realmente em contacto e realizaram uma fusão com nuances diferentes consoante os locais.

NASCIMENTO DE UM CRISTIANISMO

A aproximação foi possível graças à Igreja, verdadeira ponte entre as duas populações. Essa foi a única estrutura que permaneceu intacta entre as migrações e as mudanças de poder. Ao lançar imediatamente um movimento de evangelização e de aculturação, a Igreja foi ao mesmo tempo um factor de permanência e de mudança. Ao tentar influenciar o comportamento político dos reis bárbaros, ao atribuir ao bispo um papel cada vez mais político e ao fazer do monge o intermediário privilegiado com Deus, quis construir um cristianismo sagrado em que cada acto estivesse impregnado da nova fé. Da Irlanda ao norte da Gália, da Grã-Bretanha à Frísia, o cristianismo espalhou-se lentamente pelo norte da Europa. Em cada reino, bispos e monges participaram na consolidação das estruturas políticas e na construção de uma nova cultura. Segundo a expressão de Henri-Irénée Marrou, o homem histórico europeu nasceria daquela “quebra da alma ocidental”.

O ardor da conversão

Desde Santo Agostinho, a entrada dos bárbaros no Império era interpretada como uma ocasião para batizar os pagãos recém-chegados. A partir do início do século ^v, o bispo Palladius, e depois um bretão sequestrado por piratas irlandeses, Patrick, falecido por volta de 461, evangelizaram a grande ilha celta. Influenciado pelo monaquismo martiniano e egípcio, com forte tendência eremítica, o apóstolo da verde Erin criou uma Igreja original. Por falta de cidades, só pôde instalar bispos-abades de mosteiros, que na verdade eram muito numerosos. A principal delas, Armagh, tornou-se a sede metropolitana da ilha. Os mosteiros eram compostos por cabanas de pedra, uma por eremita, agrupadas livremente em torno de um pequeno santuário. O normal era que os monges escolhessem o local, o mais deserto possível, que geralmente era uma ilha. O cristianismo irlandês, intimamente ligado a Roma, manteve um carácter muito ascético e individualista, com práticas litúrgicas e preconceitos particulares.

Esta atitude manifestou-se muito cedo face aos invasores anglo-saxões que privaram os seus compatriotas bretões, isto é, celtas e cristãos como eles, da sua pátria. Confrontados com a Inglaterra pagанизada e o norte da Gália, que tinham caído novamente no paganismo apesar da conversão mais oficial do que real dos francos em 498, os irlandeses preferiram

deixar os anglo-saxões condenarem-se e desembarcarem na Galiza e na Grã-Bretanha continental, onde outros mosteiros irlandeses desenvolvido. Mais tarde, eles estabeleceram relações com os reis merovíngios para mais uma vez evangelizar o norte da Gália. Na verdade, o paganismo ainda era muito forte ao norte do Sena; baseada no culto das fontes, das árvores e de outras forças da natureza, certamente não era dotada de clero ou templos como entre os saxões e os frísios, embora não estivesse menos ancorada nos espíritos sob a forma de animismo ou magia. Além do Reno, o paganismo baseava-se numa mitologia que dava supremacia aos deuses: Odin, o pai universal; Thor, força brutal, e Freyja, fertilidade. A partir de 590, a chegada de Columbano, que percorreu toda a Europa, foi o sinal que desencadeou a chegada de outros irlandeses. Para evangelizar as gentes do campo, fundou o mosteiro de Luxeuil, que rapidamente se tornou pedreira de missionários. Depois, depois de ser expulso da Borgonha, continuou fundando a leste de Paris, desceu o Mosela e subiu o Reno, sempre pregando. Em Bregenz, deixou seu companheiro Gall, que fundou o convento que leva seu nome no que hoje é a Suíça. Terminou a sua peregrinação nos Apeninos da Ligúria, onde criou Bobbio em 612 e onde morreu em 629. Atrás dessa alma ardente vieram outros irlandeses que souberam expandir a sua influência: um monge de Luxeuil restaurou o bispado de Basileia em 615; outros criaram Péronne na Picardia, Fosses perto de Liège e Honau em uma ilha no Reno, ao norte de Estrasburgo. Muitos outros nos são desconhecidos; bispos itinerantes, monges errantes e reclusos esquecidos em suas tocas, mas todos influenciaram mentalidades a ponto de despertarem imitadores.

Portanto, a partir de 630, muitos leigos merovíngios que se tornaram padres ou bispos os imitaram. Geralmente oriundos de regiões romanizadas, sobretudo da Aquitânia, abandonaram definitivamente os seus países para se dirigirem às terras bárbaras, o que fizeram até cerca de 730. A maioria dirigiu-se para a Picardia, Flandres e Renânia. O mais famoso foi Santo Eloy, bispo de Noyon-Tournai de 641 a 660, que, não contente em recristianizar a sua antiga diocese de Noyon, arriscou continuar para Antuérpia, no coração da zona germânica, apesar do seu fraco conhecimento da língua. . Ele fracassou no empreendimento, como Santo Amand, bispo originário de Poitou que foi nomeado sem sede fixa a partir de 630. Fundou o mosteiro de Elnone em um santuário pagão de fontes termais e que hoje se chama Saint-Amand-les-Eaux. . Ele também não teve muito sucesso no bispado de Tongeren-Maastricht e viajou por muitas outras terras antes de morrer em 675 ou 676. Quando esta segunda onda de missionários cessou por volta de 690, todo o país ao sul da linha Gante-Colônia já estava abrangido. na órbita do cristianismo romano.

Entretanto, enquanto os bretões, gauleses e irlandeses continuavam a recusar a conversão dos seus adversários anglo-saxões, o Papa Gregório, o Grande (590-640) tomou a iniciativa de enviar à ilha uma missão liderada pelo monge Agostinho. Ele desembarcou em Kent em 597. A fim de reforçar os resultados da primeira missão, outra missão foi enviada sob o comando do Abade Mellitus para restabelecer as duas províncias eclesiásticas de Londres e York, e para dar autoridade aos monges romanos sobre o clero celta que permaneceu. hostil aos anglo-saxões. Após os primeiros sucessos em Essex e na Nortúmbria, eles se viram bloqueados por uma reação pagã a partir de 634; Os missionários tiveram que recuar para Kent. No final do século ^{vii}, apenas Wessex e East Anglia tinham regressado ao cristianismo romano.

Com o tempo, os monges celtas interessaram-se pela conversão dos seus adversários. O rei Oswald da Nortúmbria convocou os monges da Ilha de Lona em 635, que se

estabeleceram no sul da Escócia, no mosteiro de Lindisfarne e depois em Whitby, na Mércia. Como resultado desta colaboração, as discrepâncias litúrgicas entre os irlandeses e os romanos foram resolvidas. Já em 630, os monges do sul da Irlanda adotaram a prática do cálculo romano da data da Páscoa. Em 660, a conferência de Whitby conseguiu reunir outro grupo de monges celtas graças à intervenção do monge anglo-saxão Wilfrid, que por esse motivo fez uma viagem especial a Roma. Por volta de 680, ele batizou os últimos pagãos de Sussex e da Ilha de Wight. Em 704, a Irlanda do Norte, e em 716 os monges da tela, concordaram em abandonar os seus usos particulares. Finalmente, os bretões da Cornualha e do País de Gales fizeram o mesmo em 755. Assim, todas as igrejas celtas e anglo-saxônicas reconheceram a autoridade espiritual de Roma.

Mal evangelizada, a Inglaterra substituiu Roma e começou a se interessar pelos seus irmãos germânicos no continente. Nascido em 658 em Deira, Willibrord foi enviado pelo arcebispo de York, Egberto, para a Frísia, onde desembarcou em 690. Graças à ajuda de Pepino, o Velho e do papa, obteve como ponto de partida o domínio de Echternach (em Luxemburgo) onde fundou um mosteiro. Em 695 foi nomeado arcebispo de uma nova província eclesiástica que tinha como sede o antigo acampamento romano de Utrecht. A nova província deveria abranger toda a Frísia, mas, apesar da chegada de monges ingleses, Willibrord não conseguiu cruzar o Reno até os anos 726 ou 728.

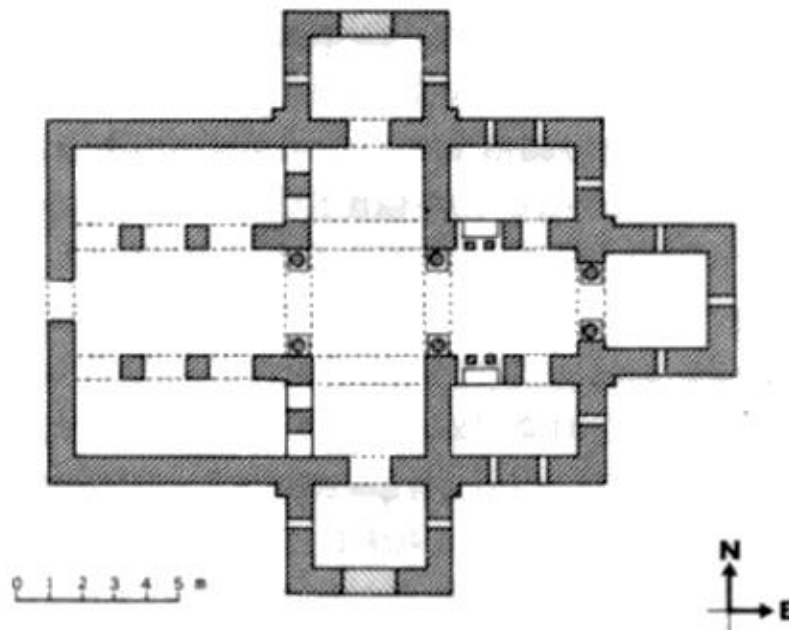
Quando ele morreu em 739, todas as regiões situadas além do Reno conheciam o cristianismo. São Lamberto, assassinado em 705, transferiu o bispado de Maastricht para Liège, e seu sucessor, São Hubert, completou a evangelização da margem esquerda do Reno. Naquela época, uma rede de mosteiros cobria o país e os antigos bispados. Os romanos foram restaurados. As áreas ocupadas pelos Alemanni e pelos Bávaros, graças aos missionários italianos ou aos monges da Europa Ocidental (Emerand em Regensburg, Corbinian em Freising e Rupert em Salzburgo), também tinham reentrado mais ou menos na órbita do Cristianismo. . A entrada em regiões verdadeiramente pagãs fora do antigo Império Romano só começou com a chegada de outro monge anglo-saxão, Wynfreth. Em 719, o papa deu-lhe outro nome: Bonifácio, e confiou-lhe a criação de uma igreja franca na Germânia, dependente de Roma. Muito em breve, as suas ações revelaram-se tão importantes quanto as de São Martinho na Gália. Ele reorganizou os bispados da Baviera, batizou milhares de pagãos em Hesse e na Turíngia e depois, consagrado bispo em 722 por Gregório II, tentou organizar a reforma da igreja franca através de uma melhoria no recrutamento do corpo episcopal e de uma extensão dos bispados do outro lado do Reno. Foi nomeado arcebispo em 732, mas não pôde ocupar sua sé em Mainz até 747. Muito exigente aos olhos dos primeiros príncipes carolíngios, preferiu passar os últimos três anos de sua vida evangelizando a Frísia, onde foi assassinado em 754. Ganhou imensos territórios para a causa cristã e estabeleceu a hierarquia eclesiástica em muitos bispados; Seu túmulo em Fulda, mosteiro que ele fundou, tornou-se um dos principais centros de peregrinação da Alemanha.

Uma fé simples, uma estrutura fixa e um vínculo forte

O principal resultado dessas missões foi o nascimento de um verdadeiro primado da Igreja de Roma e da Sé de São Pedro. Aquela Igreja encontrou mais uma vez um império,

mas desta vez espiritual. “Nós, os irlandeses, estamos unidos à sé de São Pedro”, disse Columbano ao papa. E este último procurou materializar esses laços espirituais com um símbolo específico, o *pállo*, uma faixa de lã branca com cruzes pretas que o pontífice usava nos ombros durante o serviço religioso e que enviava a cada arcebispo que nomeava. Por outro lado, houve numerosos bispos missionários que, como Amand, Willibrord ou Boniface, fizeram múltiplas peregrinações a Roma para controlar a sua ortodoxia e ter a sua autoridade confirmada.

Além disso, os seus métodos de evangelização foram ao mesmo tempo uma forma de aculturar o pensamento e a civilização romano-cristã. Imediatamente antes do batismo e como treinamento considerado suficiente, foram ensinados a Criação por Deus, a expulsão de Adão e Eva, o Dilúvio e a salvação pelas mãos de Cristo. O essencial era o prestígio de um Deus e de uma civilização superior. Gregório, o Grande, aconselhou Agostinho de Cantuária a destruir apenas ídolos e transformar templos em igrejas. Agora, estes eram geralmente construídos em pedra, por isso eram muito mais impressionantes do que os edifícios anteriores, construídos ao ar livre com postes e tábuas. Benito Biscop trouxe pedreiros e vidreiros da Gália por volta de 670, para que pudessem trazer métodos de construção mediterrâneos para a ilha. Assim, as cidades poderiam reaparecer em torno desses novos edifícios: as igrejas. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se as capelas junto às antigas fontes sagradas. Muitas vezes eram dedicados aos santos locais e a sua localização em locais outrora sagrados favorecia a transição de um culto para outro. Mas, como método de evangelização, a libertação dos escravos foi ainda mais eficaz. Emancipados, batizados, instruídos e por sua vez convertidos em sacerdotes, os escravos eram a demonstração de que a nova fé era uma libertação.



Plano de San Pedro de la Nave.

Este era um sistema amplamente praticado por missionários irlandeses e anglo-saxões. Os neófitos, especialmente se fossem o chefe tribal ou o rei batizado primeiro, desencadearam conversões de grupos inteiros, uma vez que os laços de solidariedade entre homem e homem estavam aumentando e o comportamento individual a nível religioso era impossível.

Assim, estabelecer a Igreja e com ela a civilização num país bárbaro significou para os fundadores ao mesmo tempo criar uma nova sociedade que não rompeu com o passado. Para mudar o comportamento moral, os irlandeses inventaram penitenciais imitando as multas estipuladas nas leis germânicas e celtas. Qualquer pessoa acusada de uma falta recebia automaticamente uma penitência de um certo número de anos a pão seco e água, ou um certo número de jejuns. Num mundo habituado a empanturrar-se mais do que a comer, o jejum e a abstinência eram penas muito severas. Assim, o penitencial era um instrumento de correção de comportamentos, um código do que era permitido e do que era proibido, destinado a conter energias transbordantes, ao invés de transformá-las.

A este quadro de consciência correspondia, no exterior, o papel da paróquia. Era o ponto de encontro dos fiéis, exceto no Natal, na Páscoa e na Ascensão porque então tinham que ir à sé episcopal, e esta freguesia rural era muitas vezes chamada de *plebe em latim*. O termo deu origem a *pieve* na Itália e a vários nomes de lugares bretões que começam com *pie* ou *plou*, como Plougastel, Plélan, etc. Este sistema de organização da Igreja não ia além da linha Viterbo-Chieti, na península italiana, uma vez que as dioceses do sul eram tão pequenas que podiam constituir uma única paróquia. Mas na Lombardia, na Engiadina, no Friuli e nas regiões europeias onde a influência da organização romana nas cidades era menor, a estrutura paroquial começou a ser aplicada nos *vici*, as grandes cidades agrícolas, atingindo posteriormente as grandes propriedades rurais. Muitas vezes, a igreja primitiva era tripla: havia uma primeira parte dedicada aos catecúmenos, uma segunda era o batistério onde os adultos eram batizados na noite de Páscoa e a terceira era aberta a todos os cristãos. No norte da Flandres, Willibrord cavou, na ausência de batistério, poços para o batismo dos convertidos. Mas, no início do século VIII, a prática deste sacramento por imersão poderia ser considerada extinta em todos os reinos bárbaros, prova da passagem oficial dos adultos para a Igreja. Assim, a construção de freguesias rurais conduziu à formação de um verdadeiro tecido social que reunia a população em assembleias religiosas e até sociais. Porque, de facto, o vigário exercia também funções judiciais e financeiras delegadas pelo conde. A célula base da civilização europeia acabava de surgir.

Esta cela ganhou um aspecto particular no norte da Europa com a multiplicação das capelas privadas. Com efeito, os missionários obtinham muitas vezes o apoio de um nobre ou de um rei, e acabavam por aceitar o seu pedido para fundar, fora das *vinhas*, em terras do tesouro ou de um grande domínio, igrejas destinadas a satisfazer as necessidades espirituais do povo. Dado que o proprietário de cada local mandou construir a igreja às suas custas e nas suas terras, considerou-a sua propriedade e reservou-se o direito de legá-la, vendê-la ou trocá-la. Acabou inclusive por afastar o pároco do controle do bispo. Assim surgiram as chamadas *igrejas menores na Inglaterra* e a *Eigenkirche na Alemanha*. Este fenómeno também ocorreu na Hispânia, na Gália e na Itália. Este sistema favoreceu uma implementação profunda do cristianismo, apesar dos inconvenientes que apresentava e que só apareceram mais tarde. Ao mesmo tempo, atesta a existência do grande movimento de ruralização característico da nova civilização.

De momento, o fenómeno das suas próprias igrejas não incomodava os bispos, uma vez que continuavam a gozar de grande autoridade. Com efeito, não esqueçamos que, durante as invasões, os bispos foram os únicos que permaneceram nos seus cargos, exceto evidentemente os da Inglaterra, do norte da Gália e os de outras dioceses que foram expulsos pelos arianos. Embora os altos funcionários tenham desaparecido, estes bispos simbolizaram a continuidade e encarnaram-na através da sua capacidade de negociar com os recém-chegados e da sua força financeira com a qual resgataram os seus fiéis escravizados pelos vencedores. Aos olhos dos pagãos que mais tarde se converteram, eles pareciam ser os donos do mundo sagrado e os guardiões da eternidade. Além de poderosos espiritualmente, também eram poderosos temporalmente: em 507, tiveram a força para abrir o acesso à Aquitânia aos francos. A maioria era de origem senatorial; O episcopado era cada vez mais uma posição reservada às grandes famílias, e os primeiros alemães que foram bispos muitas vezes vinham de dinastias reais ou de seus parentes. No século ^{vi}, houve muitos casos de ex-funcionários, membros daquelas famílias poderosas, que se separaram voluntariamente das suas esposas aos 40 anos para chefiar um bispado. Não tendo podido ser ordenados sacerdotes antes dos 30 anos, muitos bispos tiveram a oportunidade de exercer funções políticas. Como, por outro lado, as suas doações às igrejas catedrais e a sua herança passavam por vezes para o património eclesiástico, que crescia de dia para dia, dado que não existiam divisões sucessórias, o poder temporal dos bispos era cada vez maior. Desenvolveu-se então uma defesa educada dos bens eclesiásticos, baseada no princípio de que aquelas terras eram herança dos pobres. Na verdade, vimos que os bispos do final do Império se tornaram os patronos dos pobres. Este papel continuou a acentuar-se durante os séculos ^{vi} e ^{vii}, em resultado da generalização das mensalidades, da xenodoquia e de outros estabelecimentos de caridade, como o cuidado de crianças abandonadas ou órfãs. Estas instituições assumiram especial importância quando houve uma onda de miséria ou uma epidemia. O mecenato episcopal viu a sua importância aumentar graças ao tribunal episcopal e ao direito de asilo no perímetro cada vez mais bem definido em torno do *átrio* que antecedeu a catedral. Era indispensável para os camponeses que quisessem colocar-se sob o patrocínio do padroeiro da diocese, e muitos libertos o fizeram graças ao bispo, através da “corda do altar”, que era a forma romana, ou através de “ a ação de lançar um denário», que era a forma franca. Finalmente, o bispo prevaleceu como construtor, como Nizier e Magnérico que restauraram Tréveris entre 525 e 587. Em suma, o bispo tornou-se um personagem poderoso em todos os reinos bárbaros, a tal ponto que alguns reis tentaram aproveitar o direito de nomeação não contente em aprovar a eleição dos bispos metropolitanos e co-provinciais. Especialmente na Hispânia e na Gália, onde os concílios se reuniam regularmente, vemos como os monarcas tentaram dominar completamente o episcopado.

Por causa disso, o status e o lugar dos monges mudaram. Embora no século ^v fossem marginais, tornaram-se agora um modelo muito mais atraente porque estavam menos envolvidos com o mundo. Proliferaram no século ^{vi} e adotaram as antigas regras de Basílio ou Pacômio, ou praticaram o eremitismo do tipo de Santo António. No Mediterrâneo floresceram locais de ascetismo e de cultura de todos os tipos, tanto urbanos como rurais, segundo os modelos dos mosteiros de Marmoutiers e das ilhas Lerins. Os monges, homens

de oração e de ciência, tornaram-se então conselheiros e profetas, protetores espirituais dos poderosos e protetores materiais dos pobres. O rei da Borgonha, Sigismundo, fundou São Maurício de Agaune para recitar o *laus perennis*, o louvor perpétuo que três grupos de monges cantavam alternadamente durante o dia para a glória de Deus. Naquela época, os monges tinham poucos bens, e o complexo monástico, além da igreja, era composto por celas dispersas, oficinas onde se trabalhavam esteiras, cestos, peles para confecção de pergaminhos e, sobretudo, a oficina onde se copiavam manuscritos. Os pomares e campos vizinhos forneciam alimentos para a comunidade e para os hóspedes que passavam. O próprio eremita às vezes abria uma clareira numa floresta ou num terreno abandonado, de modo que atraía imediatamente acólitos e teve mesmo que abandonar a sua primeira instalação para a deixar aos leigos que o seguiram. Depois instalava-se um pouco mais longe, sempre a uma certa distância dos locais habitados, mas sem nunca perder completamente o contacto com outros homens. Mas quer fossem cenobitas, eremitas ou mesmo reclusos, o monge ou a freira permaneciam leigos. Na verdade, o sacerdócio era muito raro naquela época. A atividade fundamental do monge era essencialmente a oração e a ascese; comunidades monásticas se reuniam todos os dias para rezar. Hoje conhecemos bem os ofícios monásticos: o serviço noturno (matinas), o serviço da madrugada (ludes), o serviço ao nascer do sol (prima), o serviço diurno (terça, sexta e nenhuma), o serviço da tarde (vésperas ou clarabóia). , hora em que as lâmpadas foram acesas) e finalmente completar (antes de dormir). Aqueles homens e mulheres que viviam isolados já não eram vistos como traidores, mas sim como especialistas em bem-aventurança e salvação entre a desordem e as catástrofes. As suas convicções e a sua serenidade deram-lhes um verdadeiro carisma de lucidez. É por isso que atraíram tantos mais discípulos, uma vez que os bispos não tinham influência sobre eles e que a proibição de entrar na ordem monástica sem a aprovação do funcionário responsável havia desaparecido com o desaparecimento das autoridades romanas oficiais.

As vocações cenobíticas e eremíticas multiplicaram-se, especialmente com a chegada dos irlandeses, pois com eles aumentaram a liberdade e o prestígio da dedicação religiosa. A regra de São Columbano, difundida a partir de Luxeuil, insistia em votos de castidade, pobreza e castigos impressionantes em que o chicote não era menos utilizado. Mas, de facto, este rigor foi compensado por um apelo constante à missão, à realização de peregrinações para Deus fora do próprio país e com grande liberdade de comportamento para com todas as autoridades políticas ou espirituais. O monge celta (pregador itinerante, profeta inspirado e sábio surpreendente) e seus seguidores às vezes acabavam martirizados, mas mais frequentemente canonizados pelas massas caso tivessem fundado uma igreja ou mosteiro. Por isso, muitos os imitaram, mesmo nos seus excessos. Assim, o monge girovago, cujo superior e país de origem eram desconhecidos, mas que era identificado pela sua tonsura particular (um semicírculo de cabelo de orelha a orelha), viajava ao acaso difundindo uma religião em que os milagres de cura ou punição para redimir os pecados ocuparam o primeiro lugar. No fundo, o monaquismo irlandês foi o ponto de encontro ideal entre as mentalidades romana e germânica; A prova é que rapidamente apareceu uma regra mista que amalgamou as de Columbano e Bento XVI. O primeiro testemunho neste sentido foi a regra de Waldeberto, terceiro abade de Luxeuil, dada às freiras de Faremoutiers por volta de 630.

Isto leva-nos a considerar a obra de São Bento de Núrsia (c. 480-553/556), que desempenhou um papel considerável na transformação do monaquismo. Na época, a norma que escreveu durante os últimos 25 anos de sua vida passou despercebida devido às desordens que existiam na Itália. Aquele homem, puro produto da civilização romana, queria pôr ordem em todas as regras existentes. Eremita, depois cenobita, fundou finalmente o mosteiro de Montecassino. Bento XVI, provavelmente de origem senatorial, julgou o cristianismo de sua época irremediavelmente pagão. Portanto, com a ajuda de seu governo, ele quis criar outra milícia; Não seria civil ou militar como os romanos, nem a de Cristo, como pretendia um clero superfuncional, mas uma “milícia do coração”. A comunidade monástica, tirando a sua força de uma relação cada vez mais profunda com Deus, baseava-se num lema simples: *ora et labora*, rezar e trabalhar, sendo este último ato considerado o resultado do primeiro. Esta regra, que exigia rigor e flexibilidade, exigia obediência ao padre abade e recomendava incessantemente que os fracos fossem levados em conta. Não poderia se espalhar até que os distúrbios causados pela entrada dos lombardos na Itália comessem a diminuir. Depois, os *Diálogos* que Gregório Magno escreveu por volta dos anos 593-594 propagaram a vida e os milagres de São Bento. Mas, paradoxalmente, países com uma profunda tradição romana, como a Itália, a Hispânia, a Provença ou a Aquitânia, eram muito recalcitrantes; Tivemos que esperar o alívio das comunidades mistas columbano-beneditinas como a de Solignac, fundada por Santo Eloy em 632. Convencidos da excelência da regra beneditina, os seguidores da regra de São Columbano (sejam eles aquitanos, Francos, Anglo-Saxões ou Celtas) acabaram por difundir-lo até ao século VIII, altura em que foi o único aplicado.

A expansão monástica assumiu então novas características. Depois que algumas famílias nobres ajudaram Columbano a doar e fundar mosteiros, alguns aristocratas se refugiaram neles ou se tornaram seus abades. E em tempos de agitação política e de total convulsão da situação, outros esconderam-se nos mosteiros à espera de tempos melhores. A partir de então, o santo padroeiro poderia ser um nobre fundador, um rico proprietário de terras ou um monge piedoso. Neste sentido, é o caso da Basílica dos Santos Apóstolos, fundada em Metz antes de 630 por Arnulfo, ancestral dos Carolíngios, e posteriormente transformada em santuário em torno do seu túmulo nos anos 715 ou 717, a igreja tomou o nome de Santo Arnulf. Assim, assim como o episcopado, o monaquismo tornou-se aliado dos príncipes. Mesmo na Gália Merovíngia, foi o principal suporte de fidelidade a outra família face ao legitimismo merovíngio dos bispos. Além de Bonifácio, todos os grandes monges anglo-saxões eram aliados e protetores da linhagem Pipinida.

Qualquer que tenha sido a mudança no equilíbrio de poder entre bispos e monges, o crescimento monástico foi considerável. Esses estabelecimentos, que doravante eram todos rurais, serviam de base para as missões, fossem elas anglo-saxônicas, como Lindisfarne, Yarrow e Wearmouth, austrasianas, como Wissemburg (fundada por volta de 660) e Nivelles, ou germânicas, como Fulda e Reichenau. Na Hispânia, Fructuoso de Braga fundou uma série de mosteiros na Galiza. Finalmente, este movimento chegou à Itália: no início do século VIII, os mosteiros de Novalesa, Nonantola e Farfa surgiram no coração da área de domínio lombardo. Após a sua destruição no século VI, a abadia de Montecassino foi reconstruída em 720. No final, o circuito da aventura monástica foi encerrado após aquela

espantosa viagem europeia desde as costas do Mediterrâneo até às dos mares nórdicos numa curiosa viagem de volta.

Assim, continuidades, abandonos e fusões resultaram do choque das civilizações romana e germânica. Vimos como as sociedades romanas sobreviveram, se fortaleceram e até evoluíram de forma original. Aos poucos conseguiram escapar do Estado e formaram o mapa de uma velha Europa que incluía a Península Ibérica, a Península Itálica e a Gália ao sul da linha Nantes-Besançon. À sua frente, encontramos uma Europa jovem, a das ilhas e do norte do continente, com um clima muito mais severo: as planícies do Pó, do Sena, do Mosa e do Reno. Nestas regiões, o Céltico, e contribuição germânica Foi notável e duradouro, e muitas vezes se opôs aos conceitos romanos. Mas eliminado o obstáculo religioso, não há dúvida de que sob o impulso do movimento missionário, especialmente o dos celtas e dos anglo-saxões, os bárbaros entraram na Igreja, depositando boa parte das tradições romanas. Como terceiro poder entre os vencedores e os vencidos, criou um novo tecido social através da rede de paróquias. Como transformador de mentalidades, tornou-se centro de atenção para rivalidades políticas. Enquanto os bispos caíam nas mãos dos reis, os monges, por sua vez, tornaram-se ostentadores do sagrado, ao mesmo tempo que deixavam a sua posição marginal e ingressavam na nova sociedade romano-germânica. Mas a essência das inovações cristãs não estava contida apenas na regra de São Bento. Tivemos que esperar pela crise do final do século ^{vii} para que, da alternativa entre os líderes germânicos e os representantes cristãos, e depois dessa fase de aproximação, surgissem soluções novas e imprevistas.

Capítulo 3

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO ORIENTE

século v)

395. Teodósio I acaba de falecer, em 17 de janeiro. Dois imperadores o sucederam, seus filhos Honório, no Ocidente, e Arcádio, no Oriente. Esta não é a primeira distribuição de poder supremo realizada num império desproporcional em relação à mídia antiga. Nunca mais um único soberano estenderá a sua autoridade do Eufrates ao Reno e do Danúbio ao Magreb. Começa então a história do Império Romano do Oriente, da *Romanía*, como será chamada, de Bizâncio, como a chamamos, preservando o nome da cidade provincial, em declínio desde as lutas do final do século II, na qual Constantino Instalou, a partir de 324, sua cidade, Constantinopla, a Nova Roma. Como toda a história, a do Império do Oriente traz no seu nascimento os vestígios de um passado próximo e de uma existência secular. E mais do que qualquer outra história, se possível, por dois motivos. A primeira é que se baseia explicitamente na eternidade de Roma, do Império, da ordem imperial e (doravante) cristã do mundo, de modo que o freio oposto por qualquer sistema institucional, político ou cultural às mudanças trazidas pelo tempo. Aqui é ainda fortalecido pela convicção de que nada muda ou deveria mudar. A segunda razão é que se trata de uma história lenta, em que os elementos que permanecem são muitos, em que os movimentos, que levam séculos para se consumarem, são marcados por catástrofes, e que mostram, por outro lado, pouquíssimas oscilações no o meio termo. Assim, neste caso, a apresentação indispensável adquire valor fundamental para tudo o que se segue. Muitas das mudanças reais ocorrem no século anterior ao ano 395, enxertadas numa permanência antiga. E, talvez, o leitor tenha também a impressão de estar estagnado no limiar da história de Bizâncio entendida como a de um cristianismo medieval.

A data convencional de 395 não poderia dar início a uma história, mas sim a um quadro, fruto de antecedentes mais ou menos remotos, progressivamente especificados até cerca de 460. A partir desta data o ritmo dos acontecimentos e o movimento das forças internas tornam-se mais ágeis, a História avança. mais rápido, até ao limite brutalmente

imposto nas primeiras décadas do século VII como consequência da perda do domínio do sul: a Síria. Palestina. Egito e Cirenaica.

Num certo sentido, toda a história é a leitura de um mapa, pois nada é mais duradouro ou ao mesmo tempo mais determinante do que os itinerários que a estruturam. Cidades independentes nascidas na época da colonização grega na costa da Ásia Menor, antigas monarquias orientais, reinos divididos pelos generais de Alexandre na sua deslumbrante conquista, redução destes reinos a províncias pelos romanos, são tantos níveis históricos sobrepostos uns aos outros. o território onde começa a história de Bizâncio. Mas as grandes articulações deste território são mais valiosas do que o pano de fundo da história bizantina, pois são os factores que permanecem.

O ESPAÇO DE BIZÂNCIO

O espaço de Bizâncio nas suas origens pode ser definido como o dos países em que a língua dominante era o grego. Desdobra-se seguindo a curva oriental do Mediterrâneo, desde Trípoli e Ptolemais, na costa africana, até aquele ponto incerto na costa do Adriático, a oeste de Durazzo, de onde começou a linha divisória linguística e, desde 395, administrativa da Ilíria, como chamada de vasta região do Danúbio do Império Romano. O Mediterrâneo de Bizâncio banha Chipre, Rodes, Creta, os arquipélagos do Egeu. É atravessado por rotas marítimas, de Alexandria a Beirute, a Antioquia, ao Estreito, e também ao longo da costa. A costa sul do Mar Negro é a outra linha costeira marítima, fechada pelos estreitos, por um lado, e ligada ao sopé do Cáucaso, por outro. O poder bizantino estende-se a oeste até à foz do Danúbio, enquanto a margem norte oferece antigas cabeças de ponte, que Bizâncio será capaz de recuperar. Os limites terrestres são mais difíceis de traçar. São marcados em princípio pelos *limes*, a série de fortificações que a arqueologia revela na Tripolitânia, na Palestina, na Síria e ao longo do Danúbio. Estão também marcados por postos aduaneiros que as tarifas gravadas em pedra ou posteriormente, os selos dos funcionários permitem indicar no mapa. No entanto, as fronteiras de Bizâncio não devem ser concebidas como o contorno de uma cerca, mas como uma faixa historicamente sensível. Cada uma das principais regiões do Império abre-se na sua própria fronteira, e forma com o outro lado um grupo estruturado pelas rotas do comércio e da guerra. Ou melhor, o Império do Oriente apresenta-se como uma rede orgânica e viva, constituída por articulações internas, por confins e pelas rotas distantes do grande comércio.

O corpo do Império

No extremo sudoeste, os *limões* da Cirenaica protegem o Império contra a ascensão dos nómadas que caracterizou a época, tanto a oeste como a leste da África branca. O Egito, celeiro do Império do Oriente, é também uma passagem essencial do Mediterrâneo, sobranceiro ao grande porto de Alexandria. Domina o acesso ao Mar Vermelho, rota para o Golfo Pérsico, ladeado pelos reinos de Axum (Etiópia) e Himyar (Iémen). Por outro lado, abre o caminho, rio acima, para a África sudanesa e o seu ouro. No outro extremo, há outra terra de trigo e ouro, a Trácia, entre o Danúbio, a única verdadeira via navegável do

Império do Oriente, e o mar, para o qual se abrem Constantinopla ou Salónica. A partir do século ^{iv}, e posteriormente, invasores cruzaram a Trácia em ambos os sentidos, e especialmente ao longo do percurso que atravessa, de Filópolis (Plovdiv) a Andrianópolis, o vale de Maricá, enquanto o percurso que percorre a margem direita do rio continua a ser, a noroeste, a grande via de comunicação terrestre com o Império Ocidental.

As províncias do Oriente situam-se entre estes dois postos avançados, o africano e o balcânico, pois a Grécia peninsular ainda dorme, no momento em que começa a nossa história, o sono provincial em que a mergulhou a conquista romana, apenas animado pelo atividade intelectual de Atenas, onde jovens vêm de longe para estudar. Um Oriente formado por países muito diferentes em relevo, clima e civilização. A Palestina faz fronteira com o Egito devido à transição quase imperceptível entre a costa e o deserto: de Pelusium a Gaza, e às pequenas aldeias do *limes* da Palestina, muito ativas nos séculos ^v e ^{vi}, o calendário e as medidas são os mesmos. As caravanas atravessam o deserto oriental do Egito e entram nele em direção ao sul, até a extremidade do Sinai. Uma rota costeira liga as antigas cidades portuárias da Palestina e da Síria, de Ashkelon a Antioquia, passando por Tiro, Beirute e Laodicéia. Outra, paralela, de Homs e Damasco até Aila (Eilath), começa na orla do deserto sírio a partir das cidades alcançadas, a oeste, pelos movimentos agressivos ou comerciais dos nómadas. Os itinerários destes últimos são flutuantes. Palmyra e Petra decaíram, Bosra, Gerasa, Resafa conheceram seus melhores dias antes do século ^{vii}.

Um terceiro eixo norte-sul está localizado entre os dois anteriores. Jerusalém começou a atrair movimentos humanos a partir do século ^{iv}. Mas, no norte da Síria, a rota entre Homs e Antioquia passa por Apamea; Depois, a partir de Antioquia, delineia-se outra transição, neste caso dupla. Em direção à costa, Antioquia está localizada no ponto onde termina o maciço arborizado de Touro, covil dos ladrões isaurianos, a eclusa da Ásia Menor. O percurso, de facto, sai da costa de Laodicéia, para chegar a Antioquia, situada não muito longe da foz do Orontes, e só o repete depois de Tarso. Antioquia não é apenas o ponto de encontro das rotas locais do norte da Síria, um conjunto de bacias e colinas, uma região produtora de azeite, mas também o terminal ocidental da rota para Edessa e Nisibe, e para a Mesopotâmia. Por esta razão, não nos surpreendemos encontrá-la constantemente no decorrer da história.

A Ásia Menor é uma segunda e complexa parte do Oriente Romano Bizantino. Até Constantinopla é uma costa recortada, pontilhada de cidades ativas, algumas na época bizantina, como Atalia (Andalia), outras desde a Antiguidade, como Éfeso ou Esmirna. A costa do Mar Negro, com Sinope e Trebizonda como contrapartida, não desempenhará um papel verdadeiramente importante até os últimos séculos do império, e numa outra conjuntura. O que chama a atenção quando se contempla a história de Bizâncio é a importância do interior, apesar das difíceis condições naturais. As montanhas arborizadas da Panfília e da Pisídia, no meio das quais afundam algumas planícies, e todo o planalto da Capadócia, podem ser definidos como um território capital a nível estratégico e comercial. A rota da capital, ou mais precisamente, de Nicomédia e Nicéia, até o sopé armênio do Cáucaso e do vale de Araxes, é uma espinha dorsal na história da região. Sebaste é o seu ponto de passagem com a rota marítima, através de Cesaréia da Capadócia, e com a da Mesopotâmia, através de Melitene (Malátia) e Edessa (Urfa). São então alcançadas as fronteiras do Império Romano do Oriente, constantemente em perigo, disputadas com o Império Persa até à sua queda no século ^{viii}. Por um lado, os países do Cáucaso, a Arménia e

a Península Ibérica, portas de entrada para a estepe ou acesso ao Cáspio, o Azerbaijão, e uma das grandes portas de entrada para o Extremo Oriente. Do outro, a antiga e rica planície que se estende entre o Eufrates e o Tigre, onde se estabelecem Calínico, Edessa, Amida e Nisibe, objeto de cobiça secular e rivais de Roma e da Pérsia. Mas, neste ponto, os eixos dos percursos não definem o domínio da nossa história. Outra seção deve ser acrescentada: os povos, as línguas, as civilizações.

A língua grega acompanhou a conquista de Alexandre no Oriente, ultrapassando então as suas antigas localidades, a Grécia e as suas fronteiras com a Trácia e a Macedónia, as ilhas e as grandes cidades da costa da Ásia Menor. Antioquia e Alexandria são os fundamentos mais ilustres desta expansão. Portanto, pode-se dizer que, em princípio, a influência do grego e do helenismo diminui do litoral para o interior, bem como da cidade para o campo. O latim se sobreporia à conquista romana, como atestam numerosas inscrições. Mas estava condenado a declinar durante um certo período de tempo, devido à divisão do Império em dois, naturalmente mais rapidamente no Oriente do que na Ilíria. No século ^{vi}, o grego tornou-se a língua do Império e da Ortodoxia. Mas ainda carrega o fardo do romanismo, uma vez que o latim é preservado como língua jurídica e administrativa. Além disso, desde o início da história de Bizâncio, o Oriente caracterizou-se pelo vigor das línguas já escritas.

Copta é a forma que então assumiu a antiga língua do Egito, com seu alfabeto derivado do grego ⁱ. O hebraico da Palestina judaica subsiste como língua de cultura, penetrada por termos gregos e aberta a um vernáculo próximo, o aramaico, que assegura particularmente a comunicação entre as comunidades judaicas da Palestina e as do Irão, que são muito importantes. Mais a norte, uma vasta região sírio-mesopotâmica escreveu, pelo menos desde o final do século ⁱⁱⁱ, o siríaco, um dialecto do aramaico, praticado tanto em ambientes cristãos como judaicos, em ambos os lados da fronteira política. Ao mesmo tempo, o árabe conheceu apenas alguns alfabetos de reinos sedentários que surgiram nos atuais territórios da Jordânia e do Iêmen. Finalmente, no extremo noroeste, o antigo reino da Arménia, sempre cobiçado por Roma e pela Pérsia, recebeu a religião cristã da Capadócia no final do século ⁱⁱⁱ e encontrou um alfabeto para a sua língua por volta do ano 400. Em suma, o siríaco e o copta constituem sobretudo, no seio do Império do Oriente, unidades vigorosas, não só linguísticas mas também culturais, que não coincidem com fronteiras políticas e que espalham influências helénicas no Médio Oriente; Contudo, estas unidades são ao mesmo tempo dissidências ou, pelo menos, insularidades, antes de mais nada na forma, a partir de então dominante, da confissão religiosa. O Cristianismo Siríaco, mais uma vez a mais importante destas comunidades, dará um exemplo secular desde o Concílio de Calcedônia (451). Além disso, existe uma relação indiscutível entre a precocidade da escrita vulgar e vernáculo e a do triunfo da cristianização. Isto será visto claramente na missão Arménia, e será visto novamente mais tarde no caso da missão Eslava. Mas o enquadramento social e cultural das línguas obscurece a disposição demasiado linear dos territórios: o siríaco é falado às portas de Antioquia e na própria cidade no século ^{iv}; João Crisóstomo, que usa o grego, observa num dia de grande festa a presença de camponeses que não o compreendem; o discurso de Libanios, porta-voz retórico da cidade, é exclusivamente helênico. Em Jerusalém oram nas línguas vernáculos do Oriente. Na Palestina, os médicos judeus discutem em hebraico, falam aramaico e entendem grego. Por outro lado, o grego e o hebraico estão misturados nas inscrições judaicas do país. Por outro lado, os da sinagoga de

Sardes, do século ^{iv}, são em grego, e muitas comunidades utilizam nos seus cultos a tradução grega das Escrituras, chamada de *Setenta*, que Justiniano quererá impor a todos.

Mas, como acabámos de recordar, este mundo, na diversidade das suas línguas, é também um mundo de escrita. E as formas de escrita são tão variadas quanto as suas funções. Até ao início do século II, a cidade praticou assiduamente o antigo costume de inscrições, em pedra ou em mosaico, de decisões legislativas, aclamações, lápides, consagrações de igrejas, limites de domínios ou aldeias, e até listas de contribuintes: uma palavra múltiplos, geralmente, mas não apenas, em grego, e não apenas nas cidades, mas também no campo remoto. Em benefício de quem? A pergunta ainda não pode ser respondida. De qualquer forma, a quantidade de textos que poderiam ser lidos sugere uma certa alfabetização; A partir do século ^{viii} observa-se que o número de inscrições é bastante limitado e o seu conteúdo consideravelmente diferente, do que se pode inferir uma mudança cultural neste sentido nos territórios que ainda eram bizantinos. Mais tarde, o papiro, feito com as fibras das longas folhas do junco do mesmo nome, foi utilizado nos trabalhos de repartições administrativas e notariais, na correspondência e na contabilidade privada ou monástica. É produzido no Egito, onde a planta cresce e onde já constituía um monopólio real na época helenística. O Egito legou milhares de documentos da época bizantina, preservados graças ao seu clima seco. Algumas peças também vêm de Constantinopla e de um importante achado feito em uma vila no sul da Palestina, Nesana. Mostram a escrita cursiva utilizada nos negócios e contratos, os procedimentos de medição, a forma de fazer contas e suas operações, que variam de uma região para outra, de acordo com as tradições. Infelizmente, este material frágil quase não sobreviveu no Império do Oriente. Por outro lado, neste primeiro período, o papiro foi substituído, para a reprodução dos livros, pelo pergaminho, a pele de carneiro especialmente preparada "à maneira de Pérgamo" (*pergamenum*). Nos séculos ^{iv} e ^v, o livro apenas adquiriu a forma como o conhecemos hoje, a de *códice*, conjunto de folhas encadernadas. Mas a sua escrita ainda não conduz a uma reprodução fácil e rápida, razão pela qual preservamos relativamente poucos manuscritos da época. Esta forma de escrita só pode atingir uma circulação limitada, dentro de uma elite de poder e conhecimento, o que certamente não representa qualquer dificuldade para tal trabalho historiográfico, ou tal tratado dogmático, nem para textos bíblicos destinados à leitura pública na igreja. Mas que relação se pode estabelecer entre o escrito e o oral no caso de obras tão apreciadas como autênticas, relativas a santos ilustres? A pergunta ainda não tem resposta.

Além disso, o discurso proferido não é um discurso comum, como se sabe, pois permanece fiel tanto às regras da retórica como à linguagem seleta dos clássicos, que os jovens estudam na escola. Desta forma, como apenas preservamos o testemunho escrito, o discurso oral preserva, no limiar do nosso período, a antiga importância da sua função urbana. As cidades tradicionalmente tinham o seu retórico, porta-voz e ao mesmo tempo professor de eloquência. Este personagem está muito definido no século ^{iv}, e Libânios de Antioquia, que morreu por volta de 393, é um exemplo perfeito dele. Mas ficou em segundo plano, embora sem ainda desaparecer, no século ^v, quando surgiram Procópio de Gaza, sob o reinado de Anastácio, e Corício de Gaza, sob o de Justiniano. A partir do século ^{iv}, a função do discurso público passou em parte para os bispos das cidades, vindos do mesmo ambiente, com a mesma formação clássica. E com esta forma murcha no século ^v.

Em 395, o Império do Oriente vê-se confrontado com países cujo desenvolvimento político é muito desigual e cuja história está a ser feita. Os traços gerais desta situação inicial, que vigorou até às mudanças geopolíticas do século ^{viii}, estendem-se mais diretamente até cerca de 460.

Primeiro, há a questão dos impérios. Pois o Império Romano do Oriente não está apenas em relação ao Império Ocidental, e reciprocamente, mas também ao imenso Império Persa, que se estende da Mesopotâmia à Índia e do Cáspio ao Golfo Pérsico, e é o único Estado bárbaro com o qual Bizâncio concorda reconhecer como semelhante, seja como adversário ou como interlocutor. Ali encontramos novamente, com efeito, um soberano altíssimo, uma Igreja Estatal, a subsistência da antiga religião zoroastriana, uma administração e uma cultura escrita, cidadãos e grandes proprietários e uma moeda que circula fora das suas fronteiras. As cidades da Mesopotâmia são ocupadas e recuperadas alternadamente pelas duas potências, mas também o reino da Arménia, cujos limites e liberdades oscilam à mercê dos conflitos, e que já sustenta a sua personalidade política numa Igreja nacional. Outros reinos também se situam entre Bizâncio e a foz do Mar Vermelho no Oceano Índico: o reino etíope em terras africanas, convertido ao cristianismo no século ^{iv} por uma missão de Alexandria, com o Iémen à frente, no canto sul da Arábia Península, estado urbano e comercial cuja missão partiu da Etiópia no século ^{iv}. E finalmente, na frente da estepe síria, os árabes nómadas, organizados em confederações de tribos, agruparam-se em torno de um chefe, alguns a favor dos persas liderados pelos Lajmi, outros a favor de Bizâncio liderado pelos Ghassani.

Os primeiros movimentos, que prolongam os do século ^{iv} e mesmo os do ⁱⁱⁱ. Eles ocorrem nos Bálcãs. As relações territoriais com o Império Ocidental incluem os países do Danúbio e, mais especialmente, o problema germânico. Os godos haviam atravessado a fatídica barreira do Danúbio, no ano de 376, vindos da Ucrânia, onde foram assediados pelos hunos. Famintos, atraídos pela prosperidade e segurança das províncias imperiais, afluíram para a Trácia, onde compatriotas, outrora vendidos como escravos, e traidores os tinham ajudado, principalmente revelando-lhes os esconderijos do trigo. Em 378 chegaram a Andrinópolis, conseguindo uma vitória no local onde, inédito, o imperador Valente, responsável pelo Oriente, encontrou a morte. Ao longo do final do século, soldados, bandidos ou agressores invadiram a região, e até Constantinopla, juntamente com outros alemães. Mas no ano 400, os godos do chefe Gainas, presentes na capital, são exterminados e, no ano seguinte, o governo consegue desviar o chefe Alarico para a Itália, libertando assim a Ilíria bizantina. Contudo, isto permanecerá em perigo ao longo do século ^v, até ao momento em que o exército e os meios de comunicação próximos do imperador recebam os guerreiros germânicos.

A migração dos hunos tem um significado diferente. As suas origens controversas situam-se, em todo o caso, naquela reserva da Ásia Central de onde, ao longo dos séculos, com viagens e fortunas variadas, surgiram outros povos de cavaleiros que surgiram mais longe, ávaros, búlgaros, magiares, turcos, mongóis. O que a arqueologia deduz da sua cultura material mostra contribuições siberianas, iranianas e helenísticas. Em 370 estavam nas margens do Volga, que deixaram para trás em 375. A sua expansão para a Ucrânia e para o baixo Danúbio ocorreu em detrimento dos godos que ali se encontravam. Avançam

em diversas direções: em direção ao oeste, chegando à Panônia (atual Hungria) em 405; para o sul, com uma trajetória pelo Cáucaso que diz respeito ao mesmo tempo a Bizâncio, à Pérsia e, entre eles, à Armênia; e, finalmente, para o Extremo Oriente, onde se encontram os heftalitas, nas fronteiras da Pérsia e da Índia, reino atestado pelas suas moedas. Como todos os bárbaros em movimento nesta época, os guerreiros hunos serviram como mercenários para Bizâncio, Pérsia e até mesmo para a Armênia, ou, mais frequentemente, saqueados. As suas incursões nas províncias bizantinas da Ásia Menor, a partir dos últimos anos do século ^{IV} e durante a primeira metade do ^{século V}, proporcionaram-lhes prisioneiros que libertaram em troca de tributos que Bizâncio concordou em pagar-lhes a partir de 430. Consequentemente, sua civilização progride. O seu domínio estabilizou-se a partir de 420, especialmente no médio Danúbio, e assumiu a forma característica de um Estado fundado na cobrança de tributos, sistema que atingiu o seu apogeu com Átila entre 435 e 453, ano da sua morte. Em 449 recebeu uma embaixada da costa bizantina, um de cujos membros, Prisco, deixou uma descrição da residência de madeira, da etiqueta da comida real e da sua própria viagem pelo país submetido aos hunos, no qual o interesse muitas vezes atinge a admiração. No domínio persa, outro ramo dos hunos lutará a serviço da Armênia em 452. Perto do final do século, a escuridão volta a cair sobre eles, escondendo dos calmos “romanos” o lento avanço de tempestades mais violentas.

UMA FACHADA VELHA E SÓLIDA

Este território, tão diverso nas suas paisagens e nas suas gentes, é um espaço económico, social e político cuja organização se articula segundo três formas muito antigas: a *polis*, a cidade e o território ao mesmo tempo, a primeira dominando – e atraindo – a segundo; a aldeia (*komé*), habitat e terroir agrupados ao mesmo tempo mas em menor escala, sobretudo diferentes, e, no seu conjunto, camponesa; e, por fim, o deserto, o “espaço vazio” (*nós somos*). A história social de Bizâncio parece ser constituída, portanto, pelas relações entre estas formas, até às mudanças que ocorrem no século ^{VIII}, mas, fundamentalmente, até ao já mencionado limiar de 460. A nossa forma de abordar o assunto ainda para ser decidido. Teremos que partir, como sem dúvida faríamos espontaneamente, do conjunto de questões económicas, meios e agentes de produção, produtos, trocas, estilo de variações conjunturais, todos suficientemente familiares para que as respostas, quaisquer que sejam, pareçam as introdução mais direta à compreensão de uma sociedade tão remota e da sua evolução? Ou, pelo contrário, deveríamos considerar primeiro o sistema político e cultural, isto é, os poderes, a ideologia, os meios de comunicação, os costumes da vida material? É evidente que cada um desses casos se refere ao outro. No entanto, parece aconselhável começar pelo segundo, porque a rede do poder imperial e a sua administração, a cidade convertida em cidade provincial, a aldeia rural, o deserto logo povoado por monges, são ordenados neste caso como sempre presentes níveis de o passado, para constituir uma estrutura social cuja história é seguida no decorrer deste primeiro período de Bizâncio: uma história que só podemos ler e compreender através do quadro secular das suas continuidades.

À escala de todo o território, e ao nível histórico mais recente, o poder do imperador encontra-se na sua capital. É o chefe do exército e do aparelho administrativo, bem como a fonte da legislação, através dos juristas. Estas competências, facilmente inteligíveis para nós, são na verdade uma aplicação prática da definição fundamental do imperador, elaborada por Augusto sobre teorias gregas e modelos orientais, já intuída na realidade por Sila e César, enriquecida pelas ideias estoicas e completada por decisivamente em século ^{IV} pela cristianização. O imperador encarna em todos os momentos a salvação presente e futura do Império e, portanto, da ordem universal, uma vez que o Império é legitimamente considerado o império do mundo. É portadora, conseqüentemente, da vitória militar. Ele preside os concílios da Igreja e pune como crimes as violações da ortodoxia ou das normas que ela define: a ordem imperial é, com efeito, desde Constantino, uma ordem cristã. É a fonte da lei, elaborada pelo seu círculo de advogados. Neste sentido, o grande acontecimento do século ^V é a promulgação, no ano de 438, do *Código Teodósio*, uma compilação atualizada das constituições imperiais do século III, e, sobretudo, do ^{IV}; uma compilação exclusivamente latina, que será substituída no Império Oriental pelas subseqüentes codificações justinianas. Numa palavra, o imperador é o símbolo vivo do sistema que ordena o mundo. Marfins, medalhões, moedas e estátuas difundiram a sua imagem, concebida a partir de um repertório antigo, em parte inspirado no vizinho persa e finalmente enriquecido pela cristianização.

O serviço tanto à sua pessoa como à sua vida conjugal e familiar é assegurado por eunucos que exercem uma influência política direta nas rivalidades e intrigas que o rodeiam. A sucessão justifica-se ao mesmo tempo pela filiação e pela vitória, dois princípios inevitavelmente contraditórios, fios norteadores da história bizantina. Soma-se a isso a aprovação do Exército e de órgãos centrais, como o Senado. Certamente isto não aconteceu durante a primeira metade do século ^V, ocupada, após a morte de Arcádio no ano de 408, pelo reinado do seu filho Teodósio II, até ao ano de 450, uma vez que as ligações entre as famílias imperiais do Oriente e do Ocidente ainda são evidentes. Por outro lado, devemos também estar atentos ao papel desempenhado pelas mulheres imperiais: a primeira, Eudócia, esposa de Arcádio, e a segunda, esposa de Teodósio II, têm um poder proporcional à sua maternidade. Pelo contrário, a irmã mais velha de Teodósio II, Pulquéria, faz voto de virgindade no palácio e recebe a sua primeira missão com o advento do irmão mais novo, depois entra em conflito com a cunhada e, por fim, transmite o Império ao general com quem se casa no crepúsculo da vida, Marciano (450-457). Leão I, o sucessor deste último, é o primeiro imperador coroado pelo Patriarca de Constantinopla. A cerimónia, evidentemente, nasceu da ausência, neste caso, de qualquer transmissão familiar ou conjugal. Mas está muito de acordo com a teoria imperial e, portanto, torna-se um elemento obrigatório da entronização.

Não há dúvida de que a partir dela o nascimento de Constantinopla também teve um carácter simbólico. A história mostrou até que ponto a escolha da localização foi acertada, tendo em conta a rede de rotas norte-sul e leste-oeste por terra e mar e, fundamentalmente, as necessidades estratégicas. Observou-se também que a partilha do Império correspondeu à sobreposição de civilizações cujas camadas residuais a conquista romana não conseguiu apagar. Além disso, o poder imperial, habituado a estadias em Milão,

Trier, Arles ou Antioquia, dependendo das necessidades da guerra, poderia ter desejado abandonar a velha Roma, sede de Pedro, é verdade, mas também de uma aristocracia senatorial demasiado marcada pelo patrimônio histórico da cidade. Tudo isso é verdade. Mas é importante sublinhar desde o início que a Nova Roma nasceu de uma transferência da antiga. A reprodução meticulosa do local, com as sete colinas, a divisão em regiões e os edifícios principais, transfere para as margens do Bósforo a eternidade de Roma, tão essencial como a vitória perpétua do imperador. Numa sociedade como esta, a capital não é simplesmente a primeira cidade, mas, acima de tudo, o coração do poder imperial na sua duração imutável. Contudo, a Nova Roma, oriental e cristã, será diferente. O senado, recrutado entre os notáveis dos municípios provinciais, nunca igualará a estatura aristocrática e cultural do senado romano do mesmo período, nem a sua vontade de poder. O imperador e o seu povo permanecem aqui frente a frente, sem intermediários políticos. O imperador mora em seu palácio, um local cerimonial cuja importância continuará a crescer. Ele comparece diante do povo em seu camarote no hipódromo para presidir as corridas de cavalos realizadas sob os auspícios das quatro cores, branco, vermelho, azul e verde, sendo as duas últimas as únicas normalmente atestadas. O hipódromo é a imagem do mundo e da sua ordem, e as suas vitórias são os sinais do destino. O imperador ouve os gritos ali, até despacha certos assuntos e às vezes exerce justiça expedita. Por sua vez, as igrejas, especialmente a dos Santos Apóstolos, onde está sepultado Constantino, compõem o programa da capital cristã com as suas dedicatórias. Quanto ao povo, herda o antigo privilégio do pão barato ou gratuito, ligado à posse de bens na cidade. Constantinopla também possui casas de grande opulência, cujo luxo inspira os sermões de pregadores como João Crisóstomo, bem como as histórias dos provinciais. A cidade foi rapidamente povoada e Teodósio II construiu uma segunda muralha depois da de Constantino. Mas no espaço intermediário, a população continua a crescer. Por fim, a Nova Roma possui o mesmo dispositivo administrativo e fiscal da antiga, chefiada pelo prefeito da cidade.



Plano de Constantinopla.

A mídia

O exercício do poder imperial nas províncias é definido sobretudo pela exigência de tributação. Foi provavelmente no ano de 297 que entrou em vigor uma reforma fiscal que, aparentemente, retomou os antigos dispositivos das monarquias helenísticas, no quadro do aparelho administrativo emanado do Império. As receitas fiscais provêm sobretudo da terra, tributadas de acordo com o seu estado: vinha, olival, campos, pastagens e vegetação rasteira seguem uma ordem decrescente de valor, segundo um cálculo da superfície (*jugatio*). Os familiares, desde a adolescência até os 65 anos, pagam um imposto pessoal, a *capitatio* (*caput*, “cabeça”). O conjunto de cálculos assim efetuados representa a base tributável do contribuinte, sendo as declarações atualizadas de cinco em cinco anos. Este sistema durará séculos, apesar das aparências, pois a sua solidez corresponde à prioridade do campo na produção. O Estado exerce assim um direito eminente sobre todas as terras do Império, o que não representa nada de novo. Mas este direito assume a forma tanto de

uma exigência fiscal sobre os contribuintes, como de propriedade de "terras fiscais" ou, ainda, de propriedade especificamente imperial: graças a uma significativa ambiguidade, neste momento não é feita uma distinção clara entre eles. O imposto directo sobre o sector dos produtos e serviços artesanais não tem uma importância comparável. No ano de 498, Anastácio aboliu o imposto "sobre o ouro e a prata" (*crisagirão*), que incidia sobre a produção urbana de bens e serviços desde Constantino. Esta medida é bem recebida pelos porta-vozes da Igreja, que estão indignados com o facto de o Império deduzir, por exemplo, um pouco dos lucros da prostituição. Por outro lado, encargos fiscais específicos recaíram sobre esta ou aquela categoria de contribuintes.

Este Império, com uma administração tão solidamente elaborada e organizada, não possui verdadeiramente um orçamento global de receitas e despesas. As receitas fiscais nas suas diferentes formas nada mais são do que respostas às exigências públicas, ditadas em princípio pelas necessidades do momento e do lugar. Eles são reivindicados no campo, base do sistema, na forma de grãos ou outros itens e diversos suprimentos, como roupas para o exército. Devem cobrir os salários militares e os salários do palácio ou da função pública, envolvendo rações e provisões, e, finalmente, contribuir para o abastecimento de trigo de Constantinopla e, aparentemente, de Alexandria. Mas é fundamental compreender que a apresentação de recrutas para o exército, tal como a criação de cavalos, é efectuada a título de imposto e não constitui uma obrigação diferente de direito público. Todas as demandas são distribuídas, portanto, em função da base tributária definida como mais elevada. Os pedidos em espécie podem ser comutados para um pagamento em moedas de ouro (*adaeratio*), mas ainda é a autoridade quem faz o cálculo e, sem dúvida, quem decide a opção. No final do século v, Anastácio decretou o pagamento obrigatório em moedas de ouro, o que pouco mudou a realidade: tanto antes como depois desta medida, a prática de requisições em espécie, a ausência de uma verdadeira liberdade de comutação ou de compras que a autoridade realiza em um preço arbitrário (*coemptio*), constituem outros tantos excessos da carga tributária oficial, facilmente ordenados em todos os níveis. É também uma prática normal, apesar de repetidas portarias, exceder o montante fixado para os honorários dos juízes. A função fiscal, em todas as suas formas, é portanto sempre máxima, enquanto os cargos são venais e com responsabilidade financeira perante o Estado: o sistema oferece perfeita coerência.

A ausência de orçamento, no sentido moderno da palavra, explica também outro aspecto da tributação da época: a instituição de tarefas obrigatórias sob a forma de impostos, através das quais o Estado assegura determinados serviços públicos de acordo com categorias apropriadas de contribuintes. . O sistema afeta o campo, onde os agricultores servem, como benefício de interesse público, para manter estradas, por exemplo. Mas diz respeito sobretudo às cidades e, fundamentalmente, às corporações, às escolas, o que será discutido mais tarde. A oferta de trigo de Roma, cuja organização é reproduzida em Constantinopla, constitui o exemplo clássico. Dos armadores aos padeiros, descarregadores e pescadores, toda a cadeia é gratuita e isenta de impostos. É o resultado de uma responsabilidade colectiva das pessoas e, sobretudo, da sorte das associações, que se encarregam de difíceis distribuições individuais. Por outro lado, outra característica deste sistema fracionário é que a cada encargo corresponde um privilégio, e a cada obrigação específica uma isenção da obrigação normal, uma imunidade. Tal é, por exemplo, a situação de 1.000 estabelecimentos pertencentes à Grande Igreja de Constantinopla, que

devem prestar os serviços funerários da capital. Pois bem, a imunidade é doravante uma das chaves das relações entre o Império e a Igreja.

O exercício prático do poder soberano é assegurado, por outro lado, por uma administração e por um exército. Ao inaugurar o poder pessoal, Augusto sobrepôs uma administração ainda patrimonial ou, por assim dizer, privada à rede de funções da república senatorial. O sistema administrativo e burocrático foi claramente estabelecido no final do século ⁱ, mas sofreu diversas modificações no século ⁱⁱⁱ, que logicamente continuaram no século ^{iv}. Sempre guardará os vestígios da sua história. No momento de que nos ocupamos, apresenta um ambiente imperial e gabinetes centrais, por um lado, e ramos provinciais, por outro, no âmbito dos diferentes círculos administrativos. Isto dá a medida da importância, não só da rede rodoviária, cujo traçado é um património antigo, mas do serviço postal (*cursus publicus*) que pontilha as rotas postais (*casas*), cujo uso, muito cobijado e muitas vezes usurpado, é reservado em princípio aos funcionários e bispos quando viajam em virtude da sua posição, bem como aos portadores de mensagens oficiais. A manutenção das rotas e o fornecimento de cavalos de correio constituem, portanto, uma carga fiscal de grande importância.

O imperador é coadjuvado por um conselho, que constitui ao mesmo tempo a corte imperial, e que inclui, principalmente, o seu porta-voz (questor do palácio sagrado), os dois ministros das finanças, um responsável pelo tesouro e outro pelo o património imperial, e o mestre de ofícios, também chamado de diretor dos escritórios centrais, estes por sua vez especializados, mas formando no seu conjunto a chancelaria imperial, ou seja, a transmissão nos dois sentidos entre o poder supremo e seu império. São utilizadas um certo número de técnicas e conhecimentos que os jovens destinados a estas carreiras devem aprender, fundamentalmente, na Faculdade de Direito de Beirute: direito, forma administrativa, escrituras específicas, procedimentos contabilísticos. Mas o sistema tende constantemente à uniformidade e à eficiência total. Os cargos são remunerados, mas ao mesmo tempo venais, o que terá consequências importantes para a tributação. Não há distinção entre governo estatal e governo imperial. Estas duas observações são suficientes para mostrar que estamos perante um sistema histórico vivo, e também duradouro, pois reencontraremos o seu enredo ao longo de toda a história de Bizâncio.

No exército do Império do Oriente, no início do século ^v, encontramos duas categorias: as tropas de assalto, (*comitatus*) , comandadas diretamente pelo poder central, e as guarnições das províncias e, fundamentalmente, das fronteiras. Documentos em papiro do Egito e da Palestina, inscrições da Cirenaica e da Síria lançam luz sobre a vida dos membros sedentários dessas guarnições, muitas vezes a serviço de pai para filho, que possuíam e até cultivavam terras. Assim, o Oriente do século ^v assistiu a um certo desenvolvimento dos *limitei* , ou soldados fronteiriços, cujas terras estão isentas de obrigações fiscais comuns, uma vez que o serviço militar é uma dessas obrigações em particular. Por outro lado, o recrutamento do exército móvel realiza-se tanto entre os camponeses, recrutados em virtude da tributação territorial, como entre os bárbaros, contratados como mercenários que são pagos com os rendimentos dessa mesma tributação. A proporção de bárbaros no exército imperial é considerável há muito tempo, desde os soldados comuns até os comandantes supremos próximos ao imperador. Os bárbaros lutaram com técnicas próprias e, além disso, o próprio armamento imperial recebeu a marca dos seus

adversários. O desenvolvimento da cavalaria blindada, particularmente, já perceptível no século ^{iv}, terá, pela sua eficácia e custo, consequências importantes na história de Bizâncio.

Desde Constantino, o poder imperial de Bizâncio é também a moeda de ouro, o salário (*solidus*), cuja estabilidade secular, mantida até ao século ^{xi}, revela uma função essencialmente política. O salário e seus múltiplos, a libra (72 salários) e o *centenário* (100 libras), transportados em bolsas de couro lacradas, eram usados para homenagear os bárbaros e para compras no exterior, como seda – que serve como moeda internacional –, ou grandes despesas como construção, doações imperiais e uma parte cada vez maior da remuneração civil e militar, que inclui também, em princípio, uma parte das rações e suprimentos alimentares. Esta importância imperial do ouro explica a dureza das lutas pelo controlo das minas. O ouro arménio é objecto das guerras entre Bizâncio e a Pérsia nos séculos ^v e ^{vi}, embora o uso monetário interno desta última tenha sido bastante baseado na prata. E será ainda mais cobiçado porque o ouro dos Balcãs, a partir do século ^{iv}, tornou-se menos acessível a Bizâncio por diversas razões. O ouro sudanês também entrou no circuito bizantino no século ^{vi}, se seguirmos o testemunho do comerciante Cosmas Indicopleustes ("aquele que navega em direção à Índia"). Mas, acima de tudo, o ouro é o principal objecto da procura fiscal, a forma privilegiada de poupança privada. Os salários e terços dos salários figuram com destaque nos pagamentos, homenagens, ofertas e em todas as despesas que vão além dos trocos diários. Esta última é cunhada em bronze, em cobre misturado com um pouco de prata, e parece tão viva e sensível à situação quanto a moeda de ouro permanece imóvel. A multiplicação de pedaços cada vez menores, por vezes cortados em dois nas primeiras décadas do século ^v, indica o surgimento de pequenas transações. Pobre e sem outro valor além do fiduciário, a moeda de bronze representa a única elasticidade do sistema. Há também tensão entre o poder, que tenta periodicamente criar uma moeda relativamente forte para aliviar o circuito do ouro, e a massa de usuários privados de dinheiro. Entre estes dois pólos, ouro e bronze, a moeda de prata quase não desempenhou qualquer papel no século ^v.

O peso esmagador do sagrado

Constantino fez do poder imperial um poder cristão. A constituição de um domínio próprio da Igreja, o reconhecimento de uma nova categoria social, a do clero, a delegação à Igreja de uma tarefa pública, específica e também nova, a beneficência, a sua autoridade garantida pelo poder imperial no terreno da disciplina de uma sociedade cristã, e sobretudo na definição dos dogmas da fé, tal é o equilíbrio alcançado pela Igreja no século ^{iv}. A submissão aos dogmas torna-se, portanto, um dever cívico e a sua rejeição uma ofensa ao Estado.

Que cristianismo?

No início do século ^v, o facto cristão manifestou-se a vários níveis. Em primeiro lugar, a difusão da fé cristã. O velho politeísmo, portador dos valores históricos da eternidade de Roma, foi banido. Em 392, foi banido e os bens de seus templos foram oficialmente confiscados. O Império do Oriente tornou-se intensamente cristianizado, nos campos e nas

cidades, a partir do século ^{iv}, e mesmo do século ⁱⁱⁱ. No entanto, existem vestígios do paganismo. A cidade de Gaza, por exemplo, possuía um templo famoso, o Marneion, e o bispo de Gaza, Porfírio, falecido em 420, sofreu no início de seu episcopado com ataques de moradores locais que se revoltaram contra o tributo devido à sua igreja. A *História de Filoteu* escrita por Teodoreto, bispo de Ciro, no norte da Síria (393-466?) ainda se refere à evangelização de uma aldeia da região. Os árabes das fronteiras sírias só receberam um bispo em 430. Por outro lado, o facto de a elite da corte e do serviço público desde então professar o cristianismo não impede que muitos homens instruídos aderissem à filosofia neoplatónica. Justiniano ainda reprimiria, em diversas áreas da sociedade, a fidelidade aos antigos cultos e, em 580, uma acusação de “helenismo” atingiria até o patriarca da capital. E na prática, a questão não se coloca com a falsa clareza dos documentos oficiais, mas nos termos de uma continuidade tão obscura quanto profunda. O antigo calendário, com as suas festas de Carnaval e a sua animação, resistirá, tanto na capital como no meio rural, a séculos de cristianismo. Os feitiços mágicos contra a angústia dos bizantinos preservaram a nomenclatura dos deuses antigos. O fervor de todos será progressivamente dedicado aos santos, cuja autenticidade duvidosa nada tinha a ver com o lugar que ocupam na piedade de Bizâncio e dos escravos convertidos. Assim é com São Jorge e São Demétrio. Os seus atributos, a sua iconografia e, por vezes, os seus locais de culto, repetem os dos poderes anteriormente homenageados, mas não podem ser reduzidos, de forma alguma, a estes antecedentes: a questão é menos simples do que se acreditava no início do século. Século ^{xx}. No entanto, há um movimento em curso que exclui gradualmente os dissidentes da coletividade do império ou, se preferir, que define cada vez mais os contornos da Romanidade através da *ortodoxia de credos*. Isto é verdade em relação ao politeísmo, apesar da resistência, mas também em relação aos judeus, separados das funções públicas e cujas relações com os cristãos se deterioram na prática, e, finalmente, em relação às heterodoxias cristãs, algumas das quais serão, aliás, excluídas do Império pela avanço do Islã.

O sistema cristão do mundo e da condição humana, tal como visto em Bizâncio no início do século ^v, é o produto de uma história anterior que, por sua vez, deve continuar. Este sistema, que discutiremos mais tarde, é conhecido pelos sermões dos grandes bispos das cidades do final do século ^{iv} e, sobretudo, pela massa de histórias piedosas e vidas de santos, escritas em sua maior parte em o médio monástico, para edificação dos fiéis e dos próprios monges ou para ilustração de mosteiros e santuários de peregrinação. As suas características amplas advêm de uma profunda transformação cultural, ocorrida no decorrer do século ⁱⁱ e mesmo do século ⁱⁱⁱ, contemporânea, portanto, do primeiro surgimento do cristianismo, mas não constitui, portanto, uma consequência óbvia dele. Em primeiro lugar, deparamo-nos com uma exigência urgente de salvação pessoal. Desde o século ⁱⁱ, a outra vida cristã foi descrita por uma obra apócrifa, o *Apocalipse de Pedro*. No final do século ^{iv}, os monges sírios puseram em circulação um *Apocalipse de Paulo mais elaborado*, que inaugurou o modelo bizantino, apesar da suspeita imediata da hierarquia eclesiástica. Contudo, o tema do outro mundo não é, portanto, capital na sensibilidade religiosa de Bizâncio. O que aparece em primeiro plano é a presença multiforme de demônios, outra herança da mesma época. Às vezes invisíveis e apenas sentidos ou ouvidos, às vezes manifestados em formas apropriadas, cachorro preto, rato ou gigantesco “etíope”, às vezes até vistos sem poder ser descritos, causam acidentes, doenças, pecado e aquele estado

mórbido chamado possessão demoníaca, através do qual se expressam os conflitos e infortúnios dos homens desta época. Mas a sua intervenção não é necessária para que se perceba a precariedade da existência humana: as colheitas são ameaçadas pelas intempéries e pelos gafanhotos, as populações pelas epidemias, o futuro é sombrio e as suas ameaças são muitas vezes o castigo por falhas colectivas, que devem ser esclarecidas.

É neste ponto que intervém o carácter do mediador, do homem santo, que pode curar os enfermos, socorrer os aleijados, multiplicar os alimentos insuficientes, proteger os campos, revelar o futuro, através de milagres com características semelhantes às dos Evangelho. Este poder, masculino com exceções insignificantes, é o resultado de um retiro na solidão, durante o qual o santo experimenta uma ascese que o coloca fora da condição humana comum, devido à privação de comida e de sono, à exposição ao frio, à mão. O confronto corpo a corpo com os demônios e, sobretudo, a mais estrita abstinência sexual. Este último ponto é também um elemento da transformação acima mencionada, talvez o mais importante: a salvação e a santidade, e a nível comum o mérito moral, dependerão doravante da privação sexual voluntária e contínua. Estaria fora dos nossos propósitos tentar considerar aqui as origens desta evolução, que são menos simples do que parecem; mas as suas consequências culturais e sociais serão de primordial importância. Em todo o caso, os séculos ^{va} ^{vii} constituem o período mais bonito da história destes santos, pois a sociedade em estado de mudança e, portanto, móvel e inquieta, confere-lhes uma função que, embora não institucional, não é esta. é menos capital. O asceta exerce livremente a sua mediação em toda a sociedade, desde a sua aldeia ou desde o retiro onde é procurado. Todas as categorias sociais desfilam ao pé das colunas sobre as quais sobem os ascetas estilistas, como Simeão, o Velho, não muito longe de Antioquia, ou Daniel, num subúrbio da capital. A ação benéfica dos santos é exercida após a sua morte no seu túmulo, além de ser uma das justificativas do monaquismo e da sua ascese através do retiro para o deserto. Estes movimentos são, sem dúvida, muito complexos na realidade e dizem respeito à história social das formas de organização do espaço discutidas acima.

As exigências religiosas da época também homenageiam os mártires, nos seus túmulos reais ou supostos, de quem se esperam os mesmos benefícios, e cujas festas são ocasiões de sociabilidade que abrangem um raio mais ou menos amplo. Mais tarde, a devoção colectiva teria outros destinatários, sobretudo Maria, no final do século ^{vi}. Tudo isto aponta, no limiar da história bizantina, para os elementos essenciais e duradouros da consciência colectiva, de cima a baixo da escala social. Quando o imperador Anastácio consulta o estilista Daniel, quando Procópio, o grande historiador do século ^{vi}, compõe um panfleto confidencial contra o seu mestre Justiniano onde atribui uma natureza e poderes demoníacos, é óbvio que as crenças que acabamos de descrever não não conhecemos de forma alguma as barreiras sociais ou, se preferirmos, culturais, que a nossa razão moderna suporia.

Na busca da crença, as modificações seculares normalmente associadas à cristianização afetam a disciplina sexual, conjugal e familiar, já delineada no século ⁱⁱ. O discurso de São Paulo, que coloca a virgindade em primeiro lugar na sua escala de valores, seguida da castidade e do casamento, expressa uma corrente que se encontra novamente na cultura imperial do seu tempo, e não na do judaísmo rabínico, dominante desde o século XIX. mesmo ^{segundo século}. A escolha da virgindade, a rejeição dos segundos casamentos, a ruptura das relações conjugais consentidas pelos próprios cônjuges, a prática do casamento espiritual, onde estas relações são consideradas ausentes desde o início, bem como as

opções ascéticas de que parecem ter usufruído de favor no século ^{iv} e mesmo no ^{século v}, e que não implicam o abandono de um quadro social ou, fundamentalmente, da família. No entanto, a Igreja observa-o com preocupação, pois prefere a escolha claramente definida entre o casamento ou a reforma, que irá impor gradualmente ao longo dos séculos. Assim, condena violentamente os casamentos espirituais e tende a constituir as virgens como um grupo mantido em última instância pela caridade, como é o caso das viúvas, canonicamente definidas como tais quando, ao atingirem a idade de sessenta anos, se considera que o seu estatuto é definitivo. Por outro lado, a multiplicação de solitários e comunidades de monges é também uma expressão de abstinência sexual. Mas esta abstinência levanta tantos problemas que voltaremos a ela mais tarde. A Igreja faz parte do seu tempo, um tempo favorável à opção do celibato mas que, por outro lado, fortalece os laços de família. Sem dúvida, a diferença a este respeito, entre a relativa liberdade romana e os costumes do Oriente imperial, é antiga. A formulação cristã afirma-se, em todo o caso, em dois pontos: a constituição do vínculo matrimonial e os impedimentos do casamento. A necessidade da bênção nupcial não se tornaria de jure em Bizâncio até o final do século ^{viii}, e a liberdade de divórcio sob a lei romana desapareceria lenta mas nunca. A crescente validade do pedido de casamento, testemunho de uma influência oriental, e talvez mais especificamente judaica, juntamente com a sua precocidade, especialmente no que diz respeito às mulheres jovens, demonstram amplamente a importância social das alianças. A elaboração de impedimentos por consanguinidade, aliança ou batismo estão na mesma ordem de coisas. A sociedade do Império do Oriente parece ter tido, no início da nossa história, uma tendência a sobrepor os laços de aliança aos de parentesco, ou seja, o casamento de primos de primeiro grau. A vigilância da Igreja supera gradualmente os impedimentos declarados sobre o assunto no Antigo Testamento, e o legislador responde. A extensão das proibições continuará até o final do século ^x, que marca o limite do sistema: afinal, tanto a infração quanto a regra têm o mesmo significado de fortalecer o parentesco como célula social. É muito menos evidente, por outro lado, que a moral conjugal tenha sido diretamente modificada no início do século ^{iv}. A mudança neste sentido é revelada em todo o Império a partir do século ⁱⁱ; Além disso, a condição feminina em terras gregas ou helenizadas não é, e nunca foi, a da mulher romana, embora os sermões de João Crisóstomo possam sugerir isso.

E que Igreja?

A cristianização significa que a Igreja define um grupo extremamente complexo na sociedade e, por outro lado, que se estabelecem relações de direito público entre a instituição eclesiástica e o poder imperial. No início do século ^v, a Igreja de Bizâncio já apresenta as grandes linhas da sua organização definitiva. Ele endossa a divisão administrativa do Império: nas cidades, os bispos, nas capitais das províncias, um metropolitano. No ano de 381, o Concílio de Constantinopla traçou o primeiro esboço do sistema de patriarcados, que acabou por reconhecer dignidade eminente às cinco sedes de Roma, Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém, devido ao seu lugar na história cristã e, à capital, a sua dignidade imperial. Cada um deles tem uma região do Império sob sua jurisdição. O sistema será confirmado pelo Concílio de Calcedônia, que, em 451, coloca

Roma e Constantinopla em pé de igualdade, e totalmente elaborado no século ^{vi}. O patriarcado da capital é denominado “ecumênico” (“universal”) e, posteriormente, desempenhará um papel político e diplomático primordial. Os bispos têm sede nas cidades. Os seus subordinados, os *jorepiscopoi* ou bispos “do campo”, são os responsáveis por esta e, em particular, pelas aldeias mais importantes. Depois, os padres ficam encarregados das igrejas nas cidades e vilas... Eles aparecem em inscrições e em outros lugares como cidadãos ilustres. O sistema episcopal estendeu-se até aos nômades: em 430 foi criado um bispado dos “sarracenos” na orla do deserto. O clero, como categoria de direito, inclui também diáconos, subdiáconos e leitores. Virgens e viúvas, a que nos referimos acima, também podem ser incorporadas neste meio. Os túmulos provinciais mostram mães viúvas de filhos adultos como diaconisas.

Tudo isto constitui a Igreja dos clérigos, urbana ou de aldeia. Do que ele vive? O problema da propriedade das igrejas, da propriedade pessoal do clero e das relações entre os dois não deixou de surgir desde que Constantino reconheceu a personalidade moral dos estabelecimentos eclesiásticos. Muitos teóricos da Igreja queriam que os sacerdotes não tivessem atividades lucrativas e vivessem de e para a sua tarefa, como aconteceu no passado no caso do sacerdócio do Templo Judaico: as *Constituições Apostólicas*, um escrito utópico do século ^v, ainda desenvolver esta ideia. Na verdade, as leis do século ^{iv}, bem como as lápides funerárias das províncias bizantinas, mostram que os sacerdotes, e mais ainda os diáconos, exerciam frequentemente um ofício. No que diz respeito às igrejas, a partir do século ^{iv} dispõem de bens e rendimentos, como, sem dúvida, o património dos templos da Ásia Menor, mas, sobretudo, constantemente, doações de bens imóveis, dinheiro e rendimentos feitos pelos fiéis, do imperador ao camponês, e que as igrejas exijam, pelo menos implicitamente, através da mediação religiosa, a salvação esperada e a graça recebida. A *Vida de Olímpia*, devida a Juan Crisóstomo, celebra a fabulosa fortuna, em dinheiro e bens, que esta mulher, que escolheu o celibato e o estatuto de diaconisa, legou à igreja da capital. Tinha, por exemplo, centenas de lojas de artesanato; A Igreja da Ressurreição de Jerusalém possuía propriedades para alugar na cidade. No século ^{vi}, o Patriarca de Alexandria montou navios mercantes. As igrejas de aldeia encontram-se, em menor escala, nas mesmas condições, mas podem ser privadas, se a aldeia em questão estiver localizada num domínio, o que é frequentemente o caso no Egito.

Desde a época de Constantino, o princípio orientador do património eclesiástico está claramente expresso: destina-se à caridade, que visa um grupo social recentemente definido – os pobres, os vagabundos, os idosos, os doentes – que discutiremos mais tarde. O regime deste património sofre as consequências: em primeiro lugar, os bens da Igreja são inalienáveis, as derrogações oficiais são motivadas por circunstâncias particulares. Assim, a Igreja de Mísia está autorizada a vender imóveis porque necessita de fundos para resgatar prisioneiros, o que é uma forma de caridade. Na prática, as igrejas muitas vezes arrendam as suas terras a longo prazo. As igrejas e o clero caem então no sistema fiscal descrito acima. Constituem uma categoria de contribuintes com encargos específicos e imunidades compensatórias para estes últimos. Muita caridade, então. Imunidades relativamente às quais o legislador hesita há muito tempo, quer pela importância do património da Igreja, quer pelo património privado preservado pelos clérigos. A questão logo traz à tona aquela outra Igreja, diferente na sua origem e evolução, que é a dos monges e que o Concílio de Calcedônia do ano 451 reconheceu pela primeira vez. As disposições fiscais e patrimoniais

ou mecanismos de doação que acabamos de indicar foram então aplicadas aos mosteiros, bem como às instituições de caridade, que cuidam deles, que se multiplicaram nessa época. No início do século ^v, os monges já constituíam uma força cultural e social muito importante, uma combinação original dos êxodos camponeses e dos impulsos espirituais das pessoas educadas, mas ainda não eram uma instituição. Deixamo-los, portanto, no lugar onde os encontraremos novamente mais tarde, no curso da evolução da sociedade.

Deslizamentos prováveis, desvios seguros

A Igreja é publicamente competente no que diz respeito à sua disciplina interna, a dos cristãos, e ao dogma. Toma as suas decisões em conselhos, alguns regionais, outros ecuménicos. O imperador os preside por direito. O seu carácter público é evidente na utilização dos cargos pelos bispos que aí se reúnem. Por outro lado, os médicos mais influentes, em primeiro lugar Basílio de Cesaréia, falecido no ano 379, lançaram as bases do direito canónico bizantino em resposta a questões levantadas ou com base em casos específicos. A Igreja tem um sistema próprio de penas, exclusivamente espirituais, entre as quais a mais grave é a exclusão do culpado por um tempo proporcional à sua culpa. Mas é apoiado pelo braço secular ou melhor, é um poder único, por um lado espiritual e por outro político, que define e pune os desvios, tanto de comportamento (fidelidade a antigos rituais mágicos, transgressões das normas matrimoniais, sexualidade desviante), como na profissão da fé cristã. Pelo menos esse é o princípio do poder em Bizâncio. A realidade, sem dúvida, nem sempre lhe corresponde.

Em primeiro lugar, não faltam motivos para conflito entre a autoridade pública e as exigências da Igreja. As hesitações do legislador relativamente à imunidade dos clérigos mostram-no claramente. O direito de asilo no recinto dos edifícios eclesiásticos é um exemplo perfeito: o seu princípio é reconhecido, os seus limites estão sujeitos ao controlo público. Por outro lado, o poder imperial esforça-se por restringi-lo de uma forma que não comprometa a ordem social, por exemplo no caso dos escravos; e a Igreja como um todo adere a esta posição. Da mesma forma, a entrada no clero ou no mosteiro poderia aparecer como uma forma de escapar a outras obrigações, como as das cúrias urbanas ou dos colégios profissionais. O legislador esforçou-se desde o século ^{iv} por travar estas evasões, sublinhando que os bens dos indivíduos permaneceriam, neste caso, na associação, devido, recorde-se, à sua responsabilidade colectiva.

Mais tarde, nem toda a Igreja, de forma alguma, subscreve o dogma cujo campeão secular é o poder. As heresias que o dividem são, para dizer a verdade, de dois tipos completamente diferentes. Alguns definem territórios inteiros dentro do Império que não compartilham mais o *credo* da capital. Outros, com nomes diferentes, são reduzidos a uma única e poderosa corrente de subversão da ordem social cristã em nome do cristianismo radical.

O grande debate teológico que atravessa o século ^v diz respeito à relação das pessoas na Trindade ou, por outras palavras, na Encarnação. Segundo o Arianismo, já no século ^{iv}, o Filho é uma criatura do Pai, que o precede; Como a Palavra, Ele, por sua vez, criou o Espírito Santo. O arianismo, palavra derivada do nome do sacerdote alexandrino Ário, havia sido condenado no Concílio de Nicéia, no ano 325, e novamente no Segundo Concílio

Ecumênico de Constantinopla, em 381. É difícil para nós hoje, não para o entrar na polêmica em si, mas compreender a amplitude dos movimentos que ela provocou. Só podemos propor duas observações sobre este ponto. A primeira é que Cristo é já naquele tempo objeto de adoração suficientemente fervorosa para que o povo cristão espere dos seus médicos a exaltação, ao mesmo tempo, do seu poder divino e da sua proximidade humana. A segunda observação é que os debates do século v têm uma dimensão regional já perceptível na controvérsia ariana: a sé de Antioquia e Alexandria, a capital, os monges sírios e os monges coptas, e por trás deles as populações, traço neste discute uma rede de particularismos cuja duração, que ultrapassa mesmo a conquista árabe, dá boas provas das suas raízes. O Ocidente germânico, por sua vez, havia recebido a evangelização na forma ariana, o que tem seu peso na disputa acima mencionada entre os godos federados e os habitantes de Constantinopla por volta do ano 400.

Conhecemos o debate a partir da polêmica, das atas dos concílios e das *Histórias eclesiásticas*, principalmente a de Teodoreto, bispo de Ciro, que chega até 428. Este debate não foi encerrado no século v, pois girava em torno dos termos « natureza » (*physis*) e “pessoa” (*hipóstase*). A escola de Antioquia professa que as duas naturezas, a divina e a humana, coexistem na pessoa de Cristo, embora permaneçam perfeitamente diferenciadas, de modo que só o homem, em si mesmo, nasceu de Maria e sofreu na cruz. Nestório, porta-voz desta doutrina, tornou-se patriarca de Constantinopla no ano 428, por isso confiou na autoridade imperial. A escola de Alexandria defende, pelo contrário, a união das duas naturezas na pessoa de Cristo. Nestório enfrenta a oposição do patriarca Cirilo, apoiado por Roma e pelos monges coptas, chefiados por Quenudi, abade do Mosteiro Branco de Átripa, na Tebaida. O terceiro concílio ecumênico, reunido em Éfeso no ano 431, foi favorável às ideias alexandrinas e condenou Nestório. Os anos que se seguem assistem ao triunfo, não só teológico, mas também político, de Alexandria, e ao prestígio crescente não só de Cirilo, falecido no ano 444, mas do patriarcado egípcio. A posição de Alexandria é ainda mais acentuada, até professar que a natureza de Cristo é uma, divina e humana ao mesmo tempo, embora mais divina que humana. Assim nasceu o Monofisismo, que foi condenado pelo quarto concílio ecumênico, reunido na Calcedônia no ano de 451, em favor de uma fórmula intermediária, defendida pelo Papa Leão I. O *credo* de Calcedônia continua sendo o da ortodoxia de Constantinopla e do Cristianismo Romano, unido contra a preocupante ascensão de Alexandria. Em contrapartida, as províncias da Síria, da Mesopotâmia e do Egito constituem a partir de então, e sem distinção de classes sociais, um bloco monofisista dissidente, do qual a Arménia independente não está longe. O *credo monofisista* delineia o rumo que a cristandade oriental seguirá ao longo dos séculos e, para começar, o das futuras conquistas do Islão em Bizâncio. O Nestorianismo, por sua vez, espalhar-se-á pelo Irão e pela Ásia Central, graças às missões que partem do enfoque sírio.

As heresias que podem ser consideradas subversivas são conhecidas a partir de condenações ortodoxas, controvérsias, cânones conciliares, fórmulas de reconciliação e alguns testemunhos diretos. Uma descoberta realizada no Alto Egito em 1945 trouxe à luz toda uma biblioteca heterodoxa, que incluía o *Evangelho apócrifo de Tomé, preservado em copta* (século III?); os *Atos de Tomé* (conhecidos no século IV), em siríaco; o *Livro dos Graus*, também em siríaco e anterior a 350, todos eles de inspiração idêntica. Finalmente, a Igreja Grega incluiu na sua hagiografia histórias que realmente ilustram estas ideias. É a continuação de uma atitude radical, que vem da gnose, uma ampla especulação fundada no

século ^{III} na filosofia politeísta, no judaísmo ou no cristianismo, e que professava a dualidade do poder divino e de um criador do mundo, em suma, o divórcio da alma e da Criação. A aplicação de tais princípios significou a negação de todas as normas que fundaram a ordem da época. Homens e mulheres vagam e dormem juntos, misturados entre si. As mulheres cortam os cabelos curtos e usam roupas masculinas. Os laços familiares são desfeitos, os escravos fogem, os monges escapam aos seus superiores e recuam, o casamento é condenado, os padres casados são rejeitados, o calendário e as festas da Igreja são substituídos por celebrações privadas. O *Livro dos Graus* apresenta uma hierarquia de Perfeitos e Justos, estes últimos engajados nas tarefas ordinárias da vida, apenas os primeiros admitidos à contemplação divina. Não é difícil intuir que tal corrente foi capaz de atravessar os séculos e, de facto, voltou a ser encontrada mais tarde. Mas Epifânio de Salamina observou já no século ^{IV}, no seu tratado sobre heresias, que o movimento só desenvolveu com demasiado zelo os preceitos do abandono da propriedade. Em outras palavras, essas atitudes não estavam, afinal, tão distantes do ascetismo ortodoxo.

UMA BASE CAMPONESA SÓLIDA

Tal era o poder central e estes eram os traços culturais gerais. Consideremos agora mais de perto esta sociedade assim ordenada. As províncias, numerosas e pouco extensas, são governadas pelo seu governador e agrupadas em dioceses, chefiadas pelos vigários dos prefeitos do pretório. Estes últimos têm sob sua jurisdição a pirâmide das autoridades provinciais. O Império Oriental tem um prefeito pretoriano para o Oriente e geralmente outro para a Ilíria. De resto, estas divisões estão sujeitas a revisões que não abordaremos aqui. Por outro lado, trata-se agora de atingir os níveis mais antigos de organização social do Oriente romano e bizantino: as cidades, cuja antiga vitalidade se manteve até às mudanças brutais do século ^{VII}; as aldeias, ou seja, o espaço camponês, mais ou menos estável nas suas formas imemoriais sob o império de Roma e, mais tarde, o de Bizâncio, e o espaço desabitado, revelador de mudanças históricas.

Produzir e comer

Estabilidade, mas não uniformidade, sem dúvida, em tal extensão territorial. No entanto, algumas definições comuns podem ser propostas. Em primeiro lugar, as necessidades que a produção agrícola tenta satisfazer. Os homens desta época, desde o camponês pobre ou escravo até ao imperador, comem pão de trigo; Quanto mais alto se está na escala económica, mais fresco se come, enquanto os pobres, os soldados, as pessoas solitárias do deserto, comem biscoitos ou papas de aveia; A cevada, que é sempre vendida a um preço um terço inferior ao do trigo, é o paliativo para os dias maus. Você bebe vinho, mais ou menos bom, mais ou menos diluído em água. A dose de açúcar é garantida pelo mel, nozes e tâmaras, consumidos em abundância no Egito e na Palestina. As frutas frescas do tempo aparecem, ao contrário, como um luxo. Todo mundo consome leguminosas, “ervas” ou “raízes”. Mas o leque social da nutrição abre-se quando passamos para proteínas e gorduras. Estes últimos são obtidos a partir do azeite, para cozinhar e temperar: azeite, de qualidade ímpar, e azeite de sementes diversas para os mais pobres. Pouco se consome de

queijo, ou daquele outro laticínio que tanto aprecia o povo da estepe. Comem peixe, fresco ou salgado, bem como caldo de peixe, alguns ovos e aves, e carnes por vezes reduzidas a salsichas: tenhamos em conta que o mundo bizantino, ao contrário da Itália e da Gália, não come porco, pelo menos na sua parte sul, Egipto, Síria e Palestina, algo, sem dúvida, menos frequente na Ásia Menor e nos Balcãs ao mesmo tempo. Seja como for, é evidente que se consome mais peixe perto da costa, embora os peixes de rio não sejam desconhecidos; o peixe e a carne são mais acessíveis aos cidadãos do que aos agricultores; e números de carne nas rações dos soldados. Aqueles que não têm acesso a estes produtos, os mais pobres nas cidades e no campo, são grandes consumidores de leguminosas, a “carne do pobre”, nas palavras de dois especialistas das Nações Unidas.

O que foi dito até agora constitui um esboço da produção camponesa, mas ainda são necessárias três observações. Em primeiro lugar, você está à mercê das mudanças naturais. Parece que o rendimento das sementes oscila na proporção de 4 ou 5 para 1, mas depende das estações, cujas alterações povoam a historiografia. As secas do outono ou da primavera colocam as colheitas em perigo e os gafanhotos as devastam. No ano de 401, um inverno excessivamente rigoroso assolou as regiões que já haviam sofrido com o assalto bárbaro, a fome, as doenças e a multiplicação de animais selvagens, sem dúvida devido às circunstâncias. O inverno volta a assolar, seguido de uma mortalidade de homens e animais, em 443, nos arredores de Constantinopla. A fome, sempre definida pela falta de cereais, trigo ou cevada, afecta mais os campos do que as cidades, cujas possibilidades de abastecimento são menos locais e que dispõem de mais recursos. Como se pode compreender, o abastecimento das grandes cidades, e da capital em primeiro lugar, ou as necessidades do exército, exigem um esforço excepcional. Finalmente, devido à lentidão e às dificuldades do transporte de longa distância, já levado ao limite para o abastecimento ao tesouro, os agricultores tendem a produzir de tudo em todo o lado, tanto para si próprios como para o mercado da cidade em cujo raio de acção vivem. Chegam até a consumir, levar ao mercado urbano e entregar ao erário, se necessário, outros produtos. No Egipto e no sul da Palestina, sandálias, esteiras, cestos e recipientes de medição são feitos de fibra de palmeira. Nas montanhas arborizadas da Ásia Menor vende-se madeira, que, pelo contrário, falta à planície da Anatólia, a tal ponto que, tanto naquela época como hoje, o esterco seco de vaca é ali utilizado para aquecimento. Os campos fornecem couro, quando há gado, lã e fibras têxteis, como o precioso linho do Egipto. O Egipto fornece papiro para todo o Mediterrâneo, inclusive o ocidental.

Assim, é possível perceber, ao mesmo tempo, a equipe produtiva rural, e os problemas colocados pela sua organização económica e social, ou pelas suas relações com as cidades. Ali também reina a diversidade geográfica, da qual emergem alguns traços comuns. A unidade de produção é a família camponesa, que conhecemos pelas declarações fiscais e pelas leis: homens que alguns mosaicos mostram trabalhando; mulheres, que aparecem nas listas do tesouro e que uma lei do ano 386 para o Ponto estima em metade de um homem para o cálculo da capitação, mas cujas actividades ignoramos. A família se completa com escravos, um ou dois, e às vezes com empregados. Os bois são usados para arar, para arrastar a pesada placa erizada de espinhos que faz a debulha na eira e para puxar as carroças. O burro também é útil para a elaboração, mas sobretudo como animal de carga. Cavalos, usados pelo exército e correio público, e mulas transportam pessoas. Quanto às ferramentas, as de metal são escassas. A terra é cultivada com arado romano. São utilizados

vários tipos de machados, podadores e cultivadores. Mas as instalações mais importantes são aquelas que proporcionam uma ideia mais completa do panorama social do campo. A eira onde se debulha o grão, o lagar de vinho ou de azeite, a mó movida pelo burro e o moinho de água, onde tiver sido possível instalá-lo, pertencem ao camponês “dono de casa”, à aldeia ou, até mesmo para o grande proprietário.

O habitat rural é em princípio agrupado, mas alguns textos mencionam povoações isoladas. Está rodeada de “pomares” de policultura, vinha, terras aráveis e matos; As parcelas de cada exploração encontram-se dispersas pelo terreno, não se distinguindo uma organização colectiva de cultivo; Excepcionalmente, uma história palestina menciona um rapaz que leva os animais dos aldeões para pastar juntos. De resto, as variantes são infinitas: tocas de invasores de montanha na província de Isauria, cidades sírias equipadas com banhos e igrejas, aldeias remotas e isoladas no inverno que limitam o exílio de João Crisóstomo. Embora o artesanato de aldeia ainda não apareça nos relatos dos arqueólogos, exceto na Trácia, os textos indicam atividades comerciais: uma aldeia no norte da Síria produz nozes famosas, outra oferece um mercado, um abrigo no topo de uma rota importante ou nas proximidades de um santo famoso e seu mosteiro. Por outro lado, os agricultores vão vender os seus produtos no mercado da cidade mais próxima, a fim de obterem as moedas de ouro e bronze necessárias para compras, impostos ou tributos. Eles também vendem sua própria força de trabalho em canteiros de obras, onde um homem com seu burro é mais bem pago do que um homem sozinho.

O vigor das comunidades aldeãs

A existência e a competência da comunidade rural em Bizâncio têm sido objecto de discussões apaixonadas, devido ao seu surgimento na Rússia no final do século ^{xix}, numa altura em que o surgimento dos estudos sobre Bizâncio coincidiu com um debate sobre os problemas agrários contemporâneos. Para esclarecer a questão, é importante distinguir habitat, sociedade e instituições.

A natureza agrupada do habitat é um facto certo, do qual devemos partir, e que será enriquecido, para além da diversidade regional, quando um maior número de sítios forem escavados. Em todo o caso, os resultados já obtidos, bem como os textos, atestam uma primeira solidariedade em relação aos próprios edifícios, às torres de vigia das aldeias da estepe síria, aos equipamentos a que acabamos de referir, ou mesmo, onde eles existem, o banheiro e a igreja. A existência de terras comunais parece certa, como a de terrenos baldios, florestas e fronteiras entre terras. No entanto, a sociedade aldeã não é composta apenas por camponeses, mas também por arrendatários de terras, padres, soldados e artesãos ocasionais. Por assim dizer, é uma sociedade desigual, em que o nível económico é medido, sem dúvida, pelo padrão da terra e pelos meios com que é trabalhada: há, por exemplo, trabalhadores sem terra no campo, enquanto os soldados ou o padre podem ser considerados notáveis de certa importância e como grandes proprietários e possuem residência. Esta desigualdade é claramente representada no governo da aldeia pelos “donos de casa”, “do menor ao maior”, com um líder e porta-voz que geralmente é o padre. A solidariedade da aldeia manifesta-se também, por exemplo, na decisão de construir que ficará registada numa inscrição, no encobrimento de uma jovem raptada, no cumprimento

de uma confissão herética, na prática do banditismo. Além disso, entre as famílias e a comunidade, ocupam um lugar as solidariedades intermédias dos “vizinhos”, cuja importância é sublinhada pelas disposições do século v que as reconhecem como um direito preferencial de compra sobre os terrenos colocados à venda. Além disso, a julgar pelas distribuições de heranças que nos chegaram, os vizinhos são muitas vezes parentes e constituem, em suma, um grupo complexo que a lei designa como “os mais próximos”, em todos os sentidos do termo. Mas acima da comunidade dominam aqueles que têm poder sobre a aldeia.

Neste caso, trata-se de instituições tão antigas quanto fundamentais numa sociedade e numa economia em que a terra é essencial, nomeadamente o papel fiscal da comunidade aldeã e a dependência camponesa. Recordemos, em primeiro lugar, que o estatuto da aldeia e o dos seus habitantes não coincidem necessariamente; que nem todos os aldeões podem possuir a mesma coisa; que cada agricultor possa ser ao mesmo tempo independente em relação a algumas parcelas que lhe são propriedade e dependente em relação a outras; que a aldeia pode, finalmente, ser totalmente independente, isto é, composta por proprietários camponeses, ou, pelo contrário, totalmente dependente de um ou mais senhores. Numa palavra, a independência camponesa significa que a terra e o homem não têm outras obrigações ou encargos além dos públicos, isto é, os fiscais: o camponês independente paga o seu imposto directamente ao tesouro. A dependência, pelo contrário, implica que a exploração camponesa seja acrescida de uma dedução efectuada a favor do proprietário do terreno, e conste do registo fiscal na secção do proprietário, através da qual o imposto é pago. Mas o camponês dependente ou “colono” é, no entanto, um réu e um contribuinte integral. Pode até intentar uma acção judicial contra o proprietário do terreno se considerar abusiva a dedução normalmente estabelecida pelo direito consuetudinário. Pois bem, o colono não está apegado ao seu dono, mas à terra, segundo fórmula contida em uma lei do ano 393. A única redução de sua liberdade pessoal é, portanto, a proibição que lhe é imposta de se locomover, o que seria contribuir para reduzir uma força de trabalho que, devido ao estado da arte, nunca é muito abundante. No entanto, o Oriente bizantino deste período, fiel à sua antiga tradição, não conhece outro benefício senão o serviço público. A força de trabalho camponesa apenas beneficia o proprietário da terra na parte correspondente do seu produto, em espécie ou em dinheiro, implicando este segundo caso o acesso directo do camponês ao mercado. A solidariedade da comunidade reencontra-se aqui, sobretudo quando é independente. O Tesouro considera-o, com efeito, solidariamente responsável, o que explica, por outro lado, os direitos de preferência de compra acima indicados. Além disso, a comunidade independente procura conjuntamente um empregador, um protector contra as exigências fiscais.

A história dos campos neste primeiro período de Bizâncio é compreendida, com efeito, não através da condição fixada ao campesinato, mas através das mudanças que afectam o grupo social dos proprietários da terra. Estes eram tradicionalmente os cidadãos, dos quais falaremos mais tarde, os grandes proprietários de terras, em cuja primeira linha estavam o imperador, as igrejas e os estabelecimentos piedosos. Esta distribuição muda completamente em detrimento da burguesia urbana devido à prática do clientelismo que leva os camponeses a procurarem uma protecção efectiva contra o erário, sejam eles dependentes ou não, pois, como vimos, o problema é semelhante em ambos os casos. Esta protecção, mecenato, também é exercida perante os tribunais. Constitui, enfatizemos, uma

chave para as práticas sociais da época. O poder protetor dos patronos tem diversas origens: o ascendente religioso, como é o caso do santo missionário cuja história Teodoreto nos conta, e a quem uma aldeia ainda pagã no norte da Síria promete uma conversão coletiva com esta condição; ou a força daqueles magnatas a quem a lei proíbe sem sucesso desde finais do século ^{iv} de terem as suas tropas e as suas prisões privadas, ou de protegerem os desertores, mas em cujo benefício aparece em 409, para o Egipto, o regime de *autopragia* ou autonomia percepção do imposto, que converte um domínio em unidade fiscal, indicada pelos seus limites. Também utilizam a sua solvência e as suas relações oficiais em processos que não beneficiam os assentados. É evidente que, pelos mesmos meios, a proteção poderia ser imposta e não solicitada. De qualquer forma, há a impressão de que está em curso uma redistribuição dos direitos efectivos sobre a produção da terra, o que, por outro lado, afecta também negativamente os legítimos proprietários. Numa palavra, a verdadeira definição da condição camponesa nesta sociedade, como em muitas outras do mesmo tipo, é a confusão na mesma dedução dos rendimentos senhoriais e dos rendimentos fiscais.

Os vazios

Ainda nos falta, e sempre faltaremos, uma cobertura arqueológica suficientemente completa para raciocinar eficazmente sobre a ocupação do espaço bizantino nesta época e as suas variações. Podem ser propostas hipóteses gerais, que apresentaremos no próximo capítulo. Também é possível fazer uma observação estrutural que agora é certa: esta ocupação é descontínua, evidentemente desigual segundo as regiões. Mas os textos atestam a existência de espaços vazios por toda parte: o “deserto” é a montanha arborizada, infestada de feras, onde um homem santo constitui a primeira presença humana, onde os bandidos roubam impunemente os viajantes, quando estes não descem, depois de o inverno, para saquear os campos vizinhos; É também a estepe árida onde os camelos nómadas são ao mesmo tempo caravaneiros e caçadores ou bandidos, nas fronteiras da Síria ou na grande rota que vai para a Península do Sinai ou mesmo para o deserto egípcio; São, finalmente, espaços incultos, abandonados aos demónios não muito longe das aldeias evacuadas na Trácia face a uma preocupante ameaça bárbara. O historiador gostaria de poder decifrar as variações populacionais nessas áreas. O homem da época atribuiu valores a este espaço cuja mudança de signo é um dos grandes factos culturais e sociais dessa época. Mudança vivida, antes de mais, no Egipto desde finais do século ⁱⁱⁱ, com a atormentada solidão de António, e o aquartelamento dos monges de Pacómio que iam em esquadras para trabalhar nos campos, controlando rigorosamente os seus dias e os seus costumes. No século ^{iv}, o deserto ocidental do Egito era povoado por ascetas cujo modo de vida, façanhas e sentenças eram difundidas através de histórias piedosas. Mas, como se vê, a sua solidão é, na verdade, teórica: partilham as suas cabanas de cascalho com um “discípulo” ou ficam perto de outro solitário e vendem artesanato, cordas, cestos nas aldeias. Outras constituem organizações que prefiguram a *lavra* (laura), uma típica forma semicomunitária de monaquismo ortodoxo cujos membros vivem sozinhos, mas se reúnem aos sábados e domingos para tomarem as suas rações e celebrarem a liturgia em comum. Finalmente, já existem verdadeiros conventos (*koinobia* , "lugar de vida comum"), como os

de Wadi Natrun, ou o mosteiro de Santa Catarina, aos pés do Sinai, que remonta ao século ^{iv}. Neste mesmo século, o movimento atingiu o Oriente Sírio e a Palestina, mais tarde Ásia Menor, com as primeiras experiências da Capadócia. Viajantes ocidentais como Eteria, da Aquitânia, ou o monge de Marselha João Cassiano, espalharam o interesse por estes modos de vida nos seus países de origem, enquanto Jerónimo, radicado em Belém, atraiu alguns dos seus penitentes romanos para a Palestina. Solitário ou comunitário, o retiro monástico põe em causa, nos seus princípios, tanto a aldeia como a cidade: mesmo quando o deserto não está longe de uma ou de outra, embora a cidade acolha neste primeiro período toda uma corrente de monaquismo, retiro é sobretudo uma negação da família, a principal célula social da época, mesmo quando os laços de parentesco por vezes unem os homens num caminho ascético comum.

Na realidade, dada a sua flexibilidade, a sua falta de uma regra uniforme, este primeiro movimento levanta vários problemas, que permanecerão sem solução ao longo das gerações: o deserto e a sua salvação, ou a cidade com as suas tentações, a sua malignidade fundamental, mas também com os seus pecadores, que deve ser convertido; a solidão ou a comunidade de irmãos; trabalho ou contemplação; a convicção interior, a iniciativa espiritual ou a autoridade da hierarquia e as estruturas do dogma e do sacerdócio. O monaquismo de Bizâncio evolui através destes problemas, que nunca resolverá completamente, uma vez que os termos se modificam de século em século. As respostas alcançadas entre 450 e o início do século ^{vii} marcaram o período com uma marca muito forte.

A FORÇA DOS VALORES DA CIDADE E DAS REALIDADES URBANAS

Os valores culturais e políticos do Mediterrâneo Helênico foram, durante séculos, valores urbanos: a sociabilidade, o masculino, a facilidade de encontros, o discurso, político ou literário, os prazeres facilmente disponíveis da água corrente para beber e tomar banho, bem como como um mercado perfeitamente abastecido com todos os alimentos essenciais, sobretudo o trigo, para os consumidores de pão e biscoitos, azeite, vinho, “ervas”, carne e peixe. A cidade é, portanto, numa primeira definição, o conjunto de locais onde se encontram estes valores, que persistem até ao início do século ^{vii}. A historiografia, os elogios às cidades por retóricos profissionais, as numerosas inscrições, as decisões e sermões com que a Igreja dos bispos, também profundamente urbana, se esforça por cristianizar a cidade, e as histórias sobre os homens santos. Sem esquecer as imagens de alguns mosaicos ou as escavações de sítios urbanos como Sardes, Éfeso, Apameia ou Antioquia, mais conhecidos que a capital, onde a estabilidade da aglomeração impossibilitou uma verdadeira exploração arqueológica. No entanto, é difícil propor uma classificação das cidades no século ^v, uma vez que faltam critérios quantitativos e as fontes documentais são tão heterogêneas quanto as razões da sua prosperidade e crescimento. Antioquia e Alexandria são cidades igualmente importantes do ponto de vista cultural e comercial; A atração de Jerusalém é unicamente religiosa, mas isso já é muito; e uma pequena cidade como Coricos de Cilícia revela intensa atividade devido às inscrições em seu cemitério que indicam detalhadamente os ofícios dos falecidos. Contudo, pode-se dizer que esta foi uma época de “grandes cidades”, no sentido de que, uma vez ultrapassado um

determinado limiar, o facto urbano mudou de natureza. E isto é verdade, sobretudo, no que diz respeito a Constantinopla, pois não é uma cidade, nem a maior delas, mas a capital, e neste sentido é radicalmente única.

A cidade, vestígio da Antiguidade

Feitas essas reservas, emerge, porém, das nossas fontes o cenário tradicional da cidade provinciana: os banhos aquecidos e alimentados por água quente, onde os meninos, se não vigiados, ficam expostos aos avanços daqueles que por eles se sentem atraídos. ; as fontes; as praças, onde estão estátuas e inscrições celebrando imperadores e outras figuras; as ruas com pórticos, entre cujas colunas se estabelecem barracas precárias de madeira e tecido, sempre em perigo de incêndio; as pousadas, onde se encontra comida e uma jovem; as figueiras, onde se compra comida cozida e quente, onde circulam boatos e onde às vezes surgem tumultos; o teatro, cujos espetáculos divertidos e licenciosos despertam o entusiasmo do grande público, a repugnância dos eruditos, a hostilidade da Igreja, e onde, no entanto, os governadores da província recebem as aclamações ou vaias de uma opinião pública que praticamente ele não tem outros meios para se expressar; às vezes, como em Cesaréia da Palestina, a cidade possui um hipódromo, assim como a capital; Por fim, a basílica, grande mercado retangular, forma arquitetônica anterior ao culto cristão, local onde se realizam negócios e processos, e onde o poder central é por vezes representado pela cadeira do governador. As igrejas, tanto nas cidades como nos subúrbios, surgem como centros de uma nova sociabilidade, semelhante, porém, a si mesma: os fiéis nelas se reúnem para a liturgia ou a pregação, ou saem em massa para procissões ou, às vezes, para procissões. motins. Mendigos se instalam nas proximidades. No século ^v surgiram os primeiros mosteiros urbanos e desenvolveram-se estabelecimentos de caridade, sendo os primeiros fundados no final do século ^{iv}.

A dominação romana facilmente transformou as assembleias censitárias de notáveis, proprietários rurais residentes na cidade, em municípios provinciais. As cidades cobravam rendas: rendas dos campos do seu território, ou de terrenos urbanos, alugados, por exemplo, aos lojistas do pórtico, e impostos especiais de consumo. Contudo, as necessidades essenciais eram tradicionalmente cobertas pelos próprios magistrados municipais, cujas funções, longe de serem remuneradas ou venais, eram sustentadas pela fortuna, generosidade ou desejo de glória de quem as exercia. As estátuas em praça pública, as inscrições que os saudavam como “pai da cidade” ou “benfeitor” (*evergetes*) davam graças a quem construiu um banho ou remediou uma fome. O Estado Romano tinha adoptado este antigo sistema, confiando às assembleias municipais (as cúrias) tarefas como a manutenção das estradas, o abastecimento militar e todas as arrecadações de impostos, sob a sua responsabilidade pessoal e colectiva. Sob o governo Severano ocorreu um endurecimento do sistema, acompanhado da imposição da herança da condição curial, na situação militar e centralizadora do primeiro terço do século ⁱⁱⁱ. Este facto teria inevitavelmente consequências sociais já claramente perceptíveis no século ^{iv}.

Sem dúvida, a cúria opõe-se ao poder central com a força da inércia e da solidariedade. Os cargos criados pelo poder central para fiscalizá-lo acabam sempre sendo ocupados por indivíduos recrutados dentro dele. As cúrias, por sua vez, são colocadas sob um

“patrocínio”. E o “patrão” aproveita, ou simplesmente prestigia, esse papel ambíguo, perfeitamente codificado e, ainda assim, capaz de suspender o normal funcionamento da instituição judicial ou fiscal. O próprio imperador pode ser o patrono de uma cúria. Mas muitas vezes seu patrocínio recai sobre um dos “primeiros”. As cúrias testemunham, com efeito, uma crescente diferenciação social. O peso dos encargos municipais empobrece os mais pobres, que pagam com a sua pessoa, ou fogem para o domínio de um grande proprietário que os coloca ao seu serviço. Por outro lado, um grupo restrito se destaca dos demais: os “primeiros”, os “dez primeiros”. Por fim, as maiores fortunas tentam fugir do quadro local, considerado medíocre, das atribuições municipais para ingressar no senado de Constantinopla ou das grandes carreiras que o serviço público lhes oferece. Por seu lado, a burguesia municipal protesta contra a admissão na cúria de fortunas consideradas ignóbeis por não se basearem na terra, mas no lucro comercial. Os elementos do declínio da instituição municipal podem, portanto, ser vislumbrados. Mas a evolução é muito lenta, embora tenha começado no final do século ^{iv}.

O poder central é representado nas cidades mais importantes pelo governador da província e nas secundárias por pelo menos uma repartição fiscal. Os governadores têm essencialmente poderes administrativos e judiciais. São, em princípio, estranhos à província, onde estão proibidos de adquirir bens, e estão integrados no antigo estereótipo, uma vez que numerosas inscrições espalhadas pelas províncias celebram a sua magnificência como construtores. Mas uma série de leis nos falam de dias menos gloriosos, proibindo-os de roubar colunas de mármore de outros edifícios para as suas construções, ou de nomear com o seu nome empresas iniciadas pelos seus antecessores. Mas os governadores não procuram apenas o prestígio tradicional; Eles também temem tumultos e por isso se preocupam com os suprimentos. E logo se tornam parte da verdadeira camada dirigente da sociedade provinciana. Eles estão muito próximos daqueles personagens recentemente estabelecidos, mas de importância primordial, que são os bispos.

O surgimento do episcopado urbano

Inicialmente, a função episcopal não está necessariamente sediada na cidade. Mas os séculos ^{iv} a ^{vi} são, em qualquer caso, a época de ouro do episcopado urbano. Os bispos de cidades muitas vezes secundárias provêm de famílias ilustres das províncias, ou são filhos de funcionários, e partilham a cultura clássica de todos os homens deste ambiente. É significativo que o século ^{iv} e a primeira metade do ^v tenham testemunhado o florescimento, tão brilhante quanto sem continuidade, de grandes escritores episcopais, autores de cartas administrativas ou espirituais, de sermões, de tratados polêmicos ou dogmáticos, nos quais exibem o seu conhecimento da retórica e da filosofia antigas, apesar de uma influência monástica já perceptível: Basílio de Cesaréia (c. 330-379), talvez o monge mais importante da Igreja Bizantina pela riqueza das suas decisões canônicas; Gregório de Nazianzo (c. 330-390), bispo da capital por um curto período (380-381); Gregório de Nissa, irmão de Basílio (c. 335- c. 394), mestre do platonismo cristão, são homens do século ^{iv}, mas constituem um ponto de referência para o futuro. Foram dignos representantes não só da província bizantina por excelência, a Capadócia, mas também do momento instável e privilegiado em que o helenismo, já plenamente cristianizado, ficou totalmente ultrapassado. Seu

contemporâneo Juan Boca de Oro (Crisóstomo) (344 ou 354-407) é um homem de Antioquia - onde seu pai era *magister militum*, o mais alto cargo militar - que representa a voz eclesiástica, junto com o bispo Flaviano, entre os 386 e 397. Nesta data tornou-se arcebispo da capital e manteve uma relação conflituosa com o palácio e, sobretudo, com a Imperatriz Eudócia. Morreu no exílio no ano de 407, no interior da Capadócia. Representa outra forma do mesmo momento cultural, a onipotência do discurso retórico que serve para reivindicar a onipotência do sacerdócio. Torna-se, portanto, o defensor dos habitantes de Antioquia, o pregador das normas cristãs, o juiz público, neste sentido, dos seus interlocutores imperiais. Sinésios, bispo de Cirene (c. 370-413), traça o perfil da Pentápolis da Líbia com a mesma figura cultural e social de seus companheiros da Capadócia. A série termina com Teodoreto de Ciro (c. 393-c. 466), também antioquino, mas mais dado ao trabalho no seu ofício do que ao púlpito, como fica evidente na sua *História Eclesiástica*, nos seus tratados contra hereges e pagãos, nas suas histórias edificantes sobre os santos do norte da Síria, à qual pertencia a sua pobre diocese. Nele, a cultura antiga é algo mais afastado da figura episcopal.

Eleitos por aclamação, depois de uma experiência pessoal do mundo, os bispos desta época encontraram facilmente o seu lugar no sistema urbano, combinando algumas das suas funções de uma nova maneira. De certa forma, são os sucessores do porta-voz tradicional, que era o retórico da cidade, e participam cada vez mais da gestão urbana, principalmente nas cidades secundárias. Preocupam-se com abastecimentos, muros, intervenções perante o erário relacionadas com os clérigos ou com a sua diocese, bem como com a arbitragem judicial, que será codificada por Justiniano. Como outros notáveis, eles constroem, e seus edifícios são evidentemente específicos. Este estado de coisas continuou no século ^{vi}, como atestam as inscrições, e em maior medida nas grandes cidades. A *Vida de João, o Misericordioso*, Patriarca de Alexandria de 610 a 619, escrita no mesmo cenário por Leôncio, bispo de Neápolis, Chipre, ainda oferece um quadro de surpreendente vivacidade das atividades da igreja da cidade, entre as quais conta o comércio marítimo. No mundo sírio e copta, a eminência dos líderes monásticos é mais antiga e mais profunda do que na sociedade das cidades gregas. Para este último, finalmente, a força do poder episcopal deve-se também ao facto de responder melhor a uma nova exigência social que se configura no seu quadro aparentemente estático.

A "cidade" urbana, reflexo da Antiguidade

O que acabámos de dizer sobre os poderes desta primeira sociedade bizantina pretendia mostrar que a cidade domina o campo que a nutre. Por outras palavras, o poder reside na cidade, mas os seus fardos reverberam no campo. É verdade que assim se define o eixo político desta primeira era de Bizâncio. Mas as coisas são mais complexas se quisermos compreender as bases económicas desta mesma sociedade.

É necessário partir, também aqui, dos antigos enquadramentos da cidade. Enquanto os latifundiários burgueses se agrupavam na cúria, os produtores urbanos de bens e serviços, bem como o grande comércio, o das rotas marítimas, reuniam-se nos "colégios" dos seus respectivos ofícios. Estas associações têm uma longa história, pois a fórmula associativa é o verdadeiro módulo social do Mediterrâneo clássico. Basta considerá-lo na época dos

Severos, em que era exigido o sistema de delegação de serviços públicos para efeitos fiscais que acima definimos. Este sistema inspirou os historiadores do início do século ^{xx}, confiantes nas possibilidades ilimitadas do empreendimento individual, páginas sobre as coerções implacáveis que teriam imobilizado cada pessoa no seu lugar de origem na sociedade do "baixo Império". Na verdade, o quadro não é tão esquemático, longe disso. Em primeiro lugar, não temos a certeza de que a matrícula numa escola fosse obrigatória, pois, como se recordará, toda obrigação tem como contrapartida um privilégio. Por outro lado, era realmente difícil sair da escola dos pais ou da própria escola. Mas, como nas cúrias, a responsabilidade conjunta uniu mais os bens do que as pessoas. Devemos separar as oficinas do Estado, que cunhavam a moeda, fabricavam armas e roupas militares, e até mesmo os tecidos roxos e de seda reservados à corte. Eles estão estabelecidos não apenas em Constantinopla, mas também em Antioquia, Cyzica e outros lugares. A condição dos trabalhadores ali era verdadeiramente dura e próxima da escravidão.

Por outro lado, textos de todos os tipos revelam a atividade de um artesanato urbano aparentemente independente, sem dúvida mais familiar do que individual, a julgar pelas lápides que agrupam um pai e um filho, ou irmãos. Na verdade, surge um problema quando se discute este ofício em relação à produção global do império. Observa-se que os bens de consumo prevalecem esmagadoramente sobre os bens de capital, ou seja, a fabricação de ferramentas que são utilizadas para determinadas atividades. Segue-se daí que os campos se equipam principalmente e pouco mais. O artesanato comum é ao mesmo tempo muito escasso e muito diversificado: faz-se tal bolo, tal tipo de calçado. O artesanato de luxo, que nos deixou os maravilhosos caixões de marfim que eram oferecidos nos casamentos, também está chegando ao fim. Na verdade, o sector indicador do movimento económico, especialmente nas cidades, mas também nas aldeias e campos, é a construção. Indicador particular, específico de sociedades como a que aqui estudamos, e que encontrará o seu verdadeiro lugar depois de 450.

No entanto, existem grandes fortunas mercantis nas cidades mais importantes, sobretudo Alexandria, Antioquia e Constantinopla. Em primeiro lugar, os armadores e comerciantes do comércio em grande escala, fornecedores de especiarias e de seda crua: as rotas marítimas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico são tão conhecidas na antiguidade como a rota terrestre que leva a seda chinesa ao Mediterrâneo através do Centro Ásia e o Irã. Os benefícios do comércio em grande escala, especialmente por via marítima, estão diretamente relacionados com os riscos a que estão expostos aqueles que o praticam ou financiam. Há também os "negociantes de prata", manipuladores de metais preciosos, ao mesmo tempo balançaadores, cambistas e produtores de objetos que recebem a garantia de um selo imperial, e avolumam tanto os tesouros privados como os dos mosteiros. Mas estas fortunas nunca fazem parte do eixo do poder político ou de movimentos importantes de capitais.

A cidade antiga teve um povo, o grego *demos*. O seu papel era, literalmente, fazer ouvir publicamente a sua voz para dar o seu acordo, protestar, reivindicar, escolher ou, pelo menos, aclamar: o seu clamor, numa palavra, tinha força legitimadora. A mesma categoria política reúne, portanto, todos os cidadãos que não pertencem à cúria, desde os grandes comerciantes e os artesãos mais qualificados até aqueles que uma lei 312 isenta de qualquer obrigação tributária devido à sua indigência. A história dos povos das cidades do Oriente entre os séculos ^v e ^{vii} tem um duplo nível, o político e o social, e é precisamente aí

que reside o problema histórico. Os políticos desempenharam o seu papel nos locais da cidade privilegiados neste sentido, o teatro de Antioquia, o hipódromo de Constantinopla e outros lugares, mas também as praças públicas; A eles acrescenta-se aquele novo lugar que é a Igreja, onde o povo dos fiéis responde ao pregador, e de onde às vezes saem para se manifestarem no estrangeiro. Estas manifestações, por mais violentas que sejam, obedecem na verdade a um repertório que regula a própria violência: insultos a estátuas oficiais, lançamento de pedras, gritos de palavras de ordem. Entre 450 e 460, agravaram-se e o seu código cristalizou-se em torno das rivalidades entre os Azuis e os Verdes nas corridas de cavalos, nas ruas e nos bairros.

Para compreender essas rivalidades é necessário um parêntese: já foi feita menção ao Hipódromo de Constantinopla, ao seu simbolismo cósmico e às corridas que ali ocorreram. Das quatro cores iniciais, herdadas de Roma, que os cocheiros usavam, apenas o Azul e o Verde ainda eram usados. Não sabemos, para dizer a verdade, o seu significado para os homens desta época e não compreendemos, portanto, porque é que aderiram a uma ou outra facção. As cores escondem um grupo muito complexo. Em primeiro lugar, sem dúvida, os estábulos dos cavalos de corrida e todo o pessoal que gravita em torno do espetáculo: os cocheiros, mas também os dançarinos e mímicos. Tudo isto provoca paixões incontrolláveis e é perigoso para a ordem pública. Prova disso são as medidas de controle malsucedidas, as brigas no autódromo ou mesmo as finas folhas de chumbo que carregavam textos escritos com estilete e pretendiam lançar um feitiço sobre determinada pessoa da facção adversária. Por outro lado, Azul e Verde definem setores de opinião, talvez da sociedade, mas quais? Esta questão fez com que muita tinta fosse derramada sem obter uma resposta concreta. O Azul poderia representar o Palácio, os altos funcionários, a ortodoxia da Calcedônia, e o Verde a Cidade, uma heresia se necessário, uma hostilidade marcante para com os Judeus.

Entre 460 e 610 as facções, ou mais provavelmente os seus líderes, saem às ruas, lutam e até, a partir de 530, recorrem ao crime. Mas as causas desta escalada de violência terão de ser procuradas na história social deste longo século ^{vi}, mais especificamente na das suas cidades.

O objecto dos tumultos urbanos da primeira metade do século ^v enumerados pela historiografia deveria alertar contra qualquer leitura demasiado simples. Na capital, ocorreram motins por falta de subsistência nos anos 409, 412 e 431, em que os responsáveis foram atacados: em 412 os manifestantes incendiaram a sede do prefeito da cidade, Monaxios; Em 431 o próprio imperador “foi recebido com pedras pelos famintos”, para citar um contemporâneo. A popularidade pessoal também parece ter sido um dos motores da efervescência urbana. É o que se percebe quando João Crisóstomo é condenado pelo concílio de Chena, realizado em 403, por sua dura censura à imperatriz: a cidade manifesta-se a favor de seu arcebispo, e quando ele segue o caminho do exílio, em 404, seus partidários incendiou Santa Sofia. A agitação religiosa cristaliza-se, portanto, em motivos muito diversos da paixão teológica atribuída, não fica muito claro o porquê, por tantos historiadores aos bizantinos comuns. As lutas, por vezes assassinas, entre arianos e ortodoxos, entre cristãos e judeus, atestam sem dúvida a importância crescente do factor confessional no consenso unificador que esta sociedade procura, como qualquer outra. Este fator se tornará dominante no futuro.

É fácil perceber que estas manifestações, por vezes coroadas de sucesso, sempre alarmantes, têm uma verdadeira função política numa sociedade que ainda não tinha esquecido a antiga identificação entre a vida pública e a vida urbana. Isto leva-nos a colocar mais algumas questões sobre a composição social desta cidade. É apreendida como uma forma, ou melhor, duas formas, uma antiga, outra cristã, claramente distintas ainda na primeira metade do século ^v. O povo antigo é constituído pelos beneficiários do chamado sustento "cívico" (*politikoi*) tanto em Constantinopla como em Alexandria, e pelo que ainda resta da generosidade tradicional. A ela também pertencem os homens das milícias urbanas, os "jovens" que montam guarda nas muralhas e que, aparentemente, chegam a trabalhar em Constantinopla, no recinto amuralhado de Teodósio II, e, por fim, os membros ativos das facções , que talvez fossem ao mesmo tempo os milicianos a que acabamos de nos referir. Sem dúvida era a classe baixa das cidades, desde o pequeno escriturário até o menino travesso, mas não foi negligenciada. Além disso, a sua realidade não está contida no seu quadro público. Durante os últimos anos do século ^{iv}, Libanios apresenta os atores das revoltas de Antioquia, "os 300 lobos do teatro", sobretudo, como uma escória urbana de sem-abrigo, estranhos na cidade. Por mais clássico que seja o argumento, a constante disponibilidade de desordeiros que representam literalmente "o povo" da cidade dá-lhe alguma consistência: lembrar-nos-emos dele quando virmos a convergência, depois de 460, do crescimento das cidades, com a sucessão cada vez mais frequente de tumultos.

A praga da miséria e o surgimento dos monges

A partir de finais do século ^{iv}, as homilias cristãs multiplicam as alusões às necessidades da caridade e às misérias que devem ser atenuadas no meio urbano, enquanto a legislação da época relaciona, com hesitações que não são relevantes para aqui me referir, a delegação na Igreja de tarefas caritativas e as imunidades fiscais concedidas aos clérigos e aos bens eclesiásticos. Os pobres, os errantes, os doentes e aleijados, os mendigos e os idosos são agrupados numa única definição de pobreza como a incapacidade de garantir a própria subsistência, que é muito bem vista. A resposta a estas necessidades, também única, é o estabelecimento que garante tanto o alojamento como o possível cuidado dos pobres. O hospício e o seu complemento, o hospital, nasceram no século ^{iv}, enquanto a antiguidade clássica os tinha ignorado apesar da sua prática médica. Constituem, portanto, uma importante inovação de período tardio. No século ^{iv} há evidências da existência de iniciativas privadas em residências privadas. O primeiro exemplo eclesiástico é o estabelecimento inaugurado por Eustatus, bispo de Sebaste, Armênia, desde o ano 356 até sua morte em 380. Neste aspecto, como em outros, inspirou Basílio de Cesaréia, que se tornou bispo de sua cidade natal. no ano 370 e criou uma espécie de cidade sanitária às portas de Cesaréia, a Basiliada. Eustatus e, depois dele, Basílio encarregaram os monges dos seus estabelecimentos, o que se torna assim parte integrante do modelo, que é, portanto, nos seus primórdios, urbano. As casas de caridade com pessoal monástico multiplicaram-se, principalmente na capital, já na primeira metade do século ^v. A razão cultural é evidentemente a primeira que me vem à mente: a instituição cristã estava disposta a produzir tais formas de ajuda para aqueles que se encontravam fora dos quadros então normais da vida social. Por outro lado, concebeu-as a partir dos

séculos ⁱⁱ e ⁱⁱⁱ, em benefício dos isolados da comunidade cristã, virgens ou viúvas, por exemplo. Mas também é preciso levar em conta a situação atual. Os pobres que precisam de ser ajudados multiplicam-se, ao que parece, depois de 360, mais ou menos, em relação ao crescimento das cidades, que são, mais do que nunca, centros de atração, especialmente as mais importantes. Eles fogem das exigências dos funcionários, das sentenças iníquas dos governadores, da fome, dos abusos dos proprietários de terras, e buscam um meio de subsistência, concedido pela generosidade tradicional dos notáveis ou por esta nova beneficência cristã. E, mais uma vez, os nomes de Constantinopla, Jerusalém, Antioquia ou Alexandria estão no topo, embora por razões obviamente diferentes. A saúde das populações que, aparentemente, devido a recursos inelásticos, cresciam lenta mas continuamente, também poderia deteriorar-se. Finalmente, as doenças têm uma história própria: a lepra parece sair das sombras no último terço do século ^{iv}; Os distúrbios atribuídos à possessão demoníaca tornam-se bastante comuns e os pacientes tornam-se um tanto incapacitados, incapazes de realizar atividades contínuas. Curiosamente, as fontes documentais dos anos 400 a 450 não relatam qualquer aumento da criminalidade: isso será um facto no tempo de Justiniano. Sabe-se apenas que “mendigos saudáveis” estão proibidos de permanecer na capital, mas a medida será bem-sucedida? Acima de tudo, as misérias dos pobres assistidos ou prestes a ser assistidos dão uma dimensão totalmente nova à população das cidades.

Como vimos, o modelo monástico era originalmente antagônico aos valores urbanos, mas a realidade mais uma vez supera o modelo. Os monges intervêm na cidade como tropas de choque para conflitos dogmáticos, tanto em Antioquia como em Alexandria. O bando de quarenta, que desce de Samósata aos Lugares Santos seguindo Barsauma, destrói as sinagogas das cidades por onde passa antes de dizimar a multidão de judeus reunida em Jerusalém no ano 438, por ocasião da festa dos tabernáculos. Alexandre, o Acemeta (“que não se deita”) é expulso de Antioquia antes de chegar à capital por volta de 425, e liderando ali uma ascensão monástica da qual a beneficência é apenas um aspecto. O asilo é outro: os mosteiros acolhem misérias sociais, escravos fugitivos, devedores insolventes, no recinto definido no Concílio de Éfeso, no ano 431, como o espaço que vai do edifício à muralha exterior. O Estado reconhece o princípio, embora se esforce para preservar os seus direitos. A subversão herética, pelo contrário, não admite quaisquer restrições, uma vez que o antagonismo entre o monaquismo e a cidade ainda esconde parcialmente, no século ^v, a dualidade entre domínio e liberdade. O monge que vai para a cidade está perdido, segundo as histórias edificantes. Pelo contrário, a subversão herética é reconhecida nos bandos errantes, muitas vezes misturados, que se misturam com o mundo, ou seja, vão para a cidade. O primeiro monaquismo de Constantinopla nem sempre foi ortodoxo. De qualquer forma, parece independente, informal. A regra não é entendida no sentido ocidental do termo, mas como um código ascético cuja origem remonta a Basílio de Cesaréia, com um grau de disciplina inferior ao de certos estabelecimentos do deserto, e muito pouca ou nenhuma estrutura sacerdotal. Tanto na cidade como no deserto, o monge está fora da estrutura da autoridade e da sociedade. E daí o vigor da intervenção da “força” monástica nas oposições teológicas, a sua violência, a sua associação com os pobres, a sua agressividade para com o episcopado como no caso de João Crisóstomo na capital, por exemplo. Além disso, os monges são muitas vezes homens do campo, não só no sentido

social, mas também cultural do termo. Com eles, o mundo copta ou sírio irrompe no ambiente helenizado de Alexandria ou Antioquia.

século ^v são plenamente, tal como os pobres, um novo componente que modifica irreversivelmente a antiga categoria urbana de “pessoas”. Os mosteiros da cidade não são, portanto, casas sujeitas a regras, mas, pelo contrário, abertas. Os monges vivem por vezes em grupos muito pequenos, de dois ou três, à semelhança dos ascetas do século ^{iv} que permaneceram no seio das suas famílias, ou mais precisamente, visto que são homens solitários e doravante fora de qualquer enquadramento familiar, semelhantes a qualquer quadro familiar comparável. grupos no deserto. É, portanto, compreensível a crescente severidade das leis que visam impedir a livre circulação destes homens de uma cidade para outra. O concílio de Calcedônia, realizado no ano de 451, proibiu-os de mudar de local, e submeteu a abertura e atividade de seus estabelecimentos ao bispo da cidade. Sem sucesso, pois a lei justiniana finalmente se esforçará para retirá-los das cidades. Entretanto, a primeira metade do século ^v oferece claramente um panorama urbano da Igreja dos monges que vimos desenvolver-se no deserto e, claramente também, o antagonismo entre a Igreja dos monges e a dos bispos, que não ter solução até o século ^{xi}, que marca o triunfo do primeiro.

Capítulo 4

A GLÓRIA DO IMPÉRIO

(meados do século V – meados do século VII)

O grande século que começa com o advento de Leão I, em 457, e termina com a morte de Justiniano I, em 565, não deve a sua coerência aos imperadores que o governam. Constitui um daqueles períodos muito ricos em que se acumulam eventos e iniciativas; em que o conjunto de virtualidades sociais e culturais até então observadas, mais ou menos latentes, se tornam realidade; em que a sociedade, numa palavra, parece ter atingido o nível máximo de abundância de homens e de meios que explicariam as características que acabamos de indicar. A primeira fase deste período estende-se até ao advento de Justiniano I em 518. E este último nada mais é do que o mensageiro do grande reinado do século, o de Justiniano I, que lhe sucede no ano 527. Com um olhar para o tempo Em primeiro lugar, são descobertos os mecanismos de sucessão imperial, que ilustram à sua maneira uma definição de poder supremo, bem como a nova estabilidade que o império bizantino adquiriu, a partir de Leão I. O Ocidente torna-se uma zona marginal, uma possível abertura da política externa. O vizinho persa também se afirma e Bizâncio continua a encontrá-lo nas rotas terrestres e marítimas do Oriente. Mas os sucessivos imperadores contam, como foi feito ao longo dos séculos, umas vezes nos Balcãs, a norte, e outras vezes nas províncias da Síria, da Palestina e do Egito, e a sul, um sul que começa, recordemo-lo, em os limites meridionais da Ásia Menor, com a transição montanhosa da Isáuria. No centro deste dilema está “a cidade soberana”, Constantinopla, e o seu povo, cujo papel político falamos nas páginas anteriores.

A ATRAÇÃO DO ORIENTE

Os reinados de Leão I e do seu genro e sucessor Zenão representam a liquidação do problema colocado no Império do Oriente, e mais especificamente no palácio, por um lado, e na Trácia, por outro, devido ao Forças armadas germânicas. Liquidação que aprofunda ainda mais a diferença entre este império e o do Ocidente.

Em 457, momento do início da sucessão de Marciano, o "senhor dos soldados", Aspar, um alano de confissão ariana, é talvez o primeiro personagem do Império. Seu pai, Ardabúrio, cônsul em 427, e ele próprio, cônsul em 434, foram os grandes generais de Teodósio II, e embora os alanos sejam um povo das estepes, ambos os homens representam os interesses dos alemães perante o imperador federado, militar e ariano. gosto deles. Aspar é quem determina a eleição de Leão, um trácio de seu ambiente, como imperador. E Leão, para contrabalançar o peso dos alemães, começa a recrutar homens entre os bárbaros do interior, os isaurianos. Criou o corpo dos *excubitores* (aqueles que ficam diante das portas), composto por trácios, ilírios e isaurianos, uma nova guarda palatina que desempenharia um papel importante nos séculos seguintes. Um chefe isauriano, que leva o nome grego de Zenão, se casará com a filha de Leão, Ariadne, no ano 466 ou 467. Quando, em 471, Aspar e seu filho Ardabúrio são assassinados no palácio, a Trácia é devastada por um de seus parentes. , Teodorico, o Estrabão (*Estrabão*), apoiado pela força ostrogótica, instalada como federação na região desde o ano de 454: ele por sua vez tornou-se *magister militum* em 473. Mas Zenão, ao confrontar os chefes ostrogodos uns contra outros, ele consegue afastá-los em direção à Itália.

Na ausência de casamento na família reinante, Leão uniu, pela primeira vez, as aclamações do exército e do povo, com a imposição da coroa pelo patriarca de Constantinopla, recentemente nomeado pelo concílio de Calcedônia (451), em paridade com a sede de Roma. O contorno de uma constelação familiar e de uma mediação feminina surge então em torno do trono. Leão casa a sua filha mais velha, Ariadne, com um filho de Aspar, o isáurico Zenão, que lhe sucede em 474. A viúva de Leão, Verina, interrompe este reinado no ano seguinte, colocando primeiro o seu amante e depois o seu irmão Basiliscos; mas este, por sua vez, deve contar com a própria esposa e depois com o sobrinho, amante dela. Zenão recuperou o poder em 476 e manteve-o até sua morte em 491.

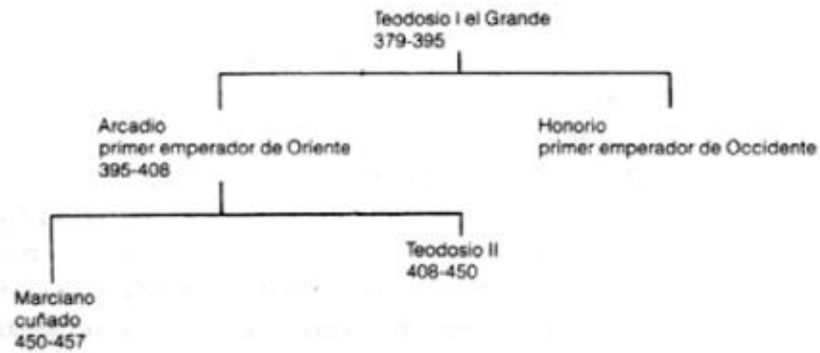
A solução do problema ostrogótico nos Balcãs e o desaparecimento do Império Ocidental em 476 favoreceram um novo equilíbrio, abertamente oriental, no qual os montanhistas isaurianos ocuparam um lugar de destaque, facto do qual a ascensão de Zenão e sua comitiva são o melhor , embora não seja o único teste. A turbulência dos isaurianos foi atestada já no século II, assim como a sua insubordinação crônica. A segunda metade do século V é, claramente, um dos seus momentos culminantes. Ainda antes do advento de Zenão, entre 467 e 470, a sua violência é notada em Rodes, onde cometem sequestros e assassinatos, enquanto a população da capital atira pedras neles e mata alguns deles.

Acima de tudo, Zenão joga a carta especificamente oriental e provincial do monofisismo. A fissura confessional aberta na Calcedônia começou a emergir claramente a partir de então, entre a capital e as províncias do Oriente. O povo de Constantinopla são calcedonianos. A subida ao poder de Basiliscos e a sua posição monofisita provocam um conflito em que os monges e a população da capital, agrupados em torno do patriarca

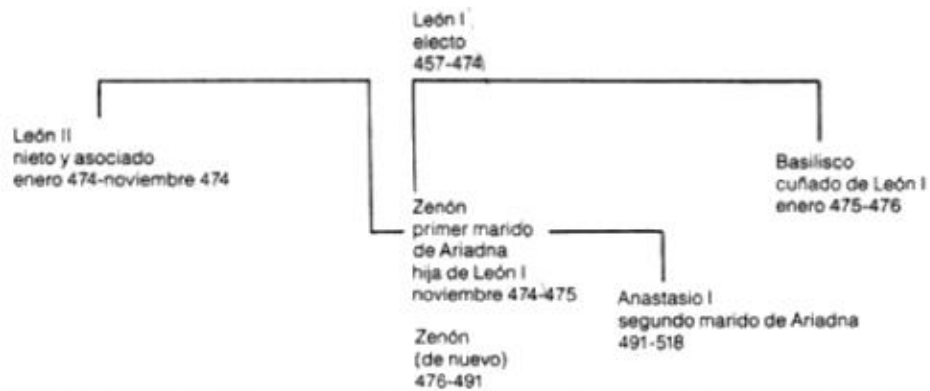
Acácio, enfrentam as tropas, sem dúvida monásticas, do patriarca de Alexandria, Timóteo Ailuros. Por outro lado, o monofisismo espalhou-se pelas províncias orientais e especialmente pelo Egito, onde nasceu. No ano de 482, Zenão e o patriarca Acácio propuseram uma "fórmula unitária" (*henotikon*), que não foi aceita por Roma, com quem a ruptura foi completada em 484, nem pelos calcedônios do Império, nem pelos monofisitas. Mas pelo menos esta tentativa coloca o patriarca de Constantinopla como o apoiante dogmático do poder imperial. O problema das relações entre o imperador e os patriarcados, e mesmo entre eles, está doravante aberto, de forma mais brutal se possível, e a sua solução não está próxima. O Patriarca de Alexandria, Pedro Monge, esforça-se primeiro por ziguezaguear entre o *henotikon* imperial e a pressão monofisista dos milhares de monges do país. No entanto, seguiu o seu próprio caminho e estabeleceu-se, por outro lado, aos olhos das massas, nos anos seguintes a 482, como o verdadeiro poder no Egito, contra o qual o governador, o representante do Império na província. Em 490, as relações entre os patriarcas de Constantinopla e Alexandria foram rompidas, enquanto o monofisismo ocupava a sé de Antioquia, com o terceiro patriarcado de Pedro, o Fuller (485-489). Em retaliação, Zenão fecha a escola de Edessa, centro da doutrina nestoriana, cujos professores foram exilados na Pérsia. Este fato ajuda a esclarecer um pouco mais a divisão religiosa.

Por sua vez, a Palestina central está agitada pela rebelião dos samaritanos, antigos crentes de um Pentateuco gémeo do dos judeus, elaborado num alfabeto próprio, e de um santuário situado no Monte Gerizim. Em 456-457, em Neápolis (Nablus), seu centro, samaritanos e simpatizantes assassinaram monges monofisitas por instigação do Patriarca de Jerusalém. Por volta de 484, eclodiu uma revolta samaritana em Cesaréia e Nablus, com uma tentativa de usurpação, que se repetiu em 529. Neste mesmo ano, um decreto que reprimiu o seu culto provocou uma revolta camponesa, massivamente samaritana, e levou ao poder tal Juliano. A revolta atinge a cidade, até Nablus, até Esquitópolis (Beth-Shean), onde a população é mista e onde os rebeldes queimam propriedades e igrejas. Cem mil homens, segundo Procópio, teriam perecido no decorrer dos acontecimentos; Seja como for, os proprietários, cristãos, ficaram sem camponeses e sozinhos diante do tesouro. Os judeus, numerosos na Palestina, participaram do movimento samaritano. Ainda em 555, ambos os grupos lançaram-se contra os cristãos de Cesaréia, matando, entre outros, o governador e destruindo as igrejas.

DINASTÍA TEODOSIANA



DINASTÍA LEÓNIDA



DINASTÍA JUSTINIANA



Depois que Zenão morreu em 491 devido a uma doença, sua viúva escolheu um oficial do palácio na casa dos sessenta anos, o silencioso Anastácio, como imperador, ao mesmo tempo que o tomava como marido. Anastácio começa por travar uma guerra de pacificação contra a Isáuria, que não termina até 498. A hora política dos isaurianos parece ter terminado; mas tocará novamente. De resto, Anastasio define-se menos pelo seu nascimento em Dyrhachium (Durazzo), no limite do mundo latino, do que pela sua carreira administrativa e uma estadia no Egito. Com ele, o poder imperial permanece resolutamente no campo monofisista. É apoiado por Filoxeno de Mabboug, bispo de Hierápolis no patriarcado de Antioquia, de expressão siríaca, e um dos grandes teóricos do monofisismo, e sobretudo por Severo de Sozópolis, na Pisídia, grego de cultura e língua, cuja contribuição e influência Eles tiveram um papel importante na história da doutrina, e ele se tornou patriarca de Antioquia no ano 512. Em uma palavra, Anastácio olhou para a Síria, a ponto de hospedar monges Severianos na capital em 508, e nomeá-lo prefeito do pretoriano a Marinos de Apamea em 512. Suas relações com o patriarca da capital oscilaram. Coroado pelo patriarca Eufêmio com garantias quanto ao *credo calcedônico*, Anastácio o depõe em 496. Seu sucessor, Macedônio, que se mantém fiel, como o imperador em princípio, à linha oficial do *henotikon*, acaba experimentando o mesmo destino: é exilado em 511. Anastácio atraiu assim a hostilidade aberta e violenta da população partidária da Calcedônia, da capital muito próxima de seu patriarca. No outro extremo do Império as opções do imperador não alcançam a adesão. Enquanto a população da capital se rebela contra uma fórmula monofisista introduzida na liturgia, e a casa do prefeito Marinos é saqueada, os bispos calcedonianos da Ilíria apelam ao papa em 512. Em 513, a rebelião de Vitaliano irrompe em outro local sensível da o Império, Trácia. Vitaliano, conde dos Federados, parente do patriarca macedônio, arrasta consigo seus descontentes soldados bárbaros, aos quais se somam os camponeses da região, e entra em contato com Roma. Suas tropas chegaram a Constantinopla três vezes. Em primeiro lugar, chegou vitorioso em 514 e impôs as suas condições ao poder central, embora tenha sido derrotado em 515. Mas a relutância de uma parte do episcopado balcânico em relação ao monofisismo não diminuiu, apesar da repressão. E Roma torna-se o horizonte desta reticência.

A alternativa de Anastácio resultou de uma convicção pessoal, das influências intelectuais de que acabamos de falar, ou deixou-se levar por aquilo que se estava a tornar a cultura dominante das províncias orientais, que lhe parecia neste caso mais importante do que a adesão da capital? É praticamente impossível responder a esta questão, pois a vida dos imperadores, nesta sociedade, é-nos ainda menos acessível do que a dos miseráveis. Seja como for, no final do seu reinado, os patriarcas orientais, como um todo, são separados de Roma. Mas o patriarcado ecuménico mantém as suas reservas, o de Alexandria é decididamente monofisista, enquanto na Síria a vitória do monofisismo não é total; na Palestina também não ocorreu, pois as massas da província, em vez de serem cristãs, permaneceram, em proporção significativa, judaicas ou samaritanas, enquanto, conseqüentemente, o monaquismo era facilmente calcedoniano ou, talvez, a sua origem teve outras influências. Mas as lutas são travadas em todo o lado, os monges lutam em todo o lado, até na Síria, tanto de um lado como do outro. Em suma, em toda a parte, excepto no caso particular da Palestina, ou de figuras como Severo, a discrepância doutrinal tem raízes linguísticas e, portanto, sociais, numa extensão ainda não especificada. Mas quer o

monofisismo fosse copta ou sírio, e o *Credo* de Calcedônia fosse helênico, as linhas do futuro já estão traçadas.

Anastácio morreu em 518, depois de sua esposa. A eleição do sucessor também é feita desta vez no palácio, antes de ser confirmada segundo o costume, primeiro pelo senado, depois pelo povo e pelo exército, e posteriormente pelo patriarca. Assume o poder o conde dos *excubitores*, Justino, originário da região de Skoplje, na Ilírica latina, e com mais de sessenta anos de idade. Não teve filhos da sua companheira Lupicina, então coroada com o nome de Eufémia, e muito rapidamente associou ao poder o seu sobrinho Justiniano, nascido por volta de 482. A mesma situação voltaria a ocorrer em 565, na ausência da descendência imperial. : Justino II é sobrinho de Justiniano I. Sucessão imperial, então, mas lateral. E o papel, mais uma vez, de uma imperatriz, não na sucessão desde que morreu em 548, antes do marido, mas no governo e equilíbrio do Império. Esta imperatriz, Teodora, nascida na capital, filha de um tratador de ursos do hipódromo, parece ter sido *seenica*, uma mulher do espetáculo, ou seja, uma prostituta, e, portanto, tradicionalmente proibida a um homem como Justiniano, de quem sua função pública colocou na categoria dos *Illustres*. A lei que, nos anos 520-524, flexibilizou esta proibição tinha claramente a intenção de permitir a sua união. A vida agitada de Teodora levou-a pelo Oriente, que ela representa, de certa forma, no casal logo imperial, incluindo simpatias monofisistas, enquanto o tio e o sobrinho permaneceram numa posição calcedoniana, por razões ainda não esclarecidas.

JUSTINIANO: O ESPLENDOR

Com o advento de Justiniano abre-se a segunda parte do século, a mais dramática e a mais brilhante. O mais famoso também. Todos já viram as silhuetas imperiais que caminham entre os dignitários na procissão representada nas paredes de San Vitale em Ravenna e conhecem o perfume escandaloso do nome de Teodora, cuja participação no poder supremo parece, no entanto, menos incomum se vista a partir do perspectiva de toda a série de reinados imperiais. Na verdade, pela mesma magnitude do poder de Justiniano, a época gerou uma grande abundância de fontes escritas ou iconográficas, cujos clichês sobre o casal nada mais são do que a falsa quintessência. Em primeiro lugar, um historiógrafo oficial, Procópio de Cesaréia, homem de inteligência aguçada e apaixonada que, depois de anos dedicados a narrar as guerras e construções do soberano, escreveu por volta de 550, como que movido pela impaciência, a *História Secreta*, na qual contém a famosa história da infância e juventude de Teodora. A obra também lança sombra sobre outros personagens, sobre Belisário, o grande general, sobre o prefeito do pretório, João da Capadócia (531-541). Da mesma forma, João Lídio, nascido por volta de 490, e durante muito tempo ligado à prefeitura pretoriana de Constantinopla, consagra a esta cidade o terceiro volume do seu *Tratado sobre as magistraturas do Estado Romano*, onde este virtuoso e medíocre oficial esboça imagens de obscenidade violenta para atacar João da Capadócia.

O século de Justiniano

Graças a obras como estas e algumas outras, o círculo de Justiniano e Teodora é apresentado animado por figuras individuais. Além disso, é uma característica do período

que a maior parte da literatura preservada, com exceção da hagiografia, venha do círculo dos governantes e funcionários da capital, enquanto a do final do século ^{iv} provém dos retóricos e os bispos das cidades. Para que neles se leia ao mesmo tempo a história dos acontecimentos e das medidas tomadas e a constituição de um modelo imperial cujas características, desenvolvidas a partir de Constantino, se definem então para o futuro. O monumento da legislação justiniana é um testemunho capital deste duplo nível, e surge então em cena outro personagem da época, o jurista Triboniano, responsável pela redação do *Código Justiniano*, publicado em 529, e do *Digest*, publicado em 533., compilação revisada e posteriormente declarada intangível, do direito romano. Posteriormente, o legislador expressa leis independentes nas *Novelas*, cujos considerandos e decisões marcam a evolução da capital, das províncias e das terras conquistadas. Se o *Cádiz* ainda é um texto latino, com exceção de algumas leis posteriores a 450, nos *romances* o grego domina, já que o pequeno número de textos latinos tem destino ocidental, Itália, África, Ilíria. Por outro lado, o reinado foi suficientemente longo para constituir um exemplo político, ou pelo menos para deixar uma marca decisiva no modelo em curso sob Constantino. Este modelo desenvolve-se no discurso político, em que o imperador se diz inspirado pelo “amor à humanidade”, cujas rédeas recebeu do alto, e pela presciência do que lhe é bom, de acordo com a vontade divina. O preâmbulo do *Digest* declara que ele nunca dorme, e Procópio curiosamente inverte a imagem na sua *História Secreta*, na qual o mostra, de facto, insensível ao sono, mas devido à sua natureza demoníaca.

O poder de Justiniano também expressa o seu esplendor nos seus edifícios e decoração, em todas as províncias, e especialmente na capital, onde Justiniano mandou erigir dois símbolos, um palácio e Hagia Sophia. Tal como o de Constantino, e os dos séculos ^{ix-x}, conhecemos de forma imperfeita o Grande Palácio do século ^{vi}. As escavações trouxeram à luz requintados mosaicos rurais de gosto helenístico, nos quais se avista um moinho de água junto a um rio, uma imagem nova nesta época. O responsável pelos assuntos de Justiniano, o patrício Pedro, por sua vez compilou os protocolos das cerimónias da corte dos séculos ^v e ^{vi}, obra que segue a mesma linha de exibição ritualizada da majestade imperial que conhecemos pelos fragmentos preservados. no *Livro de Cerimônias de Constantino VII*, composto em meados do século ^x.

Hagia Sophia, iniciada em 532, consagrada em 537, em construção novamente em 558 após o colapso da cúpula, e consagrada pela segunda vez em 562, a igreja da sabedoria divina, fabulosa pela quantidade de dinheiro que custou e pelos tesouros em exposição, torna-se e continua a ser o coração religioso do poder imperial de Bizâncio, não apenas para o imperador e a população da sua capital, mas para as nações estrangeiras. As capitais dos estados eslavos não a esquecerão. Sob os 55 metros de altura da grande cúpula, dentro dos 77 metros de largura espalhados abaixo, o coro de Beauvais poderia acomodar-se confortavelmente. Assim, e durante muito tempo, fica fixo o protótipo, irregular e gigantesco, da igreja bizantina de planta central, desajeitadamente colocada, quase desajeitadamente assente no chão, mas cujo interior, com o esplendor dos mosaicos, oferece a Deus uma pintura cujo poder lembrará o do príncipe. O fato de San Vitale, em Ravenna, Itália, ser menor ou de San Apolinário seguir o modelo da basílica nada mais é do que uma característica regional: ali também se estabelece o vínculo entre o imperador, presente entre seus oficiais, e o poder divino.

O programa justiniano baseava-se nos termos da unidade, da romanidade e, também, da imobilidade. O poder se esforça para eliminar toda dissidência em relação a uma norma que é a do império cristão. É concebido como nascido de uma herança, mas não aberto a qualquer mudança. Memória mas não projecto, perpetuidade mas não futuro: esta posição, pouco inteligível à mentalidade actual, explicaria doravante as orientações da política de Bizâncio. Isso fica demonstrado, por exemplo, na concepção legislativa: uma vez compilados o *Digest* e o *Código*, todo o material é destruído e todos os comentários são proibidos a partir de agora. Na realidade, as paráfrases e traduções latinas escaparam à proibição, enquanto os próprios *romances de Justiniano* refletem a pressão das circunstâncias e atestam o início das evoluções práticas. Embora a sua língua seja doravante o grego e o latim pareça ter perdido o seu papel oficial, os contactos culturais não são interrompidos, pois são também contactos políticos, como o demonstra de Roma a Constantinopla pela actividade do Aniciano, um dos mais importantes Famílias romanas da época, com as quais o Papa Gregório Magno talvez estivesse relacionado. Mas a reconquista do Ocidente continua a ser o grande projecto histórico, ou melhor, cultural de Justiniano.

Grandeza e limites da "reconquista romana"

Já no limiar da época que analisamos, a intervenção de Leão I em África com meios poderosos marca o regresso à grande política, pois responde não a uma ameaça directa mas a uma exigência do Império Ocidental nas vésperas da sua queda. Anastácio limita-se inicialmente a guerras defensivas no Cáucaso contra o povo guerreiro dos Zani, abrigado no seu refúgio nas montanhas; na fronteira da Mesopotâmia, com um importante esforço de fortificação, e, finalmente, nos Balcãs, onde, desde o reinado de Zenão, se juntaram os eslavos "antas" e os "esclavemos", e elementos turcos já designados como "búlgaros". exercem uma pressão que piora sob o mandato de Anastasio. Por outro lado, a ação de Anastácio entre as tribos árabes da estepe sírio-palestina tentou proteger as províncias das suas incursões, então muito ativas, e dirigir a sua força contra a Pérsia. Neste sentido, o imperador apoia a conquista do Himiar pela Etiópia, o que reforça uma cristianização vinda de Alexandria, e portanto monofisita. Assim, a rota marítima essencial que vai de Eilath (Aila) ao Golfo Pérsico e à Índia está liberada para os navegadores bizantinos. O conflito reabre sob Justino I, quando o rei de Himyar fica do lado do judaísmo, o que significa que rejeita a tutela da Etiópia e o patriarcado de Alexandria. Apoia-se, pelo contrário, no principado árabe de Hira, fiel, por sua vez, aos seus cultos tradicionais. Mas uma nova expedição etíope subjuga o reino rebelde, circunstância da qual Bizâncio se beneficia. Justino I também consolida a posição bizantina no Cáucaso. Como soubemos, tanto as expedições como as operações de defesa são realizadas, a partir de agora, com forças próprias do Império. Desde os anos em que os isaurianos enfrentaram a população de Constantinopla ou de Rodes, nas vésperas da sua guerra com o poder central, eram mencionados como trabalhadores temporários em estaleiros monásticos no norte da Síria. Após a queda do reduto isáurico, são deportados para a Trácia para reforçar a defesa da província. E desde o reinado de Leão I aparecem como homens de armas nas tropas privadas recrutadas pelos grandes proprietários para a sua estratégia patrimonial, e por vezes entregues por eles aos exércitos regulares, em caso de necessidade. Esses *bucellarii*

("comedores de bolo de soldados") desempenharam um papel importante nas guerras justinianas; e não eram apenas homens da Isáuria, mas também da Trácia, por exemplo. Justiniano tinha, portanto, ao seu advento, um exército mais provinciano do que composto por bárbaros, embora estes nunca estivessem ausentes. O seu lugar é mesmo predominante nas expedições da Itália e mesmo (não nos surpreendamos com isso) depois de 540.

Justiniano deixa um modelo, um horizonte, na tradição imperial de Bizâncio: a restauração da antiga unidade através da reconquista do Ocidente. Chamado por ocasião dos conflitos dinásticos, interveio em 533 na África, onde o seu general, Belisário, fez uma campanha triunfante, e em 535 na Itália, onde o mesmo general desembarcou na Sicília, passou depois pelo Estreito de Messina e entrou em Roma em 536 e em Ravena em 540.

Esses eventos não deveriam ser minimizados, como muitas vezes se faz, porque tiveram duração desigual. O "triunfo" de Belisário na Roma antiga e a chegada dos "romanos" ao Pó não representam um regresso ao tempo de Constantino? A Gália e a Hispânia continuavam desaparecidas, é verdade. Mas ainda havia muito tempo pela frente. É nestas expedições que mais se destaca a importância dos bucelários recrutados aos milhares e colocados ao serviço de generais como Belisário ou Germanos, primo de Justiniano: sinal ao mesmo tempo de uma certa abundância de homens e da crescente poder privado do qual veremos outras características nas campanhas.

Mas se a memória de Bizâncio permanece no Ocidente, a sua história presente e futura está em jogo nos Balcãs e ao longo da fronteira oriental. No início do reinado, a guerra persa foi levada a cabo, com algum sucesso, na Mesopotâmia, em Lácia e, sobretudo, na Arménia. É marcada pelas grandes ofensivas do inimigo, que o levam a Antioquia em 529, e especialmente em 540, ano em que a cidade cai momentaneamente em seu poder, e o tratado concluído em 533 é quebrado. De 531 a 579, o trono da Pérsia é ocupada por Chosroes I, cujo reinado marca um grande século político e cultural, o da Pérsia Sassânida que a conquista islâmica ofuscará embora sem conseguir apagá-la. Homens e dinheiro também são abundantes aqui, talvez prata? É possível. Os povos bárbaros aglomeram-se em torno das duas potências imperiais. Ao norte, Justiniano subjuga definitivamente os Zanos do Cáucaso. Os "hunos" invadiram a Ásia Menor como fizeram sob Anastácio, mas acima de tudo, ao controlarem as rotas da seda continental chinesa, pressionaram Bizâncio e os persas, quando não são mercenários de um ou de outro. Os "búlgaros" tornaram-se fortes nos Balcãs e devastaram a Trácia e a Macedónia em 540. Por outro lado, Bizâncio consolida em seu benefício e contra a Pérsia a confederação das tribos sob o comando dos Gassânidas, que estabelecem seu centro na estepe síria, Sergópolis (Resafa), a cidade de São Sérgio, enquanto os Lakhmies estão em o chefe de uma organização semelhante que luta em nome dos persas. Finalmente, no sul, Justiniano continuou a acção diplomática, evangelizadora e militar que constitui a política externa de Bizâncio, por um lado em direcção à Núbia, por outro, e sempre, nas proximidades do Mar Vermelho, a rota marítima bloqueada pela Etiópia e Himyar.

A viragem militar parece ser um pouco anterior à viragem financeira e social, o que fará da primeira uma causa da segunda. Já em 540, a reconquista ocidental perdia força. Na África, uma insurreição berbere ameaça o que foi adquirido entre 544 e 548. Na Itália, o novo rei dos ostrogodos, Totila, inicia uma resistência em 541 que durará até 555. Em 552, porém, Bizâncio lança uma guerra na Hispânia devido, também aí, a um conflito ao mesmo tempo dinástico e religioso, que lhe confere uma parte da península. Em 561, a conquista

da Itália foi concluída nos Alpes venezianos. No mesmo ano, foi concluído um tratado de dez anos com a Pérsia. Nos Balcãs, a pressão agravou-se a partir de 544, desencadearam-se outras ondas que alteraram as circunstâncias políticas: os hunos Cutrigure, os "búlgaros" que tinham os "esclavenos" sob o seu comando, devastaram a Trácia com crescente intensidade e ameaçaram a capital, da qual os hunos já alcançaram a periferia. Em 558, chegou a Constantinopla a primeira embaixada de outro povo turco, os ávaros, que acamparam no Danúbio em 561. Esta série de ataques, batalhas e negociações que ocuparam os últimos dez anos do reinado de Justiniano marcou na verdade o início de uma nova era. nesta parte do mundo.

JUSTINIANO: AS DIFICULDADES

Os tempos não são homogêneos de 457 a 565. Um primeiro período, que pode ser encerrado em 518, acumula em poucas décadas e, simultaneamente, guerras distantes ou provinciais e turbulências urbanas, um formidável boom monástico e um progresso nas construções de todos tipos; uma evolução que é acompanhada por modificações nas formas fundamentais de sociedade e de produção. Um lento aumento da população durante o século ^v, que atingiu um limiar de pressão demográfica em torno de 450-460, explicaria muito bem tal concomitância, desde que apoiada por uma abundância de tropas, fundamentalmente ouro, instrumento de defesa interna e externa. política. Esta atividade histórica é paralela a uma rigidez social. Os sinais de atividade e rigidez tornam-se indiscutíveis com Justino I, e com Justiniano: mais especificamente, a partir de 550 torna-se evidente uma ruptura.

O peso dos homens e do ouro

É evidente que não temos números demográficos fiáveis, ou melhor, possíveis estimativas globais através das quais possamos apreciar os dados que procuramos nos documentos: número de monges num mosteiro, ou contribuintes numa aldeia, tropas num exército . fornecido por redação experiente, etc. A arqueologia sugere variações populacionais em um território, mas as pesquisas nesse sentido ainda são insuficientes. O que se segue é, portanto, uma pura suposição, simplesmente justificada pelo desejo de explicar da melhor forma possível o maior número de factos. É verdade que o século ^{iv} e a primeira metade do século ^v não conheceram desequilíbrios ou catástrofes de grande escala. E isto foi suficiente para que a população crescesse, apesar da mortalidade infantil e sazonal, da fome frequente e da nutrição insuficiente, e da má saúde pública. Pode-se observar pelos túmulos familiares que os casamentos provinciais muitas vezes ultrapassavam o limiar do nascimento de quatro a seis filhos. Ora, uma sociedade cuja produtividade era simultaneamente inelástica e fortemente dependente da energia humana deve ter apresentado muito mais flutuações do que os números nos mostram. Os fatores negativos poderiam ser o sangramento catastrófico, por um lado, e, por outro, aquele segundo fenômeno que abrange mas supera o primeiro, uma diminuição alarmante no número de casais reprodutores.

Esta redução pode ter tido causas demográficas. Um deles, de primeira grandeza, foi a peste. A doença bubônica é descrita em textos médicos, mas não identificada na história do Alto Império, onde duas graves epidemias, no final do século ^{II} e em meados do ^{século III}, são difíceis de definir com exatidão, embora pudessem ter sido varíola. Por outro lado, quando a peste irrompe no final de 541, vinda da Etiópia através do Egito, Procópio e outros historiadores a descrevem com uma precisão que prova a sua novidade. Na primavera de 542, ele chegou a Constantinopla e devastou o Império tanto quanto o Ocidente. Uma lei de março 544, que prescreve o retorno aos salários anteriores, declara-o encerrado. Embora, de facto, continue ameaçador, e a historiografia o mencione aqui e ali, em 557-558, 572-574, 590, 599, e mesmo no século ^{VII}. A epidemia de 541-544 causou, sem dúvida, grandes danos, amplificados pela ruptura social que acarretou, e que teve repercussões na perda de filhos das gerações futuras. A década aberta pela peste foi marcada por outras calamidades, em particular uma epizootia catastrófica em 547-548. Todo o reinado de Justiniano foi marcado por frequentes períodos de fome. Será necessário ver aqui os sinais de um período de seca, de que também seria um indício a crescente agressividade dos nômadas nas estradas orientais? É possível. Mas também se pode pensar que a extensão, em qualquer caso muito grande, da devastação da peste e da fome está em correlação com uma população que atinge um elevado grau de densidade em relação aos recursos, no final do lento aumento anteriormente assumido que para após 550. No entanto, o declínio também será lento. Pois bem, implica causas sociais de desequilíbrio demográfico e de falta de procriação, claramente visíveis entre 450-460, e que atingem a sua expressão máxima no reinado de Justiniano, mas cujo efeito continua a ser cumulativo, a médio ou longo prazo. Se deixarmos de lado os empreendimentos militares, e o problema das regiões constantemente expostas aos bárbaros, estas causas inscrevem-se nos três espaços acima definidos, o deserto, o campo e a cidade, e na relação que existe entre eles. Voltaremos a encontrá-los, então, na história social do período.

A história militar, a história interna das cidades, mosteiros ou edifícios não é possível sem uma abundância de moedas de ouro para financiá-la. A guerra vândala de Leão I, a construção do complexo monástico do Monte Admirável, ao norte de Antioquia, sob o comando de Zenão, são os primeiros exemplos. Mas são as medidas financeiras e fiscais de Anastácio que levam a melhor, depois destas primeiras despesas também elevadas. Em 498, o imperador abole o imposto sobre o ouro e a prata cobrado sobre bens e serviços, incluindo a prostituição, ao mesmo tempo que declara que o imposto sobre os campos deve ser cobrado em ouro. Por outro lado, criou uma moeda forte de bronze, o *follis*, destinada às mais importantes das pequenas transações, a fim de reavaliá-las e aliviar o circuito do ouro. Por último, restaura a ordem do sistema aduaneiro e dos pagamentos aos funcionários, ou pelo menos esforça-se, antes de muitos outros, para proibir os aumentos praticados por estes últimos. Mas o *follis* não deixou de se desvalorizar em termos de troca com o ouro, apesar de uma medida de recuperação tomada por Justiniano em 529. Os dotes das jovens das províncias, os tesouros dos mosteiros, os rendimentos constituídos em seu benefício, as doações que lhes são feitas são mais do que nunca avaliadas em ouro, enquanto as poupanças pagas diariamente pelos trabalhadores são avaliadas em bronze.

Muitas vezes se pensou que o ouro do Império foi consumido durante os séculos ^{ve} e ^{vi} devido aos tributos pagos aos bárbaros, às compras estrangeiras, às especiarias da Índia, à seda chinesa transportada através da Pérsia e aos mercenários escandinavos, embora a

exportação de metal fosse oficialmente Entrada. As constatações dos salários, da Suécia à Ucrânia, parecem confirmar esta hipótese, e é verdade que, segundo o testemunho do referido comerciante Cosmas, o salário em ouro bizantino era mais importante que a moeda de prata persa mesmo no mercado do Ceilão. Mas parte do ouro pago aos bárbaros ou mercenários talvez tenha reentrado no Império através de compras. O problema da seda foi resolvido com a introdução do verme no Império por volta de 553 ou 559. Posteriormente, as reservas de ouro foram renovadas pelo metal das minas do Sudão, mas sobretudo pela conversão sempre possível dos objetos acumulados pelo palácio, os poderosos e os estabelecimentos religiosos. Finalmente, o governo de Justiniano usa e abusa de procedimentos tradicionais: venalidade de acusações; criação de um monopólio em benefício das corporações do capital, que elas pagam; o monopólio imperial da seda não trabalhada quando ainda era importada; confisco de propriedades dos pagãos e hereges da Ásia Menor, em particular; aumento da extorsão fiscal, cujos meios descrevemos; atraso no pagamento dos soldados, enquanto alguns oficiais, como sabemos, omitem conscientemente a exclusão dos falecidos das listas. Todas estas pressões parecem acumular-se depois de 540, ao mesmo tempo em que a peste e diversas calamidades afligem a população.

A efervescência da cidade

Os conflitos urbanos intensificaram-se muito desde 450, especialmente na época de Justiniano, colocando um problema de história demográfica, política e social. Sem dúvida, a população relativa das cidades aumenta. A arqueologia prova isso para nós, de Aleppo a Jerusalém. E os textos mostram que esse aumento não é saudável. Vão para a cidade para fugir das dificuldades sociais do campo, e para a capital porque procuram refúgio dos problemas das cidades do interior. Os *Romances* de Justiniano, preocupados em conter o movimento, torrencial a partir de 530, nos fornecem boas informações sobre o assunto. Aqueles que chegam são muitas vezes vítimas tanto dos proprietários de terras, como do tesouro e da justiça corrupta dos governadores. Sem esquecer, claro, a peregrinação pura e simples, a instabilidade dos pobres, a inquietação que lança nas estradas e nas ruas aqueles “monges errantes” que os cónegos não deixam de condenar sem sucesso; nem a atração que arrasta para algum santuário de renome como o Monte Admirável, ou para a Terra Santa. A cidade só consegue responder parcialmente a esta tendência. Dá trabalho na construção de edifícios, cisternas ou muros, ou em obras públicas, mas muito pouco porque quem chega oferece mão-de-obra não qualificada. Pelo contrário, o trabalho artesanal qualificado parece ser escasso, talvez tendo conseguido estabilizar-se face à procura crescente. As associações artesanais tendem, com efeito, a tornar-se grupos de pressão, defensores de um monopólio ou, pelo menos, de uma posição de força. Já em 459, um processo gravado em pedra publicou em Sardes as disposições relativas a litígios e quebras de contrato entre artesãos da construção, membros da associação e seus empregados. Uma *novela* de 538 propõe condições vantajosas aos jardineiros que façam frutificar os terrenos localizados no entorno da capital. Na mesma época, Justiniano concede, ou melhor, vende, às associações da capital uma situação de monopólio, mesmo face à peste, que provoca um aumento excessivo de todos os salários, atestado por uma *novela* de 544. Em 539, prevê a

capital com um magistrado especial, o *quesitor*, a quem cabe controlar os recém-chegados, expulsando-os se a sua permanência não for justificada, e empregando-os em obras públicas e padarias. Esta lei alude ao perigo do crime, enquanto outra denuncia os malefícios dos cafetões que ameaçam os camponeses que ainda são crianças na cidade. Na falta de trabalho, quem chega procura ajuda. Embora as propriedades de Constantinopla e Alexandria mantenham o privilégio do “pão público” para os seus habitantes de jure, a beneficência é doravante uma atribuição da Igreja. Escravos e colonos fugitivos, devedores do tesouro, demandantes infelizes refugiam-se nos terrenos de asilo, ganhando a vida enquanto esperam por dias melhores. Camponeses, andarilhos, inválidos de qualquer espécie pedem ajuda a estabelecimentos de caridade, que se multiplicam nas grandes cidades, e são cuidados por monges e, cada vez mais, construídos e doados por imperadores. Alguns oferecem um serviço verdadeiramente hospitaleiro. Todos distribuem comida, pelo menos durante as férias. As associações piedosas de leigos também prestam a sua ajuda, recolhendo os desamparados, vivos ou mortos.

Este movimento populacional provoca necessariamente um problema político que a instituição cidadã tradicional é incapaz de assumir, mas que se manifesta no agravamento dos motins. Na verdade, é significativo que as causas explícitas nada mais sejam do que reivindicações materiais. Sem dúvida, as dificuldades de abastecimento, a gestão ineficaz, as medidas impopulares provocam agitações violentas, incêndios, apedrejamentos às autoridades, mortes de homens; Eles até se matam perto de pontos de água em períodos de seca. Mas a “pobre agitação” em Constantinopla no ano 533 contra uma “súbita desvalorização da moeda” constitui um caso excepcional. E quando o *demos* de Antioquia se revoltou em 540 contra a proximidade dos persas porque “buscavam a revolução”, isso sugere que a motivação social está, sem dúvida, coberta na consciência dos atores por um tipo de expectativa escatológica. Por outro lado, são consideradas características as brigas entre confissões ou agressões contra os isaurianos. As brigas de rua contra os judeus se multiplicam em Alexandria e em outros lugares. A única resposta da instituição é aumentar e estruturar o papel das facções no autódromo.

Lembremos que o simbolismo das quatro cores, logo reagrupadas em duas, Azul e Verde, e o do hipódromo, imagem do mundo onde reina o soberano, remonta ao século ^{iv}, pelo menos na nossa história, desde a sua os antecedentes ainda são mais antigos. O papel destas facções afirma-se sobretudo no século ^v, e mais especificamente a partir de Anastácio, antes de ser eclipsado no início do século ^{vii} ou, melhor, de ser reduzido desde então a uma componente pacífica do simbolismo oficial. Os seus membros a tempo inteiro constituem tanto a milícia de cidadãos, que trabalha e monta guarda nas muralhas, como os interlocutores do diálogo ritualizado com o soberano no hipódromo. Aparecem estruturados, com um comandante, um administrador, um conselho, um porta-voz e um determinado capital. Os Verdes têm patronos conhecidos. Mas a actividade das facções não se limita à capital, nem ao espectáculo, nem se limita ao hipódromo, onde os povos antigos se destacam contra o poder imperial. O Azul e o Verde confrontam-se em lutas que chegam também à rua, intervêm na efervescência de diversas circunstâncias e, se necessário, contra o próprio imperador. O episódio mais significativo a este respeito é a famosa sedição *de Nika* (“Vitória...!”) que em 532 colocou Justiniano em perigo, e foi desencadeada pelas duas facções na sequência de uma repressão motivada pelos excessos dos Verdes. Se acreditarmos em Procópio, por esta altura, e talvez por instigação velada de Justiniano

antes do seu advento, as facções e os seus "jovens" tornaram-se abertamente organizações de banditismo, roubando, violando, matando por encomenda. A sua mobilização não está de forma alguma ligada ao aumento do número de pessoas pobres e desenraizadas. Pelo contrário, limitaram-se até às boas famílias. E toda a cidade da Antiguidade que está a chegar ao fim está sem dúvida aí, nesta delegação de todos os antagonismos, nesta cristalização formal da violência latente sustentada pelas condições de vida urbana.

O declínio camponês

Embora as cidades cresçam desproporcionalmente, especialmente as maiores, os campos não ficam vazios. Mas embora a organização das aldeias permaneça inalterada, numa forma que atravessa os séculos, o desenvolvimento da dependência patrimonial e a ascensão de mosteiros produtivos em certas regiões, no norte da Síria, na Mesopotâmia e em torno de Jerusalém, introduzem modificações importantes. Com efeito, o domínio evolui menos como explorador direto do que como cobrador de rendas e, sobretudo, como um poder que privatiza o poder público, a sua ordem, as suas exigências fiscais em seu benefício, muitas vezes com base numa delegação. Temos testemunhos de tropas, polícias e prisões privadas fundamentalmente de 450. Constituem uma ordem que ora é de propriedade legítima, ora de prolongamento abusivo desta através da prática do clientelismo, seja imposto ou voluntariamente aceite. Os bens dos Apiões, no Egito, cujos arquivos possuímos, eram no século VI um pequeno Estado dentro do Estado. Ao final, a atitude do poder central é ambígua, pois se divide entre uma exigência fiscal frustrada e uma solidariedade natural com os grandes latifundiários - à frente dos quais está o próprio imperador, como será lembrado -, entre os quais estão também as igrejas, como as de Alexandria, cuja forma de riqueza é a base do poder social e político por excelência tal como era então compreendido. Da mesma forma, os *romances* de Justiniano lamentam, depois de 530, que a prosperidade das aldeias montanhosas desafiasse o poder público, do qual lhes foi roubada alguma protecção local, isto é, à ponta de uma faca. O poder central esforça-se, portanto, por fortalecer a ordem pública, reunindo os poderes civis e militares tradicionalmente separados, um esboço do sistema que se generalizará mais tarde. Por outro lado, sob Justiniano e Justino II, as concessões de autonomia fiscal multiplicaram-se nos limites de um domínio onde os agentes fiscais não podiam entrar e cujo proprietário cobrava e pagava o imposto, o que equivalia a reconhecer um terreno público. autoridade e um poder de dedução fiscal sem limitação externa.

Ao pesado fardo camponês acrescenta-se a parte correspondente à Igreja, fundada numa outra relação de poder. Encontramos aqui ofertas voluntárias, regulares ou ocasionais, embora também com a extorsão ocasional praticada pelo padre rural que nega os sacramentos a quem não quer pagar por eles. A punção é feita dentro da estrutura do sistema de crenças. Além disso, onde a igreja é privada, o que é comum no Egito, estas entradas específicas correspondem aos rendimentos patrimoniais.

A partir daí, podemos observar uma condição camponesa que é desigualmente dura dependendo da região e da época. Os camponeses da Ásia Menor são esmagados, depois de 545, pela conjunção da destruição demográfica devida à peste, à crescente procura fiscal e a uma série de anos maus. Os da Trácia enfrentam agressões cada vez mais duras dos

bárbaros. O poder central reprime a dissidência religiosa regional, os samaritanos da Palestina, os hereges e os pagãos da Ásia Menor, a fim de alcançar a unidade ideológica e fazer circular o tesouro através de confiscos. Estas dissidências têm importantes bases camponesas. No entanto, se observarmos a resistência violenta, como a dos samaritanos, os assassinatos e mortes voluntárias entre os hereges, ou como os camponeses trácios engrossam as tropas da tentativa de Vitaliano em 513, não se observam revoltas camponesas per se. A sociedade camponesa reage decompondo-se. Não através do banditismo, que é uma actividade normal em regiões como a Isauria, mas através da fuga. A família é desmembrada, a terra é abandonada, o camponês se livra do seu fardo quando este é agravado por qualquer poder que ultrapasse os limites do suportável. O campo envia os seus homens para a cidade, através do exército recrutado pelos grandes e, sobretudo, sem dúvida, para o campo e para o convento.

O mundo dos monges

Já vimos acima o que era o deserto e também como o mundo foi deixado à solidão, um a um ou dois a dois, ao artesanato eremítico, ou à vida comunitária. Também mostramos a ascensão monástica urbana ligada à caridade. Mas esta época caracteriza-se sobretudo por um grande desenvolvimento das comunidades fora das cidades através de duas modalidades: a laura (*lavra*) e o convento (*koinobion*). A laura assenta numa fórmula semicomunitária: habitat individual, património comum, encontros de fim-de-semana e direcção material e espiritual de um só, o *higumeno* (“o condutor”). O funcionamento do modelo é descrito na *Vida* do mais ilustre dos monges palestinos, Sabas, falecido em 532, cuja fundação perdura até hoje. Instalada num terreno árido como, por exemplo, o deserto de Judá, uma laura limita-se à produção artesanal, mas conta com um “jardim”, neste caso às margens do Mar Morto. Aos recursos próprios somam-se ofertas em dinheiro, que permitem sobretudo a aquisição ou construção de imóveis. Foi assim que Sabas construiu a sua laura e adquiriu instalações em Jerusalém para albergar os seus monges. Esta fórmula é desenvolvida na zona árida do Egito e da Palestina. Nas regiões susceptíveis de produção, no Egito, em torno de Belém, no norte da Síria, na Mesopotâmia, multiplicam-se os estabelecimentos comunitários de produção de trigo, vinho ou azeite. As escavações mostram, neste caso, um habitat coletivo. Estes estabelecimentos desempenham também uma função caritativa e hospitaleira que pode tornar-se essencial se estiverem localizados num importante eixo de circulação. Tanto os calcedônios da Palestina e Antioquia quanto os monofisitas do Egito e da Mesopotâmia constituem a força monástica. Recebem ofertas monetárias, em dinheiro ou sob a forma de rendimentos que garantem a sua atividade e desenvolvimento. Suas terras, como todos os bens da Igreja, são inalienáveis e às vezes provêm de desmatamento. Os limites do asilo situados no interior de Siríus ou da Panfília sugerem uma forma de atração que estes mosteiros poderiam exercer. A *Vida de Simeão Estilita, o Jovem*, falecido em 592, descreve os trabalhadores, por vezes vindos de longe, os doentes curados que oferecem o seu trabalho já que o dinheiro não é aceite, a oficina de construção sempre aberta, cuja importância confirmaram as escavações do Monte Admirável, perto de Antioquia. Mas já nesta altura alguns mosteiros também se comportavam como proprietários de terras, isto é, como cobradores de receitas.

O movimento das fundações monásticas insere-se claramente naquele grande século que decorre entre 457 e 565. Assim, a cruzada confiada ao bispo monofisita João de Éfeso em 542-543, resulta na colonização monástica das terras confiscadas aos pagãos da Ásia Menor. As fundações diminuem consideravelmente depois de 550, ao mesmo tempo que a pressão humana, como se poderia pensar, e os recursos financeiros. Porém, os mosteiros existentes levaram séculos para serem extintos, quando não sobreviveram até hoje, como o de Santa Sabas, de Santa Catarina do Sinai, concluído por volta de 556, e alguns outros, que mantêm a presença histórica do helenismo bizantino em países onde o Cristianismo Oriental e Islamismo.

fracasso religioso

A continuação da reconquista não consegue restaurar ao papa o lugar eminente, no sistema mundial, que a antiga Roma tinha tido. É a nova Roma que tem o poder. Depois da reconciliação levada a cabo no início do reinado de Justino I, o papa continua a ser um possível árbitro, referência que Justiniano se esforça por obter na sua procura de um compromisso capaz de resolver a questão monofisista e que estuda em virtude da dogmática competência do imperador. Neste campo de unidade religiosa em torno de um *credo imperial*, Justiniano teve sucesso misto. Os monofisistas representam uma coerência cultural demasiado forte, agora nacional, com dois pólos, o sírio e o copta, para os fazer regressar ao coração da ortodoxia. No entanto, um conflito doutrinário divide o Egipto entre Severo de Antioquia, que lá se encontra refugiado, e Juliano de Halicarnasso, cujas opiniões radicais sobre o sofrimento e o corpo de Cristo ressoam em muitos monges. Justiniano intervém estabelecendo, em primeiro lugar, uma hierarquia classificada, ainda hoje, como *melquita* ("do soberano"), segundo a sua própria doutrina. Efrém, que ocupou a sé de Antioquia de 527 a 545, é um alto funcionário, conde do Oriente. Da mesma forma, Apolinário, patriarca melquita de Alexandria de 551 a 570, é um *doge* (comandante militar). O poder central tende a conferir autoridade total sobre a província. Por sua vez, a Igreja Monofisita adquiriu uma fisionomia nova e duradoura sob o impulso de Jacob Baradaí, que chegou a Constantinopla por volta do ano 528, membro do círculo monofisita protegido por Teodora, e ordenado graças à sua influência como bispo de Edessa em 541. Esta dignidade permite-lhe renovar, até à sua morte no ano de 578, um clero que estava em vias de extinção e que a partir de então até hoje assumirá o nome de jacobita. A confederação tribal (*filarquía*) dos árabes da Síria e as missões que sobem o Nilo em direção ao Sudão somam-se ao peso político do Monofisismo, cujo florescimento intelectual no domínio sírio é então brilhante, como mostra a historiografia de João de Éfeso e a filosofia mística de Esteban bar Sudaili, entre outros. Nestas circunstâncias, o compromisso proposto por Justiniano em 543 ou 544, que consiste em condenar "três capítulos" extraídos da ata do concílio de Calcedônia, não tem chance de sucesso. Nem um nem outro o aceitam, embora o Papa Vigílio seja convocado por esse motivo a Constantinopla, cidade onde chega em 547, em plena campanha de reconquista bizantina. O saldo do reinado em relação aos Monofisitas é, portanto, zero. Embora seja verdade que a sé de Alexandria ainda esteja nas mãos dos calcedônios depois de Apolinário, que usou de violência e persuasão, nem o campo nem os monges a apoiam. A situação é semelhante em Antioquia e na Síria,

enquanto o monofisismo parece progredir na capital no final do reinado. A vitória do Islão, ou mais precisamente, a derrota de Bizâncio na Síria e no Egito, talvez nos permita ler nas entrelinhas desta história.

A mesma observação pode ser feita em relação aos judeus, afetados por deficiências civis, mas cuja religião não foi proibida, embora o fossem os casamentos com eles e as conversões ao judaísmo. Seguindo o princípio da sua competição imperial, Justiniano intervém num debate que divide as comunidades judaicas e que, sem dúvida, afecta a sua relação com o Império. Com efeito, os judeus desta época estão divididos entre a tradição grega, herdeira do judaísmo alexandrino, e a corrente rabínica, baseada na exegese nas línguas hebraica e aramaica, e, no século ^{vi}, nos florescentes bairros judeus da Pérsia. O Talmud Babilónico foi aparentemente fechado por volta de 500, mas a exegese continua. Ou seja, por um lado existe a cultura clássica, fundamentalmente a filosofia grega, e por outro, um conjunto monumental de tradições, em que a cultura imperial não está ausente, sob formas menos refinadas para o resto, mas que dominam o aprofundamento da jurisprudência e ideias religiosas que deram aos judeus como um todo uma particularidade crescente. Assim, a *novela* de 553 autoriza a leitura litúrgica da lei em grego, preferencialmente na chamada tradução dos “Setenta”, e proíbe o uso dos comentários dos rabinos, o que aponta para uma limitação da norma aparentemente mais próxima . à antiguidade judaica, mas também à cultura imperial cristã e, portanto, a mais próxima de uma eventual aproximação. O acolhimento dado pelos judeus do Oriente, primeiro aos persas e depois aos árabes, mostrará que a sua história também seguiu nessa direção.

A repressão sangrenta dos maniqueístas desde o início do reinado e, ao mesmo tempo, da antiga heresia da montanha frígia, por comportamentos subversivos simbólicos ou reais, bem como as medidas tomadas contra o politeísmo tradicional, significam a vontade imperial de purificar definitivamente património cultural. Mas também aqui ocorre o fracasso na prática. Os maniqueístas e os montanhistas estão situados nas profundezas seculares de uma corrente demasiado fundamental para ser liquidada desta forma; Voltaremos a eles mais tarde. Quanto ao paganismo, encontra-se em diferentes níveis sociais. A proibição do ensino feita aos seus seguidores em 529, e o consequente encerramento da Escola de Filosofia de Atenas, centro nevrálgico do Neoplatonismo, afectaram um ambiente intelectual que até então permanecia à margem dos ensinamentos da Igreja. Alguns emigraram para a Pérsia, onde foram recebidos por Khosrow. Por outro lado, a missão levada a cabo por João de Éfeso entre os montanhistas pagãos da Ásia Menor, por volta de 542, teve os traços brutais de uma colonização monástica. Em todo o caso, os antigos cultos sobrevivem no património colectivo, e reaparecem com questões que têm muito eco, como a que envolveu por volta de 580, com ou sem razão, o próprio patriarca de Antioquia.

Um importante reinado terminou em meados de 565 com a morte de Justiniano e outro iniciou sua jornada em 610 com a chegada ao poder de Heráclio. Não há intervalo entre essas duas datas. O curso da história íntima continua na mesma direção, acelera até sob a pressão do império persa e dos bárbaros dos Bálcãs, e conduz o imperador e a sua

Igreja, a capital e as suas províncias, para uma outra Bizâncio. A transição política, cultural e militar iniciada em 565 continuou efectivamente até 615-620, mas a sua importância, embora grande, não residiu na pessoa dos soberanos. Somente por uma questão de clareza da história começaremos com o último.

O fracasso de uma política dinástica

Como Justiniano depois de Justino I, Justino II é filho de uma irmã do imperador anterior. Sua esposa, Sofia, é participante do poder imperial, como mostra sua presença nas moedas. Sofrendo de uma doença mental desde 574, Justino II pensa no trácio Tibério, conde dos *Excubitores*, como o novo César, eleito para o palácio como Justino I havia sido por Anastácio, e o adota. Tibério sucedeu-lhe aquando da sua morte, ocorrida em 578. Tibério, por sua vez, morreu em 582, depois de ter designado como seu sucessor o Capadócio Maurício, também conde dos *excubitores*, e mais tarde comandante supremo no Oriente (*magister militum per Orientem*) na guerra contra a Pérsia; Maurício se casa com Constantino, filha de Tibério. O casal terá numerosos filhos, como um avanço do tipo de família imperial dos séculos vindouros, em contraste com os imperadores sem descendentes diretos do século que se encerra. No entanto, Maurício não é o fundador de uma dinastia: o seu reinado é marcado por conflitos entre facções cuja violência assume proporções de uma guerra civil; Além disso, talvez, fosse herético. Em todo o caso, apesar do seu esforço militar, foi deposto em 602 por Focas, suboficial que a historiografia da época qualificou de “tirano” (ou seja, sem legitimidade), e assassinado juntamente com o seu povo. A confusão dos tempos e as suas próprias crueldades impedem-na de se manter por muito tempo. Seu genro, o patrício Crispo, recorre a Heráclio, exarca de Cartago. As facções acolheram triunfantemente o filho homônimo de Heráclio sob as muralhas da cidade em 610. Heráclio, o Jovem, e seus descendentes diretos ocuparam a história de Bizâncio durante um século.

Não nos faltam fontes para contextualizar esta sucessão de imperadores. À narração dos historiógrafos Evágrio, Teofilacto Simocatta, entre outros, devemos acrescentar as histórias hagiográficas mais marcantes. A *Vida do Patriarca João, o Misericordioso*, falecido em 620, obra do Bispo Leôncio de Neápolis, fala da considerável atividade comercial e financeira da Igreja de Alexandria. A coleção de *Milagres de São Demétrio*, Patriarca de Tessalônica, narra em seu primeiro livro, composto por um bispo da cidade pouco depois de 610, um grande assalto perpetrado, sem dúvida em 597, pelos ávaros e pelos eslavos, os “escravos” de fontes bizantinas. A suposta biografia de um judeu convertido ao cristianismo, Jacó, se passa nas lutas faccionais do início do século VII, enquanto o relato georgiano da captura de Jerusalém pelos persas, em 614, também nota a agitação dos lados opostos. . e o apoio fornecido pelos judeus aos inimigos orientais de Bizâncio. Por outro lado, as escavações fornecem dados, ainda que locais e parciais, sobre a situação.

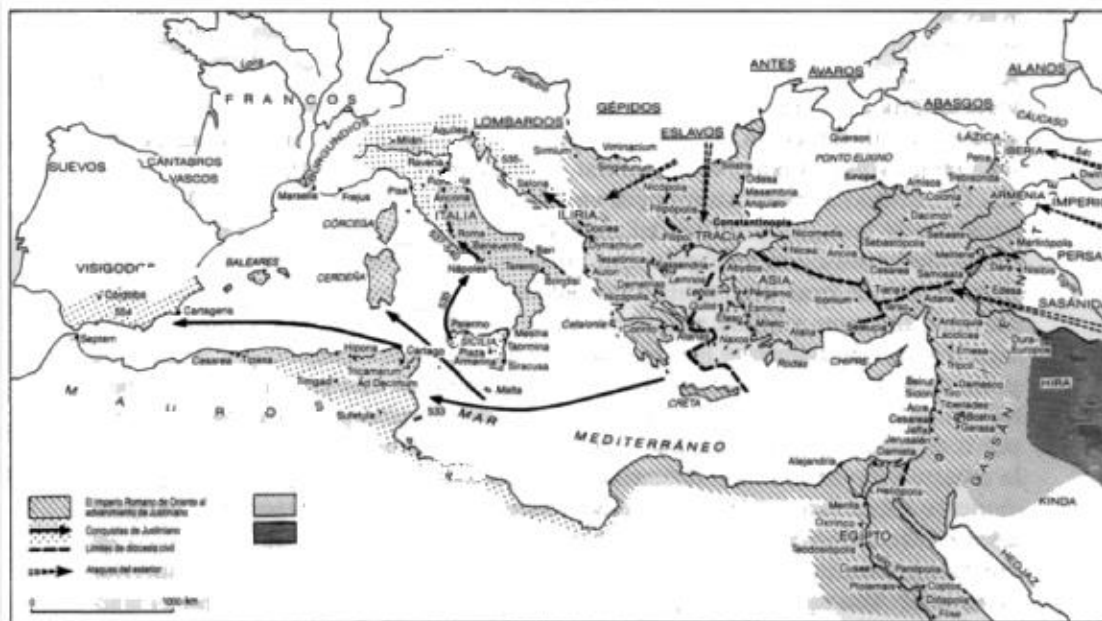
A este respeito, Justino II sem dúvida inicia um ressurgimento, após o declínio que acompanhou a velhice de Justiniano. As suas construções, a sua generosidade ou a restauração do consulado manifestam, em qualquer caso, tal vontade. Mas a época, especialmente no caso das Maurícias, parece atormentada pela agitação. Os exércitos estão agitados e insatisfeitos com salários irregulares e outras medidas. Em 588, as tropas não

remuneradas do Oriente dispersaram-se e dedicaram-se à pilhagem e ao banditismo nos campos. Em 602, o exército da frente balcânica se revolta e leva Focas ao poder. As grandes cidades parecem ainda muito ou demasiado povoadas e numa situação difícil. As facções da capital desempenham o seu papel na queda das Maurícias e, mais tarde, na de Focas. A hagiografia de São Demétrio atribui-lhes, sob o reinado deste, uma explosão geral, em todo o Império, de sedição e criminalidade, motivada, segundo ele, pelo demônio. A tensão religiosa faz parte do mesmo quadro. As Maurícias prosseguem uma política activamente calcedónica, talvez para recuperar a unidade que está a desmoronar-se. Tentou impor o *credo imperial* na Arménia após a vitória de 591, e deixou que o seu primo Domiciano, bispo de Melitene, exercesse uma repressão brutal na Mesopotâmia, caso contrário sem resultado. Por outro lado, o ano de 580 é marcado por um movimento pagão, no qual estão envolvidos os patriarcas de Antioquia e Constantinopla, com revolta em Heliópolis e massacres em Edessa. Os samaritanos revoltaram-se novamente em 594. Finalmente, catástrofes pontuaram este final de século, como as pragas mortais de 573-574, as fomes significativas de 582 e, sobretudo, de 600-603. Porém, a verdadeira característica do período é a pressão bárbara. É ela quem devasta os campos e as estradas, que alimenta o nervosismo dos exércitos e das cidades, que alimenta os conflitos entre as comunidades, entre o poder central e os dissidentes regionais. Um *Tratado táctico* da época, durante muito tempo erroneamente atribuído ao próprio Maurício, descreve as armas e formas de combate dos diversos povos lançados para assaltar Bizâncio, com significativa atenção e qualidade de observação. Na verdade, são muitas as etnias que abastecem tanto os atacantes como os defensores mercenários do Império. A impressão que temos é a de uma multidão que chega às fronteiras, pelo menos relativamente; Pois bem, mais uma vez, não temos números que nos dêem a medida, na nossa escala, destes movimentos de pessoas.

O fim da reconquista

Nos limites da nossa história estão as regiões reconquistadas por Justiniano, a Itália e a África e, ainda mais longe, a Hispânia. Esta última conquista, a mais frágil, é a primeira a ruir sob o ataque visigótico. A África é constantemente ameaçada pelos “mourous”. A Itália foi aberta em 568 à invasão lombarda, mas o que resta da dominação bizantina de forma fragmentada, em torno de Ravenna, Perugia, Roma, Nápoles, Calábria e Adriático, além da Sicília, continua a ser um elemento essencial do dispositivo militar e político de Bizâncio. O reinado das Maurícias traz uma novidade importante. A África antes de 591 e a Itália, o mais tardar em 584, foram elevadas à categoria de exarcados (governos), cujos líderes combinavam poderes civis e militares em suas mãos, deixando a Sicília administrada separadamente. Justiniano estabeleceu esta fórmula para províncias montanhosas particularmente delicadas. Maurício põe-no novamente em prática em relação aos territórios afastados do centro, e estabelece na Itália uma situação que tem consequências importantes: a partir de finais do século ^{vi}, de facto, e mais especificamente sob o pontificado de Gregório Magno (590 -604), o papa é confirmado como o único poder na antiga Roma, enquanto o exarca reside em Ravena. Esta dualidade termina com a queda do exarcado e o nascimento do Estado Papal no século ^{viii}. Ao sul do Império, em 583-584, os

berberes devastaram completamente a terra de Sceta, o atual Wadi Natrun, destruindo um foco monástico do Egito, e até de todo o Oriente.



O Império Romano Oriental com a morte de Justiniano.

Do lado dos Balcãs, a situação distingue-se, desde o início do século ^{vi}, pelo influxo de eslavos sob controlo turco: na segunda metade do século, o seu número aumenta. O elemento turco é formado pelos avarentos, organizados em torno de um chefe e de uma elite guerreira. Eles seguem uma trajetória de leste a oeste que os coloca em 570 na planície húngara, até que, mais tarde, Carlos Magno destrói o seu poder político, ao mesmo tempo ameaçador e frágil. Justiniano e seus sucessores recebem suas embaixadas. Incapaz de derrotá-los, Bizâncio presta-lhes um pesado tributo e deve entregar-lhes em 582 a posição-chave de Sirmio. Durante este período, os eslavos fluíram, em progressão crescente, para a península balcânica, desde a foz do Danúbio, e chegaram a Corinto em 578. Tessalónica foi sitiada pela primeira vez em aproximadamente 586, e pela segunda vez em 597; A guerra é evitada por um tempo além do Danúbio, mas a barreira do rio é rompida em 602. Tibério e Maurício deslocam então populações da Ásia Menor para defender a Trácia, que a insegurança permanente acabou despovoando. Enquanto a organização política e militar dos ávaros nada mais é do que um episódio do avanço dos povos turcos, a penetração eslava nos Balcãs continua sem interrupção e constitui o grande facto do século ^{vii} europeu no Oriente.

No lado oriental, o sistema do século ^{vi} também entra em colapso. O reino árabe dos Gassânidas, um aliado infiel, foi desmantelado em 580. A Pérsia iniciou um brilhante período militar em 572, cujo primeiro desafio foi a Arménia revoltando-se contra ela com o apoio de Bizâncio: no entanto, um tratado acordado em 591 cedeu a Bizâncio a maior parte. A ofensiva persa recomeça com a queda das Maurícias. O comandante da praça de

Edessa revolta-se contra Focas, desencadeando a ofensiva sassânida: os persas entram em pé de guerra e penetram no Oriente bizantino; Em 609 estão na Calcedônia, em frente à capital, e seu avanço triunfante ocupa novamente, e desta vez com muito mais profundidade, os primeiros anos do reinado de Heráclio. Vimos como foi traçada a demarcação que separava tanto os cristãos monofisitas como os judeus do poder bizantino. Os Persas foram os que mais beneficiaram, talvez até mais claramente do que os Árabes, algumas décadas mais tarde, uma vez que o seu poder apareceu durante muito tempo como um possível recurso. A inquieta expectativa da sua chegada pode, portanto, explicar a agitação sangrenta dos judeus contra os cristãos em Antioquia em 609.

Começa assim, a partir de 560-570, a formidável redistribuição dos povos e das soberanias, que atingirá o seu clímax no século ^{vii} com a expansão muçulmana, seguida do nascimento do primeiro Estado Búlgaro. Para além dos textos que pintam com traços repetidos a desolação da Trácia, só a arqueologia poderia dizer até que ponto a organização bizantina do espaço social está decomposta. Graças a ela sabemos que uma cidade da importância de Antioquia nunca mais se levantou depois da invasão persa de 540, nem Aleppo. O estudo dos edifícios de Éfeso, Sardes e Gerasa mostra o empobrecimento da segunda metade do século ^{vi}. A lista de moedas espalhadas num sítio arqueológico, que fornece uma imagem aproximada da circulação monetária local, mostra frequentemente um declínio a partir de Heráclio. O século ^{vii} abre, sem dúvida, uma época de eclipse da cidade como forma económica e social, brutalmente inaugurada para alguns, como Sardes, pela invasão persa de 614, mas, por outro lado, manifesta-se de forma mais profunda. mudanças: a indefinição do antigo traçado urbano, quando os espaços públicos são invadidos por construções privadas, ou blocos de monumentos antigos são utilizados para a construção de muralhas defensivas. Finalmente, os bispos prevalecem decisivamente sobre os curiais, uma vez que há muito que estão mais próximos dos funcionários imperiais do que estes. De resto, o diagnóstico só pode ser regional e pouco rigoroso cronologicamente. Assim, o interior olivícola de Antioquia parece declinar no século ^{vii}, ao mesmo tempo que o mercado urbano que constitui um importante activo económico, ou o comércio marítimo de que Antioquia está à frente. Pelo contrário, algumas pequenas cidades no sul da Palestina, ou alguns mosteiros na Terra Santa, continuam pacificamente, mesmo nos primeiros dias da conquista árabe. Podemos pensar claramente numa mudança na estrutura do espaço e na organização social, ou não passa de um puro incidente circunstancial?: a resposta a esta dupla alternativa não é evidente nem única.

No entanto, a importância cultural do período é considerável. Já vimos a expressão literária da dissidência religiosa nacional. O cristianismo calcedoniano de língua grega produz então algumas das histórias mais significativas da sua literatura edificante, à frente das quais devemos colocar *O Prado (Limonarion)*, no qual o autor, João Moscos (o Carneiro), que morreu em Roma em 619, No decorrer de peregrinações piedosas, reuniu um conjunto de histórias próximas dos contos de fadas, que se espalhariam pela literatura medieval. Também se escrevem histórias sobre as imagens e seus efeitos milagrosos, à medida que vão tomando forma a crença e o culto dado às representações (ícones) de Cristo, de sua mãe e dos santos. As figuras, que respondem a uma tipologia fixa, são executadas em mosaico, ou especialmente com tinta encáustica, sobre suporte de madeira ligeiramente vazado, geralmente de cal. Entre os seus antecedentes está a utilização de retratos funerários, como os que adornam as múmias do Fayun cristianizado; as imagens

colocadas nos túmulos dos mártires, e a imagem imperial que, nos pretórios, no hipódromo e nos vestidos de seda oferecidos pelo imperador, significa uma presença verdadeira do soberano. Já no final do século ^{vi}, acredita-se que existam imagens de Cristo “que não são obra de mãos humanas”. A cidade de Éfeso, levantada em armas contra os persas, atribuiu a sua salvação a um deles. Ao mesmo tempo, o culto a Maria teve um crescimento decisivo. Justino II termina a construção das igrejas de Blanchernas e Calcoprataia na capital, e dota a segunda de uma capela dedicada ao Cinturão da Virgem.

Estes santuários assumem uma importância que não será apagada da vida religiosa de Constantinopla. A iconografia de Maria continua, e diz-se que seu modelo é um retrato executado pelo evangelista Lucas. O culto aos homens santos, vivos ou mortos, também contribui para o novo desenvolvimento das imagens. Relatos edificantes do final dos séculos ^{vi} e ^{vii} atribuem-lhes poderes não só de proteção, mas de intervenção direta nos assuntos públicos e privados. A elaboração do carácter imperial está ligada em certo sentido a esta evolução: ele torna-se verdadeiramente “a imagem de Cristo”, para usar os termos de um texto que descreve a entronização de Justino II. É coroado no seu palácio, e o cerimonial que o rodeia mostra as suas ligações com o patriarca, enquanto este, sob o comando de Maurício, reivindica o título de “universal” (*oikoumenikos*). Tudo isto nada mais é do que o esboço da teoria que será desenvolvida no século ^{ix}. Justino II mandou construir a “Sala Dourada”, bastião da presença imperial durante as cerimônias. Um dado significativo é que a imagem de Cristo está ali colocada acima do trono imperial, o que demonstra a ligação estrutural entre os dois poderes. As facções, cuja violência urbana vive então o seu paroxismo e as últimas décadas ao mesmo tempo, são investidas do papel cerimonial que desempenharão a partir de agora no ritual palaciano e nas aparições públicas do imperador. Os seus homens, que eram os actores dos conflitos urbanos, tornaram-se representantes da grandeza imperial, mantendo no entanto, pelo menos até ao início do século ^{viii}, as suas responsabilidades relativamente à defesa da capital.

Numa palavra, todo o século de Heráclio e Justiniano II já se faz sentir na trama dos anos que encerram o século de Justiniano I. Mas nesta evolução falta um elemento, capaz de acelerar o movimento, até de desnaturalizar cruelmente os seus traços. . Enquanto o Império Romano e o Império Persa tentam se recuperar, uma catástrofe se prepara, repentina e imprevista: os soldados do Islã emergem do deserto.

Segundo

A CONSTRUÇÃO DE NOVOS MUNDOS NO
ORIENTE

(século VII - final do século X)

Capítulo 5

DO MODELO HEGIRIANO AO REINO ÁRABE

do século VIII) 

O mundo islâmico dos primeiros séculos medievais é definido não tanto por uma comunidade de estrutura social ou técnica económica, mas antes pelo predomínio absoluto de um sistema de valores e de um modelo político e cultural que supera os "conjuntos" que o precederam. no espaço geográfico oriental e mediterrâneo, que aniquila a sua memória e consegue reduzir e consolidar os seus vestígios. Mas este mundo em desenvolvimento e construção apresenta as mesmas características gerais dos mundos bizantino e sassânida que substitui: as suas economias e sociedades, quando podem ser objecto de estudo e a sua evolução pode ser analisada, não constituem entidades autónomas cujas sistema Seria um mero reflexo deles; A conquista muçulmana não impõe simplesmente uma linguagem comum aos mundos que unifica, nem impõe apenas um código fiscal como símbolo de dependência efectiva. O Estado, como na Antiguidade, é ao mesmo tempo um espelho das desigualdades e um instrumento repressivo que as codifica e imobiliza; É também o motor da circulação de bens e valores. A partir deste Estado se estabelece uma classe de privilegiados, quase de funcionários, inicialmente composta por todo o povo muçulmano que embarcou na conquista e, posteriormente, por grupos sectários ou clientelas dinásticas; Graças ao Estado, funciona uma economia monetária em que a única função do metal é reforçar a hierarquia através de um imposto fixo sobre a produção de pequenas unidades camponesas.

Tal como o velho mundo, do qual *Dar al-Islâm* (um grupo de países muçulmanos) constituirá um reflexo não só das suas características gerais, mas até dos seus mais pequenos detalhes, o novo mundo é apresentado como uma totalidade; Todos os elementos estão relacionados e, nele, a adesão é profunda e vital: a dúvida constitui o principal inimigo, e é um risco de anarquia social e uma maldição que aniquila a personalidade. O poder, as facções, a família e o pensamento religioso são os motores da evolução social. A propriedade dos meios de produção ou o lugar que ocupa na circulação de mercadorias são factores secundários, pois dependem, antes de mais, do exercício do poder do Estado que é

sempre acompanhado pela total adesão ideológica a uma dinastia governante, que constitui a garantia de justiça, harmonia e salvação. O modelo teocrático encarnado pelo Profeta exercerá a mesma influência em todas as experiências revolucionárias ou conservadoras que surgirão no futuro. Contudo, o pensamento antigo e, sobretudo, a *gnose* serão responsáveis por articular esta sede de unidade e salvação, bem como a esperança apocalíptica nos programas políticos. Analisar as mutações do mundo islâmico entre os séculos ^{viii} e ^{xi} através da aplicação de esquemas de conflito entre os militares burgueses e os militares “feudais” pode, evidentemente, esclarecer certos aspectos de uma realidade que se tem renovado repetidamente, mas sem dúvida contribuirá também para obscurecendo uma originalidade e uma permanência surpreendente.

UM ORIENTE MÉDIO DIVIDIDO ANTES DE UMA REVOLUÇÃO RELIGIOSA

No ano 610, altura em que começa a profecia islâmica, o Próximo Oriente está dividido em dois grandes impérios, duas sociedades monárquicas dotadas de uma aristocracia estatal e de um clero centralizado, mas sem unidade ideológica ou religiosa: identificam-se a Monarquia e a Dinastia, em efeito, com um povo dominante e uma cultura hegemónica. O Próximo Oriente bizantino sujeita, à autoridade dos gregos e à ortodoxia estabelecida em 451 no Concílio de Calcedónia, toda uma série de antigas nações semi-helenizadas cujas opções religiosas, as “heresias”, tentarão reforçar a originalidade do grupos nacionais bebendo na fonte de polémicas teológicas. A perseguição melquita (em nome do rei, o imperador bizantino) nem sempre foi uniforme, nem as opções heréticas, como vimos, foram um simples reflexo de peculiaridades linguísticas e tradições étnicas. No Egipto, onde os melquitas são poucos e as opiniões se concentram em torno da igreja monofisita, a língua copta constitui um elemento unificador eficaz e também um sinal de oposição aos gregos. Por volta de 610, surgiu neste país um clima de terror após o exílio do patriarca Benjamim e a apostasia forçada dos bispos, padres e monges, obrigados a adotar a solução imposta por Heráclio (638) ao problema cristológico, o “monotelismo”. Os sírios e mesopotâmicos, de línguas aramaica e siríaca, estão, pelo contrário, divididos em três confissões: os melquitas são numerosos entre a aristocracia de Jerusalém, onde um único patriarca mantém a Ortodoxia Grega; Os monofisitas, que se identificam com a tendência “jacobita” definida por Severo de Antioquia e depois implantada por Tiago Baradai, pregador itinerante, agrupam-se em torno do Patriarca de Antioquia e a sua força baseia-se essencialmente numa base monástica; temos, finalmente, o grupo constituído pelo cristianismo iraquiano e iraniano cujos bispos escolheram, a partir de 484, a teologia de Teodoro de Mopsuente e estabeleceram, em 485, um *católico nestoriano* em Ctesifonte. Quando, por volta do ano 491, o Imperador Zenão expulsou todos os Nestorianos do Império, ele apenas conseguiu fortalecer a posição desta Igreja semioficial para todos os cristãos do Império Persa. Se os jacobitas da Síria se sentem em comunhão com os coptas do Egipto, estão, por outro lado, separados dos siríacos da Mesopotâmia, bem como dos arménios, que, por sua vez, abraçam maioritariamente a Igreja oficial; A mesma separação existe, por outro lado, em relação aos monotelitas de Antioquia, agrupados em torno do mosteiro de São Marón.

O império sassânida também não está solidamente unificado: para além das divisões “horizontais” entre a aristocracia persa e os povos derrotados e subjugados do Iraque e da Arménia, o próprio mundo iraniano apenas aparentemente se converteu à ortodoxia zoroastriana. Embora tenham sido extintos os fogos sagrados dos restantes ramos herdeiros da antiga mensagem do *Avesta*, o Zorvanismo e outros movimentos heréticos subsistem no inconsciente ou no fervor popular, enraizando-se no coração da corte e agitando as massas. O príncipe Mani havia pregado, no século III, um sincretismo e uma moralidade de verdade absoluta, da divisão dos princípios do bem e do mal, da rejeição da carne e de qualquer obra de morte. Executado no ano de 276, Mani deixou um amplo legado ideológico que ficou indefeso diante da repressão. Por volta do ano 500, no tempo do Xá Kubadh, o filósofo Mazdak arrastou o império para uma guerra desastrosa: apoiado inicialmente pelo mais velho dos príncipes herdeiros, causou depois a sua queda e facilitou a ascensão ao poder do mais jovem deles, príncipes, Chosroes II (Kushráw II). Todo o nordeste do império escapa assim à religião zoroastriana: em torno de Balkh (Bactria), Bactria e dos antigos países iranianos localizados além do Oxus ou Amu Darya, Fargána e Ushrusana nas montanhas, os principados Sogdianos de Samarcanda e Bukhara profundamente convertidos ao budismo. Em Balkh existem mais de cem pagodes (*viharas*), bem como 3000 monges e, sobretudo, o “novo Vihara”, em Nawbihar, cujo prior será o ancestral da poderosa família de vizires Barmeki, na época de os ‘califas abássidas.

Estas fraquezas são, portanto, estruturais: oposição latente de enormes massas camponesas, solidamente apoiadas por uma rede de mosteiros e pregadores itinerantes; resistência moral e fiscal combinada em províncias inteiras; finalmente, as divisões teológicas dos círculos políticos e religiosos das cortes reais, sempre dispostas a procurar uma solução geral ou a seguir uma “heresia”. Durante os anos 600-610, a esta situação somou-se o esgotamento devido à guerra feroz entre os dois impérios: esta foi levada a cabo em grande parte com a ajuda de guerreiros pertencentes aos dois principados árabes/vassalos, ambos cristãos, o dos Gassânidas, localizado nas fronteiras da Síria, e o dos Lachmies, nas margens do Eufrates. Desta forma os árabes, até então confinados à reserva de valores e princípio de liberdade que constitui o deserto, são gradualmente introduzidos no grande conflito teológico e político do Oriente.

Esses árabes são, fundamental e etimologicamente, -nômades. Ao sul estão os árabes “puros” e ao norte estão os “arabizados”, todos unidos e federados pela caravana e centro religioso de Meca, guardado pela tribo dos coraixitas. Ao norte encontramos um mundo de pastores, conservadores, apegados aos valores de liberdade impostos pela estrutura tribal ou pelo estado de guerra permanente entre grupos; A sul encontra-se um mundo urbano, isolado da evolução religiosa e cultural dos países semitas devido à barreira do Deserto Árábico, orgulhoso da sua tradição de liberdade (é o único povo semita autónomo) e dotado de estruturas sociais e culturais. arcaização (cidades-estado, panteões locais). As guerras, que lançam novas forças para atacar o Iémen, travam o processo evolutivo do reino iemenita de Himyar, que avança para um império militar e para um monoteísmo judaizante. Por outro lado, reforça-se a solidariedade dos árabes do sul e do norte: em 525 os etíopes de Axum, empurrados pelos bizantinos, conquistam o Iémen e põem fim à monarquia Himyarid; No entanto, os sobreviventes aliaram-se às tribos do norte e deram nova força a uma confederação, centrada em Meca, que acabaria com a ocupação etíope em 571. Esta resistência cristalizou-se em torno do orgulho que os árabes sentiam pela sua

originalidade linguística e cultural. Ele também valorizou um "humanismo tribal", com ênfase na honra e na sua ética de liberdade e virilidade, embora também tenha destacado as suas contradições com as exigências do monoteísmo.

Maomé

Se as fraquezas ou as crises, que se definem *a posteriori*, não podem constituir o único factor determinante na queda dos impérios do Médio Oriente, é porque o Islão se apresenta, sobretudo, como uma revolução. Esta não é uma revolução social, uma vez que o Islão não atribui qualquer valor especial à pobreza, embora a expansão muçulmana possa ter sido acompanhada, esporadicamente, por vingança e acerto de contas. Nem é uma revolução "nacional" de povos minoritários submetidos a grandes impérios. É, antes, uma revolução religiosa, o que implica que afecta, ao mesmo tempo, os níveis político, intelectual e filosófico, e está centrada num novo apelo à unidade fundamental do divino e marcada pela experiência inefável da profecia. , isto é, o relacionamento direto com Deus. O apelo de Meca à mutação de valores e à ruptura com o paganismo que se organiza faz surgir a força extraordinária do monoteísmo. O período durante o qual Maomé reside em Medina dará origem, pelo contrário, a uma corrente profética disciplinada e canalizada para a criação de um Estado, cuja estruturação nunca estará concluída, mas que constituirá o modelo ideal incerto da sua legitimidade, tal como é agitado pelas forças explosivas que surgem e são despertadas pelo chamado do Profeta. Em vinte anos, forja-se o conjunto de princípios em que se baseiam uma cultura, uma fé e uma lei, face a um Estado sempre questionado.

Poderemos surpreender-nos com a imensa adesão do mundo cristão da Ásia e da África ou do grupo de países dominados pela ordem zoroastrista-sassânida a uma religião defendida por um grupo, numericamente muito modesto, constituído pelos árabes do Hidjáz, que não se caracterizavam por uma capacidade filosófica particular nem por manterem relações estreitas e sustentadas com os grandes centros de cultura - Antioquia, Alexandria, Harran, Ctesifonte ou Djundishapur - onde se tinha verificado a fusão entre a herança clássica e as grandes correntes religiosas monoteístas. O "escândalo" intelectual do nascimento do Islão fora das áreas já convertidas ao monoteísmo recorda, de facto, o carácter também subversivo e marginal da maioria destas tendências religiosas nas suas origens: o Islão redescobre a radicalidade do Judaísmo ou Cristianismo primitivo face aos panteões e as complexas construções filosóficas de sua época. No Islão, a cultura semítica de expressão grega encontra, pela primeira vez, a sua originalidade e a sua verdade: abandona as expressões estrangeiras que a sufocaram, bem como as teologias filosóficas, embora as recupere posteriormente.

Quando Maomé inicia a sua pregação em Meca, a Arábia Central continua a viver a tensão causada pela invasão do Iémen pelos cristãos etíopes, talvez em retaliação pelas perseguições dos árabes cristãos aos oásis pelas mãos dos príncipes judaizantes iemenitas. O valor simbólico da vitória que a coligação árabe obtém no Ano do Elefante (571) contra Meca é enorme. O santuário alberga, de facto, os ídolos cianos e tribais, reunidos, sob a custódia da tribo dos Quraysh, no "recinto de Abraão", em torno da Caaba, "cubo", a primeira, muito rudimentar, casa de Ismael, Filho de Abraão. Nele a relação com as

próprias origens do monoteísmo cristaliza e justifica a elaboração de uma forma original, propriamente árabe, de culto ao Deus único através dos *hanifs*, homens piedosos cuja fé em Deus contém referências explícitas a Abraão. Por outro lado, dado o carácter da Caaba como santuário federal, embora informal, Meca espera e deseja o surgimento de um profeta capaz de estruturar um panteão hierárquico, para que a hegemonia das tribos e das tribos possa ser consolidada. O poder destes últimos estava em ascensão devido às alterações sofridas pelas rotas comerciais: o declínio do transporte marítimo através do Mar Vermelho e o das rotas de caravanas até à curva do Eufrates, devido à guerra entre persas e bizantinos, tinha estimulado o desenvolvimento de uma nova rota de caravanas que passava pelos oásis de Hidjáz, entre o Lémen, produtor de plantas aromáticas e importador de especiarias indianas, e a Síria. O enriquecimento e o surgimento da economia monetária ameaçaram o equilíbrio tradicional das estruturas ciano e das relações entre os clãs; o dinheiro iria substituir os valores do “humanismo” tribal: virilidade, generosidade e solidariedade agnática. É por esta razão que o movimento iniciado pela pregação de Maomé tem, por um lado, o carácter de uma revolução devido à sua adesão radical a uma nova moral familiar e, por outro, constitui uma restauração dos valores fundamentais do monoteísmo que, ao longo da história do Médio Oriente, mostrou o seu declínio crescente. Construção de uma fé “total” e, ao mesmo tempo, de uma revolução árabe que consiga o retorno triunfante do Deus único aos templos dos quais foi expulso pelo esquecimento do pacto fundamental dos homens com Ele, por paganismo ou complexidade das dissertações dos teólogos, determinados a conhecer a natureza divina. Maomé situa-se, desde o início, na tradição dos grandes profetas do Judaísmo e dos outros ramos da revelação: os Shu'ayb, Sáliḥ, Hüd, os profetas de Moabe e os povos árabes do norte desempenham um papel fundamental na Alcorão e evocam a onipotência divina e a iminência do Julgamento.

Da pregação às armas

A ruptura levada a cabo por este comerciante, rico, responsável dentro da sua comunidade (administrou a reconstrução da Caaba) e monogâmico, tem sido comparada a outros destinos místicos: é uma aventura que, num primeiro momento, tem um carácter individual e cristaliza na pregação após um longo período de meditação. Num primeiro momento, o Profeta procede, sem dúvida, a uma busca pessoal pela salvação: a revelação de 610 constitui, para ele, uma mensagem que move uma alma exigente, uma mensagem espiritual, um apelo à justificação e ao respeito pelos imperativos da antiga moralidade ciano, embora purificado de seu orgulho e egoísmo. Ao condenar o casamento consanguíneo e amaldiçoar o assassinato de meninas recém-nascidas, Maomé tendeu a destruir a sociedade tribal através da explosão populacional ou da quebra da solidariedade do clã. Nesta primeira fase, a revelação profética deixa-se levar pela evolução da própria sociedade Meki, sem tentar remodelá-la, mas também sem se integrar nela. Maomé recusa-se a vestir-se como um adivinho (*káhin*) ou a assumir os seus deveres; Os seus contactos com outros *hanifs*, até a competição com outro profeta (Maslama), o facto de se reunirem à sua volta pessoas “jovens e fracas” excluídas da sociedade tribal, são um conjunto de factos que alteram gradualmente a sua função: da mensagem que afirma a preeminência do Deus da salvação, Maomé avança progressivamente para a reforma política e social.

Os coraixitas não se enganam quando lhe oferecem a liderança de um movimento reformista e sugerem que ele seja, ao mesmo tempo, o Licurgo e o Hesíodo chamados a estabelecer um novo panteão. O Profeta inicialmente aceita a tarefa de estabelecer a genealogia dos deuses, mas logo recua sob dupla pressão: por um lado, tem consciência de que Deus fala pela sua boca e, por outro lado, a rejeição da ideia por parte dos seus primeiros seguidores. Só a moralidade tribal da solidariedade o protege, apesar das condenações que lança contra o orgulho e a violência das famílias coraixitas. Gradualmente inserido na tradição monoteísta, sua mensagem é cristalizada pela adesão dos primeiros fiéis, o “povo da Casa”, seus parentes Jadidja, sua única esposa, ‘Ali, sobrinho e genro, o liberto Zayd, um verdadeiro filho adotivo, mais tarde alguns vizinhos como o omíada ‘Uthmán e ‘Umar ibn al-Kattáb, e finalmente personagens mais humildes como Bilál, o escravo negro perseguido por seu mestre e resgatado por Maomé. A mensagem profética, que durante muito tempo permaneceu difusa, foi integrada no rito da oração quotidiana e constituiu, por volta de 619, uma primeira comunidade de carácter particular, igualitário e revolucionário. Com a morte do seu tio Abū Tálib, que protegia o grupo de fiéis sem aderir à nova religião, o Profeta decidiu fazer uma ruptura sem precedentes: para escapar à perseguição, foi imposta a emigração e as mulheres e crianças partiram em direcção à Etiópia cristã. Isto confirma a existência de laços com o cristianismo num momento em que surgem versos corânicos que exaltam a Virgem e recordam a concepção de Jesus por obra do Espírito, adquirindo assim um lugar excepcional na linha profética. Maomé estabeleceu contactos com os *Hanifs* e com os clãs árabes de Yathrib, cidade por excelência na época em que o Profeta aí se instalou (*Madina*, Medina). Existem também várias tribos judaicas e é-lhe oferecido o papel de árbitro. A sua emigração (*hidjra*, “hijra”) rumo ao refúgio, em 24 de setembro de 622, fundou o Islão como comunidade universal: é a “hijrah”, emigração provisória, ruptura e exílio voluntário. O Islão, uma religião de dúvida na qual nada pode escapar à onnipotência divina, é afirmado por este acto original como uma religião de exílio que obriga a abandonar tudo e a depender unicamente da vontade divina.

A recepção pelos Medinidas, os chamados “auxiliares”, dos imigrantes que realizaram a hijrah (os *muhádjirún*), seguida da conversão bastante rápida à fé muçulmana dos primeiros, dá origem à constituição do primeiro comunidade, a *umma*, pacto de total solidariedade, adesão íntima e familiar à sombra do divino onipresente; pois Deus está falando pela boca de seu Profeta com menos solenidade em Medina do que durante os primeiros tempos da revelação. Desta forma, compreende-se melhor a extraordinária nostalgia que esta comunidade muçulmana da Hégira suscita ao longo da história do Islão, na *dar al-hidjra*, “casa de emigração”, expressão pela qual é chamada Medina. Cada século testemunhará tentativas, mesmo sectárias, de regressar à pureza das relações entre os homens, e entre eles e Deus, a esta simplicidade do Estado, um simples fundo comum alimentado pelas contribuições voluntárias de cada cidadão ou pelo saque de guerra obtida na luta contra os infiéis. É um povo armado, de fácil união, que vive numa igualdade que traduz a igualdade fundamental da oração. Este “modelo” sustentará sempre a marcha ofensiva do Islão nas suas fronteiras, intimamente ligado à “vocação” das almas para Deus, menos preocupado com a conversão do que com a conquista, menos pregador do que defensor activo dos direitos de Deus. Será o modelo que animará todos os movimentos de regresso a um Islão primitivo, desde as secessões Kharidji às insurreições carmatianas, a

"vocação" fatímida e, com o passar dos séculos, reencontrar-se-  no Mahdismo sudanês de século ^{xix} ou na *San siyya* da Líbia contemporânea.

Medina   também o laboratório onde se definem as relações do Islão com as religiões monoteístas: o contacto com o Judaísmo nesta cidade   fecundo para o Profeta, que adopta sem reservas os costumes judaicos, as proibições alimentares, o jejum (estabelecido então no dia 10 do mês de *Muharram*) e reforça os laços da sua doutrina com a religião do direito. O Islão escapa assim   atracção de um cristianismo unicamente moralizante e incapaz de fundar um Estado, enquanto os elementos judaizantes se colocam imediatamente ao serviço da luta militar que a *umma* empreendeu contra os pagãos de Meca. Estas sublinham, tal como a oração comunitária dirigida a Jerusalém, a unidade dos "combatentes" muçulmanos da f e e da lei. Contudo, este facto ocorre devido a um extraordinário equívoco: Maomé considera-se um profeta dentro da linha que une Noé, Abraão e Moisés a Jesus; Ele liga a sua mensagem aos apelos e   visão de Deus dos seus antecessores e afirma imediatamente o seu carácter universal, rompendo com a noção de "povo eleito". Para os judeus ou judaizantes de Medina, Maomé era apenas um profeta  rabe, destinado a difundir em  rabe e para os  rabes uma espécie de religião paralela ao judaísmo. Após um período de colaboração militar efetiva, a ruptura ocorreu em duas etapas: expulsão das tribos judaicas em 625 e, posteriormente, aniquilação dos Qurayza em 627 após serem acusados de traição. O profetismo de Maomé apela, então, mais de perto ao carácter de Abraão e ao do seu filho Ismael e reafirma o papel central da Caaba de Meca. É o momento em que se modifica o rumo da oração, que agora aponta para Meca, e em que o jejum se endurece e se estende a um mês lunar inteiro de abstinência alimentar e continência diurna: É o mês do Ramadã (ramad ) .), que lembra o aniversário da primeira profecia. Finalmente, as prescrições alimentares são abandonadas, embora sejam preservadas as proibições mais tradicionais relativas à carne de porco ou aos animais mortos. O horror do consumo de sangue, de origem judaica e implantado em Medina, marcar  também o muçulmano.

Os principais resultados da hégira são, no entanto, a militarização da comunidade e a vida baseada no saque obtido por uma *umma hegem nica e combativa* : em Janeiro de 624, sem respeitar as t rguas sagradas estabelecidas em torno da Caaba durante três meses de cada ano. , Maomé inicia uma campanha de guerrilha contra os Mek es, atacando as caravanas e mudando a própria natureza da guerra. A "guerra elegante", cujo objetivo era fazer prisioneiros e subjugar as tribos sob a aparência de dependência familiar, é substituída pelo Profeta por uma guerra total, sem piedade, que visa a destruição das estruturas políticas ou religiosas do mundo Meki . A derrota sofrida no ano de 627 pelo exército coraixita, sob o comando dos omíadas Khalid e 'Amr, implica o colapso moral da tribo. Sem renunciar à sua militarização, a organização Medini insistir , a partir deste momento, no regresso aos valores fundamentais do povo  rabe: após a conversão ao Islão dos generais omíadas,   alcançado um acordo entre Meca e Medina, em que 628, que permite aos muçulmanos de Medina terem, no ano seguinte, o caminho aberto para realizarem a peregrinação   Caaba. Maomé procede então a uma recuperação e sacralização dos ritos, restabelecendo o seu significado dentro da história de Abraão: sete circunvoluções   volta da Caaba, sete corridas entre Safa e Marwa, paragens para rezar no Monte 'Araf t, apedrejamento de Satanás no Vale de Mina e, finalmente, a Páscoa, a "grande festa" que comemora, ainda mais exclusivamente do que as P scoas judaica e cristã, o

sacrifício fundamental de Abraão. A peregrinação pacífica do ano 629 garante aos coraixitas, portanto, que Meca continuará a ser o centro político e comercial da Arábia apesar da islamização definitiva do santuário. Por outro lado, as expedições Medinidas tinham alargado o âmbito da influência muçulmana, que, inicialmente limitada às tribos dos Hidjáz, agora se estendia a grandes áreas do sul e aos confins sírio-palestinos. No ano 630, um grande exército de 10.000 muçulmanos aparece para realizar a peregrinação: o *hadjj* torna-se uma entrada vitoriosa, os ídolos são destruídos e a unidade é restaurada entre a tribo dos coraixitas e o mais ilustre dos seus filhos. No ano seguinte, a peregrinação a não-muçulmanos foi definitivamente proibida e foi feita uma identificação entre o Islão e o quadro sagrado que o precedeu. No entanto, a capital do Estado Islâmico nunca será Meca: entre 630 e 632, data da morte do Profeta, tal como no caso dos primeiros califas, a capital estará firmemente associada a Medina, que continuará a ser o princípio de legitimidade, o centro de eventuais insurreições de vários anti-califas e a residência favorita dos parentes mais próximos do Profeta, os descendentes de Ali.

O MODELO DO ESTADO MEDINI

O estado Medinid está corporificado no monumento quintessencial do Islão primitivo, a primeira "mesquita", a *masdjid* de Medina: é um "santuário" privilegiado (não é em vão que o mundo inteiro é o santuário de Deus) que moldará um protótipo de um edifício cultural muçulmano, a mesquita com pátio, um local de oração e um centro político onde a comunidade se reúne para trabalhos coletivos e cerimônias. Num terreno ligeiramente irregular, o Profeta projetou um grande pátio quadrado cercado por uma parede de tijolos com três entradas; Um pequeno telhado, sustentado por colunas rústicas feitas de troncos de palmeiras, margeava a muralha norte, que apontava na direção de Jerusalém e, mais tarde, a partir de 624, a muralha norte, a qibla, voltada para Meca. Forte de defesa, ponto de encontro político e militar, espaço fechado em si como a casa muçulmana, o santuário de Medina é dominado pelo quartel-general do Profeta, a sua calda, e inclui a sua casa e um rosário de quartos dispostos ao longo da parede leste. No momento da oração, a comunidade igualitária dos muçulmanos é disposta em uma série de fileiras, paralelas ao muro da Qibla, e apenas o *imã* (imam), o "guia" deste culto de louvor e adoração, fica isolado. Mas, após a morte de Maomé, quem manterá o contacto entre o Deus transcendente e a comunidade dos seus adoradores? Como realizar a unidade dos crentes e responder às novas questões que surgem? Como pode a mensagem divina ser desenvolvida e defendida, uma vez que apenas o Profeta estava em relacionamento direto com Deus e dava testemunho da vontade divina através dos seus julgamentos, dos seus hadiths, bem como através do exemplo da sua vida?

O Estado confinado inteiramente dentro da mesquita

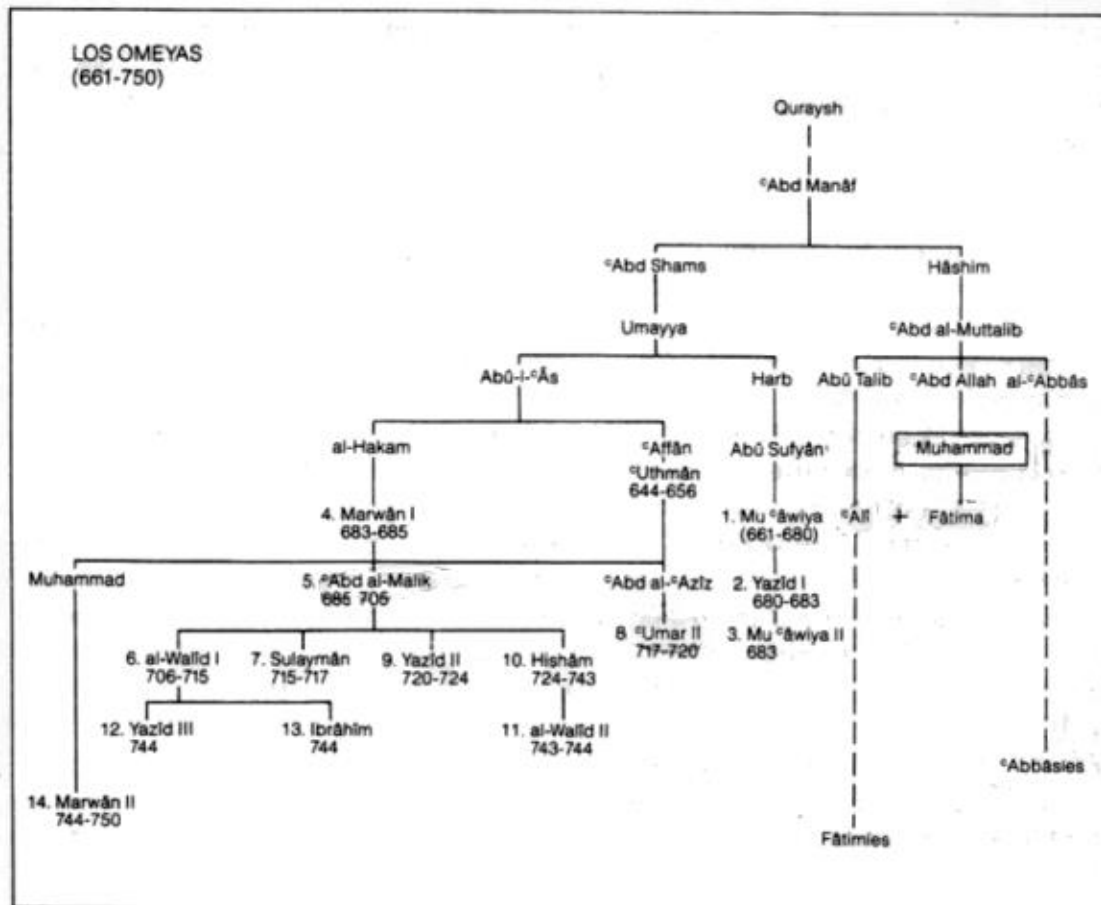
O exemplo da mesquita mostra tanto a unidade de função dentro de uma única organização da sociedade-estado dos muçulmanos, como o conservadorismo de um sistema que reproduzirá docilmente o modelo Medina em todo *Dar al-Islâm*. Por toda a parte os muçulmanos constroem santuários que preservam a forma quadrada do protótipo,

o seu espaço proibido e fechado, a assimetria da sua organização, bem como as principais características do seu mobiliário: o almimbar, intimamente relacionado com a oração da sexta-feira ao meio-dia, que expressa a solidariedade militante do povo em armas, é o lugar a partir do qual o pregador, também armado e vestido ritualmente, proclama a legitimidade da dinastia que ocupa o poder; É a cerimônia *khutba*, que une a comunidade. Um nicho vazio, o *mihrab*, marca a "direção espiritual" da oração e está situado próximo ao púlpito do pregador; Neste *mihrab* queriam ver um vestígio de uma capela reservada ao califa, mas esta é uma hipótese que deve ser descartada sem perder de vista a estreita ligação que une a mesquita ao palácio, seja o palácio do califa ou o do governador. Uma exceção deve ser feita no caso de Jerusalém, onde a Cúpula da Rocha é uma lembrança do local do sacrifício, já consagrado pelo Templo de David, e a mesquita de al-Aqsá é a última mesquita, a do julgamento e da fim dos tempos. Em todos os outros casos, a mesquita aljama (djámi) ou mesquita de sexta-feira situa-se junto ao palácio, ligada a este por uma passagem que conduz ao espaço fechado denominado *maqsūra*, isolado da parte pública, onde reza o chefe da autoridade. Tal como em Medina, estas mesquitas assumiram durante muito tempo as funções de ponto de encontro do exército, do hospital, do tribunal e do erário público: é o caso de Damasco, onde a edícula do tesouro se ergue sobre uma coluna num ângulo do Omíada. mesquita.

No ano de 632, com a morte do fundador, já estavam estabelecidos os grandes princípios de um Estado e de uma sociedade. Temos, em primeiro lugar, “os cinco pilares do Islão”: a profissão de fé monoteísta, a oração, o jejum do Ramadão, a peregrinação e, por último, a esmola legal do dízimo (*zakat*, *zaka*), mecanismo essencial do Estado. Por outro lado, aparecem os “bons costumes”, estabelecidos pelo exemplo do Profeta e pelos seus “ditos”, os hadiths, uma manifestação menor da função profética, pronunciada em Medina por ocasião da organização da vida secular. Os múltiplos hadiths serão hierarquizados na prática consuetudinária dos muçulmanos e, posteriormente, discutidos e organizados em *corpus* pelos primeiros doutores da lei. Estes *corpus* constituirão a *sunna* ou tradição, que segue em importância o Alcorão (*Alcorão*), recitação contendo revelação divina, na enumeração das fontes da lei muçulmana. Entre os bons costumes acima mencionados, um deles, o *djihdd*, um “esforço” militar contra os pagãos e contra aqueles que ignoram os direitos de Deus, em breve adquirirá uma hierarquia quase igual à dos Cinco Pilares. Outras tradições, mais ou menos islamizadas, são reintroduzidas na vida religiosa e na organização da família: a circuncisão, por exemplo, o véu feminino obrigatório que o Profeta só recomendava às mulheres da sua casa e às esposas dos crentes; Além disso, apesar de ter sido condenada por Maomé, a endogamia, que constituía um sinal de nobreza numa sociedade baseada na linhagem e era uma garantia contra a dispersão de bens que a legislação mediní sobre herança poderia trazer consigo (uma parte por cada filho, metade compartilhar para cada filha); finalmente a poligamia, autorizada pelos múltiplos casamentos do Profeta, tanto uniões políticas como amorosas, que era estritamente limitada pela doutrina a quatro esposas cujos direitos deviam ser iguais e respeitados, até ao nível da sensualidade, cujos valores são assumidos pelo Profeta Islã.

A restauração dos costumes da aristocracia Meki e a sua difusão como modelo em todo *Dar al-Islam* é o sinal de um compromisso entre a sociedade igualitária dos crentes - sempre horizontal, teocrática e inteiramente dependente da voz de Deus na sua administração ou na sua justiça - e a sociedade Mekí cujos valores ancorados num passado

distante, como a pureza da linhagem familiar, a hierarquia tribal ou a solidariedade agnática, constituem um extraordinário instrumento de poder, mas também um risco de instabilidade. O sistema tribal é, com efeito, imposto ao exército muçulmano e irá colonizar o Estado Omíada: baseia-se numa rede eficaz de dependências e adesões e constitui uma “república de primos” baseada num princípio aristocrático. Após a morte do Profeta, o Islão, liderado pelos generais omíadas, será o veículo para transmitir o poder às grandes famílias. Em todos os lugares prevalecerá um modelo genealógico que redescobrirá os antigos costumes mediterrâneos patrilineares agnáticos. A poligamia, por seu lado, funcionará como um poderoso solvente para sociedades derrotadas, forçadas a entregar as suas mulheres. A guerra de conquista e o direito da família constituem, portanto, de forma surpreendentemente paradoxal e em grande parte estranha à profecia, uma sociedade original cuja gestão exigirá um esforço considerável de interpretação e reflexão. Mas desde o momento da sua constituição, e mesmo antes do seu triunfo sobre os seus inimigos, o manto contínuo do Islão Medinida é rasgado em "escolas", divididas em temas como os princípios da devolução do poder, as relações entre o divino livre discrição e onipotência, e o vínculo entre fé e reflexão humana.



O “caso de família” que constitui a sucessão do Profeta, com os seus episódios trágicos, as suas trivialidades e as suas lutas entre facções, revela a fraqueza fundamental do Islão durante muitos séculos: a dificuldade de definir a legitimidade do poder. Esta dificuldade traz consigo a elaboração de múltiplas doutrinas políticas e, portanto, religiosas, sempre aprofundadas, enriquecidas por contribuições externas e que frequentemente estão à beira da heresia, mesmo que apenas na forma de “exagero”, algo muito comum no Islão . Após a morte do Profeta, uma solução conservadora e eficaz permite que o poder seja confiado a respeitados velhos muçulmanos ligados por laços de casamento à família de Maomé: Abū Bakr e 'Umar, que iniciam o período de grandes conquistas. Ao fazer isso, outros parentes mais próximos do Profeta são descartados: seu tio 'Abbas, cujos descendentes destacarão mais tarde seus méritos e direitos e, acima de tudo, seu sobrinho 'Ali, o primeiro convertido depois de Khadidja, um crente escrupuloso e ativo em cerca de que um partido se cristaliza quando, após a morte de 'Umar, um terceiro “tenente” (*khalifa* , “califa”) é instalado no poder: este é 'Uthmán, um omíada apoiado por seu clã e que começa a colonizar o Estado. Isto provoca a oposição dos crentes à moda antiga, fiéis à antiga *umma* , ou das testemunhas do Apocalipse, os “recitadores” do Alcorão: ao ordenar o estabelecimento de uma vulgata ou versão única do livro do Apocalipse, a partir do qual as maldições originalmente lançadas contra seu clã foram censuradas, 'Uthmán corre para seu próprio assassinato, que ocorrerá em 656.

Lá, portanto, ele chegou ao poder muito tarde, em meio a um clima de intriga e vingança. Acusado pelo governador da Síria, Mu'awiya, de ter instigado o assassinato do seu parente 'Uthmán, 'Ali contemporiza e perde os seus apoiantes. Forçado a uma guerra civil entre os seus homens, agrupados em Küfa, e o exército sírio, ele evita um confronto sangrento ao concordar, em Siffin, submeter-se a uma arbitragem que estabelecerá a sua eventual responsabilidade pelo assassinato. Esta fraqueza, porém, provoca a fúria daqueles que protestam contra o julgamento humano numa questão desta natureza. A partir deste momento o Islão sofrerá uma divisão em três partidos: entre os antigos apoiantes do genro de Maomé, alguns deixam a *umma* inicial ; São os *Járidjies* , intransigentes e rigorosos, que denunciam os imãs pecadores ou os crentes decaídos e defendem que a pureza de consciência é o único caminho possível. Apenas um grupo de crentes permanece em torno de 'Ali, que em breve se tornarão sectários e que não conseguem protegê-lo da faca de um Járidj. O filho mais velho do califa assassinado renuncia à luta, mas o mais novo, Husayn, levanta-se contra Mu'áwiya e os omíadas: o seu martírio em Karbala, no ano 680, provoca a criação de um “partido” pró-Ali (*shia*). , a dos *xiitas* , legitimistas e minorias, refugiados numa atmosfera de arrependimento trágico e teatral. Por outro lado, em torno de Mu'áwiya, o vencedor, reúnem-se os moderados, os oportunistas, os indiferentes e os ambiciosos que concordam em apoiar este poder militar que reflete os coraixitas e as antigas tribos: os omíadas chegaram.

No geral, porém, as doutrinas filosóficas e políticas desenvolvidas na esfera muçulmana são bastante desfavoráveis aos omíadas: o escândalo Siffin, a desapropriação e o martírio da família de 'Ali suscitam a reflexão sobre a validade do imamato, sobre a responsabilidade do homem. e até mesmo sobre a natureza do Alcorão ou dos atributos divinos. A razão, especificamente muçulmana para estes tempos, refletida no *kalám* (teologia dogmática), afirma a liberdade humana contra a “coerção”, implicitamente defendida pelos omíadas, e contra a predestinação. Aqueles que insistem na

inacessibilidade de Deus e na sua unidade formam uma grande corrente de pensamento, o "mutazilismo": é uma organização clandestina, que luta contra o antropomorfismo e contra a imoralidade dos califas omíadas e defende a obrigação de um "bom governo" e de se rebelar contra líderes injustos ou impuros. Estas doutrinas abrem caminho à propaganda dos descendentes de 'Abbas que se infiltram no movimento *miftazil*. Longe dos Járidjies na questão da condição do muçulmano pecador, os *Mutazüies* estão mais próximos deles na ideia de um imã justo que pode ser deposto pelos crentes, enquanto num nível propriamente filosófico estão mais próximos da mília. Xiitas.

A elaboração do Islão é, portanto, principalmente, um aprofundamento, uma reflexão racional sobre os elementos da fé. Os contactos, os empréstimos de outras culturas e as controvérsias são limitados. É claro que o Islão está sujeito a ataques de teólogos cristãos de escolas sírias como Juan Damasceno e Abü Qurra, mas a reflexão muçulmana dirige-se fundamentalmente contra o cepticismo radical dos "libertinos", os *zindiqs*, herdeiros do dualismo iraniano. O problema do mal motiva-os muito mais do que o *logos helénico* de que falam os cristãos da Síria. As teses Mu'tazili excluem qualquer responsabilidade divina pela existência do mal cuja origem se encontra unicamente no livre arbítrio humano; A sua doutrina de um "Alcorão criado" pretende rejeitar os argumentos dos adversários do Islão que encontraram imperfeições no texto sagrado, que é a palavra divina. Nesta atmosfera de profundidade intelectual, as opções filosóficas implicam sempre uma aplicação política imediata. O Islão, religião e Estado, impõe uma responsabilidade a este respeito a cada muçulmano. A cristalização dos partidos e, em particular, dos seguidores de 'Ali, traz consigo a introdução de ideologias que, a princípio, eram totalmente estranhas ao Islão.

Embora o movimento de apoiadores de 'Ali permaneça por muito tempo como uma tendência familiar, liderada pelos membros mais antigos desta linhagem, e como um partido legal, logo surgem sectários que nele introduzem ou desenvolvem germes de "exagero": milenarista. esperanças que os levam a atribuir uma função profética aos imãs e, em particular, a aguardar o aparecimento dos "bem guiados" (o *mahdi*). O fracasso dos empreendimentos levados a cabo pelos imãs, sucessivamente reconhecidos como *mahdis*, levou o grupo a adoptar a ideia de passar à clandestinidade aguardando o regresso de um salvador *mahdi* que seria descendente de 'Ali; Acabaram assim por reconhecer, na cadeia de ímanes ocultos, as encarnações da divindade, o que os levou a aceitar os temas helenísticos da metempsicose e a começar a refletir sobre a gnose do mundo cristão. Por volta de 760, no meio xiita de Küfa, o profetismo e o milenarismo, protegidos pela memória dos tempos de Medina e Meca, continuaram numa infinidade de seitas sempre em ebulição: partidários de 'Alí e crentes no seu provável regresso messiânico; apoiadores de seu filho Muhammad ibn al-Hanafiyya; apoiadores de Abü Háshim; devotos da descendência de Husayn; activistas agrupados em torno do ramo Hasan, dentro da família 'Ali, e fervorosos apoiantes de uma oposição militar (os *Zaydis*). Fronteiras incertas separam o "partido" legal dos *xiitas*, frequentemente envolvido em revoltas violentas e efémeras, dos pequenos grupos de natureza exageradamente mística, que são finalmente forçados a refugiar-se numa clandestinidade impotente. Desta forma, antes mesmo de ter conseguido atingir o máximo possível da sua colheita, o Islão viu o joio crescer.

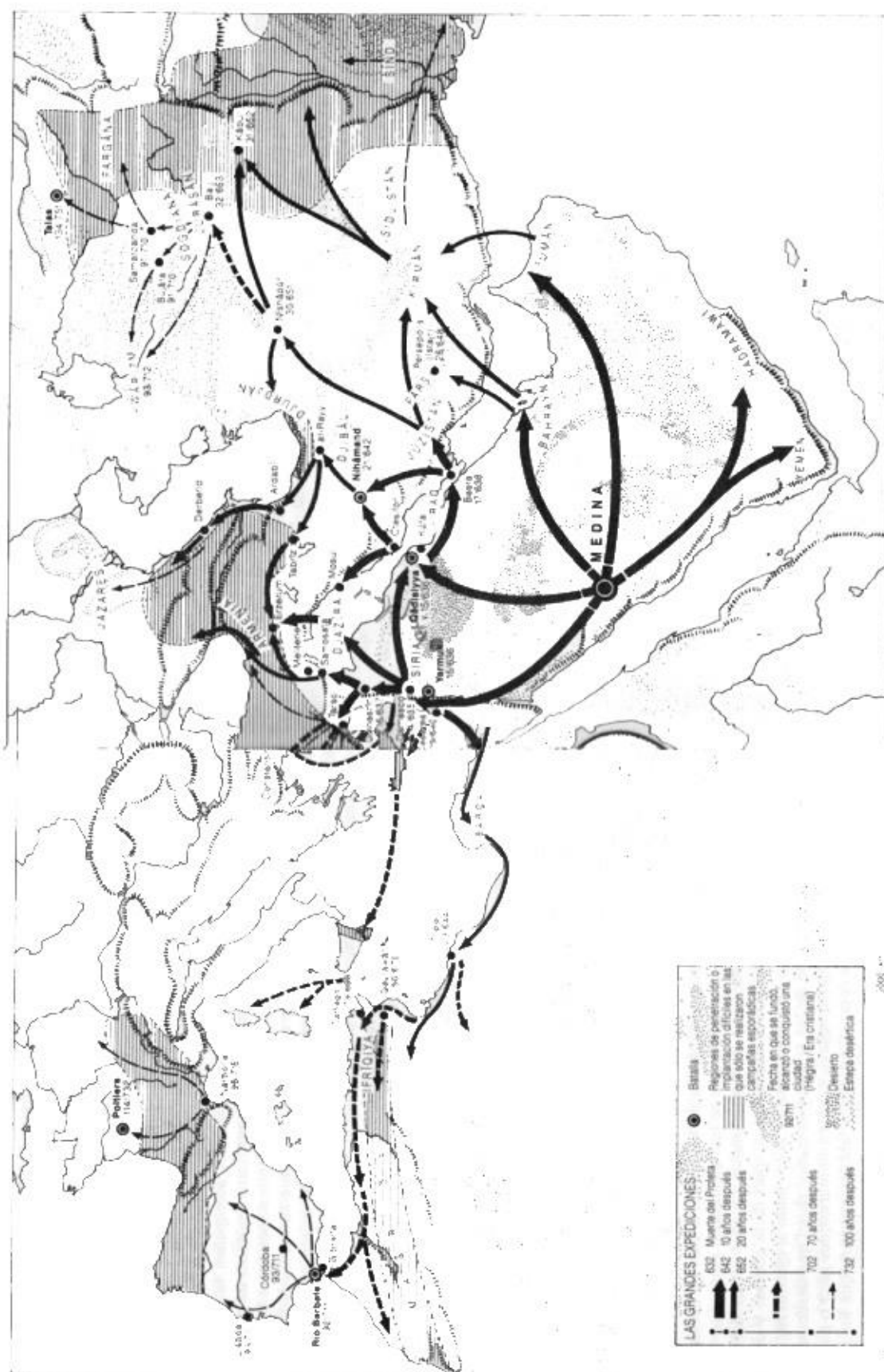
O governo omíada desenvolveu-se, portanto, numa atmosfera de conflito permanente – político, ideológico, familiar – entre as diferentes facções que surgiram no seio do povo árabe. O mundo do Islão, que graças à conquista adquirirá dimensões semelhantes às dos maiores impérios da Antiguidade, poderá ser administrado descobrindo soluções para o triplo problema do poder na comunidade, das relações entre vencedores e perdedores e da definição de doutrinas jurídicas. O fracasso final da dinastia não deve levar-nos a subestimar a sua capacidade criativa, que veio a expressar uma síntese entre elementos contraditórios, entre a mensagem igualitária e universalista e as realidades de uma estrutura hierárquica e da existência de clientelas no seio do povo árabe. Os omíadas não são obviamente simples generais da aristocracia coraixita: serão sempre considerados responsáveis pela ruptura com os mais prestigiados apoiantes de 'Alí, e serão facilmente acusados de imoralidade e amor ao luxo; No entanto, devem ser tidas em conta as necessidades que lhes foram impostas pela construção de um centro de poder, de um tribunal e de serviços administrativos privados que os separaram de um povo armado, indisciplinado e nostálgico. Por outro lado, estiveram sempre conscientes tanto dos seus deveres para com a comunidade – deveres de exemplo moral, de generosidade e de justiça – como da sua legitimidade incerta ou, pelo menos, partilhada com os outros ramos da família. Com eles, a repressão das insurreições nunca atingirá a ferocidade das represálias posteriores dos 'Abássidas: o dia fatal de Karbala, em que morreu Husayn, filho e herdeiro de 'Ali, é a única exceção.

Do Turquestão à Líbia

A construção do Estado Mediní e a difícil sucessão de Maomé têm como pano de fundo a expansão, a conquista e a fundação de um império universal. Os acontecimentos sucedem-se rapidamente: se as primeiras expedições, durante a vida do Profeta e sob o comando de Abū Bakr, conseguirem que as tribos se aliem ao Islão e associem os primeiros convertidos num empreendimento militar comum, os sucessos extraordinários dos generais coraixitas trarão consigo isto, menos de seis anos após a morte do Profeta, a construção de um novo império que perturba as fronteiras tradicionais do Médio Oriente.

No ano de 636, a batalha de Qádisiyya marca a queda brutal da dinastia sassânida: alguns anos serão suficientes para que a dominação muçulmana chegue a Zagros (642), Fars e Jurassan (651). No outro extremo do Crescente Fértil, a tomada de Damasco (635) e, após a batalha de Yarmūk (636), a de Jerusalém, abriu o caminho para o Egito, a alta Mesopotâmia, e a ambição dos conquistadores, quase sem resistência Armênia (641). Deve-se sublinhar que foram os Mekis, aliados tardios do Islão, e em particular os Quraysh Umayyads, com uma forte tradição tribal e militar, que se encarregaram das expedições e, mais tarde, da administração dos territórios conquistados: Mu' áwiya foi governador da Síria desde 637, enquanto Khalid e 'Amr governaram as províncias do Irã e do Egito. Criaram as condições para uma autonomia muito ampla dos governantes locais, que aumentou ainda mais dada a diversidade de pactos celebrados com as diferentes populações. A existência destas forças tribais e destes comandos descentralizados sublinha a importância do consenso político e religioso em que se baseia o Estado muçulmano: uma unidade ideológica na qual, no entanto, a dura luta pela legitimidade do poder.

A essência do império islâmico, Egito, Síria, Iraque e Irã, já havia sido conquistada em 656, quando eclodiu a grande disputa (*fitna*) entre 'Alí e os herdeiros de 'Uthmán. A expansão continua no Jurassan e no Sidjistão, atingindo as marcas iranianas do nordeste, fazendo fronteira com o país dos turcos, e os postos avançados do império chinês. Violentos confrontos tribais acompanham a redução progressiva destes antigos países iranianos da Transoxânia, um mosaico de principados zoroastrianos ou budistas que, num primeiro momento, foram sujeitos a tributos e, mais tarde, suprimidos. O exército da conquista, puramente árabe, deslocou-se de Küfa e Basra, muito rapidamente dividido em partidos que se enfrentavam sobre o problema da distribuição do saque entre os guerreiros e a administração central dos Umayyads: os Banü Qays, que estavam em Diante de um grupo de tribos oriundas dos Hidjáz, passaram a apoiar os adversários dos omíadas e, a partir de 691, chegaram a aliar-se a estes últimos contra os árabes de origem iemenita. Muito em breve todas estas tribos estão cheias de "clientes" (*mawálí*): soldados ocasionais, ex-escravos iranianos, prisioneiros de guerra. A sua alforria é acompanhada de um dever de fidelidade e dedicação à tribo da qual passarão a fazer parte, embora dentro de uma categoria inferior (*mawlá* indica a relação de subordinação entre o senhor e o subordinado). São contingentes de *Mawálí* , ou seja, iranianos arabizados, que participaram, após o período 705-715, na conquista de Bukára, Samarcanda, Khwárizm e dos altos vales de Fargána que abriram a entrada para a China. No ano de 731, 1 600 soldados de infantaria *Mawáli* e mil convertidos de Samarcanda ajudarão o exército regular árabe, provavelmente composto por cerca de 40 000 homens, a acabar com a ameaça do *cã* turco de Turgesh. Agora a fronteira está bem defendida e os chineses, que tentam uma contra-ofensiva para recuperar o controlo dos seus antigos afluentes da Transoxânia, são repelidos no rio Talas (751): é verdade, por outro lado, que o Islão não parece preparado para aprofunde-se nas terras do império chinês. Para além dos limites alcançados, seja o país dos Turcos, o Cáucaso ou as montanhas ao sul do Mar Cáspio, o Afeganistão ou a Núbia, está o "país da guerra" e das *razzias* ou algazúas. Nele os "voluntários da fé" atuam ao lado do exército regular. Aos poucos, a sedentarização dos árabes e o menor papel desempenhado pelos soldados oficiais darão maior destaque a estes voluntários, os *gázis* ou guerrilheiros. O seu prestígio crescerá incessantemente e, na era abássida, veremos que os *Gázis* da fronteira iraniana virão em auxílio do exército tribal árabe que está em dificuldades no Tauro, enfrentando Bizâncio.



Deste lado, tal como nas ilhas do Mediterrâneo oriental, a conquista tinha inicialmente decorrido bem, mas quando surge a exigência de um império universal, esta é associada a um fascínio pelo papel sagrado desempenhado pela nova Roma. Acredita-se que a tomada de Constantinopla porá fim a certos segredos escatológicos e coroará o triunfo do Islã. O esforço realizado pelos Omíadas é imenso: porém, em terra, esgotado o ímpeto das primeiras vitórias quase milagrosas, foram encontradas armas e táticas muçulmanas, no coração do país grego da Ásia Menor, em equilíbrio com o Forças bizantinas que foram facilmente exterminadas de outros países cristãos, como o Egito ou a Síria, mas que eram extremamente resistentes em Constantinopla. Neste momento a guerra deve dar lugar à cavalaria pesada, às armas constituídas por dispendiosos sabres, lanças e couraças, e à cuidadosa articulação entre os diferentes corpos do exército. É caro e produz poucos benefícios: de acordo com a evolução dos conflitos, os omíadas serão obrigados a desmobilizar contingentes do exército regular e a eliminá-los dos registos dos soldados, atraindo assim uma oposição terrível. No mar, os árabes dominaram rapidamente as técnicas de construção naval, bem como as de guerra naval: a partir de 648 lideraram expedições a Chipre, em 655 obtiveram uma vitória decisiva na "batalha dos mastros" e, menos 20 anos depois, apareceram diante de Constantinopla, entre 673 e 680. Este primeiro "cerco", que não é propriamente um cerco, foi renovado com maior seriedade em 717-718. No entanto, falhou duas vezes, uma vez que os árabes não levaram em conta a formidável posição bizantina, bem como a eficácia da nafta, o "fogo grego", que permitiu aos bizantinos atear fogo aos navios inimigos, libertarem a cidade e recuperarem, ao menos até aproximadamente 825-826, uma verdadeira hegemonia marítima.

E da Líbia à Aquitânia

Os propósitos iniciais dos omíadas provavelmente não incluíam ir além das areias da Líbia: uma campanha relâmpago de 'Abd Allah, filho de al-Zubayr, a Cartago em 647, revelou claramente a extrema fragilidade das guarnições bizantinas de Ifríqiya, mas também as dificuldades que existiram para controlar os berberes do Atlas, dos quais se dizia que Deus, na distribuição inicial, lhes havia dado a turbulência, a cegueira, o amor à desordem e à violência. 'Uqba ibn Náfí' cruzou toda a Barbária na velocidade da luz até chegar ao sul de *Wadi Sebu* e entrar no Atlântico a cavalo (681-683)? talvez não, mas, pelo menos, pode ser atribuído a ele. fundação de um acampamento, atrás de Cartago, chamado al-Qayrawán, apesar da hostilidade das tribos berberes vizinhas. Depois de 692, começa uma poderosa conquista metódica (fala-se de 40.000 homens). Cartago caiu, como o resto das cidades gregas, sob o ataque de Hassan ibn al-Nu'mán. Houve realmente uma resistência organizada nas montanhas Awrás sob a liderança de uma mulher da tribo Djaráwa, a "Káhina"? Hoje existem algumas dúvidas, mas, pelo menos, sabe-se que demorou mais de dez anos para que a estrada que ligava Qayrawán a Volubilis se tornasse segura. Por outro lado, os governadores do Magreb, como Musa ibn Nusayr, brincaram com a independência, sentindo-se seguros dada a distância do centro do poder.

O episódio ibérico levanta ainda hipóteses: terão os gregos e judeus levantinos pedido ajuda contra a pressão visigótica. Terá sido uma aventura pessoal de um *mawlá berbere* de Musa, Táriq ibn Ziyád? A usurpação de Rodrigo na Bética e as convulsões na corte de Toledo poderiam tentar os gananciosos e oportunistas. No verão de 711 Táriq atravessou o estreito, dando nome à montanha que domina a sua costa norte (*Djabal Táriq* , Gibraltar), dispersou o exército de Rodrigo e matou o rei no rio Barbate. No ano seguinte, Músá juntou-se a ele, desta vez acompanhado por árabes que conquistaram Sevilha, Mérida, Toledo e Saragoça. A resistência é rara, as fugas são uma loucura; Esta conquista “destruidora”, que dura no máximo dois ou três anos, é característica tanto da prudência como da audácia dos muçulmanos. Por volta de 714 a avalanche muçulmana atingiu o sopé da cordilheira cantábrica, onde alguns guerreiros se refugiaram, e por volta de 720 transbordou em direção a Roussillon e Narbonne. A velocidade e a subsequente duração desta “revolução ocidental”, contudo, exigem explicações mais completas do que aquelas que recorrem à força habilmente explorada ou à surpresa.

Na realidade, os exércitos muçulmanos encontraram neste país uma situação turbulenta que deve estar relacionada com uma crise muito profunda da ordem sócio-política da tradição romana que existia tanto na África bizantina como na maior parte de Espanha. As estruturas impostas por Roma já tinham praticamente desaparecido de várias regiões, como os Pirenéus Bascos, a zona Cantábrica-Asturiana e, sobretudo, a África Berbere devido à reconstituição de formas sociais de tipo tribal ou "segmental" que parecem ligar com a organização anterior à romanização. A manifestação mais visível desta degradação do património romano é, tal como no resto da Europa Ocidental, o declínio ou desaparecimento das cidades, uma evolução que não afecta apenas as periferias da Romanidade que estão mais ameaçadas do ponto de vista de do ponto de vista ecológico, como acontece nas zonas pré-desérticas do Norte de África que estão a ser recuperadas para a vida tribal. Nas mesmas margens do antigo *mare nostrum* , o "mar romano" dos textos árabes, os centros de antiga e intensa atividade urbana localizados na costa mediterrânea da Península Ibérica, como Sagunto e Cartagena, declinaram tanto, entre a crise do século ⁱⁱⁱ e a invasão muçulmana, que estas cidades, no início do século ^{viii}, eram simples aldeias insignificantes. As lutas entre visigodos e bizantinos até ao início do século ^{vii} poderão ter contribuído para este declínio - Cartagena foi destruída pelos governantes de Toledo - mas não são suficientes para explicar uma evolução global que termina com o desaparecimento da terceira grande metrópole romana na costa levantina, Tarragona, que desaparece completamente do mapa entre a sua destruição durante a conquista muçulmana e o repovoamento do local levado a cabo pelos catalães no século ^{xii}. As antigas cidades romanas da costa africana também desapareceram, com exceção de alguns locais do Estreito de Gibraltar onde a presença bizantina permaneceu por mais tempo: é o caso de Tânger e Ceuta.

Agonia do mar latino?

Em suma, é o mar que surge como o espaço de combate mais feroz e duradouro. A desurbanização pré-islâmica do Mediterrâneo Ocidental é acompanhada por um declínio nas relações marítimas normais que afecta toda a bacia ocidental. Este espaço que antes

tinha um tráfego tão intenso torna-se uma área de vácuo político e económico entregue às empresas piratas; A situação continuará até que ocorra o lento renascimento do tráfego marítimo a partir de finais do século ^{ix}e, sobretudo, no século ^x. A situação das regiões marítimas, apesar da sua entrada no mundo muçulmano, só mudará muito lentamente, dado o seu interesse político e económico medíocre que os principais centros de poder do Ocidente muçulmano - nenhum dos quais é uma cidade marítima antes do século ^{xi}- eles não tinha desejo excessivo de controlar. Não há cidade digna deste nome nas costas da Andaluzia e do Magrebe entre a conquista muçulmana e o século ^x, se excluirmos os pontos de passagem obrigatórios entre o sul da Europa e a costa africana, ou seja, o Mediterrâneo central por um lado e o de o Estreito de Gibraltar, por outro. Entre Nákur e a Tunísia existem apenas ruínas de cidades romanas e a situação não é muito melhor a norte de Málaga, na costa mediterrânica da península. Apenas Tortosa, dada a sua importância militar contra os francos, conserva um certo significado, sem que ali tenha sido descoberta qualquer actividade comercial antes do século ^x. Tal como as grandes metrópoles, todos os centros urbanos que, como consequência da sua integração no espaço da civilização islâmica, passam a animar a vida política, económica, social e cultural do Magreb central e ocidental e do Sul da Hispânia - o país dos vândalos (al-Andalus) - estão localizados no interior: é o caso de Tubna, Msila, Ashir, Tahert, Tlemcen, al-Basra, Sidjilmasa, Sevilha, Toledo ou Saragoça.

O caso das Ilhas Baleares pode ilustrar bem esta situação de vazio político e de depressão da vida urbana e das trocas comerciais. Sujeitos, num primeiro momento, no ano de 707, pela frota tunisina recém-criada, permaneceram então independentes de qualquer poder político externo durante quase dois séculos. No ano de 798 foram atacados por piratas, provavelmente vindos da costa andaluza; O poder de Córdoba considera que gozam de uma trégua (*sulh*) cuja ruptura provocará, em 848, uma expedição punitiva de carácter semi-oficial. No ano de 902, as Ilhas Baleares ainda eram consideradas um país de guerra santa, pois nesta data um cidadão rico obteve permissão do Emir de Córdoba para organizar uma *jiha*d privada com o objetivo de conquistá-las. É o momento em que as ilhas são islamizadas, mas há cerca de 30 anos constituem uma espécie de emirado autónomo que só será integrado na administração de Córdoba após a proclamação do califado em 929. Só depois da conquista de 902 é que o renascimento da vida urbana em Maiorca, com a fundação de Palma (*Madina Mayūrqci*) que tem um rápido desenvolvimento, num Mediterrâneo ocidental em que o tráfego internacional é reavivado.

O mesmo esquema repete-se no Oriente: quando em 723 Willibaldo quer ir para o Oriente, encontra navios disponíveis em Gaeta, Nápoles e até na Sicília, para chegar ao Egeu e a Chipre, ilha que obteve o estatuto de tributário do Omíadas e que continua a manter relações com Bizâncio. Porém, assim que desembarca na Síria, é preso juntamente com a tripulação cipriota, acusado de espionagem, e apenas um velho poderá testemunhar que é um peregrino. Libertado, detido novamente, libertado pela segunda vez graças, agora, a um espanhol convertido, deverá esperar muito tempo pela chegada de um navio que o levará diretamente de Tiro a Constantinopla. É claro que nem todas as relações foram rompidas, mas vê-se quantos perigos e obstáculos rompem, neste momento, o que tinha sido a unidade do mar e o grande comércio de luxo do Mediterrâneo. Só os cipriotas parecem conseguir ultrapassar o bloqueio naval e isso não é o resultado de um objectivo económico, mas sim uma consequência da recuperação da superioridade grega no mar até ao ano de

826, o que resultará num declínio dos centros urbanos do costa da Síria e uma escassez progressiva de viagens marítimas, para não mencionar, como fez Pirenne, um encerramento total da navegação. A primeira consequência desastrosa da guerra omíada parece, portanto, ser uma “continentalização” do império árabe.

Sem dúvida, em terra e até ao final da expansão, a guerra continua a ser um dos elementos essenciais da sociedade muçulmana, mas existem grandes diferenças com a época da hégira em Medina. Naquela época, todo o povo árabe estava lançado e empenhado num empreendimento de expansão armada e, com o passar do tempo, a progressiva diminuição do papel desempenhado pelo elemento tribal reduziu a função militar a um grupo de especialistas que, por um período, continuaram a ser os representantes das tribos, mas que, na era abássida, foram reduzidos apenas aos árabes do Jurassan, os “filhos da revolução”. Não obstante, o sentimento do dever militar da *jihad*, como afirmação militar dos direitos de Deus, continua a ter grande força entre os muçulmanos, seja essa força espontânea ou resultado do novo vigor que lhe é dado pelos juristas. Os omíadas estabelecem, no final, um protótipo do califa combatente. Uma solução confortável, pelo menos aparentemente, pode ser encontrada, tanto a nível doutrinal como a nível prático, nos *Mudjáhidüns voluntários* apoiados pelo califa. Com ela, salvo em caso de invasão, evitam-se tanto uma mobilização geral, obviamente constrangedora para o poder, como mobilizações excessivamente parciais. Mas esta prática acarreta dois recrutamentos paralelos: o de profissionais de guerra, que em breve serão mercenários ou escravos em guarnições, e o de voluntários orgulhosos dos seus méritos. Afasta, portanto, a massa de muçulmanos do modelo Medina e da democracia militar, excepto em casos excepcionais. Também aumenta a tentação de uma revolução conservadora que devolva ao muçulmano “de base” o seu direito imprescritível e o seu prestígio, ambos anulados. As secessões dos Kharidjis, dos apoiantes de 'Ali e dos movimentos que derivam dos dois anteriores ganham força precisamente devido a este facto.

É POSSÍVEL UM REINO ÁRABE?

Os Omíadas responderão às reivindicações do Império Bizantino confiscando dois símbolos desta soberania universal. Ainda no ano de 687, o califa sírio comprometeu-se a fornecer ao imperador o papiro com as distintivas marcas imperiais e as vestimentas de aparência, dignidade e função, tecidas nas oficinas egípcias. Em 692, o califa 'Abd al-Malik fez uma ruptura radical ao suprimir as invocações à Trindade e ao sinal da cruz que apareciam no papiro e ao instituir uma marca, um *tiráz*, da oficina do Estado nas roupas da corte. Por outro lado, realizou uma reforma monetária que perturbou as constantes escalas de valor e substituiu os tipos monetários bizantinos que prolongaram a cunhagem dos primeiros califas por um tipo novo e puramente muçulmano. Entre 691 e 696 cunhou um primeiro *diñar de ouro*, com a efígie do califa em pé e, mais tarde, em 696, o diñar clássico, puramente epigráfico. Para Bizâncio isto constitui a usurpação de um direito fundamental: a cunhagem de ouro ligada à sua soberania. As novas moedas muçulmanas (4,25 gramas de diñar de ouro e 2,97 gramas de dirham de prata) unificam dois sistemas de circulação há muito separados: o salário bizantino de 4,55 gramas e o dracma sassânida de 4,10 gr de prata.

As equivalências das moedas são convenientes, mas sobretudo difundem uma mensagem religiosa, uma profissão de fé: «Não há deus senão o Deus; É único e não tem associado. Muhammad é o mensageiro de Deus», “Deus o único, Deus o eterno; Ele não gerou nem foi gerado; “Ninguém é igual a Ele.” O texto acima constitui um “símbolo omíada”, mas também aparece um segundo símbolo profético: “Maomé é aquele enviado por Deus para apontar a direção do caminho certo e ensinar uma religião verdadeira que triunfa entre as outras religiões.” Estas legendas ocupam a parte essencial do espaço disponível na moeda e a elas apenas se acrescentam, num primeiro momento, o nome do califa, o do cunhador, normalmente um cliente ou *mawlá*, a indicação da oficina e a data: elas expressam, portanto, um desejo claro de propaganda religiosa, de afirmação serena e de arabização. A existência de um autêntico bimetalismo ouro-prata é reforçada pela abundante cunhagem de cobre (o *fals*, plural *fulus*, que deriva do *follis bizantino*) e atesta a existência de um mercado complexo e escalonado, rural, local e inter-regional e uma primeira tentativa na unificação económica do continente muçulmano, que doravante se tornou independente do antigo domínio mediterrânico.

Esta unificação simbólica é acompanhada, na realidade, por um sério controlo das forças derrotadas – grupos étnicos ou grupos religiosos – cujo enfraquecimento é surpreendente e testemunha o esgotamento das tradições sob a pressão de uma ideologia universalista. O próprio Irão, um povo de combatentes, uma nação dominante, chamada pelo Mazdeísmo a desempenhar um papel universal e a lutar permanentemente contra o mal, está em completo colapso. É claro que algumas linhagens “nobres” permanecem na província de Lars e preservam o sentimento de orgulho da sua raça de origem e a memória das dinastias nacionais. No entanto, são sobretudo as montanhas da costa do Mar Cáspio, tradicionalmente rebeldes e que se islamizaram tardiamente, que conservam por mais tempo o poder autónomo: os seus “marquês” (*ispahbadhs*) do Tabaristão, por exemplo, herdeiros dos sassânidas governadores, ou outros similares, entrincheirados num “país de guerra” devastado pelas constantes expedições muçulmanas, ou ameaçados pelos esforços dos missionários, poderão resistir por um certo tempo. A leste, o Islão adaptou-se às condições de submissão dos antigos principados sogdianos e bactrianos: em Balkh uma dinastia local manteve a sua autoridade, primeiro sozinha até 736, enquanto os árabes permaneceram guarnecidos numa cidade vizinha, entrando mais tarde em competição com o emir até foi eliminado por volta de 870. Os príncipes de Largana e Ushrusana, os afegãos de Ghazna e, mais tarde ainda, até 995, os *xás* de Khwárizm gozarão da mesma autonomia. No seu conjunto, estes acordos parciais e frágeis entre a aristocracia iraniana e o poder islâmico não implicam a constituição de um “refúgio” nacional: o Islão penetra por toda a parte e as línguas persas tornam-se em grande parte arabizadas. Resta apenas a memória do esplêndido passado da poesia, da arquitetura e da dominação política dos iranianos, o que se traduz, a partir do momento em que os omíadas começam a recrutar secretários de origem persa para os gabinetes da administração, na polémica da *shuūbiyya* : diante dos humanistas árabes de Basra, os persas reafirmam – em árabe! – os valores literários e heróicos do passado iraniano.

Nos países cristãos do Iraque, da Síria e do Egipto, a afirmação da liberdade religiosa e o fim das perseguições bizantinas trazem consigo um renascimento das igrejas

minoritárias, a reconstrução de mosteiros e o recrutamento de numerosos funcionários monofisistas, ao mesmo tempo que uma grande o desenvolvimento cultural ocorre na igreja jacobita síria em torno da figura de Severus Sebojt. É verdade que a pressão fiscal põe rapidamente fim a esta “primavera do Islão”, ao incitar numerosas revoltas coptas e induzir o califa a praticar o sectarismo com as minorias, enviando, por exemplo, preceptores zoroastrianos para a Djazira. Da mesma forma, as seitas, divididas, não oferecem resistência excessiva à aplicação estrita, com 'Umar II ibn'Abd al-'Aziz, das regras que estabelecem a superioridade do Islão: obrigação de respeito e discricção (proibição de sinos e de culto público, necessidade de adoptar uma atitude de deferência) e de usar um sinal distintivo. A aplicação da lei muçulmana é obrigatória em qualquer julgamento entre um crente de confissão minoritária e um muçulmano ou entre duas minorias pertencentes a seitas diferentes, da mesma forma que é proibido possuir um escravo muçulmano ou prestar testemunho contra um crente. A tributação e a justiça constituem, por outro lado, armas eficazes de conversão, mas o califa evita a sua utilização por receio de esgotar a reserva fiscal sobre a qual assenta a vida da comunidade. No seu conjunto, portanto, dá garantias aos súditos *dhimmi* (principalmente judeus e cristãos) contra o excesso de zelo e arbitra um longo debate entre teóricos muçulmanos e médicos pertencentes a minorias em torno da questão das liberdades contestadas: o direito de reconstruir igrejas e sinagogas, enquanto é proibida a construção de novos edifícios desta natureza; direito de *waqf*, ou seja, direito de instituições religiosas terem propriedades isentas de impostos; direito de herdar de parentes distantes e de receber legados testamentários de um muçulmano. Os escribas cristãos, especialmente os nestorianos, que serviram aos omíadas e, mais tarde, por muito tempo, aos abássidas, tentaram expandir essas liberdades; Porém, inicialmente, a saída dos escribas sírios de rito grego torna o conflito com Bizâncio irreparável e torna uma parte da cristandade oriental suspeita de espionagem a favor dos gregos.

No Ocidente, mesmo fora dos meios tribais islamizados que já eram estruturalmente próximos da sociedade árabe tradicional e podiam facilmente adoptar os seus ideais assimilando a sua língua, a rápida difusão do árabe entre os povos indígenas islamizados, mesmo entre aqueles que permaneceram fiéis ao cristianismo. Em Toledo, cidade particularmente refratária à autoridade dos emires de Córdoba e onde parece que apenas um pequeno número de orientais se instalou, podemos ver, a partir de finais do século ^{viii}, como o poeta *muwallad* (convertido indígena) Girbib galvanizou a resistência de seus concidadãos, que se rebelaram contra o poder de Córdoba, compondo poemas árabes. Conhecemos, por outro lado, em meados do século seguinte, as lamentações de Eulógio, clérigo moçárabe (arabizado, que vive entre os árabes), a respeito do abandono das letras latinas pelos cristãos de Córdoba e da atração que estes sinto pela cultura árabe. Durante muito tempo, sem dúvida, os dialetos românicos indígenas continuaram a ser usados na península, embora relegados à categoria de língua não escrita popular; Porém, mesmo neste nível, sofreram a concorrência do árabe vulgar, que acabou por suplantá-los completamente talvez a partir do século ^{xi}. Com a semitização linguística, também penetraram costumes, modos de vida e mentalidades que contribuíram para distanciar a população andaluza de suas raízes indígenas. É curioso notar, por exemplo, que o casamento endogâmico, provavelmente praticado em imitação dos costumes árabes, foi alvo de controvérsia entre os moçárabes do século ^{ix}. Ao longo da fachada mediterrânica encontramos, na abundante toponímia gentílica difundida no campo sem dúvida desde os

séculos IX e X, o índice de uma relação entre os grupos humanos e a terra, de tipo oriental ou magrebino, que representa uma profunda modificação de parentesco estruturas no que diz respeito à tradição local de origem romano-visigótica.

Como obter recursos?

Assim, o “reino árabe” dos omíadas sobrepõe a estrutura política do Estado-exército às tradições das múltiplas províncias do império: o povo, muçulmano, essencialmente de língua e cultura árabe, ainda reunido em contingentes tribais, vive em um rendimento assegurado por impostos e saques, enquanto dedica as suas próprias energias à conquista ou à definição intelectual, filosófica, jurídica e política que justifica o seu poder. Esta sociedade islâmica tem, portanto, uma ressonância “ateniense” e baseia-se evidentemente na exploração de sociedades conquistadas, ossificadas na sua radical diversidade e inferioridade.

O sistema de pensões manifesta, em primeiro lugar, a superioridade dos muçulmanos como um todo, e não apenas da classe militar; As tribos aparecem registradas nos livros dos tesoureiros (divãs) desde 'Umar, sem estabelecer uma relação precisa entre a pensão recebida e o serviço prestado ao exército. A pensão (*ata*) dos militares, veteranos ou muçulmanos livres que constituem o potencial mobilizável, tende a substituir o saque móvel (*gama*) da época das primeiras conquistas, regula os direitos eminentes do povo árabe e impede que se deixe levar afastado pela tentação de se entregar à agitação e à guerra irregular. A inscrição de contingentes tribais lembra muito, por outro lado, as origens do Islão já que, durante muito tempo, excluiu os não convertidos que, por outro lado, eram obrigados a tornarem-se clientes (*mawáli*) se quisessem integrar-se na sociedade muçulmana “pura”; Mesmo a sua participação, activa como se viu, em expedições militares não lhes conferia o direito ao serviço militar, mas apenas a uma pequena parte do saque.

Outra distribuição, a das terras conquistadas, iria aumentar as desigualdades na sociedade muçulmana e estabilizar-se, dada a quase propriedade de grandes domínios, chefias tribais e comandos militares. Em teoria, o saque dos bens imóveis (*fay*) era distribuído entre todos os combatentes, com exceção de um quinto reservado ao Profeta, e mais tarde à comunidade, que era atribuído a fundações religiosas. Na prática, os muçulmanos vacilaram entre dois tipos de distribuição: o primeiro respeita o princípio e determina amplas distribuições de terras, que continuarão a ser cultivadas pelos seus possuidores, os dhimmis convertidos em súbditos e situados numa posição jurídica inferior; Estes pagarão os impostos habituais, enquanto os muçulmanos deverão pagar o dízimo dos seus rendimentos ao Estado. O segundo procedimento foi aplicado no Sawád, a “região negra”, ou seja, a área arborizada que circunda Bagdá, e prevê a imobilização dos terrenos atribuídos em *waqf* , ou seja, em propriedade morta, a todo o território a comunidade dos crentes: os habitantes pagam o seu imposto a título duplo, a título de captação e a título de imposto territorial, constituindo este conjunto um “rendimento de fundação piedosa” destinado ao serviço dos muçulmanos. Porém, em ambos os casos o príncipe, em nome da prioridade que os costumes tribais reservam ao chefe, preserva para si uma enorme reserva territorial, os bens *Sawáfi* : terras conquistadas pertencentes ao

Estado Sassânida, às igrejas e templos do fogo, propriedades de famílias nobres expulsas ou de bens abandonados. Estas terras eram, a princípio, de tamanho medíocre e, nos Sawád, produziam apenas rendimentos de 4 milhões de dirhams, o que era um valor mínimo em relação aos 124 ou 128 milhões de rendimento anual total. No entanto, os bens *Sawáfi* cresceram continuamente devido a confiscos ou à aplicação do direito de posse do califa sobre pastagens.

O califa poderia distribuir lotes destas terras *Sawáfi* aos muçulmanos que tivessem méritos particulares: a concessão implicava a obrigação de trabalhar as terras, era revogável e, portanto, não dava origem à propriedade plena. Cedo permitiu, porém, a formação de grandes domínios (*daya*) nos quais era difícil distinguir a concessão usufrutuária inicial das compras sucessivas. Sem chegar à constituição de uma aristocracia territorial, uma vez que a lei muçulmana estabelece que a herança deve ser dividida entre os filhos, estes lotes permitiram sem dúvida a constituição de uma classe de proprietários muçulmanos de médio porte.

No entanto, no seu conjunto, a base financeira do Estado continua a basear-se no sistema fiscal que foi desenvolvido à medida que a conquista avançava.

A evolução da tributação e o esforço de racionalização levado a cabo pelos juristas (*fuqahá* .) contribuíram gradualmente para simplificar esta anarquia, preservando em última análise dois impostos universais: o *djizya* , um imposto que tributa "a nuca" dos súbditos (os *dhimmies*) , preço pela proteção pago apenas por homens adultos, capazes de ir à guerra; Este imposto constituía uma contribuição elevada e variava entre 1 e 4 dinares. O segundo imposto era territorial, o *jaradj* , e a sua base tributária mais frequente (no caso do Iraque ou do Irão) era a superfície da terra (*misáha*), sendo o pagamento feito em dinheiro ou metade em espécie. O grande problema foi, evidentemente, a conversão progressiva dos *dhimmies* já que, neste caso, deixaram de pagar a capitação. Por esta razão, os juristas tendiam a relacionar o imposto predial com a terra e não com o estatuto do seu proprietário: o imposto pertence à comunidade e não pode ser reduzido ou alienado. Uma casuística refinada tratava da classificação das terras de acordo com o seu *estatuto original* : em todo o caso, as opiniões dos médicos divergiam tanto que, em última análise, o califa continuava a ser o árbitro final em matéria de tributação.

Os muçulmanos estiveram durante muito tempo isentos de todos os impostos: eram rentistas do imposto e só eram obrigados a dar esmolas voluntárias (*zakát* ou *sadáqa*) cuja equivalência com o dízimo era estabelecida pelo costume. A sua importância não deve ser subestimada: a *Crónica* de Dionísio de Tell-Marhé permite-nos avaliar os diferentes impostos em que se decompõe. No século «do Islão, o dízimo da colheita, que, em Djazira, era pago a uma taxa muito elevada, 2 dinares por unidade de terra, equivalia a um montante equivalente ao *jaradj* do vizinho Iraque; O dízimo dos rebanhos beduínos, calculado não sobre os lucros que produzem, mas sobre o capital e que deve ser pago em dinheiro, constitui uma contribuição tão elevada que a taxa teve de ser reduzida para 1/30 ou, para pequenos rebanhos, para 1 /40. O sistema de tributação aplicado aos muçulmanos não é, portanto, tão favorável como se poderia pensar: apenas estão isentos de capitação, o que foi considerado infame. Apesar de tudo, o amplo movimento de conversões, acompanhado do crescimento das cidades improdutivas e do abandono do campo, reduziu as receitas do Estado desde o período omíada; Assim, a receita fiscal do Egipto, que era em média de 12 milhões de dinares sob 'Umar e seus sucessores, com alguns aumentos

esporádicos atingindo 14 ou mesmo 17,5 milhões, caiu para 4 milhões na época de Hárün al-Rashid, no século IX, e mais tarde, variariam entre 3 e 4 milhões sob os fatímidas. Em Djazira jacobita esta diminuição ocorreu mais tarde: 58 milhões sob Hárün al-Rashid e 17,3 milhões por volta de 870. Da mesma forma, as receitas fiscais do Iraque, estabilizadas em cerca de 120 milhões de dirhams na época da conquista e que permaneceram no mesmo nível na época de Hárün al-Rashid, sofrerá uma queda acentuada no século IX: 78 milhões por volta de 870. Este empobrecimento do Estado deve-se, sem dúvida, a inúmeras causas, como a distribuição dos bens *Sawáfi* e as alterações na situação fiscal dos contribuintes. Sem precisar subestimar o grande peso da pressão fiscal, que tributou tanto as atividades econômicas quanto a renda individual, é fácil compreender a preocupação que o erário sentiu em não deixar escapar ninguém e frear o movimento de diminuição da renda.

Nestas condições, a tributação contribui para o desenvolvimento de uma administração meticulosa: o *tadil*, uma verdadeira inquisição periódica, é responsável por estabelecer o censo da riqueza. Na Djazira esta inspecção é realizada de dez em dez anos a partir de 690 e actua de forma implacável, especialmente para com os detentores ilegítimos de terras públicas. Ninguém pode viajar sem portar o recibo do coletor de impostos, o que o protege contra possíveis detenções e investigações: trata-se de evitar a fuga aos impostos que ameaça generalizar-se. Eventualmente será exigido, como prova de que o contribuinte cumpriu os seus deveres fiscais, o uso de um selo de chumbo preso ao pescoço com uma cinta. Por outro lado, cresce a dureza do imposto, em virtude da arbitrariedade do recenseamento realizado por funcionários da administração central, frequentemente escolhidos entre membros de uma minoria diferente daquela a que pertencem os seus contribuintes. A tributação também é endurecida devido à necessidade de pagar em ouro ou prata; Para obter dinheiro, o agricultor é portanto obrigado a vender imediatamente a colheita, antes da colheita, a preços certamente inferiores aos que seriam obtidos alguns meses depois. As autoridades locais, que são responsáveis pelo pagamento dos impostos e são, ao mesmo tempo, grandes proprietárias de terras, tornam-se então credoras. A usura tende a deslocar a estrutura igualitária da comunidade rural e dá origem à multiplicação de laços protectores entre as autoridades locais e os camponeses empobrecidos. Tudo isto traz consigo não só a fuga aos impostos, mas também o aparecimento de violentos motins camponeses. Estas revoltas são dirigidas contra especuladores, mas também contra exilados que fugiram dos impostos e que são perseguidos para forçá-los a regressar à comunidade que foi empobrecida pela sua fuga. Não estamos longe de Bizâncio!

A tributação segue o mesmo exemplo no Ocidente

Escusado será dizer que, aos mais altos níveis de governo e administração, as estruturas organizadas no Ocidente eram uma cópia fiel dos modelos que estavam a ser desenvolvidos no Oriente. Alguns deles aparecem muito cedo, como o *diwan al-djund*, registro em que os diferentes contingentes tribais do exército apareciam com os salários que recebiam. A tributação caracteriza-se desde o início pelo desejo de organizar um sistema idêntico ao oriental: *djizya* ou imposto específico sobre os contribuintes cristãos, *jaradj* ou imposto sobre a terra, dízimo (*zakát* ou *ushr*) exigido aos muçulmanos. A partir de 701, por exemplo, vemos como o governador de Ifríqiya registrou na lista de percepção

jaradj os Rūm (romanos) de Ifriqiyá que desejavam preservar sua religião cristã. Em al-Andalus, um famoso tratado denominado Tudmir (Teodomiro) é assinado pelas autoridades muçulmanas e por um chefe gótico com este nome, residente em Orihuela. Este pacto concede aos cristãos do sudeste da península a conservação dos seus bens e a aquisição do estatuto de *dhimmi* em troca do pagamento de um *djizya* em dinheiro e em espécie, praticamente idêntico aos encontrados nos textos orientais do mesmo tipo. .

O afastamento poderia ter facilitado abusos ou licenças, mas na realidade o controlo exercido pelo califado de Damasco sobre os primeiros governadores parece ter sido tão rigoroso quanto as distâncias e os meios técnicos da época permitiam. Não há dúvida de que tanto o governo do império como as autoridades locais queriam ajustar a organização das províncias recém-conquistadas às normas islâmicas. A crónica latina de 754, denominada *Crónica Moçárabe* , insiste repetidamente nos esforços realizados pelos governadores de Córdoba para ajustar à legalidade a realidade anárquica da apropriação de terras pelos conquistadores. Desta forma, o governador al-Samh (719-721) teria procedido a uma nova distribuição dos bens que os árabes tinham "indiviso" (*idivisum*), ou seja, sem que se tivesse efectuado uma prévia distribuição legal. Por sua vez, o governador Yahyá ibn Saláma (725-727) obrigou os árabes e berberes a devolver aos indígenas cristãos os chamados "bens da paz", provavelmente terras que lhes haviam sido tiradas apesar de terem sido garantidas por um tratado de paz. paz (*sulh*), acordada no momento de sua submissão. Por outro lado, a mesma crónica contém múltiplas alusões ao estabelecimento de registos fiscais por parte destes primeiros governadores, vários dos quais teriam feito uma *descriptio populi* , sem dúvida com a intenção de regularizar a percepção do *jaradj* .

O sistema monetário, que constitui um corolário da tributação, é introduzido tanto em África como em al-Andalus com uma rapidez notável. As taxas impostas pela reforma do califa 'Abd al-Malika no final do século ^{vii} no Oriente são precedidas por algumas moedas híbridas latino-árabes. Ora, embora a própria existência destes últimos testemunhe a consciência adquirida pelas autoridades da necessidade de facilitar a transição, a brevidade da sua emissão (de 703 para 716 em África) também mostra que queriam estabelecer o sistema oriental o mais rapidamente o mais rápido possível. Em al-Andalus há uma ruptura total e imediata com a moeda visigótica, e as moedas de transição, latinas ou bilingues imitadas de modelos africanos, só duram de 711 a 717; Após esta última data, apenas se encontram dinares que correspondam, na sua epigrafia e metrologia, à taxa estabelecida pela reforma de 'Abd al-Malik. Um problema que não está claro, porém, é o da interrupção da cunhagem de moedas de ouro em al-Andalus em meados do século ^{viii}. De facto, a partir de 745, e após uma interrupção que durou cerca de 15 anos, sem dúvida devido à crise política de meados do século ^{viii}, as casas da moeda andaluzes apenas cunharão dirhams em conformidade com as taxas anteriormente cunhadas pelo Califado de Damasco, e Esta situação perdurará até à proclamação do califado em Córdoba em 929. Nesta, como noutras características institucionais, al-Andalus parece preservar rigorosamente a tradição omíada. É possível que, não tendo ousado assumir imediatamente o título de califa, os soberanos de Córdoba não se considerassem autorizados a disputar o monopólio dos 'Abássidas' sobre a cunhagem de ouro. Pode-se também pensar que o ouro era, então, raro em todo o Ocidente, e aponta para o sincronismo da interrupção destas cunhagens em al-Andalus e na Gália no século ^{viii}. No Magreb, os Idrisidas, sem dúvida pelas mesmas razões, apenas cunharam dirhams. Quanto aos dinares emitidos pelos Aghlabids de Ifriqiyá,

provavelmente serviam principalmente para pagar o tributo devido ao califa, enquanto a circulação interna devia basear-se fundamentalmente na prata.

UMA DIFÍCIL RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

A base rural do Médio Oriente afectada pela conquista muçulmana certamente não deveria ter sido transformada imediatamente. A preocupação fundamental do conquistador era fiscal, como acabamos de ver em detalhe: herdou situações locais, impostos bizantinos e sassânidas, e foi a algumas comunidades camponesas para os cobrar. Embora a invasão árabe tenha causado uma certa sedentarização das tribos, na Síria, em Djazira e no Egito, esta instalação de alguns beduínos (pouco mais de 150 mil combatentes Siffin) não poderia ter tido consequências importantes na base rural do império. Por outro lado, a atração das cidades improdutivas desorganizou as comunidades rurais e provocou uma onda de deserções. A cidade islâmica, que vive da receita fundiária e dos impostos e acumula prestígio religioso e militar, atrai a população de novos convertidos que são rejeitados pela dureza da tributação camponesa: na cidade eles escapam ao *jaradj*, que os equipara aos súditos dhimmi; Adquirem liberdade e anonimato ou mesmo o privilégio de serem admitidos, como *mawálí*, numa tribo.

Uma base rural encolhida e anémica

As deserções foram, portanto, consideráveis. Eles estão claramente definidos e datados no *Livro do Imposto sobre a Terra*, escrito por volta de 790 por Abū Yūsuf para o califa Hārūn al-Rashid; no centro do Iraque, em Sawād, o centro fiscal do império, "eles datam de aproximadamente cem anos". A arqueologia fornece pistas como o completo abandono dos canais do Iraque entre Bagdá e o Zagros ou entre o Tigre e o Eufrates; a diminuição do número de aldeias no sopé das montanhas por onde corre o rio Diyálá "atrás de Bagdá", como no norte da Mesopotâmia; Em outras regiões do Oriente Próximo aparecem os mesmos sinais de antigas deserções que nas faixas nabateias do sul e leste da Palestina, e no leste da Síria, principalmente entre Hims e Palmyra. Em Djazira, o comportamento dos povos indígenas muda devido ao assentamento das tribos Muda, Bakr e Rab'a, todas do norte da Arábia; O mesmo acontece na Síria, onde se estabelecem Qaysids e Kalbis, nativos do Iémen, e no Egito, onde Qaysids e numerosos grupos iemenitas aparecem e se dispersam para o Sudão. Foi salientado que isto não deve ser visto como um aspecto da luta entre nómadas e pessoas sedentárias; o equilíbrio ecológico destas regiões não é alterado pelos pastores; Pelo contrário, ocorre uma valorização dos recursos complementares e surgem trocas entre a zona fronteiriça do deserto e a zona agrícola. Na verdade, as ondas de abandono de terras são mais amplas e tardias do que estas instalações. A desflorestação e, mais tarde, a crise demográfica são os dois factores que sangram completamente os mercados urbanos e provocam o enfraquecimento dos valores tribais face a um Estado opressor. No caso da Síria, o gatilho é o deslocamento do centro político do império em direção ao Iraque depois de 750. No Egito, a diminuição da superfície irrigada e o abandono das franjas ocidentais e, sobretudo, orientais do Delta são tardios. consequências, no século X, do assoreamento do braço pelusíaco do Nilo. A este

respeito, não é certo que uma reflexão mais cuidadosa por parte do Estado muçulmano o pudesse ter evitado, visto que dos sete braços principais do Nilo, do rio utilizado na época ptolomaica, apenas três permaneceram em uso na chegada dos árabes: o de Pelusium, Damietta e Roseta.

Não é aconselhável sobrecarregar muito as tintas da pintura. Ao longo das faixas desérticas, na Síria, por exemplo, o período omíada viu surgirem múltiplos castelos que eram, ao mesmo tempo, pontos de encontro de onde partiam expedições de caça e centros de grandes explorações agrícolas que eram mantidas graças a um controlo meticuloso de a água, coletada em reservatórios e levada para os grandes recintos cultivados, que eram cercados por altos muros de pedra e tijolo bruto. Qasr al-Hayr al-Sharqi, o "oriental", construído pelo califa Hisham em 777, compreende um poderoso complexo fortificado de 71 m de lado que circunda um pátio de 45 por 37 m, defendido por 12 torres redondas; É uma residência luxuosa, maravilhosamente decorada com afrescos e ornamentação vegetal em estuque, que recebe suas provisões de um jardim e pomar (*hayr*) de 7 km de comprimento por 1,5 km de largura. Outros esforços iniciais na valorização de terras, na construção de diques e canais, na construção de novos castelos e até na fundação de cidades são atribuídos aos príncipes omíadas Sa'id e Maslama. Tudo isto atesta o facto de que o interesse dos poderosos se inclina para as terras irrigadas do baixo Iraque, que constituirão o centro de aplicação da revolução agrícola da 'era Abássida. Ibn Wahshiyya, na sua *Agricultura Nabateia* , descreve estas quintas, hoje em *dia* , geridas por um proprietário e um administrador e povoadas por trabalhadores não qualificados e pouco islamizados. Apesar disso, foi necessária a ajuda de técnicos para construir os canais e fabricar as grandes rodas d'água com baldes para elevar a água. Na sua dupla qualidade de aldeias e grandes explorações agrícolas, estas explorações compreendem um sector artesanal de ferreiros, oleiros e carpinteiros. Solidamente ancoradas numa antiga tradição de gestão, sem ainda recorrer a um quadro de funcionários exclusivamente constituído por escravos, estas grandes quintas são o centro onde se preservam o calendário solar pré-islâmico e o conhecimento técnico impregnado de magia.

A situação dos camponeses como um todo apresenta grande variedade. A grande exploração utiliza uma força de trabalho assalariada, pelo menos alimentada e mantida numa dependência quase servil, embora seja um caso minoritário. As comunidades rurais continuam muito fortes na Síria e em Djazira, onde exercem um direito de propriedade colectiva sobre a terra que envolve distribuições periódicas. No Egipto, por outro lado, é o Estado que impõe todos os anos a uma comunidade, o vínculo da sua autoridade, a distribuição de terras irrigadas e culturas obrigatórias. O peso dos impostos e os abusos do erário não favorecem a criação de grandes propriedades - em contradição, como vimos, com as regras de herança - mas antes o reforço das relações de clientela entre os notáveis e os habitantes da zona. . O camponês busca proteção (*taldjPa* ou *himáya*) de um "poderoso" que se encarrega dos impostos e obtém, em troca, um direito eminente sobre sua terra protegida, podendo explorá-la em regime de parceria ou devolvê-la ao camponês e exigir um dízimo ou meio dízimo como preço de sua proteção. Este fenómeno não implica a constituição de grandes domínios estáveis distribuídos em concessões feudais. A resistência da comunidade camponesa é muito forte e muitas vezes organizada de acordo com o modelo genealógico que é, portanto, solidário; Ainda existe a possibilidade de fuga para a cidade, o que se explica bem pela fragilidade da classe dos "poderosos". A força e a

riqueza estão intimamente associadas às fortunas políticas, que mudam com demasiada frequência. A propriedade da terra é continuamente afetada por infortúnios e confiscos. Será tudo isto o resultado de uma defesa dos equilíbrios naturais do regime social islâmico? Uma reminiscência do carácter centralista do Estado nascido das conquistas? Um meio de impedir, graças à riqueza e ao poder, o estabelecimento de uma classe social capaz de influenciar o califa e tirar-lhe o direito eminente e imprescritível sobre as terras? A grande propriedade é formada rapidamente, mas também é rapidamente dividida e só pode ser mantida na forma do waqf religioso; As obras piedosas destinadas aos pobres, às mesquitas, às obras de interesse colectivo (banhos, alhóndigas, canais) são de pequena dimensão mas a prática de trustes familiares encarregados da sua gestão poderia constituir uma base temível para a constituição de grandes propriedades. Apesar disso, deve-se levar em conta que os *waqfs* são geralmente bens dos cidadãos e que o campo geralmente percebe pouco os seus efeitos.

No geral, o estatuto do camponês, que já era humilde e ameaçado na era bizantina ou sassânida, foi degradado. É denominado *raqiq*, escravizado, termo que implica uma situação pessoal desprovida de honra. Nas terras exploradas, antigas ou ampliadas pelo jogo de proteções, a parcela que corresponde ao camponês é a mais medíocre: a parceria (*musáqá*) deixa-lhe, nas terras férteis, nada mais do que quantia entre metade e um quarto da colheita; o contrato *mujábara*, tipo de sociedade em que o proprietário, além da terra, fornece as ferramentas, o uso do seu gado e as sementes, só deixa ao associado um quinto do grão colhido; Situação idêntica ocorre no Magreb, onde o regime dos *jamrnás* (“quinteros”) tem a mesma estrutura. Esta condição social e económica muito degradada não é de forma alguma universal ou homogênea: a planície tem ricos e pobres, camponeses sem terra e vagabundos que quase não se notam. Sem dúvida existe até uma complementaridade entre a grande propriedade e a comunidade rural. A primeira pode absorver e organizar, nas terras irrigadas, o excedente da população rural ou ainda, quando a comunidade atingir seus limites ecológicos e não sobrar terra para distribuir, oferecer aos excluídos, os filhos mais novos das famílias, um meio de trabalharem emprestando-lhes bois e sementes.

Herança urbana e novas cidades tribais

A sociedade muçulmana dos conquistadores é, antes de tudo, uma sociedade de cidadãos, organizada em acampamentos militares, facilmente mobilizados nas grandes e tumultuadas assembleias de oração comunitária e ainda agrupados em torno daqueles dois órgãos essenciais da vida da comunidade armada que o são: a mesquita e o palácio. A sedentarização dos beduínos formou novas e poderosas aglomerações na foz das grandes rotas de caravanas seguidas pelos exércitos árabes, bem como nas margens dos grandes rios do Iraque e do Egito: em 636 Kūfa foi fundada junto a uma rota que leva de Hira ao centro do Iraque atravessando o Eufrates numa ponte para barcos; em 638, Basra, na confluência do Tigre e do Eufrates; Fustát em 640, próximo à fortaleza bizantina da Babilônia no Egito, no local da primeira ponte localizada acima do delta. Estas cidades, as *hanifs* (singular *hanifs*), manifestam a força e a unidade dos vencedores e carecem de qualquer tipo de fortificação ou proteção. Basra não será murada e dotada de fosso até 771,

quando ocorre a insurreição dos Kharidjis que surgiram entre os próprios beduínos; Estas obras não se devem, portanto, a qualquer medo dos derrotados.

Nestas cidades desenvolve-se um urbanismo original e variado. Tem como fundamento a estrutura tribal que tem presidido à fragmentação em lotes e à distribuição dos círculos eleitorais que correspondem aos contingentes, todos organizados segundo o modelo genealógico. Em Basra encontramos cinco bairros, cada um dos quais escolhido por uma confederação de tribos: Azd, Tamim, Bakr, 'Abd al-Qays e 'Abd al-Adiya. Em Küfa a planta lembra um acampamento romano com quatro avenidas principais que se cruzam ortogonalmente no centro, marcadas pela mesquita e pelo palácio. As ruas são muito largas, até 25 m, e no centro de cada concessão tribal (*hanifs*) fica o cemitério do grupo. A topografia de Küfa respeitará os limites desenhados para esta instalação, que inicialmente era semi-rural. Assim, as cabanas construídas com junco e tendas só serão substituídas por casas de alvenaria trinta anos após a fundação. Em Fustát a arqueologia confirma uma cronologia semelhante: uma cidade de tendas em que as ruas separam os *hanifs tribais* . Aqui, porém, a planta é mais confusa e mostra uma rede de ruas que constituem labirintos, com becos sem saída e praças por vezes fechadas em forma de pé de ganso ou de estrela. Este plano reproduz sem dúvida as originalidades tribais e marcou toda a topografia posterior da cidade. Mesmo em Fez, fundada na passagem do século ^{viii} para o ^{ix}, o plano da nova capital Idrisi baseia-se numa distribuição tribal.

O planeamento urbano das novas cidades caracteriza-se por um certo número de características comuns: estrutura baseada no grupo tribal, mais ou menos isolado, administrado pelos seus próprios chefes com a colaboração dos "curadores" - cuja função adquire grande importância uma vez que conhecer as regras genealógicas da tribo. É uma estrutura simples que permite a rápida mobilização de um povo unido, com um aparato jurídico e político muito básico já que as questões relacionadas com a herança são da responsabilidade da tribo, e um centro religioso e intelectual, a mesquita, em contínua efervescência. Toda esta simplicidade desvanecese pouco a pouco face ao progresso de uma vida económica cujo objectivo principal continuará a ser o abastecimento dos grupos urbanos. A organização torna-se então mais complicada sem perder o seu significado fundamental como metrópole rentista que "digere o saque"; A isto devemos acrescentar as rendas da terra, constituídas basicamente pelos impostos que os perdedores devem pagar à comunidade vencedora. Em todas estas cidades foram construídas a Casa da Moeda, a Casa do Tesouro e até, em Küfa, uma Casa de Saques e um arsenal em Baçorá, que, num primeiro momento, apontavam para o Golfo Pérsico e, muito em breve, para a Índia. Em Fustát, a vida comercial está ancorada na tradição dos comerciantes locais, mas a experiência dos mekies desenvolve-se em torno de um mercado agrícola local que, aos poucos, é alimentado com produtos mais exóticos da Índia e da China. Na verdade, esta transformação das cidades altera a sua aparência tribal muito lentamente, mas acentua as diferenças de riqueza entre as grandes "casas" que controlam a liderança dos clãs e as linhagens inferiores.

As novas aglomerações, embora constituam o ideal de vida urbana para os árabes que imigraram para as antigas terras do Crescente Fértil, do Egipto ou de al-Andalus, exercem a sua autoridade sobre uma grande rede de cidades herdadas do passado. Houve, sem dúvida, algumas fundações durante o tempo dos primeiros califas e sob os omíadas, especialmente no Iraque e nas zonas fronteiriças, mas o essencial continua a ser a estrutura

bizantina ou sassânida. A continuidade da toponímia e do habitat é particularmente notável no norte da Síria, nas fronteiras da Anatólia ou no Irão. A leste, onde a urbanização sofre um golpe devido à instalação de grandes contingentes árabes, percebe-se uma divisão das antigas aglomerações e, próximo às cidades persas, que muitas vezes são cidadelas de pouca importância, os recém-chegados desenvolvem um subúrbio (*hanifs*), junto à estrada, onde se situam os órgãos da cidade islâmica, a grande mesquita e o palácio com o mercado. Em Nishápür, localizada na estrada que atravessa o Jurassan em direção à Transoxânia e à China, a cidadela e o centro da cidade estão incluídos num complexo maior. A autonomia duradoura dos antigos “marquês” sassânidas significa que muitas cidades como Marw, Balkh, Samarcanda e Bukhara permanecem fora da islamização. Por toda parte se vê que a estrutura da cidade foi quebrada, alheia ao esquema unitário que só será recomposto lentamente; Em Marw, que durante muito tempo foi inacessível aos árabes que acampavam no oásis, foi necessário esperar que Abü Muslim construísse um novo centro político *de Hanifs* por volta de 750. Na Síria a continuidade é ainda mais forte: a ocupação árabe adaptou-se à estrutura dos distritos militares, os *hanifs*, nas cidades antigas. É claro que as cidades costeiras, como a arqueologia demonstrou, sofrem um rápido declínio na época das grandes expedições através do Mediterrâneo, mas fora delas o número de moedas de cobre com as matrizes distintivas das diferentes casas da moeda confirma a sobrevivência de Tiberíades, Emesa (Eles), Qinnasrin e Aleppo. Nas cidades fronteiriças, como Tarso, Adana, Missisa, a presença do exército mantém uma vida ativa e democrática: nelas vive, treina, luta, é um povo de combatentes, exército regular remunerado ou voluntários retidos por saque ou fundações piedosas. dilacerados por oposições tribais ou disputas pela autoridade do governador.

Damasco, escolhida como capital administrativa da dinastia omíada, simboliza esta mesma continuidade de uma forma diferente. Herdou da tradição antiga e da dominação bizantina um recinto fortificado, uma rede de abastecimento de água, um aqueduto, numerosos canais e múltiplos tanques de água de onde provêm os canos que alimentam as fontes, mesquitas, banhos públicos (*hanifs*) e casas. Estão estabelecidas as etapas da evolução topográfica da capital síria: estabelecimento de uma rede de mercados (*hanifs*, souks) em torno da grande avenida colunata da cidade romana, gradualmente conquistada por lojas que a faz perder o seu traçado retilíneo e o seu aspecto monumental ; transformação do antigo altar sagrado do templo de Júpiter Damasceno (Ba'l Haddád) em mesquita com pátio central ligado à residência do califa; por fim, o deslocamento da rede de ruas perpendiculares, devido ao particularismo tribal, que ainda pode ser vislumbrado sob a nova estrutura em forma de colmeia, com ruas em camadas e bairros fortificados.

Estas transformações tendem a aproximar Damasco, a capital efectivamente arabizada, das novas cidades, os *hanifs*. Na verdade, muitas cidades antigas permanecem fiéis ao sistema helênico e, por outro lado, os secretários do califa, mesmo convertidos, permanecem fiéis à cultura helênica, expressão que ainda é sinónimo de ciência e até de tecnologia, e são firmes defensores de uma cidade racional baseada na astrologia, na geometria e nas técnicas próprias do engenheiro. A partir deste momento, tudo o que afecta a vigilância e regulação da vida urbana constitui assunto público e escapa às contingências tribais. Neste sentido, tudo o que se sabe sobre as cidades ocidentais aponta na mesma direção: a do abandono progressivo do modelo tribal. A história dos *hanifs* (“controlo de mercado”), função de vigilância e regulação da vida social e económica

fundamental na cidade hispano-muçulmana, fornece-nos um bom exemplo, com a vantagem de afectar directamente a história económica. A posição aparece com certeza nas fontes andaluzas após a chegada ao poder do segundo emir omíada de Córdoba, Hishám I, no ano de 787, mas nada prova que seja uma novidade estrita. A função é considerada suficientemente importante na hierarquia administrativa para que o seu titular, de origem oriental, seja um vizir que figurava na primeira fila do registo (*hanifs*) em que constavam as pensões atribuídas aos dignitários do governo e da administração. Sabe-se também que, em 805, al-Hakam I mandou executar os *hanifs* (responsável pelo mercado), implicados numa conspiração, e que, no ano seguinte, a gestão do seu sucessor provocou uma revolta popular na capital. O primeiro manual de *hanifs* , tratado sobre o governo do souk, que preservamos e que constitui o primeiro de uma série de manuais jurídico-administrativos orientais e especialmente ocidentais do mesmo género, é obra de um andaluz, Yahyá ibn' Umar, residente em Ifriqiyá no final do período Aghlabid, que responde às perguntas dos funcionários dos mercados de Sûsa e Qayrawán seguindo as doutrinas sobre o assunto do próprio Malik ibn Anas e dos grandes médicos do Malikismo Egípcio, Andaluz e Ifriquí . Este trabalho é, portanto, plenamente representativo deste mundo muçulmano do século ^{viii}, no qual a falta de uma unidade política prática entre o Oriente e o Ocidente e as inevitáveis nuances regionais não impedem o desenvolvimento de uma civilização comum a partir de bases idênticas.

DESLOCAÇÕES E FALHA

A monarquia omíada tem uma história repleta de insurreições que continuarão, aliás, com características idênticas durante o primeiro século abássida. Estas revoltas associam uma componente anti-fiscal ao protesto contra a dominação do povo-exército árabe. Têm sido frequentemente interpretadas como revoltas “nacionais” contra o Islão, ancoradas num passado religioso, especialmente no Irão. Embora as constantes revoltas coptas (cinco entre 739 e 773 e uma última particularmente violenta em 831) não devam nada ao drama filosófico e religioso do contacto com o Islão, sendo na verdade simples rebeliões contra o tesouro não permitidas pela hierarquia episcopal. até ajuda a reprimi-los. O Irão, por outro lado, conhece movimentos complexos que são antes respostas ao universalismo islâmico. Da mesma forma e pela mesma razão, surgem entre os berberes profetas que criam “espelhos do Islão”: adoptam um monoteísmo com ar regional que visa restaurar a língua e o orgulho dos seus antepassados persas ou berberes. A profecia está orientada para o futuro e neste nível compete com o Islão, inspirando-se, ao mesmo tempo, nas suas instituições.

Revoltas e aculturação

O primeiro destes profetas persas, Bihafarid, provoca uma revolta do Jurassan entre 746 e 749, anuncia o fim do décimo milénio da mesma forma que Zoroastro anunciou o fim do nono, fornece o seu Livro, um anti-Alcorão em Persa, seus *hanifs* (o sol), suas sete orações e até o dízimo; proíbe o casamento endogâmico, o culto ao fogo e ao vinho; É, portanto, indiscutivelmente contrário ao clero zoroastrista e até a sua cor, o verde, é a

mesma do Islão. Após a sua derrota, foi substituído por um movimento mais sincrético, também no Jurassano por volta de 755-756, que conseguiu reunir enormes multidões armadas. Outros movimentos rivais surgirão posteriormente e, entre eles, o de um fuller que, por volta de 756-768, conseguirá reunir 300 mil homens em poucos dias. Estas tendências para o messianismo sincrético distanciam gradualmente os rebeldes de qualquer relação com o Islão, que já não tentam imitar. Os desvios caem no “exagero”: em 776 um artesão de Marw chamado Muqanna' provocará uma revolta utilizando o tema da encarnação de Deus. É inspirado no extremismo xiita, uma vez que os apóstolos encarnados são, com efeito, Adão, Set, Noé, Abraão, Moisés, Jesus, Maomé, 'Ali, o seu filho Maomé, Abu Muslim e, finalmente, o próprio Muqanna' ; Ele proclama o direito de consumir carne de porco e usa máscara dourada. Segundo a visão muçulmana, esta radicalização do movimento liga a especulação filosófica ao activismo político. Antes da sua islamização final, o noroeste do Irão testemunhará uma nova revolta geral, a Khurramiyya, cuja doutrina admite a transmigração das almas e a encarnação dos apóstolos. O seu líder, Bábak, filho de um comerciante de petróleo, revoltou Adharbaydján em 816 e também parte do Irão até 827. Bábak, ao constituir uma espécie de Estado à sua volta e apresentar-se como um combatente da luz contra as trevas, obedece ao modelo de Medina que pretende renovar.

Todas estas revoltas, vãs e confusas, testemunham uma necessidade e sublinham as dificuldades da aculturação. Deveríamos, por outro lado, acrescentar mais conflitos: pensemos nas disputas “simplesmente” tribais entre os Qaysids e os Kalbis, nas revoltas causadas pelos apoiantes de 'Ali e nos protestos armados dos Kharidjs. Estes últimos defendem, como se sabe, o regresso à comunidade de Medina e a distribuição igualitária dos rendimentos entre todos os fiéis. Em princípio, os Járidjís são a favor da igualdade de todos perante a lei, sejam ex-muçulmanos ou recém-convertidos. Por esta razão as suas convicções deveriam ter promovido a revolta dos seus clientes, os *hanifs*, cuja nova fé, modelada nas estruturas tribais dos seus vencedores, não tinha recebido a devida recompensa pelos serviços prestados. No entanto, o movimento foi restrito apenas aos beduínos: o seu anarquismo agressivo continua a atribuir importância excessiva ao seu mérito como pioneiros do Islão. A sua tática de golpes de Estado a cavalo só pode garantir-lhes sucessos efémeros: entre 684 e 699, ameaçaram o Iraque, Fars e Kirman. Esmagados pelo governador al-Hadjdjádj, que criou a nova cidade de Wásit para proteger Basra e Küfa, os Járidjís dispersaram-se pela periferia do império, no Sidjistão, e especialmente no Magreb onde criaram um principado autónomo em Tiaret em 766.

Pelo contrário, o movimento xiita atrai muito mais adeptos, especialmente nas cidades onde os *hanifs* são numerosos, apesar de os apoiantes de 'Ali inicialmente não se dirigirem a eles. Simples legitimismo dinástico, o xiismo promete uma era de justiça após o restabelecimento da linhagem de Maomé e 'Ali. Oferece aos *hanifs* uma função revolucionária adaptada à concepção comum do seu parentesco com os seguidores de 'Ali: os seus clientes, escolhidos, honrados como membros da família, sentem-se como irmãos espirituais dos pretendentes. É uma adesão complexa, embora sincera, destes homens dispostos a servir a comunidade. Os *hanifs* de Küfa participaram massivamente no “movimento dos Penitentes” de 684 e, sobretudo, na insurreição de al-Mukhtár em 687 que estabeleceu um embrião de Estado em Küfa e procurou governar em nome dos sucessores de 'Ali. As grandes “casas” abandonaram-no e isso levou ao seu fracasso, mas o impulso já

foi dado porque o xiismo encarna uma profunda aspiração a uma monarquia totalmente islâmica; ao mesmo tempo está envolto numa religiosidade mística em que o martírio da família de 'Ali está associado ao parentesco profético, constituindo um todo que comove profundamente os intelectuais.

A crise de 750

A crise revolucionária de 750, que pôs fim ao império omíada e inaugurou uma nova era e regime - ambos os conceitos são expressos pelo termo *hanifs* - confirma a fraqueza do poder e a sua incapacidade para resolver os problemas colocados pela conversão em massa dos antigos. . Não se trata, contudo, de uma revolução nacional dos iranianos contra os árabes ou de uma revolução dos *Hanifs* contra a aristocracia tribal, mas sim de uma procura de uma solução islâmica para o problema do tesouro do Estado. Embora o centro da insurreição seja, novamente, a província do Khurasan, na verdade são os árabes e, em particular, as tribos que foram privadas, por volta de 733, dos salários dos *hanifs* e foram excluídas do exército, que marcham em frente. Marw armado com porretes. Os slogans do movimento não mostram qualquer hostilidade para com os árabes e até mesmo a população árabe de Kūfa será convidada a apoiar e sancionar as decisões dos generais Khurasanid. Em nenhum momento há qualquer vestígio de um programa que procure corrigir as desigualdades e injustiças de que foram vítimas os *hanifs* , mas apenas uma promessa de renovação do Estado. Simplesmente surgiu uma mensagem revolucionária que foi recebida em terreno favorável e que unifica vários descontentamentos, tudo no meio de uma atmosfera vagamente milenar em que não faltam os traços místicos característicos dos sectores extremistas do xiismo.

Por outro lado, a situação particular do Khurasan explica o sucesso que ali teve um movimento revolucionário: arabizado devido ao afluxo de 50.000 famílias de Kūfa e Basra que constituem uma poderosa força de ocupação, a província, marca extrema do Islão, em contacto com os países iranianos ainda independentes ou pagãos da Transoxânia e do Afeganistão, ainda é uma “terra de guerra santa”, de pilhagem e tributos. Os conflitos tribais entre os Mudar ou Qays e os Iemenitas abundam e há oposição violenta a tudo o que vem da Síria, portanto, aos Omíadas. O problema dos *hanifs* só se coloca em termos de honra e dignidade; desde 'Umar II foram inscritos nos registos dos contingentes militares e, depois de 738, uma reforma fiscal aliviou os seus encargos. Pelo contrário, os árabes, particularmente os iemenitas, têm uma vingança pendente com os omíadas que em 733 suprimiram os privilégios dos seus soldados, com excepção de 15.000 famílias que permaneceram nos registos. A escolha do Khurasan e, em particular, da tribo iemenita dos Juza'a como base do movimento revolucionário também explica o sucesso da propaganda clandestina e, em última análise, dos 'Abássidas, uma linhagem medíocre e pretensiosa. Por outro lado, o seu indiscutível parentesco masculino com o Profeta coloca-os num patamar de igualdade com os descendentes de 'Alí e mesmo a vontade de um destes últimos, Abū Hāshim, a favor de 'abbasi Ibrāhim, permite-lhe aliar-se com eles. Durante quase 20 anos, os 'Abássidas desenvolveram um movimento político (em Kūfa com Abū Salāma) e militar (no Khurasan sob Abū Muslim) hostil aos omíadas, sem nunca especificarem o nome ou a linhagem do "digno imã" para quem trabalhavam. . Os seus seguidores limitam-se a referir-

se ao dever e ao direito de vingar os membros da família do Profeta, assassinados pelos tiranos omíadas; A bandeira negra e as roupas da mesma cor dos seus seguidores constituem apenas um sinal de luto e vingança; Eles também aderem ao espírito messiânico.

hanifs ocupam em toda esta questão esclarece a importância dos laços familiares e da adoção espiritual: Abū Muslim, um iraniano que ingressou como *hanifs* numa tribo árabe de Küfa, adota o título de “general (*hanifs*) da família” e «representante» da linhagem. Adotado pelo Imam Ibrahim em 746, recebeu dele uma espécie de missão, segundo a qual, embora não pudesse reivindicar o poder para si, poderia, em vez disso, transmitir sua autoridade subdelegada. Este é um procedimento de transmissão que será recuperado posteriormente pelos Fatimidas. Em Küfa, Abū Saláma, também liberto, adota um título que havia sido usado por Mujtár durante a revolta de 686, em nome do filho de 'Ali, “ajudante” (*hanifs*) da família, literalmente “aquele que carrega o fardo “do fardo”, nome que implica, pelo menos, um parentesco espiritual - lembre-se que no Alcorão Aarão é chamado de *hanifs* de Moisés. Estes irmãos espirituais assumem todos os riscos e estão encarregados da propaganda e das operações militares, protegendo os seus superiores, os 'príncipes abássidas ou descendentes de' Ali que se escondem em segredo absoluto e que não se mostrarão, de forma alguma, gratos: Abū Saláma será executado imediatamente após a vitória de 'Abbasid e Abū Muslim em 754, por ordem do califa al-Mansūr.

O sucesso da revolução explica-se precisamente pela ambiguidade que rodeava o nome do imã, permitindo recuperar toda uma série de revoltas anteriores dos partidários de 'Ali, associando-as ao movimento teológico dos Mu'tazili, que falaremos mais tarde, e deles adotaremos a ideia central de um “comando” do bem que se opõe a uma autoridade má. Ao mesmo tempo, reforça totalmente o fardo do ódio tribal e, em particular, a oposição dos iemenitas à hegemonia Qaysi. A revolução é proclamada abertamente em 747 e transmitida por telégrafo óptico constituído por um sistema de sinalização com fogueiras na região de Marw na noite de 25 do Ramadã. A declaração é feita em nome do “esperado imã” e derrota a dinastia omíada que está enfraquecida em todo o lado. Em dois anos o exército dos “clubes” varre os contingentes califais do Irão e do Iraque e em 28 de Novembro de 749, Abū-l-'Abbas é proclamado na grande mesquita de Küfa apesar de todo o rancor sentido pelos príncipes sucessores. por 'Ali. No ano seguinte, os membros da família omíada, que foram atraídos para uma armadilha na Síria, são assassinados impiedosamente; Apenas um consegue fugir, na medida do possível, para Córdoba. O novo poder instala-se no Iraque, em Anbár-Háshimiyya, o que constitui um primeiro sinal de ruptura com os omíadas, no meio de uma atmosfera de crueldade e ódio tribal que desenterra até os omíadas mortos para desarraigar a dinastia destituída de qualquer remanescente que pode permanecer de grandeza. A revolução 'Abbasid manifesta, portanto, uma tremenda violência ideológica, apesar de ser, em primeiro lugar e de facto, uma simples mudança de dinastia.

Capítulo 6

O MUNDO DOS 'ABBASIDAS.

O sucesso do Islã ¹¹

ENVIAR

O triunfo 'Abbasid oferece uma solução islâmica para os problemas de legitimidade e gestão do poder: a proclamação de Abū-l-'Abbas no cenário sagrado da venerada mesquita de Kūfa, foco das revoltas legitimistas, ocorre no tempo de oração comunitária na sexta-feira.

Uma monarquia "islâmica"

Esta monarquia afirma os direitos absolutos da linhagem de 'Abbas, tio do Profeta, em virtude de um direito de antiguidade. Ele rejeita todo imamismo de tipo xiita (Abū-l-'Abbas adota, por outro lado, o título de "príncipe dos crentes e não de imã"), bem como qualquer transmissão testamentária dos herdeiros de 'Ali aos 'Abássidas. Parentes honrados e protegidos pela dinastia, os herdeiros de 'Ali e seus primos os Dja'faris ficam doravante excluídos de toda legitimidade dinástica e nem sequer fazem parte dos *hanifs*, o conselho consultivo que determina, na falta de designação por parte do califa, que é o sucessor "mais excelente" entre os membros da família, que foi reduzida à linhagem de 'Abbas. Abū-l-'Abbas restaura uma história interrompida e estabelece um retorno absoluto às fontes a partir do momento em que o juramento foi prestado ao Profeta. Ele também restaurou a unidade dos *hanifs*, suprimindo os privilégios do exército árabe e estabelecendo a igualdade entre todos os muçulmanos. Finalmente, proclama a responsabilidade e a autoridade absoluta do "príncipe dos crentes" no que diz respeito à comunidade. Como se pode verificar, a monarquia islâmica não rompe com a base absolutista do regime omíada nem reduz a extrema concentração de poder; Pelo contrário, suprime o contrapoder dos chefes tribais que constituíam o exército. Todo o exercício da autoridade está encerrado na "família abençoada".

Agora são as estruturas familiares, ampliadas graças à clientela e ao parentesco ritual, que asseguram a gestão do Estado Islâmico. Os 'Abássidas servem ao califa como governadores provinciais ou chefes do exército e grandes territórios do império são seccionados para eles governarem e, em particular, para o presumível herdeiro que frequentemente comanda o exército das marchas localizadas na frente bizantina. Estes governantes favorecem, de facto, autonomismos clandestinos, inevitáveis dada a imensidão e falta de unidade cultural e económica do império, particularmente no imenso Oriente iraniano que Hārūn al-Rashid confia ao seu filho al-Mamūn, proclamado herdeiro do seu outro filho, ou que al-Mutawakkil confia a al-Mu'tazz, enquanto o presumível herdeiro, al-Muntasir, governa o Ocidente. O exército também é reconstituído com base no uso apenas de mercenários e contando com a solidariedade partidária: composto por Khurasanianos, seu núcleo é formado pelos *hanifs*, "filhos" do regime, enquanto os antigos contingentes árabes são gradualmente eliminados do exército, riscado dos registros do soldado ou esquartejado nas marcas. Sob al-Mansur, a gestão do aparelho administrativo foi confiada a um fiel assistente do califa e, para nomear a sua posição, foi novamente utilizado o título de vizir *hanifs* que Abu Saláma tinha usado. Se for um secretário (*hanifs*), versado na gestão dos numerosos e complexos cargos, a sua relação com o califa será íntima, familiar e também conflituosa: além de receber uma delegação, que tende a ser total, do prerrogativas dos califas (absolutismo visual que, no entanto, é moderado pela revogação, execução ou confisco), o vizir e outros cortesãos, são introduzidos à força na intimidade da família como "secretários-tutores", isto é, verdadeiros pais adotivos, preceptores dos príncipes e tutores que logo se tornarão irritantes.

A base administrativa do império desenvolver-se-á rapidamente e a sua eficácia será reforçada. O governo dos 'Abássidas constitui o apogeu da especialização dos departamentos e do controle do Estado, a obra-prima dos secretários. O Tesouro Omíada (*hanifs*) desenvolve um conjunto de serviços que controla os impostos sobre a terra, os dízimos, os bens confiscados e o tesouro privado; Mais tarde, no século IX, o serviço de imposto predial foi reestruturado em três que eram responsáveis, respectivamente, pelo Ocidente, pelo Oriente e pelo Sawád (região de Bagdá) e que, no seu conjunto, estavam sujeitos a um departamento encarregado do controlar. Esta estrutura, também instável e passível de reorganização, reproduz-se nas províncias e permite o conhecimento precoce dos recursos fiscais e até a preparação dos orçamentos centrais, que ascenderam a 400 milhões de dirhemes nos primeiros 'Abássidas, 300 milhões por volta do ano 850 e ainda mais de 200 milhões por volta do ano 900. Os serviços de tesouraria, que recebem apenas uma parte dos rendimentos provenientes dos impostos porque as províncias gozam de autonomia financeira, pagam, através dos divãs de despesas e do exército, os salários dos funcionários e dos militares, as pensões dos familiares e as necessidades do tribunal. Por último, os gabinetes da chancelaria e do selo registam as decisões políticas gerais e os diplomas em que são registadas as nomeações, enquanto os correios organizam uma rede oficial de comunicações e vigilância policial sobre todo o império, à maneira sassânida ou romana.

Este sistema, estável apenas em teoria, esteve no entanto sujeito às fortes tensões que agitavam a família e a corte califal, ou seja, fundamentalmente, os conflitos sucessórios que fazem inevitavelmente parte da própria estrutura do regime. Nenhuma sucessão está livre deles: após a morte de Abū-l-'Abbas al-Saffáh, o tio de al-Mansūr tenta a sorte

reivindicando o seu direito de maior antiguidade; al-Mansur deve destituir seu primo, nomeado por al-Saffáh, para transmitir o califado a seu filho al-Mahdí. Quando ele morre, possivelmente assassinado, a ordem de sucessão é quebrada e al-Hádi ganha vantagem sobre seu irmão Hárún. Ele, libertado da prisão após a morte de al-Hádi, tenta impor uma ordem de sucessão entre al-Amin e al-Mamün. Ele falha e, após a sua morte, o Estado é dilacerado por uma dura guerra civil que irrompe quando o califa elimina o seu meio-irmão da sucessão. Al-Ma'mün, com o exército de Jurassan comandado principalmente por Tahir, marchou sobre Bagdá e sitiou a cidade de agosto de 812 a setembro de 813, sendo forçado a vencer a heróica resistência da população. Estes conflitos são incentivados, por outro lado, pela competição dos secretários-tutores e pelas ambições das rainhas-mães, cada uma das quais espera derrotar os seus rivais do gineceu califal. Esta atmosfera de intriga desencadeada acaba por afectar o próprio carácter do poder califal: al-Mahdi morre, talvez assassinado, e a mesma suspeita é alimentada sobre a morte de al-Hádi; al-Amin, por outro lado, morrerá nas mãos dos soldados de Tahir.

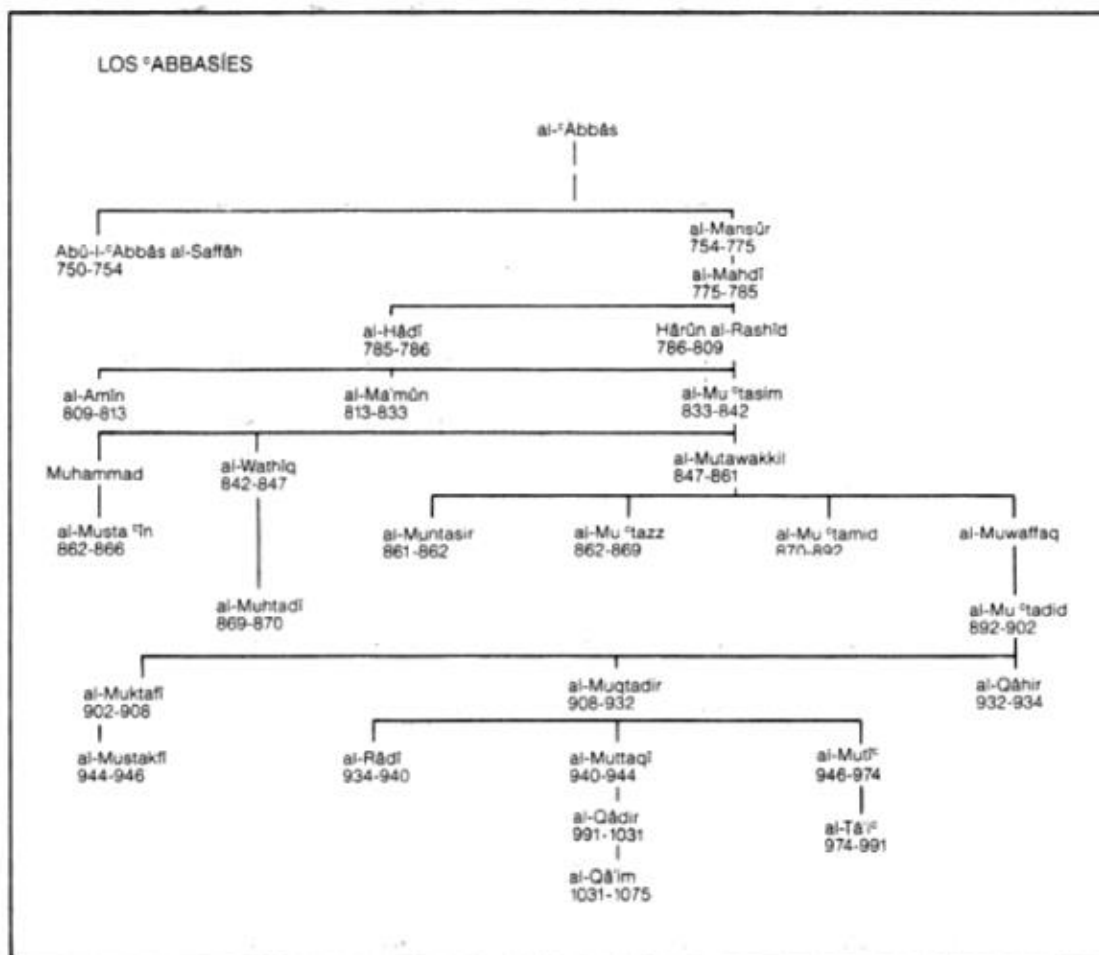
Que sentido isso tem?

Os conflitos que surgem no seio da família repercutem, sem dúvida, no ambiente palaciano e contribuem para que o visitado tenha uma história caótica, interrompida por tremendos infortúnios e confiscos excessivos, até ao final do governo pessoal dos 'Abássidas. A fragilidade do seu destino leva os secretários a promoverem uma consolidação desproporcional do seu partido, a tentarem enriquecer-se desmesuradamente, e agrava incessantemente o carácter de poder privado e de delegação pessoal e total do mesmo que caracteriza o visitado. Os favoritos recebem títulos significativos e suntuosos ("irmão em Deus" é a denominação de Ya'qüb ibn Dáwüd sob al-Mahdi) que implicam integração na família e mascaram a instabilidade da posição. Um caso é sobretudo digno de menção: o dos Barmekíes, descendentes do superior de um convento budista de Balkh, que governou entre 786 e 805, a partir de Yahyá, tutor de Hárún al-Rashid, graças a quem este último alcançará o poder. A extraordinária boa sorte desta família, dada a duração e amplitude dos seus poderes, permitiu uma política de longo prazo cujos frutos foram: a reconciliação com os apoiantes de 'Alí, o recrutamento de um novo exército no Khurasan e a imposição da paz em Bizâncio. Ocorre uma verdadeira divisão do trabalho político que associa o visitarado, todo-poderoso em Bagdá, ao califado, dedicado exclusivamente à guerra santa ou *hanifs*. O peso fiscal desta política levará, em 803, à queda e execução dos Barmekíes.

Na verdade, os membros da família são afectados por dúvidas sobre a legitimidade do seu poder, o que constitui uma séria ameaça ao futuro da dinastia. Os descendentes de 'Ali intensificaram a sua propaganda e refinaram os seus argumentos. Vangloriam-se sempre da sua genealogia pura em que não aparece nenhum casamento desigual: insistem na sua ascendência materna irrepreensível, como filhos de mulheres nobres, enquanto os califas eram filhos de concubinas escravas, e logo defendem que são descendentes de Fátima, tudo isto para apesar de o modelo genealógico habitual entre os árabes ser exclusivamente patrilinear. Mas acima de tudo apelam, em círculos restritos, às novas ideias que estão no ambiente: o messianismo apocalíptico que anuncia a chegada dos *hanifs*, os "corretamente

guiados", o "senhor do tempo" encarregado de estabelecer uma era de justiça , função quase sobrenatural dos *hanifs* , dotados de ciência e virtude e ponte com o divino. Estas convicções integram os antigos temas dos extremistas xiitas e estão de acordo com a cosmologia neoplatônica que os estudiosos árabes acabam de descobrir. Os 'Abássidas responder-lhes-ão com uma tática imitativa de alcance limitado: o filho de al-Mansūr, que já se chamava Muhammad ibn'Abd Allah, precisamente o nome que a tradição religiosa atribui aos *hanifs salvadores* , passa a adoptar o título de caūfal de al-Mahdi; al-Mamūn chamava a si mesmo *de hanifs* e até mesmo *hanifs* , "vigário de Deus". Tudo isto anuncia uma extraordinária inflação de títulos califais, cada vez mais carregados de significado religioso: exprimem, numa linguagem ainda fresca, a escolha, a fortuna ou a vitória que Deus oferece ao seu protegido. Estas fórmulas ainda não são estereotipadas mas constituem um simples recurso para encobrir as aparências e os próprios califas são afetados pelo sentimento de superioridade dos descendentes de 'Ali: entre 816 e 818 al-Mamūn decide transmitir o califado a 'Ali al- Ridá, pertencente à família de 'Ali e, por isso, faz dele seu genro e o nomeia seu herdeiro. Este sonho de reconciliação falha devido à oposição armada de Bagdá e os *hanifs* provavelmente morrem envenenados.

Depois deste fracasso, al-Mutasim e o seu filho al-Wathiq fizeram, entre 827 e 847, uma última tentativa de dar sentido à monarquia islâmica: envolveu a imposição de uma ideologia comum, a do mutazilismo, ao império muçulmano. Em 827, al-Mamūn adotou o dogma do "Alcorão criado". Em 833 começa o *hanifs* ou inquisição, cujas investigações são realizadas pelo chefe da polícia de Bagdá, sob a autoridade do grande cadi, e pelos governadores das províncias, que retiram do serviço da dinastia todos os adversários ideológicos do pensamento. mu'tazili, os dualistas iranianos e os negadores da unidade divina (ambos chamados *hanifs*), os antropomorfistas que admitiam a realidade dos atributos divinos e a visão de Deus no paraíso, e aqueles que negavam a liberdade humana. A repressão atinge os médicos que são interrogados pelas autoridades e até pelo próprio califa, vendo-se obrigados a aceitar os dogmas Mu'tazili. A maioria submete-se, mais ou menos sinceramente, mas surge resistência entre os tradicionalistas, agrupados em torno da figura de Ahmad ibn Hanbal, que foi interrogado e preso duas vezes. Algumas vítimas constituem mártires da propaganda Hanbali e a Inquisição será brutalmente abandonada no início do reinado de al-Mutawakkil. O grande cadi Ibn Abi Duád foi deposto em 825 e o califa resignou-se a condenar, por rescrito, todo estudo de teologia dogmática (*hanifs*). Este fracasso, embora não comprometa o futuro da investigação teológica e filosófica, contribui, no entanto, para que estas disciplinas sejam consideradas suspeitas por muitos tradicionalistas. Por outro lado, as doutrinas são necessariamente limitadas pela sua concordância com a letra do Livro sagrado. Por fim, este fracasso traz também consigo o fim de um novo tipo de governo: aquele que tem sido assumido pelo grande cádi numa altura em que os vizires vêem as suas funções limitadas a questões estritamente fiscais e financeiras.



Este parêntese fechou com al-Mutawakkil e a monarquia islâmica voltou à instabilidade e aos perigos da era Barmeki. Novos perigos surgem também com o recrutamento sistemático de um exército de escravos turcos, uma vez que a dinastia renunciou à administração direta do Coração, que é confiada a Tahir e aos seus descendentes, desaparecendo assim as fontes do seu exército tradicional. As intrigas palacianas, promovidas pelos "irmãos adotivos" do califa e pelos secretários-tutores, são agravadas pelas ambições dos oficiais turcos, seguros da obediência das suas tropas, e as sucessões trágicas voltam a ocorrer com o assassinato de al -Muta-wakkil, em 861, nas mãos dos guardas do palácio; Com isso, os conflitos entre os príncipes abássidas reaparecem mais uma vez. O fracasso da monarquia islâmica é total, pois priva o Estado dos seus fundamentos, revela a existência de relações de pura força, hipocritamente disfarçadas com pomposos títulos califais, contribui para criar correntes contraditórias na opinião pública, reforça o xiismo milenar que prega esperança num reino de justiça e, finalmente, favorece os médicos ou ulama (*hanifs*) que estão determinados a falar em nome da Comunidade e a opor-se aos abusos dos militares. Talvez seja o Ocidente islâmico,

onde estão a ocorrer mudanças morais e políticas profundas e duradouras, que lhes ofereça um exemplo.

A evolução política da parte ocidental do imenso império muçulmano apresenta, de facto, certas características particulares. Al-Andalus e o Magreb ocidental e central da crise de meados do século VIII, bem como Ifríqiya depois de 800, foram organizados em estados independentes que dispensaram, na prática, a autoridade do califado oriental. Embora o aparecimento dos emirados de Tahert e Fez se deva, em grande parte, ao facto étnico berbere, a constituição dos de Córdoba e Qayrawán não revela qualquer particularismo local indígena. Tudo acontece com base numa aristocracia dominante de origem oriental que encontra apoio ou resistência nos círculos tribais árabes ou berberes. Por outro lado, mesmo nos estados "berberes" de Tahert e Fez, as dinastias são, respectivamente, iranianas e árabes. Os pequenos emires do principado Sálíhi de Nákür também eram árabes, ou pelo menos fingiam ser. Só nas fronteiras ainda incertas deste Islão Ocidental podemos encontrar líderes políticos, mais ou menos independentes, de origem indígena: é o caso dos Berberes Midrarid de Sidjilmasa ou dos "senhores" Muladi (*hanifs*) do Vale do Ebro. Na ordem política, tudo o que domina a segmentação tribal e a desintegração local vem do Oriente, embora devamos tentar medir, antes de mais, a influência árabe e oriental nos primórdios destes estados muçulmanos do Mediterrâneo Ocidental.

No Ocidente, Berberização ou Arabização?

Não conhecemos com suficiente precisão as modalidades exactas de implantação de elementos étnicos do Médio Oriente, sejam eles árabes ou clientes arabizados integrados no exército e na sua organização tribal. Em princípio, estes guerreiros não deveriam ter recebido terras, mas sim um soldado, de acordo com a hierarquia dos *hanifs* ou registo militar. De facto, tanto em Ifríqiya como em al-Andalus, rapidamente receberam importantes concessões territoriais e os governadores enviados pelo califa de Damasco fizeram enormes esforços para legalizar a sua distribuição. Quase nada sabemos sobre as modalidades de desapropriação dos povos indígenas, a proporção de terras que os conquistadores desta forma se apropriaram e o procedimento pelo qual foram distribuídas (de forma individual ou ciânica). Poderíamos nos questionar até a exaustão sobre a efetiva aplicação das normas jurídicas, ainda mal definidas naquela época, que deveriam ter regido a apropriação e distribuição das terras pelos conquistadores, mas a verdade é que nunca saberemos o que aconteceu na realidade. No que diz respeito ao modo de exploração das propriedades (*hanifs*) assim adquiridas, pode-se supor que os novos proprietários mantiveram, em princípio, o regime vigente na época anterior à conquista que, pelo menos em al-Andalus, parece ter mantido, nas grandes propriedades da aristocracia dominante, uma força de trabalho rural que se encontrava numa situação jurídica ainda próxima da escravatura de tipo romano. No entanto, as conversões ao Islão e o próprio espírito da nova civilização devem ter favorecido a evolução da condição destes camponeses designados para formas de colónia de parceria tão desfavoráveis quanto possível para os exploradores. Apesar disso, Ibn Hawqal, que escreveu pouco depois de meados do século X, mas parece referir-se à época de conflitos sociais, políticos e religiosos que a parte muçulmana da península viveu no final do século anterior, ainda aponta a existência de grandes

propriedades exploradas por camponeses cristãos servis cujas revoltas sempre foram temidas.

Também não sabemos com certeza o número de árabes ou arabizados que se estabeleceram no Ocidente. Segundo Talbi, a força total dos exércitos orientais baseados em Ifriqiyá ascende a cerca de 180.000 homens. O número é, sem dúvida, inferior para a península (cerca de 50.000?) e as tropas orientais que chegaram a al-Andalus não devem ser somadas às do Magreb, pois sem dúvida muitas vieram do Norte de África e não directamente do Leste. Só podemos falar de algumas dezenas de milhares de guerreiros, a maioria dos quais tiveram de se estabelecer definitivamente e que, na maioria dos casos, vieram acompanhados das suas famílias. Concentraram-se principalmente em Ifriqiyá, no sul da península e no marco superior (Vale do Ebro), e, secundariamente, no norte de Marrocos, em torno de Tânger. Mais tarde, alguns árabes de al-Andalus e Ifriqiyá vieram povoar Fez, que havia sido novamente fundada pela dinastia Idrisid. É menos importante avaliar o peso demográfico inicial deste elemento árabe do que perceber a função social extremamente importante que desempenhou. Chamou a atenção o facto de que, em Ifriqiyá, este elemento étnico não só conseguiu manter a sua individualidade sem se diluir na massa circundante, mas também se estabeleceu "como um grupo piloto do corpo social que invadiu com a sua linguagem, sua religião e os ideais que ele espalhou. Por outro lado, não pode haver dúvidas sobre a sua fecundidade física e se, do ponto de vista biológico, o aparecimento de gerações de *hanifs* ou muladíes e *hanifs* (descendentes de homens árabes e mulheres indígenas) deve ser considerado como o resultado de uma certa forma de fusão, do ponto de vista social é uma expansão do elemento árabe.

Estas observações são também válidas para al-Andalus, onde, durante pelo menos dois séculos, os árabes continuaram a formar um grupo aristocrático activo, distinto do resto da população e suficientemente numeroso, especialmente nas regiões do sul, para poder medir com vantagem, no final do século IX, com os povos indígenas islamizados (*hanifs*) e com os cristãos moçárabes que se rebelaram contra a sua dominação. Em particular, neste último país, pode-se pensar que a organização patrilinear e endogâmica das linhagens árabes de "sequestro de mulheres", que, por outro lado, eram social e politicamente dominantes, deu-lhes uma forte vantagem sobre uma aristocracia indígena enfraquecida. pela derrota, carecendo de um apoio cultural sólido e cujas estruturas familiares eram muito mais fracas. Este último parece ter sido progressivamente marginalizado, eliminado ou absorvido, de modo que, após o século IX, não é visto desempenhando qualquer papel.



Espanha muçulmana e cristã na primeira metade do século IX.

No Norte de África, o sistema sociopolítico proposto pelos conquistadores não destruiu fundamentalmente as estruturas indígenas, ao contrário do que aconteceu com o sistema imposto pelo imperialismo romano. A tradição árabe, por sua vez, incluía um sistema tribal não muito diferente do dos berberes e que foi preservado, em parte, graças à organização militar dos *hanifs*. Os grandes grupos tribais berberes "orientais" rapidamente assimilaram-se aos árabes, com quem sem dúvida se pareciam muito. É o que observa al-Ya'qūbi, por exemplo, no final do século IX, a respeito dos Hawwára, que, diz ele, "afirmam ser descendentes de tribos iemenitas cujo nome esqueceram". As facções dos Hawwára – acrescenta – unem-se entre si à maneira das facções das tribos árabes. Os sedentários *Hanifs* do leste da Argélia conheciam sem dúvida uma organização mais adaptada à vida nos centros populacionais do que os povos nómadas ou semi-nómadas das estepes pré-desérticas, mas o seu esquema social não era muito diferente daquele dos antigos árabes se pensarmos isto que responde, por volta de 900, a alguns peregrinos da tribo Kutáma da pequena Cabília que se dirigem a Meca quando são questionados sobre os costumes do seu povo: «Nós nos ramificamos em várias tribos, clãs e famílias... Nós não. praticamos muita

ajuda mútua entre nós... Brigamos e depois nos reconciliamos; "Fazemos paz com alguns enquanto guerreamos com outros." Estes berberes explicam ainda que são governados por assembleias (*hanifs*) e que para resolver os seus litígios recorrem à arbitragem "de pessoas que adquiriram alguns conhecimentos e de professores escolares". Finalmente, especificam que não estão sujeitos a nenhum Estado e que dão diretamente aos pobres o dízimo de esmola exigido pela lei islâmica.

Uma síntese deste tipo entre as reivindicações muçulmanas e os modos tradicionais de organização da sociedade tribal teve de ser realizada numa boa parte do Magreb, em particular em toda a zona Kharidji, onde as tribos estavam apenas sujeitas a uma supremacia distante e vaga. . do Imam de Tahert, como é o caso dos Nafüsa do sul de Ifríqiya, que, segundo al-Ya'qubi, não pagou o imposto territorial a nenhum governo. O mesmo autor especifica que na sua época (finais do século IX) os Nafüsa não falavam árabe. A manutenção das estruturas sociais indígenas deve ter favorecido, na maioria dos casos, a conservação do berbere como língua comum. Mas há que ter em conta que, paralelamente, estas tribos berberes islamizaram-se sem reservas e aceitaram também o árabe como língua de cultura, com tudo o que isso poderia implicar em termos de modificação progressiva dos ideais sociais, das mentalidades e dos comportamentos quando não concordavam com o que a nova linguagem "oficial" transmitia. Por exemplo, pode-se discernir um nível bastante elevado de arabização entre os Kutáma da pequena Cabília quando, por volta do ano 900, os missionários fatímidas foram, para difundir o xiismo, para esta região rural localizada nas fronteiras do emirado Aghlabid que tinha sido mantida , porém, praticamente independente do poder de Qayrawán no quadro de uma organização tribal bem preservada. E embora, por um lado, os Kutáma sintam repulsa pela ideia de aceitar a autoridade política e as obrigações fiscais que os representantes do estado Aghlabid estabelecidos nas cidades situadas no sopé das suas montanhas tentam impor-lhes, o o sucesso dos fatímidas revela, por outro lado, a existência entre eles de um fascínio pelo Oriente, que consideram ser a fonte de todo o conhecimento. Esta concepção deveria necessariamente favorecer a penetração da língua árabe e dos ideais sociais que ela transmitia.

O que acabamos de dizer sobre as tribos berberes do Magreb também é evidentemente verdadeiro, *a fortiori* , no caso daqueles que se mudaram para al-Andalus na época da conquista da península no início do século VIII. O meio tribal berbere andaluz não tinha, sem dúvida, a importância ou a solidez do Magreb, mas os textos não deixam dúvidas sobre a sua existência. Numerosas regiões do al-Andalus, como a serra andaluza, zonas do Guadiana e do Tejo (*Djawf* ou região de Mérida e Marca Inferior), a Serra Morena (*Fahs al-Ballüt*), o norte do Garb (centro da actual -dia Portugal), As zonas montanhosas situadas entre Toledo e a região valenciana (Santaver), bem como boa parte da própria região levantina (*Sharq al-Andalus*), receberam uma importante contribuição étnica berbere da qual permanece no toponímia atual: Mestanza, nas montanhas localizadas ao norte de Córdoba; Mequinenza, na região de Tortosa; Cehegín, na província de Múrcia, e as diversas Adzaneta da região valenciana, que ainda hoje testemunham o estabelecimento de grupos tribais coerentes de berberes Mistasa, Miknása, Sinhádja (*al-Sinhádjiyyin*) e Zanáta. Exemplos do mesmo tipo podem ser multiplicados sem dificuldade. As cidades ou distritos rurais do Baixo March, do Levante e das montanhas da Andaluzia tinham nomes de outras tribos como os Nafüsa, os Magíla, os Lamaya, cuja instalação deve ter ocorrido

frequentemente através de uma ocupação de facto dos territórios que haviam conquistado, depois legalizado, na medida do possível, pelos representantes do poder. Assim, o jurista ifriquí de finais do século x, al-Dáwüdi, na parte do seu *Kitáb al-amwál* (tratado sobre o regime de propriedades territoriais), relativa ao Ocidente muçulmano, faz eco de tradições relacionadas com a ocupação da Hispânia durante a qual cada grupo de conquistadores - recorde-se que os exércitos estavam organizados numa base tribal - apoderara-se das terras ao seu alcance sem, num primeiro momento, ter sido feita uma distribuição legal. Uma consequência deste facto foi que as transformações, especialmente de natureza económica, acompanharam a ocupação das terras mais lentamente no Ocidente do que no Oriente, onde as reformas legais lançaram um processo de mudanças agrárias duradouro e rápido.

PRODUZIR

A reforma fiscal, tardia e independente da mudança política produzida pela revolução abássida, afecta apenas o centro do Iraque, o Sawád de Bagdad, que constitui o núcleo do império califal. Responde ao desejo de acabar com o empobrecimento do Tesouro e o abandono de terras. Defendido por Abü Yüsuf no seu *Livro sobre o Imposto Territorial* apresentado a Hárün al-Rashid, foi posto em prática pelos seus antecessores sob o califado de al-Mahdi. Esta reforma começa por verificar que os campos do Iraque estão a ser abandonados e que este facto aumenta a carga fiscal sobre os agricultores que permanecem na sua comunidade; Aponta também a existência de conflitos sociais alimentados pela necessidade de pagar em dinheiro numa altura em que a colheita ainda não ocorreu. Os juristas do califa observam também que a tributação dos terrenos abandonados, que recai sobre a comunidade, priva os camponeses dos meios financeiros necessários para valorizar as terras desertas. Consequentemente, a pedido das comunidades camponesas de Sawád, o governo do califa decidiu voltar à distribuição das colheitas.

Uma reforma tributária, uma revolução agrícola

Essa distribuição, a *muqásama*, é feita nos campos. Não se trata, porém, de um imposto em espécie: a base tributável só é calculada no momento em que se apuram as quantidades efectivamente colhidas e depois é exigido ao camponês o valor da parte correspondente ao príncipe que deve ser paga. dinheiro. Os cobradores de impostos calcularam esse valor com base em um preço ideal, após correção das variações, ou de acordo com o preço real de mercado? A primeira hipótese deve provavelmente ser aceite, uma vez que os teóricos da lei islâmica temiam a irregularidade do preço de mercado, que só pertence a Deus e que tornava suspeitos os lucros ilícitos que poderia originar. No entanto, a distribuição foi muito mais severa do que a tributação por unidade cadastral: a diferença notável é de um para três e implica um endurecimento considerável do imposto unitário. A necessidade de uma venda rápida das colheitas para pagar os impostos não contribuiu propriamente para aliviar a carga fiscal e, por outro lado, permitiu que surgisse a sombra da especulação, da compra de cereais a preços de monopólio pelos banqueiros que acompanhavam os cobradores de impostos. e, finalmente, a usura. O facto de os

próprios camponeses terem desejado esta reforma mostra quão esmagador era o peso das terras abandonadas e dos impostos correspondentes.

Este regresso à distribuição das colheitas é acompanhado por uma política fiscal consciente que visa promover o desenvolvimento agrícola e, especialmente, por uma autêntica revolução nas colheitas. A eliminação de impostos sobre terras não cultivadas leva as comunidades e os indivíduos a expandir os perímetros cultivados. Também é acompanhada por uma política de restauração: terras “mortas” são concedidas a quem as trabalha novamente. Há mais: o alívio fiscal sistemático sobre as terras irrigadas tem em conta os custos da irrigação. Nas terras *jaradj*, o Estado necessita de 40 por cento do trigo e da cevada obtidos de culturas não irrigadas e apenas 30 por cento dos obtidos de terras irrigadas; Tributa 33 por cento da colheita das vinhas, das forragens (trevo e alfafa) e das restantes culturas obtidas sob irrigação nos pomares; Finalmente, tributa apenas 25 por cento das culturas de “verão” (como leguminosas, melancias, gergelim, colocasia, berinjela e também algodão e cana-de-açúcar). Nas terras sujeitas ao dízimo, esta política é ainda mais clara: 10 por cento para grãos irrigados “naturalmente” (sem intervenção de máquinas, por chuva, inundação ou irrigação por gravidade), 5 por cento para grãos irrigados com ajuda de máquinas caras, 10 por cento novamente para nozes, legumes secos, fibras têxteis e cereais secundários (painço, arroz, sésamo), mas isenção fiscal para legumes e forragens. São, ao mesmo tempo, culturas de verão (melão, abóbora, berinjela), culturas subterrâneas (pepino, cenoura, espinafre, melão de primavera) e forragens cujo interesse pelo solo foi reconhecido pelos agrônomos (fixam nitrogênio). , servir como adubo verde ou alimento para o gado, limpar pastagens e fornecer estrume).

Podem verificar-se os primeiros objectivos económicos desta complexa reforma: o coeficiente decrescente do imposto em relação à produtividade da terra incentiva a sua valorização e desenvolvimento sem, portanto, o Estado perder receitas, uma vez que estas são recuperadas graças às quantidades colhidas que são maior do que o esperado. O Estado, por outro lado, é responsável pela construção ou escavação de canais de irrigação. A reforma favorece a adoção de novas espécies, a renovação das qualidades produtivas do solo e a multiplicação das culturas ao longo do ano (culturas subterrâneas e culturas de verão). Além disso, a redução afecta produtos mais facilmente comercializáveis nos mercados cidadãos: trigo duro de verão irrigado que permite a produção de massas, arroz cujo crescimento no mundo muçulmano é inquestionável, frutas e legumes cujo consumo é favorecido pelas modas culinárias codificadas no 'Livros de receitas abássidas (carnes temperadas com especiarias, nozes ou plantas aromáticas, carnes com amêndoas, pistache ou romã, arroz adoçado e carne com leite azedo, carne com legumes, alho-poró, cebola, ervilha e berinjela).

Não devemos esconder que, apesar de alguns relançamentos indiscutíveis de uma economia alimentar que, especialmente no Oriente, sofreu notável insegurança durante mais de dois séculos, a situação das populações rurais permaneceu no nível medíocre de que falamos. a era omíada: o explorador é geralmente um pequeno proprietário ou um meeiro, menos frequentemente um escravo, que é dominado, ao mesmo tempo, pelo proprietário rico que o protege e pelas exigências da cidade vizinha. Esta última, como na Antiguidade, desempenha um papel fundamental. Porém, antes de considerar isso, vale a pena olhar para o Ocidente.

Na verdade, o carácter naturalmente desarticulado da autoridade pública multiplicou, no Ocidente islâmico, contrastes locais e confusão de estatutos. Os dicionários biográficos às vezes mencionam sábios que viviam no meio rural e alguns deles gozavam de grande reputação: é o caso de um alfaquí do início do século ^{ix} que viveu no campo em torno de Morón e que inspirou tanto respeito aos *muftis* ("jurisconsultos"), assessores do cádi de Córdoba, que se abstiveram de expressar qualquer opinião em sua presença quando este se dirigiu à capital. Este personagem, que no final da vida era cadí de Écija, era de origem berbere e pertencia a um grupo tribal realmente instalado nas proximidades de Morón na época da conquista. Ibn al-Faradi, fonte destas indicações, informa-nos que este sábio vivia numa *qarya* , ou seja, numa cidade, e não numa grande propriedade. Não há dúvidas sobre a existência de importantes propriedades pertencentes à elite residente nas cidades de al-Andalus e Maghrib, mas nada sabemos sobre a proporção que representavam no total das terras cultivadas nem sobre a forma como foram exploradas. Vimos anteriormente que Ibn Hawqal mencionou servos cristãos autênticos em algumas *diyas andaluzas* , mas isto não parece ter sido a regra e é provável que estes procedimentos de exploração agrária tenderam a evoluir para um regime menos rigoroso de colonização por parceria. Podemos perguntar-nos, sobretudo, se o regime mais frequente não foi o da pequena ou média propriedade, individual ou colectiva, no âmbito das cidades.

Um dos textos mais interessantes sobre o estatuto territorial é o tratado de al-Dáwüdi, acima citado, que nos fornece alguns detalhes úteis sobre a Sicília, bem como, de forma secundária, sobre al-Andalus. A maior parte das indicações que contém referem-se a grupos de exploradores que entram em conflito com as decisões abusivas do poder central, que, depois de lhes ter concedido terras em *iqta'* , as retira por motivos diversos (de natureza político-administrativa). dispõe deles novamente porque foram temporariamente abandonados em consequência de guerras, tendo posteriormente de enfrentar as reivindicações dos antigos possuidores ou dos seus herdeiros. Portanto, existem disputas entre o Estado que, como representante da comunidade muçulmana, exerce uma espécie de propriedade eminente sobre a terra e os titulares de concessões convertidas em explorações agrícolas que não podem cultivar pessoalmente (embora em alguns casos possa ser possível para cultivá-los). Suponhamos que sim), mas que são comparáveis aos colonos militares e não aos grandes proprietários de terras. O poder, por exemplo, quer impor o abate obrigatório de árvores, para as necessidades da frota, aos colonos sicilianos. Mas eles recusam, argumentando que só estão obrigados ao serviço de guerra, ao *ajinad* . O poder tenta impor-lhes a sua vontade pela força, mas só consegue fazê-los abandonar as terras. Da mesma forma, alguns berberes andaluzes veem um *iqta'* *desafiado contra eles* , resistem com armas e, finalmente, são expulsos. Em tudo isto, o resultado destes conflitos interessa menos do que a relação de forças que revelam entre o poder e certos grupos de proprietários de terras capazes de recusar um certo nível de exigências estatais, chegando ao ponto de se opor a elas pela força, se necessário.

Este nível de exigências estatais, em princípio limitado pela própria lei muçulmana e que não poderia plausivelmente ser elevado ao infinito, dada a omnipresença dos juristas, variou sem dúvida em função da capacidade de resistência dos diferentes grupos. Embora os dhimmies, a quem tinha sido deixada a posse das suas terras, não pudessem objectar

grandemente à percepção de um alto *jaradj*, o mesmo não acontecia com os soldados conquistadores que se tinham estabelecido em *iqtás*, nem com as tribos berberes islamizadas do Magreb, dotados de fortes estruturas tribais ou municipais. Sem precisar de falar das tribos Kharidji independentes do Emirado de Tahert ou das do Magreb Ocidental, sabemos que, dentro do próprio Estado Aghlabid, uma organização tribal foi preservada em muitos locais relativamente distantes das regiões costeiras. Assim, perto de Bádja, al-Ya'qūbi aponta a existência de um território ocupado pelos berberes Wazdadja, "de espírito independente, que recusam toda obediência ao príncipe Aghlabid". Os senhores árabes autônomos de Setif e Balazma orgulhavam-se de ter acabado com os Kutáma e de tê-los "reduzido a um verdadeiro estado de servidão e vassalagem" porque conseguiram impor, temporariamente, o pagamento de impostos corânicos enquanto estes berberes pretendiam, por sua vez, satisfazê-los, dando diretamente aos pobres a quantia correspondente em forma de esmolas. Percebe-se que os Kutáma aumentaram muito o nível de sua resistência às exigências do Estado, pois na verdade recusaram qualquer tipo de tributação.

Estes acontecimentos não afectam apenas o Magreb. Na Sicília e em al-Andalus, grandes partes do território conquistado foram concedidas a grupos de conquistadores, alguns dos quais, como os Kutáma da Pequena Cabília, aproveitaram-se da distância ou da fraqueza do poder e também fugiram a todas as obrigações fiscais: isto é o caso, sempre segundo al-Ya'qūbi, das tribos berberes estabelecidas na região valenciana que não reconheceram a autoridade dos omíadas de Córdoba. Na época da grande crise do final do século IX, a maior parte do território andaluz escapou à autoridade dos emires. Apesar disso, não parece que as populações tenham caído, de uma forma geral, sob o domínio dos feudalismos locais que as oprimiram e por todo o lado são vistas resistindo com armas a todas as tentativas de restabelecer a autoridade dos emires, em castelos que são encontrados em todo o país e são refúgios localizados em lugares altos ou autênticas cidades fortificadas em vez de castelos "imponentes". Estas populações parecem ser maioritariamente islamizadas e o pouco que sabemos sobre elas contradiz o que se afirma frequentemente, especialmente sobre al-Andalus, sobre a existência de grandes massas de colonos numa situação muito miserável porque estão sujeitos a pressões do tesouro ou a a arbitrariedade dos grandes proprietários. Se esta poderia ser a situação dos sectores menos favorecidos entre os camponeses, como os moçárabes que trabalharam nas propriedades da *jússa urbana* após a conquista, o mesmo não pode ser dito da maioria dos proprietários de terras, descendentes dos conquistadores árabes e berberes ou convertidos indígenas, que viviam no âmbito das cidades ou *qura* e dependiam apenas de impostos estatais sobre os quais sabemos muito pouco, mas que, em princípio, não temos motivos para considerar opressivos ou para acreditar que ultrapassou os limites estabelecidos pelo normas gerais do direito público muçulmano.

Produção agrícola sábia num ambiente ingrato

Globalmente, a economia agrária desenvolvida pela reforma fiscal corresponde a um Iraque bem abastecido de água e baseia-se na irrigação. Um livro de matemática prática, destinado aos géometras dos serviços fiscais e de irrigação, descreve no século XI, com

precisão e medida, através da resolução de problemas simples, o modo de perfuração de canais, o seu custo, o esforço físico exigido pela elevação da água máquinas movidas pelo braço ou com a ajuda de um boi, que permitem irrigar campos localizados acima do nível de canais e rios. É um serviço público organizado por um corpo de agentes técnicos do Estado, niveladores e geómetras, a cargo de equipas constituídas por várias centenas de trabalhadores livres, que trabalham à peça e são remunerados com base na quantidade de terreno que extraíram. ou acumulado para formar um aterro. Dependendo do terreno, é perfurado ou construído com grandes quantidades de feixes de junco ou arbustos que são consolidados com argila. As máquinas permitem irrigação constante e diversas colheitas e é utilizada a roda giratória, com baldes, que irriga 35 hectares. diariamente, garantindo a irrigação de mais de 100 hectares nas lavouras de verão e 150 nas lavouras de inverno, e o balancim, movimentado por 4 ou 5 homens, que pode carregar até 600 litros em seu balde (de 44 a 78 hectares no cultivo no verão e de 100 a 138 no cultivo de inverno). Ao mesmo tempo, espalha-se pelas montanhas uma técnica iraniana, a do *qanát* (canal subterrâneo que capta, montanha acima, a água do lençol freático e orienta o seu percurso ao longo de um percurso marcado à superfície, por um rede de poços de arejamento e manutenção), que permite simultaneamente regar os solos leves, arrancados da serra e “quentes”, e drenar os *mardjs*, zonas pantanosas onde se encontram águas estagnadas. É um hidráulico sábio que conhece os perigos da irrigação mal dosada, bem como os da salinização que pode afectar terras mal drenadas.

Evidentemente, a agricultura de sequeiro domina todo o império muçulmano. Embora utilize apenas água da chuva ou, no máximo, a água fornecida pelas pequenas hidráulicas dos poços, das cisternas ou das pequenas rodas elevatórias dos pomares, não deixa de ser sensato: sabe “fechar” o solo com caixote para evitar evaporação, preparar um terreno plano e com ligeira inclinação para distribuir bem a água, escalonar os trabalhos necessários para “quebrar” o solo - após as primeiras chuvas - e fazer circular o ar na primavera e, por fim, oferecer os sulcos ao sol. Toda a ciência geopônica da Antiguidade, a dos romanos e dos gregos (Varro, Columella, traduzida para o árabe no século IX, o bizantino Cassiano Basus, autor da *Agricultura dos Romanos*, e o pseudo-Constantino VII) e também a de persas (Qustüs ibn Askuraskina), apoiado na cosmologia aristotélica, na observação atenta e até na experiência, é difundido através da literatura agronómica cujas manifestações em al-Andalus foram recentemente estudadas e entre as quais estão: procedimentos de fertilização e enterramento de palha e cinzas, prática de pousio cultivado com cultivo subterrâneo de nabo, multiplicação de procedimentos de aragem, confinamento móvel de animais em pousio morto (para evitar excesso de estrume), rotação generalizada de pastagens naturais e culturas, que evita o endurecimento dos solos pisoteados. É um conhecimento verificado e vivificado pela experiência, cujo lugar preferido é, sem dúvida, o jardim das cortes dos príncipes, e que se difunde através do livro, que unifica as técnicas, regista-as segundo o método dos tradicionalistas (maximização da quantidade de informações, falta de certeza absoluta) e os critica por um método experimental.

A atitude de ousada inovação e investigação que é evidente no trabalho dos agrónomos ajuda a compreender o sucesso da revolução das culturas: as *novas culturas* que são introduzidas ou seleccionadas nos centros hortícolas do Irão, da Síria e do Egipto espalhar-se-ão muito rapidamente por todo o país. de Dar al-Islám. Este enriquecimento do

patrimônio floral insere-se num amplo movimento secular que tende a assimilar, no Mediterrâneo, plantas subtropicais ignoradas na Antiguidade. Estes novos produtos são, antes de mais, plantas de época curta: o espinafre, que é o vegetal de Isfahán (*isfánáj*), a colocasia, a berinjela, também de origem iraniana e que mantém o seu nome persa (*bádingján*) transformado em quase todo o lado. , *melinjano* , etc.). Estas plantas permitem o cultivo subterrâneo, desde que o solo seja fertilizado e bem cultivado. Mais importante ainda é a introdução de culturas de verão (arroz, algodão, melão, sorgo, trigo duro, cana-de-açúcar) que oferecem, nas mesmas condições, a possibilidade de obter uma segunda colheita de verão, algo que antes era totalmente ignorado. Os agricultores - especialmente arboristas e horticultores - do Mediterrâneo também adotam outras plantas: novas árvores frutíferas, limoeiros, laranjeiras, bananeiras, coqueiros e mangueiras, plantas das quais se obtêm corantes como a aleña e o índigo, plantas com raízes verticais como o nabo, também destinado à produção de culturas subterrâneas. A sua difusão é antiga e vasta: a Sicília Árabe conhecerá, no século ^x_i, culturas especiais de algodão, aleña e índigo, "canas persas", a produção de açúcar refinado, talvez bananeiras, certamente tamareiras e, Da mesma forma, a amoreira árvore que se multiplicou, paralelamente, no mundo bizantino para o cultivo do bicho-da-seda.

O calendário agrícola que al-Maqrízi traça para o Egito mostra a importância das novas culturas: a cheia do Nilo, que começa em junho, no mês copta de *abib* , e atinge a sua plenitude em *tūt* (setembro), é imediatamente seguida pela sementeira de cereais, trigo e cevada, que serão colhidos em Abril, legumes que amadurecerão em Novembro, grão de bico, lentilha, linho e trevo, cujas colheitas serão escalonadas de Abril a Junho e serão seguidas da colheita do primeira parcela do imposto predial apurado com base no cadastro criado em setembro sobre as superfícies inundadas. Em março e abril, nas superfícies irrigadas com máquinas que extraem água do Nilo e dos canais adjacentes - especialmente no delta, onde as águas acumuladas são recebidas, durante a cheia, na reserva natural do Lago Qárün, em Fayyüm, regularizou-se pelas fechaduras antigas, arroz colhido em outubro, colocasia, berinjela, pepino, melão, gergelim, espinafre, *lūbiyū* (feijão antigo) e índigo são plantados em maio e cujo período de crescimento dura 100 dias. As colheitas das culturas de verão (*sayjt*) coincidem com a colheita de frutas, cerejas, figos, pêssegos, peras, bananas, limões e uvas, bem como com o pagamento da segunda prestação do imposto cadastral.

Estas novas plantas estão intimamente associadas à política de desenvolvimento de intensificação e valorização das terras: a cana-de-açúcar, a colocasia e o coco melhoram as terras salobras e absorvem o excesso de salinidade, enquanto o algodão enriquece as terras de má qualidade. Juntas, árvores frutíferas, leguminosas, hortaliças e plantas industriais implicam um mercado urbano rico, suficientemente abastecido de grãos e produtos agrícolas básicos, bem como uma culinária desenvolvida e refinada. Estão de acordo com o desenvolvimento urbano da época e contribuem para diversificar e melhorar qualitativamente a alimentação. Essas plantas subtropicais precisam de muita água, bem como de muito preparo do solo e grandes quantidades de fertilizantes; Concentram, portanto, o esforço de desenvolvimento, irrigação e inovação agrícola nos subúrbios bem irrigados das grandes cidades, enquanto a *agricultura de sequeiro* , realizada com muita sabedoria, cuida da nutrição básica.

A revolução nas culturas baseia-se na irrigação, no fornecimento de água e fertilizantes. As inundações e a irrigação por gravidade não são suficientes e todo o esforço de inovação visa prolongar o período de irrigação com máquinas e tubulações, bem como renovar as qualidades produtivas do solo. Embora o esterco animal não sofra grandes transformações, é necessário o conhecimento empírico do aporte de nitrogênio trazido pelas leguminosas (feijão, lentilha, tremoço, grão de bico, folhado) e plantas forrageiras verdes (alfafa, ervilha cinzenta, trevo de Alexandria), que também são utilizadas como fertilizante (se enterrados no seu estado natural ou na forma de adubos compostos ou cinzas), está associado à multiplicação das formas de utilização da enxada e do arado para favorecer a penetração da água, soltar o solo e eliminar plantas parasitas. O desejo de criar crostas superficiais duras favorece a adopção de plantas com raízes verticais e cujos efeitos apaziguadores são bem conhecidos, bem como de fertilizantes compostos por palha e cinzas, nomeadamente os obtidos em caldeiras de banho. Uma observação interessante defende a escolha de leguminosas de raiz curta, que fertilizam as camadas superficiais e são essenciais para o crescimento dos cereais. Outra preocupação clara é fornecer elementos “quentes” ao solo – particularmente estrume de aves e a altamente apreciada palomina – mas, por razões óbvias, o estrume de porco e o estrume humano estão excluídos.

No geral, a reforma fiscal – limitada ao Iraque e essencial para as finanças do califado – está intimamente ligada à revolução agrícola – que pode ser comparada à da Inglaterra do século ^{xviii} – e os seus objectivos económicos comuns constituem, de certa forma, uma premonição. As reflexões dos fisiocratas, pois pretendem intensificar a produção e, graças a isso, garantir que as sociedades camponesas não sejam esmagadas por impostos muito duros e, ao mesmo tempo, alimentar as numerosas metrópoles, altamente populosas e grandes consumidores. Estas são reformas intimamente ligadas à existência do mercado cidadão livre e, de alguma forma, evitam a necessidade de um anona e da distribuição autoritária de excedentes. Mas esta 'agricultura abássida, que permite semear com rendimentos altíssimos, incrível para o historiador da Idade Média Ocidental (no Egito obteve-se uma média de 10 grãos colhidos para cada grão semeado, atingindo máximos entre 20 e 30 grãos por grão semeado; na Sicília medieval, que herdou métodos de cultivo árabes, obtiveram-se médias de 8 e máximos atingindo 20 e 22), bem como elevados rendimentos por área semeada (2 a 20 *irdabbs* de trigo por *faddan*, ou seja, entre 3,6 e 36 hl por ha, uma média de 18 hl), é uma agricultura frágil que exige controle constante da água nas áreas irrigadas e, sempre, abundância de fertilizantes. É, portanto, sensível à destruição repetida de carcaças e animais. No entanto, a visão “asiática” de uma sociedade hidráulica deve ser rejeitada: o Egito, o Iraque e o Khurasan têm sistemas de irrigação regionais, a nível de nome, condado e distrito, que só podem ser destruídos como resultado da repetição de catástrofes. Pelo contrário, esta agricultura é pouco afectada pelos movimentos populacionais e pelo abandono das cidades. Num mundo largamente inexplorado, onde existe uma imensa reserva de terras, o capital mais precioso é constituído pela tecnologia e pelo controlo da água.

A revolução abássida simboliza o seu triunfo ao criar uma capital colossal, a cidade redonda de Madinat al-Salám, a "cidade da Paz", cujo nome evoca o carácter islâmico da nova monarquia. A escolha do local onde foi construída é digna de menção: tal como Nínive a norte e Basra a sul, a nova capital situa-se na foz de uma das três estradas que atravessam os Zagros e conduzem ao Khurasan (Nínive no final do Grande Zab, Basra por Ahwáz e Bagdá por Hulwán, Nehavend e Hamadhán). As comunicações fluviais são convenientes, ao longo do Tigre e do Eufrates, em direcção a Djazíra e à Síria. A região oferece as últimas travessias fáceis sobre os dois grandes rios antes que o vale se alargue e os pântanos do baixo Iraque sejam alcançados. Finalmente, embarcações marítimas de pequeno calado podem subir os rios até o local da nova cidade. Para al-Mansur, em 758, é "a encruzilhada do universo. Os navios vindos de Wásit, Basra, no Tigre, atracarão e ancorarão lá. Ubulla, Ahwaz, Fars, Omã, Yamama, Bahrein e regiões vizinhas. As mercadorias chegarão lá, transportadas pelo Tigre de Mosul, Adharbaydjan e Armênia. Da mesma forma, chegarão lá os produtos transportados por navios ao longo do Eufrates de Diyár Mudar, Raqqa, Síria, as marcas da Ásia Menor, do Egito e do Magreb. Esta cidade também estará presente nas rotas das localidades de Djibál, Isfáhán e das províncias de Jurásán. Acrescentemos a este programa, preocupado com o abastecimento da futura capital, a fertilidade do Sawád e da planície situada no sopé dos Zagros.

A cidade redonda, fundada em 762 e concluída em 766 graças a uma fantástica mobilização de 100 mil artesãos e trabalhadores, apresenta um plano radioconcêntrico. Tem uma forma redonda perfeita, herança das cidades iranianas, através de uma mística da realeza cósmica (quatro portas, 360 torres, uma orientação astrológica rigorosa que obriga a "desorientação" da mesquita ligada ao palácio), em que os aspectos defensivos e simbólico adquirem uma importância privilegiada: rodeado por um fosso de 20 m de largura, um muro de 9 m de espessura isola um espaço vazio de 57 m de largura que confina com o muro principal de 31,2 m de altura e espessura de 50 m na base e 14 m no topo. Em cada porta, uma construção defensiva abria o caminho para o exterior através de corredores tortuosos e permitia o acesso aos sectores do anel habitado, estritamente isolados entre si e do mundo exterior. Atrás da primeira parede, um espaço de 170,7 m constitui o anel construído, reservado aos apoiantes dos 'Abássidas e dos militares: este anel é fechado no seu lado interior por uma parede com 20 m de espessura e 17,5 m de altura. No centro deste complexo, de 2.352 m de diâmetro, existe uma imensa esplanada vazia e, no cruzamento dos dois eixos que passam pelas portas, surge o Palácio Dourado, com 200 m de lado, com a sua cúpula verde e emoldurada por quatro colossais *iwans*, e a grande mesquita medindo 100 m de lado. Ninguém poderia entrar no espaço central a não ser a pé e com a correspondente autorização. Uma vigilância meticulosa multiplica meticulosamente os pontos de controle, as salas de guarda e as passagens cobertas monitoradas desde os cofres. O comércio, em particular, fica confinado às quatro "avenidas" cobertas, cada uma das quais alberga 108 lojas, até ser finalmente expulso para o Karj, onde al-Mansür constrói uma segunda mesquita aljama. A cidade torna-se então o "domínio pessoal" do califa.

Capital dos seguidores dos 'Abássidas, é habitada exclusivamente pelos responsáveis e reformados da revolução, pelos soldados jurassanos (os "filhos do regime", *Abna al-Dawlá*) e familiares, incluindo os descendentes de 'Ali, primos dos 'Abássidas, e desenvolveu-se rapidamente ao longo de dois eixos: primeiro, a corte califal moveu-se para o leste; Durante a vida do próprio al-Mansür, ele deixou a cidade redonda para se mudar para o "jardim da Eternidade" (*Juld*), instalado na cabeça de ponte que leva à margem oriental; Mais tarde, sob o comando de al-Mahdi, ele foi para Rusafa e, com al-Ma'mün, para Hasani. Cada soberano considera uma questão de honra construir uma nova residência ostentosa, e os materiais de construção utilizados facilitam esta política: são tijolos brutos baratos cobertos com tijolos queimados e painéis de estuque. Após cinquenta anos de permanência em Samarra, quando os 'Abássidas retornaram a Bagdá em 892, os Hasani tornaram-se o centro incomparável do poder califal. Enquanto os palácios dos primeiros califas da dinastia eram unitários, o Hasani inclui vários complexos dentro do seu recinto: o *Tadj* ("coroa"), os *Firdaws* ("paraíso") e mais 11 pavilhões. Um luxo deslumbrante acumula no Hasani todos os símbolos do poder: 38.000 cortinas de seda, 12.500 vestidos honorários, 25.500 cortinas grandes, 8.000 cortinas, 22.000 tapeçarias, 1.000 cavalos, 4 elefantes e 2 girafas, 5.000 couraças, 10.000 peças de armadura; Tudo isso é apresentado aos embaixadores de Bizâncio no ano de 917. A guarda pessoal é então composta por 20.000 pajens e 10.000 escravos, aos quais se soma um número pouco conhecido de servos. Sob al-Muqtadir (908-932) havia 15 mil escravos e a guarda Muqtarí, além de uma guarnição de 14 mil homens.

A capital se desenvolve em outras localidades, inclusive na margem oeste, onde familiares receberam lotes de terreno para instalação de residências e dependências. Foram construídos novos bairros, cortiços e mercados, localizados em torno dos palácios, em áreas parceladas, mas também hipódromos privados, campos de pólo e residências para os "clientes" dos príncipes 'Abássidas. Nota-se que os palácios califais são frequentemente reduzidos ao ponto de se tornarem residências dos *jássas*, enquanto o planeamento urbano se organiza em grandes avenidas desenhadas em torno destes palácios; Na margem oriental, a Grande Avenida, paralela ao Tigre, tem, no século x, uma topografia muito semelhante à de Samarra: as residências são construídas na mesma margem, com acesso ao rio e vista para a água; À sua frente estão os alojamentos dos soldados, estábulos e mesquitas privadas. Este urbanismo aberto, com espaços amplos, delineados pela presença de jardins, parques de animais e reservas de caça, com habitat horizontal e sem pisos, opõe-se aos becos sem saída dos bairros fechados e protegidos e, em particular, dos mercados. Não há fortificação, com a única exceção do muro de terra construído às pressas por al-Musta'li para proteger a costa oriental em 865, ano em que se defendeu de um cerco pelas tropas do seu rival al-Mu'tazz.

Samarra ("alegra quem a vê") foi fundada por al-Mu'tasim em 836 como uma segunda Bagdá, a fim de resolver o problema da segurança pessoal do monarca (após a guerra civil e o levante de Bagdá) e renovar o prestígio dinástico. Tem as mesmas características de Bagdá e uma evolução semelhante: a sua localização parece bastante mal escolhida, pois carece de água potável e, anteriormente, existiam apenas algumas cidades e conventos cristãos; Portanto, não oferece as mesmas vantagens de localização que Bagdá. É uma "fundação" absoluta: inicialmente foi construído um palácio isolado, o Qatul (neste caso é um octógono), seguido de um segundo palácio colossal, no qual al-Mu'tasim se instala em 838 e em torno do qual a mesquita Aljama e algumas áreas parceladas estão organizadas. Entre 859 e 861 al-Mutawakkil construiu uma segunda cidade, a DjaTariyya, com o seu palácio e a sua mesquita (chamada Abū Dulaf, que permaneceu inacabada na altura do assassinato do califa em 861), também dotada de vários complexos palacianos (Balkuwara, o "castelo do noivo") construído para príncipes. O mapa de Samarra não revela a existência de qualquer programa defensivo: falta de fortificações, poucos canais, e presença de enormes complexos palacianos, com imensas avenidas, uma das quais com mais de 7 km de extensão. Segundo o modelo jurássico, os palácios estão separados da rua por um canal atravessado por pontes e existem gigantescos hipódromos, parques de caça e pavilhões residenciais localizados na margem oeste irrigada. A localização dos mercados não pode ser discernida na planta, que revela, sobretudo, a gigantesca distribuição ortogonal das artérias privadas. Embora existisse uma zona de comerciantes, fornecedores do califa e do *jássas*, a cidade surge sobretudo como um centro militar e administrativo que distribui, ao longo de mais de 35 km, residências e quartéis, habitados em simultâneo sem que isso implique que Bagdad tenha sido abandonada em favor da nova capital: é a capital de uma dinastia vigorosa, desportiva e guerreira, que desconfia das suas tropas e de possíveis conspirações, nas quais residirão sete califas durante 50 anos. Nesta cidade imensamente grande, a segregação dos grupos étnicos inscritos no exército impede a fusão e o contacto com a população civil e mantém as oposições nas quais se baseia a segurança pessoal do califa. Por outro lado, a própria imensidão da cidade garante tempo suficiente para fugir em caso de golpe armado: é preciso um dia inteiro para atravessar a capital a pé.

Samarra e, mais tarde, Bagdá oriental, depois de 892, exageram a tendência para o colossal e o grandioso das primeiras fundações de al-Mansūr: a extensa instalação e ocupação da terra aproximam-se do absurdo. Em Samarra (6.800 ha), o califa e os notáveis compram escrupulosamente terrenos baratos: o espaço é gratuito, vazio, imenso e, em ambas as capitais, o uso de tijolo bruto limita felizmente as despesas que, apesar disso, são enormes. Exceto no caso de painéis de estuque e afrescos, a decoração pode ser facilmente deslocada: mármore, mosaico, cedro e teca. As paredes e arcos são desmontados para poder transportar os tijolos cozidos, que são muito caros porque o combustível é escasso, expondo assim os escombros dos tijolos brutos que são rapidamente erodidos pelas inundações e pelo vento. Em suma, as despesas estão ao nível de grandes empreendimentos: a cidade redonda custará entre 18 e 100 milhões de dirhams segundo diferentes fontes, o palácio das Plêiades custará a al-Mu'tadid 400.000 dinares e ao príncipe Buyi Mu'izz al- Dawla um milhão. A prodigalidade de al-Mutawakkil impressiona os historiadores muçulmanos: segundo al-Ya'qūbi, o canal inacabado do Dja'fariyya custou pelo menos um milhão e meio de dinares. Em ambas as cidades, a ampliação do espaço construído através da adição de novos bairros realça o carácter pessoal e autocrático das fundações: nunca se decide abandonar os antigos palácios e bairros. O califa manifesta total confiança no seu destino, reforçada pelas previsões favoráveis dos astrólogos, às quais se adaptam os arquitectos, que se limitam a executar a vontade do califa mesmo quando esta é extravagante do ponto de vista técnico: é o caso de Samarra, que carece de água e de pontes confortáveis, está exposta a inundações e está longe das grandes rotas imperiais. Na verdade, Samarra, uma vez abandonada pela corte e pelo exército, não conhecerá a prosperidade de Bagdá durante a ausência do príncipe e se retirará para uma pequena área localizada perto da grande mesquita de al-Mutawakkil.

Focos de aculturação

As 'capitais abássidas, cidades onde os *jás*sa se instalaram, vivem fundamentalmente da tributação imperial. Na época da fundação de Bagdá, cada tio do califa recebia um pagamento de um milhão de dirhams, a família dividia 10 milhões e cada um dos 700 companheiros recebia uma pensão de 500 dirhams por mês. Uma geografia compartimentada distribui os contingentes beduínos do exército em bairros tribais e os regimentos Khurasanid (que também são árabes) são distribuídos de acordo com sua cidade ou região de origem (Kwárizm, Rayy, Marw, Qábül, Bukhara) junto com os palácios e terrenos . distribuído aos parentes e líderes dos 'seguidores abássidas. A expansão da cidade, onde se multiplicam os mercados, atrai a imigração de pessoas pertencentes às classes populares, especialmente iranianos que se arabizaram rapidamente e que também se instalam nos bairros com base em laços de solidariedade: é o caso dos artesãos de al - Ahwáz (povo de Tustar, especialistas em tecelagem de seda e algodão). Junto com a elite administrativa, militar e religiosa, Bagdá e Samarra veem como se desenvolve o '*üm*ma, um povo turbulento, apenas parcialmente produtivo (tecelões, pedreiros, escultores de madeira, oleiros e oleiros), parcialmente inativo ou ativo irregularmente (transportadores, barqueiros, guarda-costas, maceras e os numerosos ladrões), preocupados com os conflitos político-religiosos e com o patriotismo municipal. Profundamente islamizado e também

arabizado, este povo compromete-se, sem medo, com o sistema: são os “nus” que resistem durante 14 meses, armados apenas com paus, às tropas de Tahir em 812-813, quando o conflito entre os califas al- Amin e al-Ma'mün.

A grande cidade desempenha um papel que, sem dúvida, é essencial no fenómeno da aculturação: embora Bagdade continue a ser uma cidade cristã, com o seu patriarcado nestoriano e os seus conventos e igrejas nestorianos, jacobitas e melquitas, bem como a capital do judaísmo, com as suas escolas talmúdicas e a presença, na corte, do exilarca, por outro lado, a solidariedade dos bairros cristaliza-se em torno das mesquitas dedicadas aos mártires, daquelas que guardam os túmulos dos imãs xiitas, em Kazimayn, e os dos médicos perseguidos pela inquisição Mu'tazili, localizados ao redor do mausoléu de Ibn Hanbal. A cultura astrológica, astronômica e médica floresce em palácios, observatórios, hospitais públicos e na Casa da Sabedoria, fundada por al-Mamün para reunir a soma de todos os conhecimentos da antiguidade grega, mas é justaposta – sem implicar que não ocorrem fenómenos de interação e circulação de ideias e pessoas – um Islã popular, vigoroso e atento aos debates ideológicos, facilmente intolerante e sempre agitado por conflitos entre escolas. O xiismo surgiu em Bagdá no ano de 780 e logo iniciou, impulsionado pelos Hanbali, uma autêntica resistência puritana contra a imoralidade dos poderosos.

Samarra e Bagdá são os protótipos da vida na corte, dedicada ao luxo e aos prazeres que provocam a revolta dos bairros puritanos e constituem um modelo para as províncias: o estilo arquitetônico e decorativo desenvolvido pelos arquitetos califais prevalece na capital do Egito, tülüní. A grande mesquita de Samarra, construída em 849-852, e a de Abü Dülaf (859-861), ambas imensas (100 m por 160 e 104 m por 155, respectivamente) apresentam-se como autênticas fortalezas no meio de amplos espaços abertos. : paredes grossas, planta redonda das torres localizadas nos cantos e os contrafortes que aparecem ao longo das fachadas, enormes minaretes. Voltaremos a encontrar na mesquita de Ibn Tulün (879), que tem uma planta diferente (neste caso quadrada), a tendência para o gigantismo, a construção em tijolo sobre grandes pilares rectangulares, a posição do minarete no eixo do mihrab e, sobretudo, a sobreposição de placas de gesso decoradas com rosetas e inscrições epigráficas que sugerem uma transferência dos artistas. Da mesma forma, a culinária, a etiqueta, a compostura e a música de Bagdá chegarão a al-Andalus pelas mãos do liberto Ziryáb, o "Petrônio andaluz", ex-escravo de al-Mahdí, cozinheiro, dançarino e professor de bons costumes. São, obviamente, as grandes cidades que criam o modelo do “homem honesto” muçulmano, o *adib*. O seu amplo conhecimento que lhe permite brilhar na conversa e que se conforma às regras do bom gosto é o que se pode esperar que surja, em grande parte, da formação exigida ao secretário, o *kátib*.

O enciclopedismo árabe codifica, com efeito, uma erudição colossal, eclética e um tanto heteróclita; reflete as reuniões em que a poesia é conversada e recitada e em que é usada uma terminologia considerável e pedante. Emprega uma memória infinita, reforçada por procedimentos mnemônicos, e desenvolve uma cultura histórica, biográfica, genealógica e geográfica que se cristaliza em anedotas, que podem facilmente ser utilizadas como exemplos morais, e em maravilhosas descrições de agradável apresentação: tudo isso coincide exatamente com os conhecimentos que são exigidos do secretário. Embora deva também ter formação como jurista (impostos, estatutos territoriais e estatutos "governamentais"), saber caligrafia e retórica administrativa, é a sua cultura geral ou a sua mundialologia que lhe permitirá progredir na sua carreira: é de um conjunto de

conhecimentos que abrangem poesia, culinária, música, astronomia, etc., tudo a serviço do *adad*, ou seja, do bom gosto. E dado que a capital reuniu e submeteu às normas do Islão e do Arabismo as aquisições culturais do Irão e do Helenismo, o manual da cultura mundana reunirá a etiqueta dos espelhos dos príncipes persas e o conhecimento aristotélico, conhecido principalmente através das traduções siríacas de pseudo-Aristóteles. Ele também responde às críticas irônicas dos secretários iranianos e forja um humanismo original que está de acordo com as tradições árabes.

Devido ao sincretismo que começa a actuar no Oriente, as cidades serão os catalisadores fundamentais do conhecimento. Neste sentido, a criação da “Casa da Sabedoria” em Bagdá por al-Mamün, em 832, constitui uma data fundamental para a história do pensamento humano, pois marca o encontro da filosofia e da ciência helênica com a cultura árabe-iraniana e hindu. Os muçulmanos receberam os grandes autores gregos com afeição e respeito: a tradução de Platão, Aristóteles e também a de Hipócrates, Galeno, Dioscórides, Ptolomeu, Euclides, Arquimedes, Garça de Alexandria ou Filon de Bizâncio constituíram um incentivo para os médicos que refletissem sobre a Revelação corânica ou, mais simplesmente, sobre as virtualidades da linguagem, o empirismo da medicina ou a observação astronómica. Al-Kindi (falecido em 873) e al-Farabi (falecido em 950) foram os primeiros a adotar a lógica aristotélica e o movimento Mu'tazili de que falamos antes obteve grande parte de sua força argumentativa graças a ela. A magnitude das “bibliotecas” assim estabelecidas parece-nos, hoje, extraordinária: no início do período fatímida em Fustát somos informados de 18.000 manuscritos antigos, de 40 livrarias, de 400.000 volumes, figura, o último, o que se repete, no Ocidente, para Córdoba do mesmo período.

O campo científico aproveitou essencialmente esse sincretismo. Por outro lado, qualquer pensador é ao mesmo tempo filósofo, biólogo e matemático: o “Ptolomeu dos Árabes”, Isháq ibn Hunayn (falecido em 910) reuniu e desenvolveu antigas teorias sobre visão, óptica e luz, enquanto seus contemporâneos Abū Ma'shar (falecido em 886) e Thābit ibn Qurra (falecido em 900) fizeram o mesmo com o movimento dos planetas e a trigonometria, respectivamente. Contudo, deve-se notar que, por um lado, antes do aparecimento das grandes sínteses iranianas do século XI, tratava-se essencialmente de assimilar, verificar e propagar: por exemplo, as teorias geocêntricas gregas do cosmos ainda são não questionadas. Por outro lado, num ponto essencial, a reflexão científica muçulmana separa-se da herança helênica. Referimo-nos ao cálculo: nesta ocasião a Índia – e não Ptolomeu ou Diofanto – constituirá o ponto de apoio fundamental da reflexão matemática; Nada melhor para provar isso do que o extenso e inicial trabalho de al-Kwārizmī (falecido em 830), introdutor do sistema decimal hindu e do zero e também divulgador do sistema de equações de segundo e terceiro graus que ele também tirou da matemática hindu. Seu livro *al-Djabr*, ou seja, o “número que restaura” a unidade, passou a abranger toda a reflexão algébrica.

Uma civilização urbana sem igual na Idade Média

As fundações imperiais (Bagdá e Samarra, mas também Raqqa, capital de Hārūn al-Rashid localizada perto da fronteira com a Síria, Tyana, Tarso na Cilícia, onde reside al-

Ma'mün) e as capitais provinciais (Fustát, que mais tarde se tornou a capital de Ibn Tūlūn, no Egito) estão enxertados, com melhor ou pior sorte, num evidente desenvolvimento urbano. Numerosas aglomerações surgem no Iraque (Haditha, Qasr ibn Hubayra, Rahba, Djazirat ibn 'Umar), no norte da Síria (Hisn Mansūr, Hārūniyya, Masisa e Iskandarūna, reconstruídas contra os bizantinos) e na Palestina (Ramla), enquanto brotam as cidades iranianas em torno do subúrbio árabe. É preciso, no entanto, encarar tudo isto com uma certa reserva e não acreditar demasiado no aparente desenvolvimento urbano: certos sucessos brilhantes podem esconder a deslocação das populações e o declínio das antigas metrópoles. É o que acontece no Egito com o abandono quase total de Alexandria, que se reduz a menos de metade do espaço encerrado nas muralhas da Antiguidade e se instala, a partir de agora, na linha costeira anexa ao cais do Heptastadium, um cais. pequeno porto sem importância que não possui sequer uma pequena oficina para fabricação de moeda. Da mesma forma, na Síria ocorrerá a regressão de Antioquia. Na realidade, a evolução demográfica é muito pouco conhecida e os cálculos são puramente hipotéticos. Lembremos principalmente do fim das grandes epidemias sob os Abássidas, após a fase em que as pragas ocorreram repetidamente desde as primeiras décadas do século ^{vii} até aproximadamente o ano 745. Pode-se pensar, portanto, que a urbanização não se baseia numa A perfuração da população rural foi tão catastrófica como a dos omíadas ou, pelo menos, que poderia ser reparada mais facilmente.

Embora, em geral, uma rede urbana tenha substituído outra (na Síria, onde há muitos abandonos de cidades costeiras, também no Egito, nos confins da Anatólia e talvez também no Irão), no Iraque houve antes uma autêntica urbanização colossal: Bagdad mediu, no ano de 892, entre 6.000 e 7.000 hectares, pelo menos quatro vezes mais que Constantinopla e 13 vezes mais que Ctesifonte. A cidade parece ter meio milhão de habitantes: no início do século ^x, em duas das quatro mesquitas em que se pronuncia o *khutba* (para o qual, em princípio, são convocados todos os homens adultos) havia 64 mil participantes. Este é um peso demográfico completamente novo, uma vez que o crescimento de Bagdá não é acompanhado pelo declínio das cidades médias, pelo menos antes dos Zandjs queimarem Basra em 871. Só pode ser explicado devido à mobilização de recursos financeiros de um império, que permite a “decolagem” dos grandes capitais e pelo aumento da produtividade agrícola em terras sujeitas a cultivo intensivo, o que permite a sobrevivência destas enormes aglomerações em que o artesanato apenas contribui numa parte mínima para as receitas fiscais e para a criação de riqueza. As cidades não vendem a sua produção ao campo e a circulação de mercadorias entre a cidade e o campo é puramente fiscal. O próprio peso das cidades constitui um limite intransponível para o desenvolvimento urbano.

A expansão que acompanha a urbanização no império 'Abbasi não implica a unidade do urbanismo. A ideia de uma cidade de “tipo muçulmano”, em que a mesquita ocupa uma posição central e os mercados estão dispostos numa ordem iniciática fixa, deve ser deixada de lado: as capitais omíadas e abássidas seguem um modelo contrário ao de a cidade centralizada no palácio. Bagdá e Samarra contrastam sua topografia de grandes avenidas, muito diferente das vielas dos bairros mercantis, ao espaço limitado e recortado de Fustát, onde se mantém o traçado tribal, e à estrutura das antigas cidades decompostas pela privatização e a usurpação de terrenos de rua. No entanto, em todo o lado prevalece um modelo de casa com pequenas variações: é a *bayt* de Samarra, que conhecemos graças às

escavações efectuadas na capital califal, constituída por uma grande casa rodeada de paredes sem janelas e cujos quartos geométricos abrem-se para um centro. pátio. A análise das escavações de Fustát confirma que este modelo data do século IX: é composto por três salas, alinhadas atrás de um alpendre ou antecâmara com três aberturas, das quais a central tem duas reentrâncias laterais (sala em *T invertido* , segundo o habitual nome). O pátio tem um lago, a disposição geral é frequentemente assimétrica e tanto os quartos como o pátio são revestidos de forma irregular.

Neste esquema comum, que encontramos tanto no Magreb como em Siraf, a necessidade e o acaso enxertam uma série de particularidades: nas casas mercantis de Siraf falta a antessala, mas as paredes altas e grossas sustentam pisos que servem de armazéns. Em Fustát, tal como nos palácios dos príncipes, combinam-se dois pátios, por vezes compostos por duas *bayts* , situadas uma em frente da outra, para obter apartamentos funcionais: em alguns casos opõem-se à área de recepção e à família ou área secreta (*harim*) , em outras as salas de verão e inverno. Todas as escavações arqueológicas mostram o mesmo luxo: qualidade de construção, boa pedra e tijolo cozido, fábrica bem cuidada e excelentes argamassas, decoração em estuque e, sobretudo, abundância de água apesar das dificuldades na sua obtenção. Em Siraf é trazido por dois aquedutos que vêm da montanha e se dirigem ao sítio da cidade, árido e esmagado pelo calor. Em Fustát existem tanques hierárquicos (para irrigação, lavagem e consumo de ruas) escavados nas rochas, que estão próximos de um poderoso sistema de evacuação de águas residuais, tubulações e fossas sépticas protegidas por muros e que são regularmente limpas do exterior das casas: prova disso é o seu conteúdo arqueológico, homogêneo e contemporâneo da época em que foram abandonados. O engenho, a vontade de limpeza e a eficiência descobrem-se mesmo em Fustát na construção, nos terraços onde existem sistemas de captação de ventos frescos que depois são distribuídos através de canalizações: tudo isto irá, nos séculos X e XI , à multiplicação de instalações hidráulicas. Assim, numa casa simétrica disposta em torno de um canal ao ar livre, uma fonte, dotada de uma cascata que humedece e refresca o ar, conduz a um lago com fontes e criadouros de peixes vermelhos, rodeado de canteiros e valas para as árvores. . Este modelo, que já é fatídica, tem uma simetria de dupla orientação e corresponde a casas grandes.

A tipologia diversificada das cidades islâmicas e a originalidade das formações urbanas e das suas topografias não nos devem fazer esquecer que a geração das cidades abássidas apresenta características comuns: surge uma classe ascendente chamada "patriciado", constituída por pessoas que vivem de os rendimentos da terra, pelos profissionais religiosos e pelos comerciantes, e que convivem com os representantes do poder central, os secretários, ou seja, os funcionários do escritório, e os militares. Com origens religiosas diversas (nestorianos, zoroastrianos, muçulmanos) e sociais (juristas e professores de tradições - *hadith* -, *dihgans* , antigos funcionários do distrito sassânida, mercadores da Rota da Seda que vai do Jurassânia à Transoxânia e à China), mas intimamente associados com base em casamentos que os levam a fundir-se rapidamente em famílias com atividades económicas muito variadas, as linhagens patrícias de Nishápür unem o prestígio da ascendência árabe e muçulmana dos conquistadores (os Harashi, família de cadis, descendentes, por exemplo, do califa 'Uthmán, de quem tomam o nome) e as realidades do poder económico local: os Harashi-'Uthmání também receberam

numerosas propriedades através dos seus casamentos com filhas de funcionários e foram associados, no século x, a mercadores de origem persa, os Balawi.

Uma imagem arqueológica extraordinariamente precisa da hegemonia da classe dominante é fornecida pelas escavações de Fustát e Siraf: são imensas mansões, que parecem fortificadas, protegidas pelos quartéis dos porteiros e, por vezes, com entradas angulares. A sua extensão surpreende: em Siraf as casas escavadas medem entre 210 e 540 m de superfície no piso térreo, com uma média de 361 m, sem contar o piso superior. Em Fustát, a planta menos clara (muitas vezes as paredes foram arrasadas até ao nível das fundações), e a irregularidade do parcelamento, permitem-nos, apesar de tudo, reconhecer grupos muito grandes e dar origem a dois módulos distintos: um, simples, com pátio único, que tem de 180 a 200 m, e outro, com pátio duplo, e de 400, 500 e até 1200 m. Em ambos os locais, o *empório iraniano* e a metrópole egípcia, estes enormes casarões ocupam todo o espaço, especialmente no campo de escavação Fustát B (350 m de comprimento por 50 a 100 m de largura), onde enquadram grandes complexos industriais (cerâmica e oficinas de vidro). Não se encontra nenhum tipo de habitat mais pequeno, com excepção de alguns vestígios de *posseiros tardios* localizados nas ilhotas fortemente destruídas que rodeiam os principais cruzamentos. As casas patrícias, que em Fustát eram chamadas de “castelos”, aparecem perfeitamente unidas sem deixar entre elas qualquer espaço que permitisse a presença de uma rede de pequenas casas que ocupariam os espaços. Também não existem casas de aluguer, do tipo da *ilha antiga*, que os visitantes caracterizam pelos seus múltiplos pisos. Onde mora o “vulgo”, a classe baixa? e onde ficam as lojas? Se se pode pensar que os imigrantes viviam em quartos alugados localizados nos terraços dos patrícios e que os trabalhadores viviam nas mesmas oficinas, estas constatações multiplicam os limites da alegada exuberância dos mercados e do desenvolvimento da classe média de artesãos. Surge, então, uma imagem da cidade que manifesta a dependência íntima dos empregados e supõe a integração dos fracos nestas grandes casas: isto ilustra a existência de clientela familiares e, mais genericamente, da base familiar de organização urbana.

Um poderoso dinamismo artesanal e expansão artística

O desenvolvimento urbano impõe e estimula uma crescente diversificação de atividades, que acontecem à sombra das residências da “elite”. A cidade muçulmana herdou da Antiguidade Tardia uma extensa gama de artesanato cujo número foi especificado e multiplicado devido, em parte, à preocupação meticulosa com a qualidade e o controlo de preços. Desde logo, devemos prescindir da ideia de uma vida corporativa que agrupasse os mestres artesãos numa associação privada obrigatória, bem como da teoria de um carácter iniciático e democrático dos grupos profissionais baseado num “pacto de honra” artesanal, cujo O grande mestre teria sido o barbeiro do Profeta, Salman, o Persa, chamado de “o Puro”. Ficou demonstrado que esta especulação é tardia e que estabelece uma confusão entre o nascimento dos *jutuwwa*, uma sociedade política sem carácter profissional, contaminada pelos ritos de iniciação dos ismaelitas, surgida no final do século ix, e a organização estatal dedicada à fiscalização das obras urbanas.

Este último é muito antigo: em certos comércios está organizado desde o período omíada e, sob os 'Abássidas, passou a estar sujeito ao controlo dos guardiões do comércio,

os almotacenos ou *muhtasibs*. São especialistas escolhidos para garantir a qualidade dos produtos, monitorar os preços e garantir a inscrição dos professores nos registros fiscais. Sob a sua orientação os ofícios permanecem abertos: a aprendizagem, o ingresso na profissão e o seu exercício não estão sujeitos a quaisquer regras restritivas ou coercivas. A localização topográfica das atividades também não é imposta, ainda que o agrupamento de comércios que permite uma fiscalização mais fácil seja visto com bons olhos. Se nasce um “espírito de corpo”, isso se deve ao mesmo peso sociológico que faz com que os filhos sigam as profissões dos pais ou tios e só podemos citar um número limitado de casos de conflitos grupais entre empregos (atendentes de banheiro contra comerciantes de sal em Meca, comércio de alimentos contra sapateiros e comerciantes de tecidos em Mossul, em 919 e 929). Neste quadro institucional ou contra ele, o mundo artesanal não expressa qualquer aspiração democrática específica e não há penetração massiva das teorias ismaelitas nos círculos profissionais; Por outro lado, o interesse que os escritores demonstram pelo mundo do trabalho nada mais é do que uma reminiscência escolar da cultura antiga.

Em todas as cidades do mundo islâmico, as necessidades dos consumidores ditam a presença de comércios relacionados com a alimentação e a transformação final dos produtos. Junto com os fornecedores das residências aristocráticas (comerciantes de hortaliças e frutas, muitas vezes muito especificamente especializados em um único produto, comerciantes de grãos, leiteiros, comerciantes de vinagre, vinho e tâmaras, peixarias, vendedores de frutos do mar, açougueiros e vendedores de aves) e todos os ofícios relacionadas às cadeias produtivas (do comerciante de gado ao abatedor, açougueiro, açougueiro, aparador e salsicharia; também, do comerciante de grãos ao moleiro, vendedor de farinha, padeiro, padeiro e uma grande variedade de tipos de confeitiro), o mercado ou souk vê surgir um grande número de fabricantes de pratos cozinhados diversos, destinados à alimentação das classes populares que não cozinham, quer por medo de incêndios, quer por falta de meios para comprar alimentos por grosso, e que recorrer à casa de comida. São pratos de peixe, arroz, legumes, carnes ao molho (carne bovina, que se opõe ao cordeiro considerada a carne dos ricos, e ao camelo), miudezas, bolinhos fritos e doces de mel. A comunidade social e cultural exprime-se, desde al-Andalus e Sicília ao Irão, graças à divulgação desta cozinha de rua; Há pratos que permanecem solidamente consagrados, na Palermo do século ^{xx}, com os seus nomes árabes (*cália* ou *sfincio*). O *hammam* também aparece em todo o lado: a sua origem grega foi esquecida, deslocada pela necessidade ritual imposta pelo Islão. Também por todo o lado existem muitos ofícios relacionados com a construção, o fabricante de móveis (baús, assentos, armários), as profissões relacionadas com o couro (essencial para móveis e contentores), os tecidos (o alfaiate, cujo elevado salário e prestígio social sublinham o carácter altamente técnico do o ofício) e as artes do fogo (ferreiro e ceramista).

A circulação inter-regional de produtos artesanais afeta, além de um grande número de produtos alimentícios conservados (compotas, frutas cristalizadas, nozes, legumes em conserva) e que podem ser transportados sem excessiva dificuldade, produtos processados de alta qualidade e, em particular, têxteis, armas, papel e cerâmica decorativa. As técnicas, apesar da unidade política, difundem-se lentamente e a sua difusão deve-se mais à emigração de trabalhadores do que à imitação (assim, em Fustât, os fabricantes de lenços de linho vêm de Amida, na Mesopotâmia). Isto vai ao encontro da extraordinária capacidade visual que os clientes adquirem para reconhecer as qualidades, origens e

destreza manual adquiridas pelas sucessivas gerações que trabalharam com perfeita continuidade, de tal forma que se inventam expressões para descrever o trabalho realizado, segundo as normas tradicionais e procedimentos das regiões de origem, por trabalhadores emigrados: desta forma, as tapeçarias tecidas em Ramla, na Palestina, por trabalhadores do Tabaristão receberão o nome de *Tabarí ramli*. A localização destas “especialidades” deve-se em grande parte às matérias-primas que, quando pesadas, são difíceis de transportar. Desta forma, a metalurgia localiza-se principalmente nas regiões mineiras: é o caso das indústrias de armas da Arménia, do Afeganistão e da Transoxânia, da indústria siderúrgica de Damasco, que não está longe do ferro de Taurus e da Cilícia, das forjas do Dágistão, Adhárbaydján, Níshápür, Isfáhán, a caldeiraria de Mosul e a indústria do latão em Herát e Baykand. Mas Damasco, onde se desenvolve uma indústria do cobre, e o delta egípcio, onde Tinnis cria uma indústria especializada de cutelaria, mostram o papel que os meios artesanais de tradição milenar e de alto nível técnico adquirem ao estabelecer tais centros e colocar em evidência a sua fama.

A indústria têxtil - sem dúvida a mais importante e a que dá conta da essência dos investimentos familiares dedicados à aquisição de mobiliário e à constituição de uma possível reserva - apresenta uma especialização semelhante de centros de produção que, da mesma forma, se distribuem de acordo com as matérias-primas: lã do Egito, da Síria e do arco de montanhas que vai do Touro ao Irão através da Arménia e do Tabaristão, linho do delta egípcio, algodão de Jurassan e Djazira, seda crua de Jurásán e al-Ahwaz. Evidentemente, a facilidade de transporte de certas matérias-primas, valorizadas a preços especiais, favorece a multiplicação dos centros e a extrema diversificação dos produtos: tapeçarias de Tiberíades, Arménia, Adhárbaydján, Tabaristão, Khurasán e da Transónia, tapeçarias bordadas com agulha de Fars, capas listradas do Iêmen, tecidos de algodão de Kima, lenços do Tabaristão, cetim do Jurassan, brocado e *dibádj* (urdidura e trama de seda) de Tustar, tafetá attábí de seda e algodão da Síria, vestidos de Fars, tecido *siqlatün* com grandes ornamentos círculos de Bagdá, gaze de linho egípcia, o *sharb* e o *qasab* do delta. Esta breve lista apenas nos permite vislumbrar a grande variedade de produtos existentes, entre os quais algumas imitações declaradas de modelos de prestígio como os “cintos arménios” de Tib, em al-Ahwáz.

Por outro lado, estamos perante a primeira fase original de uma arte decorativa que pode ser descrita como “muçulmana”, da mesma forma que a arte dos aqueménidas acabou por ser “persa”. Por outras palavras, encontrando-se na presença de tradições muitas vezes antigas e poderosas, como a exuberância floral hindu, a arte que representa figuras de animais no Médio Oriente mesopotâmico, e as representações materiais “célebres” e sumptuosas do Egito bizantino e da Síria, dos califas ou dos seus A comitiva não pensou nem por um momento em impor uma tradição exótica que, por outro lado, a arte árabe pré-profética não lhes proporcionou. Atraíram à sua volta, e sem pretender colaboração exclusiva, artistas das mais diversas regiões e, numa primeira fase, permitiram-lhes trabalhar segundo modelos que, indiscutivelmente, eram bizantinos ou sassânidas, como aconteceu em Damasco ou na cúpula da Mesquita da Rocha em Jerusalém. Em 722, o califa omíada Yazid II tentou pressionar a arte ao proibir, ainda antes dos bizantinos e talvez sofrendo a influência de uma concepção muito rigorosa no Médio Oriente, qualquer representação de criaturas, considerada uma manifestação inadmissível de “competição” com Deus. Mas, embora os edifícios dedicados ao culto se adaptassem a estas exigências -

que, por outro lado, foram subscritas de forma mais suave pelos 'Abássidas -, um número suficiente de motivos decorativos permanece em edifícios privados, bem como cerâmicas ou miniaturas anteriores. o século x, em que aparecem figuras humanas: é o caso do palácio Qusayr'Amra, na Jordânia, e isto permite-nos duvidar da eficácia do espírito iconoclasta muçulmano.

A partir daqui, e numa segunda fase, o concurso das diversas correntes estéticas deu origem a uma fonte de inspiração original e, em suma, bastante homogênea de uma ponta à outra do Dar al-Islám. Como a parede, a porta, a coluna ou a placa não devem ser utilizadas como comentário ou ilustração de um versículo sagrado ou de um tratado jurídico, não importa se a arte aponta ou não para a realidade, para o concreto. Por isso, a expressão artística muçulmana será abstrata, estará situada à margem da vida, como puro sonho e mistério, sem mais significado do que a harmonia das formas. Estilização, geometria, imbricação e repetição infinita de figuras constituem o seu tema fundamental. Curvas, contracurvas, losangos, muqarnas e ornamentos florais que se multiplicam, por um horror ao vazio que é, aqui, totalmente medieval, no estuque, na madeira, no marfim, no verniz dos azulejos, no tecido, no vestido, até atingindo um excesso que é avassalador para a nossa estética ocidental. Os únicos dois elementos que poderiam quebrar esta exuberante monotonia não alteram muito o conjunto: o primeiro é o "arabesco", ou seja, a inscrição piedosa em traços estilizados que se mistura com a decoração, que, por sua vez, toma as suas formas. o próprio aspecto da escrita árabe, que é construída a partir de laços e pequenos segmentos curvos. Estas inscrições são por vezes difíceis de distinguir da ornamentação floral vizinha. Quanto à introdução tipicamente "oriental" de motivos baseados em figuras de animais, sejam eles monstros ou fauna real, elefantes, camelos, leões, pavões, mas também fénixes, dragões, unicórnios, pássaros de fogo, que encontramos lutando, frente a frente, formando nas fileiras, a estilização faz com que percam boa parte do seu interesse "óptico", que é substituído pelo valor simbólico que encarnam e que é bem conhecido.

Sem dúvida é um tanto artificial contemplar o nascimento desta arte na cidade: muitos palácios rurais desapareceram. Mas a riqueza e o provável custo da arte desenvolvida na corte ou associada ao culto justificam a sua associação aos centros fundamentais de aculturação que são os enormes complexos urbanos.

Para o Ocidente, um renascimento e não uma decolagem...

No Ocidente, as indicações relativamente numerosas que temos sobre o desenvolvimento da função do "senhor do souk", o *sáhib al-süq*, em Córdoba e Qayrawán, devem estar relacionadas com os aspectos gerais do desenvolvimento urbano que, por sua vez, estão de acordo com os modos de urbanização que aparecem em todo o mundo muçulmano. Aqui, mais uma vez, podemos insistir na precocidade desta estruturação urbana de tipo oriental.

Qayrawán, nas suas origens, é uma cidade-acampamento que pode ser comparada a Küfa, Basra ou Fustát, na qual, desde o início, estão delimitados os bairros tribais e o núcleo monumental. O governador Hassan ibn al-Nu'mán (692-705) empreendeu muito ativamente a construção da mesquita catedral e sabemos que a obra foi concluída sob o

califa Hisham ibn 'Abd al-Malik (724-743). Nele foram utilizadas técnicas de tijolos e o reaproveitamento sistemático de colunas antigas; É um dos mais belos do Islão (80 m por 135 m são as medidas do conjunto constituído pelo pátio e pelo oratório), contém 17 naves com cobertura plana e uma cúpula sobre o troço onde se abre o mihrab. A decoração, baseada em cerâmica com reflexos metálicos, deriva diretamente de Samarra. A mesquita sofreu sucessivas modificações a partir de 774 e mais tarde, em 836 e 862, foi novamente ampliada e o seu minarete quadrado tornou-se mais alto, atingindo 30 m. Também nesta época foi construído o seu mercado central, ao longo da Simát, a grande avenida que dividia a cidade em duas; O governador Yazid ibn Hátim, um pouco mais tarde, estruturou-o e especializou-o de acordo com os ofícios. Mas, para além deste planeamento urbano oficial, a cidade também se estrutura espontaneamente em torno de souks e mesquitas de bairro, muitas das quais estão documentadas antes de meados do século ^{viii}. A capital de Ifríqiya continuou a crescer a um ritmo rápido na era Aghlabi, mas os governantes desta dinastia duplicaram-na construindo cidades principescas à maneira 'Abbasid: primeiro foi al-'Abbasiyya, no início da dinastia e, mais tarde, Raqqáda, no final do século ^{ix}. Para as necessidades de abastecimento de água desta metrópole, foi realizada uma rede completa de obras hidráulicas - tanques de armazenamento e condutas -, já na época dos governadores, e posteriormente, no período Aglabi, das quais ainda podemos restar vestígios por aí. a cidade.

A linha geral de evolução é a mesma em todo o Ocidente muçulmano, embora se deva ter em conta que, na maioria dos casos, envolve a ressuscitação e reestruturação de antigas cidades em declínio e não a fundação de novas cidades. A principal exceção é evidentemente Fez, fundada por volta de 789 sob Idris I e posteriormente ampliada no início do século ^{ix} por Idris II, que distribuiu os árabes de Ifríqiya e al-Andalus em bairros tribais. Na Tunísia, a mesquita catedral (Zaytūna) foi construída pelo governador Ibn al-Habháb (732-741) e foi rapidamente cercada por souks. No Magreb ocidental, a urbanização do país desenvolveu-se no quadro dos principados Idrisidas, cujos centros eram cidades fundadas no século ^{ix}, como al-Basra, ou pequenos núcleos pré-islâmicos. Entre eles, várias moedas de moeda e as abundantes emissões de dirhemes testemunham a progressiva “monetização” da economia.

Mal tendo conquistado Córdoba, o governador al-Samh (719-721) mandou reconstruir em pedra a ponte romana sobre o Guadalquivir e restaurar a muralha parcialmente demolida. A história das sucessivas ampliações da mesquita de Aljama, coração material e espiritual da aglomeração, oferece indicações claras sobre o crescimento da grande metrópole andaluza. Em al-Andalus, este edifício tem uma função que pode ser comparada ao santuário de Qayrawán, no Magreb: por volta do ano 766 ou 768, iniciou-se a construção no local da catedral, adquirida aos cristãos, edifício ao qual se juntaram. fez acréscimos contínuos até meados do século ^x, que adquiriram dimensões grandiosas. A sala de orações (180 m por 120 m), maior que as de Samarra ou Fustát, tem 19 naves sustentadas por mais de 850 colunas de mármore, unidas por uma dupla rede de arcos de pedra branca e tijolo vermelho. Várias cúpulas revestidas a mosaico, uma decoração floral à base de estuques e painéis de alabastro gravados com inscrições piedosas testemunham uma inspiração claramente autóctone, “visigótica”, senão romana. Este edifício, o mais considerável que o Islão medieval nos legou, constitui, por si só, uma prova da amplitude de meios e da força política e económica dos emires omíadas que se refugiaram em Espanha após o massacre

de 750. Para os viajantes árabes, Córdoba é o único rival possível de Bagdá. A famosa “revolta suburbana” de 818 mostra a extensão, já considerável nesta época, que adquiriram os bairros populares situados em frente à antiga cidade romana, do outro lado do Guadalquivir. Teremos de esperar, porém, até à primeira metade do século ^x, sob o califado, para que Córdoba, tal como Qayrawán, seja superada por uma cidade principesca, Madinat al-Zahrá'.

Estas cidades, ou pelo menos as mais notáveis entre elas, rapidamente se tornam centros de vida intelectual. Isto não afecta apenas as capitais políticas, mas também os centros maiores: a Tunísia, por exemplo, tem, tal como Qayrawán, os seus académicos e os seus tradicionalistas e a sua mesquita era, mesmo antes do período Aghlabid, um centro de cultura e de ensino famoso. Uma cidade tão geograficamente marginal como Saragoça, situada na fronteira do mundo franco, não é apenas uma fortaleza e um centro de trocas comerciais. Pelo contrário, através dos dicionários bibliográficos andaluzes pode-se adivinhar, desde os primeiros tempos do Islão e ao longo do período do emirado de Córdoba, a existência de uma notável vida religiosa e intelectual da qual testemunham trinta homens de religião, juristas e estudiosos desta cidade ou que nela viveram antes da proclamação do califado (929) cujos nomes foram considerados dignos de serem preservados pelos biógrafos em seus repertórios. O mesmo acontece em Toledo, apesar de esta cidade ser, etnicamente, pouco arabizada e de estar permanentemente em estado de dissidência política com o poder central de Córdoba, chegando mesmo a aliar-se contra ela aos cristãos do norte do península. Desde o início do emirado encontramos em Toledo um grupo de personagens dedicados ao estudo das letras e das ciências religiosas que viajaram para o Oriente para ouvir os ensinamentos de Málik ibn Anas (falecido em 795). Ao retornarem, esses alunos tornaram-se professores e difundiram seus conhecimentos entre seus compatriotas. Um pouco mais tarde, na primeira metade do século ^{ix}, outro grupo dirigiu-se, em viagem de estudos, a Qayrawán para receber, nesta cidade, os ensinamentos do grande jurista malikí Sahnün. É óbvio, de facto, que tanto em Toledo como em Saragoça toda a ciência vem do Oriente, quer directamente através do caminho que muitos estudiosos fizeram para procurar o conhecimento nas suas próprias fontes, quer indirectamente através de Córdoba ou Qayrawán, cidades onde também é transmitido o ensino dos mestres orientais. Um dos elementos sociais mais activos é constituído, nos centros populacionais importantes, pelo grupo de doutores em ciências religiosas e jurídicas que são conhecidos, por exemplo, pelo importante papel que desempenharam na revolta do subúrbio de Córdoba em 818.

Como capitais políticas e administrativas, locais onde reside a aristocracia militar, centros de produção e intercâmbio, centros de vida intelectual e de irradiação cultural, as cidades do Ocidente muçulmano estão rapidamente a ganhar vida à medida que o nível de desenvolvimento da civilização e da integração se desenvolve. o mundo muçulmano destes limites distantes de Dar al-Islám. Tem sido assinalada, relativamente a Ifriqiya, onde a sociedade é largamente dominada pela cidadania, a existência de uma tendência excessiva para considerar as cidades como organismos amorfos, dóceis e submissos sem reservas ao poder. A cidade de Ifríq do século ^{ix} é, pelo contrário, o centro nevrálgico que reúne as forças vivas da região, um local de tensão permanente entre os múltiplos clãs burgueses ou aristocráticos e, pela sua própria natureza, um meio de fermentação perpétua, como pode ser visto na movimentada história de Qayrawán, Tunísia, Trípoli ou Palermo durante a era

Aghlabid. Este dinamismo também é percebido em al-Andalus, mas talvez deva ser sublinhado que, em ambos os casos, parece esgotar-se numa agitação cuja lógica mal compreendemos, pois é marcada por revoltas e lutas de clãs, de aspecto bastante estéril. , o que, possivelmente, deve estar relacionado com a falta de estrutura e autonomia orgânica das cidades da Idade Média muçulmana.

...mas a mesma sociedade urbana

No Ocidente, a descrição clássica da sociedade urbana muçulmana considera-a composta pela massa, ou *al-'ámma* , que inclui artesãos, pequenos comerciantes, diaristas e trabalhadores assalariados de todos os tipos, e pela elite ou *al-jássa* , cuja imagem no Oriente acabamos de ver. A elite compreende, em primeiro lugar, o grupo detentor do poder, comparável nos emirados ocidentais do século IX a um autêntico clã de parentes, na linha paterna, e de clientes da dinastia reinante que ocupam posições-chave no governo, o administração e o exército e representam, tal como no Oriente, um grupo de várias centenas de pessoas a quem foram atribuídas as pensões mais elevadas e importantes propriedades territoriais. Também faz parte da *jássa* a antiga aristocracia militar, basicamente de origem árabe, mas que inclui também os *Mawáli* de origem oriental e, no Ifríqiya, numerosos Jurassani. Constituem o antigo núcleo do exército e alguns dos seus elementos continuam remunerados devido à sua participação relativamente frequente em campanhas militares (como os *djunds sírios* em al-Andalus), enquanto a outros foram concedidas extensas concessões territoriais, razão pela qual são relativamente “desmobilizados”, na medida em que não dependem diretamente do Estado para a sua subsistência. Este último, por outro lado, depende mais, para operações policiais e expedições de importância limitada, da guarda do príncipe ou de tropas guarnecidas compostas por mercenários ou soldados servis que foram recrutados entre os berberes, escravos (escravos de europeus). origem) ou negros, por sempre os encontrarem à sua disposição e considerá-los mais seguros, dada a sua experiência nas múltiplas revoltas do exército tradicional. Porém, em caso de campanha importante ou perigo iminente, você sempre pode recorrer a este último.

Também classificada dentro da elite está a importantíssima categoria dos *fuqahá* , ou seja, os intelectuais, especialistas nas ciências jurídico-religiosas ou *fiqh* , cujos nomes preenchem os dicionários biográficos e que, às vezes partindo de origem humilde, puderam ascender graças a sua ciência aos mais altos cargos do Estado. Dessa forma, o qadi de Qayrawán, Asad ibn al-Furát, encarregado em 827 de liderar o exército que embarcava para a Sicília, ao relembrar seu passado de modesto alfaqui em meio às honras que o cercavam, dirigiu-se aos seus companheiros exortando-os a cultivar a ciência do direito que, como ele lhes disse, poderia abrir-lhes todas as portas, incluindo a do comando de exércitos. Muitos acessam funções oficiais, em primeiro lugar as do judiciário (qadi ou juiz, *mufti* ou conselheiro do qadi) ou cargos relacionados ao serviço das mesquitas (liderando orações e pregações). Os mais famosos entram nos conselhos de soberanos, mas alguns têm a vontade de rejeitar qualquer compromisso com o poder, o que, evidentemente, aumenta a sua fama entre o povo. Orgulhosos deste prestígio, podem por vezes ir muito longe na crítica ou mesmo na oposição declarada a determinada medida adoptada pelos detentores

do poder. Alguns dedicam-se simplesmente ao ensino e esta actividade proporciona-lhes pelo menos parte dos seus meios de subsistência.

Este grupo social, unificado pela sua formação e pela sua função (trata-se sempre de estabelecer o que está de acordo com a lei), bem como pelas suas origens e atitude perante o poder, representa um papel fundamental na sociedade muçulmana entre finais do século Séculos VIII e início do X. Foram os Alfaquíes que difundiram a doutrina Maliki em Ifríqiya e al-Andalus, uma das escolas mais rigorosas do Islão ortodoxo. Embora possam provir das mais diversas categorias sociais, a maioria deles parece ter surgido de uma espécie de classe média, situada às margens da divisão entre *al-jássa* e *al-al-'ámma* e composta por comerciantes que formou uma burguesia de fato, embora não fosse reconhecida pela hierarquia oficial; Apesar deste último, deve-se notar que, em Córdoba, os notáveis mais ricos dos subúrbios e dos bazares aparecem, por vezes, ocupando o último lugar dentro da ordem protocolar. De facto, pelo carácter lacónico das biografias sobre o tema dos meios de existência destes alfaquíes, verifica-se que um número considerável deles provinha de famílias de comerciantes e até se dedicaram ao comércio numa civilização em que esta actividade não foi de modo algum objecto de qualquer descrédito social ou religioso, muito pelo contrário.

Numerosas obras chamam a atenção para a sobreposição de interesses entre comerciantes e alfaquíes e sublinham o respeito dos primeiros pela ciência do direito e pela interligação das redes de circulação de comerciantes e intelectuais revelada pelos esquemas de viagens que conjugavam os interesses de ambas as ordens, como bem como o facto de a lei islâmica ter sido codificada numa época em que a sociedade muçulmana urbana era dominada por uma mentalidade comercial. Pode-se discernir, entre os alfaquis andaluzes do século IX, a existência de uma oposição entre um primeiro grupo de juristas estreitamente especializados em *elfiqh* e interessados no exercício do poder, e uma geração posterior, aberta às ciências religiosas que eram então fazendo, cujos representantes se dirigiram para o Oriente e adquiriram um prestígio maior que o de seus rivais. Talvez estes últimos sejam o resultado de uma crescente integração de al-Andalus nas redes de trocas do mundo muçulmano, bem como da ascensão de classes urbanas ligadas ao desenvolvimento da produção e do comércio. Apesar disso, a identificação entre a classe mercantil e a classe intelectual não deve ser levada muito longe: em primeiro lugar porque existem categorias de comerciantes com um nível social muito diferente (os *tudjdjár*, que se dedicam ao comércio em grande escala e estão relacionados com o círculos dirigentes e os pequenos lojistas dos souks cidadãos, que fazem parte da *'ámma* e estão sujeitos à jurisdição do *sáhib al-sūq*). É claro que os interesses destas duas categorias não são os mesmos. A prosperidade do comércio de longa distância, que, em grande medida, também é praticado – especialmente no Ocidente – por comerciantes não-muçulmanos, judeus e cristãos, carece de relações estreitas com o contexto económico regional ou local. Seria abusivo, por outro lado, apresentar os alfaquis como uma classe exclusivamente urbana, ainda que estejam intimamente ligados ao meio cidadão através da sua formação e, frequentemente, através das suas actividades subsequentes.

A circulação de técnicos e técnicos de leste para oeste tem uma importância fundamental no processo de unificação cultural do mundo islâmico: denota a presença de gostos comuns e sublinha o papel desempenhado pelas classes dominantes na difusão dos produtos.

Desta forma, a produção têxtil, que mobiliza grandes massas de trabalhadores, fiandeiros, tecelões e tintureiros, recupera antigas tradições técnicas e artísticas coptas e, sobretudo, sassânidas e bizantinas (trabalho de brocado em fundo e efeitos de trama) e muito mais. Inventando, por exemplo, o trabalho do lampote multi-trama. Também popularizou novas fibras como o algodão ou a seda, cuja difusão do Oriente para o Ocidente foi muito rápida: o algodão, introduzido no século ^{viii} a partir do seu local de origem no Jurassan, chegou antes do século ^{xi} à Hispânia, Tunísia e Sicília de onde será exportado, a granel, para o centro industrial egípcio. O bicho-da-seda, que os bizantinos e sassânidas já conheciam, e a complexa técnica do seu cultivo, bobinagem e fiação, cuja introdução ou aperfeiçoamento é atribuída aos chineses que foram feitos prisioneiros em Talas em 751, chega em breve à Hispânia. Al-Andalus tornou-se a principal região dedicada à sericultura, talvez por ser povoada por árabes vindos da Síria, enquanto a Sicília tornou-se, a partir do século ^x, o grande produtor de seda crua do mundo muçulmano, da mesma forma. Na área ao redor de Reggio, é um dos principais fornecedores de matérias-primas para as fábricas de seda bizantinas. Algo semelhante acontece com o papel cuja introdução também é atribuída aos prisioneiros chineses de 751. Na verdade, o seu fabrico foi implementado pela primeira vez em Samarcanda onde, ainda no início do século ^x, eram feitos papéis de alta qualidade que os Ikhshidis importavam para o Egipto. A administração adotará o papel no final do século ^{viii} (a primeira data certa é 799) e substituirá os demais materiais utilizados para a escrita, em que as correções são menos distintas do que no papel. As grandes variedades disso recebem nomes de príncipes ou altos funcionários da administração: "faraônico", *sulaymání* (derivado do nome do tesoureiro de Hárün al-Rashid), *djafari* (de Dja'far, vizir de Hárün), *talhi* (de Talha, filho de Táhir), *táhirí* e *nühi* (de Nüh el Samáni). A partir de 794 o papel foi fabricado em Bagdad, no século ^x no Egipto e, pouco depois, em Espanha, nomeadamente em Játiva, iniciando-se assim um comércio de exportação de papel de elevada qualidade para o Egipto. É um papel feito de trapos picados aos quais se adiciona cola de amido, que são finalmente alisados sobre uma camada superficial de farinha e amido e cuja massa é frequentemente colorida. Toda uma gama de cores (amarelo, azul, violeta, rosa, verde, vermelho) mostra a perfeição técnica alcançada, enquanto a sua utilização como embalagens (cones e embalagens) a partir do século ^{xii} atesta a democratização do produto.

A arqueologia permite-nos acompanhar a circulação de Oriente a Ocidente de um produto amplamente difundido como a cerâmica. A herança bizantina e sassânida (vidrado de chumbo e decoração estampada) combina-se inicialmente com o desejo de imitar as produções chinesas importadas através do Golfo (verde celadon e grés T'ang). Várias escolas nasceram num ambiente de revolução técnica impetuosa que revela um extraordinário espírito inventivo: o Irão imita a *louça T'ang* (policromada com pinceladas coloridas sob o vidrado) e acrescenta uma variante verdadeiramente islâmica, a incisão esgrafitada sob a decoração colorida. Susa, Rayy e Samarra, para imitar a porcelana branca dos Song (cujo procedimento de vitrificação a alta temperatura permanece desconhecido), inventam uma faiança branca monocromática com delicadas incisões sob o vidrado

estanhífero e, sobre o branco opaco da faiança, acrescentam uma decoração pseudoepigráfica e temas florais em azul cobalto. O conjunto constitui uma das grandes contribuições dos fabricantes de faiança islâmica que será adoptada, por sua vez, pela China e inspirará as fábricas de Delft. Em Nishápür e arredores surgirão cerâmicas decoradas com vernizes coloridos sobre verniz branco que adoptam, em torno do motivo Tao, uma decoração baseada na epigrafia cúfica. Em Samarra, por fim, realiza-se a produção precoce do brilho metálico: a cozedura, em atmosfera redutora, das peças de faiança realça os sais metálicos da superfície, misturados em excesso com o vidrado, e imita a baixela metálica condenada. médicos rigorosos. Estes produtos (com excepção dos vernizes jurássicos) aparecem associados ao luxo das capitais califais e espalham-se muito rapidamente pela grande estrada que vai de Leste a Oeste. São exportados, como acontece com os azulejos policromados brilhantes utilizados, em 862, na mesquita de Qayrawán e com os que chegam, em 936, à capital espanhola de Madinat al-Zahrá, perto de Córdoba. São também objecto de imitações: azulejos bicromáticos de Qayrawán, reflexos metálicos e esgrafitos do Egipto fatímida, nos quais artesãos coptas de faiança realizavam trabalhos religiosos. A partir de 771, o vidro esmaltado foi fabricado em Fustát com técnica semelhante e, por volta de 900, junto com o vidro tradicional cortado e gravado com roda, surgiram os vidros decorados com pinceladas coloridas. Estes últimos exemplos mostram as estreitas relações entre as diferentes artes que utilizam o fogo, sublinham a função exercida pelas capitais provinciais como etapas da migração de técnicas e justificam a solidez das relações de troca em toda a esfera islâmica.

Para que clientela é produzido?

O papel do luxo é, evidentemente, essencial na produção e divulgação destes ofícios: luxo dos pobres no caso da cerâmica com brilho metálico ou no dos falsos verdes celedones, luxo caro, por outro lado, nas artes que utilizam matérias-primas raras e preciosas: marfim, ouro e prata de joalheiros e tecelões de brocado, pérolas e corais usados por bordadeiras de tapeçaria, lã marinha do bisso tecida em um tecido de cores mutáveis (que logo foi imitado com corantes mais baratos) e corantes importados de países muito distantes (Brasil da Índia, laca, goma arábica). A busca por produtos menos comuns explica os preços surpreendentes citados pelos autores: 50 mil dinares por um pedaço de brocado da mãe de Harün al-Rashid, 1.000 dinares pelo vestido do mesmo tecido do médico de al-Mamün, 400 dinares pelo manto de o jurisconsulto Abü Hanifa, a quem a polémica opõe o valor mais que modesto de 5 dirhemes das roupas de Ibn Hanbal. A função de reserva explica também a acumulação de produtos artesanais nos armários dos membros da elite, como os 200 pares de calças de seda do jurista Abü Yüsuf e, sobretudo, do príncipe. As colossais colecções dos palácios abássidas não são, segundo os números citados, efectivamente utilizáveis e nem sequer representam uma reserva verdadeiramente valiosa, pois são apenas parcialmente negociáveis: são, na realidade, um simples símbolo.

A reserva califal é renovada graças às oficinas oficiais *de tiráz*. A sua função é fornecer continuamente presentes, especialmente vestidos honorários (*jila!*) que são distribuídos a funcionários e cortesãos e que as embaixadas trazem aos príncipes estrangeiros. Esta organização da produção têxtil do Estado, que conhecemos melhor no Egipto fatímida do

que no império abássida, tem duas vertentes: no palácio do califal e no dos emires das províncias há alfaiates que preparam os vestidos honorários; Noutros centros têxteis que, pela sua especialidade, gozam de particular reputação, existem oficinas descentralizadas ou, melhor, quadros administrativos dirigidos pelo “senhor do *tiráz*”, com capacidade legal para mobilizar os artesãos em troca de uma remuneração justa. A oficina do califal não é uma manufatura, mas uma administração. Em cada centro existe uma residência-armazém que, no caso do *tiraz egípcio*, é um elo simbolizado pelo barco nilótico do “senhor” que recolhe os produtos e procede à verificação do funcionamento da sua máquina administrativa. O estatuto eminente deste alto funcionário é sublinhado pela sua presença nas cerimónias califais, nas quais apresenta os vestidos reservados ao príncipe dos crentes.

Tiraz (uma palavra *persa* que significa "bordado") faz parte dos direitos exclusivos da majestade soberana, assim como a oração e a moeda. Com efeito, nos três casos o nome do príncipe é exaltado: o *tiráz* é uma faixa de tecido onde aparece o seu *aláma*, o seu lema, bordado a ouro ou a cores. Só pode ser usado pelo soberano ou, por ordem expressa sua, por aqueles a quem ele torna objeto de uma graça especial. O seu carácter político é sublinhado pela presença de elogios e bênçãos dinásticas e, por vezes, sob os fatímidas, por expressões retiradas do credo ismá'rli e por inscrições com os nomes dos vizires ou próximos do califa - o seu *mawáli*, o seu clientes - que encomendaram a fabricação de *tiraz*. É uma prerrogativa soberana que está associada ao direito do califal de cobrir a Caaba com um véu de seda tecido pela oficina estatal, à prática de distribuir turbante e vestimenta preta ao pregador oficial encarregado da oração. Não é de estranhar, portanto, que Hárün al-Rashid mencione o *tiraz* no seu testamento juntamente com o imposto predial, os correios ou o Tesouro, entre as engrenagens do Estado e precisamente como expressão da glória do califa. Da mesma forma, o primeiro sinal da revolta de al-Ma'mün será a remoção do nome do seu irmão dos bordados do Khurasan. A começar pelos omíadas, o Egipto parece privilegiado na distribuição geográfica das oficinas: Ajmim, depois Fustát e, mais tarde, Bansha, Dabiq e o *tiraz* de Sa'id, Alto Egipto. As indicações fornecidas pelos fragmentos encontrados em Samarra e no Egipto estabelecem a diferença entre um escritório destinado à produção reservado ao califa, *tiraz al-jássa*, e outro de carácter público, *tiraz al-'ámma*, que, sob al -Amin, está localizado em Fustát, e cujos produtos tiveram uma distribuição mais ampla e foram, sem dúvida, distribuídos a funcionários, servos do califa (principalmente pregadores oficiais) e militares, ou mesmo vendidos. Esta comercialização é ainda hipotética: é excluída em Tinnis em 1047, pelo testemunho de Nasiri Khusráw, mas poderia justificar a grande dispersão dos achados.

As falsas aparências da "decolagem" comercial

Uma tradição confortável afirma ver o império abássida como a idade de ouro do comércio muçulmano. A unificação política de regiões que, até à conquista, estavam separadas por uma fronteira rígida, o desenvolvimento urbano e a irrigação monetária, permitida pelo saque, pelos gastos públicos e pelo ouro do Sudão, fazem-nos imaginar "um caldeirão cronológico e geográfico, um plano de cruzamento, um imenso entroncamento e um encontro fabuloso. A realidade é mais modesta e, sobretudo, cronologicamente ultrapassada: o desenvolvimento comercial está intimamente relacionado com as

disponibilidades e necessidades das classes sociais dominantes. Adapta-se à sociedade califada das grandes capitais e exclui todo o comércio de massa. Este primeiro ponto deve ficar claro: o império califal verá o desaparecimento - que durará doze séculos, exceto em certas regiões - da carruagem (cujo próprio nome, *araba*, é hoje de origem turca) e da roda. Esta carência, num mundo montanhoso e compartimentado, expressa e reforça a ausência de qualquer comércio de produtos pesados, limitando, em particular, o transporte de cereais a unidades geográficas restritas situadas à volta de um rio ou junto ao mar. O Egipto abastece Hidjáz desde que 'Amr reabriu o canal que liga o Nilo ao Mar Vermelho, mas só pode exportar quantidades muito pequenas para a Síria, limitadas às poucas toneladas que uma caravana de camelos pode transportar. La Djazira abastece Bagdá e a Sicília para a Tunísia, mas, no geral, as quantidades transportadas são muito pequenas. O mundo muçulmano constitui uma imensa massa continental e, com excepção do Mar Vermelho e do Golfo, que, por outro lado, se abrem para regiões desérticas, os mares interiores são inutilizáveis para as relações inter-regionais. Apenas o Eufrates assume esta função enquanto a fachada mediterrânica está permanentemente deserta. Quanto ao camelo, pode transportar, dependendo do arreio, entre 70 e 240 quilos e uma caravana composta por impressionantes 500 animais movimentará entre um quarto e metade da carga de um navio de médio porte (250 toneladas).

Por outro lado, a unificação política, embora rápida, permaneceu durante muito tempo incompleta, especialmente na Ásia Central, que, desde a Antiguidade, manteve estreitas relações comerciais com a China. Também não se pode dizer que a unificação política implica necessariamente uma unificação comercial uma vez que os costumes internos permanecem, como o *masin de Djedda*, que tributa mercadorias provenientes do Egipto. Da mesma forma, a cunhagem monetária sempre respeitou as peculiaridades regionais, os monometalismos em prata e ouro. Só muito lentamente haverá uma unificação da circulação, como atestam os tesouros, enquanto permanecerem áreas comerciais muito diferentes que traduzem diferenças importantes de preços: Iraque e Jazira por um lado, Síria e Egipto por outro. A própria abundância de questões monetárias não pode ter impulsionado de forma decisiva a circulação e a produção comercial. A economia do império era perfeitamente rígida, pois não houve revolução técnica - da qual só há indícios na cerâmica e, no final do século ^x, na indústria têxtil de luxo - e só numa fase muito posterior é que constituirão novos mercados. graças à democratização das fábricas de seda, como testemunham os documentos judaicos da Geniza no Egipto. A colocação em circulação de metais preciosos apenas traz consigo um aumento dos preços. Os dados recolhidos com enorme paciência permitem-nos apreciar a sua enorme importância: no século ^{viii} os preços dos cereais e do pão multiplicaram-se por pelo menos quatro. O fenómeno explica-se, em parte, pela redução das áreas cultivadas acompanhada por um provável crescimento populacional, mas o testemunho do próprio Hárün al-Rashid deve ser aceite: um dirhem de al-Mansür valia mais do que um dos dinares que ele moedas 30 anos depois.

Consequentemente, a conquista muçulmana apenas contribui para a unificação da classe mercantil, para a particularização dos tipos de comerciantes e de instituições comerciais, em particular as formas de cooperação descritas pelas obras jurídicas do século ^{viii} em diante. A par do artesão produtor-distribuidor que vende directamente ao cliente, o mundo muçulmano assiste ao desenvolvimento da figura do doleiro, liberto dos limites

institucionais que enquadravam a sua esfera de acção. Há um retrocesso na distribuição estadual (desaparecimento da pinha). A grande propriedade autossuficiente e a autossubsistência camponesa desaparecem diante do mercado livre, estimulado pela tributação. O comerciante também fica livre das obrigações tradicionais: obrigação de aderir a uma associação, direito preferencial e monopolista de compra pelo Estado ou corporação. Por outro lado, continua sujeito à obrigação de residir em fábricas no estrangeiro, é-lhe confiadas missões de espionagem e está ligado ao poder, que o utiliza como banqueiro e cobrador de impostos. Como em todo o mundo antigo, o seu rápido enriquecimento é regulado por grandes confiscos, de modo que o comerciante é submetido a um brutal derramamento de sangue: no ano de 912, uma multa de 100.000 dinares é imposta ao comerciante egípcio Sulayman.

No século ^{viii} surgiu uma hierarquia dentro dos mercadores. Na parte mais baixa da escala está o comerciante itinerante que coleta mercadorias nos centros de produção e as transfere para mercados periódicos. Acima está o "viajante" que vai ver a mercadoria em países distantes levando consigo a correspondente lista de encomendas, um capital em dinheiro ou especiarias que deve comercializar em nome de um grande comerciante do terceiro tipo. Este último, o comerciante "estacionário", o único que tem direito ao respeitoso título de *tádjir*, atua desde os lugares mais importantes, através de encomendas e também com informações que circulam por cartas e graças à cooperação amigável e informal cujo auge é encontrado no mundo da Geniza. Dentro do grupo dos *tádjir*, poucos em número e fabulosamente ricos como o egípcio Sulaymán, circulam produtos preciosos e dinheiro fiduciário bancário, ordens de pagamento sempre ao portador, ordens de pagamento de execução diferida (*suftadjas*), pagáveis à vista pelos *correspondentes do tádjir*. *Suftadjas* e cheques (*sakkas*) circulam amplamente, alcançando as maiores distâncias, mas os empréstimos com juros são raros e limitados a necessidades graves não comerciais. Provavelmente é considerada imoral e só aparecerá nos negócios tardiamente, no século ^{xii}, enquanto a letra de câmbio não é utilizada no mundo muçulmano, que mantém a sua unidade monetária e numismática ideal e só funciona com a sua moeda de conta, a "puro" diñar ou dirhem, com o qual todas as moedas reais estão relacionadas.

As estruturas de cooperação comercial são estabelecidas muito cedo. Nas obras de Málik ibn Anas (m. 795), fundador da escola jurídica Málikí, e do hanafi al-Shaybání (m. 803), autor de um *Livro de Empresas* e de um *Livro de Empréstimo*, emergem as formas que irão ser introduzido ou reinventado na Itália no século ^x. Temos, em primeiro lugar, a "sociedade" (*sharika*) que constitui um capital comum, limitado a uma única operação, a uma mercadoria, a uma soma em dinheiro, ou, pelo contrário, ilimitado e universal que, neste último Neste caso, coincide com a solidariedade de um grupo familiar. O contrato impõe aos parceiros um dever de garantia colectiva, bem como de representação recíproca, que também encontra o seu complemento e raízes numa colaboração amigável, informal e patriarcal. No empréstimo com participação (*qirád, muqárada*), conhecido nos Hidjáz a partir do século ^{vi}, o grande comerciante confia capitais ou bens a um "viajante" que obterá como recompensa uma parte dos lucros (um terço se não for responsável por eventuais perdas), com as quais você será remunerado pelo seu trabalho e pelos riscos pessoais incorridos durante a viagem. O empréstimo de bens, proibido em teoria devido à incerteza que pesa na formação dos preços, é de facto permitido na escola Hanafi. Com efeito, a escola Hanafi tende, no seu conjunto, a respeitar os antigos costumes comerciais e ao

desenvolvimento de formas jurídicas que constituem subterfúgios jurídicos para evitar a proibição de práticas de utilização e que são rejeitadas pelas escolas jurídicas rivais dos Shafi'ites e malikies. .

A classe mercantil, grupo fechado, pequeno em número e cujos membros se conhecem bem, realiza a operação que envolve a pesada tarefa de negociar as mercadorias de seus correspondentes sem solicitar qualquer remuneração, comissão ou benefício, apenas com a segurança de obter , no futuro, uma vingança amigável. Esta tarefa implica o dever de ajudar os “viajantes”, assegurando a expedição, bem como a vigilância e transporte dos produtos e, sobretudo, de manter sempre os amigos distantes informados sobre a movimentação de preços, qualidade e quantidades de mercadorias disponíveis no o mercado e as oportunidades oferecidas pelos navios e caravanas capazes de transportá-los até ao seu destino.

Os manuais de mercadores como o de al-Dimashqi, escritos no século ^{xi} no Médio Fatímida, e as cartas dos mercadores do Cairo concordam na prática constante de busca de informações confiáveis e na rapidez nas operações, sem onde não podem ser obtidos os elevados lucros a que aspiram os comerciantes: entre 25 e 50 por cento do preço de custo, que inclui despesas de aquisição, transporte e vendas. Excluem de sua esfera de atuação e de seus interesses o comércio destinado às massas, criando assim a figura do grande comerciante que só se preocupa com mercadorias preciosas (pedras de alto valor, especiarias raras importadas, tecidos de alto preço) e, principalmente). , as matérias-primas, além do beneficiamento artesanal (ourivesaria, drogaria e farmácia, bordados de tecidos com fios de ouro). Trata-se de um comerciante que conhece bem as técnicas “capitalistas” (empréstimo e empréstimo, empréstimo com participação), e que está fundamentalmente interessado no reinvestimento do seu capital, na sublocação de impostos e nas operações imobiliárias e agrícolas. Constitui-se assim uma aristocracia comercial que não está de forma alguma prisioneira da sua função comercial e está ao serviço do consumo ostentoso, principesco e aristocrático.

O mercado rei

A tributação estatal mantém por toda parte o mercado local, cuja época de ouro foram os séculos ^{vii} e ^{viii} e que se caracterizou, no campo monetário, pela abundância de moeda fracionária, *falsificações* de cobre omíadas e abássidas , especialmente em Basra. É um mercado que surpreende os peregrinos ocidentais: Arculf, que visita Alexandria no ano 670, e Bernardo, o Monge, que vê, diante de Santa Maria Latina de Jerusalém no ano 870, um fórum para vender ali. pagar uma taxa de dois dinares por ano. Na verdade trata-se apenas da entrada do mercado rural na cidade, sob a influência do imposto que exige o pagamento em dinheiro e coloca o produtor rural em posição de fragilidade, pois é obrigado a vender a qualquer preço. Este mercado dinamiza o campo sem criar saídas para as actividades urbanas, uma vez que os agricultores devem preservar os seus lucros e só comprar excepcionalmente, pelo que o comerciante tem poucas oportunidades de entrar nele. O *Mirbad* em Basra, o *Kunása* em Küfa, o mercado de terça-feira em Bagdá, o mercado de quarta-feira em Mosul, o mercado de segunda-feira em Damasco são, em princípio, centros completamente abertos e há total liberdade para se instalar neles. Ali, como na

mesquita, o primeiro a chegar ocupa o melhor lugar. No entanto, o souk fechou gradualmente durante os últimos omíadas: os lugares foram reservados e os vendedores pagaram aluguel ao "senhor do souk". Logo os souks se especializaram e surgiram os *jáns* em que os *junduqs* constituíam pequenas "bolsas", cada uma dedicada a um produto e muito em breve, a partir do século VIII, surgiu um mercado fechado e vigiado para produtos de luxo, a qaysaríyya ou alcaicería (. a "casa de César" do mundo antigo), enquanto o mercado de alimentos, excluído do centro urbano, é descentralizado em *suwayqas* , mercados de bairro.

Embora a topografia da cidade muçulmana exclua uma distribuição hierárquica fixa dos souks, a actividade comercial é especializada ao limite. Tal como os órgãos constituídos pelos ofícios artesanais, os ofícios comerciais, não muito diferentes dos anteriores, caracterizam-se por uma determinação meticulosa e filológica do produto que se comercializa. Em seu livro *The Key to Dreams* , al-Dinawari lista quase 150 atividades comerciais em Bagdá no ano de 1006, enquanto o Geniza cita 90 comércios. O mercado, guardado no período omíada por um *wáli* nas principais cidades (Meca, Medina, Küfa, Basra, Wásit) e posteriormente por um almotacén (*muhtasib*) que fixa os preços, recolhe o dízimo e a renda da praça utilizada, controla pesos e medidas e julga a honestidade das transações realizadas, é um organismo inteiramente monetizado. No entanto, a lei da oferta e da procura não determina o preço das provisões, que, em princípio, é "político" e foi calculado pelo "senhor do souk " com base nas necessidades de uma massa turbulenta. Esta "valorização" dos bens pode assumir precocemente a aparência de uma intervenção da autoridade sob a forma de um celeiro público destinado a regularizar a escassez. A Sicília normanda herdará assim a instituição desta *rahba* no século XII. Por sua vez, o mercado rural obedece a outras regras, uma vez que os vendedores são obrigados a vender produtos volumosos e perecíveis a qualquer preço para obterem os montantes em dinheiro necessários para pagar os impostos. Por fim, o mercado artesanal é evidentemente especulativo, pois visa a qualidade, a originalidade e o acúmulo de trabalho no objeto. O preço não é determinado pela produtividade ou pela lei da oferta e da procura, mas pela moda e pela técnica consumada do fabricante, mais artista do que artesão. A história dos preços limita-se fatalmente, por um lado, à da escassez, numa situação uniformemente favorável ao consumidor urbano, e, por outro, à prodigalidade dos ricos ou ao seu desejo de ostentação.

Rotas distantes para o Oriente e produtos excepcionais

O desenvolvimento dos grandes centros de poder do Iraque e de algumas capitais provinciais reforça um grande comércio que já é antigo e se destina a fornecer bens de consumo a uma elite refinada com enormes recursos financeiros. Além das capitais califais, encontra-se nas grandes cidades do sul do Iraque, Küfa, Basra e Wásit, cujos comerciantes participam, graças ao seu enriquecimento, dos privilégios da elite, no Fustát dos Tülünies, bem como em Rayy, Nishápür e nas grandes cidades da Transoxânia. As rotas comerciais são modeladas de acordo com a demanda dos centros e, em particular, das capitais dos emires. A Síria permaneceu durante muito tempo fora da circulação destes bens. A arqueologia confirma que depois do início da primavera do luxo omíada não há luxo

iraquiano ou iraniano a oeste do Eufrates e que as modas que vêm da China através do Irão, como a faiança coberta com uma camada estanífera ou a cerâmica de reflexos metálicos, não existem.

Um famoso texto de al-Djáriz sobre as importações do Iraque descreve um comércio de produtos caros, cavalos, especiarias, escravos, frutas e produtos cristalizados, roupas, tecidos e armas que se estrutura em torno de três pólos: um consumo militar que concorda com os princípios fundamentais caráter do 'estado abássida (cavalos da China e da Arábia, armaduras afegãs, kazares e iemenitas, arreios chineses, espadas indianas e também francas); um consumo ostentoso de produtos tropicais (especiarias, drogas, marfim, madeiras preciosas e, em particular, teca da Índia), nórdicos (peles da Sibéria através do Khwárizm) ou mesmo exóticos (papel, seda e celedones verdes da China, animais para exposição num zoológico, sentida pelos turcos Dzungarian); finalmente, uma circulação inter-regional de produtos de uso diário que, apesar disso, são luxuosos. São as especialidades artesanais e agrícolas, o papiro egípcio, o açúcar e os doces de Kwárizm e Ahwaz, os produtos têxteis como os tecidos de seda de Ahwaz, o linho egípcio, as tapeçarias e os tecidos de lã da Arménia e Djazira, e as inúmeras variedades de produtos alimentares de qualidade como os cristalizados alcaparras de Büshandj, faisões de Djurdján, trufas de Balkh, ameixas de Rayy, maçãs e marmelos de Isfahan. O produto mais precioso, o escravo, é objeto de grande tráfico. Os escravos são trazidos da Índia (técnicos), os Zandjs (negros) do Sahel da África Oriental, bem como os eslavos e turcos que são trazidos pelos búlgaros e khazares através do Jurassan. Por volta do ano 870, Bernardo, o Monge, deixou Bari, capital de um emirado dedicado ao comércio de escravos, acompanhado por seis navios carregados de cativos lombardos que viviam no sul da Itália. São 9.000 prisioneiros, dos quais 3.000 estão destinados à Tunísia, 3.000 a Trípoli e 3.000 a Alexandria. O comércio do mundo muçulmano surge como a conjugação de múltiplos fluxos de importação que não se preocupam com os equilíbrios económicos e se baseiam no princípio do prazer.

Não surpreende, portanto, que, na história do desenvolvimento do tráfego comercial, as rotas exploradas mais cedo e mais rapidamente sejam precisamente aquelas que levam os produtos mais raros e preciosos aos lugares mais distantes. As escavações em Satingpra, no Istmo Malaio, ponto de passagem necessário entre o Oceano Índico e o Golfo do Sião, mostram a presença, entre os séculos ^{vi} e ^{ix}, de grés da China e celadons verdes T'ang juntamente com vidros de Alexandria . Fontes chinesas mencionam mercadores persas dos anos 671, 717, 748. No ano de 758, a primeira ruptura nas relações entre a China e o Golfo ocorreu quando mercenários muçulmanos queimaram Cantão e a rota da China permaneceria cortada até o ano de 792. Uma vez que as relações foram retomada, a rota seria novamente abandonada após o período 875-878 em que os rebeldes mataram 120 mil mercadores muçulmanos em Cantão. Embora este número seja claramente exagerado, fontes árabes confirmam a importância deste porto - cujo minarete serve de farol -, a precocidade das expedições comerciais (por volta do ano 750, mercadores muçulmanos iam a Cantão comprar aloé) bem como a sua regularidade. . No ano de 851, foi publicado um portulano, a *Relação da Índia e da China* , em nome do comerciante Sulaymán, sendo revisado no ano de 916 pelo comerciante Abü Zayd de Siráf e completado, no ano de 950, pelas *Maravilhas de a Índia* de Buzurg, comerciante do porto de Ram-Ormuz. Este texto descreve o itinerário que vai de Basra aos portos do golfo (Suhár e Masqat, seguido de Siráf e Ormuz) e depois à costa do Malabar, evitando cuidadosamente os piratas da costa do Baluchistão e do Sind, para continuar até ao Ceilão, onde uma colônia muçulmana foi estabelecida desde 700, e para Kalah, na Malásia, onde os árabes fizeram contato com os chineses após os acontecimentos de 875-878. De Kalah, ao longo do Champa, antigo país dos Khmers, os navios muçulmanos chegaram, após três meses de navegação, aos portos de Cantão e Zaytun, na foz do Yangtze. A presença muçulmana consolida-se ao longo desta rota e surgem as colônias de Sind (Daybul e Mansúra), na costa da Índia (antes de 956 al-Mas'üdi visita uma cidade de 10.000 muçulmanos em Saymür), Sumatra e Java. Sulaymán e Abü Zayd especificam que os navios são escassos e que regressam com mercadorias raras e preciosas: aloé, teca, porcelana, cânfora, brasil e estanho da Malásia. Acrescentemos outro testemunho da arqueologia: a presença de porcelana chinesa branca translúcida e verde celadon em Samarra, Rayy, Susa e Nishápür.

A segunda grande "fachada" do comércio do império califal começou a tomar forma a partir da era sassânida, desenvolveu-se com os Táhirís, atingiu o seu apogeu sob os Sámáníes e entrou em declínio abrupto a partir do ano 1000. É a rota das peles, originada da taiga russa, polaca e siberiana, e também da rota dos escravos. O tráfico ocorre a partir dos centros urbanos das cidades turcas do Volga, Bulgár, capital dos búlgaros, localizada perto de Kazan, e da cidade de Burtas, localizada perto de Nijni-Novgorod. As descobertas de moedas islâmicas permitem estabelecer uma cronologia e uma geografia das trocas: um tesouro, encontrado em Novgorod e perfeitamente datado pela dendrocronologia, permite garantir a existência de um curto intervalo entre a data da cunhagem mais recente e a momento em que foi sepultado (não mais de 15 anos). De um conjunto de 66 datas assim estudadas, 2 são do século ^{viii}, 20 do ^{século ix}, 41 do ^{século x} e apenas 3 do século ^{xi}, cronologia que se confirma pela análise dos tesouros que foram encontrados. publicados na íntegra e que revelam uma superioridade ainda maior do Sámání do século ^x. No que diz respeito à distribuição espacial destas moedas, parece ser parcialmente falsificada por uma forte concentração de tesouros na costa do Báltico (em 1910, 11 tesouros foram listados na

"governadoria" de São Petersburgo e 42 na Livónia). Isto geralmente é explicado pela drenagem que os vikings devem ter feito das riquezas acumuladas pelos povos que percorreram a região, seja como despojos de guerra ou como consequência de trocas. Mas um mapa destas descobertas mostra que foram enterradas, principalmente, nos limites meridionais da grande área florestal, nas antigas "governorias" de Kazan (14 tesouros), Viatka (15) e Yaroslav (11). A enorme riqueza escondida na Rússia (vários tesouros ultrapassam os 1.500 dirhems e o de Vladimir atinge o número de 11.077, dos quais 140 são 'Abbasids, 4 Tahirids, 16 Dja'Faris, 2 Sadkhs, 16 Buyis e 10.079 Sámáníes), como bem como na Polónia, na Escandinávia e mesmo na Grã-Bretanha e na Alemanha, equivalem a um total de meia tonelada de prata pura (120.000 dirhems na Rússia e mais de 40.000 na Escandinávia), que só pode constituir uma pequena parte do fluxo de dinheiro islâmico moedas. Tudo isto revela a importância do movimento comercial, bem como o seu carácter puramente importador.

Maiores incertezas no Ocidente

Ao contrário do que acontece nestas "fachadas" activas, o século ^x assistirá ao surgimento de um Sahel africano activo que, na fase anterior, apenas conheceu a animação de algumas fábricas que se localizavam ambas nas costas do Oceano Índico (onde estabelecem colónias em Berbera, Zayla, Sofala e Zanzibar) bem como nos destinos meridionais das rotas saharianas, que foram, talvez, descobertas por Sidi'Uqba a partir do ano 666 e posteriormente exploradas e islamizadas, nos séculos ^x e ^{XI} séculos. pelos berberes Sanhádja. A costa mediterrânica, por outro lado, está esterilizada pela guerra e pelos tumultos. Na verdade, o mar está nas mãos dos piratas "sarracenos", cuja primeira expedição conhecida é a tentativa de invasão das Ilhas Baleares no ano 798. Depois, nos primeiros anos do século ^{IX}, fontes mencionam ataques contra os pequenos ilhas localizadas ao largo da costa da Sicília e do sul da Itália, bem como contra a Sardenha, Córsega e, em 812, Civitavecchia e Nice. Trata-se de frotas importantes e aparentemente bem organizadas, provenientes principalmente das costas levantinas de al-Andalus e, secundariamente, do Magreb ocidental, e que transportam a bordo, principalmente, berberes se tivermos de interpretar rigorosamente o nome de *mauri* com o qual eles são designados por fontes carolíngias. Mas as crônicas árabes que tratam desta época, geralmente baseadas em anais semioficiais, não nos fornecem nenhuma informação sobre essas operações, pois geralmente são empresas privadas cujo ponto de partida está em regiões que, de fato, escapam ao controle dos poderes políticos estabelecidos nas grandes capitais do Islão Ocidental, ou mesmo que estes se encontrem num estado de dissidência aberta. Esta pirataria andaluza desenvolveu-se na segunda metade do século ^{IX}, quando realizou ataques contra a costa da Provença e estabeleceu uma instalação permanente na base do Fraxinetum, que duraria do ano 890 ao 970.

A Itália também está seriamente perturbada pelos sarracenos. Na realidade, as incursões marítimas, como o famoso ataque a Roma no ano de 846, provavelmente obra de piratas andaluzes, têm menos importância do que a acção de bandos de mercenários muçulmanos, ao serviço das pequenas dinastias do sul do península desde antes de meados do século, que rapidamente escaparam a qualquer controlo. Também aqui os muçulmanos

terão estabelecimentos permanentes que, no caso do emirado de Barí (841-871), passarão a assumir a forma de um verdadeiro, embora pequeno, Estado. O objectivo de todas estas agressões sarracenas é, acima de tudo, a captura de escravos pelos quais se consegue um bom preço nos mercados do mundo muçulmano, onde existe uma forte procura. Mercadores do sul da Itália exportavam escravos para Ifriqiya desde o final do século ^{viii}, mas talvez certos aventureiros tenham decidido vir apreender a mercadoria com armas em mãos dada a oferta insuficiente e a esperança de obter maiores lucros. Em vão, no ano de 836, o príncipe de Benevento tentou proibir o comércio dos napolitanos. As expedições contra as ilhas também têm sido justificadas pela vontade de fornecer madeira para a construção naval. Embora as frotas sarracenas não parassem de atacar os navios mercantes quando os encontravam, estes não eram sem dúvida o seu objetivo principal. Não é possível, portanto, como por vezes foi feito, argumentar a partir desta pirataria para postular a existência, neste momento, de um comércio ainda importante no Mediterrâneo Ocidental.

A situação é diferente no Mediterrâneo central, onde a Sicília e as cidades do sul de Itália mantêm relações estreitas com o mundo bizantino, da mesma forma que Ifriqiya está ligada, económica e politicamente, mais directamente ao império 'Abássida do que ao resto do Magreb e al-Andalus. Neste sector, o mar sempre foi atravessado por importantes correntes comerciais e controlado pelas frotas bizantinas, pelo que as potências estabelecidas em Qayrawán são obrigadas a interessar-se por ele. As relações entre as cidades comerciais do antigo ducado de Nápoles (a própria Nápoles, Gaeta e Amalfi) e a costa africana mantiveram-se de forma sustentada mesmo após a conquista muçulmana que, como vimos, provavelmente estimulou certos tráfegos como o tráfico de escravos. Por sua vez, os Aghlabids da Tunísia tentam não perder nenhuma oportunidade de participar em empreendimentos que lhes possam escapar e, por isso, tomam a iniciativa de uma operação de *djihad*, a conquista da Sicília, que se inicia no ano de 827. No entanto, mesmo durante o emirado Aghlabid, os centros urbanos e regiões do interior como Mila, Laribus, Sbiba, Záb, Nafzáwa adquirem tanta importância no equilíbrio geral do país como os centros costeiros da Tunísia ou Sūsa. Cidades marítimas como Gabes ou Trípoli devem o seu peso ao facto de serem palcos ou destinos das caravanas terrestres vindas do Egipto e não ao seu estatuto de portos.

Importantes cidades caravanísticas são também Tahert (fundada em 761) e, sobretudo, Sidjilmása (757), um grande centro comercial localizado na orla do Sahara Ocidental. São etapas das rotas que atravessam o Magreb no sentido leste-oeste e, sobretudo, pontos de partida para um tráfego muito importante com a África negra através do deserto, que consiste na exportação de sal e produtos manufaturados e na importação de escravos e, acima de tudo, ouro. Este comércio desenvolve outras cidades do sul de Marrocos como Agmát ou Tamdult, esta última cidade fundada por um emir Idrisid no século ^{ix}. Também ajuda a explicar a importância das cidades localizadas na orla do deserto, durante o emirado Aghlabid, ou seja, Tozeur no Qastiliya e Tubna no Záb. Mas sabemos muito pouco sobre a cronologia do desenvolvimento deste comércio, controlado inteiramente pelos berberes Kharidji do emirado de Tahert. Parece, em particular, que o papel de Sidjilmása não foi predominante até ao século ^x, quando os Fatimidas estenderam o seu controlo a todo o Magreb e reduziram Tahert, até então um dos principais pólos deste tráfego, ao papel de uma simples escala na rota leste-oeste. Outro setor animado por trocas

comerciais que não conhecemos bem é a fronteira entre o Império Carolíngio e os Estados que surgiram do seu desmembramento. As cidades da Alta Marcha (Saragoça, Huesca e Lérida) passam por elas mercadores judeus, e provavelmente também moçárabes, que se dirigem aos países dos francos por um lado através de Barcelona e, por outro, através de Pamplona e do Pirenéus ocidentais, para regressar com escravos brancos (*saqáliba*), peles e, talvez, armas.

Mas os comerciantes estrangeiros penetram amplamente no Islão

As “fachadas” do império, embora manifestem o espírito de iniciativa dos mercadores muçulmanos e a audácia dos marinheiros, não revelam de forma alguma a superioridade comercial do mundo islâmico. Limitam-se a pôr em contacto círculos de comerciantes que procuram os produtos exigidos pelo consumo aristocrático com outros círculos de comerciantes capazes de tomar iniciativas. Se os muçulmanos penetrarem amplamente na Índia, na Insulíndia, na Indochina e na China e se explorarem faixas de África e da Sibéria para comprar, estarão praticamente ausentes do Império Bizantino, que agrupa os poucos visitantes em fábricas sujeitas a uma vigilância rigorosa, e ignora totalmente o Ocidente. Europa. Pelo contrário, a preocupação sentida pelas capitais califais em obter abastecimentos encoraja o império muçulmano a abrir as suas fronteiras aos comerciantes estrangeiros, pertencentes a grupos marginais de sociedades menos desenvolvidas e menos urbanizadas e a grupos móveis cuja actividade não serve de forma alguma a interesses políticos dos grandes estados inimigos, Bizâncio e os Khazars. Estes mercadores movem-se no mundo do Islão sob a vigilância da “contra-espionagem” dos “senhores” do correio (*baria*).

Será precisamente um agente dos correios, Ibn Jurdádhbih (no ano de 870 era responsável pelo escritório central), quem nos deixou uma descrição precisa das rotas utilizadas por dois destes grupos. Embora os itinerários sejam, em alguns pontos, implausíveis e incertos, o valor deste testemunho como um todo é inquestionável. Ele assegura que, sem dúvida, por volta do ano 840 (Ibn Jurdádhbih começa a escrever em 844), um grupo penetrou no mundo do Islão, enquanto outro foi autorizado a atravessá-lo no seu istmo central para chegar ao Oceano Índico. O primeiro movimento leva, com efeito, os mercadores russos, de raça eslava, das “regiões mais remotas” (precisamente as dos caçadores da taiga e da tundra) em direcção ao Mar Cáspio através do Don, do Volga e da capital de os khazares. Atravessam o Cáspio e desembarcam na costa de Djurdján de onde se dirigem, em caravana, para Bagdá e ali alguns eunucos eslavos servem de intérpretes. Outros mercadores vão para Bizâncio através do Dnieper e do Mar Negro. Todos vendem peles, escravos (palavra que deriva etimologicamente do eslavo) e armas francas (espadas feitas com técnicas superiores), além de serviços próprios. Estes russos estão evidentemente apenas a prolongar o extenso movimento dos varangianos para leste. Estes são, sem dúvida, eslavos liderados por escandinavos e Ibn Jurdádhbih especifica que são cristãos. Noutras circunstâncias o itinerário deixará de ser comercial e passará a ser uma rota de invasão: entre os anos 864 e 884, e mais tarde no ano 909, em 913, em 943, em 969, e em 1030-1032 os russos cruzaram o Cáucaso. ou cruzarão o Cáspio para atacar o Tabaristão e Adharbaydján, ocupando eventualmente a capital deste último. Como pode ser

visto, o comércio é inseparável da pilhagem. Vê-se que os povos turcos do Volga, os khazares e os búlgaros (estes últimos cunharam, porém, moedas bastante abundantes que imitavam as muçulmanas) não desempenharam o papel de intermediários que a geografia lhes parecia reservar. Este grande movimento de homens na companhia das suas mercadorias atesta a irregularidade das transações e o seu carácter rudimentar, o que está de acordo, em última análise, com os elevados preços pagos.

O movimento dos judeus "radhání" constitui um tema mais importante e é muito mais discutido pelos historiadores, que passaram a negar a própria autenticidade do texto, tornando-se o núcleo central de um debate. Há muito que se desejava ver na história de Ibn Jurdádhbih uma prova da especialização comercial da comunidade judaica e, mais recentemente, da sua supremacia em rotas abertas a todos. Ambas as posições devem ser descartadas e, embora se deva admitir que certos detalhes do itinerário indicado por Ibn Jurdádhbih provêm da "contaminação" com outras rotas, no geral deve-se admitir que revela um episódio breve mas significativo. Esses mercadores judeus políglotas (falavam persa, grego, árabe e as línguas francas, espanhol e eslavo) trazem do Ocidente eunucos, escravos, meninos, seda, peles e espadas. Embarcam no país dos francos, no mar ocidental (Narbonne está portanto excluída e deve ser um dos portos oceânicos do império carolíngio), atravessam o istmo de Suez entre Faráma (a eclusa) e Qulzum (Suez), chegam aos portos da Península Arábica, al-Djark e Djidda e, finalmente, à Índia e à China. O regresso, neste primeiro roteiro, é feito seguindo o mesmo caminho, munido de especiarias e plantas aromáticas. Uma variante passa por Antioquia e chega ao Eufrates, Bagdá e ao porto de Uballa para desembocar nas mesmas regiões do Extremo Oriente. Uma terceira rota parte de al-Andalus e do país dos francos e passa por Tânger, Sus, Ifríqiya, Egito e Síria. Finalmente, a quarta rota, avança "atrás de Bizâncio" e através do país dos eslavos, chega à capital dos khazares e entra no mundo islâmico através do Djurdján. Através de Balkh e Fargána chega à China.

É provável que Ibn Jurdádhbih tenha unido, na sua descrição das rotas Rádhání, vários segmentos de itinerários que eram originalmente independentes. A passagem por Marrocos e pela Tunísia parece, de uma forma particular, ter sido acrescentada para completar e não se relaciona com o todo. Muitos outros elementos, contudo, concordam perfeitamente com a informação que documentámos através de outras fontes. Por volta do ano 825, Luís, o Piedoso, concedeu privilégios comerciais a mercadores judeus chamados Donato, Samuel, Abraão de Saragoça, David e José de Lyon e, paralelamente, segundo Ibn Jurdádhbih, os Rádháníes retornaram "ao rei dos francos". O facto de Alexandria não ser mencionada no itinerário corresponde à fase em que este porto foi relegado por ser sede de uma república de corsários. A passagem de uma rota "atrás de Bizâncio" é confirmada pela existência de uma série de tesouros - a maioria um pouco mais tarde, do século x, contendo moedas sámanís e búlgaras - na Galiza e na Boémia. No ano de 973, o andaluz al-Turtüshi encontrou, em Mainz, especiarias indianas e dirhemes Sámání datados do período 913-915, o que constitui um bom indício da existência desta rota. Ainda há dúvidas sobre a abertura precoce do Mar Vermelho e, em particular, sobre se era acessível a grupos minoritários como os judeus: observemos simplesmente que no ano 950 Buzurg encontrou um comerciante judeu no Oceano Índico, um dhimmí, que desfrutou da "paz calipal" muito antes dos mercadores de Geniza. Pode-se, portanto, considerar que os itinerários são

credíveis e a lista de produtos mencionada pode ser aceite. Resta apenas identificar quem são os rádhánís.

Neles queriam ver judeus do mundo muçulmano já que Rádhán é o nome de um distrito do Sawád, localizado a leste do Tigre. Esta etimologia é decisiva e deve ser descartada aquela que recorreu ao persa Rahdar ("aquele que conhece os caminhos") ou aquela que, de forma fantástica, tenta relacionar os Rádhánís com o *Rhodanus* ou *Rhône*. Mas o texto atesta explicitamente o carácter europeu destes mercadores judeus que aparecem como "os judeus do rei". Contudo, se aceitarmos que este comércio aventureiro e marginal tem um carácter particular e que estabelece uma relação aleatória e ousada (embora seja realizado com regularidade suficiente para que o agente dos correios lhe chame a atenção dos secretários do monarca), pode ser É concebível que um nome de origem iraquiana, com o qual se designa uma família ou uma pequena comunidade, tenha sido preservado por um grupo de imigrantes ou incluído pela conquista no Império Franco. Este grupo conseguiu preservar o uso do árabe e do persa (um sinal revelador da plausibilidade da hipótese) e aproveitar a sua natureza de dobradiça ou ponte e a indefinição do seu estatuto jurídico para lançar operações comerciais sem precedentes do ponto de vista comercial, mas que, sem dúvida e como vimos, eram bastante normais para os mercadores de Dar al-Islám. Pode-se pensar obviamente nos judeus de Narbonne, reconquistados por Carlos Magno, cujo prestígio permaneceu muito elevado nos séculos seguintes, mas nada o confirma e as relações dos Rádhánís com Espanha podem ser explicadas pelo itinerário oceânico, mencionado por Ibn Jurdádhbih, que Ele estava passando por Gibraltar. Mas, no seu conjunto, a *Rádhániyya*, que não teve sucessores, corresponde à expansão do império carolíngio. Foi extinta pela crise — invasões normandas e retomada da ofensiva muçulmana em direção à Provença — mas anunciou em grande parte as características do grande comércio do século ^{xii}. O papel das minorias e do Mar Vermelho e o desenvolvimento das rotas Sámaní para a Índia.

Desenvolvimento de um modelo de empresa

O mundo 'Abbasid aparece-nos como o herdeiro direto do Umayyad Dar al-Islám. A estrutura do mundo antigo continua de pé, o capital absorve a disponibilidade monetária proporcionada por um aparelho fiscal eficaz, o poder permanece indiscutível, tanto o do Estado como o da sua classe administrativa, principal beneficiária da redistribuição social do imposto, mas também capaz de aspirar, como que por capilaridade, à fortuna e ao prestígio das antigas aristocracias transmitidos por herança familiar ou decorrentes da guerra. Uma lista fechada e hierárquica, bem delimitada pela memória dos curadores das famílias privilegiadas, mas dotada de uma abertura que permite a promoção dos escravos através do parentesco adotivo. As lutas faccionais dentro dos estratos mais abertos e mais mutáveis desta classe privilegiada expressam as tensões para alcançar o poder, isto é, a fortuna. A deslocação do exército árabe e da sua aristocracia de grandes linhagens permite que advogados e oficiais compitam entre si. Estes dois grupos são constituídos, por um lado, por técnicos da beleza da linguagem e da caligrafia e por ilustres administradores fiscais e, por outro, por profissionais ambiciosos nascidos nas camadas sociais mais modestas, mais remotas, e nos mais miseráveis lugares: estes são, em última análise, os

escravos turcos e khazares. A competição e os conflitos, no entanto, não se opõem a grupos sociais, mas sim a facções, que são alianças móveis e momentâneas.

O povo muçulmano, agora solidamente constituído graças à conversão e aculturação massiva das minorias, unificado pela circulação da educação e pela sua normalização, parece excluído da vida política, dominado também pela autocracia califal e pelo poder real das camarilhas. como poder econômico. Pode-se imaginar uma vida social duramente submetida à pirâmide de clientelas, agrupadas em torno das grandes fortunas da administração e do círculo de comerciantes que abastece a *jás*sa, a elite. Tudo testemunha esta hegemonia que aparece traduzida em imagens arqueológicas e urbanas. No entanto, uma realidade social, uma consciência colectiva, um “Islão horizontal” subsiste e ressurgue, afundando as suas raízes no modelo que emergiu da Hégira. A *jás*sa, excessivamente móvel e deslocada pelos confiscos, não consegue encontrar nada verdadeiramente estável. A verdadeira fonte de toda estabilidade continua a ser o conhecimento e a normalização do ensino multiplica candidatos e possibilidades e desestabiliza as facções cuja posição parece definitivamente adquirida. As classes populares, cuja filosofia está bem adaptada a esta vingança, opõem esta mobilidade com as virtudes da estabilidade e da humildade. Suas esperanças se voltam para a controvérsia religiosa, o milenarismo e o carinho que sentem pelos nobres descendentes de 'Alí que sofrem na semi-clandestina e que estudam as "ciências religiosas".

Desta forma a figura do “médico” ganha peso e apoio das massas. Ele não aparece apenas como o líder do partido, sábio, um bom filósofo e disposto a levantar rapidamente a bandeira da revolta e da pureza. É também, e cada vez mais, um professor cujas raízes nas massas se estabelecem graças ao contacto diário, na mesquita ou em casa, com os filhos das pessoas cuja pobreza e dependência partilha num grande número de casos. Os *ám*ma, as pessoas humildes que vivem sem dúvida aglomeradas e unidas em torno dos poderosos do momento, protegidos e explorados ao mesmo tempo, encontram, no entanto, na economia monetária, no mercado, a possibilidade de se desapegarem e adquirirem uma independência moral. isso contrasta com a estrutura hierárquica das tribos da primeira geração de cidades islâmicas. Ao ganharem pouco, não descobrem garantias ideológicas nem fidelidades emocionais no vínculo que os une aos poderosos. Podem, portanto, deslizar para outros senhores e, sobretudo, redescobrem a sua liberdade na sua adesão, a princípio tumultuada e, depois, secreta, às esperanças revolucionárias. O milenarismo não tem missão social atribuída se não for a inversão de papéis e a escravidão dos senhores como consequência distante do retorno ao modelo igualitário que emergiu da hégira. Realmente, não há como fugir de um duplo modelo: um realista, em que só o poder traz riqueza e em que o conhecimento é uma introdução ao exercício do poder, e um segundo, ideal, em que o poder é um serviço isso só é justificado pelo conhecimento. A visão, o julgamento e a avaliação dos critérios constituem, em ambos os casos, privilégio dos médicos.

Capítulo 7

RUMO A UM NOVO BIZÂNCIO?

(meados do século VII - meados do século IX)

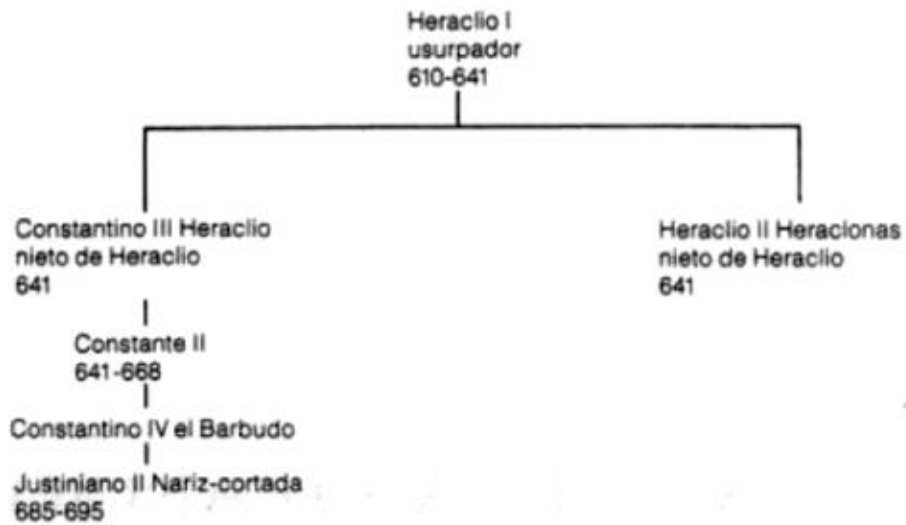
Os Heráclidas ocuparam o trono em linha direta entre 610 e 711, com alguns incidentes. Sua sequência requer duas observações. Em primeiro lugar, é afirmado em linha direta; É apoiada pela instituição dos co-imperadores, associados pelo soberano reinante ao seu poder, mas detém vigorosamente as pretensões dos irmãos. Posteriormente, a inabilitação dos candidatos derrotados obedece, desde então, a um “código” de mutilações corporais que penetra na prática judicial no século VII e mesmo no governo de Justiniano, antes de ser ratificado pela legislação de Leão II e de seu filho em 726. . Código, uma vez que a mutilação é percebida numa relação simbólica com o caso. A do nariz está carregada de um significado sexual que explica a sua aplicação aos adúlteros de ambos os sexos pela legislação de 726, e significa, conseqüentemente, uma privação de poder, cuja expressão é o poder soberano; daí a sua utilização, de forma alguma despropositada, para desqualificar os concorrentes imperiais ao longo do século VII.

A MUTILAÇÃO

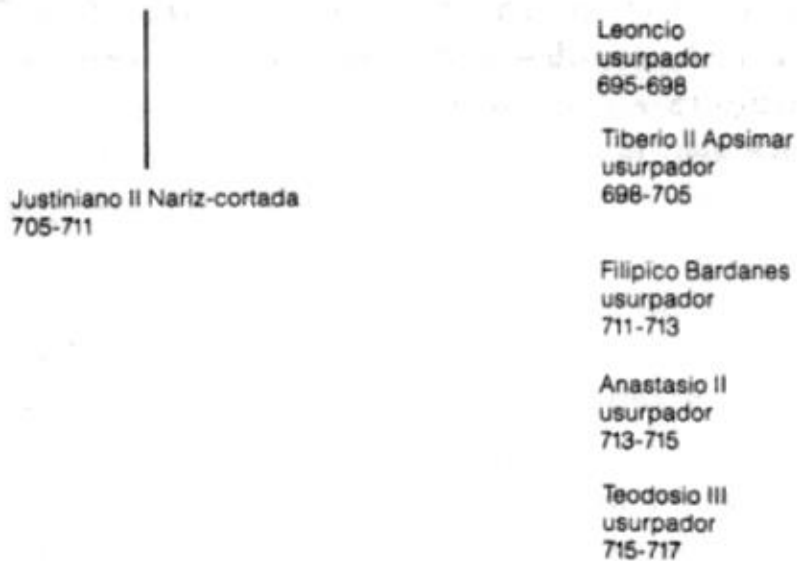
Heráclio, casado no seu advento, viúvo em 612, associa seu filho Heráclio, "o novo Constantino", ao seu reinado já em 613. Em 614, celebrou nova união com sua sobrinha, Martina, de quem teria nove filhos. Com este casamento seguiu-se sem dúvida um costume provincial, atestado pelas condenações da Igreja e do direito imperial nos séculos V e VI. Da mesma forma, a transmissão do nome de pai para filho, e não do nome do avô ou do tio, parece indicar uma família fora da cultura dominante, talvez uma família arménia, como escreve um historiador arménio da época. De qualquer forma, o casamento provoca a desaprovação pública e, após a morte de Heráclio e do seu filho e sucessor em 641, Martina e o seu filho Heraclonas são violentamente afastados do poder. O trono passa para o filho de Heráclio, o Jovem, Constanto II, o Barbudo (641-668), depois para o filho de Constantino II, Constantino IV (668-685), co-imperador de 654 e posteriormente, a partir de 659, co-

imperador com o seu. irmãos mais novos, Heráclio e Tibério. Eles compartilharam o trono com ele até 681, ano em que ele os retirou do poder e teve seus narizes cortados. Seu filho Justiniano II reinou de 685 a 695. Deposto e mutilado da mesma forma, daí o apelido de Cut-Nose, ele voltou ao trono em 705, com a ajuda do cã dos búlgaros, até 711. Em Durante o No intervalo, um general isauriano, Leôncio (695-698), marca o retorno ao cenário da província bélica, com a ajuda da facção Azul. A guerra no mar contra os árabes provoca uma revolta que, com a colaboração da facção Verde, substitui Leôncio por um comandante de frota, Apsimar, imperador com o nome de Tibério II (698-705). Árabes, Búlgaros, estes nomes indicam claramente que as peças colocadas no tabuleiro já não são as do início do século ^{vii}, às quais devemos agora regressar.

DINASTÍA HERÁCLIDA
610-711



Período de disturbios



Esta longa sucessão de pai para filho, principal diferença com o século ^{vi}, e principal semelhança com o que se seguiria, conta, com efeito, menos do que as mudanças territoriais que modificam para sempre o quadro histórico de Bizâncio, e as mudanças estruturais que, ao mesmo tempo, acabam por separar o futuro do passado. Porém, o século ^{vii}, claro, vem do ^{vi}. Este último já se distinguia por uma série de agressões militares. Mas, sob o impulso da onda eslava, ao norte, em busca de seu assentamento, e dos cavaleiros turcos em busca de saque, sob a reconquista justiniana, a oeste, sob a rivalidade dos impérios bizantino e persa no leste, está a emergir. A partir de então, um valor social e cultural igual da guerra estava em todo o lado. Valor que dá, num certo sentido, a chave para um século ^{vii} com campanhas anuais de primavera, e que reúne numa mesma civilização Bizâncio, o seu agressor balcânico, que se estrutura, e o seu antagonista persa logo substituído pelo Islão.

Persas, Árabes e Eslavos: o assalto

Três frentes territoriais, étnicas ou, para dizer a verdade, nacionais, militares, numa palavra, constituem a história de Bizâncio nesta época, muitas vezes de forma combinada: o Oriente, do Cáucaso ao Egito; os países situados na margem direita do Danúbio, a Macedónia, a Trácia, a Grécia peninsular e as ilhas e, por fim, o que resta da reconquista, ou seja, apenas os territórios italianos e a Sicília.

A pressão persa continuou, como vimos, sob o reinado de Justino II. Os persas tomaram a Capadócia e a Arménia em 612, Damasco em 613 e Jerusalém em 614. Este último acontecimento tem grande ressonância, visto que os vencedores levam a relíquia da Verdadeira Cruz; Jerusalém é uma cidade onde a escatologia e os símbolos assumem maior importância do que a história, tanto para os judeus como para os cristãos da época. Os últimos conflitos que dilaceram a cidade ainda bizantina, as reações opostas das diferentes confissões no momento da sua queda, refletem-se nas histórias que se colocam nesta perspectiva. Em 615, os persas chegaram à Calcedónia e, em 619, conquistaram o Egito, onde o terreno foi preparado como na Palestina. Por outro lado, no norte, os eslavos travaram combates com resultado positivo em 617, a oeste da Ilíria, na Trácia, nas ilhas e na Ásia. Eles sitiaram Salónica. Em 619, uniram forças com as dos ávaros, ainda enfrentando Salónica, e enfrentando Constantinopla. A capital do Império, Nova Roma, está carregada de um valor comparável ao de Jerusalém, e até, na realidade, mais imediato e maior. Este facto será melhor apreciado aquando de um segundo cerco, alguns anos mais tarde.

Várias medidas traduzem o esforço de guerra de Bizâncio nestes primeiros anos de Heráclio. Em 615, começou a ser cunhada uma peça de prata, o *miliarision* ou hexagrama, uma inovação num sistema monetário que, comparado com a prata persa, havia demonstrado no século ^{vi} a sua preferência absoluta pelo ouro. Mas esta moeda não sobreviveu aos Heráclidas. Em 615 foi aumentado o preço especial do pão dado aos *scholes*, a força armada do palácio; Em 618, o antigo privilégio do pão, ligado à domiciliação na capital, foi abolida, uma vez que o seu fornecimento de trigo estava agora comprometido pelo avanço persa. Por outro lado, o tesouro da Igreja de Constantinopla é entregue ao imperador pelo Patriarca Sérgio e convertido em moeda. E em 622, sem dúvida fortalecido

por esta contribuição em metais preciosos, Bizâncio partiu para a ofensiva. Heráclio ataca a Pérsia lançando campanhas de primavera, num movimento que atravessa a Arménia e é apoiado pelas cidades cristãs do Cáucaso. Em 628, as forças da Romanidade tomam a residência real persa de Dastagerdo, cujo fabuloso tesouro é saqueado: Teófanês, que compôs a sua crónica no início do século ^{ix}, recorda as suas riquezas: especiarias, sedas e tapeçarias, bem como ouro e prata. Neste mesmo ano, o rei da Pérsia é deposto com a cumplicidade de seu filho Shiraw, que o sucede e pede a paz. O Império retoma a Mesopotâmia romana, a Síria, a Palestina e o Egito, e Heráclio entra em Constantinopla em 629, carregado de butim. A relíquia da Cruz é devolvida a Jerusalém em 630. O Império Persa parece desde então derrotado pelo seu adversário secular. O Império dos Romanos triunfa, e o seu soberano pela primeira vez adota oficialmente o título de *basileus*, que a prática bizantina há muito havia assumido, mas que em princípio correspondia ao rei da Pérsia. Consumiu-se assim uma evolução secular que, em primeiro lugar, revestiu o poder pessoal do imperador com símbolos cósmicos retirados da iconografia e do cerimonial do modelo iraniano, e que realçou, finalmente, o seu próprio título.

Mas apenas quatro anos após a conclusão deste conflito, o Islão lança o ataque. A derrota bizantina do rio Yarmük, em 636, e a tomada de Cesaréia da Capadócia em 640, são os acontecimentos que enquadram a conquista da Síria. A captura de Dwin em 642 constitui uma ponte arménia para os árabes. Jerusalém cai em 638, enquanto a Palestina resiste por muito mais tempo. Finalmente, a conquista do Egito, iniciada em 638, terminou com a tomada de Alexandria, símbolo do Helenismo e do Império, em 642. O califado desempenhou, a partir de então, até ao século ^x, o antigo papel da Pérsia contra Bizâncio, adversário militar, interlocutor político e cultural e vizinho territorial, mas de forma inédita, uma vez que as suas vitórias marítimas se somaram, a partir de Constante II, à conquista terrestre. Dito isto, a história das relações entre as duas potências ao longo deste período não deve ser expressa em termos de fronteira: pelo contrário, não poderia ser compreendida sem ter em conta a faixa que continua a abranger desde o Tauro até à Arménia, passando por Mesopotâmia, e que, definida por personalidades ao mesmo tempo linguísticas e confessionais, será o árbitro e a razão, ao mesmo tempo, de conflitos futuros.

Em primeiro lugar, os eslavos e os ávaros continuam a avançar a partir dos Balcãs. A coleção dos *Milagres de São Demétrio*, protetor de Tessalônica, narra um cerco à cidade, que deve ser colocado entre 610 e 626, em consequência do qual aqueles que os bizantinos chamam nesta época de "esclavenos", alcançaram pela primeira vez navegam pelo mar em seus característicos barcos, feitos de tronco oco de árvore (*monoxylas*). Em 626, os ávaros e os esclavenos sitiavam juntos a capital, mas são repelidos. Mais tarde veremos o impacto religioso decisivo deste acontecimento em Bizâncio. Salientamos aqui que sela o declínio do poder avaro nesta parte da Ilíria, mas por outro lado não impede o influxo pacífico de eslavos, que se acredita terem sido agrupados na época em formações tribais. Eles se instalam especialmente nos campos ao redor de Salónica.

Finalmente, no Ocidente, a reconquista justiniana revelou a sua profunda fragilidade. Quase todo o seu território hispânico foi abandonado entre 616 e 631. Mas, sobretudo, já emergia o problema italiano dos séculos ^{vii} e ^{viii}, o de um centro político e histórico convertido em periférico pela fundação de Constantinopla. Um problema latente até ao final do reinado de Justiniano e evidente desde a invasão lombarda e o pontificado de Gregório Magno. O exarcado de Ravena não pode fornecer a Bizâncio a solução que se

encontra cada vez mais em Roma, nas mãos do Papa. Em 616, um certo Juan de Conza revoltou-se na Campânia e reivindicou o poder, enquanto em Ravenna o exarca Juan foi assassinado juntamente com alguns outros, talvez devido a um atraso no pagamento dos salários às tropas recrutadas desde então na praça. Eleutério, encarregado por Heráclio de restaurar a ordem, por sua vez se proclama imperador, e o arcebispo de Ravenna o envia ao papa para sua coroação. Ele é assassinado no caminho, mas o assunto tem valor premonitório.

A leitura guerreira da cronologia de Heráclio é apenas a primeira. A guerra não acontece sem ideologia. Aquela que Heráclio comanda pessoalmente é concebida como uma guerra santa. Tal é a versão dada pela época da identificação entre Romanidade e Cristianismo, em vigor desde Constantino. O seu ponto de referência é o regresso da Cruz a Jerusalém, que diz directamente respeito a Heráclio, cujo filho e sucessor, aliás, é chamado o “novo Constantino”. O ideal da guerra santa está expresso na obra do poeta oficial Jorge da Pisídia, e o discurso colocado por Teófanos na boca de Heráclio, no início do século ^{ix}, mostra que neste papel ficou registado na consciência histórica de Bizâncio. A tarefa do patriarca é então delineada na mesma perspectiva, quando a Igreja entrega o seu tesouro, quando o Patriarca Sérgio partilha a delegação da autoridade imperial na capital enquanto o imperador está em campanha e, sobretudo, a partir do episódio decisivo de 626. Este ano, Constantinopla sofre um cerco concertado por persas e ávaros. O imperador está longe. Sérgio faz caminhar pelas paredes as imagens de Cristo e de sua mãe, pelas quais a devoção vem crescendo há várias décadas. Nesse momento, os contemporâneos dizem que se vê a silhueta de uma mulher movendo-se nessas mesmas paredes e atirando dardos nos agressores. Nesse dia, Constantinopla estabeleceu um vínculo definitivo com o seu protetor, cujo vestido, retirado da igreja de Blaqueria devido à ameaça gananciosa e colocado em Hagia Sophia até 619/620, já era objeto de culto. A partir do cerco de 626, foi cantada em sua homenagem a versão definitiva do hino “[o que deve ser ouvido] sem sentar” (*akathistos*), sempre presente na liturgia grega. Nada ilustra melhor o viés futuro do cristianismo bizantino do que todo este episódio, que se tornou um dos seus pontos de referência. Por outro lado, Justiniano II colocou nas moedas a imagem de Cristo, em vez da cruz, substituída, apenas por mandato de Tibério II, pela antiga imagem da Vitória. A sequência é significativa.

A unidade da Romanidade manifesta-se, portanto, como a de uma confissão. Heráclio, que proíbe o acesso dos judeus à Jerusalém reconquistada, decreta a sua conversão obrigatória no Império, o que nenhum dos seus antecessores se atreveu a fazer: o argumento da Antiguidade que tinha protegido o Judaísmo com eficácia duvidosa revela-se assim ultrapassado. novo sistema de valores. Por outro lado, os triunfos dos persas e depois dos árabes no Oriente devem ser colocados ao mesmo nível das discrepâncias provinciais que surgem a partir dos séculos ^v e ^{vi}. Heráclio sabe disso. Em 616, o Patriarca Sérgio começou a desenvolver, em homenagem aos Monofisitas, uma fórmula de conciliação sobre a “energia única” que mantinha as duas naturezas unidas na pessoa de Cristo. Depois de alguns sucessos com o clero da Arménia e de Antioquia, e da atenção condescendente do Papa Honório, o poder central colide com a intransigência calcedónia do novo patriarca de Jerusalém (634), Sofrónio, e com a dos monofisitas mais radicais de Alexandria, então duramente reprimidos pelo seu próprio patriarca, Ciro. Um novo documento, a *Ekthesis*, sobre a “vontade única” de Cristo (*monotelismo*), publicado em

638 e aprovado por uma reunião do concílio na capital, é aceito em Alexandria e, em vez disso, rejeitado pelo Papa Severino, e condenado em um sínodo. por seu sucessor João IV. A doutrina do imperador e dos seus associados, comparada com a do papa, é também um anúncio do que está por vir, enquanto o Oriente Monofisista passa durante séculos ao estatuto de minoria reconhecida por uma potência islâmica. No entanto, o Helenismo Ortodoxo não desaparece tão rapidamente. Na Palestina, e para não falar de Jerusalém, muitos mosteiros declinam gradualmente até ao século IX, enquanto outros, como São Sabas, no deserto de Judá, permanecem - e continuam até hoje -, como Santa Catarina no Monte Sinai. No século VII, a Península do Sinai era precisamente objeto de uma figuração meio real, meio fantástica que vinha das histórias do monge grego Anastácio, povoado por demônios e “sarracenos” errantes. Este mesmo autor também escreve um *Guia (Hodegos)* para a controvérsia calcedoniana contra os monofisitas.

Renúncia e equilíbrio no Oriente

Sob o governo dos sucessores de Heráclio, o desenvolvimento do novo mundo continua. O Islão continua a colher triunfos contribuídos por disputas anteriores com o poder central de Bizâncio e pelas particularidades da periferia. Assim, os árabes progredem do Egito através da Cirenaica e da Tripolitânia, e chegam à África bizantina em 647, enquanto em 642 a dissidência de um chefe armênio lhes abre o país, que é completamente conquistado em 654. Eles instalam em Dwin uma administração muçulmana; Na verdade, a dominação árabe limita-se a exigências fiscais e militares que deixam intacta, em virtude de um tratado assinado em 653, esta sociedade guerreira, aristocrática e cristã. Mas acima de tudo, a guerra muçulmana é agora levada para o mar, graças aos portos, à madeira para construir navios e aos homens das costas conquistadas a Bizâncio, fundamentalmente à Síria: a primeira frota árabe é construída em Trípoli, na Síria, em 645. Rodas é perdida em 654. Chipre continua a ser motivo de rivalidades. Em 659, as dificuldades internas do califado levaram à assinatura de um tratado de paz, que impôs até um tributo em salários em ouro. As hostilidades continuam então, por um lado em África, e por outro, e sobretudo, no mar. Sob o reinado de Constantino IV, a frota árabe, já familiar no Egeu, lançou um ataque a Constantinopla. Penetrou no Helesponto em 673 e, a partir de Cyzica, bloqueou anualmente a capital durante a temporada de navegação (abril-setembro), retirando-se finalmente em 677. Outros reveses forçaram o califado a negociar. A resposta bizantina deveu parte da sua eficácia ao uso contra os navios árabes do que os cruzados chamavam de "fogo grego", uma mistura inflamável e combustível até em água, composta de nafta, enxofre e piche, que era lançada através de tubos.

A luta no mar, e a constituição dos árabes como potência marítima, estimularam a profunda reorganização do sistema fiscal e administrativo de Bizâncio com base na guerra, mas falaremos disso mais tarde. Ao restaurar a paz em 688, Justiniano II concordou em deslocar os mardaítas para o interior, um povo montanhoso e guerreiro que se situava no maciço de Amano entre Bizâncio e o território conquistado pelos árabes, protegendo os primeiros das suas incursões nos últimos. Também deixa a Ásia Menor mais exposta, enquanto os mardaítas, transplantados para a Panfília, de onde emigrariam mais tarde para a Grécia, fornecem homens para as forças marítimas do Império.

Nos Balcãs, os assentamentos eslavos são agora suficientemente grandes para serem reconhecidos como verdadeiros enclaves, os *sklaviniai* dos textos bizantinos, na Moésia (margem direita do Danúbio) e, sobretudo, na Macedónia. Desde o século ^{xix}, os limites da eslavização têm sido discutidos apaixonadamente na Grécia, por razões de consciência nacional. A tese grega reconhece uma densa eslavização em torno de Tessalónica, uma cidade que tem uma função de fechadura e um posto avançado no oeste do Peloponeso; mas, pelo contrário, refuta a ideia de uma penetração duradoura na Grécia central e no Peloponeso oriental, bem como em toda a Trácia. Este último território está, por seu lado, sujeito a transferências populacionais que são um instrumento comum do poder bizantino, como se viu em relação à última parte do século ^{vi}. Na verdade, devemos distinguir entre população e cultura, uma vez que o verdadeiro problema é a aculturação dos eslavos. A arqueologia e a toponímia, aqui essenciais, dificilmente permitem, por enquanto, uma cronologia exacta. Os textos mencionam conflitos importantes, é evidente: ataques que se estendem ao Épiro e Taygetus, à pirataria, aos desembarques nas ilhas do arquipélago e, sobretudo, à série de ataques contra Salónica, próxima e cobiçada. Em 658, Constante II lançou uma verdadeira guerra de pacificação contra as ilhotas eslavas para libertá-las. O cronista Teófanos utiliza pela primeira vez, neste ponto de sua história, o termo *sklaviniai* para designá-los. Ainda em 689, Justiniano II lidera uma expedição contra os eslavos da Macedónia, na qual instala um contingente para guardar o passo de Estrimão, enquanto uma parte da sua população é deportada para a Ásia Menor para reforçar a defesa contra os árabes. De resto, as últimas décadas do século abrem uma nova etapa na história dos eslavos das terras balcânicas.

Com efeito, são marcados por um acontecimento decisivo, o nascimento do primeiro Estado Búlgaro, ou melhor, do primeiro bastião de poder reconhecido por Bizâncio como interlocutor na frente Balcã-Danúbio. Vindo da mesma ascendência turca dos hunos e dos ávaros, talvez aparentados com os hunos Utrigur e Cutrigur do início do século ^{vi}, os búlgaros, ou mais precisamente um dos seus ramos, assediam a margem esquerda do Danúbio, no limiar do Império, já no reinado de Heráclio. Tal como grupos étnicos da mesma origem, apresentam a aparência de uma elite de guerreiros a cavalo, com uma cultura que revela influências siberianas e iranianas, liderada por um câ cujo poder é hereditário. Participaram no cerco de 626. Por volta de 635, o búlgaro Currat revoltou-se contra a autoridade gananciosa, o que lhe valeu o título de patrício concedido por Heráclio, juntamente com vários presentes. O tempo dos avarentos já passou nos Balcãs e agora o dos búlgaros está a soar. Em 679, Khan Asparuc atravessou o Danúbio sob o impulso dos Khazars, outro povo turco do qual falaremos novamente. Ao estabelecer as suas tribos entre o rio e os Balcãs, viu-se a partir de então num território altamente eslavo, no qual os búlgaros seriam uma minoria líder. Mais tarde, em 681, assinou um acordo com Constantino IV que reconhecia a sua autoridade sobre este território, oficialmente do Império, a antiga província da Moésia, através do pagamento de um tributo. A Bulgária, como já a designam os autores bizantinos, ocupa agora o seu lugar na história desta parte do mundo medieval, entre Bizâncio e os países bárbaros, na outra margem do grande rio do qual tem uma extremidade no seu poder. A capital fica em Plisca, onde as escavações revelaram uma civilização ainda característica do mundo uralo-altaico, e marcada como outras por influências iranianas: uma escrita, ainda misteriosa; símbolos solares, amuletos com desenhos de animais; cavaleiros com arcos, bem como a imagem de um xamã com seus

sinos, tradicional feiticeiro da estepe siberiana. O cã recebe seu poder de um deus celestial e reside em um palácio, cercado por seus dignitários. Desde 705, Khan Tervel, filho de Asparuc, interveio nos assuntos imperiais, ajudando Justiniano II, que se refugiara ao seu lado, a reconquistar o trono que havia perdido. Ele recebe o título de César como recompensa. A aculturação está em curso desde o século ^{viii}, quer através da coabitação com os eslavos, quer através dos contactos com Bizâncio, cujos frutos podem ser vistos no século ^{ix}. Finalmente, os búlgaros são agora seguidos por outro povo turco, os cazares, que chegam ao Mar Negro por volta de 679, e, por outro lado, à Crimeia. Desde então, eles ocuparam o curso médio do Volga. Justiniano II, expulso de seu trono, encontrará neles apoio ao se casar com a irmã de seu cã. A época dos Khazares chegará no século ^{viii}.

Estranhamento e mal-entendido no Ocidente

A questão ocidental é então cada vez mais uma questão italiana e pontifícia. Vimos como a conquista árabe, com o seu prelúdio persa, separou do império de Constantinopla regiões cuja cultura tendia a dissociar-se em qualquer caso. A mesma evolução ocorrerá no Ocidente, naquela Itália que permanece até o fim o Ocidente de Bizâncio, e continuará até a dissolução de 1054. A secessão dos exarcas, Gregório na África em 646, Maurício e Olimpo na Itália em 642 e 650, oferece a tradução militar e política deste movimento centrífugo, tanto mais irresistível porque é apoiado pela presença do poder papal, que ganhou grande importância desde Gregório Magno e finais do século ^{vi}. O papado rejeita a *Ekthesis* de Heráclio e não aceita os *erros de digitação* de Constante II em 648, que declararam encerrada a discussão sobre a proposta de Heráclio. O Papa Martinho I condenou os *erros de digitação* no Sínodo de Latrão em 649, e esta rejeição foi apoiada pelo exarca Olímpio, que se autoproclamou imperador. Mas quando morreu na Sicília em 652, na guerra árabe, o papa foi preso na igreja de Latrão, levado para Constantinopla, julgado e exilado em Cherson. Recebeu o apoio da Igreja da África, pois, embora de tradição latina, o porta-voz da Ortodoxia ali era um grego, Máximo, o Confessor, nascido numa grande família em Constantinopla por volta de 580, primeiro um alto funcionário na capital e depois um monge. Estabelecido em Cyzica, posteriormente levado para África e Egito devido aos perigos da época, dedicou-se à luta contra o monofisismo e, posteriormente, contra o compromisso monotelita. Como alma do concílio romano de 649, ele compartilha a prisão e a condenação do papa. Terminou a vida no exílio em Lázica em 662, com a língua e a mão direita decepadas. Máximo, o Confessor, tornou-se um importante ponto de referência para a Igreja Grega e foi no seu tempo uma figura premonitória da posição que a Igreja monástica de Bizâncio tomaria ao longo do século ^{ix} contra a integração política da Igreja patriarcal e, portanto, consequentemente, em favor da obediência romana. A Itália tornou-se novamente o centro de gravidade da política imperial quando Constante II deixou Constantinopla e se estabeleceu em Siracusa em 663, até ao seu assassinato em 668, após ter atravessado o sul da península, sob domínio lombardo, e ser recebido pelo Papa em Roma. Este deslocamento é ditado tanto pelas dificuldades da capital como pela ameaça dos árabes de África sobre as possessões italianas de Bizâncio. Isso leva o imperador a jogar a carta de Ravenna: o arcebispo de Ravenna obtém dele a independência

(autocefalia). A ruptura entre Roma e Ravena terminou, pelo menos formalmente, em 680, data em que Constantino IV convocou na capital o VI concílio ecuménico, que revogou as propostas monotelitas, e do qual participou o Papa Honório.

Mas a história caminha para uma separação. Em 692, Justiniano II convoca um concílio "sob a cúpula (do palácio)" (*em Troullo*), de importância capital na história de Bizâncio e de sua posteridade. Com efeito, depois dos concílios dogmáticos de 553 e 680-681, os participantes reuniram-se para aperfeiçoar a disciplina, que desde então se tornou a base da organização cristã de Bizâncio, como resultado da evolução canónica anterior. Inspira-se na situação obsidional em que a Nova Roma se sente deslocada pelo Islão, pelos eslavos e pelos búlgaros ainda pagãos, desafiada dentro de si ou nas suas margens pelos judeus, pelos arménios, pela fidelidade colectiva aos antigos ritos e antigas festas, mas também pela eclosão descontrolada da invenção cristã. O casamento recebe uma regulamentação que depois permanecerá inalterada: formalização de um sistema de proibições por parentesco ou aliança, bem como o parentesco espiritual nascido do batismo, que o concílio leva muito além do contorno justiniano; autorização para manter vínculo conjugal prévio no caso de quem se torna sacerdote, mas proibição, por outro lado, para quem acessa o episcopado; Esta é sem dúvida uma das razões, embora não a única, que explicará mais tarde o recrutamento essencialmente monástico do episcopado bizantino. O clero, e especialmente o sacerdócio, estão sujeitos a proibições, algumas das quais não são novas, como os empréstimos com juros, o funcionamento de uma taberna, a assistência a espectáculos e o hipódromo, rotulados como paganismo; Também é feita referência ao crime de simonia e à venda da Eucaristia. Outros cânones revelam a sedução que o modelo judaico de sacerdócio continuou a exercer, fundamentalmente entre os arménios, que lhe conferiram um carácter hereditário, e que o honraram com oferendas de carne cozinhada para esse fim. O Concílio manifesta grande preocupação em separar os sacerdotes dos leigos e, ao mesmo tempo, em garantir que estes últimos cumpram os tempos litúrgicos e a assiduidade dominical. Tal como mantém a proibição bíblica de consumir sangue, proíbe, segundo uma antiga tradição, qualquer contacto com os judeus: participar na refeição pascal, frequentar os seus banhos, coabitar com eles, consultá-los em caso de doença. Mas, acima de tudo, os seus cânones trazem à luz uma dupla tensão, vigorosa, contraditória apenas à primeira vista. Por um lado, condena a fidelidade aos antigos ritos e festas: calendas de início de ano, máscaras carnavalescas, culto a Dionísio, juramentos "à maneira helênica", isto é, pagãos. Por outro lado, confronta as formas livres e, portanto, pelo menos suspeitas, da prática cristã. A proibição imposta aos leigos de pregar e ensinar, de baptizar num determinado oratório, bem como da vida errante dos monges, situa-se nesta tradição. Especificar que um leigo não pode administrar a comunhão, que um recluso deve submeter-se a um noviciado monástico, significa reconhecer o facto de uma cristianização cada vez mais difícil de submeter ao poder normativo da Igreja, pois é cada vez mais profundo. Por outro lado, integra, como acabamos de dizer, elementos do antigo calendário reduzidos de tal forma ao essencial para a consciência colectiva que atravessaram os séculos até chegar à prática grega e balcânica dos nossos dias. O costume de dar a comunhão aos cadáveres e o costume de servir a refeição da mãe com sêmola no dia seguinte ao Natal mostram uma integração idêntica. Mas esses milagreiros, esses adivinhos, esses loucos de Deus, autênticos ou fingidos, dos quais se faz menção nas proibições de 692, de fato passaram pelos séculos de Bizâncio, como mostram os comentários de. os grandes canonistas do século xiii, especialmente Teodoro Balsamen.

Em todas estas disposições, o concílio não leva em conta a disputa com Roma ou, antes, afirma-se independente dela. É definido como a continuação do ^{vi} Concílio Ecumênico de 680-681, mas na verdade decide sobre questões especificamente orientais e também concede a Constantinopla a mesma posição de Roma. Este último rejeita o costume do casamento para os clérigos e não aceita até 721 a prorrogação do impedimento ao casamento por parentesco através do batismo. Porém, a situação de 649 não se repete, a prisão do Papa Sérgio falha, as milícias de Roma e o grupo Ravenês unem-se para defendê-lo. O Papa Constantino faz uma visita oficial a Constantinopla durante o segundo reinado de Justiniano II, e um acordo é alcançado. Contudo, apesar do vigor do helenismo romano nos séculos ^{vii} e ^{viii}, esta calma é provisória e a fisionomia das duas Igrejas é cada vez mais diferente.

RUMO AO "IMPÉRIO ORIENTAL"

Justiniano II é o último dos Heráclidas; Seu filho Tibério, ainda criança, foi decapitado quando ele próprio foi deposto pela segunda vez, em 711. Seguiram-se alguns anos de competição pelo trono, nos quais Filippo Bardanes, um armênio, saiu vitorioso, cada um em seu tempo (dezembro de 711 a junho de 713), Artêmio, coroado com o nome de Anastácio II (junho de 713 a agosto de 715), Teodósio III (715-717) e finalmente Leão III, proclamado em 18 de abril de 716 e coroado em 25 de março de 717. Cada um destes homens apoia-se em outras forças, através dos grandes círculos eleitorais militares e administrativos, chamados *themata*, que surgem desde as últimas décadas do século ^{vii}, como explicaremos mais adiante. Leo está encarregado do *Thema Oriental* (Anatolikon) e recebe ajuda de Artavasdos, comandante do *Thema Armênio* e ele próprio um armênio a julgar pelo seu nome; Ele fará dele seu genro após a vitória. Com ele, portanto, chega ao poder o setor-chave da frente oriental, de onde ele próprio é natural, já que nasceu em Germaniqueia. Seus descendentes do sexo masculino mantiveram o trono até 797. Seu filho Constantino V o sucedeu em 741, após ter sido associado ao Império a partir de 720, aos dois anos de idade. Em 741-742 evita uma tentativa de usurpação de Artavasdos, apoiada pelos *temas* de Opsíquion e do Armênio; Por sua vez, Constantino tem a fidelidade dos *temas* do Oriente e da Trácia. Constantino V reinou até 775. Casado em 733 com a filha do Khan dos Khazars, batizado com o nome de Irene, teve três filhos com ela, entre os quais estava seu sucessor, Leão IV; Mais tarde tem outros filhos, fruto de uma terceira união. Leão IV, associado ao pai desde 750, reinou de 775 a 780. Casou-se com uma ateniense, também chamada Irene, e foi sucedido por seu filho Constantino VI. A briga deste último com a mãe e a ação dela têm tanta relação com toda a história interna da época que não é possível aprofundá-la aqui. A dinastia isáurica chegou ao fim quando ela o cegou em 797, embora a própria Irene tenha permanecido no poder até 802.

Guerra, sempre guerra

A guerra bizantina do século ^{viii} é conduzida pelos próprios imperadores, Constantino V em particular. Ocorre contra os búlgaros, no baixo Danúbio e na frente trácia, e contra os árabes, no mar e num setor terrestre que concentrará os combates a partir de agora até ao

século ^{xi}. Bloqueada por Melitene (Malátia) e seus arredores, esta última é protegida a sudoeste pelo maciço do Tauro, a norte por Tarso e a noroeste pelos primeiros contrafortes da Arménia. É, numa palavra, o antigo país monofisita e, mais a sul, nestoriano, a partir de Edessa, constituindo, como vimos acima, uma passagem entre Bizâncio e a Pérsia Sassânida. A própria Arménia, dominada pelas linhagens proprietárias da terra, das armas e do sacerdócio, tem sido um ponto de conflito desde meados do século ^{VII entre Bizâncio e os árabes, conscientes do seu valor estratégico.} Finalmente, os khazares, que surgiram depois dos búlgaros no século anterior, constituíram então um Estado apoiado pelo Volga e pelo Cáspio, e limitado pelo Don e pelo Cubano. Os Khazars ajudam a estabelecer a fronteira caucasiana do Islã. Eles dirigem importantes rotas comerciais, através das quais, sem dúvida, a influência judaica alcançou o kagan e sua comitiva já em 740, antes de atrair o seu apoio. A ajuda que prestaram a Lilipico Bardanes e, mais tarde, ao casamento de Constantino V mostra que eram naquela época uma potência com a qual se podia contar nesta parte do mundo.

Os árabes voltaram-se para a capital do Império. O ataque por terra e por mar, que bloqueia a cidade em 717-718, é repellido com a colaboração dos búlgaros; Será o último. Pois embora a ofensiva árabe tenha continuado em 726 com os seus assaltos anuais, foi abruptamente interrompida em 739 pela ofensiva bizantina perto de Afion Karahisar, e a frota egípcia foi aniquilada durante muito tempo no mar, ao largo de Chipre, reconquistada em 747. Em 746, Constantino V entrou na Síria e recuperou a Germaniqueia. A próxima década é significativa. A Arménia rebela-se contra os árabes em 751: o imperador recupera e destrói Teodosiópolis e Melitene e instala a população na Trácia em 755, com o propósito óbvio de enfraquecer a zona mais crítica da Ásia Menor e reforçar a fronteira dos Balcãs; Ele então se recusa a pagar aos búlgaros um tributo que havia concedido anteriormente, e a guerra estoura novamente. Em 755, os búlgaros obtiveram acesso à capital, mas os bizantinos voltaram a ganhar vantagem e a população deslocada contribuiu para as fortificações. Em 758, uma revolta eslava na Trácia e na Macedônia é esmagada e os eslavos, por sua vez, são transportados para a Ásia Menor. A luta também se estende ao Mar Negro. Em 773, a frota bizantina subiu o Danúbio e Khan Telerig foi submetido. Mas estes dados isolados não devem enganar o leitor: esta não é uma luta ofensiva ou defensiva de Bizâncio para alcançar a paz, mas sim um movimento das sociedades contemporâneas, onde a guerra, quaisquer que sejam as suas motivações explícitas, é uma actividade comum. E, aliás, não é a única forma de relações internacionais, mesmo deixando de lado a questão italiana e papal, que é veiculada, pelo menos teoricamente, no interior do Império. Os tratados, o casamento kazar de Constantino V e o casamento bizantino de Khan Telerig, batizado em Constantinopla em 777, bem como os artesãos que deixaram Constantinopla para a construção da mesquita omíada em Damasco, são um bom exemplo da alternância e da ambiguidade das relações, mas sobretudo colocam a guerra, entre outras práticas, na ação progressiva e duradoura que coloca no seu lugar os povos e os Estados desta história. No interior, a guerra aparece como um motor social; As transformações em curso dão boa prova disso.

Ao longo dos séculos ^{vii-viii}, uma série de transformações sociais e culturais consumaram esta separação entre duas épocas de Bizâncio que já delineava as últimas décadas do século ^{vi}. Tendo como pano de fundo os movimentos eslavo-búlgaro e árabe, e a situação contemporânea, estas transformações revelaram-se tão fundamentais quanto foram mal documentadas pelas fontes escritas, até se verem constituídas no sistema de uma sociedade doravante diferente. , nos primeiros anos do século ^{ix}. A sua origem, o seu significado e, por vezes, a sua cronologia, foram consequentemente discutidos com amargura.

Em primeiro lugar, a organização administrativa. A concentração de todos os poderes civis e militares nas mãos de um único administrador não era desconhecida no século ^{vi}, quando Justiniano a decidira para as difíceis províncias das montanhas da Ásia Menor, e constituía o próprio princípio dos exarcados da Itália e África. A partir de Heráclio, desenvolveu-se de forma sombria e progressiva o sistema de *themata* (do grego *themata*), em cujo chefe um estrategista reúne todos os poderes. O sistema militar vigente desde Diocleciano incluía um exército móvel, comandado pelo poder central (*comitatus*), e tropas provinciais e fronteiriças, sedentárias e locais. Encontramos mais uma vez o exército central na forma de um corpo de tropas (do grego *tagmata*). A palavra *thema* doravante designa tanto a força armada provincial como o seu eleitorado. Deste primeiro sentido de “circunscrição militar” surge o sentido administrativo, compreensível para uma época em que a sociedade bizantina está totalmente dedicada à guerra. De resto, a organização interna é flexível, ditada pelas circunstâncias e sujeita a modificações e, sobretudo, a divisões. Dos *temas* mais antigos e importantes, há testemunhos de finais do século ^{viii}: a Ásia Menor, coração do Império, está dividida entre os *temas* dos arménios a nordeste, nascidos, ao que parece, entre 669 e 692; a dos Anatólicos (isto é, do Leste), mais ou menos na mesma época, e simétrica ao sudoeste; o Opsíquion, amplamente estendido ao norte, em frente a Constantinopla; o *tema* da Trácia, que dela se separou entre 680 e 685, após a invasão búlgara. O primeiro testemunho de um estrategista do *tema marítimo* dos Cibirrheotas pertence a 732, onde Attalia (Andalia) tornou-se a principal cidade.

As forças marítimas estão organizadas segundo o mesmo modelo. Para começar, um comando geral tem sob a sua jurisdição, no último quartel do século ^{viii}, a frota de *karabisianoí* (do grego *karabi*, navio), recrutada por Bizâncio para ir contra a frota árabe. Mas revela-se impotente na época do cerco de Constantinopla em 717, além de ter apoiado Artêmio-Anastásio na disputa pelo trono. Vitorioso, Leão III o suprime. Desde então, as forças marítimas de Bizâncio compreendem por um lado uma frota imperial, que guarda Constantinopla e os estreitos, a partir das bases de Abidos e Hiero, e também se encarrega de expedições ofensivas, e por outro lado frotas provinciais, de forma da guarda costeira, entre as quais as frotas temáticas recebem ajuda de *temas marítimos* como o dos Cyberrheotas, os do Egeu e do Dodecaneso (“as doze ilhas”) no final do século ^{ix}, e os de Samos e Chios em final do século X. O século ^{ix} e a primeira metade do ^x marcam o apogeu do sistema de *temas*. Os grandes círculos eleitorais de um começo estão progressivamente divididos. Em meados do século ^x, a importância estratégica da fronteira oriental favorece uma nova concepção: os *temas “grandes”* ou “*romaicos*” do interior são então combatidos pelos *temas “fronteiriços”* ou “*arménios*”, reduzidos a uma fortaleza com seu território. No *tema* todos os poderes estão nas mãos do estrategista até o declínio da instituição. Desde o final do século ^x, o estrategista tende a ser subordinado militarmente ao duque, que

comanda os *tagmata* em todo um setor da fronteira; Por outro lado, a autoridade judicial de um juiz pretor também tende a distinguir-se da sua. No decorrer do século IX, o sistema tornou-se obsoleto. Obviamente, levantou um problema de financiamento e recrutamento, que nada mais é do que a relação entre a guerra e a sociedade ao longo do período.

No sistema tributário instituído por Diocleciano e sempre em vigor, o fornecimento de homens que prestam serviço militar, bem como as despesas com o seu equipamento, representam encargos fiscais que pesam essencialmente sobre os campos, enquanto as trocas de moeda permitem o recrutamento de mercenários. aos quais se somam os bárbaros federados, isto é, signatários de um pacto de estabelecimento em território bizantino, especialmente nas fronteiras. O sistema revelou-se insuficiente para satisfazer as necessidades do Império, tendo em conta os territórios perdidos, o constante e primordial esforço de guerra, e a evolução técnica e inevitavelmente social, que concedeu o papel estratégico mais importante aos cavaleiros blindados, os mais caros. dos combatentes. Numa data que nos é difícil precisar, sem dúvida anterior ao final do século VIII, os contribuintes são classificados em “civis” e “militares”, e estão inscritos em dois registos distintos. O fornecimento directo de recrutas e equipamento tende a tornar-se uma obrigação específica dos contribuintes “militares”. Ainda nos primeiros anos do século IX, o imperador Nicéforo I (802-811) tomou medidas que o seu contemporâneo, o cronista Teófanos, considerou humilhantes, e que constituíram, na verdade, a conservação de soluções tradicionais ou, melhor, antigas. : a solidariedade da comunidade aldeã no que diz respeito ao armamento dos recrutas locais é a aplicação de um princípio já consagrado em leis do início do século V; O empréstimo imposto aos armadores mais ricos para a constituição obrigatória de um domínio evoca o financiamento de Trajano ao fundo alimentar que criou. Com efeito, ao longo do século IX, a obrigação de servir, e de se equipar para o efeito, parece estar reservada às “casas militares”, famílias de proprietários de um alódio cujas terras, também “militares”, são deduzido para este propósito: a *Vida de Eutímio, o Jovem*, cuja morte é colocada em 898, refere-se a ele como filho de um desses proprietários de allode. O princípio também é antigo, é o mesmo que havia justificado a isenção dos bens da Igreja devido à sua obra caritativa nos séculos V e VI, e ainda, a partir da mesma época, a do património das *limitaçõesei*, os soldados aquartelados nas fronteiras. Mas os “militares” de que temos testemunhos desde o século IX estão dispersos por todo o Império, ou mais precisamente, por todos os seus *temas*.

O recrutamento marítimo implica, por seu lado, uma especialização que justifica a chamada às populações costeiras, especialmente, nesta época, aos Mardaítas do Monte Amanus, deslocados para a Panfília por Justiniano II. A unidade de combate é o *dromon*, um barco estilizado, a remos, capaz de transportar 100 a 200 homens, e equipado desde então com fogo grego. O financiamento das frotas dos *temas marítimos* ainda não está esclarecido, embora se possa presumir que se baseou no mesmo princípio das mercadorias especialmente isentas. A tendência para recrutar mercenários também se tornará evidente quando forem utilizados marinheiros russos.

O recrutamento de combatentes para exércitos terrestres coloca o problema mais importante da história social. As *Vidas* dos santos do século IX, os tratados táticos dos séculos IX ao X, e a evolução legislativa dos séculos IX e XI mostram-nos como uma categoria social diversificada pela desigualdade dos seus bens e, em todo o caso, como cavalo combatente, cuja figura militar, e consequentemente social, evoca antes os seus contemporâneos dos capitulares carolíngios. A evolução do grupo de guerreiros neste período da história de Bizâncio constitui uma questão essencial e difícil. A instituição dos meios militares não abrange todo o recrutamento ou financiamento das forças armadas, enquanto a possibilidade tradicional de comutar a obrigação de serviço por um pagamento em moeda ganhou importância crescente nos séculos X e XI, como se verá, como se verá. bem como a sua consequência, a colaboração de mercenários estrangeiros. Por outro lado, as “casas militares” parecem, em princípio, localizadas em toda a escala social, e de forma alguma limitadas ao campesinato renovado pela contribuição eslava, como se pensou: será necessário ver o processo de diversificação isso é experimentado mais tarde. Por fim, a dimensão étnica não está ausente, no sentido de que, das fronteiras ao centro, as pessoas passam a procurar no Império uma fortuna que muitas vezes é a da guerra. A este respeito, o papel da imigração arménia foi destacado. A massa só é afetada quando, na sequência das expedições, os imperadores procedem à realização de transferências populacionais, como é o caso de Constantino V em meados do século. Mas os indivíduos sempre vieram oferecer os seus serviços, e este movimento parece acentuar-se no século VIII, como um eco das lutas entre linhagens do interior. É típico o caso de Smbat Bagratuni, que recebeu o poder soberano dos árabes a quem entregou o país, enfraquecendo linhagens rivais, os mamiconianos e os camsaracanos, que eram partidários de Bizâncio. Mais tarde, considerado demasiado poderoso pelos próprios árabes, foi para Bizâncio por volta do ano 700, mas apenas por um tempo, por causa da sua confissão dissidente. Depois de Filippo Bardanes e Artavasdos, genro de Leão III, ambos imperadores por um breve período, a historiografia revela um número crescente de personagens com nomes armênios. O fato será ainda mais surpreendente a partir de meados do século IX, mas já é importante. Talvez tenha contribuído para reforçar, através da chegada de homens adequados, o carácter decididamente guerreiro da sociedade bizantina da época, ou mais precisamente da sua classe politicamente dominante. Assim, Bardas, que foi estrategista dos armênios, e que está envolvido em uma conspiração destinada a levar ao poder, após a morte de Leão IV, um de seus irmãos, Nicéforo; ou Alejo Moselé, *drongários* da Vela (comandante da guarda encarregada da segurança do imperador e do palácio), enviado por Irene para reprimir uma rebelião no *tema* dos Armênios, da qual se torna estrategista. Estes dois exemplos, entre outros, sugerem que o papel dos armênios no círculo imperial corresponde ao da fronteira oriental na estratégia de Bizâncio. Como será dito mais adiante, a consciência de linhagem que caracteriza a classe dominante no século IX parece abrir caminho, segundo o testemunho da historiografia, com o reinado de Constantino IV. É possível que as aristocracias arménias também tenham sido um factor evolutivo neste caso.

Esta sociedade assim estruturada é cada vez menos urbana. De resto, o Império perdeu, no sul, as regiões tradicionalmente ricas em vida urbana, a Síria e a Palestina, e as grandes cidades de Alexandria e Antioquia. O que resta, na Ásia Menor e na Trácia, mostra, de forma muito marcante, os golpes do século VII, a invasão persa, e em menor medida árabe, no primeiro caso, e a eslava e búlgara no segundo. As escavações demonstram-no,

evidenciando tanto as modificações do espaço urbano e da sua organização, como a diminuição da circulação monetária no local: a actividade e a população diminuem ao mesmo tempo, o que explica, por exemplo, que no auge da No século ^{viii}, os túmulos são encontrados em Corinto, na acrópole, ou seja, no coração do habitat. A reforma dos *temas* modifica as funções administrativas das cidades, beneficiando algumas, como Atalia. Os grandes dias do episcopado urbano já passaram, enquanto a perseguição de Constantino V afasta os centros de atração monástica, que estão espalhados pela montanha Bitínia. As agressões continuam: guerra aberta dos árabes, que prejudica mercados costeiros como Atenas; Ataques búlgaros que perturbam continuamente Corinto. E finalmente, uma praga geral assola o Império. Contudo, as cidades antigas não sucumbem, como se pode verificar em algumas *Vidas* de Santos, simplesmente eclipsam, até à sua reactivação no século ^{ix}. A capital também está acompanhando esse processo, ao que parece. A arqueologia neste caso não nos fornece muitos dados, mas os textos dizem que no século ^{viii} a população não era suficiente para manter as paredes, ou que um certo número de cisternas estavam fora de uso, o que revela uma menor necessidade de água. . Como resultado da grande praga sofrida, Constantino V transferiu para lá pessoas das ilhas, do Peloponeso e do *tema* da Hélade (Grécia Oriental e Central). A cidade recebe ataques árabes, juntamente com o assalto da frota de 673 a 677, e posteriormente o cerco por terra e mar de 717-718. A actividade árabe no Mediterrâneo priva-o, além disso, dos tradicionais passeios ao mar. Mas não há dúvida de que o corte não é tão radical como se acreditava há muito tempo. Constantinopla não recebe mais trigo do Egito, mas não deixa de receber papiro. E, sobretudo, continua a ser a capital, o que é suficiente para garantir condições de sobrevivência incomparáveis. Por seu lado, Salónica mantém a importância que lhe foi conferida pelos movimentos étnicos da margem direita do Danúbio, e o papel de porta de entrada comercial e cultural do Império, que terá o seu momento de maior esplendor no século ^{ix}.

Porém, a substância e a continuidade do Império encontram-se então nos campos, o que evidencia a instituição dos meios militares. O equilíbrio dos movimentos populacionais nos séculos ^{vii} e ^{viii} provavelmente não lhes foi desfavorável, especialmente nas regiões onde se combinavam o influxo de eslavos e búlgaros e a preocupação estratégica dos imperadores. Estes últimos utilizaram os que chegaram para defender a fronteira contra as ondas seguintes, e a partir do final do século ^{vi} praticaram transferências populacionais entre a Trácia e a Ásia Menor como reforços. No século ^{viii}, os eslavos da região do Egeu, dotados do estatuto de "aliados", constituíam núcleos autónomos e culturalmente distintos, cujos contornos religiosos e linguísticos só seriam apagados no século ^{ix}. Outros cercaram o Peloponeso em meados do século ^{viii}. Como consequência de suas expedições, Constantino V transferiu os eslavos para a Ásia Menor, e os armênios e sírios da Trácia se reuniram na região de Germaniqueia, Melitene e Erzerun, enfraquecendo, ao mesmo tempo, um cristianismo dissidente. Tudo isto sugere uma importante contribuição demográfica, mas não uma grande renovação para os eslavos, nem nas estruturas sociais, como muitos historiadores acreditavam. Na verdade, o período que vai do final do século ^{vii} ao século ^{ix} é pouco documentado a este respeito, razão pela qual foi examinado com grande atenção um texto isolado, cuja data e região de origem nem sequer podem ser determinadas com precisão, o *código Rural* , conhecido a partir de numerosos manuscritos de conteúdo jurídico. É um livro de direito consuetudinário, que abrange tipos de contratos agrícolas,

litígios, crimes como roubo de ferramentas, especialmente graves na altura do trabalho sazonal, abate de árvores, colheita, corte de madeira, etc. O local é uma comunidade de aldeia onde se combinam propriedade privada, propriedade indivisa e propriedade comunal. Além disso, a comunidade é investida de responsabilidade fiscal, especialmente no caso de terras abandonadas. E justamente em torno deste último ponto gira a discussão histórica. Na verdade, muitos artigos referem-se à "distribuição de terras de aldeia", e é aí que a escola russa vê a prova de que a estrutura da comunidade eslava, baseada na redistribuição periódica de terras, foi introduzida no campo bizantino. Deixando de lado a própria questão de tal comunidade nesta época e nestas regiões, outros autores observaram que estes artigos são suficientemente explicados pela própria tributação bizantina, pela redistribuição de terras abandonadas pelo tesouro, ou pela comunidade solidariamente responsável. Facto que, quando as fontes escritas dos séculos ^{IX-XI} nos permitirem estabelecer um quadro relativamente preciso da organização rural bizantina, esta estará efectivamente situada na longa continuidade da instituição fiscal.

AS IMAGENS

A proibição do culto às imagens é um facto notável do século ^{VIII}. Determina, na história de Bizâncio, uma crise de crescimento do capital, cuja documentação foi irremediavelmente mutilada na época do triunfo do culto no século ^{IX}. Das atas dos concílios, dos textos polémicos, restam apenas fragmentos pacientemente reconstruídos pelos estudiosos com base em citações feitas no Concílio de Nicéia, que restaurou o culto em 787, e na polémica dos defensores das imagens durante o segundo. "iconoclastia" (813-843). Por esta mesma razão, muito pouco sobreviveu nos monumentos decorativos das igrejas. A própria historiografia permaneceu silenciosa, talvez devido ao grande acúmulo de acontecimentos no século, portanto nossa principal fonte é a crônica do monge Teófanos, filho de um favorito de Constantino V, e ele próprio um fervoroso defensor das imagens, que escreveu sob o comando de o reinado de Miguel II (813-820). Além disso, desde o primeiro gesto iconoclasta ("destruidor de imagens") realizado pelo *basileus* em 726, até à restauração final em 843, o movimento inclui várias fases e vários debates. Em primeiro lugar, devemos definir os marcos cronológicos. O leitor perceberá imediatamente que estes são ao mesmo tempo os dados do problema.

A destruição de imagens no século VIII

O advento de Leão III ocorre num clima de expectativa messiânica sugerido pelo conflito entre o Império e o Islão, e especialmente pelo cerco de Constantinopla, que desde então representa não só a Nova Roma, mas também a Nova Jerusalém. Uma espera partilhada, em primeiro lugar, pelos próprios judeus, como demonstra o movimento desencadeado no Iraque sob o califa Hisham, por um certo Severus, um cristão sírio convertido ao judaísmo. Em 721-722, Leão III decreta a conversão obrigatória dos judeus.

No ano de 726, as incursões anuais dos árabes na Ásia Menor começaram; Leão III, com seu filho e co-imperador Constantino, promulga uma codificação sob o título de *Eklogé* ("seleção"), a primeira compilação sistemática do *Código Justiniano* de 529. Mas que

diferença entre o antigo monumento e esta obra agora contida em sessenta páginas impressas em oitavo! Contudo, não há grande ruptura no seu conteúdo; O *Eklogé* ratifica a profunda evolução prática da lei desde 565, e mesmo, de facto, desde 529: igualdade dos cônjuges quanto ao crime de adultério e quanto à idade de consentimento, importância do noivado, desenvolvimento dos castigos corporais, basicamente as mutilações que lembrar simbolicamente do crime. Surge uma definição de autoridade imperial, que delineia a figura de um legislador inspirado direta e exclusivamente de cima, como um novo Moisés.

Mas neste mesmo ano, Leão III ordenou a retirada da imagem de Cristo que encima a Porta de Bronze do Grande Palácio, substituindo-a por uma cruz. O responsável por isso foi imediatamente assassinado pela multidão. Em 727, o *tema* das revoltas da Hélade, mas o movimento é esmagado; A defesa das imagens deu origem a uma primeira obra, os três *Discursos* de Juan Damasceno. Ele, cujo nome verdadeiro era Mansur, nasceu em Damasco em uma grande família cristã, ocupou cargos importantes na corte califal e tornou-se monge com o nome de João, no convento de São Sabas, na Palestina. Os defensores das imagens devem-lhe o argumento que se tornaria clássico e que exige distinguir radicalmente os ídolos condenados nas Escrituras da imagem cristã, uma mediação entre o divino e o humano tornada possível pela Encarnação. Como se verá, com as referências heréticas da Antiguidade tardia e suas filosofias, o debate fundamental gira em torno disso.

Os discursos do monge de San Sabas abrem também outra perspectiva, pois põem em causa a competência do imperador para decidir sobre assuntos teológicos. De facto, entre 727 e 729, Leão III trocou cartas com o Papa Gregório II nas quais tentou, sem sucesso, obter o aval deste último: chegaram até nós numa tradução grega e indicam a posição de árbitro que o papa manterá. durante ainda muito tempo nos assuntos religiosos de Bizâncio; mas, por outro lado, aprofundam o abismo aberto no século VII. Pois bem, na verdade, o imperador não poderia decidir sozinho nesta área, o que acabara de fazer, pelo menos na prática. Nem teve o consentimento do Patriarca Germanos, entronizado em 715; Conservamos as cartas de desaprovação endereçadas por estes últimos a dois bispos da Ásia Menor, Constantino de Nacoleia e Tomás de Claudiópolis, que tomaram a iniciativa de destruir as imagens nas suas respectivas dioceses. O *silêncio* (concílio) de 17 de janeiro de 730, demitiu Germanos e substituiu-o pelos seus próprios *synkellos*, primeiro personagem da administração patriarcal. O decreto está cumprido. O Papa Gregório III, eleito em 731, reuniu imediatamente um sínodo que o condenou. Depois, provavelmente em 732-733, o imperador colocou mais uma vez os patrimónios pontifícios da Sicília, Calábria e Ilíria sob a jurisdição do seu patriarca, o que significou a devolução dos seus rendimentos, mas também a abertura de uma grave disputa com Roma. Após a sua morte, em 741, o conflito armado continuou, desta vez no seio da família imperial. Artavasdos, genro do falecido imperador e comandante do Opsiquion *thema*, *ataca ali Constantino, a caminho da frente*. Vitorioso, fez-se coroar em Constantinopla, ao mesmo tempo que associava ao trono o seu filho mais velho, Nicéforo, e confiava ao mais novo, Nicetas, o comando supremo das forças armadas. Ele também atribui a ele o *tema armênio*, do qual ele era responsável, e o da Trácia. Contra Constantino V, ele restaura o culto às imagens. Mas este último recuou para Amorion, centro do *tema oriental*, outrora sob o comando de seu pai, e de lá tomou novamente o poder e entrou em Constantinopla em novembro de 743.

O reinado de Constantino V, tendo como pano de fundo as notáveis vitórias que recordamos, caracteriza-se por uma elaboração doutrinal em que ele próprio desempenha

um papel relevante, e por uma cristalização do conflito aberto, de facto, entre o poder do imperador e o da Igreja para sua respectiva evolução. Em 754 reuniu-se um conselho em Hieria, nos arredores da capital, onde se localizava a residência de verão dos imperadores. Por causa da vaga na sé patriarcal naquela época, ela era presidida por Teodósio, bispo de Éfeso e filho do imperador Tibério III, que definiu a doutrina da iconoclastia. O antecedente foi um escrito de Constantino V, reconstituído a partir de citações feitas no século seguinte pelo patriarca Nicéforo, durante a segunda iconoclastia. O soberano assinala aí a impossibilidade que vê para a representação de Cristo: não pode ser representado pela imagem da sua natureza divina, nem pode limitar-se a representar a sua natureza humana; A sua única imagem está, portanto, na Eucaristia. O concílio de 754 afirma sua veneração a Maria e aos santos. Mas, segundo o testemunho de fontes do século ^{ix}, Constantino havia explicado o seu raciocínio da seguinte forma: Maria, como mulher, só podia carregar dentro de si um homem e depois do seu nascimento voltou a ser uma mulher comum, do mesmo uma bolsa humilde perde seu valor quando as moedas de ouro são retiradas dela. O culto aos santos foi, sem dúvida, um objectivo prioritário da ofensiva de Constantino V. Vimos como, desde finais do século ^{vi}, o desenvolvimento da veneração das imagens foi combinado com o prestígio dos santos e, portanto, dos monges, servidores e mediadores do seu culto. A iconoclastia de Constantino V é antes de tudo uma luta contra o poder dos monges a partir de 760. A este respeito temos o testemunho da *Vida de Estêvão, o Jovem*, composta em 806, que narra o seu martírio, infligido pela multidão. a capital em 764, obedecendo a uma ordem do imperador; e a da *Crônica* de Teófanos, escrita no reinado de Miguel II (813-820), que dá conta dos maus-tratos e humilhações infligidos aos monges a partir de 766 por Miguel Lacanodracon, estrategista do *tema* dos Tracesianos, que, entre outras coisas, forçou monges e freiras a se casarem. Os edifícios do mosteiro recebem uso secular e os seus bens são confiscados. Pelo contrário, Constantino tenta confiar na hierarquia episcopal. Uma primeira consequência desta política é a adopção definitiva por Roma da aliança franca, de acordo com o acordo assinado em Quierzy em 756 entre Pepino e o Papa Estêvão II. Desde então, o Papa foi politicamente independente e confirmou, em virtude da sua independência, o seu papel de instância de recurso, o que lhe garantiu em qualquer caso a dignidade histórica da sua sé. Veremos mais tarde o uso que dela fizeram os bizantinos do século ^{ix}.

O concílio de 754 deu a Constantino V a justificação para uma destruição efectiva das imagens e decorações onde se encontravam as representações incriminadas, de resto poucas, sem dúvida, nesta época. Justino II substituiu a imagem de Cristo nas moedas pela cruz com a qual Tibério II substituiu a antiga figura da Vitória. Na cunhagem do século ^{viii}, Cristo foi por sua vez substituído por efígies imperiais, e o mesmo aconteceu durante a breve restauração das imagens sob o mandato de Artavasdos. A iconografia imperial também parece ter prevalecido nos edifícios, por exemplo, através de cenas do hipódromo. Mas após a morte de Leão IV em 780, o poder permaneceu nas mãos da sua viúva, Irene, dada a tenra idade do seu filho Constantino. Em 784, o patriarca iconoclasta é forçado a renunciar; Em 786, uma reunião do concílio em Constantinopla, na igreja dos Santos Apóstolos, é bloqueada por tropas; Em 787 outro foi convocado em Nicéia. Este concílio restaurou as imagens e também fez uma série de disposições sobre a disciplina eclesiástica que constituíram um testemunho essencial sobre o estado cultural e social da Igreja de Bizâncio no final do século ^{viii}.

Termina assim o que costumamos chamar de primeira iconoclastia, cujo significado tem sido muito discutido. Sem dúvida, a sua explicação pode ser descartada por uma influência judaica, ou pelo exemplo do Islão contemporâneo, uma vez que os antecedentes não são comparáveis. O Islão proibiu representações de qualquer ser vivo em locais de culto, como é conhecido; Na verdade, a destruição de mosaicos é observada em algumas igrejas palestinas entre os séculos ^{vi} e ^{viii}; Porém, nas sinagogas da época, os donatários são pequenos, mas não ficam excluídos da decoração. Especialmente o significado atribuído a tais representações, que aliás não são móveis como os ícones de Bizâncio, não tem relação com a crença cristalizada em torno das imagens dos santos, de Cristo e de Maria, nem com a evocação do dogma da Encarnação. que constituem estes dois últimos tipos. No campo cultural, a origem síria de Leão III é talvez mais significativa. Sua relutância em relação à representação humana de Cristo poderia ter relação com a doutrina monofisista. Constantino V será mesmo acusado de Nestorianismo pelo raciocínio que já vimos. Pensou-se desde então que a opção iconoclasta teria sido adotada em favor das províncias monofisitas, que no século ^{viii} eram as da frente terrestre contra o Islão. A hipótese monofisista é mais aceitável do que a de uma aversão “semítica” às imagens, que nada mais é do que uma fantasia. Contudo, não resolve a questão, o que coloca também em jogo a alternativa da capital e a dos exércitos das províncias. Ora, os movimentos pelos quais estes destituíram e substituíram imperadores, ao longo deste período, não se reduzem, em última análise, a essa opção doutrinária, mas apenas às fidelidades pessoais que continuaram durante séculos a ser uma das chaves da democracia imperial. sucessão. Quanto à população de Constantinopla, reage violentamente às primeiras atitudes de Leão III e manifesta, pelo contrário, a sua adesão à posição oficial sob o comando de Constantino V, se acreditarmos, por exemplo, na história do martírio de Estêvão, o Jovem. É provável que, de facto, não respondesse a uma definição única e, sobretudo, que a iconoclastia se tenha consolidado com o passar dos anos.

Resta-nos, então, considerar a explicação imperial. Quando Leão III mandou substituir a imagem de Cristo por uma cruz na Porta de Bronze, interrompeu uma evolução recente, pois, como se recordará, foi Justiniano II quem substituiu a cruz nas moedas pela imagem de Cristo, que os imperadores iconoclastas Eles eliminam por sua vez para colocar sua própria effigie. Esta sequência é reveladora de um debate sobre a relação fundamental entre Cristo e o imperador, nas duas facetas deste último, encarnação do direito e portador da vitória, que sempre possuiu, mas cuja interpretação crítica é melhor delineada a partir do final . do século VI . Ao substituir Cristo pela cruz, Leão III confere-lhe, por assim dizer, uma certa transcendência e, conseqüentemente, valoriza a delegação terrestre do *basileus* . Da mesma forma, o prólogo do *Eklogé* apresenta este último como um novo Moisés, devido a uma inspiração que evidentemente deve mais à leitura do Pentateuco do que aos judeus contemporâneos. Tal identificação contribui também para concentrar a luz no soberano terrestre, primeira figura de um período de extrema ansiedade, devido ao avanço árabe, e agravado alguns meses antes por um violento terramoto em Creta. O retorno da cruz é o sinal que levou Constantino I à vitória.

Com Constantino V vamos mais longe, pois a partir daí percebemos o conflito que animará, para além da primeira restauração das imagens e da segunda iconoclastia, todo o

século ^{ix} e início do ^x. A oposição não é tanto entre o imperador e a Igreja, mas, dentro desta última, entre o lado cada vez mais poderoso e finalmente vitorioso dos monges e um episcopado no topo do qual o patriarca ecuménico partilha o governo do mundo com o imperador. Constantino V parece dominar pessoalmente a controvérsia. Esta competência cultural, e não apenas legislativa, do poder imperial anuncia as atitudes de Leão VI e Constantino VII, para quem será essencial. E neste caso corre paralelamente a uma insolvência teórica do patriarcado da capital. Nas províncias, o episcopado quase não se faz ouvir a este nível, pelo menos como órgão constituído. Talvez este relativo silêncio se deva ao declínio da vida urbana. Seja como for, deixe o campo livre para os monges. A *Crónica* composta pelo monge Teófanos relata episódios que mostram, em todo o caso, que Constantino V atacou directamente, como antagonista do seu próprio, o poder monástico, bem como o culto dos santos, que era o seu suporte mais óbvio, enquanto era apoiado pelo clero secular. Os casamentos encenados pelo estrategista dos tracesianos zombam do *esquema*, o hábito negro que desde o século ^{iv} atraiu o respeito e a veneração dos cristãos pelos monges. A destruição dos livros que continham os "apotegmas dos padres", compilação de histórias edificantes ou milagrosas do antigo monaquismo, indica que através dos ícones o *basileus* foi revestido do prestígio local e quotidiano do "homem santo", cujo ascensão que vimos nos séculos ^{vi} e ^{vii} e que ainda estava em vigor. Por outro lado, Teófanos acusa Constantino V de usar bruxas, ou em outras palavras, homens santos desleais. A tortura de Estêvão, abade do convento do Monte Santo Auxêncio, perto de Calcedônia, em 764, é apresentada pelo narrador monástico, escrevendo em 806, como o crime de um imperador e de uma capital ainda fiel às festas do antigo calendário. .

Mas as forças vivas do monaquismo na época de Constantino V estão fora da capital. Talvez a repressão tenha sido a causa de um êxodo de monges gregos para Itália e Roma, cujas consequências culturais foram notáveis: assim, no concílio de 787, pode-se ver no Aventino a assinatura do higumen de São Sabas. Mas, sobretudo, o monaquismo forma então as personalidades surgidas em 787, na época da primeira restauração das imagens. Platão, nascido em Constantinopla em uma família rica, perdeu os pais na grande praga de 746 (ou 747). Educado por um tio, com a sua ajuda ingressou no serviço do peso, secção das finanças imperiais, antes de optar pela vida monástica num convento do Olimpo, do qual se tornou higumen em 780. Voltaremos a encontrá-lo mais tarde. Seu sobrinho e filho espiritual, Teodoro de Studa, nascido por volta de 759, será o primeiro arquiteto do triunfo definitivo da Igreja dos monges em Bizâncio.

Irene, uma mulher imperadora

O grande século iconoclasta termina com a morte de Constantino V em 775. Seu filho, Leão IV, chamado Jazar em memória da origem de sua mãe, parece ter sido o único sobrevivente dos três filhos do primeiro casamento, já que os nomes de O outros dois, Cristóvão e Nicéforo, são impostos aos filhos da terceira esposa do imperador. Este, um iconoclasta moderado, busca e obtém a adesão de monges promovendo-os ao episcopado. Ele morreu em 780 e sua morte abriu um problema de sucessão dentro da linhagem imperial. Seu filho, Constantino, tinha então dez anos, mas Leão IV o associou ao trono desde 776, e o coroou com o consentimento de todas as classes políticas, "exércitos dos

temas, senado, exército central e todos os cidadãos e patronos artesãos". " , segundo as palavras de Teófanos. Outra solução possível é imediatamente descartada: a da sucessão por gerações, do imperador aos seus irmãos. Leão IV não os tornou co-imperadores. A idade de Constantino VI implica então que a sucessão de pai para filho é resolvida na prática pela regência de sua mãe, Irene, e, portanto, pela atribuição do poder imperial a uma mulher. Se considerarmos a parte da guerra e da vitória que pesa sobre o carácter imperial, compreender-se-á que esta decisão acarretaria dificuldades. As intrigas palacianas, as opções religiosas, as posições assumidas pelos exércitos provinciais cristalizam-se em torno deste problema, cujos actores parecem ganhar vida subitamente para nós, graças à posse de fontes mais directas, mais numerosas e mais eloquentes. Mas, sem dúvida, existe uma armadilha que os historiadores nem sempre evitaram. Desenhar um retrato que parece dado não consiste em reproduzir escolhas e mágoas falecidas, nem em projetar no passado a enganosa transparência de uma cultura e moralidade atuais. Mas para quem quiser fazer o necessário esforço de imaginação, o século ^{xi} oferece material abundante e, desde o seu início, a biografia do Patriarca Tarásio, escrita pelo diácono Inácio, a narração das tarefas do patriarcado, a história da família de Maria de Amnia, esposa de Constantino VI, escrita por volta de 821 por um de seus primos, o monge Nicetas, e, por fim, a considerável obra de Teodoro de Studa, todas capazes de enriquecer com seu discurso e testemunho a trama estabelecida pelo *Crônica* de Teófanos.

Então, qual é a verdade sobre Irene? Para começar, será ela uma mãe preocupada em garantir o futuro de um filho muito jovem contra os tios paternos, para os quais convergiram as lealdades dos exércitos do Oriente e dos próximos de Constantino V? Percebeu desde o primeiro momento a perspectiva do seu próprio império, duramente contestado, logo depois, pelo próprio filho? Nunca saberemos. Pelo facto de ter nascido em Atenas, teria trazido para o palácio a tradição de uma piedade que nenhuma dissidência regional jamais poderia obscurecer, o que explicaria porque, enquanto Leão IV ainda era vivo, teria sido condescendente com os monges? É possível. Por outro lado, a sua condição de mulher na família imperial consagrou-a a uma vida palaciana e urbana, e ditou a escolha das suas cartas e dos seus suportes. O período entre a morte de Leão IV e a sua queda em 802 pode ser claramente dividido em três fases.

Em primeiro lugar, de 780 a 790, situação de regência, em que Irene é associada ao poder imperial. Em primeiro lugar, ela frustra todas as esperanças depositadas em César Nicéforo, irmão de Leão IV, que encarnou a continuação da atitude iconoclasta e militar de Constantino V. Irene colocará em risco os monges, cuja simpatia conquistou, a capital e seus civis, funcionários do palácio. E terá contra si os exércitos dos *temas* orientais. Nesse momento ela é apoiada por dois homens. Um deles é um eunuco de sua casa, Estoraquio, que se torna logoteta do dromo (polícia, mensageiro político, relações exteriores) e que lidera a campanha contra os rebeldes eslavos na Macedônia e na Grécia em 781, embora sua mutilação o impeça de qualquer aspiração ao trono. O outro é o chefe de uma chancelaria imperial (*a secretis*), Tarasius, um leigo que ela nomeia patriarca em 784, depois de ter pressionado o patriarca iconoclasta Paulo a renunciar. Ele faz com que o "povo" reunido no palácio da Magnaura eleja Tarasius, dando assim a marca imperial a um procedimento antigo. A partir daí, ambos prepararam a restauração das imagens através de negociações com Roma e os patriarcas orientais. Em 31 de julho de 786, foi convocado um primeiro concílio na igreja dos Santos Apóstolos, que foi perturbado pelos soldados

iconoclastas da guarda. Irene envia então as tropas iconoclastas da capital para a frente da Ásia Menor e as substitui por tropas a favor de imagens, que ela traz da Europa. Um novo concílio é então realizado em Nicéia, de 24 de setembro a 13 de outubro de 787. É o ^{vii} último concílio reconhecido como ecumênico pela Igreja que saiu de Bizâncio. O protocolo final é assinado na Magnaura, onde são saudados “o novo Constantino e a nova Helena”, uma referência ao modelo do imperador cristão que reforça a escolha da cidade onde se realizou o concílio de 325. A assembleia de 787. sublinha a distinção entre “veneração” e “adoração” das imagens, e dá ou recorda disposições gerais sobre os bens da Igreja, a disciplina dos clérigos e os critérios de validade da liturgia. Admite a recepção de iconoclastas arrependidos dentro da Igreja. Na verdade, não se trata de uma assembleia homogênea ou unânime.

O próprio problema da reconciliação dentro do clero abre um debate que durará, por diversas razões, até ao século ^x. Por um lado, Tarasius inaugura o tipo de patriarca recrutado diretamente para o serviço público e inclinado a uma atitude principalmente política de colaboração com o delegado soberano de Cristo. Por outro lado, Platão e seu sobrinho Teodoro encarnam a exigência de uma prioridade absoluta da Igreja, investida da missão de ditar o direito a todos, inclusive ao imperador: e esta Igreja é a Igreja dos monges. Platão fundou o convento de Sacudion numa propriedade familiar na região do Olimpo, do qual se tornou hígumen a partir de 781, já que a regência de Irene significou, antes de tudo, a libertação do monaquismo. A rigorosa organização de Shakhidion é elaborada a partir de um retorno às fontes, ou seja, ao modelo cenobítico de Basílio de Cesaréia. Teodoro, nascido em 759, é filho da irmã de Platão e toda a sua família deixou o mundo. Torna-se monge em Shakhion e adere à reforma empreendida por Platão, a quem sucederá. Os seus seguidores não aceitam a reintegração dos bispos iconoclastas.

No ano seguinte, Irene se casa com o filho. A esposa é Maria, neta de Philaret, proprietário de terras de Amnia, na Paflagônia. Outro neto, o monge Nicetas, escreveu em 812 a história do seu avô e padrinho, que, segundo diz, o consagrou, ainda criança, ao hábito religioso para que pudesse cumprir esta tarefa. A história, fonte importante para o nosso conhecimento da sociedade do seu tempo, desenvolve-se em dois níveis. A primeira, edificante, compensa a ilustração que faltava sobre a linhagem, num momento em que esta começava a ser tida em conta, pela hagiografia de Filaret, que foi despojado pouco a pouco de todos os seus bens por uma caridade demasiado ardente, como um Trabalho. O casamento imperial é fonte de nova prosperidade, que o autor pode contemplar após a bem-aventurança eterna. O segundo plano é o familiar: o autor dá conta exacta do estado dos filhos e netos de Filareto, e descreve o regresso dos enviados imperiais, que procuravam nas províncias uma jovem cuja origem não importava, mas que deveria possuir certas características. Da prática de concurso para fornecimento de esposa imperial, há testemunhos nesta altura para mais alguns casos. Talvez tenha sido inspirado no antigo costume iraniano ilustrado pela história de Ester, mas, seja como for, é sem dúvida o equivalente feminino da escolha viril pela vitória militar.

O segundo período do reinado de Irene e Constantino começa em 790. Impaciente com o jugo, este último promove uma conspiração contra Estoraquio, em consequência da qual Irene exige receber sozinha, enquanto viver, o juramento de fidelidade das tropas. Os da capital aceitam a medida, os da Ásia Menor rejeitam-na, num contexto de dificuldades militares com os árabes, os búlgaros e os lombardos da Itália. No entanto, Constantino a admitiu de volta ao seu lado em 792. Mas ela administrou mal seus assuntos. É derrotado pelos búlgaros em 793 e elimina definitivamente da competição os tios paternos, cegando Nicéforo e cortando a língua dos demais, ultrajando assim a lealdade, ainda bem viva, ao grande Constantino V. Priva também o grande Constantino V à sua vista o armênio Alexius Moselé, estrategista dos armênios, que o havia ajudado contra Irene em 790. Então, o *Thema* se revoltou e ele não teve outra solução senão usar uma parte do elemento armênio, que então também sofreu o golpe. consequências da repressão. Depois de perder o apoio deste *tema essencial*, perde o dos monges. Em 795 ele envia Maria para um convento e conhece um padre, José, que abençoa sua união com sua amante Teodota, parente de Teodoro, que mais tarde será conhecido como Studa. Assim, ele desencadeia não apenas o mecanismo da sua própria perda, mas também um conflito que revela o estado dos poderes e do capital. O gesto de Constantino VI é, com efeito, contrário à legislação sobre a separação dos cônjuges desenvolvida pela Igreja a partir do século ^{iv} e formalizada pela legislação de Justiniano: na falta de acordo comum, o repúdio à esposa é limitado a poucos e estritamente definidos casos. O patriarca Tarasio não resiste, pois se coloca, como vimos, na linha do patriarcado político, em que serão colocados os patriarcas recrutados, como ele, no serviço público. Por outro lado, Platão, senhor de Shakudio, e seu sobrinho Teodoro encontram nesta matéria a razão para afirmar a autoridade primordial da norma eclesiástica em todas as circunstâncias, e ao mesmo tempo a competência prioritária da Igreja dos monges. Constantino os aprisiona e posteriormente os exila, em março de 797. Desde então está isolado das intrigas palacianas, lideradas por sua mãe. Um dia, no verão de 797, Irene o cegou "no quarto roxo onde ela o trouxe ao mundo". Depois, continua a *Crónica de Teófanos*, «o sol escureceu, os navios extraviaram-se; e todos concordaram que se o sol escondia os seus raios era porque o imperador estava cego. O cronista dá assim a chave de uma história cuja atrocidade literal atraiu muita atenção dos historiadores. A "sala púrpura" é a do nascimento imperial, que ganhará importância crescente no século ^{ix}, e especialmente mais tarde, nos descendentes de Basílio I, como critério de legitimidade duradoura do poder: Constantino VI é, portanto, desqualificado por a cegueira no cerne de sua herança; e, por outro lado, a equivalência, ainda mais explícita em grego, entre os raios solares e a visão, refere-se ao carácter solar da soberania imperial, bem conhecido a partir do século ⁱⁱⁱ e desde Constantino, e permite-nos compreender porque é que a A cegueira é escolhida em Bizâncio como uma mutilação incompatível com a posse ou esperança de poder supremo. A partir de então, Constantino limitou-se, juntamente com Teodota, a uma vida puramente privada. Ela deixa dois problemas sem solução: o conflito causado pelo seu casamento dentro da própria Igreja, e o exercício do poder imperial por uma mulher, que o assume sozinha, e sem poder invocar qualquer delegação temporária a partir de agora. É a terceira parte do período que terminará em 802 com a queda de Irene.

Um acontecimento decisivo, no início desta parte, no mesmo ano de 797, é a instalação de Teodoro e seu tio, com seus monges, na capital. O número de monges a partir de então era grande demais para Shakión, uma ameaça árabe, mas acima de tudo, sem dúvida, a

situação atingindo o seu clímax, tudo isto implicou a instalação definitiva da comunidade na capital, onde voltou a abrir um antigo convento abandonado, o convento de Studa ou Studiu (genitivo), nomeado em memória de um patrício que o fundou no século ^v. Como será lembrado, Platão e seu sobrinho consideravam-se promotores de um retorno aos princípios monásticos puros de Basílio de Cesaréia. Na verdade, Teodoro fornece aos Studia uma regra sistemática, sem precedentes. A distribuição meticulosa dos horários, a elaboração das penitências monásticas, a variedade de ocupações, que os monges distribuem nas diversas oficinas e nos campos, a existência de um hospital para os monges e de um hospício, até mesmo uma escola, constituem uma clara alusão à aos princípios de Basílio de Cesaréia, e mesmo às comunidades de Pacómio e, em todo o caso, aos mosteiros da Síria e da Palestina nos séculos ^v e ^{vi}. Mas a natureza exaustiva e coerente da *Regra* torna-a, no entanto, o primeiro documento que verdadeiramente merece este nome no ambiente bizantino. A modernidade da Studa reside, sobretudo, no facto de ser urbana e também estar localizada na capital, razão pela qual desempenha um papel cultural relevante, para além de um papel político: na estrutura do Império, a Studa continuará ser o futuro, em diferentes formas, o interlocutor monástico tanto do imperador quanto do patriarca. O problema do poder supremo tem agora três termos.

A eliminação de Constantino VI pela sua mãe não causou, repitamos, uma dificuldade moral, mas sim política: quando a *Crónica* de Teófanos narra o eclipse do sol e a cegueira de Constantino VI, condena um ataque contra os legítimos soberano, e não o crime de uma mãe contra seu filho. A ação de Irene também não afeta Teodoro de Studa, que considera Constantino culpado de ter perturbado a ordem da qual a Igreja é a guardiã, e que Irene restabeleceu. Este último deve dedicar-se, de diferentes formas, e em última instância sem sucesso, ao verdadeiro problema - o facto de o imperador ser uma mulher -, agravado por um contexto de reveses militares e diplomáticos em parte ligados à ascensão dos Carolíngios, consagrados por a coroação do Natal do ano 800. Irene tenta uma solução simbólica, cujo alcance não deve ser subestimado no ambiente limitado do palácio onde o poder está em jogo. Ele leva o título de *basileus* ("imperador"), tanto em relação às leis quanto ao seu aparecimento nas moedas. No dia da Páscoa de 799 veste o traje roxo e dourado, pega a carruagem puxada por cavalos brancos e atira as moedas que constituem a pompa imperial. Um mimetismo sem dúvida mais significativo que o projeto de casamento com Carlos Magno, que só Teófanos leva a sério. Por outro lado, Irene continua a beneficiar os seus interlocutores habituais, os "cidadãos" da capital, cuja carga fiscal alivia, e os monges, a quem dirige a sua generosidade e zelo. A lei que, ao declarar a bênção suficiente para santificar um casamento pobre, lhe confere uma nova importância, e a proibição de terceiros casamentos indicam o desejo de adequar o direito civil à formalização canônica cujos arquitetos são, naquele momento, os estuda. Irene ainda não previu a sua sucessão, aparentemente, pelo menos na linha dinástica, uma vez que cega os irmãos de Leão IV que, com exceção de Nicéforo, ainda conservavam a visão. Cercada pelas rivalidades de seus eunucos, Estoraquio e Aécio, e de seus parentes, a morte da primeira em 800 a deixa mais sozinha. Ela sucumbe a uma revolução palaciana, que a exila, e que está no comando do logo do Tesouro (Ministro da Economia), Nicéforo. Ela foi confinada à Ilha dos Príncipes e depois a Lesbos, onde morreu em agosto de 803.

Com o advento de Nicéforo I, inicia-se o século ^{ix} e a lenta ascensão de Bizâncio rumo ao esplendor clássico da dinastia fundada em 867 por Basílio I.

A história dos anos 802-867 é marcada por um segundo período iconoclasta (815-843), encerrado pela proclamação definitiva do papel das imagens, pela fundação da dinastia indevidamente denominada "macedónia", iniciada por Basílio I, que Começa em 867 e termina em 1056, devido à conversão do soberano búlgaro em 864, e devido ao primeiro ataque russo contra a capital em 860. A estabilização política dos povos que entrou em cena nos séculos VII e VIII então ocorre os búlgaros no processo de eslavização e os khazares, o aparecimento dos russos no horizonte de Bizâncio, a ascensão internacional do grande comércio e uma recuperação das localidades urbanas, e a clara afirmação, por fim, das estruturas sociais que surgiram. na segunda metade do século VIII. Mas estes mesmos anos apresentam-se, sobretudo, como os de um boom cultural sem precedentes, senão mesmo sem património, que fornece ao historiador textos abundantes. E este último, continuamente ocupado na classificação das instâncias determinantes, percebe a cultura no primeiro plano do seu estudo, no sentido que então escolhe dar a este termo: discursos dos poderes sobre si mesmos, referências desses discursos, meios técnicos de sua difusão, sistema de representações fabricadas ou aceitas nos diferentes níveis do sistema social. A historiografia do século IX coloca um problema difícil, pois a conhecemos através da produção do século X, inteiramente orientada, como veremos, para a justificação das origens da dinastia. A isto devemos acrescentar numerosas *Vidas*, desde a do patriarca Inácio, no centro do debate político, até a de Joanichius, o modelo ascético da Bitínia, falecido em 846, bem como as histórias dos piratas sarracenos ou dos santos do sul da Itália e das ilhas.

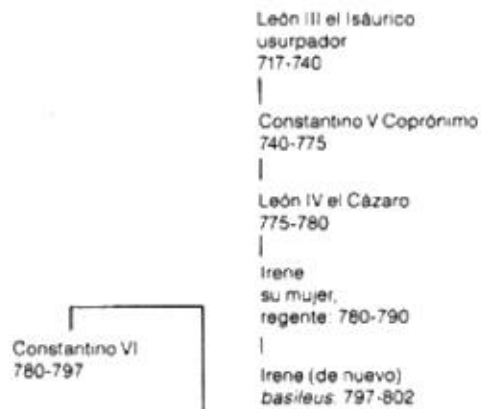
As tensões históricas e as relações externas de Bizâncio podem, portanto, ser definidas em termos culturais: a cultura e as crenças clássicas, a Igreja patriarcal e a Igreja monástica, a capital e as províncias, mas também o Helenismo e as minorias, Bizâncio e as cidades e, finalmente, ordenando, resumindo e explicando toda a estrutura, a figura imperial. E esta cultura não se expressa apenas em textos, mas também numa iconografia triunfante após meados do século IX. Acrescentemos a isto as fontes escritas fora do Império, especialmente a impressionante contribuição de cronistas e geógrafos muçulmanos, bem como a documentação da arqueologia, que ainda tem muito a revelar.

A sucessão ainda é difícil e sempre confusa

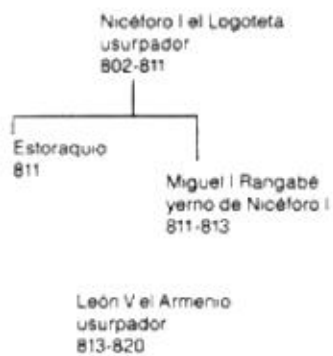
Como de costume, refiramo-nos primeiro aos protagonistas: os imperadores, cuja sucessão é regida em teoria, e salvo por acidente na história, pelo princípio patrilinear; mas não só eles serão protagonistas a partir de agora. A personalidade do patriarca é igualmente primordial na política do século IX. E, por outro lado, a evolução social já revelada sob o reinado de Constantino V atinge a sua maturidade: os dirigentes, que estão a cargo das altas funções públicas e sobretudo militares, tendem a constituir-se como uma classe coerente, embora completamente aberta. , pelo que a ancestralidade, as alianças conjugais e o parentesco se tornam importantes, como comprova o novo cuidado com que a historiografia indica esses dados sobre um personagem. Neste sentido, confirma-se o surgimento do nome de linhagem, que indica progressivamente, desde finais do século VIII,

no seio do ambiente dominante, aqueles cuja notoriedade remonta a uma geração anterior. Ora um nome próprio torna-se um nome de linhagem, como no caso de Focas, ora um nome estrangeiro helenizado, principalmente os de origem armênia, e, menos frequentemente, retirado de um topônimo, o sobrenome costuma ser apresentado como a fixação de um apelido . Quando se trata da língua falada, por exemplo Onomagulo, “com bochecha de burro”, é revelador ao mesmo tempo da abertura social da aristocracia em processo de constituição e de um nível de linguagem que os textos mal preservaram em relação a este tempo.

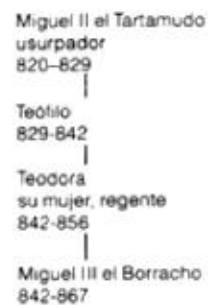
DINASTÍA ISÁURICA



Período de disturbios



DINASTÍA AMORIANA



Nicéforo I, que substituiu Irene em 802 é, como acabamos de ver, um ministério da Economia (*logothetos tou genikou*); O seu sucesso está localizado na lógica deste reino de mulheres cujo centro é o palácio. Ele sai vitorioso de duas tentativas de minar seu poder, uma devido a Bardanes Turco em 803, e outra a Arsaber em 808: estes dois nomes armênios e o apelido do primeiro, referem-se ao pólo oriental de Bizâncio, politicamente decisivo desde o Século ^{viii} e por muito tempo ainda. No entanto, Nicéforo casa seu filho Storychius, associado ao trono em 803, com uma ateniense, Teófano, porque ela é parente de Irene e ganhou o concurso de beleza que constitui então a versão feminina da vitória imperial. Sua filha Procopia casou-se com Miguel Rangabé, cujo pai, Teofilactos Rangabé, apoiava Nicéforo, irmão de Leão IV, e ocupava o cargo de *drongários* ("comandantes") do Dodecaneso. Mas em 811, a guerra búlgara acabou com o imperador. Depois de uma campanha vitoriosa, durante a qual tomou Plisca, Nicéforo I foi morto em combate, e Khan Krum fez uma taça com o crânio coberto de prata. A profunda impressão produzida por esta batalha se reflete em histórias como a do soldado Nicolás, que vê um personagem sobrenatural observando o desenrolar da batalha, que sabe que está seguro devido à sua castidade na noite anterior, e então abraça o estado monástico. Estoraquio é ferido e morre poucos meses depois sem deixar herdeiro. O trono corresponde então a Miguel, pai de dois filhos e três filhas: como visto no capítulo anterior, a partir de Heráclio as famílias imperiais tornaram-se numerosas. Miguel I foi derrotado pelos búlgaros em 813. Aparentemente, ele declarou então: "O Império do meu sogro e sua linhagem não tinham aprovação divina." Esta afirmação, embora não seja literalmente autêntica, é, pelo menos, perfeitamente consistente com o pensamento da época. Abandonado pela vitória, Miguel I é enviado para um convento com a esposa e os filhos.

A sucessão imperial será então disputada por três homens que haviam participado do levante de Bardanes Turco: Leão, um armênio, estrategista do *tema Anatólico*, Miguel, o Gago, originário de Amorion, na Frígia, e Tomás, o Eslavo, nascido no arredores de Comana, na *temática armênia*. Instalado no trono em 813, Leão V entregou o comando militar a Tomás e, sobretudo, a Miguel, o Gago, cuja filha também patrocina. Em 820, uma conspiração a seu favor tirou-lhe a vida. Miguel II enfrenta então o levante liderado por Tomás, seu adversário habitual. Este último, que se autodenomina Constantino VI, conta com uma coligação de forças: a Ásia Menor, e fundamentalmente a zona fronteiriça nordeste, em contacto com os ibéricos, os armênios e os abasgos, o descontentamento fiscal e os marinheiros das frotas temáticas. Por outro lado, os estrategistas de Anatolicón e Opsiquion lhe são hostis. Ele obteve a ajuda do califa al-Ma'mün e sitiou Constantinopla em dezembro de 821. Miguel II se reconstruiu com a ajuda do cã búlgaro Omurtag e da frota imperial, que permaneceu fiel a ele, e Tomás morreu torturado em Outubro de 823. O episódio, mais do que um eco do conflito suscitado em torno das imagens, é sem dúvida um daqueles choques que nos lembram de vez em quando que Constantinopla, entre o Mediterrâneo e a Anatólia, não é a capital de um império homogêneo. .

Miguel II casara-se com Eufrosina, filha de Constantino VI, que abandonara o convento para esse fim, estabelecendo assim a continuidade com a grande dinastia do século ^{viii}. Ele associou seu filho Teófilo ao Império, que o sucedeu após sua morte em 829. Ele executou os assassinos de Leão V, a quem seu pai devia o trono. Esta acção, bem como o casamento de Miguel II, coloca o poder imperial acima das rupturas de facto. Teófilo casa-se com um jovem vencedor do concurso já mencionado, e ao morrer, em 842, deixa um filho ainda

criança, Miguel, nascido em 829. Sua viúva, Teodora, cujas irmãs se casaram com aristocratas, governa então com a colaboração de seus irmãos, Petronas e, sobretudo, Bardas, o *logothetos tou dromou* (ministro das Relações Exteriores, Correios e Polícia), o eunuco Teoquisto, ascendidos ao poder há muito tempo, com o advento de Miguel II, padrinho de batismo de Teodora e, segundo um cronista árabe, algo mais, apesar da mutilação. O reinado de Irene entre Aetio e Estoriquio parece repetir-se. No entanto, a saída será diferente. Os homens têm um tamanho diferente. Teocisto, Bardas e o próprio Miguel III emergem aos poucos do descrédito sobre eles acumulado pelos rumores da polêmica contemporânea e pelas informações da historiografia posterior. A situação se resolve de outra forma. Primeiro, Teocisto domina, até o ano de 855, quando Teodora quer separar o filho de sua amante Eudócia Ingerina para forçá-lo a se casar. Teocisto é assassinado com a cumplicidade de Bardas e Teodora é destituída do poder. Bardas assume o trono e recebe o título de César. Por fim, começa a deslumbrante ascensão do futuro imperador Basílio, fundador de uma dinastia que cercará suas origens de histórias justificativas.

Basílio, quase desconhecido, natural de Andrinópolis e talvez de ascendência paterna armênia, que viera tentar a fortuna na capital, torna-se o companheiro indispensável e seu estábulo de Miguel. Além disso, Miguel lhe fornece mulheres, primeiro Tecla, uma de suas irmãs, que pode ser vista nas moedas com sua mãe e ele, e depois sua citada amante, Eudoxia Ingerina, com quem Basílio se casa, uma vez devolveu sua própria esposa para sua família. Basílio elimina Bardas em 865. Em 866 ele é associado ao Império. E em 867 ele assassinou o próprio Miguel III em seu quarto, após a refeição imperial, com a ajuda de parentes ou amigos conspiradores; A cena chegou até nós através de histórias de violência shakespeariana. A cadeia de acontecimentos políticos que levam Basílio ao poder supremo ocorre inteiramente no palácio.

Uma paz religiosa

Em comparação com os imperadores, a série de patriarcas obedecia ao princípio que já estava emergindo sob o governo de Irene. Alguns vêm de altos cargos públicos da capital, como é o caso de Nicéforo I, que era monge quando sucedeu a Tarásio em 806, e de Fócio, que foi nomeado em 858 antes mesmo de ser ordenado. Outros são monges, como Metódio (843-847), também parente de Teófilo, com cuja viúva colaboraria na restauração das imagens, ou como seu sucessor Inácio. Esta alternância expressa a linha orientadora dos conflitos do século IX e mesmo do século X, ao longo dos quais a Igreja de Bizâncio desenvolveu a sua fisionomia definitiva, o que não diminuiu a personalidade dos patriarcas ecumênicos. Ambos estão habituados ao palácio antes da sua nomeação, e por vezes vale a pena mencionar os seus laços familiares: Photius, sobrinho de Tarásio por linha paterna, é parente por linha materna de Teodora, esposa de Teófilo; Inácio não é outro senão Teofilacto, filho de Miguel I, castrado e confinado num mosteiro, ainda criança, após a queda do pai. O grande patriarca da segunda iconoclastia, João Morocarciano (837-843), pertence a uma família distinta: seu irmão Arsaber (o nome revela ascendência armênia) casa-se com Calomaría, "Bela Maria", irmã da Imperatriz Teodora, da qual Juan ele próprio foi padrinho de batismo. O primeiro patriarca iconoclasta, Teódoto (815-821), pertence à

família Melisenoi, já ilustre no século ^{vii}. Ele próprio, detentor no mundo da dignidade de *spatharocandidato*, e amigo do futuro Miguel II, era filho do patrício Miguel Meliseno, parente por casamento de Constantino V.

Tudo isto ajuda a compreender em que tipos de homens e em que círculo social se materializam os debates da capital. Além disso, o patriarca está também à frente de uma administração: assim, as *Vidas* dos patriarcas Tarásio e Nicéforo foram escritas pelo diácono Inácio, conservador do tesouro patriarcal. O mosteiro de Studa, cuja instalação na capital já foi referida, faz também parte da história do século ^{ix}. A regra, composta em versos por Teodoro, determinou um organismo social completo, desde a escola para crianças destinadas a professar no hospital, passando por uma série de oficinas, entre as quais em breve se destacará a oficina de cópia. Embora a origem de Teodoro esteja nos altos cargos públicos da capital, o recrutamento social de Studa parece bastante aberto, o que é lógico, pois expressa a intransigência radical de uma Igreja. Além disso, Studa não será o único a encarnar o partido monástico, embora mantenha a liderança: a ascensão do monaquismo provincial é também um aspecto da época.

O conflito entre a facção patriarcal a favor do compromisso e a exigente exigência de intransigência continuará ao longo do século ^{ix} com diferentes desculpas, e a sua verdadeira chave continua a ser a definição das relações entre o político e o religioso na cúpula do poder. A posição de Nicéforo I é oposta à de Irene. Pressionado pelo esforço de guerra e, portanto, financeiramente, põe fim às disposições que favorecem o património dos mosteiros e outros estabelecimentos piedosos. Por outro lado, herdou a disputa decorrente das nomeações episcopais da primeira iconoclastia e do divórcio e novo casamento de Constantino VI: o estatuto do sacerdote que consentiu em celebrá-las é posto em causa. O patriarca Tarasius morreu em 806 e o imperador o substituiu por um personagem com características semelhantes, Nicéforo, membro, antes de tudo, do secretariado imperial ao qual seu pai já havia pertencido, e enviado em virtude deste cargo ao conselho de 787, e mais tarde retirou-se para um mosteiro de sua fundação. Embora o imperador tenha consultado Teodoro sobre esta nomeação, a disposição do novo patriarca de fazer concessões despertou oposição dos estudantes. O mosteiro foi ocupado por tropas em 808; Em 809, um sínodo condena os Estuditas, mas mesmo assim declara o primeiro casamento de Constantino VI como o único válido: prova, se houvesse alguma necessidade, de que o que realmente está em jogo é menos o respeito ao cânone do que a vindicação dos religiosos. poder, ou mais precisamente, da sua autonomia determinante no poder em geral. Os líderes de Studa vão para o exílio e Teodoro apela em vão a Roma: um passo lógico, uma vez que o papa é o primeiro dos cinco patriarcas e o único contrapeso concebível em Constantinopla, da qual Roma permanece separada pela disputa sobre os patrimónios confiscados. durante o reinado de Leão III e pela aliança franca. E um passo característico, a partir de agora, dos monges, que o repetirão, não sem que o próprio imperador às vezes recorra a ele. Sob o governo de Miguel I, dócil com os estudantes, este primeiro episódio termina com uma reconciliação.

Leão V conduz o Império à iconoclastia, num contexto de angústia causada pela gravidade do perigo búlgaro, já comprovado pelos reveses de 811 e 813. Neste mesmo ano, a população da capital dirigiu-se ao túmulo de Constantino V, cujo vitórias que ele lembrou. Devido às suas incursões na Trácia, os búlgaros também comprometeram o abastecimento de grãos da capital, o que causou escassez. Leão V quer ser um novo Leão III, mesmo que

tenha seu filho Smbat coroado com o nome de Constantino. A vontade deliberada de restaurar o modelo vitorioso do século anterior explica sem dúvida, por um lado, a decisão iconoclasta. Primeiramente, em 815, envolveu a deposição do patriarca Nicéforo, cuja cooperação com o poder não se estendeu à rejeição das imagens. Foi substituído por Teódoto Meliseno, parente, como se viu, de Constantino V. Um mês depois, uma reunião do concílio na igreja de Santa Sofia, em Constantinopla, definiu a doutrina. Esta assembleia foi precedida de um trabalho de compilação de manuscritos com vista à constituição de um arquivo de textos justificativos. A comissão foi dirigida por Juan Morocarciano, futuro patriarca. As atas do concílio não sobreviveram à restauração de 843 e delas só podemos ter uma ideia através das citações e refutações do patriarca exilado. Teodoro também é banido após ter apelado mais uma vez ao papa; alguns de seus apoiadores são executados. Miguel II, também iconoclasta, tentou em vão a reconciliação, convocando antes de mais nada os exilados e tolerando o culto privado às imagens. Mas Teodoro exige a restauração do patriarca Nicéforo e a reunião de um concílio, e refere-se, contra o imperador, à autoridade da sé de Roma. Em 824, Miguel escreveu uma carta de justificativa ao imperador carolíngio Luís II, na qual explicava o que a devoção aos ícones havia se tornado na prática, e pedia seu apoio em Roma. A carta não tem efeito. A Igreja Latina não ignorou o conflito de poderes em Bizâncio, no qual permaneceu uma eminente instância de apelo. Mas a polémica sobre as imagens, que constituía uma das fases deste conflito, permaneceu-lhe tão estranha como, pelo menos nesta altura, a veneração das próprias imagens.

Após a morte de Teodoro em 826, e de Nicéforo em 828, a questão murchou, embora sem ser encerrada. Teófilo adota uma posição mais severa. Proíbe a pintura de imagens e pune rigorosamente os monges, mais do que nunca associados ao seu culto. Em 836, versos insultuosos foram impressos com ferro quente nos rostos de dois frades "assinados", Teodoro e Teófano, monges palestinos. Da mesma forma, são perfuradas as mãos com as quais o monge Lázaro pintou. João Morocarciano, cujo papel vimos em 815, torna-se patriarca em 837. Mas Teodora e seus filhos veneram secretamente os ícones do palácio, e a iconoclastia imperial não sobrevive à morte de Teófilo em 842. João é deposto em 843 e substituído por o monge siciliano Metódio, há muito tempo vítima da repressão de Miguel II por ser portador de uma mensagem pontifícia de apoio aos ícones.

A restauração solene e definitiva da devoção às imagens ocorre no primeiro domingo da Quaresma, feriado conhecido desde então e até hoje pelas Igrejas nascidas em Bizâncio como o Domingo da Ortodoxia. No entanto, a continuidade do poder imperial e da dinastia é assegurada pelo relato do arrependimento de Teófilo no seu leito de morte, pela visão, concedida à piedosa imperatriz, de Cristo perdoando-o na sua corte, e pela descoberta pelo patriarca do nome de Teófilo milagrosamente apagado de uma lista de imperadores heréticos colocados no altar no dia anterior. A Sala Dourada do palácio é restaurada: a imagem de Cristo coroa novamente o trono imperial, enquanto, na porta ocidental, a Virgem é vista com o imperador, o patriarca e os santos.

Assim termina a segunda iconoclastia. Distingue-se do primeiro pela ciência que se alardeia nas justificações, tanto num campo como no outro, daquilo que pudemos julgar. O aprofundamento filosófico da teoria das imagens e o aprofundamento político da Encarnação são frutos deste tempo. A obra continuada até a sua morte pelo patriarca Nicéforo, ainda em parte inédita, mostra isso claramente, com suas referências aristotélicas. Este facto está sem dúvida ligado à maturidade de um movimento que já tinha

tradição, de ambos os lados, mas sobretudo ao brilho intelectual do século IX, um período brilhante, criativo e curioso, sem dúvida em maior medida do que o grande clássico era aberta então pelo advento de Basílio I.

Rumo a um novo rosto da Igreja

Em primeiro lugar, há uma mudança decisiva nos meios de divulgação dos livros. Bizâncio ainda não conhece o papel, já utilizado naquela época nos países islâmicos. Por outro lado, seus copistas passaram então da escrita uncial para a escrita minúscula, tão rapidamente que sua invenção poderia ser comparada à da imprensa; e, como se vê, este mesmo passo é dado, neste mesmo século IX, na escrita latina do Ocidente Carolíngio. O manuscrito grego mais antigo conhecido em letras minúsculas, uma coleção dos quatro Evangelhos, foi copiado em 835 na oficina de Studa. A utilização da nova escrita, sinal de uma necessidade crescente de livros, está relacionada com o carácter erudito da segunda iconoclastia: não podemos duvidar disso, embora os livros do lado iconoclasta tenham sido perdidos. A série de manuscritos datados, que primeiro reúnem textos bíblicos e teológicos, continuará então com obras técnicas como tratados de topografia ou medicina e, finalmente, com literatura no sentido mais amplo da palavra.

O reinado de Teófilo marca verdadeiramente o início do "renascimento" do século IX, que é na realidade, como todos os renascimentos, o florescimento de uma modernidade. Dois homens desempenham um papel considerável aqui. Um deles é Juan Morocarciano, chamado Juan o Gramático, homem de origem ilustre e de grande cultura clássica, apesar do que diziam dele seus adversários, que o designaram com o diminutivo popular de Jannis. Sua inclinação, aparentemente, o levou à ciência grega e, sem dúvida, à magia, dela inseparável no pensamento da época. Teve influência sobre Teófilo, de quem foi tutor e que o enviou em missão a Bagdá. Leão, o Filósofo (ou o Matemático), nascido em Constantinopla por volta de 790, recebeu uma formação inicial composta por retórica, mas também filosofia e aritmética. Lecionou em particular, em sua própria casa, especialmente matemática, e mais tarde Teófilo confiou-lhe o ensino oficial. Tornou-se metropolita de Salónica em 840, mas regressou a Constantinopla após a restauração de 843. Iconoclasta moderado, sabemos que dividiu a sua obra principalmente entre Platão, corrigindo a sua própria cópia, Euclides e a influência dos astros no destino. O futuro patriarca Photius, nascido por volta de 810, já atuava sob Teófilo. Seguindo então a carreira de alto funcionário, durante a qual iria também para Bagdá, encontrou tempo para compor, por volta de 838, em homenagem a seu irmão, sua famosa *Biblioteca*, um conjunto de 279 resenhas de livros que havia lido, entre quais alguns, mais detalhados, constituem o único testemunho de obras antigas hoje perdidas. A curiosidade de Photius conduziu-o menos à ciência e à filosofia do que à retórica, que então abrangia, não devemos esquecer, a história. Parece que ele também tinha uma espécie de roda de leitura e ensino.

O próprio Teófilo não foi apenas o líder dos homens de que acabámos de falar e o inspirador de uma política que criou uma elite pública e um aparelho cultural de poder. A figura imperial participa com ele na elaboração em curso, e dá-lhe a dimensão intelectual, e não apenas teológica, como no caso de Constantino V, que ofereceu nos séculos IX e X. A sua curiosidade pelo poder e civilização do califado reflecte-se, entre outras coisas, nas suas

cópias da arte do palácio omíada, um problema específico para um imperador iconoclasta, que não conseguia manter a tradicional decoração de Cristo desde finais do século VI. século. A vitória imperial é encenada nas entradas triunfais que o levam a Constantinopla após seus sucessos de 831 e 837. Seu protocolo foi preservado pelo *Livro de Cerimônias* de Constantino VII. E embora Teófilo não tenha deixado leis aos seus sucessores, as suas virtudes como juiz supremo são, no entanto, ilustradas pelos piedosos relatos relativos à sua absolvição e na coleção de *Vidas* de Imperadores composta no círculo de Constantino VII: os descendentes de Basílio I sublinham assim a dignidade ininterrupta do poder imperial, para além da personagem de Miguel III, negativa desde que foi assassinado.

Em suma, a cultura oficial da segunda iconoclastia é marcada pela releitura do antigo e por uma curiosidade especificamente secular, mesmo no caso do patriarca João, mas não no de Photius, cujas preocupações permanecem cristãs, e que em na verdade, só ocupa um primeiro plano na geração seguinte, a partir de 843. Esta herdará, portanto, um modelo cultural baseado em referências antigas elevadas à categoria de classicismo, e a partir daí nas mãos de um poder que está mais uma vez, e para sempre, um defensor de imagens. Não se pode negar a parte que corresponde ao indivíduo, ao gosto particular dos protagonistas deste “renascimento”, mas cabe ao historiador verificar a sua coerência política e explicá-la.

A segunda iconoclastia é também, não surpreendentemente, um período de prosperidade monástica. Studa continua a sua existência, como evidenciado pelo manuscrito citado acima, copiado sob Teófilo, a hagiografia Studa, relatos das experiências de Teodoro e seu sucessor Nicolau, compostos no mosteiro durante o reinado de Basílio I, e a formação ministrada no mosteiro, do qual o Patriarca Inácio será um exemplo ilustre. Studa conhece bem a cultura antiga, que aborda sob outro ponto de vista, o do primado da Igreja dos monges no Império. Mas a segunda iconoclastia também é contemporânea e causa, sem dúvida, em parte, uma proliferação provincial de mosteiros, cujas consequências serão importantes. O Olimpo da Bitínia, perto de Brusa, torna-se o local preferido, onde se realiza a carreira ascética das modelos da época. Enquanto Pedro, higúmeno do mosteiro de Atroa (773-837), continua a ser uma autoridade provincial, Joaniquio, nascido no reinado de Constantino V numa família iconoclasta e falecido em 846, torna-se uma referência na extensão do Império. As *Vidas* destes homens santos, escritas naquela época, narram ao mesmo tempo as atitudes da piedade leiga. São menos curandeiros que seus antecessores dos séculos ^v e ^{vi}, e muito mais videntes. A previsão do futuro e do destino que o Matemático Leão pedia nos cálculos astrológicos é assumida pelos seus fiéis como uma aplicação da sua santidade. Além disso, sua visão não se limita a iluminar acontecimentos distantes no espaço ou no tempo. Penetra no segredo dos corações culpados, dos quais se extrai a confissão, prelúdio da penitência. A autoridade do “pai espiritual” torna-se então, em todos os níveis da sociedade, um elemento essencial do poder monástico. Além disso, as hagiografias enfatizam cuidadosamente que os seus heróis são sacerdotes. Também a partir de agora, a devoção comum às imagens confirma as suas características futuras e já tradicionais. A carta de Miguel II a Luís II expressa a presença viva que se espera dos ícones, fazendo-os patrocinar crianças no seu batismo, por exemplo. Com o passar do tempo, dizia-se que Teodora e seus filhos tinham os seus num armário de sua residência, e que o bobo da corte de Teófilo entrava nele dizendo: "Imperador, cuidado com os bonecos da Imperatriz!"

Portanto, seria errado definir esta época pela distinção entre uma cultura erudita e uma cultura popular. Acima de tudo, podemos dizer, manifesta uma cultura comum, na qual se destacam em primeiro lugar a crença e a prática cristãs, à qual se sobrepõe efectivamente um nível erudito, recuperado do antigo nos círculos dominantes, quer se trate do círculo imperial ou daquele. de Studa, que, como é evidente, não escolhe exactamente a mesma coisa do património da Antiguidade. Mas, se a curiosidade científica parece ter sido uma característica dos intelectuais iconoclastas, a construção de uma história biográfica, por exemplo, está em todo o lado sujeita às mesmas regras retóricas e a linguagem está em todo o lado distante daquela que os próprios autores falavam diariamente. Da mesma forma, seria errado fazer uma distinção entre a cultura da capital e a das províncias, pelo menos a nível escolar: o estudo dos escritos e das gravuras dos manuscritos mostra a difusão da obra. Por outro lado, no nível que chamamos de comum, percebe-se uma certa cultura regional: voltaremos a este tema a respeito da fronteira oriental na segunda metade do século IX.

A cultura dominante imediatamente após 843 já estava, de facto, desenvolvida durante a segunda iconoclastia, e mesmo desde o início do século. A segunda restauração das imagens modifica ainda menos a elaboração em curso da figura imperial do que a primeira. Só o trabalho teórico e historiográfico realizado desde Basílio I até Constantino VII, seu neto, irá ainda mais longe. Mas o reinado de Miguel III colheu, por seu lado, os frutos do boom cultural que o precedeu. O poder imperial continua ligado ao ensino superior, primeiro com o impulso de Teocisto – que pagou Constantino-Cirilo, futuro apóstolo dos eslavos, pelo ensino da filosofia – e, mais tarde, de Bardas. Este último organizou por volta de 855-856 a escola Magnaura, no palácio imperial, onde os ensinamentos de geometria, astronomia e gramática foram colocados sob a autoridade de Leão, o Filósofo. A mesma continuidade existe em relação à posição simbólica do soberano e do seu poder. O palácio continua a ser o local da sua representação, com o cerimonial das audiências dos embaixadores ou a refeição imperial, que continua no hipódromo, nas procissões e nas caçadas. A adoração de imagens inspirou o Patriarca Metódio, desde 843, no culto do Domingo da Ortodoxia (o primeiro da Quaresma), celebrado em todas as igrejas do Império, durante o qual são aclamados os nomes dos soberanos, e os dos soberanos são reprovados. Numa palavra, a ideologia imperial muda a sua posição em 843, mas não a sua reivindicação cósmica. O retorno às imagens significa para ela a opção definitiva pela Encarnação do poder supremo, o retorno à terra do “Cristo-imperador”. O relato do perdão milagroso concedido a Teófilo revela claramente que 843 não significa uma ruptura na linhagem da dinastia.

O radicalismo monástico também sinaliza a sua continuidade, destacando, pelo contrário, a ruptura entre o governo iconoclasta e a ortodoxia restaurada, cuja exultação as miniaturas de um grupo de saltérios da segunda metade do século IX oferecem uma ilustração surpreendente. A partir daí, o conflito entre os poderes voltou a encontrar-se nos mesmos termos do início do século, entre uma Igreja auxiliar do soberano e a reivindicação de Studa. O próprio Metódio, embora monge, não se alinha com as posições dos seus pares, com quem posteriormente se irrita, vendo-os demasiado passivos face ao regresso às imagens. Após a sua morte em 847, Teodora escolheu Inácio, eunuco e monge filho de

Miguel I. Isto representa uma concessão aos Estuditas e, por se tratar de um homem de linhagem imperial, vincula o poder atual a um passe de dinastia. No entanto, significa a abertura de outro conflito, uma vez que Teodora não fez a votação sinodal, da qual surge uma oposição episcopal a Inácio, cuja voz é Gregório Asbestas, bispo de Siracusa. Em 858, Inácio foi banido por Miguel III e Bardas, por ter negado a comunhão a este último, acusado de incesto com a nora, e também por se recusar a aprovar o confinamento de Teodora e seus filhos num convento. Ele é substituído por Fócio, na época diretor da chancelaria imperial e, como será lembrado, sobrinho de Tarásio e aliado de Teodora. Recebeu ao mesmo tempo os vários graus do clero e fez-se consagrar por Gregório Asbestas, a quem Inácio havia demitido e que apelou para Roma. Desde então, uma guerra de desafios confronta Fócio e Inácio e os seus apoiantes, com apelos à arbitragem do Papa Nicolau I: este último encontra nesta a oportunidade de reabrir o processo dos bens confiscados pelo Imperador Leão III, e encontra-se comprometido. , por outro lado, na rivalidade com Bizâncio, juntamente com os búlgaros, como se verá mais adiante. Em setembro de 867, um sínodo reuniu-se em Constantinopla sob a presidência de Miguel III, que assinou a ata. Fócio obtém de outros patriarcas do Oriente a excomunhão do papa, declarado herege em virtude da doutrina romana sobre o Espírito Santo, que para os gregos procede "do Pai através do Filho", e para os latinos "ambos do Pai e o Filho." ». Esta divergência, já explícita no século ^{vi}, torna-se, a partir de 867, um critério de ortodoxia segundo Bizâncio, que será reencontrado no cisma de 1054. Além disso, Fócio declara ilícita a intervenção do papa e faz circular pelo Oriente as conclusões de o sínodo. A partir daí, não há apenas um conflito interno, que separa duas concepções das relações entre o soberano e a autoridade da Igreja. Há também, externamente, a associação do imperador e seu patriarca, já delineada, como será lembrado, nos tempos de Heráclio, e desenvolvida a partir de então na medida dos espaços que se abrem ao poder imperial, especialmente no que se refere a os eslavos.

BIZANTIUM RETOMA A OFENSIVA

Neste poderoso desenvolvimento de uma soberania e da sua cultura, o que acontece às minorias e às fronteiras do Império? A questão não pode ser separada da questão das relações exteriores de Bizâncio. Um primeiro olhar permite-nos perceber o conjunto dos territórios, as suas gentes, a sua respiração, as suas constantes, bem como a guerra em que estão envolvidos. Mas seria errado escrever este capítulo apenas em termos da integridade do território imperial, como muitas vezes se faz. Mais do que nunca, a guerra continua a ser uma forma normal e permanente da vida pública, da ideologia do soberano, das relações internacionais. Constitui, juntamente com as embaixadas e o comércio, o sistema deste último, o seu prestígio, os seus benefícios.

No início do século ^{ix}, três grandes áreas que por vezes interferiam requerem atenção. A primeira fica a oeste: inclui os mares, o Egeu e o Mediterrâneo central, com as suas ilhas, a Calábria, a costa do Adriático e da Dalmácia, e a lagoa veneziana: tudo isto ainda oficialmente bizantino. Em seguida vêm as províncias balcânicas, com as suas ilhotas eslavas ainda parcialmente distintas, e as transferências populacionais realizadas pelo Império; os estreitos e a costa ocidental do Mar Negro dominam a rota para Constantinopla; Em frente a Bizâncio está o Estado Búlgaro, e, na costa norte, onde Bizâncio

tem o posto avançado de Cherson, elevado à categoria de *thema* a partir de 833, a área sob o comando do Estado Khazar, entre o Don e o Volga. Finalmente, a leste existe uma região sensível desde o século ^{vii}, o grande arco de circunferência apoiado no Touro de um lado e no Cáucaso do outro, onde toca, nos confins do Império, os antigos países cristãos da Arménia e da Península Ibérica. Além disso, tanto em Melitene, Manzikerta e Arzen como em Tbilisi, estabeleceram-se desde o século ^{viii} emirados árabes fronteiriços, pouco dóceis a Bagdá, até mesmo rebeldes se necessário, mas familiares, por outro lado, aos príncipes arménios da região, com cujas filhas eles às vezes se casam.

A estrada, a aldeia e a moeda, recuperadas

Os percursos e pontos-chave da estratégia encontram-se novamente no grande comércio, cuja ascensão a partir do século ^{ix} corresponde à do consumo palaciano e urbano, bem como ao conhecimento comercial de línguas, itinerários e produtos. Um conhecimento em que os judeus se destacam, graças à facilidade de comunicação escrita com uma extensa rede de correspondentes apoiadores, talvez ampliada pelos caraítas (do hebraico *qara*, "ler"), dissidentes judeus fiéis ao texto exato do Lei, excluindo a exegese rabínica e suas conclusões. Eles foram encontrados desde então na Crimeia. Na mesma região, em Lazaría, os judeus ocuparam uma posição privilegiada a partir de meados do século ^{viii}. Os comerciantes muçulmanos são igualmente activos. São reconhecidas duas grandes correntes comerciais: a primeira, tradicional, fornece especiarias e seda provenientes da Índia e da China; A segunda importa couro, peles, madeira, mel e escravos da Ucrânia. O Estado búlgaro ocupa uma posição dominante na rota do baixo Danúbio, que vem dos países eslavos. O Estado Khazar beneficia da rota mais oriental que leva a Cherson e Trebizonda. Uma potência vulnerável que declina em benefício dos russos, quando estes começam a navegar o Volga e chegam ao Cáspio no final do século ^{ix}.

Dentro do amplo movimento de produtos e moedas que ocorre através dos três espaços de consumo, o Oriente Muçulmano, o Ocidente e Bizâncio, o equilíbrio destes últimos não é, sem dúvida, tão deficiente como foi dito. Constantinopla e Salónica continuam a ser centros de redistribuição cujo papel não permite a concorrência e cuja actividade comercial permanece nas mãos dos próprios bizantinos. Atenas e Corinto mostram sinais de renascimento desde o início do século ^{ix}. A moeda, finalmente, fornece a prova do que dizemos.

Como será lembrado, começando com Constantino, o sistema monetário de Bizâncio baseava-se no salário do ouro, cunhado a uma taxa de 72 peças por libra de aproximadamente 327 g de peso, e de altíssima qualidade, 24 quilates (*queratia*). O salário, meio de pagamentos públicos, impostos, pagamentos, aluguéis concedidos a particulares ou estabelecimentos piedosos e tributos suportados pelo Império, também era muito apreciado nos mercados internacionais. Por outro lado, a moeda de bronze, liga onde predominava o cobre, era utilizada, pelo contrário, para as trocas da vida quotidiana: os poderes públicos tendiam a torná-la mais pesada e, portanto, mais eficaz, enquanto o uso atraía para baixo, para cada vez mais despesas fracionadas, tornando-as cada vez mais leves. Entre as duas, a moeda de prata apareceu como recurso ocasional e descontínuo. Ora, desde o século ^{viii}, o sistema bizantino fundado no ouro encontrava-se situado entre um

Ocidente que naquela época estava limitado à prata, sinal de uma capacidade financeira e monetária inferior, e um Oriente islâmico mais próximo do bimetalismo, já que o califado cunhou um diñar de ouro inspirado em Bizâncio e um dirhan de prata, herdeiro da moeda persa e, por sua vez, inspirador da cunhagem bizantina. Acrescentemos que estas moedas são mais uma vez encontradas e competitivas nos novos caminhos do mundo escandinavo e eslavo, conquistadas por mercenários e contribuídas por comerciantes.

A partir do reinado de Leão III foram cunhadas moedas de prata comemorativas, embora tendessem ao uso comercial. Teófilo retoma a cunhagem regular de moedas de prata (*miliarision*), com aumento temporário de peso. Miguel II já cunhou uma moeda de bronze mais pesada (*fallís*) continuada por Teófilo, cuja moeda permaneceu estável ao longo de dois séculos. Estes dois movimentos, enquanto a moeda ouro permanece inalterada, indicam claramente uma aceleração das trocas locais e do tráfego de longa distância. O mapa dos achados de peças isoladas, perdidas pelos seus usuários, traça sumariamente os rumos das trocas, bem como sua respectiva importância. No século IX ainda havia pouca moeda em circulação na Bulgária, enquanto na Moldávia, tal como na Transilvânia, a moeda seguia as rotas dos pastores, que sem dúvida conduziam o gado para as feiras. Moedas de bronze circularam na costa do Mar Negro, talvez em conexão com o mercado de alimentos da capital. Havia apenas moedas de ouro de Teófilo nos Balcãs Ocidentais, especialmente no interior. Finalmente, e fundamentalmente, houve um boom económico na costa do Egeu e na Grécia central, onde moedas árabes, peças de cobre dos emirados árabes de Creta e dirhams de prata foram cunhadas novamente na *miliarisia* em Corinto e especialmente em Atenas. Estas indicações são essenciais para representar um mundo em que a guerra e a pirataria, por um lado, e as trocas, por outro, estudadas nos livros de história em diferentes capítulos, formam de facto o tecido de uma mesma realidade.

A quebra do cerco ao Ocidente e ao Norte...

A primeira metade do século é dominada no Mediterrâneo, por um lado, pela frota muçulmana e pelos seus sucessos, e, por outro, pela extensão terrestre e marítima do sistema defensivo bizantino. Em 805, navios árabes participam de uma grande revolta dos eslavos na região de Patras. Nicéforo I põe fim a isso e, conseqüentemente, procede a uma transferência populacional da Ásia Menor. Um estrategista de Cefalônia é mencionado pela primeira vez em 809. Os árabes multiplicam os desembarques nas ilhas do Egeu, em Chipre em 806 e em Rodes em 807. O *tema marítimo* do Egeu é mencionado pela primeira vez em 843. As posições bizantinas no Adriático são ameaçadas pelos piratas eslavos da costa da Dalmácia, pela ganância carolíngia e pela expansão dos próprios venezianos.

Finalmente, um tratado, assinado em 813 ou 814, preserva a autoridade de Bizâncio sob a qual Veneza gozará de facto de uma situação de autonomia, logo revelada pela posse das relíquias de São Marcos, que mercadores venezianos roubaram em Alexandria em 828, e que permitem à cidade reivindicar a dignidade apostólica indispensável no jogo de precedência política da época. Em 836 há a primeira menção de um estrategista de Tessalônica, que talvez existisse desde 824, e em 842-843 a de um estrategista de Dirráquio (Durazzo).

Em 825, os árabes de Córdoba, expulsos de Alexandria, onde se tinham refugiado, tomaram Creta: privando assim Bizâncio de uma posição estratégica e comercial de primordial importância, que assegurava o controlo das rotas marítimas no centro do Mediterrâneo. Uma expedição bizantina, que não será a única, lançada em 828-829, não obtém resultados positivos. Os árabes fundaram Candia na ilha, que mantiveram em seu poder até ao século x. Em 827, os Aglabidas vindos de África desembarcaram na Sicília, aproveitando uma revolta local contra a autoridade bizantina: a Sicília, convertida em *tema* por volta de 700, ocupava uma posição periférica graças à qual preservou a tradição de uma certa autonomia. No entanto, a sua Igreja era grega desde a sua incorporação ao patriarcado ecuménico por Leão III. As forças árabes sitiaram Palermo em 830 e tomaram-na em 831. A conquista continuou por muito tempo, já que Siracusa só cairia em 878 e Taormina até 902. Os árabes mudaram-se da Sicília para o sul da Itália, onde Bizâncio tinha o ducado de Calábria, Otranto, etc., e ainda mais teoricamente do que no caso de Veneza, o ducado de Nápoles, do qual Amalfi dependeu até aproximadamente 839. Os árabes tomam Taranto em 839-840, o que lhes permite ameaçar o tráfego marítimo de Veneza. Uma embaixada bizantina dirige-se a Veneza em 840 e a frota veneziana intervém neste mesmo ano contra Taranto, mas sem sucesso. Em 842, os árabes conquistaram Bari. A partir das suas posições insulares, devastam periodicamente as costas gregas, por exemplo a península de Athos. As *vidas* dos santos da época ecoam continuamente essas aterrissagens. O desastre causado por um ataque sarraceno abre, por exemplo, a *Vida* da santa freira de Tessalónica, Teodora, nascida em 812 e que, ainda criança, abandonou a sua ilha natal de Egina. A história da dominação árabe em Creta é singularmente monótona. É importante apreciar na sua própria dimensão o vínculo que existia naquela época entre Bizâncio e a sua periferia italiana. As exigências fiscais e militares do poder central na Sicília poderiam causar uma fractura nesta ilha onde este mesmo poder parecia tão distante. Embora a história de Veneza, Nápoles ou Amalfi seja característica do mundo em que a independência de facto e indiscutível é paralela a uma fidelidade formal ao Império, revelada pelos títulos que Bizâncio concede aos líderes, e por vezes traduzida em ajuda concreta a estes últimos : uma superposição que nos é difícil conceber e que, no entanto, é inerente à própria definição de Império.

Nos Balcãs, o início do século é marcado, como se viu, pela guerra entre Bizâncio e o Estado Búlgaro. Khan Krum levou a cabo uma política de ofensiva em numerosas direcções, com sucesso desigual, uma vez que Nicéforo I tinha tomado a capital, Plisca, pouco antes da derrota em que encontrou a morte no ano de 811. Depois de ter ameaçado Constantinopla em 813, Krum em por sua vez, morreu em 814, e seu filho Omurtag concordou em 814 ou 815 com uma paz de trinta anos com Bizâncio, durante a qual, como também vimos, ele ajudou Miguel II contra a revolta de Tomás, o Eslovo. O problema das ilhotas eslavas no território do Império ainda não foi resolvido até hoje. Acima lembramos a revolta de 805 na região de Patras. Em 841 é produzido outro. Mas, no que diz respeito aos búlgaros, a paz reinará durante algumas décadas: a eslavização da nação, o progresso do cristianismo e o amadurecimento da estrutura política exigem outros passos, que começam com a chegada ao poder de Khan Boris. em 852. O facto de um novo povo turco, os húngaros, vindo da estepe, ter chegado à foz do Danúbio por volta de 837, ainda não representa nenhum problema no horizonte de Bizâncio.

Mais a leste, a mesma observação deve ser feita em relação ao domínio Khazar. O poder dos Khazars baseia-se nos pagamentos impostos às tribos da região e aos utilizadores das grandes rotas comerciais. Os judeus tinham-se estabelecido entre eles por volta de 740, e a adopção oficial do judaísmo pelo grupo dominante é um facto comprovado na segunda metade do século ^{ix}, o que traduz evidentemente o propósito de abandonar o antigo politeísmo turco por uma forma religiosa mais condizente com a maturidade política do Estado. Opção análoga à que os Estados eslavos ou eslavos tomaram depois de 860, e notável por preservar a sua independência do cristianismo e do islamismo, as duas esferas políticas vizinhas, mas por isso mesmo insuficiente para as garantir. As suas relações com Bizâncio, na costa norte do Mar Negro, são pacíficas. Por volta de 833, solicitaram engenheiros bizantinos de Constantinopla para construir a fortaleza de Sarkel, nas margens do Don. Bizâncio converteu então a sua antiga cabeça de ponte de Querson, o terminal marítimo da grande rota comercial de Kiev, *num tema*. E é precisamente o Estado de Kiev, ou seja, os russos (do grego *ros*), que constitui a nova ameaça para esta parte do mundo, tanto para os khazares, cujo lugar eles finalmente tomaram no século ^x, como para Bizâncio, sob cujas muralhas surge pela primeira vez em 860. Mas em toda esta história a guerra fica em segundo plano e voltaremos a encontrá-la mais tarde, quando tratarmos da integração no sistema dominante exigida pelos jovens Estados, e proporcionada por Bizâncio na forma de missão cristã.

...para o Leste e Sul

A leste de Bizâncio, a fronteira estratégica foi traçada inicialmente, no início do século, pelas campanhas de Harūn al-Rashid, falecido em 809, depois de Nicéforo I ter anulado o tributo que Irene aceitara. As campanhas árabes na Ásia Menor, realizadas durante o seu reinado, entre as quais uma chegou a Ancara em 806, são semelhantes às expedições marítimas dos mesmos anos. O período de calma dos anos 814-829 dificilmente é perturbado pela ajuda que a revolta de Tomás, o Eslavo, recebe de al-Ma'mūn. A própria guerra rebenta novamente com Teófilo. Mas não se pode compreender o que está em jogo sem colocá-lo novamente no contexto regional muito particular em que já era um problema nos séculos ^{vii} e ^{viii}, e mais especificamente na situação do século ^{ix}, ao qual, para o resto, refere-se ao papel desempenhado pelas tropas do *tema Anatólico* na sucessão imperial, contra o poder palaciano de Irene, e a revolta de Tomás, o Eslavo. Já dissemos até que ponto a afirmação de uma vocação natural do Oriente para a iconoclastia era desprovida de fundamento. Por outro lado, o que se confirma é a distância cultural entre a Igreja grega da capital, ainda nos tempos dos iconoclastas, e o cristianismo regional, animado pelo clero jacobita de língua siríaca. O patriarca jacobita de Antioquia reside de facto, desde o século ^{iv}, não nesta cidade, mas nos conventos fortificados em torno de Harran (antiga *Carrhae*), especialmente no convento denominado Barsoma, no território do Islão. A primeira metade do século ^{ix} corresponde a uma época de ouro da literatura siríaca, em que as traduções do grego, as homilias, a hagiografia, o direito canónico, se aproximam de uma historiografia original em que se expressa a consciência colectiva de uma particularidade cujo signo se exprime. a diferença cristológica com Constantinopla.

Outro elemento desta longa e ampla fronteira são os contrafortes do Cáucaso. Durante os reinados de Nicéforo I e Miguel I, e a partir do século ^{viii}, tanto Bizâncio como o califado centraram a sua atenção nas lutas feudais entre as grandes linhagens armianas, os Bagratunis do nordeste, um de cujos ramos dominavam a Península Ibérica, e os Ardzrunis, proprietários de Vaspurakan, e em breve de todo o sudeste. As duas potências mantêm a sua rivalidade baseada em títulos, que constituem uma garantia política, sem no entanto permitir que um Estado unificado que tinha sido perigoso, ou pelo menos incómodo, se estabelecesse nesta posição estratégica indispensável. Em 806, Ashot Bagratuni, estabelecido em Bagaran, recebeu dos árabes o título de príncipe da Armênia. Ele casa uma de suas filhas com um ardzruni e outra com o emir de Arzen. Seus filhos dividiram novamente o território e tiveram que lutar contra os emires de Tíflis. Em 813, seu primo e homônimo da Península Ibérica recebeu a mesma investidura. Desde então, a linhagem ocupou uma posição dominante no Cáucaso.

Os emires da fronteira instalam-se em Melitene, Tarso e Arzen. Estão entre os protagonistas desta sociedade fronteiriça que, do Touro à Armênia, surge no século ^{ix}, difundiu-se no ^x, e tornou-se, até à chegada massiva dos turcos no século ^{xi}, uma das faces de Bizâncio, tal como Constantinopla ou a região de Salónica. Um mundo tão estável na sua própria coerência como flutuante nas suas lealdades políticas e bélicas. Os guerreiros do Império vão para lá, se quiserem, para o outro campo, como é o caso do estratega Manuel, de origem armênia, refugiado, no tempo de Miguel II, do lado muçulmano, após uma falsa acusação, e que mais tarde voltou para o lado de Teófilo em 830, para ocupar o cargo de doméstico dos *scholes* ("comandante da guarda") e ministro dos cargos públicos, além de estar ligado ao soberano pelos laços do batismo e parentesco. Os emires atuam na região; Por exemplo, lançaram ataques contra a vizinha Armênia, cujos habitantes trouxeram consigo entre 812 e 825, tal como Teófilo fez na sua campanha de conquista de 837. A sua glória local coloca-os entre os heróis das canções épicas, preservadas através dos séculos até ao século XIX. hoje na poesia popular grega, mas cujos primeiros acentos ali se ouviram, como sabemos, no século ^{ix}, e talvez desde o reinado de Teófilo: canções de amor e de guerra, onde os "sarracenos" são os inimigos, sem dúvida, mas onde "o emir" também é por vezes colocado do lado bizantino devido ao seu amor por um cristão, figura de tão significativa ambiguidade que entrará, algumas gerações depois, na epopeia de *Digenis Akritas*, a "raça dupla" guerreiro.

A mesma região e ao mesmo tempo testemunha, finalmente, a ascensão da seita cristã dos paulicianos. Os paulicianos mantiveram uma distinção radical entre o seu Deus e o mundo criado que lembrava os ensinamentos do gnóstico Marcião (século ⁱⁱ). A rejeição da imagem e, conseqüentemente, do estatuto de Maria e dos santos, aproximou-os dos iconoclastas, embora evitassem o uso simbólico da cruz. Por outro lado, o que os separava dos iconoclastas era a sua rejeição absoluta dos sacramentos e da hierarquia eclesiástica, que justificavam como um regresso à pureza do cristianismo apostólico. Colocavam-se sob a autoridade de "mestres" inspirados, entre os quais por vezes ocorriam atritos, e cujas duplas séries constatadas pelas pesquisas realizadas sob o mandato de Basílio I permitem-nos remontar aos finais do século VII. Dois deles foram executados em 682 e 688. A sua negação de qualquer tipo de hierarquia também os destinou a perseguir soberanos iconoclastas: um dos seus professores foi, de facto, convocado e interrogado por Leão III. Somente durante o reinado de Irene a seita poderia talvez servir de refúgio aos

iconoclastas: foi, em todo caso, um momento de apogeu. O patriarca Nicéforo obteve de Miguel I a condenação dos paulicianos à morte, enquanto Teodoro de Studa se opôs a tal rigor: os dois homens foram nisto fiéis à respectiva ordem dos seus valores, pois o patriarca afirmou, com esta severidade e com a sua flexibilidade em a questão do novo casamento de Constantino VI, a prioridade que ele concedeu à ordem política do Império até nos seus aspectos religiosos.

Mas os Paulicianos também tinham uma definição provincial. Na origem da seita está, sem dúvida, um arménio. Em todo o caso, a Igreja Arménia reprime, e talvez expulsa no século ^{viii}, alguns hereges que são, sem dúvida, também os paulicianos. Ao longo do século ^{viii}, os movimentos dos mestres da seita levam-nos para os dois lados da fronteira com o Islão, na região do alto Eufrates e Melitene, e um deles chega a Antioquia da Pisídia. Durante o mandato de Leão V, Mestre Sérgio e seu povo refugiam-se com o Emir de Melitene. Mais tarde, sem sair desta situação fronteiriça que tanto lhes convém, a seita instala-se no seu próprio território: por volta de 830 toma posse da cidade de Argaún, sob a protecção do emir de Tarso. A partir de então, os Paulicianos foram guerreiros fronteiriços, inimigos de Bizâncio. Em 843 ou 844 surgiu um pequeno Estado Pauliciano, cujo líder era Carbeas, sem dúvida um vira-casaca bizantino, e sua capital Tefrico, fundada antes de 856. Os Paulicianos tornaram-se assim guerreiros auxiliares do Emir de Melitene. Após sua morte, em 863, Carbeas foi substituído por seu sobrinho e genro Crisoqueir ("Mão de Ouro"). Os nomes de Carbeas e Crisoqueir são encontrados novamente na epopéia de *Digenis Akritas*, uma façanha da fronteira oriental, que não fornece dados específicos. Do lado bizantino, a defesa da fronteira assentou, durante a primeira metade do século ^{ix}, nos *thema* ("desfiladeiros"), comandos militares posteriormente convertidos em *thema*, como Carsiano, Selêucia e Capadócia.

A própria guerra começou em 830 com uma ofensiva do califa al-Ma'mün, e continuou na Anatólia, ao ritmo de campanhas anuais e triunfos de ambas as partes, entre os quais a tomada de Amorion pelos árabes em 838: um acontecimento retumbante, já que a cidade foi o berço da dinastia no poder, rapidamente recolhida por histórias relativas aos traidores que traíram Amorion e aos 42 mártires que permaneceram firmes na fé cristã. A morte de Teófilo e de al-Mamün, em 842, marca uma ruptura. Com a maioria de Miguel III iniciou-se uma política mais ofensiva. A investida árabe de 860, apoiada pelos paulicianos de Carbeas, e a campanha do emir de Melitene em 863 que chegou à cidade de Amisus, foram seguidas, nesse mesmo ano, de duas grandes vitórias, uma delas conseguida pelo tio de o imperador, Petronas.

Os gregos em território eslavo

As embaixadas bizantinas em Aquisgrão ou Bagdá, em Veneza ou Córdoba, em 839-841, e a chegada de embaixadores estrangeiros a Constantinopla não constituem apenas uma série que se alterna com a das campanhas militares. São tantas etapas nos contactos da civilização, particularmente entre Constantinopla e Bagdad, devido às oportunidades frequentemente proporcionadas pela guerra, e à importância claramente dada por Bizâncio às conquistas do califado. As imitações feitas por Teófilo da arte dos palácios omíadas, herdeiros, sem dúvida, do Oriente helenístico, constituem um exemplo clássico. A

negociação sobre os presos é prolongada nesse sentido, pelas compensações e presentes que coloca em jogo. Um embaixador árabe observou que havia chegado em 861 com “cerca de mil bexigas de almíscar, vestidos de seda, grande quantidade de açafrão e coisas curiosas e novas”, além de produtos caros oferecidos como presentes e outros de valor informativo. Reciprocamente, o esplendor e o protocolo das audiências imperiais e as observações feitas na capital levaram para longe o prestígio do poder bizantino. Mas na segunda metade do século estas relações internacionais, de outra forma conformes com uma tradição secular, tomaram um rumo particular na missão cristã solicitada e recebida pelos Estados do mundo eslavo oriental.

Qualquer que seja a sua origem étnica, estes Estados foram então, devido ao seu próprio amadurecimento político, confrontados com a opção de uma dimensão religiosa adequada ao desenvolvimento de um poder soberano. Sem dúvida, os seus contactos de todos os tipos, e em particular a presença de prisioneiros de guerra, produziram dentro deles um número crescente de cristãos. Mas o problema não se colocou assim no século ^{ix}, nem, por outro lado, no tempo longínquo em que Justiniano mandou evangelizar o Cáucaso: a cristianização foi uma forma de romanidade a partir de Constantino, ou seja, uma forma de integração de uma sociedade bárbara Estado no sistema imperial do mundo, no qual encontrou também, e talvez sobretudo, a sua própria referência política. Se uma evolução tão decisiva pudesse ser resumida numa frase, diríamos que os antigos politeísmos eslavos ou búlgaros tornaram-se, em todo o caso, insuficientes a partir do momento em que o modelo do soberano foi melhor delineado, em detrimento da aristocracia que tendia a dominar, e também a partir do momento em que este soberano queria o reconhecimento internacional em princípio, e não apenas um tratado em que fosse aceite uma extensão territorial. O acontecimento da conversão dos Estados Eslavos é, portanto, neste momento, uma decisão política tomada na cimeira, embora a sua cristianização efectiva fosse outra história, significativamente mais longa. Do lado bizantino, a missão é também uma solução satisfatória para ordenar a periferia, também tradicional, como acabamos de dizer, à qual, no entanto, o boom cultural acima descrito dará um destaque e uma eficácia sem precedentes. Finalmente, a missão em terras eslavas, considerada como um mundo novo, imenso e promissor que então se abria entre o Elba e o Danúbio, despertou de facto o interesse não só de Bizâncio, mas também do Império Carolíngio e do Papa. Isto causará uma luta que acabará por levar a uma divisão de influências que traçará a fronteira mais ou menos definitiva entre as Igrejas Grega e Latina. Os Khazars, como vimos, escolheram o Judaísmo isoladamente, apesar do fato de que o Cristianismo de "Gothia" se estendeu por todo o seu território, da Crimeia ao Kuban e Kerch, e que a conversão dos seus vizinhos, os Abasgians, remonta a século ^{xvi}. Mas a estrutura de poder Khazar também era especial. O movimento missionário tomou forma a partir de 860. Naquele ano, alguns embaixadores que vieram de Kiev após o ataque russo à capital teriam recebido o batismo: pelo menos é o que sugere uma homilia de Photius, na época patriarca. Mas o gesto não foi imediatamente imitado. O verdadeiro acontecimento são as missões de Constantino, cujo nome religioso era Cirilo, e de seu irmão Metódio.

Constantino e Metódio nasceram em Tessalônica, a porta de entrada bizantina para o mundo eslavo, filhos de pai oficial e, talvez, de mãe eslava. Constantino estudou em Constantinopla e posteriormente ensinou filosofia a mando de Teocisto. O seu conhecimento do eslavo, nesta época pouco diferenciado de um país para outro, permitiu-

lhe resolver o problema essencial da missão, a escrita da língua, condição prévia para a difusão do cristianismo na sua forma bizantina. Primeiramente, em 860 foi para o território Khazar, onde se diz que debateu em hebraico com os professores judeus na presença do soberano. Quaisquer que sejam as circunstâncias desta passagem isolada, Constantino e Metódio foram enviados em 863 ao príncipe da Grande Morávia, Svatopluk, em resposta ao seu pedido de missão. Ambos conceberam uma primeira escrita eslava chamada glagolítica (da palavra russa *thema* , "verbo"), um instrumento decisivo de penetração cultural e, portanto, política no Império. Não há acordo sobre se a Morávia ou a Bulgária foi o local onde foi traduzido o código escrito mais antigo, a *Lei dos Justiciáveis* , uma cópia do *Eklogé* de Leão III e Constantino V, o código em vigor em Bizâncio nesta época. O batismo do soberano búlgaro, Boris, remonta a 865. A questão estava amadurecendo desde o seu advento, em 852. Mas Boris então se inclinou para os francos e a aliança franca. Uma manifestação militar e marítima de Bizâncio mudou a situação, e Bóris recebeu o batismo, sem dúvida em 865, com o patrocínio do imperador, que lhe deu o seu próprio nome, Miguel, tornando-o assim seu "filho espiritual". O parentesco batismal deu novo vigor a um sistema, aliás, antigo e já atestado no século ^{vi}, o de um parentesco hierárquico entre soberanos, sistema que atingiria o seu verdadeiro apogeu em torno de Bizâncio nos séculos ^{ix} e ^x. Um segundo aspecto da conversão do soberano foi a situação jurídica da Igreja assim fundada. Boris, sem dúvida, queria que fosse independente, e Bizâncio, pelo contrário, dependesse do patriarca ecumênico. Nesta conjuntura, Bóris dirigiu ao Papa Nicolau I, em 866, a famosa carta em que o questionava tanto sobre a questão hierárquica, como sobre as normas a seguir a partir de agora e sobre a possibilidade de preservação de alguns costumes tradicionais, especialmente em assuntos matrimoniais. Suas perguntas não receberam uma resposta satisfatória para ele. Acrescentemos que o seu batismo desencadeou uma revolta da aristocracia búlgara, no sentido étnico do termo, os boiardos, que durante muito tempo foram hostis tanto a Bizâncio como à população eslava do país: esta configuração, que irá ser encontrado novamente em Kiev, demonstra o significado político das conversões reais expressas acima. Mas a continuação da história já pertence ao reinado de Basílio I, quando o renascimento das forças vivas do Oriente cristão atingiu o seu máximo esplendor no Império convalescente.

Capítulo 8

O RENASCIMENTO NO ORIENTE

do século ^{IX} - meados do século ^X)

Com a tomada do poder por Basílio I em 867, após a morte de Miguel III, um novo capítulo deveria começar. Com efeito, hoje sabemos que esta mudança inaugurou um período de apogeu para o Império ou, melhor, deu o toque final ao modelo que deveria permanecer na história geral como exemplo e herança de Bizâncio. Na verdade, Basílio (867-886), o seu filho Leão VI (886-912) e o seu neto Constantino VII (913-957) têm de justificar ao mesmo tempo o assassinato inicial, a ruptura assim introduzida e a sua própria continuidade dinástica. Resolvem tão bem este problema que a dinastia resiste às convulsões do século ^X, nomeadamente à minoria de Constantino VII, que deu início ao reinado do seu sogro Romano I Lecapenos (920-944), e mais tarde à minoria de seus netos, com a morte de seu filho Romano II em 963. E resolvem-no como herdeiros não só da tradição imperial anterior, desde Constantino, mas, mais diretamente, da ascensão ideológica e cultural da primeira metade do século ^{IX}. Tal é, de facto, o profundo significado político daquilo que foi chamado de Renascimento Macedónio, deste classicismo que vem coroar o empreendimento cultural das gerações anteriores. Assim, os textos e imagens que constituem a nossa documentação da história destes três reinados e de Romano I são em grande parte produto de uma elaboração deliberada, na qual os imperadores participaram pessoalmente. Esta elaboração, evidente embora ainda não totalmente elucidada, é o primeiro objetivo imposto ao historiador do período.

RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

Mas vejamos primeiro o contexto do empreendimento político, a evolução económica e social do século, em que a data de 867 não impõe um ponto de corte. Um primeiro facto importante é a reactivação urbana, acentuada precisamente a partir de Basílio I e ao longo do século ^X, embora provenha em parte da ascensão do grande comércio, já perceptível

antes, e embora suponha, depois das dificuldades do século ^{viii}, um equilíbrio demográfico restaurado, ou pelo menos um equilíbrio demográfico renovado.

O despertar das cidades

A documentação do problema ainda é incompleta, faltam numerosos dados que dêem conta da variedade de localizações urbanas do Império nos séculos ^{ix} e ^x, razão pela qual a última palavra sobre o assunto deve provir da arqueologia. Além disso, a prioridade absoluta dada, desde o século ^{xix}, aos níveis antigos danificou irreparavelmente vários locais urbanos, principalmente na Grécia, e em Atenas em primeiro lugar. As indicações que se seguem são, portanto, parciais e sem dúvida provisórias, mas ainda assim sugestivas. Corinto caiu no século ^{viii}, a tal ponto que os túmulos invadiram a antiga ágora: no século ^{ix}, foram novamente encontradas cerâmicas locais, moedas e até selos de funcionários, o que comprova que a cidade recuperou alguma atividade na organização administrativa de o Império; No século ^x foi construída uma igreja cara, bem como outra capela. Em Atenas, porém, surgiram moedas dos emires árabes de Creta, local de culto muçulmano construído sobre a ágora no ^{século x} ou início do século ^{xi}, bem como igrejas cuja decoração, baseada no mármore local, utiliza caracteres cúficos entre os ^{séculos x} e ^{xi}. Séculos ^{xii}, o que significa a presença de artesãos árabes. Sardes também foi ressuscitada no século ^{ix}, mas já não se parecia mais com o que era: de agora em diante será uma cidade medieval, se quiserem, mas certamente não antiga; Possui uma fortaleza de refúgio com habitat em terreno plano. No século ^x, a antiga acrópole foi reocupada e o habitat estendeu-se pelo antigo território, mas através de ilhéus independentes entre os quais se cultivavam culturas. Éfeso também renasceu na mesma época, mas de grande e inquieta cidade que era, tornou-se uma cidade provinciana fortificada, cujo movimento em direção à acrópole foi sem dúvida explicado, pelo menos em parte, pelo lixamento do porto. Foi também feita uma tentativa de considerar as descobertas de moedas isoladas no local como um indicador da actividade humana: pensa-se, com efeito, que a proporção de moedas perdidas por indivíduos é mais ou menos constante em todos os momentos, e que o A variação de sua quantidade de um nível para outro do sítio escavado expressa, conseqüentemente, a da própria circulação monetária. O método é obviamente imperfeito. Esbarra sobretudo no facto de as peças de um imperador continuarem em circulação durante muito tempo, pelo menos meio século, após a sua morte. No entanto, é surpreendente encontrar a mesma lacuna no diagrama no caso de Atenas, Corinto, Antioquia e Sardes, uma lacuna que abrange o século ^{vii}, o ^{viii} e parte do ^{ix}, enquanto, de forma evidentemente variável, o quatro locais mostram uma recuperação que começa, em termos gerais, com Basílio I.

Finalmente, a função produtiva das cidades provinciais não é claramente percebida. Além de edifícios públicos, igrejas, muralhas e outros, a arqueologia revela, como seria de esperar, um tecido urbano pontilhado de culturas e, portanto, uma divisão ainda incompleta do trabalho e da produção ao nível modesto das necessidades locais, dos pesos, da cerâmica, enquanto o couro ou os tecidos comuns não foram preservados. No entanto, constitui uma produção que vale a pena ter em conta em relação à época, como mostram as escavações americanas dos níveis bizantinos de Corinto.

O que está escrito acrescenta informação à informação puramente arqueológica e sugere a interpretação desta última. Em primeiro lugar, regista as funções que recaem sobre as cidades neste momento. Estes perdem a sua antiga competência com a organização dos *temas* : uma lei de Leão VI revoga os últimos resquícios de responsabilidade das cúrias. Mas a administração do *tema* , a sede de um bispo, um estaleiro, uma alfândega terrestre ou marítima preservam aqui ou ali, e muitas vezes conjuntamente, actividades cívicas, das quais, para dizer a verdade, é difícil precisar o seu âmbito local . O termo *kastron* , que subsiste em numerosos topónimos gregos terminados em *castro* (por exemplo, Palaiocastro), reúne assim os significados de "fortaleza" e "pequena cidade provinciana", que contém sem dúvida um significado profundo. A actividade económica parece ser essencialmente comercial, de cuja ascensão no século ^{ix} já se falava, embora isso só seja verdade em situações favoráveis, como em Cherson, Tessalónica e Trebizonda, as duas primeiras na saída das rotas do mundo eslavo e o terceiro na chegada da rota do Extremo Oriente. Os *panegyreis* , reuniões religiosas, comerciais e recreativas ao mesmo tempo, reflectem um tipo muito antigo, e muito apreciado pelos fiéis, embora não inteiramente pela Igreja. A festa de São Demétrio em Tessalónica e a de São João em Éfeso são tradicionais; Por outro lado, a de Santo Eugénio de Trebizonda é instituída sob o reinado de Basílio I. Muitas destas festas permanecem durante séculos, e algumas sobreviveram até hoje. Se tal solenidade não é suficiente para conferir verdadeira importância comercial a uma cidade, é muitas vezes o seu sinal, e a rede de hoje em todo o Império, por sua vez, mantém um papel específico nas cidades. O mesmo ocorre com as repartições de comércio marítimo, instaladas para controlar o tráfego de viajantes e produtos com estrangeiros, e que dependem da repartição de mar aberto da capital, quartel-general dos *drongários* , comandante supremo da frota, cuja nova importância caracteriza o setor marítimo. estratégia de Basílio I e seus sucessores. Os selos dos "chefes e condes" (*arcontes cometas*) destes escritórios mostram a sua actividade, por exemplo em Sinope e Cherson, em Esmirna e Éfeso, em Tessalónica, Tebas e Atenas, em Corinto e Patras, em Palermo e Cagliari, sem incluem naturalmente os estreitos, entre os quais o posto de Abidos já havia recebido regulamentos aduaneiros sob Anastácio, adaptados ao tráfego comercial associado a Constantinopla. A hagiografia indica os eixos das rotas, aponta os desembarques árabes, cujos sítios escavados comprovam que não impediram a reativação urbana. A historiografia sugere algo que ficará ainda mais claro na segunda metade do século, que a política de reconquista poderia ter sido, pelo contrário, um factor estimulante para certas cidades, pois representou um impacto perigosamente forte na produção de cereais.

Segundo jovem de Bizâncio

Constantinopla é um caso à parte. Em primeiro lugar, para informação: nenhuma investigação arqueológica foi possível, exceto em relação à localização dos palácios imperiais (autoramente desprovidos de suas casas no início do século ^{xx}) e apenas em parte. Por outro lado, existe uma riqueza incomparável de textos: as histórias da historiografia e da hagiografia; os protocolos do *Livro das Cerimônias da Corte* , compilados por Constantino VII; o *Livro do prefeito* , regulamento da actividade artesanal e comercial

atribuído por Leão VI a este funcionário, responsável pela gestão da capital, ao qual o *Epanagoge*, o código de 879, restaura o seu antigo prestígio, colocando-o imediatamente a seguir ao imperador e o patriarca; as histórias, em número crescente, de viajantes e embaixadores árabes; os tratados assinados em 907 e 911 com a Rússia e Kiev e cujo texto, perdido em grego, foi preservado na mais antiga crónica russa, o *Relato dos Tempos Passados*, do século ^x, e, por fim, a literatura tradicional das "maravilhas" da cidade e suas origens mais ou menos lendárias. A partir deste material, acredita-se que, apesar de tudo, uma evolução semelhante, superando as distâncias, à da província. Como será lembrado, a cidade era cercada por duas muralhas, a de Constantino e a posterior de Teodósio II. O espaço exterior deste último tendia a despovoar-se, enquanto o espaço intermédio não era verdadeiramente ocupado antes do século ^{xii}: incluía os mosteiros e as grandes cisternas. Por outro lado, o espaço interior adensou o seu habitat a partir do século ^{vi}, com as suas casas de madeira, raramente com mais de dois pisos, ocupadas por inquilinos. No entanto, permaneceram as ruas, praças, jardins e residências privadas, além do complexo central do Grande Palácio, que era duas vezes mais denso que todo o resto. Estima-se que, nos seus melhores tempos, às vésperas da peste de 541-544, ou sob o comando dos Comnenos, a cidade nunca ultrapassou os 400.000 habitantes. Este valor foi, sem dúvida, atingido pelo declínio do século ^{viii}, uma vez que a população não era suficiente para cuidar das paredes, e um certo número de cisternas estavam inutilizáveis. Mas dá, pelo contrário, uma impressão de recuperação e actividade talvez desde 760. Em 766, uma equipa de operários repara, durante uma seca, um aqueduto demolido após o cerco de 626. Mas é Basílio I quem manda inspeccionar as cisternas. . preenchido desde Herácio.

Talvez já seja significativo que Leão VI tenha promulgado o *Livro do Prefeito*, o primeiro desde os *Romances* de Justiniano que regulamentou sistematicamente a atividade produtiva da capital através de associações comerciais, dos açougueiros aos notários, e dos fabricantes de velas aos comerciantes de seda. O texto oferece uma imagem de consumo urbano diversificado e, portanto, de procura activa. O palácio, por sua vez, desempenha uma função produtiva de luxo, ligada à sua função política. Das oficinas imperiais provêm os tecidos de seda adamascada e as placas e caixões esculpidos em marfim, tradicionalmente utilizados para presentes diplomáticos, que levaram imagens do poder bizantino à corte dos otonianos no século ^x. O palácio tem também os seus copistas e pintores, que confeccionam livros suntuosamente iluminados, e outros simplesmente destinados a dotar de textos a biblioteca imperial. A obra da administração central é outra actividade específica da capital: o palácio adquiriu, também neste domínio, uma importância primordial nos séculos ^{ix} e ^x, pelas responsabilidades de gestão confiadas aos seus funcionários, pela corte do imperador, tanto a tribunal supremo e jurisdição de apelação, pela chancelaria e suas expedições à província. O patriarca tem uma organização administrativa central. Por fim, a própria capital está sempre sob a autoridade do prefeito da cidade, a cargo principalmente da polícia, que também possui vários escritórios.

Desde então, Constantinopla tem sido um foco do comércio internacional e talvez também o seu mais importante centro de redistribuição. Os dois famosos documentos que são os tratados celebrados com os russos em 907 e 911 mostram a significativa indistinção da diplomacia e do comércio, bem como o princípio da atribuição de locais de residência específicos aos estrangeiros, neste caso o bairro eclesiástico de São Marcos. Os Amalfitas são os primeiros comerciantes do Oriente a se estabelecerem na capital: sua colônia esteve

presente em 944. Dedicavam-se a exportar para a Itália mercadorias proibidas de exportação, como a seda roxa. Temos provas da existência de uma mesquita, no final do século ^x, mas os muçulmanos partiram antes da cidade. Por fim, os judeus sempre constituíram um grupo, ao qual se somaram os mercadores que chegavam do exterior, justamente nesta época.

A tradição urbana de Constantinopla continuou sem interrupção desde o século ^{iv}, e nesta primeira metade do século ^x permanecem muitas características antigas, como os bairros, o hipódromo ou as representações das relações entre o imperador e o seu povo. E, no entanto, é outra cidade, desde o mosteiro de Studa até à igreja de Blachernas, lugar preferido para as orações dirigidas à Virgem; do palácio às casas aristocráticas, repletas de parentes, amigos, companheiros de fortuna, abertos, como o próprio palácio, ao homem santo que vê à distância e prevê o futuro, e das oficinas dos artesãos aos mercados de estrangeiros comerciantes. Constantinopla já não viveu as convulsões do século ^{vi}, nem mesmo as do século ^{xii}, que expressariam uma fase efervescente da sua evolução. Tal como está, permanece único na consciência dos habitantes do Império e no horizonte de todo o mundo medieval. A distinção entre a capital e as províncias tem um significado tão grande como aquela entre as cidades e o campo, à qual nos referiremos brevemente a seguir.

Solidez da aldeia

A história do campo apresenta dois aspectos que devem ser associados sem confundirlos: por um lado, a vida e o trabalho dos camponeses, o habitat, as técnicas agrícolas e as produções afins; por outro, a dedução sobre a produção, a relação entre camponeses e proprietários de terras, onde estes últimos são diferentes, o que implica o problema do estatuto dos camponeses e, sobretudo, das formas de dependência. Vimos que os camponeses de épocas anteriores viviam em aldeias, quase sempre agrupadas, dotadas de uma organização colectiva sem dúvida muito antiga, anterior em todo o caso à chegada dos eslavos que, aliás, não conseguiam dar conta dos factos orientais. ∴ aldeias patrimoniais ou constituídas por proprietários, ou mesmo compostas, reunindo uns e outros, quando não era o caso de um chefe de família que se declarasse dependente de algumas terras e proprietário de outras. O período que se inicia em 867 fornece ao estudo histórico do campo documentos que nos convidam a debruçar-nos sobre ele. Em primeiro lugar, os primeiros escritos do arquivo do Monte Athos, os mais antigos dos quais datam do reinado de Basílio I, transferidos para o mosteiro de Lavra a partir de 963, ao mesmo tempo que os bens por ele concedidos e preservados até hoje. A seguir, uma série de leis (*novellae*) do século ^x sobre as divergências entre os camponeses, o erário e os proprietários das terras, por vezes difíceis de datar ou de restaurar no seu texto original devido à multiplicação de exemplares nos livros pretendidos. para a prática dos juristas, alguns deles forneceram glosas marginais que esclarecem sua aplicação. Também do século ^x existe um curioso *Tratado* de Arrecadação de Impostos, conhecido a partir de um manuscrito da Biblioteca Marciana de Veneza, destinado a facilitar o trabalho dos funcionários em visita de fiscalização.

O autor explica neste texto que a aldeia normalmente inclui um centro agrupado, mas que a unidade pode ser quebrada devido a desentendimentos entre vizinhos ou outras

circunstâncias, como o excesso de população e a fragmentação de uma família que se tornou demasiado grande. A comunidade da aldeia, baseada nas relações de vizinhança, que muitas vezes também são de parentesco, é governada pelo conselho de “chefes de família”. Um grande proprietário de terras pode estar presente na comunidade da aldeia se possuir uma ou mais parcelas de terra da aldeia. Por outro lado, o domínio bizantino é essencialmente constituído neste momento, ao que parece, por um conjunto de rendas e direitos como a montanera ou o pastoreio sobre terras comunais. Não há corvea de exploração. A provisão pessoal, atestada em documentos de imunidade, continua a ser uma exigência pública, especialmente para a manutenção de estradas e pontes. A exploração direta dispõe, quando existe, de escravos e empregados capturados. Na verdade, uma tabela fiel exigiria que as regiões e, portanto, as produções fossem estudadas separadamente.

Por outro lado, os campos também suportam, desde o início de Bizâncio, a parte essencial do imposto. A comunidade aldeã independente e, eventualmente, o domínio privado ou monástico, constituem o motor fiscal. O agricultor independente paga o seu imposto no primeiro e o dependente no segundo. A dependência dos camponeses é definida, portanto, pelos seus pagamentos e não pela sua situação pessoal, embora a obrigação comunal e fiscal tenha sempre implicado uma ligação com a terra. A continuidade do Estado em Bizâncio era, com efeito, incompatível com um declínio civil na categoria dos homens livres, isto é, dos não-escravos. Os historiadores russos, e mais tarde os soviéticos, foram, portanto, capazes de sustentar, com razão, que os rendimentos comunitários e os rendimentos fiscais nesta altura eram de natureza idêntica. Esta proposta explica muito bem as relações sociais no campo bizantino desta época e a posição do Estado dentro destas relações. Comporta-se, com efeito, como um eminente proprietário de terras, perseguindo os contribuintes que se refugiaram em domínios privados, o que é sem dúvida um procedimento antigo, responsabilizando a aldeia pelos terrenos abandonados por um dos seus habitantes, e dispondo, com plenos direitos de propriedade, de terras abandonadas há mais de trinta anos (*klasmata*), para aliená-las mediante venda, aluguel ou doação. Esta confusão estrutural implica também o germe do domínio público e do domínio imperial, que será flagrante na era dos Comnenos, uma fase posterior da evolução social de Bizâncio. Numa palavra, a condição camponesa não poderia então variar, exceto em virtude das circunstâncias locais. A escala concreta dos recursos camponeses mede-se, como sempre e no passado, através desta classificação de origem pública, em termos de meios de trabalho e sobretudo de agricultura. A partir do século ^x, a própria terminologia tributária distinguiu quem possui “uma parelha de bois” ou “um boi” daqueles que “não possuem nada”, porém, foram registrados nos autos. Ainda mais abaixo, o camponês “livre” não é detentor do estatuto de independência, nem de qualquer outro, está ausente dos quadros fiscais do campo, é um indivíduo flutuante. Documentos do século ^x autorizam a sua inscrição no registo de tal domínio monástico, em benefício tanto do erário como do proprietário, sempre disposto a aumentar a sua mão-de-obra. Por fim, mais abaixo existem apenas os escravos, a mão de obra da família camponesa ou dos domínios, como empregados de reforço.

O princípio da classificação fiscal dos camponeses não surpreende, uma vez que o campo é acima de tudo um fornecedor de cereais, uma necessidade vital para as cidades e os exércitos. Tanto os proprietários de terras como os agricultores têm acesso ao mercado,

o que é muito necessário, uma vez que estes últimos pagam, na sua maioria, os seus impostos e taxas em espécie. Existe o mercado comunitário, que parece até ser uma vantagem cobiçada pelos grandes proprietários. Para abastecer Constantinopla, são sem dúvida utilizadas as propriedades ao redor da cidade, Bitínia e Trácia: uma rota terrestre passa por Tessalônica, enquanto o porto de Rodosto recebe trigo por mar. A leste, outra rota que passa por Trabizonda exporta trigo das margens do Mar Negro para Cherson. O que não exclui, no entanto, que o trigo búlgaro seja importado através de Mesembría e Anquialo. Mas lembre-se da frequência dos movimentos das populações transplantadas para a Trácia: a prática continua em vigor, e garante sem dúvida não só uma melhor cobertura da fronteira, mas também um reforço da mão-de-obra, variável essencial de uma produtividade cujas técnicas não mudam.

A expansão de grandes fortunas

O Estado, detentor da receita tributária, comporta-se, como dissemos, como um proprietário eminente. Duas variáveis importantes coincidem na ordem social dos campos: a superfície dos proprietários e a distribuição das deduções do produto da terra entre o Estado e os proprietários. Estas últimas podem, portanto, ser classificadas em virtude do antigo princípio da imunidade, que isenta o beneficiário de contribuições extraordinárias, aliás as mais pesadas, em compensação por uma determinada tarefa de interesse geral. Pertencem a esta categoria os bens monásticos, sejam conventos independentes, propriedade de outros conventos ou de particulares que por vezes são os seus fundadores, incluindo os próprios imperadores. O período testemunhou um desenvolvimento do monaquismo em novos centros. A segunda metade do século ^{ix} testemunha um acontecimento capital para a história cultural de Bizâncio: o início da instituição monástica do Monte Atos, atestada na longa *Vida de Eutímio, o Jovem* (823/824-898) e nos primeiros documentos oficiais. O local é protegido pelo seu isolamento peninsular, e ao mesmo tempo possui aberturas favoráveis às rotas terrestres e marítimas. Talvez a população eslava da Calcídica lhe tenha atribuído uma função regional de "deserto" desde o final do século ^{viii}. Um obscuro asceta, Pedro, é tema de um cânone (poema litúrgico) que remonta ao reinado de Teófilo. Mas o verdadeiro desenvolvimento é atribuído a Eutímio, o Jovem, que chegou do Olimpo da Bitínia a Athos em busca de solidão por volta de 859. Em 871 fundou o convento de Peristerai, na Calcídica, e seu companheiro João Colobo fundou o de Colobu, primeiro em Siderocausia e depois, mais para o interior, em Hieriso, no mesmo estreito da península. Uma resolução de Basílio I, datada de 833, liberta-a tanto dos cobradores de impostos como do pastoreio habitual dos habitantes, mas a primeira delimitação entre Hieriso e Athos só ocorre em 942, na mesma época (941-942). em que este último recebe os seus primeiros rendimentos, deduzidos por Romano I dos rendimentos de um convento que lhe pertencia. Um ato de 908 torna-o independente de Colobu, e menciona pela primeira vez, a respeito do passo dado pelos monges atônitos por esse motivo, o envio para a capital de um *protos* (primeiro), líder da comunidade. Um ato de 958 fala dos *protos* e das três assembleias anuais, ou seja, da instituição que já havia se tornado tradicional. A montanha reúne então as formas de vida solitária ou semi-solitária e as comunidades do

monaquismo grego. O convento de Xeropótamu data de antes de 956. Mas as grandes fundações não começam antes de 963.

A justificação das imunidades que o imperador concede às fundações monásticas, e das doações de terras ou rendimentos que recebem, sublinha o papel intercessor dos monges, cujo papel de “pai espiritual” lhes corresponde sempre na sociedade. O seu trabalho de assistência mal é invocado como foi no Oriente dos séculos ^{IV-VI}, ou como será na capital no ^{século XII}. A mudança refere-se sem dúvida à diminuição da população, especialmente nas cidades que se tornaram bizantinas após o século ^{VIII}. Por outro lado, o desenvolvimento patrimonial dos mosteiros Atonitas desde o século ^X não pode ser explicado sem a renovação da população trazida para a região pelos eslavos. Um famoso relatório do mosteiro ibérico (Iviron) dá-nos, no século ^X, um exemplo referente aos arredores de Salónica, e muitos outros documentos atestam-no nos séculos ^X e ^{XI}, através dos nomes eslavos de alguns camponeses e às vezes de algum lugar.

Os meios militares, que apoiam o serviço armado nos *temas*, também constituem, como vimos, uma categoria estatutariamente imune. O sistema é totalmente atestado, pelo menos no que diz respeito à segunda geração, pela *Vida de Eutímio, o Jovem*. Ele próprio, e mais ainda outro herói da hagiografia, Lucas, o Estilita, no século ^X, aparecem situados num bom nível na escala da propriedade territorial; Eles são membros de uma “casa” que possui ativos imunológicos em troca do serviço prestado por um de seus membros. Tais bens podem, por outro lado, ser divididos entre vários proprietários e os serviços pessoais podem ser comutados em espécie, de acordo com o antigo costume. Uma lei de Constantino VII especifica a situação social desta classe tributária em meados do século ^X. O legislador proíbe alienações que reduzam o valor global de determinados bens abaixo de 4 libras para o exército terrestre dos *Themas* e suas frotas, e de 2 libras para os marinheiros da frota imperial. Relativamente aos escassos números dos documentos dos arquivos dos séculos ^{IX} e ^X, o valor mínimo de 4 libras parece estar longe do nível inferior da escala patrimonial e, portanto, social. Sem dúvida, o período marca o apogeu da instituição. Mas este não é de forma alguma o único apoio da guerra e muito menos do próprio recrutamento. Aldeias e domínios independentes fornecem recrutas como impostos, você deve se lembrar. Acima de tudo, o recrutamento de mercenários entre as etnias fronteiriças e estrangeiros é uma prática antiga cuja importância não deixou de crescer desde o início do século ^X, nas próprias forças temáticas, bem como na marinha e nas forças centrais (*tagmata*), da qual os russos fazem parte especialmente desde o início do século ^X. Os fundamentos sociais dos grandes chefes de guerra são, em suma, muito mais complexos em relação à sua importância política primária, razão pela qual trataremos deles mais tarde.

Os “poderosos” e os “pobres”

Em suma, quem pior distinguimos são os proprietários leigos, desprovidos de títulos legais de imunidade, pois infelizmente ainda nos faltam documentos arquivísticos relativos a este período, e devemos basear-nos principalmente em textos jurídicos e narrativos. Há sempre bens do imperador, pouco diferenciados dos do Estado, sejam bens modestos, registados na instância fiscal de uma cidade ou aldeia, ou bens consideráveis, como os da família Maleinoi na região de Carsianon ; ou mesmo solares fronteiriços arménios

convertidos em comandos militares no século ^x. Em termos gerais, a matriz da aristocracia militar e política cuja expansão caracteriza o século ^x, de Leão VI a Basílio II, é inquestionavelmente o centro e o leste da Ásia Menor, e aí se encontram as suas propriedades, quando as possui.

A história social dos camponeses e a dos proprietários da terra andam de mãos dadas, portanto, devido às suas relações com o Estado. As concessões de imunidade, preservadas nos arquivos monásticos de que dispomos, elencam exatamente os casos de isenção tributária para seus beneficiários, cuja lista nominal o documento oferece. O Estado renuncia assim a uma parte das suas receitas fiscais. Mas a distribuição mais significativa, e também a mais conflituosa, é puramente prática. Os funcionários, que compram o seu cargo e são pagos na hora pelos contribuintes ou pelas pessoas singulares, sempre agravaram o desconto fiscal, tanto quanto podem, em benefício próprio, embora, é verdade, tenham de arcar com a eventual responsabilidade de um déficit de percepção. Os grandes proprietários de terras estão simultaneamente a esforçar-se por expandir o campo de dependência e reduzir os seus próprios pagamentos de impostos. As *novelas* do século ^x descrevem, para condená-las, os procedimentos já clássicos: deslocamentos fraudulentos dos limites do domínio reconhecido pelo registo fiscal, entrada na comunidade aldeã através de vendas ou doações fictícias, equiparáveis à transferência do precário do Ocidente, ou mesmo tornando-se filho adotivo de um camponês membro da comunidade.

Os proprietários usurpadores são conhecidos como os “poderosos”, detentores de uma parcela do poder público, o que lhes confere capacidade de exercer pressão ou proteção. Os membros da hierarquia episcopal ou monástica podem ser contados entre eles, assim como um certo campesinato próspero. Estabelece-se assim uma rivalidade na depreciação do produto da terra entre o Estado e os “poderosos”, cuja razão poderia ser, sem dúvida, tanto o prestígio político e social como o próprio lucro. A aposta é composta pelos proprietários impotentes. Os meios militares mais modestos podem assim ser afectados, o que explica a insistência da lei no seu carácter inalienável. Mas o poderoso anexo sobretudo os bens dos camponeses independentes, a quem o legislador designa com um termo tão significativo como o de “pobres”, num sentido menos económico do que social da palavra. Bizâncio representa, portanto, o mesmo casal *potens/pauper* do Ocidente Carolíngio. Os “poderosos” penetram, como acaba de ser dito, nas comunidades independentes que acabam por privatizar. O legislador dedicou-se, conseqüentemente, na primeira metade do século ^x, a reafirmar o antigo direito de “preferência de compra” reconhecido aos “vizinhos”, vizinhos, parentes, aliados e solidários fiscais, enquanto Leão VI o enfraquecera.

Em 927-928, uma fome que se segue a um inverno rigoroso arruína muitas pessoas “pobres”: um *romance* de 934 esforça-se por aliviar as alienações catastróficas que tinham sido feitas e outro de 947 deve reeditar as mesmas disposições. Esta luta da administração contra as forças locais, levada por ambas as partes ao seio do poder público, não é novidade. Já a tínhamos observado no século ^{vi}, e mesmo antes. Mas a fisionomia de cada um, bem como a própria teoria do poder público, mudaram. Estaremos chegando a uma Bizâncio feudal? O problema só surgirá verdadeiramente depois de 960.

A figura imperial goza, a partir de Basílio I, de uma elaboração teórica mais rica, pois a dinastia deve a sua existência a um homicídio, ao qual se acrescenta o brilho geral da época que começou com Teófilo: no cume da sociedade imperial, no coração do mundo visto desde Bizâncio, o soberano necessita de uma iluminação sem precedentes, cuja cultura sábia enriquecerá o discurso, e que a iconografia faz eco. Deve ser dada especial atenção também às devoções imperiais: Cristo, cuja imagem voltou a ocupar o seu lugar acima do soberano na Sala Dourada do palácio com Miguel III; a mãe do Senhor, protetora da capital desde o cerco de 626, como se recordará, cujo culto gozou de grande fervor nos séculos IX e X e especificamente por alguns soberanos; São Miguel, o guerreiro; Santo Elias, a quem Basílio professa um culto que poderia ser explicado pela fisionomia celeste e solar que corresponde ao profeta em Bizâncio, em virtude do seu carro, e até, talvez, do seu nome (do grego Helios, "o sol").

Basílio e Photius: um novo começo

Basílio se instala no palácio imperial. Ele está representado na parede da Sala Dourada com sua esposa e filhos, onde também estão pintados seus campos. Construiu no complexo palatino a Igreja Nova (*Nea*), consagrada em 881 a Cristo, a Virgem, Miguel e Gabriel, o profeta Elias e São Nicolau. Ele também construiu uma igreja dedicada ao profeta Elias no palácio de verão de Hieria, perto da Calcedônia. Mas antes de prosseguir é necessário mencionar as suas relações com a Igreja, e mais especificamente com o patriarca Fócio.

No momento em que Basílio assume o poder, a sé patriarcal está ocupada por Fócio e em situação de ruptura com Roma. Basílio faz intervir Inácio, buscando assim o apoio de Roma e dos intransigentes; Para este efeito, ele enviou a Roma a ata do concílio de 867. A reação romana foi esmagadora. Em 869-870, Fócio é condenado, Inácio reabilitado e os homens ordenados de 858 em diante suspensos, a menos que reconheçam a supremacia papal por escrito. Fócio, embora exilado, mantém sua influência. Chegou mesmo a regressar a Constantinopla em 873, voltando sem dúvida a lecionar no círculo Magnaura e a dirigir a educação dos filhos de Basílio I, entre os quais estava o futuro Leão VI. Ele se reconcilia com Ignacio. De resto, esta última discordava de Roma em relação ao cristianismo búlgaro em que tomava partido a favor de Constantinopla: desta forma, a questão eclesiástica e a questão política interferiam no sentido oposto. Após a morte de Inácio, em 877, Fócio regressou à sé patriarcal e ocupou-a até 886. Em 879, convocou um concílio assistido por legados papais e que o reabilitou através de concessões de Roma à Bulgária. Após a morte de Basílio I, ele foi demitido e substituído por Estêvão, irmão do novo imperador. Ele morreu aposentado por volta de 893.

Phocio é uma figura primordial do século IX, decisiva para o futuro. Como vimos acima, compôs a *Biblioteca*, ao mesmo tempo que se dedicou à carreira pública sob o reinado de Teófilo. Ele também fez o trabalho de um homem da Igreja, quando escreveu durante seu primeiro depoimento, entre 868 e 872, suas respostas sobre questões difíceis a Amphilochius, metropolita de Cyzica, a *Amphilochia*. Fundamentalmente, ele fez ouvir a voz patriarcal do Império Bizantino e da Romanidade Cristã. Prega em Hagia Sophia, onde alguns dos seus sermões apontam para acontecimentos de profunda ressonância: o primeiro ataque dos russos em 860, a colocação ou substituição na Igreja de uma imagem

da Virgem, que manifesta o lugar que ela ocupa no império imperial. devoção de Basílio I. Ele será a inspiração do prólogo que encabeça o *Epanagoge (Restauração das Leis)*, que se passa depois de 879, uma carta completa a partir de agora das relações entre as duas figuras, a do imperador e aquela do patriarca, o primeiro responsável pelo bem-estar do Império, defensor da ortodoxia do dogma, intérprete e responsável pelas leis; o segundo, o único intérprete dos cânones e concílios. Este é um bom exemplo da interpretação especificamente bizantina das relações entre o poder político e militar e o poder religioso, um modelo para as cristandades eslavas e, especialmente, mais tarde, para a terceira Roma moscovita; e também do desenvolvimento linear das premissas Constantinianas, com a continuidade dos dois poderes unidos numa mesma capital, no sentido simbólico e não apenas geográfico que deve ser dado, como dissemos, a este termo no Império Romano Cristão. Mas numa capital que, no entanto, nada mais era do que Nova Roma, a segunda, enquanto o papado recolheu apenas a eminente dignidade histórica e imperial da primeira. Esta diferença fundamental pode explicar a evolução diferente do problema das duas potências, no Ocidente e em Bizâncio.

A solução bizantina nada tem a ver com o conceito confuso e infundado de "cesaropapismo" inventado por alguns historiadores de Bizâncio. Está, no entanto, na base da discórdia entre o cristianismo latino e o cristianismo greco-eslavo. Deste ponto de vista, é concebível que o *Nomocanon nos títulos* ^{xiv} (883) tenha sido atribuído a Photius. O Nomocanon, uma concordância metodicamente apresentada entre leis (*nomoi*) e cânones, delineada já no século ^{vi}, remonta na sua primeira forma ao século ^{viii}. A escrita do século ^{ix} produz por sua vez o nascimento de uma posteridade que dura até o século ^{xvi}, sob o domínio turco, e que se reencontra, por outro lado, no cristianismo russo. Finalmente, a biografia do patriarca Inácio, que escreveu entre 901 e 912, afirma que Fócio compôs para Basílio uma genealogia tão brilhante quanto falsa, que escreveu "em caracteres antigos", e que a escondeu na biblioteca imperial, de onde um cúmplice Ele o trouxe diante do soberano. Posteriormente discutiremos a questão historiográfica da dinastia, elemento essencial de sua política. Salientemos apenas que Fócio desempenha nesta narrativa malévola o papel que efetivamente foi seu com Basílio e que engenhosamente representa, de forma clara, o papel de teórico do poder imperial.

Unificação, legislação, enciclopedismo

A história interna do reinado de Basílio I ilustra, em grande medida, a definição que lhe foi dada em plena carreira. A sua observância ortodoxa traduz-se politicamente na tentativa, em grande parte bem sucedida, de reduzir a dissidência cultural de todos os tipos. Os eslavos da Macedónia e da Grécia constituem objecto de um esforço sistemático de integração, helenização e cristianização que não será completamente coroado de sucesso, como testemunhado, sob o governo de Romano I, pela revolta que no final de 921 ou no início de 922 ele abriu o Peloponeso à invasão búlgara. Em 873 ou 874 um decreto de batismo obrigatório dos judeus é atestado por um *romance* de Leão VI, e por um curioso testemunho judaico, o *Livro Genealógico*, composto em homenagem à sua linhagem, em meados do século ^{xi}, por um certo Ahima ' Az de Oria, perto de Otranto. O autor oferece em hebraico versificado histórias de milagres e encantamentos que sem dúvida muito devem

ao ambiente do sul da Itália de sua época, indicações preciosas sobre a situação, muitas vezes mediadora, dos judeus da região no século ^{ix}, entre os bizantinos. , Árabes e Lombardos, e uma história desta desgraça, da qual, segundo ele, a comunidade Oria foi libertada graças à intervenção do Rabino Chefatia, avô do narrador. Uma vez em Constantinopla, ele convenceu o imperador, tanto através de seu talento polêmico quanto através da cura de sua filha possuída por demônios. Se a medida excepcional for verdadeira, talvez se explique no contexto desta região de Itália, onde, como veremos, a reconquista bizantina acabava de começar.

A cruzada contra os Paulicianos na fronteira oriental constitui um sucesso completo do reinado de Basílio I, pelo menos no nível mais aparente das operações militares. A guerra iniciada no tempo de Miguel III continuou com as incursões levadas a cabo por Crisoqueir, genro e sucessor de Carbeas, a Éfeso e Nicéia em 869. É então que surge a embaixada a que Pedro da Sicília se refere no seu relatório sobre os Paulicianos. Em 872, Crisoqueir empreende uma campanha na Galácia e é morto por um dos seus durante uma batalha com os bizantinos. Basílio lança outras ofensivas contra Melitene em 873 e 876. Finalmente, em 872, a queda de Tefrik marca o fim do paulicianismo militar e político, cujo desenvolvimento favorecido pelos emires de Melitene e Tarso já vimos. Esta vitória faz parte do empreendimento de reconquista lançado por Basílio no Oriente. Entre 871 e 882, Bizâncio voltou a assumir, com efeito, as passagens de Touro e Antitauro, garantes da sua proteção. Mas o problema religioso permanece em aberto: os Bogomilos do século ^x em diante, em

Bizâncio e nos Balcãs, e os Tondrakites na Arménia do século ^{xi} poderiam, por sua vez, ser os descendentes da velha corrente que desprezava a carne e a hierarquia, a geração e o mundo, que o cristianismo oriental conhecia desde o século ^{iv}. Estamos diante de um problema de continuidade que permanece sem esclarecimento.

Basílio I é também, segundo o modelo, um imperador legislador, o primeiro do século ^{ix}. Acima fizemos referência ao *Epanagoge*, no mínimo de 879, cuja aplicação, por outro lado, não é certa. A partir de 876, o *Manual de Leis (Procheiron)* retira novamente a atual legislação privada e penal do *Eklogé* dos imperadores Leão III e Constantino V, ao mesmo tempo que utiliza as *Institutas* de Justiniano. O *Epanagoge* afirma claramente a referência clássica indispensável daqui em diante, não apenas na abertura teórica já mencionada, mas na própria disposição dos capítulos, que começa com as definições de direito público como imperador, patriarca ou prefeito da cidade, ausentes do código do século ^{viii}, e não por noivados e casamentos como estes últimos. Além disso, Basílio ordena uma revisão geral do corpo de leis (*Anakatharsis*), que não dará frutos até o mandato de seu sucessor. São lidas “histórias históricas” e vidas de homens ilustres, e também são informados sobre a disciplina e as ações dos santos de seu tempo. Para uso litúrgico, conserva-se uma coleção de homilias de Gregório de Nazianzo, feitas por ele entre 880 e 886, e adornadas com uma série de suntuosas pinturas, à frente das quais está o seu próprio retrato e o de sua esposa, entre seus filhos Leão e Alexandre, além de imagens da soberania cristã: o arcanjo Gabriel coroando Basílio sob uma grande cruz com a legenda: “Jesus Cristo vitorioso!”, e Cristo dominando a cena e abençoando com um livro na mão. Este manuscrito, produto distinto da oficina imperial, apresenta a expressão iconográfica da ideologia imperial que continua a ser a do século ^x, a forma e a substância do modelo em que o jovem império otomano se inspiraria com tanta precisão. Apesar de tudo, Basílio ainda não era um imperador erudito em si, embora conheçamos em seu nome as instruções ao filho, uma espécie de espelho do

príncipe. A sabedoria e a escrita da própria obra como traços inerentes à figura imperial só foram firmemente delineadas no seu filho Leão VI e, sobretudo, no seu neto Constantino VII.

A obra legislativa de Leão VI talvez não seja a mais significativa neste aspecto, embora marque uma etapa importante no compromisso classicista que inaugura a ideologia dos sucessores de Basílio I. As *novelas*, dirigidas em sua maior parte ao favorito Styliano Zautcés, falecido em 896, deve sem dúvida muito, senão tudo, a este último, ao qual voltaremos mais tarde, e manifesta o desejo deste tipo de textos de atualizar, ou completar, a lei atual. Por outro lado, a grande obra das *Basílicas* (*Basílica*, "os Imperiais") empreendida sob o reinado de Basílio I, como vimos, oferece um repertório metódico do direito clássico, isto é, de Justiniano, que por sua vez irá ser objeto de *scholies* ("comentários") e, sem dúvida, do século ^x, um resumo (sinopse) enriquecido pela continuação das *novelas imperiais* do século ^x em diante, e vários fragmentos, para uso dos funcionários que foram muitas vezes seus possuidores. Numerosos manuscritos foram preservados do século ^{xi}.

Afinal, era tradicional que o imperador distinguisse uma obra jurídica com seu nome e seu testamento, mas com sua caligrafia. Porém, uma produção que não tem os mesmos precedentes também é atribuída ao próprio Leão VI. Em primeiro lugar, um *Tratado Militar* (*Taktika*), nutrido de referências a táticas antigas, mas, no entanto, com uma inspiração teórica absolutamente contemporânea na definição do imperador como responsável pela paz e, por isso, obrigado a fazer a guerra, e principalmente na do general, cujas qualidades guerreiras se baseiam na nobreza de sua origem. A seguir, as homilias proferidas no púlpito de Hagia Sophia, como o elogio fúnebre do pai: notável intrusão do soberano político no campo eclesiástico, que oferece mais uma prova, se necessário, da união dos dois poderes. O modelo bizantino, embora tenham surgido conflitos entre os seus proprietários ou nas suas definições. E, finalmente, a historiografia oficial enfatiza que Leão IV era um copista qualificado.

A competência cultural do imperador culminou com Constantino VII, embora a sua explicação seja sem dúvida insuficiente não só por uma inclinação pessoal, mas também pela inação em que foi deixado, até 944, pelo governo do seu sogro. Romano I Lecapenos, que se tornou imperador graças ao porfirogeneto ainda jovem. Pelo contrário, é possível pensar que a responsabilidade ideológica do poder soberano nunca esteve nas mãos do seu legítimo herdeiro, mesmo quando Romano I assumiu a prática. Deixando aqui de lado suas *novelas*, os discursos e o *Livro de Cerimônias*, Constantino compôs dois tratados, *Dos Temas* e *Da Administração do Império* (título dado à primeira edição em 1611). Este último, escrito entre 948 e 952, aborda as relações com os povos bárbaros, seus princípios e práticas, que variam de caso para caso. Fornece-nos não só uma teoria complexa das relações internacionais de Bizâncio, mas também um conjunto de notícias valiosas sobre o passado e o presente dos povos em questão, russos, pechenegues e turcos. Posteriormente, Constantino surge como inspirador e organizador de um trabalho coletivo de grande envergadura, que se realiza através da biblioteca instalada no palácio e da oficina de cópias que este último tinha à sua disposição. O trabalho consiste, em primeiro lugar, na compilação de repertórios de textos antigos sobre determinados temas, como o trabalho da terra (*Geoponika*), emboscadas ou embaixadas; Eles dão prova, como os seus homólogos em Bagdá, do amor do século ^x pelas enciclopédias, característico de uma era de equilíbrio e

classicismo. Mas constitui também uma obra historiográfica, a mais importante para nós, que estabelece sob a sua direcção a história oficial não só da dinastia, mas também a dos soberanos que a precederam nos séculos ^{viii} e ^{ix}: o seu objectivo era mostrar a perfeita continuidade de poder, constantemente nas mãos dos homens mais dignos. Ele contratou uma equipe anónima, conhecida como "os seguidores de Teófano", para produzir uma série de biografias imperiais, começando por Leão V, que também refletisse o gosto da época, que era leitora de Plutarco. O próprio Constantino aparece, com alguma plausibilidade, como o autor da *Vida de Basílio*, importante narrativa na qual realiza os prodígios que anunciam a sua futura grandeza, desde a antiga águia que paira sobre o seu sonho de infância até às visões piedosas, às virtudes de o bom soberano e, sobretudo, a misericórdia fiscal, bem como a genealogia que fez de Basílio descendente dos reis arsácidas da Pérsia, a mesma da qual Fócio sem dúvida havia feito um rascunho inicial. O último livro chega, na verdade, até 961. Constantino também encomendou a José Genésio um *Livro dos Imperadores*, de Leão V a Miguel III.

O discurso do palácio

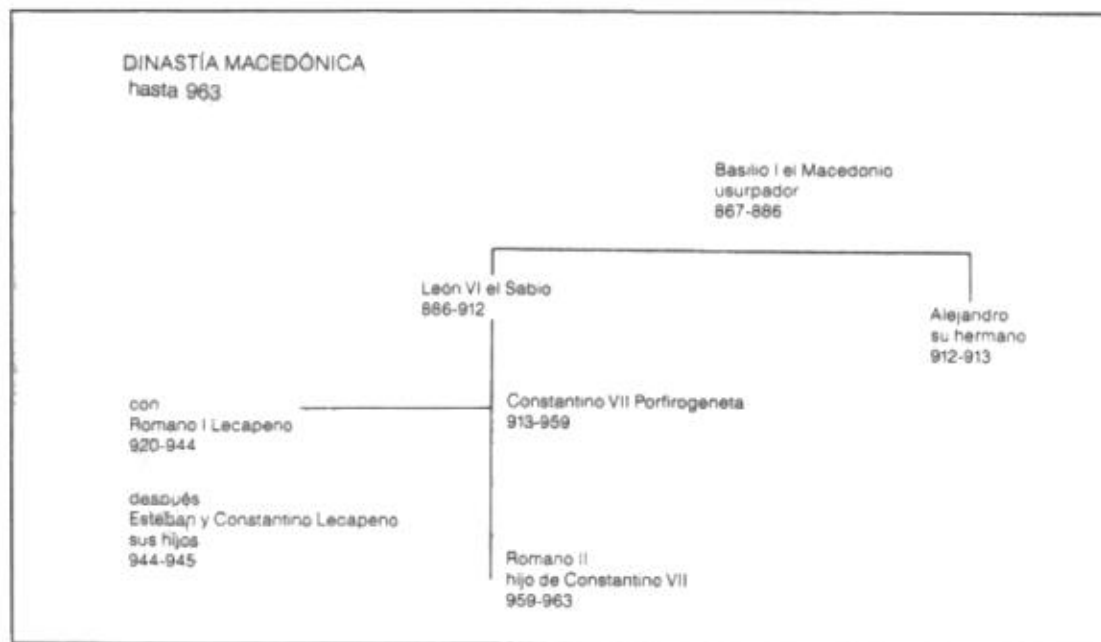
A história mais óbvia de Bizâncio entre 886 e 959 apresenta-nos, mais uma vez, apesar de tudo, centrada no palácio. O significado do espaço palatino e das cerimónias que ali acontecem é claramente ilustrado pelo tratado sobre prelações (*taktikon*), principalmente para refeições imperiais, composto pelo mestre de cerimónias Filoteo em 899. O autor aponta no texto o lugar de cada um segundo a sua dignidade; por exemplo, a do patrício e a sua posição: coloca assim a hierarquia episcopal, militar, civil, os serviços e guardas do palácio, os "amigos búlgaros" e outros dirigentes. Para Filoteo, o sistema de férias no palácio nada mais é do que o próprio sistema imperial, razão pela qual este documento adquire relevante interesse. Constantino VII, no seu *Livro de Cerimónias*, dá mais ênfase ao desenvolvimento das cerimónias em si do que às prelações, em relação às festas do ano cristão ou imperial, às etapas da vida na família imperial e às recepções particulares. Também não faltam histórias de embaixadores árabes referentes a todo esse período.



Temas bizantinos nos séculos VIII-X

Mas o palácio não é apenas palco de pompa soberana, torna-se também, ao longo de várias gerações, um órgão governamental e administrativo cujos documentos de arquivo preservados ou mencionados dão conta do seu funcionamento: tribunal de recurso, ou jurisdição directa para certos mosteiros, impostos escritório onde são elaborados os documentos de imunidade ou doação, etc. Desde finais do século IX, a chancelaria imperial emitia os *crisobullos*, documentos selados com o selo de ouro imperial, que se distinguiam por uma escrita especial, com palavras escritas em tinta vermelha, e uma assinatura autografada referendada pelo "guardião do tinteiro." Finalmente, do que acabámos de dizer, é fácil concluir que o palácio é um centro de decisão política ideologicamente orientado. A celebração da grandeza e da vitória imperial, dos banquetes festivos e dos casamentos é confiada aos discursos do orador do palácio. Esta função foi desempenhada, em 901-902, por Aretas de Patras, nascido por volta de meados do século IX e posteriormente convertido, por volta de 902-903, em arcebispo de Cesaréia da Capadócia. Aretas, participante dos manuscritos, especialmente dos filósofos antigos, entre os quais um de Platão em dois volumes revisados por sua própria caligrafia, desenvolve a correspondência estrutural entre Cristo e o imperador numa linguagem cujo sábio virtuosismo, no limite do inteligível, não é, ou pelo menos não exclusivamente, deleite pedante ou piscadela de conhecimento: o uso de palavras e a retórica antiga significam que o presente é tão grande quanto o passado, uma vez que a grandeza imperial é imóvel e imutável. Daqui se entende que a atividade cultural de Leão VI e Constantino VII não foi um simples capricho de homens de elevada dignidade, mas parte integrante do seu trabalho como soberanos.

As demais fontes, embora não emanem do palácio, só são compreendidas em função dele. É, por definição, o foco da história historiográfica, seja ela qual for. Às obras acima citadas acrescenta-se uma crônica que dá continuidade à de Jorge, o Monge, escrita sob o comando de Miguel III, e interrompida no ano de 842. Sua tradição manuscrita, ainda analisada de forma incompleta, está repleta de acréscimos, variantes e continuações sob nomes de autores sobre os quais quase nada sabemos, como é o caso do sucessor de Jorge Monge, Simeão o Magistro, ou do Logoteta (funcionário das finanças), e alguns outros. E de facto pouco importa, pois, ao nível dos próprios contos, as controvérsias distinguem-se perfeitamente, especialmente em torno de Basílio e Fócio, em cujo tom e propósito os autores expressam a sua pertença a altos cargos públicos, ou a alguma atmosfera aristocrática de a capital. O palácio como lugar político é também o foco das biografias patriarcais. Duas delas são de particular interesse, a *Vida de Inácio* e a *Vida de Eutímio*, que surgem no momento da crise desencadeada pelo quarto casamento de Leão VI. Na verdade, a *Vida de Inácio* foi escrita por Nicetas, que se tornou o monge David, no contexto desta crise. Inácio é apresentado como um exemplo da resistência da Igreja à onipotência imperial, face aos compromissos de Fócio. É também um exemplo da mesma virtude proposta pelo monge contemporâneo do Patriarca Eutímio ao compor a *Vida deste último* no mosteiro de Samada, por ele fundado.



Estabelecer uma dinastia

As histórias relativas ao palácio e ao poder imperial estão longe de representar tudo o que nos resta como fontes referentes aos anos de 867 a 957. Mas ocupam, por assim dizer, o primeiro lugar na cena e dão conta dos acontecimentos. num ambiente restrito mas aberto, decisivo, pois é o das decisões políticas. O imperador está rodeado por um duplo

círculo: primeiro, os grandes, especialmente os líderes militares e seus familiares; depois, todos os que estão próximos do soberano para além da sua própria família, como os conselheiros, os favoritos ou eunucos ao seu serviço pessoal e os monges, todos eles também com as suas famílias: nesta fase da competição política ninguém está isolado. Os historiadores de Bizâncio ignoraram outrora estas ligações, cuja importância é, no entanto, realçada pela atenção que lhes é dada pela historiografia. As redes familiares consolidam-se, rompem-se, desaparecem ou permanecem unidas na sua expressão mais elevada, e assim a história da classe dominante é tecida na medida em que gravita em torno do trono e do palácio.

Basílio teve quatro filhos. Constantino, o preferido, nasceu de sua primeira esposa e foi associado ao Império em 869. Leão talvez fosse filho de Miguel III e não de Basílio. Eudócia também deu à luz Alexandre e Estêvão. Basílio também associou Leão ao trono em 870, e Alexandre logo após 871. Constantino morreu em 879, e Leão tornou-se o herdeiro presuntivo depois disso. O imperador casou-o com Teófano, descendente da linhagem de Martinácio, à qual possivelmente também pertencia Eudócia Ingerina. León foi hostil com ele e até o afastou por um tempo. O autor contemporâneo da *Vida de Teófano*, um leigo familiarizado com os Martinacianos, atribui esta atitude às suspeitas despertadas na mente de Basílio pelo monge mágico Teodoro Santabarenos. No dia de Santo Elias ocorreu uma reconciliação solene. E em 886, antes de morrer em um acidente de caça, Basílio nomeou Leão como seu sucessor. Alexandre permaneceu como co-imperador e Leão substituiu Fócio por Estêvão. Esta reunião das funções supremas da irmandade imperial é significativa. Caracteriza um modelo que o império otoniano aplicará à sua maneira, quando Brunon, irmão de Otto I, for arcebispo de Colônia. Ou, se quiser, é uma primeira aplicação da figura familiar, consanguínea ou metafórica, que traduz a estrutura política desta época.

Leão abandona a esposa: a biografia desta mulher, ou melhor, a sua hagiografia, irá pintá-la como uma seguidora de uma vocação ascética, realçada pelos milagres posteriormente realizados no seu túmulo. Desde o século x, aparece, de facto, no calendário de santos da Igreja Bizantina. León “torna-se amigo”, segundo a expressão da sua época, de Zoé Zantcina, cujo marido foi envenenado em consequência desta relação, e leva-a para viver no palácio. Era filha de um arménio, Styliano Zautces, a quem Leão confiou a gestão dos seus negócios e para quem criou o título de “sogro do imperador” (*basileopator*), embora a relação fosse ilegítima. Zautcés, que se tornou *logothetos tou dromon*, responsável pelo correio, pelo interior e parte das relações internacionais, desempenhou um papel até à sua morte em 896, o que é evidenciado pelo facto de a maior parte das novelas VI de Leão serem dirigidas a ele. Teófano morreu em novembro de 897, e Leão casou-se com Zoé, que também morreu em 899, deixando uma filha. Os parentes de Zoé, que haviam conspirado de outra forma, tiveram que deixar o palácio. Na ausência de herdeiro, Leão casou-se pela terceira vez com uma jovem originária do *tema* de Opsíquion, Eudócia Baiana, falecida em 901, com um filho recém-nascido. Leão atingiu o limite da tolerância canónica em matéria de segundos casamentos sem ter resolvido o problema da sua sucessão: ele próprio renovou a proibição dos terceiros casamentos alguns anos antes, o que tornou os seus descendentes ilegítimos, e censurou os seus segundos casamentos. Viveu com uma quarta mulher, Zoé Carbonopsina (“aquela dos olhos de fogo”) sem se casar, portanto. Parece que esta mulher era parente de Himério, comandante supremo da

frota (*drongarios tou ploimou*) nos primeiros anos do século x. Em 905 ele deu ao imperador o tão esperado herdeiro, o futuro Constantino VII. A partir de então, um novo capítulo poderia ser acrescentado ao conflito secular entre a facção fundamentalista dentro da Igreja e os patriarcas políticos de cargos públicos.

Esta série de quatro casamentos é inicialmente surpreendente como exemplo de uma história familiar catastrófica. Os motivos do imperador poderiam ter sido: animosidade, sem dúvida, para com Teófano e amor pela primeira Zoé em qualquer caso, mas também, inquestionavelmente, preocupação com a sucessão imperial, revelada nele em virtude das dificuldades que encontrou, e não porque era um problema novo; Da mesma forma, seguindo o exemplo de Teófilo, que condenou os cúmplices de seu pai, Leão mandou enterrar a vítima de seu pai, Miguel III, na igreja dos Santos Apóstolos, local dos túmulos imperiais. Por fim, das quatro mulheres, a primeira e, sem dúvida, a última, em menor medida, pertencem a famílias ilustres, enquanto Zautcés surge, pelo seu próprio nome, como membro de uma linhagem de curta tradição. Seus parentes vivem bem até a morte prematura de Zoé, que destrói uma fortuna ainda não resolvida. Os demais personagens ainda estão no palco ou acabaram de sair no momento em que o nascimento de Constantino reacende um confronto mal acalmado. O Patriarca Estêvão, irmão de Leão IV, morreu em 893. A sé ecumênica estava ocupada desde 901 pelo Patriarca Nicolau I, um homem da linhagem de Fócio, parente e talvez afilhado deste último, em qualquer caso, bastante próximo dele ter procurado refúgio num mosteiro após a sua deposição. Nicolau I, parente do comandante da guarda e "irmão adotivo" do imperador, além de ser seu secretário particular (*mystikos*), teve experiências e contactos que o levaram a ser a favor de um compromisso favorável ao palácio. León consegue, em primeiro lugar, que o filho seja batizado em Santa Sofia em janeiro de 906; o monge Eutímio atuou como padrinho. Na primavera seguinte, um padre celebra o casamento e Leo coroa Zoé. O conflito permanece aberto desde então entre o patriarca, que proíbe o imperador de avançar para além da sacristia de Santa Sofia, mas que aceita e prepara um processo de penitência, embora o imperador o rejeite e peça a descrição de Roma, e um lado rigoroso. à frente desta vez não está o senhor de Studa, como um século antes, mas Aretas, que se tornou arcebispo de Cesaréia.

Contudo, a relação de forças e os riscos do conflito mudaram. Nicolau, preocupado com a unidade da Igreja, irritou Leão, levando à sua renúncia em 907, acusando-o de cumplicidade na recente conspiração de Andrônico Ducas. O imperador o substituiu por Eutímio, que não demonstrou a intransigência monástica que se esperava dele. O autor da sua *Vida* descreve-o, no entanto, como um notável "pai espiritual", um daqueles directores espirituais cuja onipotência é um dos factores da prática religiosa desde o século ix: atribui uma certa influência sobre o imperador. Mas, na realidade, Eutímio cede ao apelo de Leão a Roma e aos patriarcas orientais e, se acreditarmos no seu biógrafo, à ameaça de promulgar uma lei autorizando quartos casamentos. O casamento é então legitimado. Leão está representado numa placa de mosaico colocada em Hagia Sophia, acima da Porta Imperial: é visto prostrado em atitude de arrependimento aos pés de Cristo, que domina a cena entre a Virgem e um anjo, salvo por estar ao seu lado. certo. Ele morreu em 912 e Alexandre assumiu o poder. Ele oferece mais uma vez a Nicolau o trono patriarcal, o que implica a demissão dos bispos nomeados por Eutímio. Os apoiantes deste último perdoam-no pela reabilitação de Nicolás. Alexandre morreu em junho de 913, em meio às

dificuldades causadas pelos assuntos búlgaros. Nicolás passa então a fazer parte do conselho regencial e o peso do Império recai sobre ele assim que Zoé for destituída. Reconciliou-se com Eutímio antes de sua morte em 917. Em 920 um Tomo de União pôs oficialmente fim à disputa, embora não tenha conseguido apaziguar os ressentimentos.

O conflito e o seu desfecho dão o que pensar sobre o estado das relações entre o imperador e a Igreja de Bizâncio no início do século x. A reivindicação do poder monástico, ainda presente no conflito entre Inácio e Fócio, praticamente não aparece aqui. O próprio patriarcado político é, em última análise, subjugado pela vontade imperial. A vitória deste último fica evidente não só pela legitimação de uma união contrária à lei vigente, mas também pela ameaça usada como argumento por Leão VI. Autêntico ou não, é significativo que até um monge tenha levado isso em conta na biografia de outro monge, um monge também usado como modelo.

Em maio de 919, Constantino VII casou-se com a filha de Romano Lecapenos, que mais uma vez assumiu o título de "sogro imperial" (*basileopator*), recentemente detido por Zautcés; Posteriormente, recebeu o de César, como Bardas, tio de Miguel III (setembro de 920), para finalmente se tornar co-imperador de seu genro (dezembro de 920). Para compreender este acontecimento, devemos referir-nos novamente a duas orientações das décadas anteriores, que correm em paralelo: as relações internacionais de Bizâncio e o movimento de pessoas e linhagens no círculo imperial.

A FORÇA DAS FAMÍLIAS, CULTURA DOMINANTE

A esplêndida aparência de continuidade da cultura bizantina e a verdadeira continuidade da teoria política, juntamente com a sofisticação, sem rival nesta época, da maquinaria administrativa e dos seus meios de comunicação escritos, têm frequentemente ocultado aos historiadores as verdadeiras fontes do poder desta época em Bizâncio. Um poder que pertence inquestionavelmente, por um lado, aos homens cultos, como o prova o facto de Leão VI e Constantino VII estarem entre eles: pois são eles os responsáveis pela justificação histórica, jurídica e cristã do poder soberano. Mas não devemos esquecer, no entanto, a importância da guerra: das suas infinitas séries de episódios surgem os principais papéis na história política e nas linhagens.

As linhagens poderosas

Vimos que no século ^{viii} e depois no ^{ix} se afirmava uma consciência de linhagem, atestada pelos nomes de família, pela preocupação com as relações de parentesco e pelas palavras de elogio em relação à notoriedade anterior. O movimento continuou de Basílio I a Constantino VII, paralelamente à doutrina oficial de origem real na qual se baseava a legitimidade imperial. O problema de uma Bizâncio "feudal", de um império "feudal", só surgiu verdadeiramente com Basílio II. Mas o relato historiográfico dos reinados de Basílio I e Leão VI, Romano I e Constantino VII permite-nos perceber, por um lado, a presença e o papel das famílias, algumas das quais continuarão em cena nos séculos seguintes e, Por outro lado, a dinâmica de um grupo social em que os valores guerreiros, políticos e culturais tradicionalmente característicos de uma aristocracia se combinam com uma

abertura social ainda incompleta. Seleccionaremos três exemplos. A primeira é a dos Ducas, com o seu desenvolvimento deslumbrante e queda rápida no início do século ^{ix}. O primeiro Ducas conhecido, Andronicus, tem um nome próprio que evoca "virilidade" e "vitória", juntamente com a designação "Ducas", tanto título como apelido, que parece ter-se tornado um nome de casta a partir da geração seguinte. Encontra-se, sob o reinado de Leão VI, ao lado de Himério na guerra contra os árabes e desempenhando um importante papel governamental na Ásia Menor, com um filho já adulto em 906, Constantino, casado com uma filha de Gregório, chamada Ibero, que era na época *domestikos* da *scholai*. Neste mesmo ano, prometido, com ou sem razão, perante o imperador por seu favorito, o eunuco árabe-cristão Samonas, Andrônico é separado de "seus parentes, seus filhos e seus homens", segundo um autor da época. Primeiro trancou-se na fortaleza de Cavalla, perto de Conia, e depois refugiou-se em Bagdá. Contudo, o seu filho Constantino regressou a Constantinopla e deixou-se tentar pelo poder em 913, após a morte de Leão VI, quando era *domestikos* dos *scholai*. Sua tentativa fracassa, ele perde um filho na conspiração e outro, ainda criança, é castrado, medida excepcional que reflete a importância dada ao assunto. Outro Ducas, Nicolau, morreu na guerra contra os búlgaros em 917. Apesar de tudo, após esta erradicação, a linhagem dos Ducas voltou a surgir no século ^{xi}, e desta vez por mais tempo, embora provavelmente tenha vindo de outro ramo.

O segundo caso que apresentaremos é o de Romano I Lecapeno. Com base em uma famosa passagem de Constantino VII, costuma-se notar sua condição modesta. Embora ninguém conteste a sua origem arménia, os factos não são tão simples. É verdade que não remontamos mais longe do que o seu pai Teofilato, "o Insustentável" (*Abastaktos*), cujo apelido não foi transmitido, e de quem só sabemos que salvou a vida de Basílio I no decurso de um infeliz campanha em Tefrik. Qualquer que seja a verdade da aventura, pode-se pelo menos concluir que o serviço de guerra remonta ao pai de Romano, mesmo que este não tenha feito disso uma profissão. No entanto, um parente de Romano casou-se com Adralesto, estratega do *tema* oriental, em meados do século ^{ix}, por ser avó do monge Miguel Maleino, nascido em 894. Mas Romano I é o primeiro a distinguir-se na sua desempenho público. Isto se traduz, em primeiro lugar, na categoria de sogros de seus filhos, seus sogros: enquanto sua filha Helena se casa com o jovem imperador, sua filha Agatha torna-se esposa de um Argyrus, Leo, cuja linhagem está naquele momento em ascensão completa e remonta a Miguel III; Seu filho Constantino aliou-se ao patrício Pantério, e seu filho Cristóvão ao patriarca Nicetas. Cristóvão e Constantino estão associados ao Império, assim como seu irmão Estêvão, enquanto o mais novo, Teofilato, é investido no patriarcado, segundo o esquema posto em prática pelos filhos de Basílio I, e pelo filho bastardo, Basílio, o Pássaro, desempenha o papel de eunuco no palácio, e, mais tarde, juntamente com Constantino VII, ocupou a posição privilegiada de guardião da câmara (*parakoimomenos*).

Depois dos Ducas e dos Lecapenes, o nosso terceiro exemplo transporta-nos para meados do século ^x. Esta é a linhagem dos Focas, da qual provirá o imperador Nicéforo II, e em torno dos quais, através do jogo de alianças, se organiza gradativamente a maior constelação aristocrática da época. A genealogia, presumivelmente posta em circulação pelos próprios Focas, remonta a um tataravô de Nicéforo II, um certo Focas, cujo nome corresponde ao de um mártir venerado na região de Sinope. Parece que o imperador (Teófilo?) notou-o "pela força do seu corpo e pela nobreza da sua alma", e colocou-o à frente de uma *turma*, a divisão principal de um *tema*. Um início credível comparável ao de

Teofilacto Abastactos, uma acção pelo menos exemplar, característica de uma sociedade em que a fortuna obtida através da guerra serviu para inaugurar novas linhagens ilustres. O nome de Focas torna-se uma linhagem: seu filho, Nicéforo Focas, já é um dos mais brilhantes generais de Basílio I e Leão VI: já vimos como ele se destacou no sul da Itália. Seus netos, Bardas, cujo nome vem de um tio ou avô armênio, e Leão, distinguiram-se sob a regência de Zoé, mãe de Romano Lecapenos, que encontraram neles rivais, apoiados por suas alianças. Bardas casou-se com uma Maleina, cuja linhagem já estava registrada na historiografia por mandato de Miguel III e Basílio I, e cujo avô era patrício e general, enquanto uma de suas avós era parente de Romano Lecapenos: os Maleinos eram nativos do *tema* de Carsianon, onde seu parente Eudócimo, talvez estrategista do *tema*, morreu em odor de santidade por volta de 840. Leão, irmão de Bardas, era cunhado do *paraceimomeno* Constantino, eunuco favorito de Leão VI no final de seu reinado. Um dos filhos de Bardas, Nicéforo, nascido por volta de 912, será imperador, após uma carreira a que nos referiremos mais tarde, cargo em que foi possivelmente secundado pelo seu irmão Leão; uma de suas irmãs casou-se com um sobrinho de Juan Curcuas, o mesmo de quem Romano I queria uma filha para filho de Constantino VII. Desta união nasceria outro imperador, sobrinho e assassino de Nicéforo II, João I Zimisce, que se casaria com uma filha dos Escleras, outra linhagem dominante, atestada desde o início do século ^{ix}. Esta antecipação genealógica visa apenas mostrar ao leitor que os Focas estão relacionados através de duas gerações, a de Bardas e a seguinte, com algumas famílias que competiram para obter o poder supremo, nenhuma das quais, por outro lado, remontava a século ^{ix}, pelo que podemos julgar.

O sucesso de Romano Lecapenos que consiste na eleição da sua filha para Constantino VII representa de facto a eliminação de Leão Focas, que em 917 comandava uma expedição na Bulgária, pelo drongar da frota, apoiado no palácio, perante o Imperatriz Zoé e Patriarca Nicolau I. O noivado imperial incita Leão Focas, destituído de sua posição de *domestikos* dos *scholai*, ou o que é o mesmo, afastado do palácio por Romano, a se revoltar contra os *temas* do Oriente. Sua tentativa falha e ele é eliminado permanentemente, deixando-o cego. Seu irmão Bardas, entretanto, manteve o comando e interveio em resposta ao ataque russo em 941. Mas a estratégia impecável de Romano I, baseada em numerosos descendentes, não foi suficiente para garantir o futuro dos Lecapenos. Em 928, uma conspiração a favor de Cristoforo arquitetada por seu sogro fracassa. Após a morte de Cristóvão em 938, seus irmãos Estêvão e Constantino destituíram João Curcuas, o já mencionado general, que Romano I queria como sogro para seu neto, o futuro Romano II. Finalmente, eles depõem o pai, mas são por sua vez depostos por Constantino VII, que assim recupera a realidade do poder em janeiro de 945, e os envia para se juntarem ao pai no mosteiro. Embora uma filha de Cristóvão tenha se casado com Pedro, czar da Bulgária, a linhagem desapareceu definitivamente do cenário político, e Constantino VII naturalmente voltou a levar em conta os Focas. Bardas Focas tornou-se *doméstico* da *escola* e seus filhos Nicéforo e Leão tornaram-se estrategistas. O filho de Constantino VII, Romano, associado ao trono desde 945, ainda criança, casou-se sob o governo de seu avô com uma jovem filha bastarda de Hugo da Provença, que morreu logo. Por volta de 956 ele tomou como esposa uma bela e misteriosa jovem, supostamente garçonne de uma pousada, chamada Anastaso, que se tornou Teófano após o casamento. Esta escolha evitou os transtornos dos cunhados aristocráticos e ambiciosos. A historiografia da época representa-a como tendo Romano

enfeitado. Voltaremos a encontrá-lo mais tarde, inaugurando nas histórias da sua época o papel da voluptuosidade levada ao crime, incomum a nível imperial.

Constantino morreu em 959, talvez envenenado por seu filho, instigado por Teófano. Queríamos fazer dele um relato intelectual, tendo em vista a sua obra, que corre o risco, como tantos outros, de transmitir as suas próprias sugestões ao leitor de hoje. Mas não devemos esquecer, gostemos ou não, que ele não era apenas um imperador. Romano I e alguns generais como Juan Curcuas assumiram muito bem a função guerreira do poder imperial, assim como os Focas quando Constantino confiou neles após a queda dos Lecapenes. Constantino, que não deixou de ser imperador até ao dia da sua morte, exerceu, como já dissemos, a função do discurso, visando a justificação da dinastia dos descendentes de Basílio na obra historiográfica, ao simbolismo do poder no *Livro de Cerimônias*, e a localização definitiva das tradições e conhecimentos necessários ao seu exercício universal nos livros sobre os temas e administração do Império.

Os limites de uma cultura dominante

x, Bizâncio gozava de excelente saúde, se é verdade que para uma sociedade que viveu por volta do ano 1000, a guerra e o comércio em grande escala são sintomas de saúde. Como qualquer sociedade saudável, desenvolve uma atividade cultural através da qual expressa o seu presente.

Aludimos constantemente às fontes culturais da história política de Bizâncio e, em última análise, vimos Basílio, através de Fócio, Leão VI e Constantino VII, elaborar e pôr em prática a teoria centenária do poder imperial, e Constantino VII especialmente, estabelecendo a dinastia fundada violentamente por seu avô em bases historiográficas. Mas vimos também, a partir de Teófilo, como o próprio poder imperial baseou os seus direitos na exigência de continuidade interrompida da cultura clássica legada pela Antiguidade e terminou, de facto, após a segunda iconoclastia, através de uma teoria completa e definitiva da imagem. A exigência clássica, facilitada, como também vimos, pelo uso da letra minúscula, manifesta-se na revisão filológica de textos antigos, de modo que o nosso Platão, por exemplo, é em grande parte aquele dos séculos ix e x. Mas não se engane, esta purificação não traduz, ou melhor, não traduz apenas, a busca desinteressada de uma cultura erudita, mas também, e sobretudo, o espírito totalitário de uma cultura dominante. Assim, por exemplo, a recolha dos aniversários das *Vidas* dos santos segundo a ordem dos dias de cada mês ou menologia, consiste num arranjo draconiano que afecta tanto as personagens, entre as quais os contemporâneos estão praticamente ausentes, como as histórias, submetido impiedosamente a uma reescrita retórica facilmente reconhecível (*metáfrase*), cuja difusão massiva não fez, felizmente, desaparecer as versões anteriores. O autor desta obra, Simeão, o Metafrasto, talvez tenha executado uma diretriz de Constantino VII. Suspeita-se que por trás de sua obra possa estar o cronista Simeão, o Logoteta, sobre quem sabemos muito pouco, ou mesmo os magistrados Simeão, de quem são suas obras. foram preservados os cartões.

A cultura dominante supõe também, como recordaremos, o ininterrupto enobrecimento do imperador pela retórica palaciana, o aperfeiçoamento administrativo imperial e patriarcal e a vitória da ortodoxia. O palácio, o mosteiro de Studa, o patriarcado,

a capital, numa palavra, são, ao mesmo tempo, o terreno fértil desta cultura dominante, centralizada mas não localizada. Os documentos administrativos das províncias, que começamos a ter à disposição a partir de Basílio I, e sobretudo as cartas preservadas do século ^x, dão prova do contrário. A carta, mensagem individual, foi também um gênero de retórica tradicional, que motivou a composição de algumas coletâneas que sobreviveram até hoje, nas quais se encontram cartas de homens que partiram para as províncias como funcionários ou bispos, endereçadas aos seus amigos. na capital, seus protetores, às vezes o imperador ou o próprio patriarca, e até cartas deste último. Conhecemos assim cartas de Fócio e Nicolau I, do secretário imperial de Romano I, Teodoro Daphnopolítis, bem como um conjunto muito valioso para o estudo da segunda metade do século. Destas cartas, bem como das reflexões escritas por Aretas, que se tornou bispo de Cesaréia da Capadócia por volta de 904, até sua morte em 932, emerge a nostalgia meio convencional, meio sincera de estudiosos distanciados de seus pares e perdido no meio de pessoas sem instrução.

A cultura dominante é, em suma, o discurso figurativo das imagens. Muitos deles desapareceram, como os mosaicos da Igreja Nova de Basílio I, agora destruídos. Mas não nos faltam testemunhos da restauração deliberada dos antigos cânones a este nível no desenvolvimento da escultura em marfim, que servia para decorar caixões e capas de livros; na produção de prataria cinzelada; na pintura de manuscritos de conteúdo religioso, porém, como o admirável Saltério de Paris, do início do século ^x. Esta é a cultura dominante que Bizâncio exportou para Preslav, e mais tarde para Kiev, através dos seus produtos e dos seus artesãos. Mas, no entanto, vale a pena perguntar sobre os seus limites sociais, provinciais e até nacionais, poderíamos dizer, dentro do imenso império.

A primeira certeza é que a sua língua está a partir de agora, e já irreversivelmente, distante da língua falada por todos, incluindo a elite política. Foneticamente, as tendências que levaram à pronúncia atual do grego já eram seculares no século ^x, especialmente a evolução para o som ^{l único} de outras vogais e ditongos. Mas a mesma configuração da linguagem, principalmente pela simplificação da flexão, anuncia desde então o que conhecemos hoje. Os erros nas cópias manuscritas são esclarecedores a esse respeito. Quanto ao vocabulário do grego moderno, vemos aparecer conforme os textos, em algumas *Vidas* de santos em particular, muito antes do século ^x. O renascimento clássico dos séculos ^{ix} e ^x, que mais uma vez exaltou os tratados de retórica antiga, acentuou o corte, tanto político como cultural, entre os dois níveis de linguagem, que desempenharam o mesmo papel em Bizâncio que o uso do latim e do vernáculo línguas no cristianismo medieval ocidental. A língua vernácula fará a sua entrada no campo da escrita nos séculos ^{xii} e ^{xiii}. Por outro lado, o princípio da dupla língua persistiu na Grécia até ao século ^{xx}, com um significado ideológico, em suma, inalterado. Nesta primeira metade do século ^x, então, a língua falada só nos aparece em manifestações indiretas, como a (mutilada) *Vida do Patriarca Eutímio*, composta por um monge do seu mosteiro de Samácia, que pelo menos antes do apenas o manuscrito, escrito por volta de 1080-1100 e agora perdido, foi corrigido por seu editor. Também é encontrado em algumas canções anatólicas de guerra e de amor, em alguns dísticos da corte preservados no *Livro de Cerimônias*, e também, embora não tenha sido muito levado em conta, em certos nomes de linhagens que surgem na historiografia do século ^{ix} e ^x: Garidas, “O camarão”, ou Gonguilios, “o de Colinabo”, formações cujo significado social apontamos.

Por outro lado, não há dúvida de que a própria cultura dominante não é impermeável e sofre influências periféricas. Assim, um Evangelho copiado no século ^x, e talvez não ilustrado até o século ^{xi}, mostra uma influência islâmica nos ornamentos dos títulos feitos pelo escriba, bem como nas bordas arquitetônicas das figuras dos evangelistas; Este Evangelho vem da fronteira oriental. Por outro lado, outro manuscrito, o tratado ascético de Juan de la Escala (*klimakos*), copiado na Itália no século ^{ix}, apresenta uma decoração semelhante à ocidental contemporânea. O sul da Itália produz, por outro lado, manuscritos característicos de sua escrita, ornamentação e pinturas. Da mesma forma, a arquitetura armênia, florescente na época do reinado de Ani, exerceu então uma influência em Bizâncio que se tornaria evidente na segunda metade do século, com a chegada ao poder de João Zimisces, numa altura em que os georgianos desempenhavam também um papel. As estradas de Bizâncio são, portanto, terreno de trabalho de aculturação.

Os judeus, que reencontramos no sul da Itália, fornecem-nos outro exemplo, situados como estavam, com a sua própria cultura florescente, na intersecção entre Bizâncio, o Islão e a Latinidade. O mesmo não ocorre no caso da minoria judaica no Império, encurralada pelo rigor da identificação contínua entre Romanidade e Cristianismo Ortodoxo, e além disso associada, com ou sem razão, como se recordará, a movimentos iconoclastas. A conversão dos judeus parece, portanto, cada vez mais necessária. Basílio I decreta-a, como vimos, em 873 ou 874, e Leão VI recorda esta medida num *romance* que ordena aos judeus que sigam a lei cristã a partir de agora, já que a sua está ultrapassada. Uma história hagiográfica composta após a morte de Basílio coloca sob seu comando as aventuras de Constantino de Sinnada, um judeu que se sentiu cristão por ter, ainda muito jovem, desenhado uma cruz na boca depois de bocejar, segundo o costume, e que imediatamente se tornou monge. Seja como for, Romano I, por sua vez, emitiu um decreto de conversão em 932, o que parece ter causado um êxodo, talvez para a Cazária, e depois para a Rússia de Kiev, em cuja cultura a influência judaica foi direta e importante. A minoria judaica não foi, portanto, aniquilada em Bizâncio, nem então nem depois, embora não tenha encontrado o terreno adequado para um florescimento comparável ao então observado na Itália, na Renânia ou nas terras do Islão. No entanto, é visto como permeável à cultura bizantina, à cultura judaica erudita ou quase erudita que produziu a curiosa descrição do rei Salomão que estava no hipódromo no meio das quatro cores, cujo hebraico integra palavras gregas e cujo autor conhecia o capital, e até palácio, talvez na primeira metade do século ^x. A situação dos judeus em Bizâncio mudou depois de 960.

Mas o que aconteceu com a cultura da maioria? Em primeiro lugar, vale esclarecer a ambiguidade que surge deste termo. Refiramo-nos, por exemplo, à cultura material. Muitos objetos chegaram até nós, alguns dos quais, marfins, tecidos de seda, joias e cerâmicas de luxo, remetem, se não ao palácio, pelo menos à elite. Mas também preservamos outros, provenientes de níveis de consumo mais modestos, cruces e amuletos, ícones portáteis de pedra dura, cerâmicas comuns. Verificamos, em todo caso, a uniformidade do repertório iconográfico religioso e, portanto, do sistema de representações e crenças. Em contraste, a hagiografia do final dos séculos ^{ix} e ^x é muitas vezes mais fechada socialmente do que a dos séculos ^{vi} a ^{vii}, que pintou um quadro social muito diversificado, até através dos seus temas. Os santos contemporâneos de Basílio e seus sucessores são monges, pais espirituais e interlocutores de imperadores e grandes personagens, como já foi dito. O vulgar ocupa apenas um indiferenciado segundo lugar nas histórias, na melhor das hipóteses. Está

presente, no entanto, quando os aldeões da região de Latros recorrem a Paulo, o Jovem (falecido em 955) para pedir chuva, ou quando o povo de Tessalónica se reúne no passo de Eutímio, o Jovem (falecido em 898) para tentar tocar ele, os dias em que ele desce do Monte Athos para a cidade. O triunfo do monge, implícito na restauração de 843, fim de todos os conflitos, de Constantino VI a Leão VI, é definitivo em meados do século ^x. Será ao longo dos séculos a voz comum da cultura bizantina em todos os níveis da sociedade. Um monge que vive num mosteiro, submisso ao higumen, ao recluso, ao solitário, é suspeito. Mas existe. E a prática religiosa, a representação do outro mundo, que serão as do helenismo moderno, emerge claramente no século ^x.

BIZÂNCIO EM BUSCA DE UMA PAREDE DE PROTEÇÃO

A guerra nunca esteve ausente da nossa exposição por muito tempo. Suas armas permanecem as mesmas: navios de guerra, dromons, ataque por mar; Em terra, o primeiro papel nas batalhas campais corresponde às esquadras de cavaleiros que ainda vemos galopando no ocasional evangelho do século ^{xi}, com os torsos protegidos por uma cota de malha, um capacete de ferro na cabeça e um broquel triangular ou redondo. no braço esquerdo; Também intervêm tropas mais ligeiras, especialmente arqueiros, enquanto a fronteira oriental é o teatro dos guerrilheiros *Akritai*, seus guardas. Os valores já florescem, atingindo seu pleno desenvolvimento após 960, desde Nicéforo Focas, que se tornou imperador Nicéforo II, até Aleixo I Comneno. Os tratados táticos, dos quais o mais famoso é devido ao próprio Leão VI, servem-nos tanto de testemunho quanto de historiografia. Não porque este último dê destaque, como fará a partir de 960, à vitória militar do imperador, e com razão. Em vez disso, ele demonstra incessantemente ao leitor que as promoções políticas vêm da habilidade do guerreiro. Assim, os personagens que chegam ao primeiro plano da cena atuam no âmbito da instituição militar que conhecemos. As forças centrais (*tagmata*) estão sob as ordens dos *domestikos* dos *scholai*, o seu órgão mais importante. Como sempre, também existem mercenários estrangeiros, e no início do século ^x, sobretudo, os “russos”, os *Ros* (palavra que se referia ao elemento escandinavo do jovem Estado de Kiev); Da mesma forma, existem homens recrutados no Império. As forças temáticas baseiam-se parcialmente no serviço dos detentores de activos militares, mas também no recrutamento para benefícios fiscais. Por fim, também é atestado o antigo costume de instalar bárbaros em lotes de terra em troca de serviço armado.

Evidentemente, o imperador continua sendo o senhor da guerra supremo. Vimos no capítulo anterior onde foi travada: o Leste e o Cáucaso; Bulgária, costa norte do Mar Negro e Kiev; o Mediterrâneo oriental e central, e o Adriático, de Taranto a Veneza. É constantemente combinada com outras relações, muitas vezes ao longo dos mesmos eixos, tais como comércio em grande escala, missões e embaixadas. E todos juntos, como já vimos, imprimem no mundo deste tempo as divisões que ainda podem ser reconhecidas no nosso: cristianismo greco-eslavo, cristianismo latino, islamismo. Vimos também como Bizâncio reencontra, na periferia que se esforça para se tornar um país eslavo desde o século ^{xi}, o duplo poder cristão do papado e do Império Carolíngio, e mais tarde do Império Otomano, enquanto o Islão o disputa em a Estas são as antigas formações cristãs do Cáucaso e do caminho mesopotâmico.

A isto acrescenta-se, a partir de Basílio I, a convergência e o choque das três potências no Mediterrâneo central: a Sicília e o sul da Itália constituem talvez a questão mais significativa das guerras dos séculos IX a XI. E, por outro lado, a leste do cristianismo os dados iniciais do período engendram a sua própria mudança: a Bulgária cristã, nascida do modelo bizantino, evolui para se tornar um duplo, em pequena escala, de Bizâncio, seu associado e adversário ao mesmo tempo, face aos povos turcos ainda não-cristãos que se aglomeram na foz do Danúbio, e face ao novo protagonista, o futuro Estado cristão de Kiev.

O Estado Búlgaro caiu definitivamente ao lado de Bizâncio sob o reinado de Basílio I. O problema de Bóris, que se tornou Miguel, foi, como vimos, encontrar na cristianização o quadro ideológico da monarquia, face aos boiardos anexados. ao antigo politeísmo, mas também, e pela mesma razão, para garantir uma Igreja que fosse o suporte do poder, e não o meio de dependência de um poder externo. Daí as suas vacilações entre Roma e Constantinopla. Bóris, que considerou insuficiente a reação romana à sua carta de 866, voltou-se para Bizâncio. Em 870, um concílio realizado na capital do Império decidiu incorporar a Bulgária à jurisdição do patriarca ecuménico, com relativa autonomia. E, muito rapidamente, a alfabetização eslava do cristianismo bizantino oferece a melhor solução. Em 885, com a morte de Metódio, seus principais discípulos foram expulsos da Morávia pela influência vitoriosa da missão franca. Clemente e Naum chegam a Plisca trazendo consigo livros em língua eslava, o que representa um desenvolvimento decisivo do cristianismo local. Clemente evangeliza a Macedônia, em torno de Prespa e Ohrid, anexada à Bulgária na primeira metade do século IX, e torna-se bispo de Ohrid em 893, enquanto Naum, antes de se juntar a ele, atua nos arredores de Plisca e do mosteiro real, concedido por Boris -Miguel no modelo bizantino, São Panteleimon de Preslav. Em 889, Boris abdica e torna-se monge. Ele é sucedido por seu filho mais velho, Vladimir, que fica do lado dos boiardos e confronta o clero e a aliança franca. Boris-Miguel entra em Plisca em 893. Ele cega e aprisiona Vladimir, convoca uma assembleia que proclama seu segundo filho, Simeão, educado em Constantinopla, czar, e decreta a transferência da capital para Preslav.

Assim, todos os laços com o passado búlgaro são quebrados, no sentido turco da palavra, para maior benefício tanto da monarquia como de uma unidade nacional já fortemente eslava. A decisão de 893 implica também a substituição do eslavo pelo grego como língua oficial do Estado e da Igreja. A escrita glagolítica é substituída pela escrita "cirílica", sempre em uso, muito mais flexível e próxima da escrita grega. Bizâncio mantém uma política que garante a mais eficaz aculturação, através das traduções da sua literatura religiosa e até secular, e da divulgação da sua iconografia. Simeão torna-se o "filho" do imperador, o mais próximo, portanto, na metáfora da família, que organiza o mundo ao seu redor aos olhos dos bizantinos. O reinado de Simeão (893-927) representa uma época de ouro política, cultural e militar para a Bulgária, na qual se formou a situação bizantino-búlgara do século X. A Bulgária tornou-se então um segundo Bizâncio, a tal ponto que Simeão reivindicou para si o título de *basileus*; e enfrentará na sua retaguarda as pressões dos povos eslavo e turco, cujas aventuras colidiram com as da política bizantina no mesmo terreno, as planícies da Ucrânia e do Danúbio.

A crise eclodiu em 894, quando o monopólio do comércio búlgaro foi concedido a dois mercadores gregos, Staurico e Cosmas, "amigos" de Styliano Zaucés. Eles mudaram a sede de Constantinopla para Salónica, uma medida que foi prejudicial para os búlgaros, pois retirou do tráfego a rota Plisca-Constantinopla. Além disso, os produtos búlgaros foram afectados por impostos elevados. Simeão então invade a Trácia. Leão VI fez com que os magiares da região entre o Dniester e o Prut interviessem contra ele em 895, enquanto a frota bizantina bloqueava a foz do Danúbio. Simeão responde empurrando os magiares para além do rio e lançando contra eles os pechenegues instalados no Dnieper. Os magiares, derrotados, dirigiram-se para oeste, e do seu assentamento definitivo na planície do Danúbio emergiu a Hungria, com apoio germânico, em detrimento do Estado Morávia, cuja destruição eles realizaram. Duas outras cidades turcas entram assim em cena. Os magiares não são recém-chegados, pois chegaram ao Danúbio em 837. Os pechenegues, por sua vez, seguem a trajetória clássica dos povos das estepes, e os encontramos novamente como a grande força complementar ao norte do Danúbio, ao longo do século X e do século X. primeira metade do ^{século XI}, sem que a sua organização nómada alguma vez tenha sido fixada estaticamente.

Em 896 a paz foi restaurada através de um tributo anual pago por Bizâncio. Mas após a morte de Leão VI em 912, seu irmão Alexandre suspendeu o pagamento, antes de ele também morrer em 913. Aproveitando esse motivo, Simeão atacou e alcançou os muros da capital em setembro do mesmo ano. Mas essa não era realmente a raiz do problema. A lição política de Bizâncio e a grandeza do seu próprio reino, e sem dúvida também a minoria do porfirogenita Constantino VII, inspiraram outro propósito para o búlgaro educado em Constantinopla: tornar-se um *basileus*, isto é, não apenas multiplicar o poder imperial por um *basileus* dos búlgaros, mas para centrar na Bulgária o poder do *basileus* dos romanos. Uma aplicação prodigiosa do modelo que mostra quão único ele permanece no leste do cristianismo do século x. O patriarca Nicolau, colocado à frente dos assuntos pela minoria de Constantino, escreveu-lhe cartas sobre este assunto, que preservamos. O atentado de 913 abre as portas da capital a Simeão, onde lhe é prometido que uma das suas filhas se casará com Constantino, e onde o patriarca coloca na sua cabeça uma coroa que na realidade era, diz-se, acompanhada da fórmula " *basileus* dos búlgaros." Mas Simeão não entendeu assim: temos evidências de pelo menos um selo, feito de chumbo e não de ouro, cujo texto grego lhe dá o título de " *basileus* dos romanos". As hostilidades continuaram, e o casamento de Constantino VII com a filha de Romano Lecapenos apenas os alimentou, pois foi uma das suas causas. Desde Setembro de 914, e a abertura das hostilidades por Simeão, até 924, e o seu último ataque contra Constantinopla, decorrem dez anos de guerra, durante os quais as duas potências, Bizâncio e Bulgária, tentam igualmente colocar os povos em risco. secundário, os sérvios eslavos e cristãos, e os pechenegues e turcos pagãos. Simeão morre em 927 e seu filho Pedro faz as pazes, aceita o compromisso rejeitado por seu pai, com uma homenagem bizantina anual, e recebe como esposa uma neta de Romano I Lecapenos, Maria: uma solução sutil, que ele concede a um associado privilegiado .descendente do imperador, mas não porfirogeneta, estabelecido segundo a fórmula familiar que caracteriza o sistema internacional centrado em Bizâncio. Vimos que no século viii Constantino V casou-se com a filha do kagan dos Khazares, convertida para esse fim na cristã Irene. Vimos também que Bóris da Bulgária se tornou filho espiritual de Miguel III após o seu batismo. O Império, único por definição, considera, portanto, o crescente grupo de soberanos como

uma família. E nesta família, o casamento búlgaro de Maria abre cautelosamente a categoria das alianças conjugais propriamente ditas, às quais Constantino VII dedica uma longa reflexão no seu tratado sobre a *Administração do Império*. Com exceção dos "francos", ele os considera proibidos aos descendentes dos Porfirogenetas. A aliança de Basílio II com Svjatoslav de Kiev através da irmã do primeiro, Anna, quebrará este princípio.

A paz de 927 permite que Bizâncio recupere a sua autoridade sobre os sérvios. A sociedade búlgara, por seu lado, continua uma evolução cujas principais características são a eslavização, que doravante absorverá a antiga aristocracia boyar, e a cristianização, que progride fora das cidades e representa um meio de unificação cultural e nacional. Uma sociedade cada vez mais complexa e ao mesmo tempo cada vez mais aculturada, como testemunha o desenvolvimento da heresia Bogomil sob o reinado de Pedro (927-969). A data do seu aparecimento é indicada pelo padre búlgaro Cosmas, no seu famoso *Tratado* contra a seita, composto sob o reinado do imperador João I Zimisces, e melhor ainda por uma resposta do Patriarca Teofilato (933-956) a uma consulta de Pedro sobre o problema. O ensino da heresia, atribuído pelo padre Cosmas a um sacerdote chamado Bogomil ("que Deus tenha piedade" ou "quem ora a Deus"), cujo nome é demasiado eloquente para ser fictício, recorda insistentemente os temas dualistas dos paulicianos, os seus. desaprovação do mundo e dos seus poderes, incluindo o da Igreja, da carne e da procriação. Temas seculares no Oriente, como se viu, mas cuja origem é legítimo procurar num novo cristianismo dos Balcãs: recordemos a este respeito as chegadas forçadas dos Paulicianos à Trácia no século ix, após o dismantelamento do seu território, e mais tarde, quando engrossarem as fileiras dos exércitos imperiais. Mas o *Tratado* de Cosmas mostra ao mesmo tempo o terreno local em que o movimento adquire um aspecto evidente e inquestionável de descontentamento social contra a Igreja composta por bispos e monges, e contra os ricos em geral. No entanto, o seu alcance estava longe de ser limitado, uma vez que encontraremos novamente os Bogomilos na agitação religiosa do século xi.

Cristianizar ainda mais

De resto, Bizâncio e Bulgária já não estão sozinhos frente a frente. Os russos já apareceram no capítulo anterior. Após seu ataque em 860, uma carta enviada por Fócio aos patriarcas orientais relatou sua conversão. Mas, sem dúvida, não passou de formal, já que em 874 um acordo previa a cristianização do Estado, para a qual o Patriarca Inácio nomeou um arcebispo. O projecto é comprometido pela chegada ao poder de Oleg, filho de Rurik: a história do cenário escandinavo de Kiev é comparável, neste momento, à do cenário proto-búlgaro na Bulgária. A verdadeira conversão aguardará o amadurecimento político do Estado Russo, no final do século x. No início daquele século, os navios russos ameaçaram os Khazars e Constantinopla. Mencionamos acima os tratados assinados com os russos em 907 e 911, que regulamentavam as disposições desde então em vigor para embaixadas e bolsas na capital. Nós os conhecemos através da *Crônica dos Tempos Passados*, a crônica de Kiev cuja tradição textual e crítica causam mais de uma dificuldade. Por outro lado, o ataque de 941 também é atestado por fontes bizantinas. A *Crônica* também apresenta o texto de um tratado datado de 944. Há a taxa de resgate dos prisioneiros feitos pelos russos, a cota de seda que eles podem comprar, além de dados sobre a proteção dos

pescadores de Cherson. A importância dos russos no horizonte bizantino fica evidente no capítulo que lhes é dedicado, em meados do século, no tratado de Constantino VII sobre a *Administração do Império*. A sua evolução leva-os ao problema da cristianização e, em 957, Olga, viúva de Igor, recebe o batismo em Constantinopla com o nome de Helena, mesmo nome, como se recordará, da esposa de Constantino VII. Também aqui a história búlgara parece repetir-se e, em 959, de facto, tenta também a solução latina e solicita um bispo e padres a Otto I.

A cristianização dos eslavos continua a ser uma aposta na rivalidade de poder com Roma e o Império Carolíngio. A oeste, os sérvios, uma vez convertidos sob o reinado de Heráclio, e mais tarde regressando ao paganismo, pediram missionários e receberam o batismo durante os anos 867-874, o que reforçou a influência bizantina no nordeste do Adriático. Bizâncio enfrenta Veneza e o problema da pirataria eslava: os piratas *Narentani* são cristianizados sob o reinado de Basílio I. Enfrenta principalmente a Croácia, Roma e os francos. Mas as ilhas e cidades da Dalmácia permaneceram na *comunidade bizantina* até o século ^{xiii}. Finalmente, o Adriático constituirá também uma aposta na guerra com os árabes. O avanço bizantino é destacado pela criação do *tema dálmata* entre 868 e 878, enquanto um estrategista do Estrímon é listado nas prelações de Filoteu em 900.

No Cáucaso, o reconhecimento de uma monarquia arménia faz parte da luta secular entre Bizâncio e os árabes na região fronteira de Taurus, na Arménia. A guerra pauliciana estava na ordem do dia ali em 867, como será lembrado. Após algumas tentativas infrutíferas, Basílio realizou, de 871 a 882, uma reconquista triunfante que dotou Bizâncio dos pontos-chave da fronteira, o Tauro e o Antitauro, bem como as passagens do Eufrates. A posição territorial dos paulicianos é varrida, como já vimos. Em 885, Bagdá envia uma coroa ao armênio Achot Bagratuni, como pagamento de homenagem, e Basílio faz o mesmo. A capital do reino é a da linhagem, Bagaran. Achot, falecido em 891, e seu filho Smbat (892-914) lutaram contra os emires da Mesopotâmia e Acerbaidjan e, atrás deles, consequentemente, a linhagem rival, os Ardžrunis de Vaspuracán, encontraram a oportunidade de obter apoio. O reino Bagrátida conheceu, no entanto, um apogeu a partir do primeiro terço do século ^x, tendo Ani como capital, um desenvolvimento intelectual e monumental, contemporâneo, aliás, do papel primordial desempenhado pelos generais armênios em Bizâncio, a cuja chefia Juan Curcuas estava lá.

Início da resposta contra o Islã

A guerra da Mesopotâmia continua. Romano I continua a companhia de Basílio I e inicia uma verdadeira reconquista a leste. Juan Curcuas toma Melitene em 934, depois de muitas tentativas. Realizou campanhas triunfantes na Arménia em 942 e na Mesopotâmia em 943: neste mesmo ano os bizantinos retomaram novamente antigos lugares como Darás, Amida e Nisibe. Eles cercam Edessa e a cidade velha lhes dá o *mandylion*, a imagem de si mesmo que Cristo, dizia-se, havia enviado durante a vida do rei Abgar. A relíquia é trazida triunfantemente para Constantinopla em 15 de agosto de 944. Bizâncio encontra-se em desacordo com os emires da região, e especialmente com os de Aleppo e Mosul, Saif al-Dawla, da dinastia local dos Hamdanidas, herói lendário da cultura árabe. Alta Síria. Os cristãos são ao mesmo tempo a aposta e o meio da luta. Os chefes e senhores armênios

estão integrados no dispositivo fronteiriço, cuja organização continua, sendo muitas vezes a *kleisoura* ("desfiladeiro") uma primeira etapa antes da constituição do *tema*. É o caso de Licando, mencionado em 908 e depois por volta de 916, e de Sebasteia, mencionado antes de 908 e posteriormente em 911. Um *tema de Carsiano também é mencionado a partir de 873, e entre 899 e 901 (último em 911, um tema)*. da Mesopotâmia que nada mais é do que um principado armênio cedido a Leão VI e do qual o príncipe armênio de Taron se torna estrategista entre 900 e 930. Todos esses homens da fronteira vão e vêm, portanto, de uma fidelidade a outra, como sempre, sem se afastar, afinal. Bizâncio, por sua vez, usa deliberadamente o cristianismo regional. Desde o início do século, os armênios repovoaram os arredores do emirado de Melitene, abandonado pela derrota dos paulicianos. Eles ocupam o *tema* da Mesopotâmia. Depois de 950, e mesmo sob Romano I, a migração armênia para oeste assumiu um carácter mais regional e massivo do que a dos guerreiros em busca de fortuna que se alinharam diante do imperador nos séculos ^{vii} e ^{ix}. Os temas fronteiriços depois de 950 são muitas vezes reduzidos a uma praça fortificada onde reside o estrategista. São, portanto, menores e, por outro lado, classificados como tal em relação aos "grandes" *temas* do interior, ou ainda, o que é significativo, como "armênios" em relação aos *temas* "romaicos". Com efeito, as suas forças são constituídas por armênios, jacobitas sírios e também paulicianos, familiarizados com o terreno, mas incapazes de constituir uma ameaça para a capital. Finalmente, no mesmo período, as guerras das grandes linhagens armênias, dos seus aliados georgianos e dos emires de Melitene, no início do século ^x, são objecto de uma história própria, nas fronteiras de Bizâncio e do califado, conhecido, ou melhor, acessível, através de fontes armênias, sírias e árabes (cristãs e muçulmanas) e não através de fontes bizantinas, que fornecem aqui apenas um complemento informativo. É a história das sociedades nacionais, ainda insuficientemente explorada, apesar das promissoras e já fecundas pesquisas filológicas e arqueológicas, mas cuja riqueza e importância no limiar oriental do cristianismo devem pelo menos ser destacadas.

Porém, nos últimos anos de Constantino VII, Saif al-Dawla mais uma vez assumiu a liderança. Nicéforo Focas substituiu seu pai à frente do exército em 954 e obteve a vitória no acampamento bizantino. Em 958, o sobrinho de Nicéforo, João Zimisces, entra em Samosata. Desde então, ambos trilharam o caminho que os levará ao trono.

Progresso mais incerto no Ocidente

No Mediterrâneo a situação é diferente devido tanto aos aliados como às posições opostas. No mar, de Rodes e Creta à Sicília e ao Gargano, a raça árabe representa um problema de segurança para as populações costeiras e para o transporte marítimo. Na Sicília e no sul da Itália, qualquer manobra bizantina assume necessariamente os contornos da reconquista, do grande projeto justiniano, que renasce periodicamente na história do Império para glória de Basílio e da sua dinastia nos séculos ^{ix} e ^x, e para o dos Comnenos no ^{xii}. E, no entanto, também aí o quadro é dominado em 867 pelo progresso árabe e modificado, no que diz respeito ao modelo justiniano, pelo facto carolíngio e pela existência dos principados lombardos no sul. É evidente que as duas situações estão relacionadas entre si, o que fica evidente ao ler, por exemplo, a *Vida* de dois monges da época, um

siciliano, Elias, o Jovem, nascido em Enna por volta de 823 e falecido em Salónica em 903. , e um calabresa, Elias da Gruta (*Speleotés*), nascido em Reggio entre 860 e 870, e falecido por volta de 960 em seu convento. Ambos são fundadores de mosteiros no sopé de Aspromonte, no extremo da Calábria. Ambos mantêm ligações com Roma, evidenciadas pelo lugar que a sua estadia romana ocupa na sua biografia. E ambos navegam muito e são empurrados principalmente para o Peloponeso pelas circunstâncias. Elias, o Jovem, está, no entanto, em contacto com o governador da Calábria e com Leão VI.

Dito isto, a história dos ataques árabes às costas grega e italiana e a das campanhas marítimas no sul de Itália têm um alcance diferente. O domínio marítimo dos árabes resulta em golpes de magnitude variada. Em 896, os habitantes de Egina fogem para o continente na sequência de um assalto, que conhecemos pela *Vida de Lucas, o Jovem* , cuja continuação se passa na Grécia. Em 904, uma expedição liderada por um renegado bizantino, Leão de Trípoli, aventura-se nos Dardanelos para atacar Constantinopla e depois desvia para Tessalónica. O relato da tomada da cidade, feito pelo clérigo Juan Cameniatés, mostra que a captura de cativos para vender foi motivo de tais expedições. Juan Cameniatés apresenta os agressores segundo o estereótipo bizantino do selvagem, através do qual se distingue, apesar de tudo, a considerável violência do acontecimento, cuja ressonância foi proporcional à cidade que atingiu. Em 925, Oria sofreu um desembarque mencionado numa carta (em hebraico) do médico e filósofo judeu Shabbetai Donnolo, que pertencia à comunidade local já mencionada aqui em conexão com o decreto de conversão de Basílio I. No entanto, junto com os mortos e desaparecidos que essas incursões produziram, a proximidade árabe também ofereceu aspectos cotidianos. Um manuscrito datado de 916 contém a história de Atanásia de Egina, que havia perdido o marido onze dias depois do casamento, durante um ataque árabe, e que então obedeceu a um decreto imperial que ordenava que todas as viúvas e mulheres solteiras da ilha tomassem um “bárbaro”. " marido. Sem dúvida, o caso é exemplar, pois este último deixou-se persuadir mais tarde a tornar-se monge... Já se notou a circulação de moedas árabes, especialmente as dos emires de Atenas, e a descoberta de um lugar muçulmano do culto na própria cidade, melhor ainda, o uso ornamental de caracteres cúficos na decoração das igrejas circundantes, manifesta, por volta do século x, uma pacífica presença árabe. Numa palavra, uma Bizâncio marítima estende-se da Sicília à Apúlia e da Calábria a Salónica e ao Egeu, onde a gama de contactos com o Islão é, em certa medida, comparável à mencionada em relação à Bizâncio continental no leste. Por isso, esta Bizâncio das ilhas e das costas está em relação até com a Ásia Menor, de facto, devido ao desafio cipriota, e devido às ofensivas marítimas dos emires de Tarso.

A política imperial visa, portanto, dois objectivos, a reconquista das rotas marítimas e a da Itália. A primeira dificilmente se cumprirá antes da segunda metade do século x. Sem dúvida, Basílio inicialmente teve sucesso no Adriático. Ele libertou Ragusa em 868 e tomou Bari em 876 do imperador Luís II, que a havia conquistado dos árabes em 871. Esta vitória foi o germe do futuro *tema* da Longobardia, um de cujos estrategistas foi mencionado pela primeira vez em 911, que se estendia, como o próprio nome indica, em detrimento dos príncipes lombardos da região, ou melhor, acima deles, como uma potência eminente. Em 885-886, uma campanha vitoriosa de Nicéforo Focas entrega Amantea, Tropea e Santa Severina aos bizantinos, enquanto em 901 os árabes tomam Reggio. Até meados do século, o nome administrativo permaneceu o do *tema siciliano* , embora mais tarde a terminologia

fizesse eco aos factos: o tratado sobre a *Administração do Império* (entre 948 e 952) menciona um estrategista da Calábria. Desta forma, Bizâncio volta a ser parceiro político e adversário militar no sul da Itália desde o reinado de Basílio I. E esta história oficial sobrepõe-se à de um helenismo provincial, cuja obediência política se deve a Constantinopla e a religiosa a Roma. . Sabemos disso pela literatura monástica à qual já aludimos, uma de cujas partes se perdeu em acidentes posteriores, e cujos vestígios já dão um relato confortável da rica complexidade de uma cultura de confins, que só declinará lentamente após o reinado normando. conquista do século ^{xix}. Restam também vestígios arqueológicos cujo inventário não foi concluído, bem como documentos de arquivo muito excepcionais, cujo número poderá talvez aumentar. Finalmente, o tão discutido problema dos dialectos gregos da Calábria, ainda hoje vivos, faz, em todo o caso, parte da história.

A extensão de Bizâncio ao sul da Itália não resolve o problema geral das comunicações marítimas. Ao longo do século ^x, os árabes, pelo contrário, acabaram por cercar a Sicília, de onde ameaçaram a Calábria e onde, no entanto, o helenismo sobreviveu. As chaves do mar estão de facto em Creta e Chipre, e Bizâncio falha aí, em 904, em Tessalónica, como vimos. A frota bizantina é comandada pelo *logothetos tou dromou* Himerius, que desembarcou em Chipre em 910, após uma vitória no Egeu em 905 ou 906. Mas em 911, ao retornar de uma expedição inútil a Creta, sua frota foi destruída ao mesmo tempo. altura do Chio. No entanto, a segunda metade do século ^{ix} assiste a uma grande reorganização da marinha bizantina. O *drongário* da frota imperial torna-se comandante supremo, apoiado pelo gabinete do mar. Em 899 surge a primeira menção a um novo *tema marítimo*, o de Samos. Bizâncio também se prepara para um grande esforço de construção marítima, e fortifica alguns pontos costeiros importantes como Salónica, após o desastre de 904, e Atalia.

Por volta de 950, Bizâncio é, portanto, a leste do cristianismo, um modelo imperial, uma moeda, uma cultura dominante, e a sua periferia, mas também uma sociedade de guerreiros e clérigos, de cidadãos e camponeses, que deve ser comparada com a sociedade contemporânea. Oeste. Mas, sem dúvida, não é uma sociedade sem convulsões. É necessário decifrá-los através do descontentamento fiscal de uma província, da dissidência de uma heresia, da discordância de uma cultura regional ou dos empreendimentos de um líder militar. Tudo isto constitui a dinâmica de uma história que continua o seu curso, após a morte de Constantino VII, rumo ao que se deve chamar com razão, apesar de uma contradição de termos que não é apenas uma na realidade, um Estado “feudal”.

Terceiro

OS PRIMEIROS TREMODOS DA EUROPA

(século VII - meados do século X)

Capítulo 9

MONARQUIAS BÁRBARAS, IMPÉRIO CRISTÃO OU PRINCIPADOS INDEPENDENTES?

Os reinos germânicos e celtas do século ^{VI} experimentaram um equilíbrio frágil mas real em meados do século ^{VII}, com grandes variações regionais. Este equilíbrio foi seguido, de aproximadamente 650 até meados do século ^{VIII}, e novamente de 850 a 950 (após o Intermediário Carolíngio), uma série de crises multiformes. Um novo ciclo de destruição parecia ter começado.

Na realidade, as consequências das regressões da romanidade e do progresso das inovações germânicas fizeram com que os sucessos anteriores fossem questionados. As duas forças que colaboraram no regresso à ordem, os reis e os clérigos, não conseguiram evitar o desaparecimento irremediável dos costumes e instituições romanas, nem conter o impulso de uma nova classe social, a nobreza. A causa disto encontra-se numa nova evolução da população que passou de um estado de profunda fraqueza para uma renovação atribuível à restauração da ordem. Estas novas forças conseguiram enfrentar o Estado e a Igreja graças aos laços de homem com homem, conseguiram transformar radicalmente os métodos agrícolas e criar novos métodos de troca e expansão marítima. Ao mesmo tempo, uma nova cultura permitiu que a herança da Antiguidade fosse reinserida naquele mundo perturbado. Já não se tratava de uma redistribuição das cartas, mas de outro jogo e de outra civilização. A lenta e frágil recuperação da população libertada da carga fiscal levou à recuperação das terras perdidas e originou um primeiro ataque às terras áridas. A privatização do Estado provocou o surgimento de novos poderes; Os grandes nobres proprietários de terras submeteram a Igreja às suas secularizações e fizeram surgir principados regionais. Inovações fundamentais emergiram dessa situação confusa: os laços entre homens, o espaço marítimo nórdico, o domínio bipartido, o *houlke* (navio frísio), a moeda de prata e a Bíblia como fundamento de toda a cultura. A mistura dos mundos germânico e romano ocorreu através de um lento deslocamento do Mediterrâneo para o Mar do Norte da herança antiga, a tal ponto que o pré-renascimento intelectual e artístico foi maior no território mais germanizado: a Grã-Bretanha. Dessa forma, durante o episódio carolíngio, sentiu-se “o tremor superficial” de que G. Duby fala como precursor de um despertar posterior.

Quase todas as inovações agrícolas e técnicas ocorreram em três regiões: a bacia do Tamisa, o norte da Gália e a Germânia, e a planície do Pó. Ora, essas foram as regiões onde as rupturas foram maiores; Depois de terem sido terras do futuro durante o final do Império, estas planícies cerealíferas viram o seu primeiro desenvolvimento interrompido pelas invasões germânicas ou pela peste. Convertidos em zonas de contacto entre os recém-chegados e os seus antigos ocupantes, funcionaram como uma articulação entre o velho e o novo mundo, entre a velha Europa e a jovem Europa. Os bárbaros mostraram ali as suas notáveis capacidades de adaptação e deram àqueles territórios, a partir do início do século ^{viii}, o esplendor que em condições normais deveriam ter conhecido no século ^v. De onde as convulsões foram mais profundas vieram as soluções mais recentes: ao longo de uma zona de fractura que era ao mesmo tempo uma linha de força, da Itália à Grã-Bretanha, passando pela Austrásia e pela Frísia. A chave para essas grandes mutações e inovações estava na complexa aliança entre a violência guerreira germânica e a pacífica fé romana.

Com efeito, o trinômio Romanidade-Cristianismo-Alemanha causou, após fortes agitações, uma emulsão até então desconhecida. Foi transformado de um amálgama heteróclito em um coquetel original. A dosagem teve particularmente sucesso entre os francos da Austrásia ou entre os saxões que aceitaram as lições dos seus professores do sul, sem perder a originalidade. Tornando-se donos do novo espaço económico, amigos e protectores de uma Igreja cuja reconstrução procuravam, foram os adversários determinados de todas as potências regionais e de qualquer potência religiosa herética ou estrangeira como o Islão e Bizâncio. Quando Pepino foi legitimado com a unção real que lhe faltava, e quando os magnatas religiosos fizeram compreender aos primeiros carolíngios que o Império Romano ruíra definitivamente com a queda de Jerusalém em 638 e que era necessário reconstruí-lo, então o cocktail tornou-se explosivo. O bárbaro germânico, traumatizado por ter saqueado a Roma pagã em 410, tentou fazer as pazes tornando-se o salvador da Roma cristã. Isto permitiu-lhe, graças ao papado, avançar rumo à hegemonia europeia.

O FIM DO BÁRBARO

A segunda metade do século ^{vii} e a primeira metade do século ^{viii} viram o equilíbrio dos reinos bárbaros se desintegrar como resultado de crises internas. Estas levaram a uma verdadeira inversão de posições que reforçaram os reinos anglo-saxões, lombardos e, sobretudo, francos. As causas políticas dessas crises vieram da rejeição das instituições monárquicas germânicas herdadas de Roma e da ascensão das aristocracias. Após a fragmentação do Império, surgiu a fragmentação dos reinos.

Sprays e desaparecimentos

Com efeito, o nascimento de principados territoriais foi a grande característica daquela época. Na Gália, aproveitando as rivalidades entre a Nêustria e a Austrásia, os Turíngios, os Alemanni e os Bávaros recuperaram a sua antiga liberdade. No sul, a Borgonha foi dividida em várias cidades governadas por príncipes locais. O mesmo aconteceu na Provença a partir de 702, sob a direcção do patrício Antenor. Finalmente, a

Aquitânia passou para as mãos de uma nova dinastia fundada por Eudes (antes de 700-735). No noroeste, os bretões eram cada vez mais independentes, enquanto no nordeste, liderados por Radbodo (antes de 689-719), os frísios alargaram a sua área de influência política e económica às costas do Mar do Norte. Os reinos vizinhos imitaram esses comportamentos. Na Hispânia, a Septimânia e a Tarraconense mostraram uma tendência constante para se estabelecerem como um reino visigótico oriental independente de Toledo, enquanto na Itália lombarda os duques de Benevento, Spoleto ou Friuli recusaram submeter-se às ordens de Pavia.

Essas múltiplas tomadas de poder foram obra da nobreza germânica. Na Nêustria, um grande oficial, o mordomo do palácio Ebroín (653-687), afogou em sangue as revoltas nobres e acumulou tal ódio contra ele que acabou caindo diante da nobreza austrasiana liderada pela família Arnulfiana, que conseguiu manter o poder. administração hereditária do palácio. Em Tertry, em 687, Pepino II, denominado "de Heristal", estabeleceu definitivamente a supremacia da Austrásia sobre a Nêustria, completando o trabalho que Pepino I e Grimoald, seu avô e pai, haviam iniciado. O nascimento de uma nova dinastia estava sendo preparado. A origem do seu poder não estava mais entre o Sena e o Escalda, mas no Mosa. Dono de uma importante capital territorial e financeira, Pepino, prefeito do palácio da Austrásia desde 679 e prefeito da Nêustria desde 687, intitulou-se então príncipe dos francos e tentou recuperar as terras do reino que se tornara independente. Mas, na prática, só conseguiu repelir os seus adversários mais perigosos, os Frísios, reocupando Utrecht. Em outros lugares, no sul do Loire e particularmente na Borgonha, sua autoridade era nula. Até sua morte em 714 provocou uma revolta na Nêustria, rapidamente dominada por seu enérgico filho bastardo Carlos, na sangrenta batalha de Vinchy em 717. Ele adotou o apelido de Martel, o que expressa bem como ele "martelou" os rebeldes e depois suprimiu a independência dos Frísios, dos Alemanni, dos Borgonheses e dos Provençais.

Tal como os reis merovíngios, os monarcas visigodos não conseguiram lidar com a ascensão da aristocracia. Ela rejeitou a ideia de herança dinástica e tentou incessantemente que seu candidato fosse eleito. A Igreja tentou em vão tornar o rei intocável através da unção real, que já era difundida em 672, quando Wamba foi eleito. Mas isso não impediu as rebeliões. Quando os árabes começavam a ser uma ameaça para a Península Ibérica, esta foi dividida entre o rei Rodrigo e os filhos de um dos seus antecessores, Witiza. Vimos como o ataque do Islão o derrubou como um castelo de cartas. Em 718, o invasor ocupou Narbonne e Septimânia. A partir daí, os berberes lançaram os primeiros ataques contra a Gália, mas em 721 fracassaram diante de Eudes, príncipe da Aquitânia, às portas de Toulouse. Virando-se para o Vale do Ródano, saquearam Autun em 725. Em 732, depois de devastar a Aquitânia, enfrentaram Carlos Martel ao norte de Poitiers e sofreram sua segunda derrota. Mas foi necessário esperar uma grave crise interna em al-Andalus para que Pepino, o Breve, pudesse reocupar Narbonne nos anos 752-759, enquanto o emir de Córdoba 'Abd al-Ráhmán fundou, com dificuldade, em 756, um novo político do regime.



Gália na primeira metade do século VIII.

Entretanto, já em 722, aproveitando a vitória em Toulouse, alguns hispanogodos liderados por Pelayo esmagaram um exército muçulmano perto de Covadonga. Eles foram o início do reino cristão das Astúrias. A emergência do Islão no sul da Europa reduziu a dominação bizantina do Mediterrâneo ao sector meridional do Adriático e do Tirreno, enquanto o único adversário que resistiu, o reino dos francos, aumentou o seu prestígio. A partir de agora, a península ficaria nas mãos dos muçulmanos e o pequeno reino asturiano de Afonso I (739-757) parecia incapaz de reconquistar sozinho o antigo reino visigótico.

A repercussão europeia da Batalha de Poitiers atingiu a Grã-Bretanha, cuja forma de entrada no Cristianismo veremos mais adiante. Enquanto os pictos continuavam a dominar a Escócia, o reino anglo-saxão de Wessex tendia a se tornar o centro de gravidade político da ilha sob o rei Ina (689-726), que governou desde o Passo de Calais até o Canal de Bristol. Mas à medida que as rivalidades entre os reinos continuavam, a Grã-Bretanha voltou cada vez mais o seu olhar para o Mar do Norte e o Canal da Mancha, ou seja, para os Francos. Da mesma forma, na Itália a atração pelos francos cresceu, especialmente à medida que a fragmentação se tornou mais pronunciada. Os territórios ítalo-bizantinos estavam se separando do Império; o exarcado de Ravena tendeu a se tornar um Romano independente; o ducado de Roma passou para a autoridade do papa; o ducado de Nápoles, Calábria e Sicília foram os únicos que permaneceram fiéis. Além disso, a adoção da heresia iconoclasta por Constantinopla colocou ainda mais o papado em oposição aos bizantinos. Portanto, quando Liutprando, rei dos lombardos (712-744), retomou a política de expansão e unificação, o papado viu-se totalmente isolado. Já em 739 pediu em vão ajuda a Carlos Martel. E quando Astolfo, rei dos lombardos, avançou para ameaçar Roma, a situação piorou significativamente.

Os australianos entram em cena

Desde 741, o filho de Carlos Martel, Pepino III "o Curto", assumiu a liderança do reino franco sem qualquer título. Dado que as autonomias regionais ainda eram fortes, colocou a seguinte questão ao Papa Zacarias: "Quem deve ser o rei em França, aquele que tem o poder ou aquele que não o tem?" O papa respondeu que deveria ser o primeiro para que a ordem não fosse perturbada, e Pepino fez-se aclamar rei e consagrado pelos magnatas em Soissons. Em 754, o Papa Estêvão II, que tinha ido à Gália pedir a sua ajuda contra os lombardos, consagrou-o pela segunda vez em São Dionísio, assim como os seus dois filhos e a sua esposa. Surgiu uma nova dinastia, enquanto Childerico III, o último merovíngio, foi tonsurado e preso num mosteiro. A raça consagrada pela unção sucedeu à raça sagrada pelo sangue. O carisma pagão foi apagado antes do da graça divina. Com a nova dinastia nasceu uma nova legitimidade; Essa dinastia logo seria chamada de "Carolíngia".

Mas pouco depois surgiu um segundo desenvolvimento igualmente importante, uma consequência do anterior. Para agradecer ao papa pela ajuda, Pepino, o Breve, talvez influenciado pela famosa "falsa doação" de Constantino que lhe poderiam ter mostrado na época (ele alegou que o imperador, antes de partir para o Oriente, havia dado toda a Itália ao Papa Silvestre), dirigiu duas expedições, em 754 e 756, contra os lombardos. Pepino forçou os lombardos a "restituir" ao papa vinte e duas cidades da Itália central que haviam sido bizantinas. Estes foram os primórdios do "patrimônio de São Pedro" destinado, segundo as intenções do Papa, a consolidar e garantir o seu poder universal sobre o Cristianismo. Estamos diante do surgimento de um novo equilíbrio.

Assim terminou, em meados do século ^{viii}, a crise dos reinos bárbaros. Dos oito grupos políticos fundados nos séculos ^v e ^{vi}, apenas três permaneceram de pé: os anglo-saxões, os lombardos e os francos. Mas apenas os francos permaneceram poderosos e dinâmicos, uma vez que tinham realmente começado a suprimir as autonomias regionais e a procurar reconstruir uma unidade política que já não era apenas nórdica e franca, mas europeia e

internacional. Os francos estabeleceram numerosos laços econômicos e culturais com os anglo-saxões, os lombardos e até os asturianos do norte da Península Ibérica. Assim, eram o centro de gravidade de uma Europa que estava a ser reestruturada. Eles haviam saído vitoriosos das crises e mutações do século VII, eram os donos de um novo espaço econômico nórdico desconhecido no século V, amigos e protetores da Igreja, adversários determinados de qualquer principado independente e de qualquer poder religioso herético (como Bizâncio), ou considerado pagão (Islã); Por todas estas razões, o papado empurrou-os para a hegemonia. Os bárbaros germânicos que saquearam Roma em 410, agora, três séculos depois, queriam restaurá-la e assegurar a supremacia da Roma cristã. Mas, depois de ter criado o patrimônio de São Pedro, origem do futuro estado papal que durou até 1870, Pepino, o Breve, abandonou o papa, sempre enfrentando contínuos ataques dos lombardos, e preferiu cuidar do restabelecimento da ordem interna em seu país. reino, onde ainda havia remanescentes de principados regionais. Apesar de uma primeira submissão da Frísia nos anos 732-734, e de contínuas expedições contra o leste, apenas a Borgonha e a Provença estavam verdadeiramente em suas mãos.

Portanto, após suas duas expedições italianas, ele preparou cuidadosamente suas campanhas contra Wifred, príncipe da Aquitânia. Começou por isolá-la tomando a Septimânia muçulmana e garantindo aos hispanogodos, que tomaram Narbonne após um longo cerco (752-759), a manutenção da sua lei e a verdadeira autonomia. Depois, de 760 a 768, todos os anos quase sem interrupção, o rei dos francos lançou uma expedição contra a Aquitânia. Cidade após cidade, condado após condado, ele conquistou todo o principado até o Garona. Depois de ter destruído 35 mosteiros e interrompido a expansão da última zona da civilização meridional durante duas gerações, morreu ao regressar do último ataque e foi sepultado em San Dionisio. Doravante, o triunfo dos germânicos sobre o antigo sul romano seria completo. Em vez disso, os seus repetidos ataques contra os alemães, saxões e bávaros falharam.

CHARLEMAGN

Pepino, o Breve, dividiu seu reino entre seus dois filhos, Carlomano e Carlos, como os merovíngios. Mas esta divisão não durou muito, pois o primeiro morreu em 771 e o seu irmão viu-se à frente de todo o território. No início, ele seguiu a política de seu pai: “expansão do reino” ou, mais precisamente, recuperação das antigas terras merovíngias. Mas as circunstâncias e o temperamento de Carlos tiveram que levá-lo em outras direções.

O “regni dilatado”

Aquele gigante de mais de dois metros (1.92 III), voz em falsete e bigode grande, foi rei aos 21 anos. Em primeiro lugar, foi um soldado experiente nas campanhas da Aquitânia e um caçador tão inveterado que um ano antes de morrer, em 813, aos sessenta e seis anos, ainda perseguia javalis nas Ardenas. Foi um estratega astuto, mas ao mesmo tempo empírico, que acompanhava os seus empreendimentos com clarividência, interrompia-os em caso de derrota e finalizava-os com prudência. Para consolidar definitivamente a posse de Elísia, começou por tentar anexar a Saxónia, do Reno ao Elba. Em 722, destruiu o grande

santuário pagão dos saxões, o Irminsul, e iniciou uma lenta conquista, atraindo uma parte da nobreza. Mas chamado pelo Papa Adriano, que foi ameaçado por Desidério, rei dos lombardos, Carlos atravessou os Alpes e sitiou por muito tempo a capital lombarda, Pavia, que se rendeu em 774. Então, o rei dos francos fez-se coroar rei. .dos lombardos, confirmou o patrimônio de São Pedro e recebeu o título de "patrício" dos romanos, que o arrastaram para outras intervenções. Ao retornar à conquista da Saxônia, teve que abandoná-la ao receber o chamado dos rebeldes muçulmanos e cristãos em al-Andalus. No ano de 778, ele cruzou os Pirenéus em ambas as extremidades, mas falhou porque não viu claramente a confusão hispano-muçulmana que existia em torno de Saragoça. No regresso, passando pelo desfiladeiro de Roncesvalles, no dia 15 de agosto, a sua retaguarda, liderada por Rolando, Marquês da Bretanha, foi exterminada por bascos e muçulmanos unidos. Com esta notícia, toda a Saxônia se rebelou.

Carlos tentou superar a primeira grande crise dos anos 778-779 tomando uma série de medidas oportunistas destinadas a acalmar a oposição interna e subjugar os irredutíveis estrangeiros. Em 781 ele deu seus dois filhos, Luís e Pepino, como reis aos aquitanos e aos lombardos. Ele então redigiu um terrível "capitular" contra os saxões e iniciou sete anos de expedições contínuas. Depois de uma séria derrota no Monte Suntal, ele mandou decapitar 4.500 nobres chefes saxões para erradicar o prestígio religioso daqueles sacerdotes guerreiros. Por outro lado, recebeu juramento de fidelidade dos habitantes da cidade de Gerona em 785; Desta forma, conseguiu chegar ao flanco sul dos Pirenéus. Em 787, ele teoricamente subjugou o duque lombardo de Benevento, que deveria lhe pagar tributo, mas como resultado, começou a preocupar o Império Bizantino, cujos territórios ficavam próximos. Em 788 obteve a condenação e deposição de Tassilon III, duque da Baviera, devido às suas repetidas recusas de submissão. Desde então, colocou o seu cunhado, Geraldo, à frente daquela região, para acabar com a independência dos bávaros.

Devemos acreditar que estas medidas não foram suficientes porque, a partir dos anos 791-795, eclodiu uma nova crise: houve uma incursão muçulmana na Septimania, uma rebelião do Duque de Benevento, más colheitas e fome e, finalmente, uma tentativa ao assassinato contra ele por seu filho Pipino. A recuperação foi novamente garantida graças a uma mistura de flexibilidade e força. Para suprimir a possibilidade de conspirações, ele fez com que todos os seus súditos prestassem juramento de fidelidade. Para consumir a conquista da Saxônia, o regime de exceção inaugurado pelo capitular anterior (782-785?) cessou e foi substituído por uma prática de igualdade entre francos e saxões. Empreendeu então numerosos ataques contra os nômades ávaros, que eram uma ameaça às terras italianas e bávaras, em 791 e 795. Em 796 finalmente tomou seu *anel*, uma fortaleza circular localizada entre o Danúbio e o Tisza. O saque que obteve lá permitiu-lhe recompensar amplamente seus servos fiéis. Assim, a vitória foi mais uma vez a principal fonte de sua autoridade e do respeito que lhe foi confessado. Carlos Magno é incompreensível sem os seus fracassos, que atraíram a sua simpatia, e sem os seus triunfos, que lhe trouxeram prestígio e grandeza.

Nesta data começou a marcha rumo ao Império. Nos círculos eclesiásticos nasceu uma corrente de ideias políticas que emergiu da nova cultura. O príncipe, ao reunir os melhores representantes na sua corte (Alcuíno, um anglo-saxão, em 781; o lombardo Paulo Diácono, em 782; o hispano-visigodo Teodulfo, etc.), deu impulso ao fortalecimento do seu poder. A realeza já havia sido restaurada, com as unções dos anos 751 e 754, e também o papado, dono de Roma, com as doações e confirmações de Pepino e Carlos. Assim, o paralelo bíblico com Davi e Samuel apareceu frequentemente sob a pena de estudiosos carolíngios, especialmente de Alcuíno, que chamou Carlos de rei-sacerdote. O Papa Adriano I não hesitou em conceder ao soberano o epíteto romano imperial de *Magnus* (grande) que lhe restou. Mais tarde, num mosaico de São João de Latrão, foi comparado ao imperador romano e cristão por excelência: Constantino. Nele ele é representado recebendo das mãos de São Pedro, como Constantino, a bandeira, símbolo de poder. Surgiram assim dois movimentos ideológicos; um em torno de Charles e outro em torno do papado. Mas ambos tentaram, de forma mais ou menos obscura ou consciente (não sabemos), conduzir o rei dos francos e lombardos a um poder que Alcuíno descreveu, em 798, como um “império cristão”. Mas, embora para o papado a restauração do Império significasse ter novamente autoridade sobre o patriarca de Constantinopla e a Igreja do Oriente, parece que nos círculos próximos de Carlos Magno havia intenções mais seculares a este respeito. O próprio Teodulfo suprimiu a ideia jurisdicional da supremacia do papa sobre toda a Igreja, cujo pontífice teria sido investido por São Pedro. Carlos Magno, pela pena de Alcuíno, especificou que, se era missão do papa ajudar Carlos com a oração para que fosse vitorioso, cabia apenas a ele, o rei dos francos, “defender onde quer que fosse, no exterior, a Igreja.” de Cristo contra os ataques dos pagãos e as devastações dos infiéis, e para garantir que a fé católica fosse reconhecida a partir de dentro. Os intelectuais que cercavam o rei franco consideravam o papa um servo espiritual do príncipe. Os clérigos papais acreditavam que ambos os poderes, papado e Império, vinham de São Pedro e, portanto, que o espiritual era superior ao material.

Enquanto estas correntes políticas debatiam na ambiguidade, o “projecto imperial” materializou-se abruptamente. Em Bizâncio, a Imperatriz Irene mandou apagar os olhos de seu filho, Constantino VI, e assumiu o poder em seu lugar. Isso significava para os francos que não havia mais imperador? Em 25 de abril de 799, o Papa Leão III, que havia sido preso por uma facção de nobres romanos, escapou e refugiou-se na corte de Carlos, em Paderborn. Foi então que começaram as negociações finais. Dos três poderes (Império, papado e realeza), apenas a realeza, encarnada pelo rei dos francos, ainda estava intacta. Assim, coube a esse príncipe restituir o segundo e apoderar-se do primeiro, então vago. Assim, no dia 25 de dezembro de 800, em Roma, na Basílica de São Pedro, o Papa colocou a coroa imperial na cabeça de Carlos e a multidão de francos em armas saudou o novo imperador. Eles disseram: “Carlos, coroado por Deus, grande e pacífico imperador dos romanos, vida e vitória”. Finalmente, o papa ajoelhou-se diante do novo imperador. Segundo Eginardo, seu biógrafo, o rei dos francos saiu furioso daquela cerimônia.

Com efeito, o papa reverteu o cerimonial habitual. Em Bizâncio, onde o protocolo romano foi preservado, as aclamações da multidão e do exército precederam a coroação do patriarca. Isto significava que o poder imperial vinha do povo e do exército. Leão III, ao coroar Carlos pela primeira vez, antes do início das aclamações, afirmou que todo poder vem de Deus por meio de seu intermediário. Assim, a concepção secular do Império de

Carlos Magno estava em retrocesso, e daí veio sua fúria, já que dessa forma a independência do imperador estava fortemente hipotecada. Esta disputa é capital para a compreensão de todo o ideal político da Idade Média. Começaram aí as difíceis relações entre o Império e o papado; Napoleão preferiu acabar com eles de forma brutal em 1804, quando ele próprio colocou a coroa imperial na sua cabeça.

Durante os últimos quatorze anos de seu reinado, Carlos Magno tentou esclarecer a noção de Império e fazer triunfar sua concepção pessoal. Ele considerava que o Império deveria ser franco; Por esta razão nunca abandonou os seus títulos de rei dos francos e rei dos lombardos. Em 806, antes de sua morte, seu reino seria dividido entre seus três filhos (Luís, Pepino e Carlos), como aconteceu com os merovíngios. A morte dos dois últimos filhos obrigou-o a descartar tal projeto, mas isso mostra que ele pensava como um Frank. Além disso, incluía o povo cristão e, conseqüentemente, a Igreja no Império. A forma como fez condenar o adocionismo (uma heresia hispânica) e a iconoclastia bizantina durante o Concílio de Frankfurt em 796, sem levar em conta a opinião do papa, mostra que, na sua opinião, este nada mais era do que o primeiro dos bispos. Assim, ele assumiu perfeitamente a tradição de Constantino. Da mesma forma, transformando e corrigindo as leis germânicas, adotou a ideia romana do imperador como fonte do direito. Mas as relações com Constantinopla foram mais difíceis, porque a partir daí a coroação de 800 foi considerada uma usurpação por um bárbaro de um título cujo único depositário era Constantinopla. Uma primeira série de negociações falhou em 802. Depois, quando Pepino, na Itália, tomou os territórios bizantinos de Veneza e Ístria em 810, uma nova embaixada obteve em 812, em troca da restituição dessas conquistas, o reconhecimento de Carlos Magno. e agosto", com a condição de não poder apresentar-se como "imperador dos romanos". A partir daí existiram, portanto, dois imperadores. Assim que ficou claro que o único filho de Carlos o sucederia, o problema da investidura imperial tornou-se claro. Na capela de Aachen, Carlos Magno fez com que os nobres saudassem o título imperial em favor de seu filho e colocaram a coroa em sua cabeça. Ele finalmente fez triunfar sua concepção de que Roma e os romanos, a Igreja e o Papa não tinham mais nada a ver um com o outro. Os novos romanos eram os francos e a partir de agora Roma estava em Aachen.

Sombras e limites

Os últimos anos do reinado de Carlos Magno foram ocupados pelas necessidades do governo. Portanto, de 800 para 814, as conquistas diminuíram. Na verdade, a partir de 794, Carlos passou todos os invernos em Aachen, onde se ocupou da construção do palácio e da capela. Enquanto isso, seus exércitos faziam grandes progressos na Hispânia, onde o rei Luís ajudou na tomada de Barcelona em 801 e de Tarragona em 808. No entanto, ele não conseguiu manter Pamplona, tomada em 811, e o país dos bascos (incluindo os territórios que ocuparam em Navarra e na Gasconha) foram subjugados apenas em teoria. A única área efetivamente dominada foi a Marcha da Hispânia, mais tarde chamada de Catalunha. Na Itália, os bizantinos dominaram Veneza, Ístria, Apúlia, Calábria, Sicília e Sardenha; o duque lombardo de Benevento era praticamente independente. Por outro lado, na Saxônia, Carlos fez esforços constantes para consolidar a fronteira com os eslavos. Em 804, conquistou Nordalbingia (Holstein) e colonizou, com os francos, ambas as margens da foz

do Elba onde fundou Hamburgo. Ele lançou expedições contra os sérvios em 806, contra os boêmios em 805-806, os *Wilzes* (809-812) e os *Linoneses* (808-811). Ao mesmo tempo enfrentou os dinamarqueses; Seu rei, Gotfrid, tornou-se uma ameaça entre 810 e 813. Ele fechou o istmo com uma parede de terra com paliçada: o Danevirke. Tudo isso quando os ataques de seus compatriotas, os vikings, já chegavam às costas do Império.

Assim, quando o imperador morreu em 28 de janeiro de 814, e foi sepultado na capela de Aachen, ele reuniu quase todo o mundo germânico e latino durante os seus quarenta e sete anos de reinado. Mas essa unificação, quer pelo acaso das circunstâncias favoráveis, quer pela sua teimosa perseverança (demorou 33 anos a conquistar a Saxónia), não conseguiu fazer desaparecer as originalidades regionais na Aquitânia, na Lombardia, na Baviera, etc. Contudo, seu prestígio no exterior era imenso. O califa de Bagdá, Harūn al-Rashid, trocou embaixadas com Carlos Magno a respeito do destino dos peregrinos cristãos em Jerusalém, e talvez lhe tenha reconhecido um certo direito de proteção sobre eles. As suas relações eram excelentes com o rei Offa da Mércia, bem como com o das Astúrias. Mas esses dois reinos, como a Irlanda, permaneceram completamente fora do Império.

Com efeito, embora o emirado de Córdoba fosse cada vez mais poderoso, o reino das Astúrias foi territorialmente separado do novo império pela criação de um principado navarro, na zona basca, que era ferozmente independente e estava prestes a ser cristianizado. O rei Afonso II (791-842) começou por perseguir seriamente os muçulmanos com expedições distantes (uma delas chegou mesmo a Lisboa). A guerra contínua resultou no aparecimento de uma verdadeira terra de ninguém intensamente despovoada nas margens do Douro. A zona mais exposta estava repleta de torres e castelos fortificados, o que lhe deu o nome de Castela. Enquanto Afonso II preparava uma nova capital em Oviedo, a descoberta de um sarcófago, no início do século ^{ix}, na Galiza, teve importantes consequências políticas e religiosas. Acreditava-se que conteria as relíquias do apóstolo Santiago, embora fossem provavelmente as de um Santiago de Mérida, transportado para a Galiza quando os muçulmanos fugiram. Santiago de Compostela tornou-se rapidamente, através da sua peregrinação, uma afirmação da fé cristã contra o Islão e um incitamento à luta. Tal como Carlos Magno, os reis asturianos desenvolveram um espírito de pré-cruzada. Tudo estava preparado para a reconquista da península.

Embora existissem boas relações intelectuais e económicas, o mundo celta e anglo-saxão permaneceu fora do alcance de Carlos Magno. Para começar, a Bretanha permaneceu completamente independente, com os seus chefes locais e a sua organização eclesiástica particular, apesar das expedições de 786, 789 e 811. No final, foi simplesmente fechada com um marco fronteiriço centrado em Rennes e Nantes. As intervenções do imperador em favor de um ou outro rei anglo-saxão nunca se traduziram em influência real na ilha da Grã-Bretanha. Na verdade, sob a liderança do rei Offa (757-796), a Mércia estava prestes a unificar toda a parte sul da ilha. Offa conseguiu reunir Sussex e East Anglia; Ele estabeleceu sua proteção em Wessex e, para melhor lutar contra os bretões, mandou construir uma grande fortificação de terra com paliçadas chamada Dique de Offa. Ele até ganhou uma aliança com a Nortúmbria. Porém, esse esboço de unidade não durou muito, porque quando Offa morreu, os antigos reinos reapareceram. A Nortúmbria tornou-se independente, enquanto Wessex, sob a liderança de Egbert (802-839), acabou dominando o antigo reino de Offa. Ele então forçou a Nortúmbria a obedecê-lo e suprimiu o reino bretão da Cornualha. Pela primeira vez, a hegemonia de Wessex reuniu toda a Inglaterra

saxônica em uma única formação. Perante essa unificação, os reinos celta e irlandês desempenharam um papel pobre, vítimas de contínuas lutas internas. A Itália bizantina apresentava o mesmo panorama: o duque de Benevento estava incessantemente em estado de guerra com o Ducado de Nápoles, do qual tentava usurpar territórios. Veneza foi a única que ficou à margem do seu doge independente, ao não se envolver nas disputas entre os dois impérios.

DA UNIDADE À PLURALIDADE

Apesar da perda de importância das guerras estrangeiras, verdadeira força motriz da supremacia carolíngia, o Império manteve uma certa estabilidade graças ao impulso de Carlos Magno. Por causa disso, sob o reinado de Luís, o Piedoso (814-840) os problemas internos vieram à tona e as facções aristocráticas tentaram novamente, a partir de 840, tomar o controle do Império. À medida que o perigo de invasões estrangeiras aumentava acentuadamente e as guerras civis se multiplicavam, o Império dividiu-se em três reinos em 843, após a divisão de Verdun, e depois desapareceu na desordem geral.



O Império Carolíngio no ano 814.

O Império era secular ou clerical?

A capital de autoridade adquirida por Carlos Magno foi importante para a chegada de seu filho ao trono; Luís, aos 36 anos, emergia de um longo reinado na Aquitânia. Embora a sua língua materna fosse o germânico, recebeu uma educação religiosa de um hispano-visigodo da Septimania (Benito de Aniane) que o influenciou muito. Já em Aachen, instalou os seus conselheiros aquitanos em altos cargos (o chanceler Helisachar, por exemplo) e cercou-se de clérigos como Agobard, um hispânico, que mais tarde se tornou arcebispo de Lyon e cujas ideias políticas romanizantes constituíam um todo coerente. Para eles, o Império era único e as suas instituições políticas deviam traduzir com rigor a sua essência cristã, pois a Igreja, que lhe era superior, era a única detentora da verdadeira justiça. Este programa de unidade do Império dificilmente foi modificado após a morte de Bento de Aniane, ocorrida em 821, quando os ex-assessores de Carlos Magno, como Adalardo, abade de Corbie, e o meio-irmão do imperador, Wala, voltaram a gozar do favor de o rei, ex-governador da Saxônia. Eram também a favor da racionalização das instituições em favor de uma maior eficiência.

Queriam submeter completamente a Igreja e o papado ao controle do imperador. Este último, cujo físico não contava com a presença de Carlos Magno (era baixo e tinha mãos e pés muito grandes), tinha a mente aberta para todos aqueles que tentavam influenciá-lo. Desprovido do empirismo do pai, acreditava sinceramente que o seu programa era aplicável, esquecendo-se do acaso que o tornara o único sobrevivente entre os seus irmãos, suprimindo assim qualquer possibilidade de distribuição tradicional entre o povo germânico. Enquanto isso, as guerras e os saques estrangeiros, elementos indispensáveis de riqueza e autoridade, continuaram até 825 com expedições contra os obodritas no Elba em 817, contra os croatas (820, 821, 822), contra os bretões (818, 822, 824), contra os bretões (818, 822, 824), e contra os muçulmanos da Península Ibérica (822, 824). Os poucos ataques vikings na costa não pareciam perigosos no momento.

Portanto, a política imperial e religiosa poderia vir à tona. Luís, o Piedoso, ao contrário do seu pai, que se recusara a evangelizar os dinamarqueses por razões políticas, aproveitou o baptismo do rei Haroldo, que se refugiara na sua corte, para enviar o missionário Anscario à Dinamarca, e depois a Birka, na Suécia. Apesar da criação de um imenso arcebispado com sede em Hamburgo, os resultados foram escassos. Em vez disso, sob a inspiração de Bento de Aniane, o imperador convocou uma série de concílios em Aachen (816, 817, 818 e 819) para reorganizar a Igreja. Todos eles se caracterizaram por uma verdadeira imposição do ideal monástico aos clérigos seculares. A renúncia de Luís, o Piedoso, à possibilidade de converter terras da Igreja em terras "precárias", mesmo que ultrapassassem o mínimo vital necessário para cada bispado ou abadia, teve importantes consequências políticas. Como resultado, a propriedade eclesiástica mais uma vez iniciou um crescimento imparável. Finalmente, após uma entrevista com o Papa Estêvão IV em Reims, em 816, reconheceu a existência do património de São Pedro. Assim, a Igreja foi reformada e retirou-se da influência dos leigos. Ora, isto era contrário às intenções de Carlos Magno, que tentara controlar o clero. A Igreja, graças à independência que Luís lhe concedeu, poderia tornar-se um poder externo ao Império.

Luís, o Piedoso, estava demasiado convencido da necessidade de defender e glorificar a Igreja para ver os perigos da sua política de reforma, que aos seus olhos tinha apenas intenções morais. Da mesma forma, abandonou a concepção paterna de um império secular acima da Igreja. A partir do momento de sua ascensão ao trono, renunciou aos títulos de rei

dos francos e rei dos lombardos, importantes para seu pai, e intitulou-se "por providência divina, imperador augusto". O princípio cristão unitário foi finalmente afirmado em Reims em 816, no momento em que o papa renovou a coroação e consagrou Luís, o Piedoso, como se a cerimônia secular de 813 fosse nula e só a intervenção papal pudesse criar o imperador. Finalmente, para terminar a execução do seu programa e ordenar a sua sucessão em sentido unitário, Luís, o Piedoso, criou em 817 a *Ordinatio Imperii*. De acordo com as práticas germânicas de divisão que não conseguiu enfrentar, deixou intactos os três vice-reinos: a Itália, confiada a Bernardo, filho de Pepino, por Carlos Magno; Baviera, reino criado em 814, que ele deu ao seu filho Luís, e Aquitânia, finalmente, atribuída no mesmo ano ao seu outro filho Pepino. Mas ele submeteu estreitamente esses três reis ao seu filho mais velho, Lotário, a quem coroou imperador e único herdeiro do Império. Por outro lado, o próprio pai coroou o filho Lotário, como Carlos Magno fizera com ele em 813. Em suma, o Império indivisível estava acima dos três reinos. Mas a nobreza, perturbada pelo grande favor concedido à Igreja, protestou, alegando que os direitos de Bernardo tinham sido silenciados na *Ordinatio Imperii* de 817, e empurrou o rei da Itália para a rebelião. Luís, o Piedoso, esmagou-a e fez com que seus olhos fossem arrancados por sua tentativa de usurpação. Mas como resultado, seu sobrinho morreu e os conselheiros eclesiásticos do imperador impuseram a este último uma penitência pública, que ele completou em 822 no palácio de Attigny. Não contentes com esta primeira humilhação do poder imperial, Adalardo, Wala, Agobardo e Hilduino (arquicapelão e abade de São Dionísio) continuaram a serrar o ramo em que estavam sentados. Enviaram Lotário como rei para a Itália e fizeram com que ele fosse coroado e consagrado imperador pelo Papa Pascoal I em Roma no ano de 823, como se a coroação de 817 também tivesse sido inútil. Com estas práticas, o clero vinculou o título imperial ao sagrado e à coroação; tornou-a uma prerrogativa exclusivamente religiosa nas mãos do Papa e da Sé de São Pedro. Mas em troca, Lotário, em 824, colocou Roma e o papa sob sua autoridade.

Os clãs gananciosos

Um segundo grupo de pressão formou-se em torno de Lothair; Foi liderado por Hugh, seu genro, chefe de uma grande família alsaciana e conde de Tours, e por Matfrid, conde de Orleans. Os seus interesses puramente materiais levaram-nos a defender a unidade do Império no qual tinham os seus bens dispersos. Um terceiro grupo reuniu-se em torno da segunda esposa de Luís, o Piedoso, Judite, da família bávara de Welf, casada em 819. Agora, em 823, ela lhe deu um filho, o futuro Carlos, o Calvo. Este nascimento tornou obsoleta a *Ordinatio Imperii de 817*, e Judite não cedeu até que o princípio da distribuição também foi aplicado ao seu filho. Enquanto isso, os dois irmãos Pipino e Luis tentavam com seus clientes aproveitar essas rivalidades.

Uma primeira crise (826-827) terminou com o triunfo do princípio da distribuição: Carlos obteve a promessa de um território que incluía a Alemanha, Retia, Alsácia e uma parte da Borgonha, e Lotário foi relegado para a Itália. Uma segunda crise (830-831) foi resolvida de modo que os irmãos colocaram Lotário como imperador associado enquanto aumentavam seus respectivos territórios. Este novo triunfo do princípio da distribuição foi acentuado quando Luís desapossou Pepino da Aquitânia do seu reino em benefício de

Carlos. Então, Lotário cruzou os Alpes, acompanhado pelo Papa Gregório IV, e quando os nobres líderes traíram o imperador, Luís, o Piedoso, foi forçado a fazer penitência, separar-se de sua esposa e entrar em um mosteiro, deixando Lotário como único imperador. Porém, foi por pouco tempo, pois, em fevereiro de 835, Luís, o Piedoso, foi novamente entronizado solenemente pelos bispos na catedral de Metz. Assim, a crise acentuou, através da incapacidade de Lotário e dos leigos em consolidar a unidade imperial, o deslizamento da função imperial para as mãos dos clérigos.

Os últimos anos do reinado de Luís, o Piedoso, giraram em torno de uma obsessão: criar um reino para Carlos, o Calvo. Enquanto a Aquitânia regressou à sua antiga independência e a Baviera fez o mesmo sob Luís, o Germânico, Luís, o Piedoso, dividiu o Império em duas partes de cada lado do Ródano, o Saône e o Mosa: Lotário manteve a parte oriental e enquanto Carlos obteve o um do oeste. Quando Luís morreu, em 20 de junho de 840, o Império foi completamente desmantelado.

A expansão havia cessado. O tesouro real viu os seus bens territoriais diminuir consideravelmente e a fidelidade dos nobres e vassalos seriamente quebrada devido às numerosas reiterações dos juramentos de fidelidade a novos reis em constante mudança. A ideia imperial parecia demasiado abstrata para ser defensável, enquanto o clero, monopolizando-a, influenciava a direção de submeter o temporal ao espiritual. Como resultado, este mesmo clero viu-se envolvido no fracasso de uma empresa que pretendia dirigir. Mas apesar de tudo, manteve o tema do Império do qual naturalmente se tornou dono. Os clérigos tentaram incessantemente aprofundá-la na esperança de ressuscitar aquela solução política.

Verdun (843) e suas consequências

As disputas levaram a uma divisão definitiva do Império em três reinos, e depois ao desaparecimento do próprio Império. Além disso, novas invasões facilitaram a fragmentação. Seu pai mal havia morrido quando Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico, se aliaram contra o mais velho, Lotário, que queria reunir toda a herança imperial sob sua liderança, sem reconhecer a seus irmãos a coroa dos reinos autônomos. Eles o derrotaram em Lontenoy-en-Puisaye, em 25 de junho de 841, e então prometeram um ao outro, com todos os seus vassalos, ajuda mútua contra seu irmão. Trocaram três juramentos de fidelidade em Estrasburgo, no dia 14 de fevereiro de 842. O historiador Nithard transmitiu-nos os respectivos textos. Cada um prestou juramento na língua do outro; Ambos são os textos mais antigos em francês antigo e alto alemão sobreviventes. Esta divisão em dois idiomas já é o anúncio da distribuição que iria ocorrer. Após um ano de laboriosas negociações, e graças às opiniões de 120 árbitros, os três irmãos chegaram a um sério acordo, o primeiro, sobre a divisão do Império; Esse tratado foi ratificado em Verdun em agosto de 843.

Essa distribuição, que marca a Europa até hoje, foi orientada por quatro princípios: laços de parentesco entre linhagens para não dividir heranças, igualdade das três partes, unidade territorial de cada parte e respeito integral pelos três vice-reinos anteriores: Aquitânia, Itália e Baviera. Como você pode ver, foi um compromisso delicado entre nobres e príncipes. Além disso, alguns casos particulares modificaram esses princípios. Por

exemplo, quando os nobres dos Países Baixos se juntaram a Lotário em 840, o seu território foi atribuído a este monarca. Da mesma forma, o condado de Chalon-sur-Saone, cujo conde permaneceu fiel a Carlos, o Calvo, foi reservado a este outro monarca. Mas o mais difícil foi atribuir um número igual de tesouros reais a cada rei. Localizadas principalmente no norte da Europa, as da Nêustria foram atribuídas a Carlos; aqueles entre o Mosa e o Reno até Lotário, e os do médio Reno, de Mainz a Speyer, na margem esquerda do rio, até Luís, o Germânico. Isto explica o curioso desenho das fronteiras que não levavam em conta as unidades linguísticas. Em termos gerais, e com as correções especificadas acima, os países a leste do Reno foram atribuídos a Luís. Carlos, o Calvo, obteve as terras situadas a oeste do Escalda, do Mosa, do Saône e do Ródano, mas com exceções como o Lionêsado, a zona de Vienne, os Vivarais e o Uzège, que foram reservadas a Lotário.

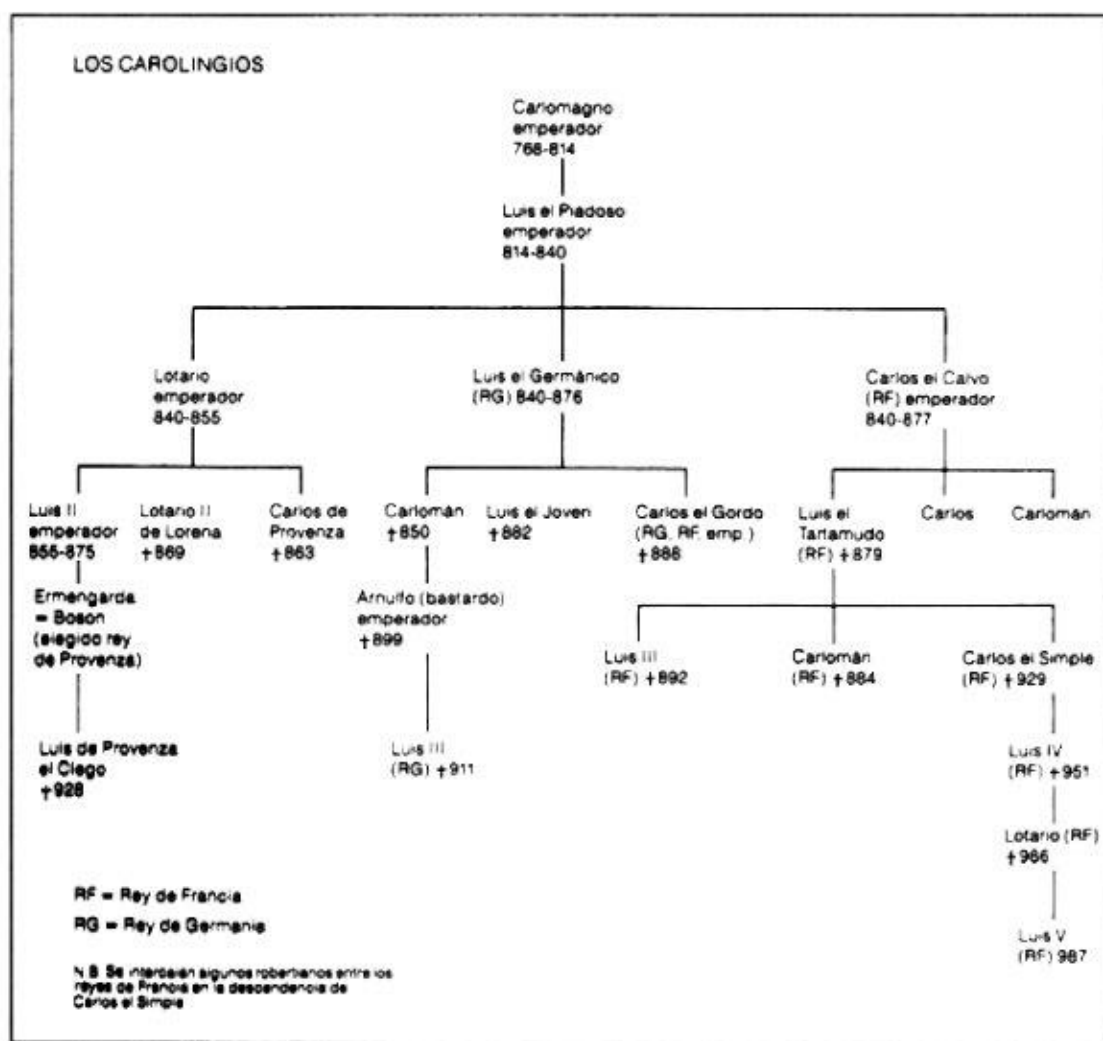
Este último ficou como proprietário da Frísia, das regiões entre o Mosa e o Reno, da Borgonha, da Provença e da Itália franca. Instalado em ambas as capitais, Aachen e Roma, era normalmente o imperador proeminente sobre os outros dois reinos. Teoricamente, aos olhos dos contemporâneos, havia um único império dentro do qual existiam três reinos. Na prática, logo começou o costume de chamar o reino de Luís de reino dos francos orientais e o de Carlos de reino dos francos ocidentais; outros falavam do leste da França e do oeste da França. Entre eles, em vez de um nome étnico, foi o de Lotário, e depois o de seu filho homônimo, que designou o reino. O país dos "Lothringen", do povo Lothair, de onde vem Lorraine, foi no seu início um grupo artificial ligado a um homem. A Lotaríngia trazia em seu próprio nome a fonte de sua decomposição subsequente; Nem sequer teve continuidade territorial por causa do difícil obstáculo que a dividia em duas: os Alpes.

Assim, o Império foi gradualmente esvaziado do seu conteúdo e da sua realidade. A princípio, os três irmãos tentaram viver em boa harmonia sob a égide do clero que propunha um regime denominado "fraternidade" e concórdia. O compromisso perdurou, apesar de alguns confrontos e várias alianças, até a morte de Lotário I em 855. Mas quando o imperador morreu e seu reino foi dividido entre seus três filhos, o título e a função sofreram novamente uma degradação. Na verdade, embora seja verdade que Luís II se tornou "imperador", na verdade ele apenas dominou a Itália. Charles obteve a Provença. Finalmente, Lotário II dominou os territórios que iam da colina da Alsácia à Frísia: a própria Lotaríngia. Não demorou muito para que os tios perseguissem a herança dos sobrinhos. Em 863, a presa foi o reino de Carlos da Provença, que morreu sem herdeiro. Seus dois irmãos dividiram-no conforme a vontade das aristocracias. Então, como Lotário II não tinha herdeiro de sua esposa Teutberga, quis divorciar-se dela para se casar com sua amante Waldrade, que lhe dera um filho. A crise do divórcio de Lotário II (861-869) provocou mais uma vez a intervenção do clero, com Hincmar, arcebispo de Reims (845-882), e especialmente com o Papa Nicolau I (858-867), que sempre se manteve hostil a isso. ataque contra a indissolubilidade do casamento, quaisquer que sejam as consequências da sua intransigência. Por isso, quando Lotário II também morreu sem herdeiro, os seus dois tios concordaram em dividir a Lotaríngia, no tratado de Mersen, em 8 de agosto de 870, mas sem que isso satisfizesse ninguém. Lorraine continuou a ser objeto de discórdia até cerca do ano 1000.

Carlos, o Calvo, depois de ter expulsado Girard de Vienne da Provença para colocar em seu lugar o cunhado Bóson, aguardava a morte de Luís II da Itália, que também não tinha herdeiro. Quando isto ocorreu, o mundo intelectual representado pelo clero considerou

que Carlos, o Calvo, era o único que poderia restaurar a unidade imperial. O papado, que viu como Luís II defendeu vitoriosamente a Itália contra os árabes, precisava de um homem forte. João VIII coroou Carlos imperador em 25 de dezembro de 875, na Basílica de São Pedro, em Roma, três quartos de século depois de seu avô. Mas o novo imperador nada pôde fazer: sofreu uma derrota sangrenta em Andernach, em outubro de 876, enquanto tentava tomar a Lorena oriental de seu sobrinho Luís, o Jovem. Embora Hincmar estivesse pressionando para lutar contra os escandinavos na França, Carlos queria subjugar os nobres italianos rebeldes e morreu ao retornar no Vale Maurienne, em 8 de outubro de 877.

O fracasso foi tão óbvio que o Império permaneceu vago de 877 a 881. Dos três filhos de Luís, o Germânico, apenas um, Carlos, o Gordo, conseguiu reunificar a França oriental e depois ser reconhecido como rei da França ocidental pelos grandes. Por isso, a pedido do Papa, foi coroado imperador em Roma em junho de 885, já que havia reconstruído a unidade territorial do Império. Mas os apelos das populações hostilizadas pelos invasores escandinavos ou muçulmanos e as revoltas dos grandes foram maiores do que ele, e Carlos, o Gordo, abdicou e morreu em janeiro de 888, no meio da anarquia geral. A partir de então, o título de imperador não passou de um brinquedo. Os grandes da Itália concederam-no, em 891, a Guy de Spoleto, a quem o Papa Formoso coroou, e depois a Arnulfo da Germânia em 896. Luís, o Cego, rei da Provença, atribuiu-o a ele no ano de 911, e depois a Berenguer, rei da Itália, no ano de 915. Mas ninguém assumiu o cargo em 924, quando este morreu.



Em suma, ao nível da ideia política, aquela queda do Império foi acompanhada por uma coloração cada vez mais clerical. A concepção secular de Carlos Magno havia desaparecido. Como vimos, e sob a influência dos clérigos, Lotário I já tinha sido coroado imperador em Roma em 823 pelo Papa Pascoal I, ao contrário do seu pai, que tinha sido coroado em Aachen. Depois do ano 843, o movimento acelerou: a consagração e a coroação estavam cada vez mais ligadas, e a partir de então passariam a ocorrer na Itália e pelas mãos do papa. Em 850, Luís II foi consagrado e coroado pelo Papa João IV, sem aclamação dos grandes ou do exército. Em 875, João VIII consagrou Carlos, o Calvo, coroou-o e fez-lhe jurar que seria o defensor da Igreja: os grandes aceitaram aquela proclamação imperial sem participar. A mesma coisa aconteceu com Carlos, o Gordo. Assim, o papado triunfou na sua concepção de Império Romano, e não mais franco, concedido pelo vigário de São Pedro na cidade eterna. A ideia imperial tornou-se uma prerrogativa dos papas como consequência da incapacidade dos leigos de assumi-la. Os pontífices garantiram a unidade

moral do cristianismo, inspiraram e controlaram os reis e definiram o que era o Império Romano em oposição ao Império do Oriente, que foi reduzido à categoria do império dos gregos. Luís II, que era apenas um imperador ítalo-romano, não hesitou em dizer a Basílio I no ano de 871: “Somos os sucessores dos antigos imperadores pelo consentimento de Deus e do papa”. Ao rejeitar assim o Império Bizantino, o papado tornou-se mais consciente das novas realidades políticas em que Roma e o Ocidente se tinham tornado. O fracasso dos carolíngios fez com que a sua herança passasse para as mãos da Igreja. O alto clero conseguiu emancipar-se da tutela imperial. Nicolau I, ao afirmar que a Igreja de Roma era a cabeça de todas as Igrejas e a mãe de todos os imperadores, forjou o argumento que os reformadores gregorianos utilizariam mais tarde. Assim, o império carolíngio não era uma grande memória, mas tornara-se uma ideia-força, um programa solidamente estruturado. Da crise carolíngia surgiram os fundamentos de um ideal teocrático destinado a triunfar graças precisamente a essa derrota. Essas bases eram uma Igreja livre e um império único ao seu serviço.

Poderes reais com dificuldades

Conclusões idênticas podem ser tiradas da evolução interna dos reinos que surgiram da divisão de Verdun em 843. Após a assembleia de Coulaines, no mesmo ano, Carlos, o Calvo, foi forçado a prometer aos nobres e vassalos que não o faria arbitrariamente. desapropriar as terras que obtiveram com fins lucrativos. Ele aceitou assim um regime monárquico contratual e não absoluto. Mais tarde, teve que recuar diante de alguns líderes bretões como Nominoé, Erispoé e Solomon, e aceitar a perda de Vannes, Nantes e Rennes; e ainda, em 867, teve que tolerar que a fronteira bretã chegasse a Mayenne e Dives. Na Gasconha, ele não tinha autoridade sobre o duque, embora fosse de origem franca. Na Aquitânia, a situação era ainda pior. Para eliminar Pepino II, apoiado pelos grandes, fez-se coroar rei dos aquitanos em 848 em Orleans. Não conseguindo atrair os nobres, fez com que seu segundo filho, Carlos, o Menino, fosse coroado vice-rei dos aquitanos em Limoges (855). Esperava chegar à solução usada por Carlos Magno com o seu filho Luís, o Piedoso, mas só conseguiu provocar uma revolta geral, acompanhada de um apelo da nobreza a Luís, o Germânico, que entrou no oeste da França no ano de 858. Apenas a intervenção enérgica do clero ele salvou Carlos, o Calvo; um clero chefiado por Hincmar que apelou à fidelidade devida ao rei legítimo. Mas isso não significou que a submissão da Aquitânia foi alcançada. A partir de 860, Carlos preferiu criar grandes domínios militares, uma espécie de marcas internas, que confiou a legalistas em quem pudesse confiar. Muitos condados entre o Loire e o Sena foram atribuídos a Roberto, o Forte, para lutar contra os escandinavos. Ele criou outra marca em torno de Autun e separou as marcas da Hispânia e Gotia do reino da Aquitânia. Mas a menor ausência ou fraqueza obrigou-o a reconhecer, por exemplo, através da capitulação de Quierzy-sur-Oise (877), o direito dos filhos dos condes de sucederem aos seus pais, ou a tolerar a intervenção dos grandes. a nomeação dos *missi dominici*, seus enviados. Seus filhos, Luís, o Gago (877-884), Luís III (879-882) e Carlomano, muitas vezes deviam sua salvação à intervenção de Hincmar até sua morte. Na verdade, o filho mais novo de Luís, o Gago, foi destituído do trono por um não-carolíngio, Eudes, eleito pela nobreza.

Na Lotaríngia e na Itália, onde se encontravam todas as grandes linhagens francas, como no oeste da França, as rebeliões nobres foram idênticas. Depois que o todo-poderoso Girard, conde de Vienne, foi eliminado, Boson aproveitou a situação para ser aclamado rei da Borgonha e da Provença pelos grandes (Mantaille, 879). As fontes indicam claramente a causa da usurpação: sua esposa, filha do imperador da Itália, Luís II, não poderia ocupar uma posição que não fosse real. Na Itália, duas famílias francas disputavam o trono: a de Guido de Spoleto e a do conde Berenguer, marquês de Friuli. Em suma, seria cansativo enumerar todos os casos de revoltas para a tomada do trono em todas essas regiões.

Perante esta anarquia, o clero tentou intervir reforçando a ideia monárquica. Os bispos proclamaram que somente a unção, e não apenas a eleição, fazia o rei. Sob a inspiração de Hincmar em particular, após a consagração de Carlos, o Calvo (848), qualquer rebelião contra o rei foi condenada como um ato de impiedade. Quando Carlos, o Calvo, foi consagrado rei da Lorena em Metz (869), Hincmar afirmou que a unção era o sinal de que Deus o havia escolhido. Quando Luís, o Gago, foi coroado em Reims (877), recebeu o cetro como símbolo do reino que levaria ao seu destino final nas mãos de Deus. Assim, no final do século IX todo o cerimonial de consagração dos reis da França Ocidental em Reims já estava estabelecido. Foi uma cerimônia rodeada de um ambiente de sublimação cristã em que apareceu a lenda da Ampola Sagrada. Na época em que renasceu a eleição real, a Igreja acabava de introduzir uma doutrina da legitimidade do poder do rei da França Ocidental. Tal como acontecera com o ideal imperial, esta teoria, convertida em prerrogativa do clero, foi a base do poder capetiano. Em suma, e apesar do fracasso momentâneo no final do século IX, as grandes ideias políticas carolíngias tornaram-se um dos alicerces das monarquias medievais clássicas.

No leste da França não era necessário que nenhum teórico clerical demonstrasse. O reino, continuamente ameaçado pelos dinamarqueses e pelos eslavos, baseava-se essencialmente no elemento étnico franco. As necessidades da guerra e a política de casamentos entre príncipes reais e filhas de linhagens elevadas impediram a divisão do reino entre os três filhos de Luís, o Germânico. Na realidade, a realeza ainda era forte quando o último rei carolíngio, Arnulfo, morreu em 911, e este foi um grande acontecimento.

A CATÁSTROFE FINAL

As únicas causas do fracasso da unidade não foram a falta de jeito dos clérigos ou a incapacidade dos reis. A conjunção de perigos externos e internos foi muito maior e muito mais ruínosa. Por outro lado, as invasões escandinavas, muçulmanas ou húngaras tiveram efeitos adicionais: criaram divisão e reavivaram fenômenos de defesa local. Assim, o reaparecimento dos principados territoriais não se deveu apenas às ambições da nobreza; As necessidades militares também desempenharam um papel importante.

O terror "normando"

As causas dos ataques de marinheiros dinamarqueses, suecos e noruegueses do início do século IX são difíceis de explicar; Eles devem ser encontrados na história interna da

Escandinávia. Tem-se falado frequentemente de uma pressão demográfica que teria feito com que os primeiros agrupamentos reais tivessem forçado os chefes tribais (*jarl*) eliminados ao exílio. Também foram alegadas necessidades comerciais (embora só possamos falar assim no caso de o homem do norte, o nórdico, não ser completamente indesejável) criadas pela rota de comércio de escravos e trigo que se traça entre o Báltico e o Islão. Em todo o caso, o movimento afetou toda a península escandinava como testemunha, nos túmulos de guerreiros que regressaram de expedições distantes, a mistura indistinta de objetos ou moedas provenientes da Irlanda, da Polónia e do Islão, tanto na Noruega como na Jutlândia e no Báltico. Mar (em Gotland e na região finlandesa). Os “homens dos portos”, os vikings (a não ser que a etimologia não se engane), eram pescadores, por vezes de grande altitude, e também por vezes revelavam-se como ousados lenhadores, tal como o fizeram os godos (seus possíveis antepassados). esteve em outro tempo. Com seus longos navios sem ponte (*esnéques*) podiam navegar em alto mar de acordo com os ventos, correntes e cardumes de peixes, e seu calado raso possibilitava penetração profunda nos rios e grande capacidade de manobra rápida. A nível militar parece justificado falar de armamento medíocre que só foi aperfeiçoado com a adoção de capacetes e espadas francos; Mas como não tinham interesse em fazer prisioneiros, pois procuravam objetos e provisões preciosos, os normandos queimaram e mataram todos os locais que atacaram. Os seus ataques devastadores com os quais mascararam o seu pequeno número, e os seus saques, causaram terror e pânico às populações que mal reagiram, especialmente até que a resistência foi reorganizada no interior; Depois, surpreendidos em campo aberto, os normandos eram quase sempre derrotados. De resto, não devemos esquecer que os eclesiásticos, os únicos que nos descrevem os estragos de que foram as primeiras vítimas, devem ter exagerado a nota.

Suas primeiras ondas de ataques, começando em 788 e acelerando a partir de 840, não começaram a encontrar oposição séria até aproximadamente 880, e essa oposição durou até o final de sua primeira fase de expansão (930). Em geral, os noruegueses procuravam principalmente terras para colonizar, enquanto os dinamarqueses procuravam apenas saques. Os mosteiros atraíam-nos particularmente pelos seus tesouros de ourivesaria litúrgica ou pelas suas caves cheias de vinho. Os suecos, também chamados de varangianos, eram mais comerciantes do que saqueadores. Os itinerários preferidos dos escandinavos eram as ilhas anglo-saxónicas e celtas frequentadas pelos noruegueses, o Mar do Norte e o Canal da Mancha, onde havia dinamarqueses, e os rios Báltico e russo frequentados pelos suecos. Na verdade, muitas regiões nunca viram um invasor, mas o anúncio de uma incursão, mesmo distante, desencadeou uma fuga massiva, um êxodo para as muralhas da cidade e, em qualquer caso, grandes perturbações na vida social.



As Ilhas Britânicas nos séculos VIII e IX

As primeiras incursões dirigiram-se para o norte de Inglaterra e para a Irlanda, enquanto a partir de 839 os Varangians conseguiram chegar ao Mar Negro e depois ao Mar Cáspio subindo e descendo os rios russos e com a ajuda de numerosos transportes dos seus barcos por terra. Mas, a partir de 840, os dinamarqueses atacaram as partes mais ricas do Império Carolíngio. Duurstede foi primeiro demitido, depois (842) atacaram Quentovic, que foi temporariamente destruído; Em 843 tomaram, saquearam e queimaram Nantes; Bordéus sofreu o mesmo destino duas vezes (844 e 847-848): Hamburgo foi completamente devastada em 845, etc. Seria complicado completar a ladainha de cidades e mosteiros atacados, saqueados e queimados. A cada nova incursão, os dinamarqueses subiam os rios até o limite da navegabilidade, roubavam cavalos e surpreendiam monges ou pessoas excessivamente confiantes por viverem longe da costa. Eles até encontraram aliados entre os celtas, felizes em lutar contra os anglo-saxões.

A partir de 850, a exploração dos países foi organizada sistematicamente. Estabeleceram-se em bases de inverno localizadas na foz dos grandes rios: em Walcheren para o Escalda, em Jeufosse para o Sena e em Noirmoutier para o Loire. No verão, penetravam no interior para saquear regiões que ainda não haviam sido atacadas. Exigiam então, após cada sucesso, o pagamento de um tributo, o *danegeld* (dinheiro dinamarquês), pagável em dinheiro pelas populações em troca da retirada dos atacantes. Depois de saquear a França, cruzaram o Canal da Mancha para exigir outros tributos. Mas quando, em 856, Roberto, o Forte, morreu em Brissarthe durante uma batalha contra os vikings, as coisas começaram a mudar. Indicativos disso são as primeiras tentativas de pontes fortificadas por iniciativa de Carlos, o Calvo, ou a construção de castelos para as populações locais a partir de 860. A vitória do rei da França Luís III em Saucourt em 881, e depois a de seu filho Roberto, o Forte, conde Eudes, defendendo Paris dos dinamarqueses em 885, iniciou uma lenta recuperação. Em 891, Arnulfo da Caríntia invadiu o acampamento viking em Leuven.

Mas os vikings não pararam de atacar outras costas. Chegaram aos rios da Espanha cristã e muçulmana e saquearam Sevilha em 844. Depois entraram no Mediterrâneo, subiram o Ródano até Arles e saquearam o porto italiano de Luni (855-860). O reino do Leste da França foi o único pouco afetado por esses ataques. Por outro lado, no Mar do Norte, a acção dos noruegueses e dinamarqueses conduziu pela primeira vez à colonização e ocupação dos territórios. Alguns marinheiros noruegueses estabeleceram-se nas ilhas Shetland e Far Oer e depois, em 870, colonizaram sistematicamente a Islândia, então completamente deserta. Na Irlanda, após tomarem a Ilha de Man, acabaram por criar quatro pequenos reinos costeiros em guerra contínua com os reis irlandeses. Na Inglaterra, os dinamarqueses eram ainda mais perigosos. A partir de 866 ocuparam Iorque, depois Nortúmbria, Mércia e finalmente East Anglia em 878. Mas Alfredo, rei de Wessex, após repetidas derrotas, conseguiu organizar a resistência. A vitória de Ethanburth em 878 e a reconquista de Londres permitiram-lhe assinar um tratado de paz com Guthorm, o chefe dinamarquês. Ele reconheceu como invasores todo o território ao norte do Tâmesis, o Lea e a estrada romana de Londres a Chester (Watlingstreet). Alfredo só tinha sobrado Wessex, uma pequena parte da Mércia, Sussex e Kent, ou seja, um terço da Inglaterra. O território dinamarquês foi denominado "Danelaw".

Em 911, um exército dinamarquês liderado por Rollon tornou-se uma ameaça tão grande que o rei da França Ocidental, na época Carlos, o Simples, preferiu conceder-lhe o

usufruto das terras localizadas em ambos os lados do Sena, em torno de Rouen e de Evreux (. tratado de Saint-Clair-sur-Epte). Convertidos ao cristianismo através de muitos esforços e instalados, os normandos logo ocuparam Bayeux, Sées, Avranches e Coutances, e então, após uma crise temporária, a "Normandia" tornou-se um ducado com instituições originais sob a liderança do duque Ricardo I (942-956).). Embora o seu estabelecimento tenha sido definitivo naquela região, foi um fracasso total na Bretanha, de onde foram expulsos em 937. Na Irlanda, os chefes noruegueses foram-se convertendo aos poucos e entraram em contacto com a sociedade celta. A partir de 979, os seus territórios tornaram-se progressivamente enclaves cada vez mais isolados da ilha. No entanto, na Inglaterra, o reino dinamarquês de Iorque foi exposto a uma vigorosa reconquista pelos reis de Wessex e Mércia. O sucessor de Alfredo, Eduardo, o Velho (899-925), e depois seu filho Aethelstan (925-939), conseguiram recuperar todas as terras perdidas e subjugar os colonos dinamarqueses. Depois de derrotar os escoceses, Aethelstan foi capaz de se proclamar "rei de toda a [Grã-Bretanha]". Apesar da recuperação dos vikings por volta do ano 1000, na verdade, o protetorado dinamarquês já havia concordado em fundir-se com o reino anglo-saxão. A estabilidade reapareceu quando a unidade nasceu.

Expansão sarracena e horror húngaro

Um fenómeno idêntico ocorreu no Mediterrâneo. O aparecimento em Ifriqiya de um novo emirado, o dos Aghlabids, reforçou a pirataria muçulmana que já tinha surgido nas costas do Levante espanhol. Vimos que a partir de 827, os sarracenos atacaram a Sicília bizantina, conquistando cidade após cidade até 902, quando a última, Taormina, caiu. A partir daí, estavam em excelente posição para saquear as cidades costeiras da península italiana: Roma em 845, Comacchio em 875-876, etc. Apesar da resistência de Luís II, por vezes vitorioso, conquistaram Bari e Taranto. Um vigoroso contra-ataque bizantino foi necessário para expulsá-los da Calábria. Em vez disso, depois de 882, estabeleceram uma base na foz do Garigliano e, nos anos 882-883, destruíram a abadia de Montecassino. Os muçulmanos de al-Andalus, depois de terem saqueado Marselha, Arles e toda a costa, tentaram estabelecer uma base na Camargue. Mas só alcançaram esse objetivo em 888, no Garde-Freinet, no sopé do maciço que leva o seu nome: as montanhas "Maures". Entrincheirados nesses campos, eles poderiam saquear os mosteiros e cidades do interior impunemente e caçar escravos com calma. Com os muçulmanos ali instalados, o futuro era muito mais sombrio, porque ninguém tinha conseguido verdadeiramente detê-los, e todo o Mediterrâneo Ocidental parecia estar condenado à insegurança: todas as tentativas de organizar uma flotilha costeira falharam. Além disso, embora parecessem mais preocupados com a colonização do que com a pilhagem, os sarracenos levaram muitos cativos como escravos para o Magreb; de modo que muitas conquistas foram facilitadas pela fuga de populações que temiam pelo seu destino.

Muito lentamente foram contidos, embora mantivessem as Ilhas Baleares (tomadas em 903) e toda a Sicília, separando assim o Mediterrâneo ocidental do Egito. Em 916, a base Garigliano foi eliminada, mas o Império Grego não conseguiu restabelecer a sua autoridade real naquelas terras. Quanto à Garde-Freinet, aquele núcleo a partir do qual foram lançados ataques surpreendentemente ousados, mesmo até à Sabóia, só pôde ser eliminado nos anos

972-973 graças a uma expedição ordenada pelo imperador e dirigida pelos condes da Provença e de Turim. para a hora. Na Península Ibérica, as relações com o Islão eram de natureza demasiado diferente para que se desenvolvesse um ritmo semelhante: tratava-se de estabelecer um equilíbrio entre um emirado de Córdoba no auge do seu poder e os pequenos domínios cristãos das montanhas galegas e cantábricas. . O reino asturiano conseguiu, sob a orientação de Ordoño I (850-866) e Alfonso II (866-911), e muitas vezes graças a alianças com moçábares e muçulmanos rebeldes, chegar às margens do Minho e do Douro. Em 884 foi concluída uma trégua que colocou provisoriamente os cristãos hispânicos fora de perigo, e no início do século ^x, García I estabeleceu a sua capital em Leão, no meio dos territórios reconquistados.

Mas de todas essas novas invasões, a dos húngaros foi a pior. Estes cavaleiros nómadas, de origem turco-mongol, perceberam após um primeiro ataque que a Panónia tinha ficado vazia depois de Carlos Magno ter esmagado os ávaros, uma vez que os vizinhos eslavos tinham desistido de ocupar aquela área de baixo valor de grãos. Suas oito tribos cruzaram os Cárpatos em três lugares diferentes e se estabeleceram entre o Danúbio e o Tisza. De 899 em diante, seus ataques de pilhagem ocorreram regularmente; Atacaram na Alemanha, na Itália e no oeste da França, onde chegaram até a Mende e Nîmes em 924. Saquearam os mosteiros, evitaram as cidades fortificadas, devastaram os campos, torturaram e aniquilaram os homens, mataram as crianças, escravizaram todas as jovens para cultivarem as suas terras e levaram todo o gado. Em 937, os magiares cruzaram toda a Alemanha, Champagne, Borgonha, Itália até Abruzzo e retornaram pela Emília e Veneza. Além do pânico causado por essas devastações desesperadoras, o sentimento de desamparo, como ocorreu há algum tempo com os hunos, paralisou a resistência contra os "ogros"; Os fortes construídos às pressas na época do saxão Henrique I (*Heinrichsbürger*) revelaram-se ineficazes nessa situação. Mas uma última grande expedição acabou provocando uma reação geral. O rei alemão Otto I conseguiu esmagar os húngaros nas margens do Lech, perto de Augsburg, em 10 de agosto de 955. Isso interrompeu definitivamente a expansão húngara. Além disso, o progresso da sedentarização e da evangelização fez desaparecer a insegurança que haviam criado e levou-os a serem aquartelados na Panônia ("Hungria" desde então).

A fragmentação

O longo período de impunidade de que gozaram os vikings, os sarracenos e os húngaros deveu-se em grande parte às disputas entre reis e chefes nobres que tinham sido oficiais ou chefes de linhagem. Estes últimos conseguiram vender lucrativamente a sua lealdade ao imperador ou aos monarcas e muitas vezes acabaram apoderando-se da realeza, quer tornando-se soberanos (como Bóson), quer participando na eleição de um deles como rei. O ano de 888 é particularmente revelador nesse sentido. Na Alemanha Arnulfo foi eleito. No oeste da França, os grandes elegeram Eudes, famoso por sua resistência contra os dinamarqueses, e eliminaram Carlos, o Simples, o legítimo herdeiro carolíngio, que não conseguiu recuperar o trono até 893. Na Borgonha, o duque Rodolfo foi aclamado rei. Na Provença, Luís, filho de Bóson, conseguiu manter um certo poder real sobre o país. Finalmente, em 933, estes dois últimos reinos foram unificados num único

reino: o reino de Arles. Mas, na prática, esses reis não foram verdadeiramente obedecidos. Assim que os magnatas reconheceram um rei, mesmo que apenas oralmente, começaram a conspirar e a rebelar-se contra ele. No século *x*, a verdadeira unidade política estava nos principados territoriais. Este nome refere-se a “um território em que o rei só intervém por mediação do príncipe”, segundo a expressão de Jan Dhondt. Esse príncipe era muitas vezes um ex-oficial carolíngio que conseguiu unir terras pessoais e aquelas de sua jurisdição pública em uma região. Ele estaria governando e exercendo direitos reais em seu próprio benefício. Assim foi criada uma dinastia que usava particularismos tradicionais e locais, como língua, dialeto, civilização ou tribalismo subsistente. Este impulso, ao mesmo tempo anárquico e descentralizado, tentou criar uma ordem ao nível dos grupos que fossem mais homogêneos e mais defensáveis do que os reinos. Basicamente, os principados territoriais foram um ressurgimento daqueles que nasceram no final da era merovíngia, após 673.

Vimos como surgiu o mais antigo: a Aquitânia. Após inúmeras revoltas e o desaparecimento do título de reino em 877, foi dividido em duas partes. Guilherme, o Piedoso, proprietário de Auvergne e Limousin, proclamou-se duque dos aquitanos em 909. Seu domínio estendeu-se aos condados de Mácon e Lyon, mas seus descendentes perderam territórios e o título; Ambos passaram para o conde de Poitou, Guilherme III, "Towhead", que assumiu o título de duque de "toda a Aquitânia". Mas, ao mesmo tempo, Guilherme III foi bloqueado no sul pela família de Raymond, fundador do condado de Toulouse. Ao longo do século *x*, Poitou e Aquitânia estiveram em contínua rivalidade. Na margem esquerda do Garona, uma família de condado, os Sancho, conseguiu impor-se e apropriar-se do título de duque de Gasconha a partir de 977. Nos condados da Catalunha, a marca franca dissolveu-se lentamente, inicialmente em dois principados: Gotia (antiga Septimania) e Hispânia. Então, de 878 a 897, Wifredo el Velloso, o último conde de Barcelona nomeado pelo rei do oeste da França, fortaleceu seu poder local, apropriou-se de direitos fiscais e tornou o título de conde hereditário dentro de sua família. Ele era praticamente independente e apenas prestou um juramento teórico de fidelidade ao soberano legítimo.

No norte da Borgonha, Ricardo, conde de Autun, Mácon e Chalon, depois de ter aumentado as suas posses a partir de 890, fez com que o rei o reconhecesse como duque. No norte, um conde de Flandres, Balduíno, aproveitou a desordem prevalecente para raptar a filha de Carlos, o Calvo, Judite, e estabelecer a sua família. Em 891, Balduíno II capturou Artois e expandiu seus territórios para Canche. Na Bretanha, que voltou a ser independente, os condes locais competiram pelo título de duque. Finalmente, a família Eudes, que obteve a realeza em 888, veio do Marquês Roberto, o Forte, instalado por Carlos, o Calvo, em Touraine, Anjou e Blésois. Esta família acrescentou a essas posses o condado de Paris e numerosas abadias.

independência: o castelo . Os *bairros* do rei Alfredo em Wessex correspondiam às torres de pedra e complexos fortificados da Catalunha (*Castelânia* , país dos castelhanos) e Castela. Toda uma rede de castelos reais foi construída ao sul do Humber. Mas em França, o rei perdeu o privilégio de construir fortificações: o édito de Pitres, de 864, proibia a construção de *firmitates* e *haias* (fortalezas e sebes), mas na prática os nobres rapidamente se apoderaram dessa prerrogativa sob o pretexto de defender a população. contra os vikings e os sarracenos. Essas fortalezas e sebes eram como colinas cercadas por estacas e uma paliçada de árvores entrelaçadas; Eles eram impenetráveis e todos os nobres construíram alguns. Na Provença, o primeiro castelo privado surgiu em 950, e no Lácio o mais antigo que conhecemos data dos anos 945-946. No norte, o exemplo que melhor pode ser datado e que seria dos mesmos anos é o do Douai mote. Assim, um mosaico de poderes locais gradeou o campo e reestruturou completamente a paisagem. Uma nova era estava começando em meados do século x?

O Império poderia ser salvo?

A fragmentação dos principados territoriais em múltiplos territórios castelhanos não atingiu a Itália, a França Oriental ou a Europa Oriental em geral. Com efeito, essa fraqueza ou esse desaparecimento dos poderes políticos centrais ou regionais apenas afetou os territórios que Carlos Magno conquistou. Noutros lugares, a autoridade gravitou em torno das cidades, como na península Itálica, ou renasceu a partir de estruturas carolíngias, como no Império Germânico.

Após o fracasso dos últimos imperadores italianos, o reino da Itália (centrado na planície do Pó) caiu nas mãos de Hugo de Arles (926-947), que se revelou perfeitamente incapaz de ser obedecido, tanto mais que os seus extensos poderes Os projetos para dominar Roma e unir-se à Borgonha foram frustrados. Não pôde impedir o nascimento de grandes marcas dominadas por príncipes seculares, como o marquesado de Friuli, o de Ivrea (que incluía os condados de Turim e Asti) e o da Toscana. Mas em lugares onde as cidades eram numerosas, os bispos eliminaram os condes e assumiram a proteção das suas cidades. É por isso que surgiram importantes principados eclesiásticos em Parma, Modena, Piacenza, Cremona e Bérgamo. Nesses principados, cada bispo exercia direitos reais, construía castelos, etc. O resto da península estava repleto de pequenos principados que surgiram nos antigos territórios lombardos: Spoleto, Benevento, Salerno, Cápua... Mas mais preocupante foi o destino do ducado de Roma, que caiu nas mãos de uma família aristocrática, os Teofilactos (904-932), nos quais se destacam Teodora e Marozia, duas mulheres que fizeram e desfizeram papas a seu bel-prazer, e depois na família de Alberico, Marquês de Spoleto, a partir de 954. Isto resultou numa considerável prostração do papado.

Agora, a evolução da Germânia foi totalmente diferente. Por um lado, é verdade que reapareceram agrupamentos territoriais baseados em antigos particularismos regionais, étnicos ou mesmo por vezes tribais, que anteriormente contavam com duques independentes. São os casos, por exemplo, dos duques da Turíngia, da Suábia ou da Baviera. Mas, na verdade, Carlos Magno destruiu os antigos ducados nacionais e, por vezes, remodelou-os em ducados fronteiriços. O antigo *Stamme* , unido pela mesma lei que se

tornou territorial e por uma organização militar igualitária, teve que se adaptar à defesa contra os húngaros. Na Baviera, a família Liutpold desempenhou um papel de liderança na luta contra o invasor. Na Suábia (antigo país dos Alamanni), a família ducal, os Ahaholfingians, desapropriados em 746, reapareceu e depois sucumbiu aos Hunfroi. Na Francônia, os Conradinos esmagaram os Babenbergs, heróis da luta contra os escandinavos, a partir de 902. Quando o último rei carolíngio do leste da França, Luís, o Menino (899-911), morreu, o chefe dos Conradinos, Conrado I, foi eleito rei. Ele não pôde impedir que os agrupamentos territoriais continuassem a ser administrados como reinos independentes: Lorena, Frísia com o seu regime completamente particular, Turíngia, as marcas orientais da Boémia e da Caríntia, etc. Mas apesar de tudo, os cinco grandes duques (Baviera, Francônia, Saxônia, Lorena e Suábia) nunca conseguiram tornar os seus títulos hereditários, como tinha sido conseguido no oeste da França. O rei não reconheceu qualquer existência legal para eles.

Esse fracasso dos principados territoriais da Alemanha deveu-se essencialmente à Saxônia. Esta foi a região mais próxima das suas origens tribais, embora também a mais marcada pela organização carolíngia que destruiu sistematicamente as pinturas anteriores. Foi o protótipo de um novo país por excelência, no qual a ordem carolíngia se estabeleceu na sua forma mais pura. Os dinamarqueses mataram o conde Liudolf durante uma batalha em 880, e seu irmão Otto, que o sucedeu, obteve tantas vitórias sobre os escandinavos, os eslavos e os húngaros que acabou dominando todo o país de forma totalmente independente. Ele era tão poderoso que o rei Conrado sugeriu, pouco antes de sua morte, que o filho de Otto, Henrique, o Passarinheiro, fosse rei. Henrique I, eleito em 918, fortificou sistematicamente todos os grandes centros e contemporizou habilmente com os húngaros com o objetivo de subjugar melhor os duques. Ele obteve tal prestígio como resultado de suas vitórias sobre os Wilzes, os eslavos da margem direita do Elba e os tchecos, que quando ele morreu em 936, os cinco duques concordaram em eleger seu filho Otto como rei.

Desde a sua ascensão ao trono, aquele descendente do chefe rebelde saxão, Widukind, demonstrou que estava agindo como sucessor de Carlos Magno. Ele foi coroado e consagrado rei em Aachen. Ele então enfrentou duas vezes os duques rebeldes, a quem subjugou, e os substituiu por membros de sua família que dispensou à vontade. Às vezes, ele até suprimiu um ducado, como a Francônia, que uniu a Saxônia. Depois de ter bloqueado (um bloqueio que duraria 200 anos) o processo de fragmentação do reino pela subjugação da aristocracia secular, confiou no clero para governar e reiniciou o programa de expansão, às custas dos eslavos, que haviam sido inaugurados pelos primeiros carolíngios. Ele conquistou a lealdade do duque da Boêmia e criou duas marchas no Elba e na Suábia contra os poloneses, que confiou a Hermann Billung e Gero. Enquanto esses marqueses chegavam ao Oder graças a repetidos ataques, Otão fez de Magdeburgo a base de uma metrópole eclesiástica que dominaria todos os eslavos que se convertessem no futuro. Finalmente, a sua vitória retumbante sobre os húngaros em Lechfeld fez dele o salvador do Ocidente. Widukind, seu parente, monge do mosteiro de Corvey na Saxônia, elogiou em sua *Res gestae* a glória do povo guerreiro saxão, vencedor definitivo sobre as hordas orientais. O rei passou a ser chamado de Otto "o Grande", aquele que iniciou a expansão germânica para o leste, o "Drang nach Osten". Acrescente-se a este panorama triunfante a incorporação da Lorena, que afastou o fraco rei da França a partir de 942 e cuja

cabeça colocou seu irmão Brunon, arcebispo de Colônia, e finalmente a vassalagem constante em que o rei da Borgonha foi mantido. Otho era agora mais que um rei; Ele era o "guardião e provedor do Ocidente".

A partir daí o caminho para o Império já estava marcado. Aproveitando a situação de anarquia que prevalecia na Itália em 951, Otão conquistou a coroa da Itália e casou-se com a última rainha legal do reino, Adelaide. Em 961, chamado pelo papa, que queria libertar-se dos senhores romanos, entrou em Roma e fez-se coroar imperador. Isso ocorreu em 2 de fevereiro de 962. Imediatamente depois, ele demonstrou que era o dono da situação ao promulgar um édito que colocava as eleições papais sob seu controle: a partir de agora, nenhum papa poderia ser consagrado se não tivesse previamente tomado uma decisão. juramento de fidelidade ao imperador. Ele restabeleceu assim as ambições de Carlos Magno e a prática de Lotário I em 824. Por outro lado, assumiu o mesmo título do ilustre fundador: "augusto imperador". No momento, ninguém observou que aquele império estava reduzido aos países germânicos e italianos. Além disso, as rebeliões dos príncipes e papas italianos mostram que a semelhança era enganosa. Porém, após novas expedições para subjugar a Itália, ele consagrou seu filho Otão II e tomou a Apúlia e a Calábria com o objetivo de obter em troca a mão da princesa bizantina Teófano para seu herdeiro (972). No momento da sua morte (973), ele era o soberano mais poderoso da Europa, mas não tinha recriado o Império Franco de Carlos Magno; ele havia apenas fundado um Império Romano Germânico.

Por outro lado, o único reino que não lhe pertencia, a França Ocidental, era praticamente o seu protetorado. Na verdade, os reis carolíngios restaurados, especialmente Carlos, o Simples (893-922) e Luís IV de Ultramar, tentaram tomar a Lorena para terem novamente bases políticas e territoriais sólidas. Mas, como resultado, caíram na dependência dos reis da Alemanha, que não podiam tolerar esse crescimento. No ano de 954, o filho muito jovem de Luís IV, Lothair, passou para a tutela de Brunon, arcebispo de Colônia. Tal como o pai e o avô, Lotário embarcou mais uma vez naquela política de conquista fadada ao fracasso. Mas a causa de tal política foi o progresso crescente da família Robertiana. Na verdade, Robert, irmão de Eudes, obteve royalties nos anos 922-923; Seu filho, Hugo, o Grande, que os fracassos tornaram prudente, avançou lentamente: aguardava o momento em que Lotário se veria reduzido ao limite. Por ser nomeado duque dos francos (do Loire à Flandres) e ser teoricamente duque da Aquitânia e da Borgonha, era mais poderoso que o rei, que se limitava aos domínios de Attigny. Compiègne e Laon. Mas ao mesmo tempo ele não passava de um príncipe entre todos os outros. Já em meados do século x era evidente que a sua família acabaria por assumir o trono, uma vez que a realeza se encontrava num tal estado de debilidade que lhe era impossível recuperar. Porém, por enquanto não poderia desaparecer por causa da proteção germânica que o mantinha.

Assim, a Europa apresentou um novo aspecto político no início do século xi. Enquanto no oeste predominava a fragmentação, no leste houve fortalecimento e expansão. Novos reinos estavam nascendo ao redor do Império. A Dinamarca foi consolidada com o batismo do rei Harald II Blue Tooth (966). Com a introdução do Cristianismo, duas novas entidades estavam sendo preparadas na Noruega e na Suécia. A Polónia, com o batismo de Miesko (966), e a Hungria também iam entrar no concerto europeu. Em suma, apesar do poder do "Sacro Império Romano", a Europa já não era uma só, mas sim diversificada. À oposição norte-sul da era bárbara, foi agora acrescentada a oposição leste-oeste que surgiu na era

otoniana. A era das grandes convulsões acabou; Todos os bárbaros integraram-se em reinos cristãos voltados para Roma. O Império já não representava o Cristianismo: a Roma antiga, tomada em 410, havia morrido completamente e a Roma franca no ano 800 não conseguiu reconstruir a unidade. Por outro lado, os programas políticos e religiosos desenvolvidos ao longo do século ^{ix} estavam prontos. A sua aplicação no século ^x mostra que o fracasso carolíngio nada mais foi do que um incidente decorrente das invasões e ambições da nobreza. Os impérios Carolíngio e Otoniano foram uma etapa indispensável na reconstrução do Estado. Na verdade, a ascensão dos principados e o triunfo das estruturas feudais não podem ser explicados sem a intervenção de Carlos Magno e dos seus sucessores. Por isso é importante analisar por que os contemporâneos tiveram a impressão de que os tempos do imperador de barba florida foram uma época de ouro que terminou na idade do ferro.

Capítulo 10

A “RENOVAÇÃO” CAROLÍNGIA

As duas primeiras gerações da era carolíngia, a de Pepino, o Breve, e a de Carlos Magno, deram inquestionavelmente a impressão de que estava em curso uma verdadeira descolagem da civilização. Eles consideravam o seu mundo bárbaro e pagão tornando-se civilizado e cristão. Eles traduziram esta expansão e este batismo de um mundo novo com um termo preciso, o de renovação. Esta palavra, proveniente de um renascimento intelectual que se procurava desde finais do século ^{vii}, foi particularmente utilizada na expressão *Renovado regni Francorum*, renovação do reino dos francos. Os clérigos dos primeiros carolíngios conceberam a nova formação política não com base nas memórias da Roma antiga, mas com base na resposta de Cristo a Nicodemos (João, III, 3): “Tu deves nascer do alto”. O primeiro nascimento deve ser seguido por um segundo nascimento através da água do batismo. Então uma nova criatura aparece pela segunda vez (*renovatio*). Consequentemente, a Renascença Carolíngia foi concebida como o batismo de uma velha sociedade bárbara ou como a cristianização de um mundo pagão e pecador. Os monges e clérigos de Saint-Martin de Tours, Saint-Denis, Reims, Corbie, Corvey ou Fulda acreditavam que esta nova sociedade deveria surgir primeiro no quadro de um novo Estado e de uma nova Igreja. A reforma política não consistiu apenas em reinventar o Império e recriar a monarquia, teve de transformar todas as estruturas políticas e eclesiásticas. Manifestou-se também através de um indiscutível florescimento artístico e intelectual: o primeiro renascimento da nossa história. Mas surgiu em grande parte das lições e inovações do final da era merovíngia.

RECRIAR O ESTADO?

É particularmente surpreendente ler na obra do historiador Gregório de Tours o termo *respublica*, o Estado, constantemente aplicado ao Império Romano do Oriente. Na sua opinião, a monarquia franca não estabeleceu um Estado. Vimos que a sociedade romana tentou constantemente escapar da influência do Estado e acabou conseguindo. Nas leis germânicas, como sublinhamos, não havia distinção entre direito público e direito

privado. Os dois fenômenos juntaram-se e, através de um efeito perverso, conduziram à privatização do Estado.

Os julgamentos das monarquias bárbaras (séculos VI-VII)

As monarquias germânicas dependiam da eleição livre do rei pelos guerreiros com base em suas habilidades para vencer a batalha. É por isso que a sucessão dinástica, garantia de continuidade política, teve algumas dificuldades em enraizar-se. Na Hispânia, após o desaparecimento da família Balthos em 531, a eleição caiu nas mãos dos dignitários do palácio de Toledo e dos bispos. Enquanto os primeiros se rebelavam incessantemente contra o seu escolhido, os últimos faziam tudo o que podiam para fortalecer a monarquia. A partir de 633, os conselhos reuniam-se em Toledo, antes de cada grande acontecimento, para auxiliar o rei, deliberar sobre questões políticas e religiosas, votar as leis que eram propostas ou que estavam em preparação, julgar casos de alta traição, etc. Para reforçar a legitimidade real, o corpo episcopal praticou, a exemplo do profeta Samuel, a unção real, reutilizada entre 621 e 641. Em 672 já é atestada como normal pelo rei Wamba. Mas este fortalecimento sagrado da legitimidade real não teve muito efeito. Os nobres de origem visigótica conseguiram participar nos concílios e o número de leigos aumentou à custa dos bispos de origem romana. Em 711 esta inversão de tendência conduziu a um conflito agudo entre os filhos do rei Witiza e o novo escolhido, Rodrigo, que foi fatal para a monarquia visigótica.

No caso dos lombardos, a eleição também prevaleceu, a partir de 584, por ocasião do restabelecimento da monarquia. Mas praticava-se uma espécie de sucessão restrita graças à possibilidade que as mulheres tinham de transmitir os seus direitos à coroa. Foi assim desde Teodelinda até o início do século VIII. O povo lombardo, mais próximo das suas origens do que os visigodos, ainda praticava a reunião de homens livres no século VII. Esta reunião do povo em armas aconteceu em 643, por ocasião da proclamação do edital do Rotary. Mais tarde, reuniões de duques ou *gastaldi* ("intendentes de propriedades reais"), bispos e abades substituíram as de homens livres. Ratificaram os tratados, prepararam os textos das leis e assim exerceram um direito efetivo de controle sobre o rei. Quanto às monarquias tribais anglo-saxônicas, estas eram ainda mais germânicas e até escandinavas na sua concepção. O termo *eyning* ou *cyng* (mais tarde *rei*) significa "filho de", "membro da família". Isso prova que qualquer pessoa que tivesse uma genealogia era rei, a maior parte da qual remontava ao deus Wotan. Havia, portanto, um carisma pagão da monarquia. Mas também aí as necessidades da guerra fizeram com que a herdabilidade real não fosse praticada automaticamente. No final do século VII, em particular, a eleição de um chefe de guerra parece comum. Quase sempre era uma questão de os nobres escolherem entre os filhos do falecido rei. Entre os doze reinos anglo-saxões existentes por volta do ano 600, a coexistência de três a quatro reis pode até ser confirmada dentro de Sussex ou Essex. Apesar do título de *bretwalda* ("dominador dos bretões") que alguns reis reivindicaram para si, nenhum conseguiu alcançar verdadeiramente uma posição dominante. Além disso, cada um foi assistido por um conselho de sábios (*witenagemot*) que promulgou com ele a lei do reino. Isto foi feito com a lei de Kent, sob o reinado de Æthelbert, ou com o novo código de Wihtred de Kent, em 695. Ao mesmo tempo, bispos e chefes de famílias nobres

que ocupavam funções importantes foram agrupados em torno do rei Ina. Visivelmente, esta assembleia substituiu os sacerdotes pagãos e os guerreiros livres que originalmente cercavam o rei. Na Escandinávia nada mudou, o rei estava até completamente sujeito à decisão da assembleia tribal, reunião de sacerdotes e guerreiros.

Talvez apenas a monarquia merovíngia tenha tentado escapar às concepções primitivas do "Estado" germânico. Os sucessores de Clóvis, valendo-se a fundo do carisma pagão dos cabelos longos e da dinastia sempre vitoriosa, capaz de distribuir o saque em abundância, procuraram eliminar a distribuição do reino entre os herdeiros. Esta concepção do reino, a propriedade privada de um chefe vitorioso, é chamada de "patrimonialidade" e levou às guerras civis que vimos durante a segunda metade do século V. Clotário II e Dagoberto lutaram com sucesso para suprimi-la através de assassinatos impiedosos. Mas após a morte de Dagoberto o elenco reapareceu. Em 614, o édito de Clotário II, que estabelecia que todos os altos funcionários deveriam ser provenientes do território administrado, bloqueou lentamente a unidade monárquica. Por outro lado, o ressurgimento da divisão em 640 reviveu o bloco Nêustria-Borgonha contra a Austrásia, enquanto a Aquitânia e a Provença se afastavam irremediavelmente das capitais merovíngias. Certamente, a partir de 687 houve apenas um rei, Teodorico III, mas como o intendente dos domínios reais, o "administrador do palácio" Pepino II de Heristal, havia assumido o poder efetivo, esta unidade era puramente fictícia. Na verdade, na Nêustria e noutros lugares, as facções aristocráticas eram completamente independentes. A assembleia de homens livres que Clóvis e os seus sucessores reuniam regularmente antes de cada campanha militar, e que era chamada de Campo de Marte em homenagem ao deus da guerra, só era controlada na Austrásia, onde Pepino liderava ofensivas contínuas contra os seus adversários, os Frísios. e outros vizinhos germânicos. Foi nessa época que os Pipinidas espalharam a lenda desses preguiçosos reis merovíngios transportados em carros de bois de domínio em domínio. Na realidade, o chefe da guerra reduziu o rei a este estado de dependência e, como não ousou tocá-lo devido à legitimidade que os bispos lhe conferiam, tentou ridicularizá-lo. Em suma, no início do século ^{VIII}, por toda a parte a monarquia encontrava-se num estado de fraqueza ou de crise aberta, literalmente privatizada por facções nobres ou assembleias de altos funcionários. Só permaneceu poderoso onde a sua fonte continuou a fluir: a guerra. A paz acabou destruindo a monarquia germânica.

O Estado nas mãos dos interesses privados (séculos VII-VIII)

Além disso, o novo fenómeno dos principados territoriais estava a desenvolver-se. Sem levar em conta os reinos anglo-saxões, que nunca atingiram a fase unitária, os lombardos, os visigodos e os francos, todos experimentaram o desmembramento. Na Hispânia, a revolta de Paulo, que se fez ungir rei em Narbonne em 672, é reveladora desta tendência. O povo de Tarragona e dos Septimanos foi repetidamente separatista. Na Itália lombarda, a contínua independência de Friuli, da Toscana e dos ducados de Spoleto e Benevento é mais uma prova disso. O facto de após a queda do reino visigodo ter permanecido um principado de Múrcia, sob a direcção do nobre Teodomiro durante um certo tempo, mostra que esta fragmentação dependeu da presença de poderosos chefes

locais. Por outro lado, a Hispânia renasceria graças a um deles: Pelayo. Mas o fenômeno teve um alcance maior na Gália. Já em 656, na Aquitânia, a dignidade e a função de patrício de Toulouse deram origem a um principado romanizante que no tempo de Eudes (cerca de 700-735) foi transformado em vice-reinado. Da mesma forma, a Alemanha, a Turíngia e a Baviera redescobriram a sua antiga independência com uma dinastia local. A Frísia, parcialmente conquistada por Pepino II, recuperou o seu território na foz do Reno fragmentado em pequenos ducados e, aproveitando a luta contra o Islão, um patrício assumiu o comando da Provença. Em suma, agrupamentos políticos autônomos apareceram por toda a parte, correspondendo em cada caso a características regionais caracterizadas pela sua população ou pela sua civilização. Em algumas regiões, foi um regresso às tribos originais (Turíngias, Bascos) ou uma nostalgia do passado romano real e fictício ao mesmo tempo (Aquitânia); noutros lugares foi o amor ao poder de um nobre ambicioso (Espoleto) ou o desenvolvimento de atividades marítimas originais (Frísia); Numa palavra, tudo contribuiu para a multiplicação destas monarquias locais. Nos países germânicos, a perturbação devida à grande peste não fez sentir os seus efeitos, mas as estruturas administrativas incompletas e a ausência da noção de bem público produziram os mesmos efeitos.

A concepção romana do oficial só sobreviveu plena e completamente na Itália bizantina, em torno do exarca. Este comandava os governadores civis (*judices*), nomeados com recomendação dos bispos e notáveis das províncias. Ele também tinha sob sua autoridade os duques e oficiais militares que ele mesmo nomeou.

A solidez do Estado Romano-Bizantino foi invejada pelos Visigodos e pelos Lombardos. Seus reis imitaram os títulos e a pompa da corte de Constantinopla. Mas no caso dos monarcas de Pavia tudo isto não foi muito longe. Como não tinham preservado um sistema tributário, os trinta duques espalhados pelo reino mantiveram as terras que haviam apreendido e o mesmo aconteceu com os seus subordinados, os *suldhais*. Os *gastaldi* não conseguiram oferecer muita resistência, ainda mais quando os *faræ*, os clãs primitivos, haviam desaparecido. Restaram apenas os *arimanni* ("homens do exército") estabelecidos nas terras do tesouro. Estes foram colocados sob as ordens dos *gastaldi*, que tinham o direito de julgá-los. Como o tesouro foi ampliado pelas conquistas de Aistulf na Ligúria e Emília, este último foi então capaz de impor o serviço militar a todos os súditos de seu reino. Isto permitiu o fortalecimento de uma administração central embrionária em Pavia em torno de um "mordomo do palácio", um camareiro, um condestável e um senescal, chefe dos servidores. Esses oficiais particulares existiam em todas as outras cortes germânicas com vários títulos. Na Hispânia Visigótica eram chamados de "conde do Patrimônio", "conde do Tesouro", que se encarregava do tesouro juntamente com os "condes das câmaras", o "conde do estábulo" para a remontagem dos cavalos e o "conde dos espartanos" para a guarda pessoal do rei. Somava-se a isso uma chancelaria com um "conde de notários" para receber documentos escritos. Na Gália, a chancelaria estava nas mãos de uma senha. Visivelmente, na Hispânia havia uma distinção entre o público e o privado, uma vez que se fazia uma distinção entre o erário público e a câmara do rei. Da mesma forma, na administração local ainda existia o conde da cidade, antiga instituição romana, auxiliado pelos vigários; mas deve ser enfatizado que os condes dos exércitos eram comandantes divisionais dos exércitos provinciais. A distinção entre civis e militares ainda existia porque a cobrança de impostos diretos continuou na Península Ibérica no

século ^{viii}. Por outro lado, o seu desaparecimento gradual na Gália e mesmo na Aquitânia, onde os príncipes os mandaram recolher pelos judeus, permitiu ao conde da cidade acumular, por osmose com o seu homólogo germânico, as atividades *gráficas*, militares, judiciais e financeiras. . Isto explica a sua tendência à usurpação. No século ^{viii}, muitos condes da Gália Merovíngia, particularmente nas fronteiras, tornaram-se verdadeiros potentados locais. Mas embora na Hispânia visigótica a noção de oficial e a separação entre contagens civis e contagens militares tenham sobrevivido, é surpreendente encontrar a antiga tendência para a deserção. O rei Égica ficou tão impotente contra esta prática que foi forçado a alistar nos seus exércitos os clérigos e escravos dos domínios reais. Assim, seja pela impotência de uma administração central ainda privada, seja pelo excesso de poder de uma administração central pública, a monarquia não foi obedecida a menos que aumentasse as terras do seu tesouro e adotasse o sistema soldado-camponês.

Na Inglaterra, a casa do rei era ainda mais privada do que a dos merovíngios. Tal como no caso dos francos, os príncipes atraíam os filhos das famílias nobres, alimentavam-nos e educavam-nos, esperando obter, destes jovens, adultos que fossem servos fiéis e agradecidos. Nos seus palácios de madeira, as funções de porta-garrafas e copeiro pareciam mais importantes do que as de administrador dos domínios, camareiro e condestável. Evidentemente, todos os sistemas fiscais desapareceram e os impostos foram privatizados e assimilados aos outros impostos que os camponeses pagavam pelas suas terras. O rei tinha seus próprios domínios. Em todas as outras obteve rendimentos em alimentos (*feorm*, do latim *firma*) suficientes para alimentar a ele e aos seus homens durante um dia e uma noite: os aldeões depositavam cerveja, trigo, gado, mel e queijo no *tanque do rei*, como ele provar as leis de Ina de 690. Este *feorm* (que deu *ferme* em francês e *farm* em inglês) às vezes era comutado em moeda. Por fim, foram acrescentadas as homenagens dos povos derrotados. Cada rei passava de um domínio, cercado por uma cerca viva, para outro para consumir essas provisões. Por sua vez, os merovíngios fizeram o mesmo e a lenda dos reis preguiçosos é uma boa prova destas viagens de uma terra a outra. Assim, no século ^{vii}, na falta de uma verdadeira organização central, os reis anglo-saxões não pararam de desenvolver alguns elementos de administração local. Por volta de 690, alguns nobres (*ealdormen*) em Wessex receberam um *scir* (mais tarde *condado*, condado). Talvez já fosse um círculo eleitoral territorial que tinha como subdivisão a centena, que já existia no norte do reino franco. Mas não podemos dizer nada por falta de provas. Ali, “o Estado Germânico” ainda se encontrava na fase de uma comunidade sem domicílio fixo e com a violência como única instituição básica.

Esta privatização do Estado estendeu-se até à Igreja. Vimos quais foram os esforços dos reis para nomear bispos. Era normal que tentassem tomar o único poder fora do seu. Além disso, os bispos, tendo em conta as suas posições e a ganância dos poderosos para com as terras eclesiásticas, procuraram uma forma de ter os seus bens garantidos pelos monarcas. Em particular, obtiveram dos reis francos isenções fiscais, doações de oficinas monetárias e títulos de imunidade que proibiam qualquer conde de exercer a sua função nos patrimónios dos bispados e posteriormente das abadias. O bispo ou abade executava então as tarefas do oficial e reportava-se diretamente ao príncipe. A Igreja secular, mais tarde regular, entrou assim no jogo do poder. Os Pipinidas dependiam principalmente de mosteiros. Carlos Martel foi ainda mais longe e nomeou friamente leigos para a chefia de bispados ou mosteiros, que se transformaram assim em bases de poder político ao seu

serviço. Um parente chamado Hugo foi nomeado bispo de Rouen, abade de Jumiéges e Saint-Wandrille. Milon, outro aliado da família, sem ser consagrado, acumulou durante 40 anos os bispados de Trier e Reims, bem como a abadia de Mettlach. Nas regiões mediterrânicas, supostos bispos ocupavam as sedes, quando na realidade levavam a vida de chefes de guerra, a tal ponto que mais tarde os editores das listas episcopais se recusaram a inscrever nelas os seus nomes. Foi muito além da compra de bispados (simonia) que Gregório, o Grande, estigmatizou numa carta à rainha Brunegilda. Praticamente, a Igreja foi arrastada para a sua privatização pelo Estado, e até laicizada, uma vez que os grandes proprietários nomeavam os padres das suas *Eigenkirche* (igrejas próprias). A crise da monarquia envolveu a do bispado e a da abadia. Tudo favorecia o príncipe guerreiro que sabia fazer-se respeitar e encontrar novos meios de comandar e recompensar.

Uma solução: o Estado cristão e legislativo

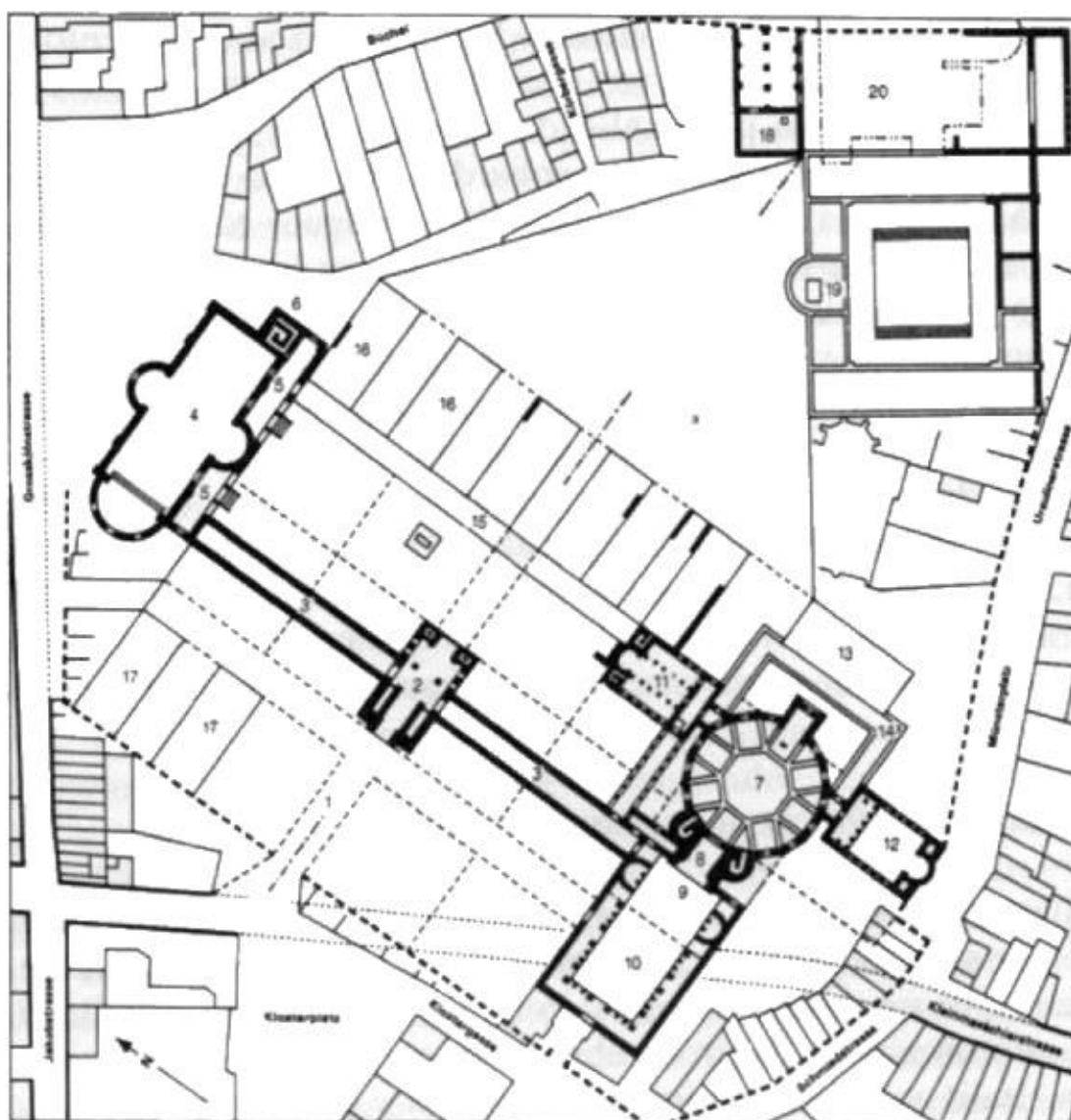
Pepino, o Breve, teve dois bispos como conselheiros políticos: Bonifácio e Chrodegang. Carlos Magno confiou em Alcuíno, um monge anglo-saxão. Luís, o Piedoso, trouxe para seu lado Bento de Aniane, monge hispano-visigótico, e mais tarde Adalardo, abade de Corbie. Carlos, o Calvo, às vezes contava com o irritante arcebispo de Reims, Hincmar. Vimos o papel que desempenharam no ressurgimento do Império e da monarquia, e como se tornaram propriedade da Igreja. Mas quando quiseram reconstruir o Estado, chocaram-se com a concepção dos francos que acabamos de descrever, uma espécie de condomínio dos homens livres e do rei que tinha conseguido subjugar outros povos, e cujo poder só era respeitado pelos na medida em que trouxe vitória, pilhagem e prosperidade. Pepino e Carlos preservaram cuidadosamente as suas prerrogativas, especialmente o direito de *banimento*, o direito de punir e forçar aqueles que não obedecessem, e o seu oposto, a *grade*, um favor real que se manifestava em presentes suntuosos a amigos leais. Mas é evidente que num reino em expansão estas simples relações entre chefe e guerreiro não poderiam ser suficientes. Carlos Magno restabeleceu, pelo menos três vezes, em 789, 793 e 802, os juramentos de fidelidade à maneira romana. Todos os homens a partir dos doze anos juraram perante o conde local nunca fazer nada que pudesse pôr em perigo a vida do rei. Mas estes juramentos foram mal compreendidos porque a sua formulação era negativa, embora fosse cada vez mais esclarecida e melhorada. Alguns acreditavam que o soberano os exigia porque precisava de apoio e isso foi interpretado como um sinal de fraqueza. Outros acreditavam que, não tendo prestado juramento, não deveriam obedecer. Carlos Magno e seus conselheiros também se esforçaram para tornar suas decisões conhecidas e implementadas de diversas maneiras. A primeira foi transformar seus conselheiros eclesiásticos em verdadeiros especialistas políticos. Em 813, o último capitular de Carlos Magno ordenou que os condes, juízes e povo auxiliassem o bispo em suas funções judiciais, pois só ele sabia para onde deveria ir a sociedade. Assim, durante o reinado de Luís, o Piedoso, o termo latino *res publica*, o Estado, foi "renovado" com a adição do termo *christiana*. O Estado não poderia existir se não fosse cristão. Para isso, como diz um capitular de 823-825, o imperador zelava pela Igreja, mantinha a paz e a justiça; mas, na verdade, o fardo foi dividido de tal forma que "todos, onde quer que vivam e na posição

social onde se situem, saibam que têm uma parte do peso, do qual decorre”, diz o imperador, “ que devo ser seu conselheiro e que vocês devem ser meus assistentes. Todos os súditos deveriam colaborar no bom funcionamento do Estado, a começar pelos notários eclesiásticos que propuseram *os Espelhos dos Príncipes*, verdadeiros manuais políticos para uso dos membros da família real. Smaragdo, Agobard, Jonah, Bispo de Orleans, e Hincmar contribuíram extensivamente para esta educação. Arnulfo, rei do leste da França, no sínodo de Tribur em 895, não hesitou em definir esta concepção como uma arte de “governar de acordo com a lei eclesiástica”. A base do Estado Carolíngio era, portanto, em primeiro lugar, de essência espiritual e eclesiástica.

A lei secular foi acrescentada à lei da Igreja. Esta verdadeira repatriação do Estado do Oriente bizantino para o Norte da Europa foi acompanhada por uma procura de unidade legislativa. Carlos Magno retornou à antiga assembleia anual de homens livres, que Pepino, o Breve, havia transferido de 1º de março para 1º de maio de 756. O “Campo de Maio”, também chamado de “assembleia geral”, foi a ocasião, antes de partir em expedição, ver causas importantes e anunciar aos grandes, leigos e eclesiásticos, as decisões reais e depois imperiais. Uma lista de propostas foi enviada aos nobres e clérigos, que as discutiram separadamente e reconheceram se estavam de acordo com a lei. Em seguida, foram proclamados em voz alta diante do povo armado e depois escritos, capítulo por capítulo (*capítulos*). Essa enumeração em pequenos parágrafos deu ao texto, copiado em quatro exemplares, um dos quais depositado nos arquivos do palácio, o nome de “capitular”. As decisões eram aplicáveis imediatamente após a sua proclamação verbal pelo soberano, em virtude do direito de *interdição* que lhe permitia comandar e punir.

Mas aí Carlos Magno inovou, para tornar suas decisões ainda mais eficazes. Mandou-as escrever para reforçar a ordem verbal e até para substituí-la, pois até então apenas os indivíduos presentes durante a publicação das leis se destinavam a obedecer. As capitulares eram muito mais instrumentos de regulação administrativa do que atos legislativos. Alguns diziam respeito exclusivamente à Itália. Eram documentos de referência copiados, divulgados e até relidos dentro de cada concelho. Voltando-se para o documento escrito. Carlos Magno ampliou o alcance de suas decisões. No campo das próprias leis, ele manteve sua personalidade. Por todo o Império e apesar dos protestos de Agobard, arcebispo de Lyon, que teria desejado uma lei única à maneira romana, os antigos códigos continuaram a ser aplicados. Enquanto os romanos preservaram as suas leis, tal como os hispano-visigodos na Septimânia, os bávaros, os borgonheses ou os lombardos, Carlos Magno fez correções e suplementos às leis francas, alamânicas e bávaras. Ele mandou escrever a lei dos Frísios e a lei dos Saxões. Em cada processo misto que colocava um membro de uma comunidade étnica contra outra, ele tinha de declarar, antes do início da audiência, de que lei dependia. Salientemos, porém, que todo o povo da Igreja dependia, qualquer que fosse a sua origem, do direito romano, bem como dos decretos pontifícios, cujas arrecadações foram acumuladas ao longo do século IX. De facto, o clero fez um esforço legislativo e regulamentar muito mais importante do que o dos leigos.

O governo imperial de Carlos Magno e Luís, o Piedoso, foi, portanto, uma tentativa constante de escapar da herança primitiva e fazê-la evoluir para uma maior unidade dentro do espírito romano. Mas a busca pela centralização não se estendeu à uniformização. Eles permitiram que reinos como Aquitânia, Itália e Baviera subsistissem dentro do Império, primeiro uma prefeitura e depois um reino. Cada um dos chamados vice-reinados tinha seu próprio governo central, sua corte e suas iniciativas particulares, na medida em que o imperador do momento as tolerava. Em todo o caso, manteve sempre a possibilidade de intervenção direta nestas entidades políticas oficialmente sujeitas aos francos, e até, como vimos, no património de São Pedro. Em vez disso, esta relativa descentralização exigia uma sede central de governo. A monarquia itinerante, que passou de grande domínio estatal para grande domínio estatal, sempre foi praticada nos vice-reinados, mas acabou sendo abandonada por Carlos Magno. Ele escolheu o tesouro de Aachen, uma estância termal gaulesa e depois romana localizada a oito léguas (32 km) do movimentado porto fluvial de Maastricht, no centro dos domínios patrimoniais carolíngios. Ele residiu lá todos os invernos de 794 e durante todo o ano, de 807 até sua morte. A construção de um palácio e de uma capela concretizou o novo programa ideológico imperial e o poder político do conquistador. Aachen sempre simbolizou, a partir de então, um império secular, em oposição a Roma, a cidade do sagrado, a capital religiosa. A partir de 840, as necessidades das guerras transformaram mais uma vez os reis em viajantes. Carlos, o Calvo, também tentou fazer de Compiègne sua capital, mas falhou, enquanto Hincmar conseguiu fazer de Reims a capital religiosa do reino da França Ocidental.



1. Calle principal
4. *Aula palatina*

2. Puerta monumental
5. Galería con pórticos
7. Capilla palatina

3. Edificio de unión
6. Torreta con escalera

8. *Westbau* antecuerpo occidental enmarcado por dos torres con escaleras
9-10. Atrium con exedras

11-12. Edificios anejos, probablemente *metatorium* (11) y *secretarium* (12)

13. *Cuna* (?)

14. Pórtico

15. Galería de unión, de madera

18-19. Termas imperiales

16-17. Edificios de entramado o madera

18. Fuente del emperador

19. Fuente de Quirinus

20. Fundación de las termas romanas

— Construcciones carolingias conservadas

--- Límite del palacio carolingio

--- Trazado de las calles romanas

No palácio, tanto residência como ambiente, instalou-se um governo central, ainda pouco demarcado dos reis merovíngios. O “mordomo do palácio”, muito perigoso, desapareceu. Mas dentro da clássica confusão entre cargos privados e cargos públicos, o senescal (*sinisskalk* , o criado mais antigo) ficou encarregado de abastecer a mesa e, juntamente com a garrafeira, de fornecer os vinhos. Ao mesmo tempo, supervisionava a gestão das terras públicas através dos *domestici* , verdadeiros administradores dos grandes domínios reais. O “camareiro” continuou a cuidar do tesouro privado do soberano, mas depois foi ajudado por “prisioneiros” que monitorizavam os lançamentos de dinheiro. O condestável, com dois marechais, assegurava o transporte dos cavalos e o transporte para abastecer o exército. Recentemente incorporado, o conde do palácio substituiu o soberano nas suas ausências para resolver os multiplicadores processos de súplica, tendo de recorrer, tal como o camareiro, aos serviços de alguns ofícios rudimentares. Todos esses grandes oficiais leigos poderiam subitamente receber a designação de uma missão diplomática ou de um comando militar. Finalmente, o imperador poderia convocar os seus vassallos ou os grandes leigos ou eclesiásticos (*proceres*) , para pedir-lhes conselhos. E eram numerosos os porteiros encarregados de levantar ou baixar as cortinas de cada candidato ou embaixador que chegasse para solicitar audiência.

Os funcionários administrativos, ocupados sobretudo em estimular a revitalização do documento escrito e da correspondência, agruparam-se na Capela. O propósito original desta organização religiosa era preservar a relíquia mais ilustre do reino franco: o manto de São Martinho ou, mais precisamente, a metade que restou, a “capa”. A Capela era dirigida por um abade ou bispo de família importante, Fulrado com Pepino, o Breve, Angilrão e depois Hildeboldo, foram importantes conselheiros no reinado de Carlos Magno. O grande capelão tinha, entre seus clérigos, notários que registravam as deliberações e decisões em notas abreviadas (chamadas de Tironianas, do nome do liberto de Cícero), e que então redigiam oficialmente os documentos e diplomas reais. Seu chefe, o protonotário, que também supervisionava o envio da correspondência oficial e a publicação da legislação eclesiástica, acabou assumindo o título de chanceler por volta do ano 808. Este nome deveu-se ao facto de, na capela, se situar em frente ao fechamento em pedra perfurada, denominado “cancelamento”, que separava os clérigos dos leigos. Na época de Luís, o Piedoso, com o desenvolvimento de seus serviços, chegou a ser chamado de arqui-reitor. Cuidou dos arquivos do palácio, onde foram preservados todos os documentos enviados ao rei e cópias de todos os que ele emitia.

A ordem emanada do palácio foi imediatamente executória ao nível da principal unidade da administração local, o concelho. Segundo as últimas pesquisas, parece que no Império existiam cerca de setecentos condados, chamados *pagi* ou, na área germânica, *gau* . Em alguns casos excepcionais, *Pagi* e *Gau* eram subdivisões de condados. Visivelmente, eram as antigas cidades romanas convertidas em dioceses ou em antigos territórios tribais. Na Alemanha, a rede distrital ainda não era estritamente contínua. Cada condado era chefiado por um conde nomeado pelo rei, pago por ele, deslocado à sua vontade ou revogável por erro cometido. O cargo, denominado *honra* , como no Império Romano, ou ainda *ministerium* (ofício, serviço), era remunerado de diversas formas. O conde obteve o

usufruto dos bens territoriais imperiais, também chamados por *honras de assimilação* ou mesmo *res de comitatu*, que se localizavam no seu círculo eleitoral. Recebeu um terço das multas aplicadas aos arguidos e um terço das portagens cobradas no seu território. Como as multas eram geralmente fixadas em um terço da composição, o conde de fato mantinha em sua posse um nono do valor desembolsado pelo condenado. Por fim, tinha direito a um terço das multas infligidas pela violação da *interdição régia*, ou seja, vinte salários dos sessenta previstos. A sua renda era, portanto, muito importante. Os condes foram investidos de múltiplos poderes: cumpriam ordens reais e todas as primaveras convocavam os homens livres para o exército (anfitrião, do latim *hostis*, o inimigo). Asseguravam a presidência de uma corte real, a pública *mali*, ao ritmo de pelo menos três sessões por ano, em cada subdivisão do condado, para todas as causas principais que envolvessem homicídio, adultério ou traição. Muitas vezes, eram até chamados para uma missão especial e ficavam ausentes do seu concelho durante pelo menos três ou quatro meses, nem que fosse para conduzir os soldados ao local de concentração das tropas.

Suas funções eram tão numerosas que no final do reinado de Carlos Magno surgiram subordinados, os viscondes, encarregados de substituí-los em sua ausência. Mas estes só existiam na Gália. De qualquer forma, em território latino, o conde contava com vigários (*vicarii*) encarregados de causas menores (julgamentos de demarcação, roubos, etc.), e em território germânico, com "centenários", responsáveis por uma pequena tropa de homens encarregados para fazer reinar a ordem. Vigários e "centenários" formavam um tribunal a cada quinze dias. Juntos, o conde e seus assistentes formariam um quadro administrativo de cerca de doze pessoas. Isto permitir-nos-ia supor que o Império Carolíngio contava com cerca de oito ou nove mil funcionários públicos, número que, como se vê, é inferior ao do Império Romano tardio que mantinha, recordemos, numa superfície um terço maior, quinze mil funcionários, dos quais dois mil só em Trier. Em suma, a administração carolíngia, com o pessoal de Aix cujo número não conhecemos, talvez devesse ter igualado a da romanidade tardia. Assim, o atraso político das monarquias bárbaras foi apagado.

Não esqueçamos também que houve outros grandes funcionários. Carlos Magno preservou a instituição merovíngia dos duques, ou criou contagens especiais, chamadas contagens da marca (*Markgraf*, de onde vem marquês). Ele confiou-lhes vários condados localizados em áreas fronteiriças perigosas. Enquanto administravam o seu próprio condado, tinham autoridade civil e militar sobre outros, a fim de responder rapidamente às ameaças de invasão antes que o rei ou imperador tivesse tempo de ser avisado. As marcas mais importantes foram as da Hispânia e da Bretanha, bem como as que se estabeleceram contra os dinamarqueses, os Wends e os Avars. Em suma, cada marquês era o chefe da administração do território que lhe fora concedido. Lá ele representou a autoridade real. Não é de surpreender que na Alemanha, já em 891, Poppon tenha sido feito marquês por Arnulf, assim como Liutpold, na Baviera, em 898, e que eles sempre tenham sido considerados oficiais fiéis pelo rei, enquanto no oeste da França, Robert, marquês da Nêustria em 893, ou Ricardo, marquês da Borgonha, eles só faziam o que queriam. A administração imperial, com o conde, não era apenas romana em espírito, era também germânica em essência com esta concepção muito descentralizada dos poderes civis e militares.

Esta imbricação das marcas nos reinos e dos reinos no Império foi consolidada com a criação da *missi dominici*. Estes enviados especiais do soberano, já documentados na era

merovíngia, foram sistematizados por Carlos Magno a partir de 775, e especialmente a partir de 802, quando a sua tarefa de fiscalização foi cuidadosamente delimitada. Circulavam em grupos de dois, três e muitas vezes mais, e geralmente havia pelo menos um conde e um bispo. Asseguraram a publicação do capitular, presidiram a corte no lugar do conde, indagaram sobre os abusos de poder deste último, impuseram sanções e depois apresentaram o seu relatório ao imperador. Escolhidos entre os membros das grandes famílias para não serem tentados pelo peculato ou pela venalidade, eram também plenamente alimentados e transportados à custa do antigo *cursus publicus romano*, com a ajuda de cartas de requisição. Alguns estavam encarregados de missões *ad hoc* : inspecionar os domínios reais de uma região, indagar sobre esta ou aquela contagem. Mas à maioria deles foram confiados territórios chamados *missatica*. Esses territórios onde os *missi* eram nomeados regularmente todos os anos correspondiam, em 802, ao norte da França e à Borgonha. Em 827, chegaram ao Reno, ao Loire e ao Ródano. Consequentemente, esta instituição centralizadora não entrou real e continuamente na Aquitânia, na Provença, na Itália e na Germânia. Há assim provas de que o governo de Carlos Magno e dos seus sucessores só foi verdadeiramente eficaz no norte da Gália, onde as bases do seu poder económico estavam precisamente localizadas. O respeito pela autonomia dos reinos era um meio de integrá-los no longo prazo, meio que mais tarde foi utilizado novamente pelos Capetianos com a técnica do "apanágio". Em qualquer caso, as *missi dominici* foram tão eficazes que, sob o reinado de Carlos, o Calvo, os grandes exigiram que lhes fosse dada a posse da *missatica* onde intervieram. Seja como for, este enfraquecimento dos *missi dominici* não os impediu de continuar a sua acção nos três reinos. Em 875 ainda existia um na cidade de Cambrai e alguns são mencionados ainda no século x.

En el 802

- Límites del imperio carolingio
- Límites del reino de Aquitania
- Límites de las missaticas



En el 827

- Límites del imperio carolingio
- Límites del reino de Aquitania
- Límites de las missaticas



En el 853

- Límites del imperio carolingio
- Límites del reino de los francos occidentales
- Límites de las missaticas
- Límites del reparto de Verdún



Tente julgar e procurar dinheiro

A actividade essencial destes responsáveis centrais e locais parece ter sido acima de tudo a justiça, mesmo antes do tesouro e do exército. Por outro lado, foi neste campo que Carlos Magno interveio com mais frequência. Seus capítulos incluem inúmeras prescrições para melhorar a justiça administrada pelo tribunal do conde. Suprimiu os *rachimburgi*, homens livres da comunidade da aldeia que aconselhavam em questões jurídicas, e substituiu-os por *scabini* (*échevins*), uma espécie de juízes profissionais permanentes, a uma taxa de sete por *mali*. Os primeiros aparecem por volta de 774 no norte da França. Para compensar e até eliminar provas de "conspiradores" (o acusado era absolvido se um número maior de pessoas do que o acusador jurasse que ele era inocente), ele tentou desenvolver provas de testemunhas ou mesmo provas escritas. Mas as tentativas de eliminar a provação, um teste de origem pagã, destinado a resolver casos duvidosos, não tiveram sucesso. Os acusados continuaram a ser obrigados a andar descalços sobre nove relhas de arado em brasa ou, para os mais ricos, continuou a prática do duelo judicial com a ajuda de um campeão. Quem massacrava o outro foi absolvido, pois a vitória sempre foi considerada uma intervenção divina. Carlos Magno organizou o apelo ao tribunal do palácio através de queixa por falso julgamento. Mas vimos com que rapidez o conde do palácio foi sobrecarregado pelo afluxo de casos. O princípio do sistema judicial carolíngio, com as suas duas distinções, justiça superior (conde) e justiça baixa (vigário, "centenário"), permaneceu intacto durante o resto da Idade Média, mesmo após a sua assunção pelos antigos funcionários. Os homens do conde ou do "centenário" executaram a sentença.

A intervenção dos imperadores foi ainda mais activa no domínio das finanças. Carlos Magno e Luís, o Piedoso, sem esquecer os seus conselheiros, insistiram muito em estabelecer relatos escritos das suas possessões territoriais. O capitular *de Villis*, que ordenava inventários exatos do que os camponeses deveriam fazer nos domínios fiscais, e o famoso *brevium exempla*, espécie de fichas descritivas dos recursos disponíveis em determinado tesouro, ainda estão aí para comprovar o grande esforço de produtividade e conhecimento matemático dos recursos do Império. A tradição romana de cadastros, uma lista de censos ou capitação, foi perpetuada nos "polípticos" eclesiásticos. Os clérigos, imperadores e reis devem ter conhecido, senão sempre o número de homens, pelo menos o número de tesouros e unidades territoriais (mansos) à sua disposição. A prova reside, como vimos, no facto de os peritos que participaram na distribuição de 843 terem em mãos documentos que lhes permitiram fazer uma divisão equitativa das terras públicas. Além disso, os impostos recolhidos em dinheiro por Carlos, o Calvo, para pagar a retirada dos dinamarqueses, nos anos 845, 860-861, 862 e 866, foram recolhidos a uma determinada taxa para cada tipo de manso. Para que as 6.000 libras de prata do *danegeld* de 866 fossem recebidas desta forma, era necessário que o governo central soubesse o número exato de unidades tributáveis. O renascimento da escrita e das cifras permitiu, portanto, aos carolíngios alcançar uma certa eficiência em questões financeiras.

Em ordem de importância, os tesouros, terras públicas cultivadas e não cultivadas, lideravam. Além dos bens familiares, poderiam ser ampliados pela conquista em países

como a Saxónia ou a Itália, pela deserdação, pelo confisco à custa de traidores ou pela condenação judicial. Como estes domínios serviam essencialmente para a manutenção dos reis, para o pagamento dos funcionários e, como veremos, cada vez mais para a remuneração dos serviços dos vassallos, este capital territorial estava constantemente ameaçado de declínio. A guerra também foi essencial para mantê-lo. Noutros casos, como no tempo de Carlos Martel, os reis podiam atacar terras eclesiásticas para distribuí-las entre os nobres, a fim de ganhar a sua lealdade. Luís, o Piedoso, deve ter decidido fazê-lo após as primeiras revoltas. Os seus filhos fizeram o mesmo e no final do século ^{ix} quase todos os grandes domínios reais tinham sido dispersos, enquanto os da Igreja tinham passado para as mãos dos leigos. No entanto, podemos salientar que a maior parte destes tesouros estava localizada na Nêustria e na Austrásia. Precisamente foi aí que foram encontrados os últimos disponíveis para a dinastia. Carlos Magno tinha cerca de duzentos palácios, seiscentos tesouros e duzentas abadias. As demais receitas eram compostas pelo segundo terço das multas judiciais (*freda*), pelas multas por violação do direito de *interdição* (quarenta salários dos sessenta restantes) ou por não ida para o exército (*heriban*). Em seguida vieram os impostos indiretos, os pedágios cobrados nas pontes, nos carros, nos mercados ou nas passagens nas montanhas, a uma alíquota de 10% *ad valorem* . A totalidade foi entregue ao tesouro real, uma vez deduzida a remuneração do agente encarregado da cobrança desses impostos indiretos. Dada a enormidade dos montantes (particularmente os 60 salários), alguns tiveram que pagá-los em espécie, armas, cavalos, escravos, etc. A cunhagem da moeda real proporcionou uma média de doze denários para duzentos e cinquenta e quatro cunhados com uma libra de prata. Os antigos impostos romanos, o censo e a capitação, não tinham desaparecido. Mas, como vimos, seu valor foi então fixado. Este “costume” certamente ainda existia na Aquitânia, na Provença. Itália e algumas outras regiões, já que Carlos Magno ordenou que fosse feito um inventário exato onde ele sobreviveu. Entre as receitas “móveis” mencionamos também as doações, muitas vezes muito importantes, que os nobres tiveram que fazer no Campo de Mayo, e as homenagens prestadas pelos bretões ou pelo duque de Benevento (7.000 salários anuais). E não esqueçamos do saque: foram necessárias quinze carroças para transportar os tesouros que os avarentos acumularam em seu *anel* . Em suma, a guerra e a importância do tesouro mascararam a necessidade de reavivar o antigo sistema fiscal romano, que continuava a declinar, ainda mais quando se tornou um símbolo de servidão.

Em suma, apenas o exército sustentou o poder

A chave do sistema carolíngio estava, portanto, no exército. Teoricamente, sob o direito de *banimento* , todos os homens livres poderiam ser convocados pelo rei no caso de uma invasão geral. Tinham que aparecer armados às suas próprias custas no Campo de Mayo, pois a assembleia dos nobres coincidia frequentemente com a reunião do exército. A mobilização ocorreu em três etapas: ordem de alerta, concentração sob a direção da contagem e por fim encontro no ponto de encontro geral. Durante o reinado de Luís, o Piedoso, para agilizar o processo, cada *patroa* recebia a ordem de alerta e transmitia-a aos interessados, que partiam equipados nas doze horas seguintes em direção à base de partida do exército. As expedições, quase sempre anuais, duravam pelo menos três a quatro meses.

Era necessário providenciar requisições de forragem (*fodrum*), comboios de carroças revestidas de couro (*bastrarnae*) capazes de transportar provisões para três meses e armas e bagagens para seis. Quando o perigo externo era mais localizado, apenas eram convocados os vassalos das grandes famílias nobres, o imperador, os abades, abadessas e bispos. Para os homens livres bastava então o antigo sistema romano, que consistia em solicitar o envio de um único homem para cada quatro mansos à hoste. Os que possuíam menos agruparam-se para alcançar o mesmo número de unidades territoriais e ajudar materialmente uma delas a marchar equipada. Nas fronteiras ou nas marcas o serviço era mais exigente. Todos os homens livres estavam sujeitos a guarda (*wacta*) em torres ou castelos. Unidades especiais, os *scarae* , formadas por guerreiros profissionais, ali se estabilizavam. A disciplina era particularmente severa e a deserção no meio de uma campanha (*herisliz*) era punível com pena de morte. Esses exércitos contavam com numerosos soldados de infantaria armados com lança, escudo, arco e doze flechas. Mas tiveram um papel pouco importante ao lado dos combatentes montados, cuja função era provocar o embate e a vitória final. Ao lado da cavalaria ligeira dos bretões, saxões, austrasianos, gascões e hispânicos, destacou-se a crescente importância da cavalaria pesada. Armados com uma espada longa, um baldric, uma lança e protegidos por um *broigne* ("loriga"), uma pesada capa de couro coberta com placas de ferro, possuíam ou possuíam pelo menos doze mansos. Suas armas geralmente custam entre trinta e seis e quarenta salários, ou seja, o altíssimo preço de vinte vacas. Carlos Magno e Luís, o Piedoso, acima de tudo, usaram habilmente esses combatentes a cavalo blindados. A maior parte das suas operações militares consistia em concentrações de três ou quatro colunas num objectivo preciso ou, inversamente, para operações de pilhagem, na dispersão de um grande exército desdobrado, como os dedos de uma mão, por todo o país para se submeter. Esta estratégia original explica o sucesso dos francos.

O número de soldados também foi um elemento considerável de sucesso. Em 811, por exemplo, quatro exércitos puderam operar simultaneamente no Elba, no Danúbio e no Ebro, bem como nas fronteiras da Bretanha. Cada um compreendia de seis a dez mil soldados de infantaria, além de dois mil e quinhentos a três mil combatentes a cavalo, oitocentos dos quais eram blindados. Sem mobilização geral, o Império foi capaz de colocar em pé de guerra cerca de cinquenta e dois mil homens, dos quais doze mil eram combatentes montados. Em resumo, estima-se que os imperadores poderiam reunir cem mil infantaria e trinta e cinco mil cavalaria. Mesmo que consideremos estes cálculos excessivamente otimistas, é no entanto verdade que os carolíngios tinham nas mãos um instrumento militar particularmente bem treinado e certamente superior aos sessenta e cinco mil homens verdadeiramente eficazes à disposição do falecido Império Romano Ocidental. Pelo contrário, estamos muito mal informados sobre as frotas de guerra. Em 811, Carlos Magno restaurou o sistema romano de vigilância costeira em Gante, Bolonha e na foz do Gironda e do Ródano, para lutar contra os escandinavos. Cada flotilha tinha tropas embarcadas prontas para partir ao primeiro aviso. Não temos detalhes sobre o seu funcionamento, mas face aos resultados pode-se duvidar da sua utilidade.

O exército carolíngio foi unido sobretudo por outra iniciativa de Carlos Magno: a introdução da vassalagem no Estado. Lembremos a importância das clientelas na ascensão da dinastia. Enquanto esses laços eram de domínio privado e o benefício era uma dívida absolutamente gratuita do senhor ao vassalo, Carlos Magno sistematizou a união do

benefício com o vínculo pessoal. Ele exortou todos os homens livres a obedecerem a um senhor por meio da cerimônia de recomendação. Em troca do serviço militar deste homem, o senhor foi então obrigado a oferecer-lhe não o sustento da casa como no passado, mas o usufruto vitalício de um dos seus próprios bens territoriais. O serviço do vassalo também se tornou causa de lucro. Dessa forma, toda uma hierarquia de subordinados foi criada. O próprio Carlos Magno ligou-se a alguns vassalos reais (*vassi dominici*) a quem dotou ("casou") com terras públicas. Considerando que os bens eclesiásticos lhe pertenciam, uma vez que os protegia concedendo-lhes o benefício da imunidade (ou seja, proibindo qualquer funcionário público, conde ou duque, de ir exercer as suas funções públicas naquelas terras), exigiu que aos bispos e aos abades que, por sua vez, estabeleceram laços pessoais através da encomenda. Isto explica porque estas grandes figuras eclesiásticas apareceram no exército rodeadas pelos seus próprios vassalos. Através desta rede de fidelidades entrelaçadas e centralizadas na sua pessoa, o imperador esperava fazer com que o edifício político assentasse no respeito pela palavra dada, na fé jurada aos evangelhos ou relíquias e, sobretudo, às obrigações mútuas do senhor e do vassalo. e no chamado aos guerreiros. Não é menos evidente que uma dupla contradição minou e até arruinou esta forma pública vital: aquela que opunha um ideal cristão pacífico à obrigação de saquear para viver e resistir, e aquela que, na ausência de meios a serem obedecidos com segurança, forçou o príncipe a cair nas mãos de ambições e clientelas privadas.

Reflexos esmaecidos ao redor do Império

As formações políticas independentes do Império tinham estruturas muito menos completas. Os únicos que chegaram perto deles foram os do reino anglo-saxão. Alfredo era, de certa forma, o Carlos Magno da ilha, muito mais do que Offa. Em 780, este último forneceu ao reino uma forte moeda de prata, o *centavo* , que inspirou a reforma monetária de Carlos Magno. Da mesma forma, inaugurou, contra os celtas de Gales, a técnica de uma poderosa linha de fortificações de terra coroadas por uma paliçada, o *Dique de Offa* , que fechou a península aos seus ataques. O *Tribal Hidage* , uma lista dos *couros* (o equivalente ao manso carolíngio ou ao *bufe germânico*) de toda a Inglaterra, escrita nesta época, demonstra que a monarquia anglo-saxônica era capaz de conhecer o rendimento tributável de cada unidade territorial . Começando com Eigfrith, filho de Offa, consagrado em 796, a união real tornou-se, à imitação dos francos, um meio de consolidar a monarquia. Da mesma forma, a prerrogativa legal do rei foi recolocada em vigor por Alfredo, que publicou um código que reunia algumas leis dos seus antecessores, e que limitava o direito de vingança (*faide*) e reforçava as obrigações devidas aos senhores pelos seus homens. O governo central dos reis anglo-saxões é pouco conhecido, mas a nível local sabemos que o *ealdorman* governou vários condados a nível militar. Em cada condado *havia* um policial real, o *shire-reeve* , que mais tarde se tornou o *xerife* . Duas vezes por ano presidia o tribunal de justiça perante os grandes proprietários rurais, anunciava as decisões reais e recebia os rendimentos e impostos devidos ao rei. Foi o principal agente da reforma militar decidida por Alfredo. Isto criou, como vimos, toda uma rede de cidades fortificadas. Cada um deles teve que ser construído e depois defendido com a ajuda dos habitantes do país. O *xerife* definiu as contribuições de todos com base na sua riqueza. Finalmente, sob o *fyrð* ,

análogo ao exército franco, o rei tinha o direito de convocar todos os saxões para o serviço militar anual. Para obter um exército permanente, preferiu recrutar metade de cada contingente duas vezes por ano, durante três meses. Além disso, para resistir aos dinamarqueses, mandou construir uma frota de guerra, utilizando as técnicas dos marinheiros frísios. Finalmente, também aqui os homens livres foram mais ou menos forçados a assumir a responsabilidade de um senhor territorial (*thane*), também forçado a cumprir obrigações militares.

Em Danelaw ou na Islândia, o elemento dominante continuou a ser a assembleia de homens livres, isto é, guerreiros. Os reis escandinavos eram apenas chefes de guerra sujeitos a estas assembleias. Na Islândia, a assembleia governava tudo: o *Althing* foi assim o primeiro “parlamento” europeu.

À maneira dos reinos irlandeses, a Bretanha, quase sempre independente nos séculos VIII, IX e X, manteve um governo estritamente local. Cada paróquia (*plebe*) era liderada por um nobre de família antiga, o *machtiern* . Tal como na Escócia, residia num domínio onde mantinha a sua corte (*lis*). Lá ele exerceu funções judiciais e cobrou impostos romanos que se tornaram habituais. Por outro lado, não exerceu funções militares como nas ilhas, mas a partir de 830 um bretão da região de Vannes, Nominoé, oficialmente convertido em *missus dominicus* de Luís, o Piedoso, tentou construir um poder central. Em 845, depois de ter derrotado Carlos, o Calvo em Bailon, tornou a Igreja bretã independente criando uma metrópole eclesiástica em Dol. Ele estabeleceu e nomeou condes e *missi dominici* . Seus filhos, Erispoé e Salomão, proclamaram-se reis. Eles viviam cercados por guerreiros fiéis e particulares que os serviam à antiga maneira celta. Mas o seu esforço para imitar a monarquia carolíngia foi interrompido pelas invasões escandinavas, e a Grã-Bretanha continuou de facto a viver sob a liderança dos seus *machtierns* .

Pelo contrário, na Galiza e nas Astúrias, o reino neovisigodo deu continuidade às práticas de governo do reino de Toledo. Nada mudou, nem mesmo o antigo imposto romano, o *tributum* , que continuou a ser cobrado. Apenas a moeda desapareceu, enquanto as necessidades da guerra omnipresente concentraram todos os poderes nas mãos do rei. A monarquia logo se tornou hereditária em vez de eletiva. O príncipe estava rodeado de gardingos que lhe haviam prestado juramento de fidelidade. Todos os homens livres lhe deviam serviço militar. O rei deu-lhes armas ou pagou-lhes concedendo-lhes terras do tesouro (empréstimo). Ele nomeou condes que tinham algozes e merinos sob suas ordens. Eram justiça removível e administrada com base nas leis do Poder Judiciário de Recesvinto. Até a Igreja estava completamente nas mãos do soberano. De 755 a 1037, mais de cem mosteiros foram fundados pelos reis asturianos. Nomearam bispos e até criaram bispados sem intervenção de Roma. Em suma, o isolamento da monarquia e a necessidade contínua de encontrar homens para lutar no *fossatum* , a zona fronteiriça desertificada que a separava do Islão ibérico, fez com que os reis cristãos hispânicos criassem um sistema muito mais centralizado e muito mais obedecido. A nobreza não teve tempo de se estabelecer em suas terras. O clero meditava incessantemente nas inúmeras miniaturas do Apocalipse. Uma sociedade sem classes, sob a liderança de um rei guerreiro liderando soldados camponeses, lutou pela sua sobrevivência.

O regime político do Império Otonida também se assemelhava muito ao de um governo de guerra. Como vimos, ele nada mais fez do que imitar e reutilizar o programa e as estruturas administrativas carolíngias. Otto I, analfabeto até os trinta e cinco anos,

guerreiro e caçador, como Carlos Magno, transferiu o Estado Carolíngio para a Alemanha, progresso indiscutível para uma região que só conhecera o regime carolíngio na sua forma mais pura na Saxônia. Henrique, o Fowler, já havia inaugurado seu reinado com o lema *Renewed regni Francorum*, renascimento do reino dos francos. Tal como Alfredo, ele fortificou sistematicamente as grandes abadias, as grandes cidades rurais e até cidades como Regensburg e Augsburg. Ampliando o sistema dos que contribuíram e dos que partiram (um guerreiro para quatro mansos), prescreveu que de cada nove *milites agrarii* apenas um teria guarnição no centro fortificado; Contudo, as acomodações dos oito restantes foram planejadas para o caso de mobilização geral. Esses guerreiros profissionais, dotados de terras, protegiam a vida dos centros onde se reuniam as cortes, conselhos, mercados, etc. Henrique I. ao mesmo tempo que convocava o campesinato saxão para lutar contra a cavalaria húngara, desenvolveu progressivamente a *armada milites*, ou seja, homens a cavalo e veículos blindados. Por volta de meados do século x, Otão I e Otão II conseguiram reunir, logo a norte dos Alpes, cerca de quinze mil homens, dos quais mais de oito mil estavam a cavalo e blindados. A proporção da infantaria passou assim, em relação à época de Carlos Magno, de três quartos para menos da metade! E isto num território que não representava mais de um terço do império de Carlos Magno. Isto permite-nos supor que as tropas do Império Otonida eram iguais em número às de Carlos Magno, mas que o investimento a favor da cavalaria pesada anunciava uma era diferente, a dos guerreiros profissionais. Destaquemos, por fim, que este exército estava ainda mais ligado ao soberano, pois era composto, tanto pela sua guarda pessoal como pelos seus vassalos, por *ministeriais* ou *Dienstlehen*, ou seja, ex-escravos encarregados do serviço militar e que ocupavam uma mansão. daquele. Aqui reencontramos a tradição germânica primitiva do escriturário de origem servil, tanto mais fiel ao líder da guerra porque lhe devia toda a sua fortuna. A irmandade militar dos tempos antigos ainda servia para reforçar um sistema carolíngio que Carlos Magno queria basear nos laços de homem com homem. Inquestionavelmente, o instrumento militar na Europa Ocidental só progrediu regularmente em número e qualidade, a ponto de ultrapassar os números do final do Império Romano.

BLOQUEAR A SOCIEDADE?

“Carlos Magno foi traído pelos homens”, escreveu Robert Folz com razão. E poderia ter acrescentado: “porque poucos compreenderam as suas intenções e as dos seus sucessores”. Na verdade, de todas as suas construções, apenas a estrutura política falhou totalmente. Os outros, particularmente os da Igreja, os da educação e os da economia, sobreviveram parcialmente. O fracasso político também é incerto, uma vez que o melhor sucessor de Carlos Magno, Otão, conseguiu redescobrir a sua inspiração. O estudo dos mecanismos mentais que levaram à dissociação interna do Império pode esclarecer esta falha. Na verdade, surgiram mal-entendidos e divergências não só em relação à obediência ao rei e ao imperador, mas também em relação às exigências religiosas da Igreja, tanto mais perigosas quanto implicavam a sobrevivência na vida após a morte. As grandes rejeições são a chave para a explicação dos anos desordenados que vão de 850 a 950. O impulso que

não conseguiu ser desencadeado na ordem imperial explodiu então na ordem local, a do feudalismo.

Obediência ao mais próximo

Carlos Magno esperava fortalecer a obediência de todos os seus súditos através do antigo juramento de fidelidade dos cidadãos romanos. As múltiplas modificações do texto, as campanhas explicativas do *missi*, a introdução da cláusula “obedeça como o homem obedece ao seu mestre” demonstram, pelo contrário, o constante fracasso desta prática. A causa da rejeição foi a impressão subjetiva de que o rei não teve escolha senão pedir esta promessa porque era fraco. O juramento de lealdade dos súditos também desapareceu, exceto na Catalunha, por exemplo, onde no século x este tipo de promessa ainda era feito ao conde local.

Mais grave foi, com a união da vassalagem e do benefício, o deslizamento da obrigação de serviço do vínculo pessoal para o vínculo real. Sob a influência da noção sulista de *estipêndio* ("salário") e da noção germânica de que toda doação é definitiva, a ideia de gozo temporário dos frutos de uma terra não foi compreendida. Numa mentalidade primitiva, habituada a presentes e contra-presentes, a iniciativa partia antes de tudo do patrão ou do poderoso. A troca de presentes, fossem aqueles que os nobres davam ao rei em troca de partes do saque, ou as *xenia*, capões e ovos que os camponeses davam em agradecimento pela posse, era um simples meio de reconhecimento mútuo. Basicamente significava que o presente era um dever, não uma graça ou generosidade excepcional. O aspecto social e contratual da doação apagava qualquer impulso do coração e nada tinha a ver com um impulso caritativo, apesar de a Igreja ter tentado dar-lhe este tipo de coloração. O terreno também se tornou gradativamente uma doação definitiva, em função do serviço militar. Devido a este mal-entendido, o soberano e depois o próprio senhor, tornaram-se pedidos de serviço e obediência, quando normalmente deveriam ter sido seus beneficiários naturais. A Igreja tentou fazer do imperador ou rei uma personagem intocável e sagrada, a tal ponto que nunca ocorreu nenhum ataque contra a pessoa real, mas não conseguiu evitar que a sua soberania fosse cada vez mais reduzida. E até contribuiu para isso pedindo, especialmente com Hincmar, que os bispos, quando fossem investidos pelo rei com o bispado e seus bens, não estivessem mais sujeitos ao *immixtio manuum*, isto é, pelas mãos, em à maneira franca, à entrega de si mesmos numa relação de inferior para superior. Certamente esta rejeição foi feita com base no axioma evangélico de que ninguém pode servir a dois senhores, mas em qualquer caso isso enfraqueceu o poder real. Desde então, assistiu-se a um primeiro fenómeno de degradação: o rei só poderia ser obedecido se concedesse favores. Em Coulaines, em 843, foi forçado a prometer não despojar a Igreja dos seus bens para obter benefícios, e não despojar arbitrariamente os grandes povos dos seus cargos (*honras*). Se estas decisões não fossem implementadas, os súbditos poderiam ser considerados desvinculados do seu juramento de fidelidade. O investimento entre obediência e dom foi total. A formulação contratual de iguais para iguais, de tipo romano, afastava todos os meios de pressão do rei, mascarava a rapacidade do grande e limitado poder real através da referência às leis de Deus.

Condenado a dar, o rei distribuiu bens fiscais sem cessar. Depois de 840, de facto, a fidelidade já não reteve um único nobre, nem mesmo depois da cerimónia de comenda, apesar de tão avassaladora. Na verdade, as guerras civis e as múltiplas divisões obscureceram completamente o respeito pelo senhor, rei ou imperador. Na Borgonha, de 806 a 839, os nobres tiveram que confiar seis vezes consecutivas a um novo rei! E isso apenas para obedecer às ordens legais de Luís, o Piedoso. Nestas condições, como podemos praticar a fidelidade para toda a vida? A cada revolta, o vassalo era convocado para a hoste. Quem ele deveria seguir? O filho rebelde, senhor direto, ou o imperador zombado, senhor supremo? Quase automaticamente, o vassalo, e igualmente o vassalo do vassalo, seguia o senhor mais próximo, que poderia tirar diretamente o seu benefício se não obedecesse. Assim, o contrato e o poder direto eliminaram a autoridade suprema através da tela que constituía o senhor interposto entre o rei e o vassalo. Assim, para atrair novamente a lealdade, foi necessária uma nova doação de terras. Carlos, o Calvo, distribuiu aos seus fiéis, em trinta e sete anos, quatro vezes mais terras do que Carlos Magno distribuiu em quarenta e seis anos por todo o império. Carlomano, desde o início do seu reinado, por medo de não ser obedecido, concedeu terras a torto e a direito, antes mesmo de qualquer oposição se manifestar. Assim, no século *x*, uma vez esbanjado o capital das terras públicas e reduzido a alguns domínios da bacia parisiense, os vassalos separaram-se de um rei que nada mais tinha para lhes dar. Eles até começaram a receber benefícios de vários senhores diferentes, a mais recente prova de que fidelidade havia se tornado uma palavra vazia.

Juramentos locais

Mas deve-se notar que estes bens foram concedidos apenas por um período ou para toda a vida, e que se o caso de confisco injusto fosse a partir de então impossível, as recuperações nunca teriam sido proibidas. Agora, já no reinado de Carlos, o Calvo, as honras do conde começaram a ser assimiladas aos seus benefícios. Em 867, quando quis substituir o conde de Bourges, Gérard, e nomear Effroi em seu lugar, este último foi forçado a assumir o condado sob a mira de uma arma. Nisto ele deixou a vida e Gérard preservou o seu concelho como bem patrimonial. No final do século *x*, nenhuma contagem era revogável. No entanto, seus ativos e benefícios fiscais poderiam ter sido recuperados após sua morte. Mas logo esta possibilidade desapareceu. A linhagem do falecido interveio e tentou convencer o rei ou os poderosos de que era apropriado, por razões de interesse bem compreendido, deixar o herdeiro nas mesmas terras. Desde 868, Hincmar considerava normal, para os seus vassalos da igreja de Reims, “deixar benefícios, em vista do serviço militar, aos filhos de pais que bem serviram a Igreja...”. Em 877, Carlos, o Calvo, para o capitular de Quierzy-sur-Oise, que procurava salvaguardar o seu direito à disposição de *honras* e benefícios, afirmou que na sua ausência, durante a sua viagem à Itália, era necessário tolerar os seus filhos sucedeu aos pais, sem prejuízo de no seu regresso terem sido confirmados ou feitas novas nomeações. Foi para confessar que a sucessão hereditária se tornou a norma habitual. Na verdade, isto foi imperceptivelmente estabelecido apesar de alguns contratempos e é compreensível que, no decurso do século *x*, Luís IV e Lotário tenham lutado ferozmente para conquistar a Lotaríngia, onde o fenómeno ainda não tinha aparecido e onde, conseqüentemente, poderiam ter-se reconstituído. seu tesouro. A

conexão pessoal desapareceu. O benefício passou das mãos do proprietário para as do titular. O presente, uma recompensa pela lealdade vitalícia, tornou-se a base de um novo poder político, o senhorio rural. O poder seguiu o mesmo caminho da terra. Tendo passado de império em reino, desceu de rei a príncipe territorial, mais tarde a senhor do castelo.

Assim, o vínculo de fidelidade negativa e o vínculo de atribuição ruíram, pois o primeiro foi absorvido a nível distrital e o segundo tornou-se automático, independentemente do herdeiro. Outros dois sobreviveram. Eram laços de iguais e de sangue. Mas também se voltaram contra o Estado. No entanto, não implicavam uma dependência do nobre em relação ao soberano, como a recomendação. As *conveniae do sul* destinavam-se a estabelecer a paz ou alianças entre famílias nobres, e os reis, exceto em Coulaines em 843, não quiseram utilizá-las devido às condições restritivas que poderiam implicar. Portanto, deram uma vantagem à aristocracia ao inverter os papéis. O mesmo aconteceu com o juramento feito com a mão de *trustis*, fidelidade. Implicava, como vimos, apoio incondicional, na vida e na morte, a qualquer causa. Se esta guarda pessoal fosse privada, como no caso dos nobres constituídos in *convenientes*, mas com duração e intensidade ilimitadas, os *trustis* poderiam tornar-se ainda mais perigosos para o poder público. Por esta razão foi severamente proibido por Carlos Magno. Depois, em Dijon, em 857, Carlos, o Calvo, reiterou, provavelmente em vão, a mesma proibição, pedindo aos *Missi* que tomassem medidas contra os habitantes que se dedicavam à pilhagem, à mutilação, ao assassinato, que organizavam *trustis*, ordenavam ao seu rebanho que pastasse em os prados cercados e devastaram as colheitas. Os escravos também formavam associações deste tipo, autênticos grupos de pressão cuja lei era justamente ter apenas a lei que eles decidissem. Este tipo de agrupamento local era totalmente estranho à noção de bem público. A organização vertical da sociedade foi combatida por ligações horizontais entre os homens livres de um lugar. O Estado Carolíngio baseava-se nessas mentalidades sem sobreposição.

Da mesma forma, ele proibiu as *ghilde* ("guildas") em vão em 778 e 884. Esses grupos de juramento mútuo foram proibidos mesmo quando pretendiam reforçar organizações de ajuda mútua contra naufrágios e incêndios, uma vez que a lei desses "meios" » foi radicalmente estranho ao Estado cristão. A Igreja, em particular, denunciou-os com muita violência e Hincmar explica-nos porque é que estas *conjurações eram perigosas*. Seus membros reuniam-se em banquetes e ali, depois de muitas festas e bebedeiras, faziam juramentos mútuos de ajuda e promessas de apoio financeiro ou físico. Isso resultou em assassinatos ou mesmo em verdadeiras guerras civis. As guildas parecem ter sido numerosas no norte da França. Perpetuaram-se nomeadamente no comércio marítimo, e os notários eclesiásticos continuaram a denunciar o seu apego ao lucro, a dureza de coração e sobretudo a ausência de qualquer tipo de lei nestes grupos de empresários que efectivamente só tinham um objectivo: garantir a sucesso do grupo, não importa o que aconteça. Os *trustis* ou a guilda só tinham um imperativo: a sobrevivência a todo custo. Eram perfeitamente estranhos ao novo mundo que os carolíngios queriam construir e que só podiam rejeitar.

Ainda mais assustador era o vínculo de sangue. Como se recordará, existiram vinganças sagradas nas sociedades germânicas, denominadas *faidas*, que se perpetuaram de geração em geração sem que as composições propostas, como o *Wergeld*, por vezes conseguissem deter esta cadeia de assassinatos, já que a linhagem ferida em sua homenagem poderia rejeitá-los por respeito aos seus mortos. Agora, como a personalidade das leis ainda subsistia, com suas taxas de multas, a paz tinha que ser alcançada com a ajuda de juramentos mútuos de segurança chamados, entre os germânicos, *de treuwa*, da qual deriva a nossa palavra *trégua*. Tudo isto, na maioria dos casos, foi organizado fora das instituições jurídicas e reforçou estruturas horizontais. Se o Estado interveio para acabar com eles, também aí ficou impotente. Na Inglaterra, apesar das intervenções de Alfredo para limitar as rixas, o assassinato do *conde* Uhtred por um nobre chamado Thurbrand desencadeou uma cadeia de assassinatos que só parou em 1073, quando o bisneto de Uhtred, *conde* Waltheof, matou a maioria dos descendentes de Thurbrand em Settring, perto de Iorque. No entanto, a rivalidade poderia ter continuado se Guilherme, o Conquistador, não tivesse executado Waltheof em 1076. Da mesma forma, grandes famílias carolíngias também embarcaram em vinganças sem fim. Carlos Martel teve, com uma concubina bávara da família ducal Swanahilde, um filho chamado Griffon. Ele havia reivindicado, de forma turbulenta e desordenada, uma parte da herança de seu pai. Depois de tentar aliar-se ao duque da Aquitânia, Wifred, e depois ao rei dos lombardos, acabou assassinado em 753. Ao mesmo tempo, a família Eticonida perdeu todas as suas possessões primitivas, expulsa por Pepino, o Breve, em benefício dos Bernardos. Agora os Ethiconids eram aliados dos Welf da Baviera, que descendiam da família ducal, que, com Thasilon, lutou constantemente contra Carlos Magno até 778. Quando Judite se casou com Luís, o Piedoso, a família Welf entrou novamente na linhagem carolíngia. A memória do seu antepassado Griffon, privado da sua herança, e das lutas incansáveis da sua meia-irmã Hiltrudes para que o duque da Baviera o vingasse, foi certamente a causa da sua determinação em obter um reino para o seu filho Carlos, o Calvo. Mas o apoio do "camareiro" Bernardo, de origem carolíngia, foi interpretado como uma traição pelos ethiconidas Hugo e Matfrid, que tentaram destruir Judith por todos os meios. Certamente foi um gigantesco acerto de contas entre duas grandes famílias austrasianas, a dos Pipinidas, que conseguiram tomar o trono, e a dos Eticonidas, despossuídos da Alamânia como o Welf fora da Baviera. Se esta hipótese pudesse ser consolidada, a queda do Império Carolíngio seria apenas o resultado de uma rivalidade sem fim? A linhagem teria destruído a dinastia e reduzido a sua legitimidade a um acidente histórico.

Esta permanência dos antigos laços juramentados ou carnais explica a contradição insolúvel com o programa Aquitânia-Espanhol de Luís, o Piedoso, Bento de Aniane, Agobardo e outros conselheiros eclesiásticos. Dois mundos e duas mentalidades se enfrentavam. Se, por um lado, duas linhagens se lançavam numa luta feroz para manter o poder ou vingar esperanças frustradas, por outro, o arcebispo de Lyon, Agobard, não encontrou nada melhor do que colocar lenha na fogueira com um discurso solene ao grandes. Com total incompreensão da situação, dedicou-se, numa paráfrase blasfematória das Lamentações de Jeremias, a fazer um ataque particularmente misógino à má conduta da imperatriz, que os restantes testemunhos não confirmaram. Ao acreditar que estava defendendo o Império, ele o arruinou ainda mais. Ofereceu armas inesperadas aos adversários de Judite e do imperador, que também não aceitaram seu novo casamento. O

nó de víboras tornara-se inextricável devido à intervenção clerical, e às divisões dos anos 830-840, inscritas nesta torpeza. A faida visceral e a abstração moralizante tiveram o efeito do enxofre na água: uma deflagração instantânea.

A união impossível

Outros exemplos destas rejeições decorrentes de psicologias muito opostas poderiam ser fornecidos. A mudança de pesos e medidas e o lançamento de novos denários colidiram repetidamente com a oposição categórica da população. Era necessário ameaçar aqueles que se opunham às piores punições. A proibição da usura, que, após a capitulação de Nijmegen em 806, afetou todas as transações móveis que envolvessem juros, foi feita em nome de princípios evangélicos. O usurário foi condenado a uma multa de 60 salários. Agora, os mesmos que em nome de Deuteronômio condenaram o empréstimo com juros, por sua vez tornaram-se credores. Os abades, em particular, emprestaram grandes somas, caindo assim sob o peso da proibição. Isto foi benéfico para os camponeses, que, se não foram salvos da ruína, pelo menos da prisão por dívidas, mas foi um obstáculo considerável ao comércio e talvez ainda mais para as almas dos mercadores que se preocupavam com o seu descanso eterno. Ao mesmo tempo, explica por que muitos bispos confiaram a gestão do seu capital a administradores judeus. Assim, o programa esbarrou em tais obstáculos que ou foi pulverizado, como no caso dos pesos e medidas, que variavam consoante a região, ou foi contornado, como aconteceu com a usura, e na melhor das hipóteses adiada na sua aplicação, pois foi em relação ao sistema monetário, que foi mantido.

Resta uma última causa do fracasso político que levou à fragmentação em principados territoriais: a oposição entre os povos, que Jan Dhondt descreveu com o termo "solvente étnico". Pela minha parte, dada a ausência de unidade racial em muitos casos, prefiro o termo particularismo regional. Na verdade, nunca deixaríamos de citar os clichés mentais dos contemporâneos dos séculos ^{ix} e ^x para definir os seus vizinhos. Quando Luís, o Piedoso, desconfiou dos francos no Ocidente, preferiu confiar nos alemães, ou seja, nos saxões, que considerava bons, leais e fiéis. Notker de Saint-Gall também se opôs a este núcleo sólido "os gauleses (isto é, os francos do oeste), os aquitanos, os borgonheses, os hispânicos, os alamanos e os bávaros", que na época de Carlos Magno tinham muito orgulho de poder ostentar o título de "escravos dos francos". Mas esse tempo não durou muito e a unidade não os seduziu, apesar dos apelos do hispânico Agobard para formar um império onde, à maneira do ideal expresso por São Paulo, não houvesse "nem aquitanos, nem lombardos, nem borgonheses", mas "um em todos e todos em Cristo". O "coração de ferro" dos francos foi combatido pela tolice dos welchos, pela leviandade e pela contínua propensão à traição dos romanos. A história das relações com os aquitanos é particularmente reveladora. Carlos Magno muitas vezes temia que o jovem Luís, o Piedoso, se deixasse contaminar pelos costumes insolentes dos seus administradores. Os receios bastante justificados desde que Luís regressou a Aachen, em 814, acompanhado por conselheiros aquitanos que o obrigaram a aplicar um programa excessivamente ousado para a época e demasiado avançado no que diz respeito às mentalidades. Pelo contrário, as famílias francas instaladas por Carlos Magno na Aquitânia deslocaram-se muito rapidamente para sul, seduzidas pelo modo de vida muito opulento e requintado destes romanos. A partir do dia em que os

francos da Lombardia e da Aquitânia adotaram costumes e nomes mediterrânicos e se mudaram para a velha Europa, abandonando a jovem Europa, o exército carolíngio e a concepção de um Império Franco ruíram. Da mesma forma, na direção oposta, no dia em que, pronunciada por Luís, o Piedoso, foi proposta a concepção aquitânia-hispânica de um Império igualitário e uniforme, despertaram-se os sentimentos germânicos e a oposição aos traidores do sul. “Os romanos são estúpidos, os bávaros são sábios”, diz o glossário de Kassel. E o que podemos dizer então dos inassimiláveis bascos ou dos obtusos bretões? “Completamente alheios a qualquer civilização, propensos à raiva, têm costumes incultos e falam jargões estúpidos”, disse Raúl Glaber no início do século ^{xi}. O fosso cultural entre estes diferentes povos foi uma das causas do desmembramento do Império. Isto é demonstrado pelo simples facto de, depois de 930, o rei do oeste de França já não intervir no sul do Loire. Quando, em 987, o conde de Barcelona solicitou ajuda contra o Islão, em nome da antiga solidariedade, ao seu senhor, o novo rei Hugo Capeto, nem sequer se preocupou em mover-se.

Mas poder-se-ia responder que a fragmentação também atingiu o núcleo primitivo do Império, a Nêustria, a Austrásia, o norte da Borgonha, onde a centralização, implementada com a ajuda dos *missi*, nomeados para uma posição fixa, tinha sido particularmente forte. Onde as antigas populações galo-romanas se orgulhavam de se autodenominarem “francas”, a unidade deve ter subsistido. Porém, este não foi o caso, uma vez que a aristocracia ainda respeitava o rei apenas com base nas suas vitórias. A concepção germânica do Estado deslocou-se então para leste, para a Saxónia, onde o carisma da violência reencarnou na linhagem de Widukind, o único líder saxão que soube resistir a Carlos Magno, família representada por Henrique e Otão. Depois, a ideia romana do Estado caiu nas mãos dos aquitanos Girard de Vienne, Géraud d'Aurillac, Gerbert e dos Cluniacs, cujos primeiros abades, como Odo, também eram do sul. O Estado continuava a ser uma propriedade pessoal para os primeiros e um serviço público para os segundos. A união fracassada destas duas grandes mentalidades produziu separações que, no entanto, anunciaram outras disputas, particularmente no século ^{xi}, entre o Papado e o Império.

RENOVAR A IGREJA?

O principal factor de renovação das instituições políticas foi o grupo clerical de intelectuais, autênticos “vereadores de estado”, uma espécie de tecnocratas de um sistema imperial ou real. Em toda parte encontramos a sua influência e o seu desejo de “batizar” as estruturas. Quando os primeiros carolíngios compreenderam perfeitamente que nada podiam fazer sem a Igreja, e se convenceram de que deviam defender e promover a fé cristã, já não era claro, no meio de tal imbricação, quem apoiava quem. Com efeito, as reformas da Igreja, as missões ou os sucessos intelectuais e artísticos devem-se a iniciativas que partiram de ambos os povos.

Misture Igreja e Estado

É evidente que a primeira série de concílios, de 743 a 747, que marcou o fim da primogenitura de Carlos Martel, só poderia ser realizada com a sua autorização. Primeiro,

foi resolvido o problema das propriedades da Igreja que haviam sido transferidas para os vassallos. Diante das necessidades da guerra, os bispos aceitaram essas subtrações temporárias de terras eclesiásticas, com a condição de que o proprietário pagasse um censo de reconhecimento ao abade ou bispo que possuía a propriedade, e que esta devolvesse ao patrimônio eclesiástico por morte do beneficiário. Foi o precário "por ordem do rei". Bonifácio esperava obter em troca a purificação do clero e o restabelecimento dos arcebispados. Mas os príncipes e os leigos estavam demasiado interessados em preservar o seu poder sobre a Igreja para desistirem dele tão cedo. Chrodegang, bispo de Metz (742-766), desenvolveu uma regra para os padres que cercavam cada bispo em sua catedral, os cânones. Inspirada nos costumes de Santo Agostinho, procurou fazê-los viver em comum, no refeitório e no quarto, obrigando-os a frequentar o serviço da catedral e os ofícios monásticos. Mas foi praticamente necessário esperar até o Concílio de Aachen, em 816, para que esta regra se generalizasse e fosse aplicada em todos os capítulos canônicos. Inquestionavelmente, teve como resultado a unificação da vida e da cultura espiritual do alto clero. Esta primeira geração de reformadores foi sucedida por uma segunda, com Angilram, bispo de Metz, e Teodulfo, bispo de Orleans, e uma terceira, durante o reinado de Luís, o Piedoso, onde se destaca acima a ação de Jonas, bispo de Orleans. todos e de Agobard, arcebispo de Fyon.

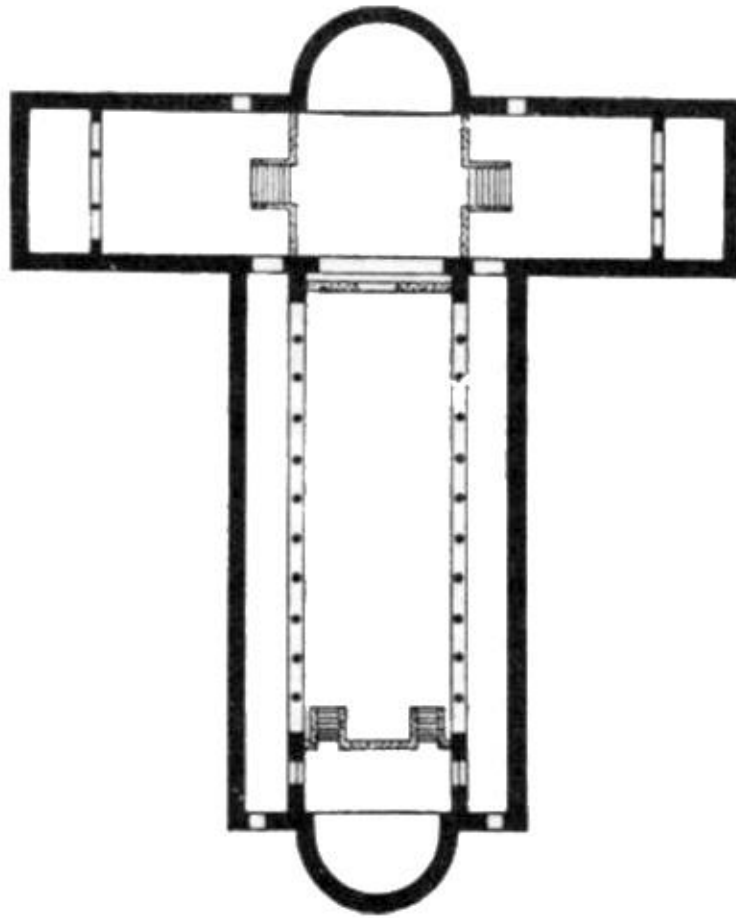
Com Carlos Magno, as relações entre Estado e Igreja foram mais estreitas. E vimos como Carlos Magno tentou dominá-lo. Na verdade, como nos tempos do Império Romano, ninguém poderia entrar no clero sem o seu acordo. Ele nomeou todos os bispos e às vezes até os abades. Para obter um contingente mais importante de vassallos, chegou a colocar um abade leigo ao lado do abade regular. Levou o clero à vassalagem, obrigou os grandes dignitários a irem à hoste com os seus contingentes de vassallos, a participarem na corte da assembleia geral, a supervisionarem os condes nomeando-os *missi dominici*, ou mesmo a fazerem parte da realeza. capela Seus capitulares também legislaram para a Igreja e estão repletos de considerações sobre a moral cristã. Finalmente, Carlos Magno presidiu os concílios.

Esta penetração recíproca da Igreja e do Estado teve vantagens indiscutíveis para o primeiro. O imperador era o protetor normal das terras da Igreja, às quais concedeu o privilégio fiscal de imunidade e proteção contra a *interdição*. Carlos Magno criou o *advocatus* para proteger e exonerar o bispo ou abade imunista de funções que lhe eram proibidas (julgamentos por crimes de sangue, etc.). Este leigo ficou encarregado de exercer, nos territórios imunes, as obrigações do conde. O pessoal administrativo superior estava, portanto, em melhor posição para lidar com a sua função espiritual. Quando, a partir de 814, a reforma episcopal estava quase concluída com a instituição de dezesseis arcebispados no lugar das metrópoles desaparecidas ao norte dos Alpes, as múltiplas funções do bispo poderiam então ser melhor atendidas: visitar paróquias rurais e igrejas privadas pertencentes aos grandes proprietários, ordenar párocos aos escravos emancipados que lhes apresentassem, criar escolas para pré-centros e leitores, fiscalizar os mosteiros, nomear *jorepiscopoi* se o âmbito episcopal fosse demasiado extenso, rezar e defender a fé e, portanto, por último, garantir o serviço da catedral com os cânones. Desde a sua reforma, promulgada em 816, os rendimentos da propriedade episcopal foram divididos em duas partes: a *mensa* episcopal (ou mesa) e a *mensa capitular* (ou mesa dos cânones). A segunda *mensa* foi distribuída em tantas "prebendas" quantos cânones

houvesse. Cada prebenda foi calculada para poder manter e alimentar um cânone por ano. Finalmente, o bispo emitiu legislação sinodal que pretendia regular a situação dos diáconos e sacerdotes.

De facto, o nível exigido para estes últimos foi melhorado, primeiro por exigências precisas relativas à sua instrução: saber escrever e ler, conhecer o símbolo dos apóstolos, o Pai Nosso, o sacramental gregoriano, os exorcismos, o penitencial, o calendário, o canto “romano”, isto é, gregoriano, a *pastoral* de Gregório Magno... em suma, um mínimo estrito de aculturação. Com os seus sermões, o pároco da cidade desempenhou um papel capital na transmissão das iniciativas episcopais e reforçou, através das suas exortações, a obediência ao rei. A estrutura eclesiástica, ali, era muito mais eficaz que a do Estado, porque afetava todos os camponeses da sua sede, de forma estática, enquanto o conde e os seus subordinados só o podiam fazer deslocando-se. Assim, os carolíngios fizeram tudo o que puderam para tornar o padre um personagem mais respeitado e facilitar o seu celibato. Face aos confiscos de terras por precariedade, Carlos Magno aceitou, por capitular de 775, que fosse dada uma indemnização ao clero. Generalizou uma medida delineada pelo concílio de Macón, em 585: o dízimo. Todas as terras, mesmo as do rei, tinham que dar um décimo da sua produção às igrejas rurais. Um quarto desse dízimo foi enviado ao bispado. Finalmente, em 827, Luís, o Piedoso, tornou obrigatório que cada igreja rural possuísse um manso com dois escravos para cultivá-lo e satisfazer as necessidades do padre. Desta forma, toda atividade fora do espiritual poderia ser proibida.

Se a estreita aliança de Carlos Magno com o clero permitiu ao bispo desempenhar um papel brilhante, teve consequências ainda mais importantes para o mundo monástico, cuja variedade era infinita em meados do século ^{viii}. O imperador via no mosteiro um meio ideal de dominação, destinado a iludir bispos recalcitrantes como os da Aquitânia, ou a implantar a fé, especialmente na Alemanha. Privilegia abadias que tivessem missão político-religiosa, como Saint-Denis e Fulda, ou que lhe permitissem ser mais bem obedecidas, como Aniane, fundada em 782, Charroux, na Aquitânia, e Lorsch e Hersfeld, nas margens do Reno e o Fulda. Transformou-as em abadias reais, que, com imunidade, reforçaram a sua estabilidade apesar dos serviços e benefícios devidos ao rei. Na verdade, Carlos Magno desconfiava dos mosteiros onde os homens livres eram presos, porque isso diminuía o seu potencial militar. Não quis a livre eleição do abade e preferiu o sistema do abade leigo que lhe permitia, em troca do usufruto das terras da abadia, obter um maior número de vassalos para a hóstia. Mas, ao exigir tantos serviços de seiscentos ou seiscentos e cinquenta mosteiros do Império, dos quais duzentos estavam sob sua dependência direta, Carlos Magno teve dificuldade em unificá-los porque os mergulhou profundamente no mundo.



Planta da Igreja da Abadia de Fulda.

Em Fulda, criação de São Bonifácio, a igreja abacial foi reconstruída entre 791 e 819. O edifício, de três naves e presbitério hemiciclo, era completado a poente por um importante transepto contínuo, amplamente saliente, sobre o qual se abria um segundo semicircular. abside.

Foi necessária toda a obstinação de Bento de Aniane e de seu protetor imperial Luís, o Piedoso, para conseguir uma reforma geral da ordem monástica. A capitular de 10 de julho de 817 reafirmou a obrigatoriedade da regra de São Bento em cada convento, masculino ou feminino, com a finalidade de dar primazia absoluta ao culto e à oração, em detrimento das funções políticas, evangelizadoras ou culturais. Esta medida permitiu ao mesmo tempo proibir estritamente o hermitismo, considerado gerador de anarquia. Na verdade, esta corrente de piedade individualista foi impedida até ao século x. O trabalho manual voltou a ser obrigatório, a escola monástica foi reservada aos Oblatos e o claustro dos monges foi rigorosamente observado. A reforma foi imposta lentamente e com resistência,

nomeadamente no que diz respeito à livre eleição do abade, o que repeliu os nobres. Também ali, Luís, o Piedoso, lançou as bases do programa gregoriano.

A prova é que Otão acentuou todos os defeitos de uma Igreja cada vez mais sujeita a príncipes e leigos, apesar dos bons recrutamentos que ele e os seus sucessores fizeram. Nomeando bispos e até abades, como Carlos Magno, Otão acabou achando vantajoso ceder os poderes do conde aos seus excelentes servidores dentro de sua cidade episcopal: Speyer, Magdeburgo, Mainz, Coire e Colônia. Aumentou então os poderes do tribunal episcopal nos territórios eclesiásticos que gozavam de imunidade. Mais tarde, ele lhes concedeu a cobrança de pedágios e o direito de cunhar dinheiro para evitar o entesouramento por príncipes seculares. Finalmente, ele deu aos bispos direitos de condado em todo o condado. Esses condes-bispos eram funcionários perfeitos aos olhos do rei da Alemanha. Garantiram a arrecadação de direitos reais em virtude do privilégio da imunidade. Forneceram ao rei o seu contingente militar: mil oitocentos e vinte e dois combatentes a cavalo dos bispados e mil e duzentos dos mosteiros reais, ou seja, um quarto do total! Finalmente, quando estes condes-bispos morreram, sem herdeiros, o bispado e o condado reverteram automaticamente para o rei. Este foi o resultado do sistema carolíngio: o *Kirchensystem*, um clericalismo que integrava a Igreja ao Estado, que não poderia sobreviver sem ele.

Cluny

Por outro lado, onde o desmembramento do Império deixou completamente desarmados os fiéis leigos fiéis à reforma inaugurada por Luís, o Piedoso, a evolução foi diferente. Depois de um tempo de incerteza em que os mosteiros e bispados caíram nas mãos dos leigos, os nobres do sul, marcados pelo ideal de Bento de Aniane, fundaram mosteiros nos quais a eleição do abade era totalmente livre. Girard de Roussillon criou, em 858-859, o mosteiro de Vézelay, que colocou sob a autoridade direta de São Pedro de Roma. Da mesma forma, Géraud d'Aurillac inaugurou, por volta de 871, sob o mesmo regime, o mosteiro de Saint-Clément d'Aurillac, que mais tarde recebeu o seu nome. Finalmente, o duque da Aquitânia, Guilherme, o Piedoso, fundou, em 11 de setembro de 909, o mosteiro de Cluny, com a condição expressa de que as terras fossem propriedade exclusiva de São Pedro de Roma. Assim, a salvo de todas as interferências leigas, Bernon, o primeiro abade, obteve a livre eleição do abade pelos monges e a supressão da jurisdição do ordinário, isto é, do bispo de Macon. Cluny viu os seus privilégios de isenção confirmados pelo Papa João XI. Mas ao conceder o sacerdócio a quase todos os monges, Cluny abandonou a antiga tradição do leigo especialista em oração. Depois, em 951, o abade de Cluny recebeu autorização para colocar sob a sua autoridade todos os mosteiros que reformasse. Os abades Odo (926-942) e Maíeul (954-994) exerceram enorme influência sobre os seus contemporâneos, particularmente o segundo, pelo seu papel ao lado de Otão, o Grande. Este último, porém, nunca aceitou a solução de Cluniac que diminuía o seu potencial militar e administrativo. As iniciativas de Gérard de Brogne, abade do mosteiro com o mesmo nome, que fundou para ser livre no seu alode, e as iniciativas de João de Vandières, restaurador de Gorze, em 993, limitaram-se à Lorena. Assim se revelou a incompatibilidade entre as duas visões da Igreja que Carlos Magno e Luís, o Piedoso tiveram. Por um lado, uma liberdade supervisionada e um Estado superior; para o outro,

independência parcial e um Estado diferente. Por causa disso, seus herdeiros iriam entrar em conflito no século ^x₁.

A exaltação da fé guerreira

Uma oposição idêntica separou Carlos Magno e Luís, o Piedoso, no que diz respeito à missão. Para o primeiro, o ditado ciceroniano “Não há Estado sem justiça”, completado pelo comentário agostiniano “Não há Estado sem Deus”, que ensinava apenas a verdadeira justiça, exigia que não houvesse Estado pagão. Assim, ao impor o seu domínio aos saxões, Carlos Magno trouxe-lhes os benefícios de uma estrutura política autêntica e do Deus verdadeiro. Tudo mantido junto. Com perfeita consciência, ele praticou o batismo forçado com tropas inteiras, ao mesmo tempo que acreditava sinceramente num sacramento eficaz, mesmo sem o consentimento dos interessados. O famoso capitular de 785 apenas propunha o batismo ou a morte como alternativa. Foi necessário que Alcuíno protestasse para que Carlos Magno finalmente aceitasse o recurso à pregação sumária durante 40 dias. Os batismos continuaram a ser coletivos, mas deixaram de ser obrigatórios. Apesar da promulgação de um capitular mais brando, em 795, a percepção rigorosa do dízimo ainda causou revoltas. Demorou trinta e três anos para esmagar definitivamente os saxões. Ainda houve alguns reavivamentos do paganismo em 830 e 842. Ao mesmo tempo, uma nova hierarquia foi fundada. Entre 785 e 787, Willehad fundou o bispado de Bremen; em 802-805, Liudger fundou a de Munster; um saxão, Fiac-humar, o de Paderborn, etc. Durante o reinado de Luís, o Piedoso, mais cinco bispados foram acrescentados. Uma nova metrópole, Hamburgo, criada em 804, tentou abrangê-los, mas foi um fracasso, pois Colônia e Mainz, os outros dois arcebispados, se opuseram a ela. Os mosteiros desempenharam então um grande papel na conversão, particularmente o novo Corbie, Corvey, fundado em 815 por monges da antiga Corbie.

Outro povo pagão foi evangelizado: os ávaros. Após um ataque destes nômadas em 788, a resposta foi lançada numa atmosfera de guerra santa. No dia seguinte à captura do *anel*, todo o exército jejuou e acompanhou as procissões dos clérigos durante três dias! A missão foi confiada a Arn, arcebispo de Salzburgo, que aplicou as modalidades estabelecidas e especificadas por um concílio para evitar os excessos cometidos na Saxônia. Com efeito, tudo correu sem incidentes mas, por outro lado, Carlos Magno, em 804, proibiu formalmente o Frísio Liudger de ir evangelizar a Dinamarca, com a qual estava em guerra. Afirmou-se assim uma concepção primitiva de missão, entendida como instrumento de expansão do Império.

Com Luís, o Piedoso, as motivações foram outras. A vontade de dominação política ocupa um segundo lugar em favor da conversão dentro da civilização circundante. Mas isso também significou que os resultados foram muito mais lentos. Além disso, o medo dos vikings paralisou os missionários durante muito tempo. O desconhecimento da sua vida causou fracassos retumbantes, sobretudo porque não viam por que deviam converter-se à fé dos derrotados e a um Deus que passivamente se deixava crucificar. Em 826-828, Luís, o Piedoso, encarregou Anscariotes de acompanhar um rei dinamarquês, Haroldo, até sua casa. Ele havia sido batizado para obter o apoio político do imperador. Mas ele foi espancado por seus próprios compatriotas. Anteriormente, em resposta à exigência de

sacerdotes dos suecos, Anscario foi enviado a eles em 823. Luís acreditava que os suecos aguardavam o batismo, quando na realidade queriam estabelecer laços comerciais. O missionário foi muito bem recebido em Birka, mas não converteu quase ninguém. Ao retornar quando mal havia sido nomeado arcebispo de uma nova metrópole Hamburgo destinada à criação de uma Igreja Escandinava esta foi incendiada pelos vikings em 845. Aposentado em Bremen tentou em vão manter laços com Birka e morreu sem obter resultados. Tudo foi abandonado.

Na verdade, era preciso resolver o mais urgente: a conversão dos dinamarqueses instalados na Inglaterra desde 888, e na Normandia desde 911. Muitas vezes, aceitavam o batismo para obter o direito ao comércio, e assim vários passaram a recebê-lo. . vezes. A instabilidade destes neófitos foi, portanto, o maior obstáculo. O Cristianismo só foi verdadeiramente estabelecido através dos esforços do Arcebispo de Rouen, Hervé, que novamente utilizou os métodos progressistas e prudentes de Gregório, o Grande. Com os escandinavos o fator decisivo foi a ação dos reis. Quando em 949 o rei da Dinamarca, Gorm, tomou a decisão de converter o seu povo, permitiu ao bispo de Hamburgo, Adalgag, criar três bispados, Slesvig, Ribe e Aarhus. Harald do Dente Azul, seu sucessor, batizou toda a sua guarda pessoal. Contudo, na Noruega e na Suécia a progressão foi mais lenta e no ano 1000 estava longe de terminar, mesmo na Islândia, onde nesse ano o Cristianismo foi aceite como religião oficial pelo *Althing* .

O reino do leste da França logo encontrou, no Elba e ao longo das montanhas da Boêmia e Leitha, as tribos eslavas pagãs. Embora a história desses contatos seja discutida em outro capítulo, é importante ver que a concepção de Carlos Magno reapareceu ali. A partir de 874, o arcebispo de Mainz tentou fazer com que seus missionários cruzassem o Saale para evangelizar os sérvios. Mas a resistência dos eslavos transformou estas tentativas em expedições de guerra, a tal ponto que a germanização e a cristianização andaram de mãos dadas. Logo os Obodritas, os Liutizos, os Sorbios e os Lusacs resistiram ferozmente aos ataques dos marqueses de Otão. Este último, em 937, criou um mosteiro em Magdeburgo, transformou-o em bispado em 955 e depois, em 968, em arcebisado. Esta nova metrópole receberia outros três bispados criados em 947 sob seu controle. Mas não duraram muito. Teoricamente, foi até planeado que Magdeburgo abrangesse todos os eslavos, incluindo os polacos. Mas também ali o arcebispo, após o batismo do Príncipe Miesko em 966, entrou em conflito com o desejo de independência da nova Igreja. Salzburgo sofreu as mesmas dificuldades com o príncipe húngaro Vaík, batizado em 955. Como se pode ver, a concepção carolíngia de uma missão imperial e imperialista envolveu a guerra, o fortalecimento do paganismo, depois a sua repressão violenta e a submissão da Igreja ao Estado. . Por outro lado, a prática de Luís, o Piedoso, e dos seus emuladores, mais romanos e de espírito meridional, levou à criação muito lenta de igrejas locais num cristianismo pluralista.

Esta expansão do cristianismo já havia sido percebida pelos contemporâneos na época de Carlos Magno. Em relação à área romana mediterrânica nasceu um novo espaço geográfico: a Europa. Mas adotou um significado político e religioso que não coincidia exactamente com a noção de Império. Um clérigo irlandês, Catulf, descreveu Carlos Magno como "chefe do reino da Europa". Nithard, neto do imperador, declarou por volta de 840 que "Carlos, chamado por todas as nações de grande imperador, deixou toda a Europa satisfeito com sua bondade". Este conceito de Europa interessava, portanto, a todos os

povos cristãos, latinos e romanos, porque segundo Teodulfo, que falava em língua hispano-visigoda impregnada de fé romana: “É a Igreja de Roma que estabelece a fé romana”. Assim, todo europeu era romano no sentido religioso e não mais político do termo, enquanto um não-europeu era alguém que não falava latim, mas grego. O conflito entre o Papa Nicolau I e o Patriarca Photius, no decurso de um cisma que durou de 863 a 867, é revelador desta primeira rejeição do Oriente cristão em favor de uma Europa cristã. Por outro lado, alguns anos depois, o Papa João VIII não hesitou em assumir o título, outrora atribuído a Carlos Magno, de “reitor da Europa”. Assim se revelou a natureza profunda de uma nova civilização cuja unidade não poderia ser política, mas religiosa.

Alguns limites óbvios

A renovação, isto é, o batismo das populações pagãs, foi bem-sucedida? Também aqui as populações do Império Carolíngio e dos reinos vizinhos comportaram-se como um Israel teimoso, embora os francos se orgulhassem de ser o novo povo escolhido. É difícil listar todas as práticas pagãs que assumiram um aspecto cristão. Voltemos, por exemplo, às guildas e às conspirações. Os banquetes que originaram o grupo eram na verdade ágapes religiosos pagãos. Aconteceram no dia 26 de dezembro, dia de Santo Estêvão, mas na realidade foi um período de doze dias, julho, que começou nessa data para abranger o retorno e a mudança do ano. Durante esse período, quando tudo acabou e tudo começou de novo, os mortos e os vivos entraram em contato e sentaram-se juntos à mesa do banquete. Eram festas, portanto, em que se rompia o tempo histórico, onde a comunhão entre os dois mundos se realizava no decorrer de festas superabundantes, destinadas a excitar a fertilidade dos participantes, e de embriaguez gigantesca em que a intoxicação sagrada colocava os participantes fora de si mesmos, em profunda comunhão com os outros. Como poderia o cumprimento dos juramentos contraídos sob tais auspícios ser recusado depois disso? O medo de irritar os mortos e seus espíritos fez com que os membros da conspiração praticassem atos que pareciam insensatos aos clérigos. Também tentaram em vão cristianizá-los, autorizando-os primeiro fora das igrejas e depois dentro delas. Mas foi ainda pior, porque as igrejas paroquiais tornaram-se então o lugar das verdadeiras bacanais no sentido pagão e moderno do termo. Raoul, arcebispo de Bourges, foi forçado a proibi-los severamente na sua diocese e a responder tentando transformar este local eclesiástico num espaço sagrado.

Compreende-se agora melhor como estes costumes pagãos tiveram impacto nos hábitos mais quotidianos e porque é que os cento e vinte a cento e trinta dias de jejum exigidos pela Igreja tinham como objectivo bloquear hábitos alimentares que causavam sonolência, brutalidade e, pelo menos, ao mesmo tempo, violência instintiva sob efeito do alcoolismo ambiental. O pano de fundo pagão sempre esteve próximo da superfície, por trás de qualquer acontecimento. Por que, por exemplo, em 834, Lotário I fez com que Gerberga, filha do herói Conde Guilherme, fosse afogada em um barril, “à maneira das feiticeiras”? Talvez tenha sido uma provação: se ela tivesse saído viva, teria sido considerada inocente. Isto prova, em qualquer caso, que o imperador, em quem o partido unitarista depositou as suas esperanças, acreditava na existência de bruxas e na sua capacidade de acorrentar alguém (Bernard?) com filtros de amor. As provações estavam

efetivamente tão ancoradas nas mentalidades que Dom Agobardo, embora as denunciasses, encontrou para defendê-las, alguns anos depois dele, outro bispo igualmente culto, mas de origem germânica: Hincmar. Para ele, Deus, que julgou os israelitas com a prova da água que foi a travessia do Mar Vermelho e castigou Sodoma e Gomorra com a do fogo, não podia tolerar ser enganado por uma armadilha vulgar no decurso de uma provação. Uma interpretação fundamentalista das Escrituras veio assim em auxílio de uma mentalidade pagã que foi cristianizada apenas em certas áreas do inconsciente religioso.

Esta penetração imperfeita das novidades cristãs nos espíritos foi facilitada pelos erros de evangelização. O caso mais claro diz respeito à noção pagã do sagrado. Em todos os povos de origem indo-europeia, a sacralidade externa do indivíduo manifesta a sua ambivalência de duas maneiras. Em latim, a palavra *sacer* significa “consagrado aos deuses e manchado com uma mancha indelével, augusta e amaldiçoada”. Está, portanto, bastante próximo da noção de tabu. Por outro lado, *sanctus* designa antes aquele que é protegido de toda profanação pela intervenção divina. Essa dualidade também existia no alto alemão antigo na forma das palavras *weihs* e *hails*. Este último não tinha o significado perigoso do seu homólogo latino. Significava “dotado por um deus com boa sorte, saúde, etc.” Porém, os missionários anglo-saxões escolheram, para traduzir *sanctus*, a palavra *hails* e não *weihs*. Essa confusão entre o sagrado e o santo perpetuou o culto ao chefe guerreiro, sacerdote de sua tribo, dono do sagrado. O significante cristão continuou a ser usado e interpretado com sentido pagão pelos fiéis germânicos. A aculturação do novo sentido cristão não poderia nascer com esta perpetuação do vocabulário primitivo. O chefe guerreiro ou o santo permaneceram personagens cheios de força divina que tiveram que ser atraídos com aclamações (*heii*. vida, saúde, vitória), sacrifícios, cerimônias e orações. Não deveria nos surpreender, então, que a sacralização do chefe guerreiro pudesse ser mantida por muito tempo na Germânia e que permitisse a revivificação do Império na linhagem saxônica e sagrada dos otonidas.

Qualquer presença de algo sagrado fora da pessoa ou “possuído” por um indivíduo incomum tinha que ser exorcizado quando fosse ruim ou capturado quando fosse bom. As práticas mágicas e astrológicas também continuaram a ser realizadas. O concílio dos Leptinos, em 743, proibiu-os a todos num catálogo particularmente revelador... Mas sobreviveram durante muito tempo, como, por exemplo, a técnica que consistia em fazer desaparecer um eclipse da lua, acontecimento que foi particularmente prejudicial à fertilidade das mulheres. Certa tarde, enquanto Radish Maurus (c. 780-856) preparava um sermão em sua abadia em Fulda, surgiu um imenso clamor. «Podia-se ouvir o soar das buzinas como se fosse um chamado à guerra e o grunhido dos porcos; Você podia ver pessoas jogando flechas e dardos em direção à lua, e outros jogando fogo para o céu em todas as direções... Eles alegaram que eu não sei que monstro estava ameaçando a lua e que se eles não ajudassem, seria ser devorado. Por fim, outros quebraram os potes que tinham em casa com o mesmo propósito. Agora, já se passaram mais de cem anos desde que esta abadia foi fundada. Deveria ter irradiado a sua mensagem pelo menos nas proximidades dos seus edifícios! Sob uma cristianização superficial, as duas mentalidades, a velha e a nova, permaneceram estagnadas. A proibição desta cerimônia mágica nem sequer foi percebida.

Da mesma forma, os concílios carolíngios protestaram em vão contra os penitenciais. Carlos Magno tornou obrigatória a presença de um penitencial na biblioteca básica de todo

padre rural. Na verdade, eram muito numerosos e as taxas penitenciais variavam de um para outro. Através da sua classificação dos pecados revelam-nos a importância do perjúrio e do comportamento pagão, mas através da forma como as sentenças de jejum para secar pão e água são comutadas em número de missas ou em moeda, mostram-nos como o antigo conceito de um contrato com a divindade (*do ut des* , dou-te uma penitência para que me dês perdão) foi mantido vivo. A total gratuidade do perdão dos pecados foi ignorada. Os clérigos da época de Luís, o Piedoso, perceberam isso. O concílio de Chalon, em 813, solicitou a supressão dos penitenciais. O de Paris, em 829, decidiu queimá-los. Eles ordenaram um retorno à antiga penitência. Na realidade, os penitenciais, que correspondiam mais a uma religiosidade ainda em fase de retaliação, continuaram a abundar. O único resultado prático foi a coexistência de duas penitências: por um pecado grave, público, penitência pública, e por um pecado grave, confessado secretamente em confissão, penitência avaliada de acordo com o catálogo de penitenciais. Este compromisso levou mais uma vez à separação de duas mentalidades, uma consciente de um deus pessoal mas terrível e a outra persuadida de que o poder sagrado poderia ser dominado através de práticas rituais.

A Igreja, dona do sagrado

Tal resistência resultou então em convencer certos membros do clero de que também a aculturação intelectual só poderia falhar e que era melhor evangelizar a partir desta noção de poder sagrado, usando o medo em vez da esperança e do respeito pela lei escrita. Ninguém foi maior jurista do que Hincmar durante a maior parte de seu episcopado. Mas no final da sua vida teve de confessar que as ideias romanas de contrato, coisa julgada, permanência e universalidade dos princípios jurídicos tinham falhado totalmente e ainda não eram compreendidas. Da mesma forma, por volta de 880, pouco antes de sua morte, escreveu a vida de São Remígio, um “testamento de irracionalidade”. O pedagogo do futuro não seria mais o clérigo intelectual, mas o santo protetor dos medíocres, dos fiéis livres e pobres que ouviam, e ao mesmo tempo o vingador que colocou os poderosos em seu lugar através de seus milagres de punição. Com efeito, o culto aos santos foi o grande recurso desta sociedade em pleno movimento atravessada por oposições e correntes contraditórias.

Basta estudar as compilações de milagres dos grandes santuários religiosos do Império Carolíngio para perceber que as relíquias dos santos haviam “recebido de Deus uma virtude”, no sentido primitivo de poder, capaz de eliminar todos os males e puni-los. . para os ímpios. Nesta força estava a origem do milagre. Foi, de facto, característico ver que os milagres de castigo atingiam nobres e abades, enquanto as curas iam preferencialmente para os “pobres”, no sentido carolíngio do termo. Descobrimos então até que ponto refeições desequilibradas e rações alimentares com mais de 6.000 calorias causavam doenças baseadas na deficiência de vitaminas ou excesso de carboidratos, como polineurite paralisante ou gota. As doenças características do terceiro mundo de hoje, a malária ou o tracoma, causaram estragos. Os deserdados que rastejavam pelo chão das basílicas eram, portanto, homens e mulheres que, através da penitência, esperavam tudo do poder dos santos. Desta forma, a Igreja, com uma primeira cristianização ambígua, deslocou a esfera

pagã do sagrado benéfico ou mau para o mundo da eternidade divina ou santa. Ela se tornou dona do sagrado, e depois se encarregou de purificá-lo, mas desta forma alcançou um povo sofredor que o fez passar do medo dos espíritos malignos à esperança nos santos protetores. O aparecimento das primeiras estátuas-relicários, como as virgens negras, a partir de 946, mostra, apesar de aparecerem aos olhos de intelectuais ainda próximos do ídolo, que a partir de então a bondade materna de Maria introduziu a ideia da encarnação de Deus.

Rumo a uma célula familiar mais compacta?

O fracasso de uma evangelização formalista carolíngia mostrou assim os intrincados caminhos que tinham de ser seguidos para cobrir a lacuna entre o clero e o povo. Noutro campo, desta vez o clero não mediu palavras para fazer triunfar o seu ideal: a indissolubilidade do casamento monogâmico. Na verdade, os costumes sociais de origem pagã, a família alargada e a consanguinidade, ainda eram praticados. Dentro de sua família, a jovem era considerada objeto de troca com outra família, o que dificultava a liberdade de consentimento. Além disso, tanto nas aldeias como nas famílias aristocráticas, os casamentos de endogamia eram muito comuns. De qualquer forma, a velha poligamia germânica ainda sobreviveu, com uma mulher livre na primeira categoria, concubinas livres (*friedlehe*) na segunda categoria e concubinas escravas. Além disso, o repúdio das mulheres pelos homens devido à esterilidade era considerado normal numa sociedade que assumia a fertilidade como prova do favor dos deuses. O imperador Carlos Magno oferece o exemplo mais recente de práticas polígamas, pois é conhecido por ter quatro esposas sucessivas, das quais a primeira foi devolvida, e seis concubinas que lhe deram um total de dezoito filhos conhecidos. Isto não o impediu de apoiar a política eclesiástica que consistia em proibir os casamentos consanguíneos até o sétimo grau e lutar contra os sequestros. A primeira proibição tinha como objetivo deslocar parentescos e linhagens e finalmente pulverizar heranças. Também encontrou forte oposição e em muitos casos não foi observada antes de meados do século ^{xii}. O rapto, no espírito dos contemporâneos, pretendia evitar a oposição dos pais e tornar o casamento definitivo, consumando a união. Isto negou a igualdade dos sexos e a liberdade de consentimento, proclamada por todos os textos conciliares. Com efeito, mesmo aí a vontade dos pais continuou a ser um elemento constitutivo fundamental do casamento. Por fim, no que diz respeito à indissolubilidade, o acontecimento que mais influenciou a era carolíngia foi o divórcio de Lotário II, que tentou em vão validar a sua separação da sua esposa estéril Teutberga para casar com a sua concubina Waldrade, que lhe dera um sucessor. De 850 a 868 o assunto assumiu uma dimensão política maior, uma vez que estava em jogo a Lotaríngia. No entanto, Hincmar e Nicolau I opuseram-se claramente ao divórcio e o reino, sem herdeiro legal, como vimos, foi dividido. Na verdade, esse feito não resolveu nada. Muitos príncipes e aristocratas continuaram a fugir da proibição. Em 887, Carlos, o Gordo, quis separar-se de sua esposa Richegarde, a quem acusou de adultério. Ela não apenas se ofereceu para se justificar, tanto por meio de um duelo judicial quanto pela provação da queima de relhas de arado, mas também para provar que ainda era virgem. Então o imperador alegou ter sofrido impotência e relegou-a a um convento, desrespeitando as leis religiosas. Como podemos

ver, a sociedade carolíngia era um mundo em plena transição, vítima de transformações do capital e de brutais reacções de rejeição. A lei da Igreja interferiu nas antigas tradições, quebrou o conformismo e deu origem a disputas com resultados catastróficos.

O batismo da sociedade carolíngia pela Igreja não foi, portanto, total. Da mesma forma que a noção romana de bem público não podia eliminar completamente a de um Estado propriedade dos vencedores, a Igreja não podia inclinar totalmente as populações para a reunião de um povo de baptizados. A prova é que Hincmar foi o primeiro a definir a Igreja como povo de Deus e que se dispôs a aderir *in extremis* à concepção de uma Igreja dona do sagrado através do culto aos santos. O Cristianismo foi obrigado a comportar-se como cúmplice e adversário do paganismo. Os contemporâneos rejeitaram, portanto, o juramento de fidelidade, a relação do superior com o inferior, as ligações verticais em benefício dos *trustis* e das guildas, pondo fim à vingança ou ao desprezo para com os povos vizinhos, abandonando velhos medos e práticas pagãs, e a indissolubilidade do casamento para mulheres estéreis. Todos estes bloqueios acumulados, estes sucessos parciais e estes conflitos foram a recompensa de uma sociedade que o clero tentava renovar. O investimento intelectual de três gerações de estudiosos carolíngios não foi suficiente para ter sucesso em tal tarefa. É admirável que o empreendimento tenha sido tentado, surpreendendo que o seu programa tenha falhado apenas parcialmente nos aspectos políticos e espirituais, e revelando que tenha escorregado do plano da ordem universal para o da ordem local, pois depois de 950 o encontramos intacto novamente, novamente nas mãos dos Ottonidas, dos Cluniacs e dos primeiros Capetianos, que o usaram para domesticar a violência e o feudalismo.

UM "RENASCIMENTO"

Se há um campo em que ocorreu a unanimidade dos historiadores deste período, é o da renovação sistemática da cultura académica, o da reorganização "de cima" do sector intelectual. O facto de ser uma imitação da Antiguidade, por vezes de nuances locais, sobretudo de uma questão de clérigos, justifica a sua fraca audiência entre o povo; mas foi um dos esforços mais surpreendentes do século ^{ix}. Contudo, corremos o risco de não compreender a sua originalidade e os seus sucessos parciais se não investigarmos profundamente as premissas.

Em busca de uma nova cultura

A crise da escola antiga no século ^{vi} e a da Igreja no século ^{viii} encontraram soluções que resultaram tanto da ruptura com Roma como da continuidade na escolha do património intelectual a transmitir.

Os alemães não foram, de facto, os únicos responsáveis pelo desaparecimento das antigas escolas. Teodorico, em particular, fez tudo o que pôde para mantê-los e proteger os escritores. Justiniano os restaurou e eles praticamente não desapareceram até o último terço do século ^{vi}, ainda mais tarde na África. Na Hispânia e na Gália quase não conseguiram superar o início do século ^{vi}, mas o ensino por preceptor continuou por muito tempo entre as famílias senatoriais. A Península Ibérica e o sul da Gália também permaneceram centros

da cultura romana clássica, inclusive em questões de direito e técnicas utilitárias: topografia, arquitetura, medicina, etc. Mas esta cultura clássica, ainda intacta na Espanha visigótica, no caso de Julián de Toledo por exemplo (falecido em 690), era privilégio de uma elite fechada, voltada exclusivamente para o esteticismo e o mundanismo. Isto só poderia exasperar os monges preocupados com a cultura espiritual e os bispos preocupados com a catequese prática. A violenta crítica monástica ao paganismo das letras antigas, juntamente com as propostas concretas de uma nova cultura cristã feitas por Santo Agostinho, levaram, pouco a pouco, a preferir o sermo *rusticus* (a linguagem simples) ao *sermo scholasticus* (o esteticismo das escolas).) e propor a Bíblia em vez de Virgílio como textos de estudo.

Homens como Cesário de Arles (470-542) e Bento de Núrsia (c. 480-556) rejeitaram voluntariamente a antiga escola para se voltarem para uma cultura espiritual. Na realidade, o estudo da Bíblia exigia um mínimo de conhecimentos literários para compreender as dificuldades do texto e, de facto, a boa literatura antiga foi colocada ao serviço do cristianismo. Os filhos Oblatos oferecidos ao pai abade pelos pais foram educados pelos primeiros monges a partir da memorização do saltério. A regra de São Bento tornou obrigatória a leitura de obras de espiritualidade, cerca de vinte horas semanais. O conhecimento dos Padres do Deserto e da Bíblia tinha que ser suficiente para tudo. E Cesário de Arles foi ainda mais longe, pois queria submeter os clérigos do seu bispado de Arles à disciplina monástica segundo os exemplos agostinianos e de Lérins.

Basicamente, as escolas monásticas e episcopais nasceram antes da sua manifestação oficial. Em 527, o concílio de Toledo, e em 529, o concílio de Vaison-la-Romaine, decidiram que os jovens leitores deveriam ser educados em cada casa episcopal de tal forma que, uma vez bem instruídos, a maioria da idade, se eles escolheram se tornar sacerdotes, eles poderiam ensinar o povo. Parece que queriam mesmo alargar estas escolas às freguesias rurais. Mas eles eram muito raros. Na realidade, só funcionavam os das cidades episcopais e, graças à personalidade dos bispos, ex-senadores que se tornaram professores dos seus jovens padres, estavam muito mais impregnados da cultura clássica do que as escolas monásticas. Apesar de tudo, a falta de clérigos era tão importante que aos poucos as exigências em termos de conhecimentos foram sendo continuamente reduzidas. No século ^{vii}, as necessidades de evangelização, que esgotaram os recursos dos homens versados nas Escrituras, vindos das regiões mediterrânicas, deram lugar a uma autêntica *secura* cultural. Bonifácio denunciou a ignorância de alguns padres, às vezes até o seu analfabetismo ou a sua incapacidade de pronunciar corretamente as fórmulas consagradas em latim. Da mesma forma, enquanto as grandes famílias seculares germânicas já haviam adotado a escrita em testamentos e aceitado uma determinada cultura para fins utilitários, composta por saberes jurídicos e morais, no início do século ^{viii} alguns aristocratas nem sabiam escrever seus nomes.

A renovação surgiu a partir da obra dos grandes pioneiros da cultura cristã, que foi propagada pelos monges celtas e anglo-saxões. Pressentindo o inevitável declínio do grego, Boécio, membro de uma das maiores famílias senatoriais da Itália, traduziu para o latim os principais textos de Aristóteles, a geometria de Euclides e a astronomia de Ptolomeu. Se as suas traduções foram posteriormente indispensáveis para o exercício da lógica, a sua *Consolação da Filosofia*, escrita na prisão, tornou-se uma obra muito apreciada, imbuída de sabedoria estoica. Apesar da fé cristã do autor, esta obra continua a ser o próprio exemplo da cultura moral pagã, desprovida de referências a Cristo e muito distante do que os

monges procuravam. Outro grande oficial de Teodorico, Cassiodoro (480-575), adotou a vida monástica na velhice. No seu mosteiro Vivarium tentou lançar o projeto de uma universidade cristã, mas falhou. Da sua obra permanecem as *Instituições*, um autêntico manual das sete artes liberais (gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, astronomia e música), integradas como ciências seculares dentro de uma cultura sagrada. Outro senador, Gregório Magno, um dos últimos a passar pela antiga escola, converteu-se ao monaquismo por volta de 573. Foi também um grande erudito, apesar dos seus protestos de ignorância. Excelente pedagogo, teve muita influência sobretudo através dos seus *Diálogos*, uma vida de São Bento em perguntas e respostas, e através da *Pastoral*, verdadeiro manual do bispo perfeito ou do bom sacerdote. Seja como for, não rejeitou as “ciências externas” e considerou-as instrumentos para alcançar a compreensão da palavra de Deus e das coisas espirituais. Da mesma forma, Isidoro de Sevilha (c. 570-636) teve formação monástica, mas às suas habilidades como exegeta, moralista e teólogo acrescentou suas qualidades de poeta, epistológrafo, gramático e músico. Compôs uma enorme enciclopédia, a *Etymologiae*, que reúne em vinte livros todo o conhecimento científico da Antiguidade, colocando-o ao serviço da ciência cristã. Isidoro de Sevilha lançou assim as bases de toda a cultura medieval. Seus manuais eram usados em todos os lugares e os *Etymologiae* consultados incessantemente. A nova cultura já estava fundada: era ascética, bíblica, humanística e latina.

Monges, propagadores de uma cultura espiritual

Mas teve que ser prorrogado, apesar da crise. Nestas circunstâncias tornou-se exclusivo dos clérigos e, em primeiro lugar, dos monges. A evangelização da Irlanda resultou na transformação dos celtas em latinistas, tanto mais qualificados porque tiveram que aprender esta língua estrangeira. Receberam toda a nova cultura da Aquitânia e da Hispânia e lançaram-se na exegese e até no esteticismo. Em suma, muito rapidamente, os mosteiros difundiram activamente a cultura, e já vimos como os missionários irlandeses se espalharam por todo o continente. Na Gália e no norte da Itália, as fundações de Columbano tornaram-se, por sua vez, novos centros de cultura, nos quais a escola monástica e o *scriptorium* para cópia de manuscritos eram os centros de uma vida espiritual e intelectual ativa. Aos poucos, em Bobbio, em Luxeuil, em Corbie (fundada em 659) e em Chelles, percebeu-se que o impulso puramente ascético dos irlandeses estava ligado a uma preocupação pela cultura religiosa que se aprofundou graças à influência do beneditino. regra.

Da mesma forma, a evangelização da Inglaterra levou, graças às influências combinadas dos monges irlandeses de Lona, que fundaram Lindisfarne e Whitby, e dos monges romanos que propagaram as catedrais e as escolas monásticas de Canterbury, ao surgimento de numerosos centros de cultura. Os anglo-saxões, com Wilfrid por volta de 653, Benedict Biscop e muitos outros, adotaram então o costume de viajar a Roma para obter os numerosos manuscritos de Cassiodoro preparados no Biotério, sem esquecer as práticas litúrgicas e o modo de canto romano mais tarde denominado canto gregoriano. . Em 664, um monge grego e um monge africano, Teodoro e o abade Adriano, foram enviados à Inglaterra pelo papa. Eles estavam no comando, um da escola catedral de

Canterbury, e outro da escola monástica dos Santos Pedro e Santos. Em Wearmouth e Yarrow, na Nortúmbria, Benedict Biscop trouxe o arquicantor de Latran e mestres construtores "capazes de construir à moda romana". Estas escolas monásticas da Nortúmbria, na confluência das correntes irlandesa e romana, foram o cenário da vida do maior sábio do início da Idade Média, Beda, o Venerável (673-735). Aos sete anos ingressou em Wearmouth, em 685 estabeleceu-se em Yarrow, onde mais tarde lecionou durante quarenta anos sem interrupção. Autor de livros científicos, históricos e exegéticos, escreveu com caneta clara e fácil, longe das obscuridades do esteticismo dos autores irlandeses. Willibrord, que estudou na Erin verde, também ficou marcado por esse gênero, assim como Bonifácio. Mas o sucesso de Beda foi muito maior justamente por sua simplicidade. A partir daí, a literatura insular, com Beda, criou um programa de estudos que englobava claramente a gramática, a poesia e todos os fenômenos naturais, ou seja, um embrião das ciências naturais ou astronómicas. Quando Beda morreu, seu discípulo Egberto recebeu como oblato o jovem Alcuíno, nascido por volta de 730, e transmitiu-lhe este novo programa que havia conferido à Inglaterra uma indiscutível superioridade intelectual. Ora, Alcuíno foi, como veremos, o "mestre" da Europa carolíngia.

O declínio do conhecimento no continente foi, de facto, particularmente claro no início do século ^{viii}, especialmente devido à política de secularização de Pepino e Carlos Martel. Apenas uma elite de monges conseguiu manter um certo nível. Depois, mosteiros como Luxeuil, Corbie, Saint-Denis e, sobretudo, Fleury-sur-Loire entraram em contacto com a Itália. Com efeito, houve um certo despertar cultural em Pavia, Milão, Cividale, Lucca e Benevento, sob a influência do rei Liutprand. Em 715, o futuro Pepino, o Breve, foi enviado à corte de Pavia por seu pai, Carlos Martel. Por volta de 670-672, alguns monges trouxeram para Fleury-sur-Loire as chamadas relíquias de São Bento, que roubaram em Monte Cassino, mas também manuscritos italianos. Durante a primeira metade do século ^{viii}, os mosteiros gauleses situados a norte do Loire reconstituíram significativamente as suas bibliotecas. No entanto, os monges do norte da Gália eram menos educados do que os dos novos mosteiros fundados por missionários na Turíngia, Alemanha e Baviera. Com efeito, os anglo-saxões e os seus emuladores fizeram questão de colocar homens altamente cultos à frente das suas novas fundações: Murbach, Wissemburg, Reichenau, Nieder-Altaich, Kremsmunster, Mondsee e, sobretudo, Fulda, em 744. Por outro lado, em cada caso, as concepções irlandesa e anglo-saxónica competiram ou fundiram-se nas novas escolas.

A abertura da Gália Franca e da Germânia às influências externas preparou uma importante renovação intelectual e artística. Já se sentia que os motivos animais, vegetais ou abstratos que caracterizavam a arte germânica das fivelas de cintos ou das fíbulas tendiam a recuar face ao reaparecimento da escultura em alto relevo, seja no *tempietto* de Cividale ou nas criptas de Jouarre. As páginas de tapeçaria dos manuscritos ilustrados da Nortúmbria, embora puramente abstratas devido à sua prática de descentralização assimétrica, e resplandecentes de cores, não eram menos abertas às influências italianas com a aparência de rostos humanos e cortinas. Da mesma forma, as miniaturas dos manuscritos de Corbie, Luxeuil e Saint-Denis ainda apresentam motivos estilizados e não modelados, mas estão imbuídas de um novo expressionismo. Esta mistura de concepções germânicas e antigas ou bizantinas é ainda melhor percebida na ourivesaria, a arte dos reinos bárbaros por excelência. As coroas votivas oferecidas por Recesvinto e Suintila à

catedral de Toledo, as joias de Monza ou a cruz de Santo Eloy em Saint-Denis demonstram que o gosto romano pela simetria e a atração germânica pelas cores resplandecentes podiam combinar-se bem.

É evidente que graças à obra monástica foram salvaguardados o pensamento antigo e a síntese das expressões artísticas romanas, góticas ou celtas. A Europa deve, portanto, eminente reconhecimento ao punhado de homens que, antes da contribuição oriental do século ^{xi}, preservaram os legados da Antiguidade. Mas é também necessário notar que, privilegiando o objectivo de conversão dentro e fora da Romanidade, os escribas anglo-saxónicos, italianos ou nêustrias eliminaram sistematicamente as formas “inúteis” da cultura antiga, como a lírica, o teatro ou a arquitectura urbana com fins sociais. . Eles preservaram, mas lançaram bases ásperas.

O retorno à ordem carolíngia

A renovação carolíngia, projeto essencialmente cristão, baseava-se na Bíblia e numa cultura humanística que se pretendia universal. Carlos Magno compreendeu a importância dos monges como educadores e professores. Ao atingir a idade adulta, “cultivou as artes liberais e, cheio de veneração por quem as ensinava, cobriu-as de honras. No estudo da gramática, seguiu as lições do diácono Pedro de Pisa, então já idoso. Nas demais disciplinas seu professor foi Alcuíno... o homem mais sábio que havia então. Dedicou muito tempo e trabalho aprendendo retórica, dialética e, acima de tudo, astronomia ao seu lado. Aprendeu cálculo e dedicou-se, com atenção e sagacidade, ao estudo do curso dos astros. Também tentava escrever e tinha o hábito de colocar tabuletas e folhas de pergaminho nas almofadas da cama para aproveitar os momentos de lazer para se exercitar no traçado das letras: mas fê-lo tarde demais e o resultado foi medíocre.

Podemos perceber até que ponto o imperador estava convencido da necessidade de renovar os estudos, já que ele próprio se dedicou a isso. Ele também coletou todas as iniciativas merovíngias neste campo. Na famosa *Admonitio generalis capitular*, de 789, ordenou "que em cada bispado e em cada mosteiro se ensinassem salmos, notas, canto, cálculo, gramática e que se guardassem livros cuidadosamente corrigidos". Nos últimos vinte anos do século ^{viii} foi feito um esforço imenso. Primeiro foi necessário, depois da reforma do clero, passar à reformulação da liturgia. Carlos Magno pediu ao papa, em 774, uma coleção inteira de textos conciliares e decretos pontifícios para codificar a legislação eclesiástica num texto base.

Desencadeou assim o surgimento de um direito da Igreja, que mais tarde, em meados do século ^{ix}, foi reforçado pela coleção denominada *Falsos Decretais*. Em 786, obteve do Papa Paulo I um sacramental gregoriano que lhe permitiu introduzir a liturgia romana e eliminar as liturgias anteriores no Império: galicana, visigótica ou irlandesa. A partir daí surgiu toda uma revolução musical com a invenção da polifonia. Foi o resultado conjunto da criação do neuma, signo que permite indicar a altura de um som em uma partitura, e do tropo, sílaba de um texto localizada sob o neuma. A partir de então, uma composição musical poderia ser preservada por escrito. Assim foram lançadas as bases do contraponto melódico, que durou até o *Tratado sobre Harmonia* de Rameau em 1750.

O aperfeiçoamento dos manuscritos nas oficinas monásticas resultou em outros progressos. Alguns escribas de Corbie desenvolveram, por volta de 770, a partir de uma letra minúscula anglo-saxônica, uma letra minúscula redonda que hoje chamamos de "Carolina". Ainda hoje, pela sua legibilidade, continua a ser, desde a sua reintrodução na impressão no século ^{xv}, sob o nome de "Romano", o carácter básico de todos os tipógrafos. Com esta caligrafia mais clara e agradável, numerosos manuscritos foram copiados novamente. Ao longo do século ^{ix}, os mosteiros e catedrais foram ordenados a criar escolas. O conselho de Mainz em 813 ordenou a criação de escolas rurais para a formação de jovens sacerdotes. Aos poucos, especialmente no norte da Europa, surgiu uma rede escolar. Isto tornou necessário que cada um deles possuísse Bíblias em número sempre significativo. Alcuíno estabeleceu uma, enquanto Teodulfo publicou uma Bíblia crítica estabelecida de acordo com todas as variantes dos manuscritos sobreviventes. Os autores pagãos não ficaram de fora. As bibliotecas monásticas da Inglaterra e do Império estavam então repletas de textos latinos clássicos ou patrísticos. Foram assim escolhidos cerca de oitocentos e cinquenta autores, e muitas edições atuais de obras antigas baseiam-se em manuscritos carolíngios do século ^{ix}. Por outro lado, apesar do influxo para o continente de estudiosos irlandeses expulsos pelos vikings, muito poucas obras gregas foram copiadas ou traduzidas após 840.

Triunfo do pensamento acadêmico

O mais surpreendente é que esta redescoberta do latim clássico ocorreu quando esta língua já não era falada. O concílio de Tours, em 813, ordenou que todos os padres pregassem doravante "na língua rústica românica ou germânica". O francês antigo ou o alto alemão eram, portanto, amplamente difundidos nesta época. Ao mesmo tempo que surgiram os primeiros textos em língua germânica, o catalão começou a diferenciar-se do futuro castelhano. Na Gália, ocorreu uma divisão linguística entre as línguas do norte do Loire, que mais tarde foram chamadas de " línguas *petrolíferas* " (que deveriam ser pronunciadas *oui* , já que é assim que se estabelece em francês), e as mais próximas do latim. , que seria chamado de occitano ou línguas de *oc* . Assim, as línguas europeias aparecem claramente constituídas na época em que o latim iniciava o seu desenvolvimento como língua morta universal. Isto corresponde ao nascimento de uma Europa composta por vários reinos, mas unificada pela mesma cultura cristã. Em cada uma das novas línguas nasceu ao mesmo tempo outra tradição, principalmente guerreira. Na verdade, Carlos Magno ordenou que os poemas épicos germânicos fossem escritos. Infelizmente, nada deles sobreviveu. Circulavam épicos em língua românica, transmitidos oralmente, de geração em geração, como a famosa *Chanson de Roland* . Havia toda uma cultura popular de analfabetos, mas não sobrou nada dela.

Assim, os clérigos detinham quase o monopólio da cultura erudita e letrada. Aprenderam a ler com o saltério, a escrever com a gramática e a escrever bem com a ajuda da retórica. As demais disciplinas do *trivium* (gramática, retórica e dialética) e do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música) eram pouco ou nada ensinadas. Mas isso foi suficiente para que os escritores que pegaram na pena avançassem de geração em geração, mesmo que fossem todos homens da Igreja. As obras pedagógicas de Alcuíno, a

História dos Lombardos de Paulo Diácono, os poemas de Teodulfo e os *Anuários* escritos nos mosteiros eram obras de clérigos. O único leigo de sua geração que escreveu, Eginard, deixou uma biografia clássica de Carlos Magno, certamente repleta de reviravoltas estilísticas emprestadas de Suetônio, mas de grande valor histórico. Na segunda geração, durante o reinado de Luís, o Piedoso, os frutos deste renascimento intelectual tornaram-se mais originais. As obras de reflexão política de Jonas de Orleans, Agobardo ou Adalardo, os poemas religiosos de Walafrid Strabon ou Sedulio Scotus, as cartas bem escritas de Loup, abade de Ferrières, mostram maior maturidade e um bom domínio do humanismo antigo. A *História dos Filhos de Luís, o Piedoso, de Nithard*, é a obra histórica de um leigo preocupado com a autenticidade e a precisão. Por exemplo, optou por inserir em seu texto um documento contemporâneo de capital importância: os Juramentos de Estrasburgo, de 842. O progresso foi tal que a destruição de bibliotecas pelos vikings não atrapalhou em nada esse renascimento.

Escritura semiuncial

alshuiparlongit Epouis quuram fofaum yob

Escritura llamada de Luxeuil, siglos VII-VIII

pæter agustini ad que ueniam. non effice
er. quamquam ego in ueniam uis peruen. pæ
mouer. Recce ne ansecus gæon Tachimle
boræ g uarum ne hoc quod pæce per poff

Escritura az de Laon, siglo VII

e. b. c. d. e. f. g. h. i. j. k. l. m. n. o. p. q. r. s. t. u. v. w. x. y. z.

Escritura merovingia documental

Siquis que confaruntur &
cleria uoluerit fons ecclesia

Precarolina italiana, siglos VIII-IX

erat regnū eius. Et abstulit filiam suam & de
dit eam demetrio. Et abalienauit se ab alexan
dro & manifeste facte sunt inimicitiae eius,

Carolina minúscula

& socios iudeos. sicgoiterū adieri

Escritura Carolina de la Biblia de Amiens

A terceira geração de estudiosos carolíngios, após 840, constitui o apogeu deste renascimento e supera em muito as anteriores. A teologia renasceu, depois de três séculos de silêncio, com as polémicas que opuseram Radano Maurus, abade de Fulda e mais tarde arcebispo de Mainz, e o monge Gottschalk, acusado de acreditar na predestinação da salvação apenas para alguns fiéis e não para todos. Este distante precursor do Jansenismo foi condenado em 845. Um irlandês, John Scotus Erigena, traduziu os textos de Pseudo-Dionísio, o Areopagita, do original grego e criou a reflexão filosófica cristã com seu *De divisione naturae*, uma grande síntese concluída em 866., de tendência neoplatônica, que parece não ter sido muito compreendida pelos contemporâneos. O pensamento político tornou-se ainda mais preciso com a obra de Hincmar, arcebispo de Reims de 845 a 882, através de suas cartas e de seu *De ordine palatii*. Homem de ação, pastor e jurista, Hincmar deixou uma obra capital para a definição da Igreja, considerada um povo de Deus, que nada tinha de gregoriano. Ele fez de Reims, graças à biblioteca e à escola que desenvolveu, um centro intelectual e histórico, principalmente ao escrever a terceira parte dos chamados *Anuários* de Saint-Bertin. Reims assemelhava-se a Fulda como centro de desenvolvimento do pensamento político e literário que apoiava a monarquia. Por outro lado, no século ^x, Reims foi ilustrada pelo analista Flodoardo, pelo historiador Richer, apaixonado por Salústio, e sobretudo por Gerbert, monge de Aurillac, que, depois de ter estudado na Catalunha, lecionou nas escolas.

Ao mesmo tempo, não devemos esquecer a penetração das reformas escolares carolíngias na Alemanha. Numerosos manuscritos antigos foram copiados novamente em Lorsch, Würzburg, Reichenau e Saint-Gall. Exceto em Fulda, a expansão intelectual ainda não se manifestou no século ^{ix}, porque a aculturação estava apenas na sua primeira geração. Em Saint-Gall, em particular, Notker, o Gago (falecido em 912), autor de uma vida ficcional de Carlos Magno, e Notker, o Focinho (falecido em 1020), o único que fez traduções para o alto alemão de Boécio, Catão, Virgílio, Terêncio e Aristóteles, eram professores famosos. Em Corvey, Widukind (925-1004?) escreveu a *Res gestae saxonicae*, uma obra histórica escrita em latim razoavelmente bom que descreve os grandes eventos da dinastia Ottonida. É muito curioso notar que, após o reinado de Otão I, este renascimento ocorreu primeiro na língua vernácula e depois no latim. O mesmo fenômeno ocorreu na Inglaterra, onde o rei Alfredo teve a Bíblia, a *Pastoral* de Gregório Magno, obras patrísticas traduzidas para o anglo-saxão, especialmente a *História Contra os Pagãos de Paulo Osório* e, sobretudo, a *História Eclesiástica* de Beda. No século ^{xi}, as obras pedagógicas de Aelfric (c. 955-1020), uma gramática latina, e o *Colóquio*, diálogo entre um mestre e um discípulo, de Byrhtferth, o famoso *Enchiridion*, demonstram que os alunos ingleses muitas vezes possuíam um latim melhor do que a dos seus colegas estudantes no continente. Por outro lado, a obra do bispo Liurprand de Cremona (falecido por volta de 970), o *Legado*, uma história apaixonante da sua embaixada em Constantinopla, revela-nos a importância e a qualidade do laicato culto na Itália lombarda. Neste país o problema da língua vernácula não se colocou, uma vez que o latim ainda não se tinha tornado italiano. Mas na Catalunha e nas Astúrias, as guerras sem fim relegaram a cultura para o interior dos claustros, sem surgir nenhum escritor de estatura. Em suma, o renascimento cultural carolíngio nunca enfraqueceu e continuou a enriquecer-se a ponto de permitir uma nova expansão a partir de finais do século ^x.

O renascimento cultural carolíngio foi notável sobretudo no campo artístico, especialmente na arquitetura. Pensemos no número considerável de edifícios religiosos e seculares realizados durante os quarenta e seis anos do reinado de Carlos Magno: duzentos e trinta e dois mosteiros, sete catedrais e sessenta e cinco palácios! O culto às relíquias e a adoção da liturgia romana exigiram novos tipos de igrejas e mosteiros. As soluções foram encontradas nas igrejas merovíngias, ou na basílica Constantiniana de São Pedro, em Roma, ou na autorização do tratado de Vitrúvio sobre arquitetura clássica. Entre as novas fórmulas, vale destacar o surgimento das criptas, uma espécie de construção com abóbada, semienterrada, destinada a conter os restos mortais de um santo, e a ocidentalização das igrejas. Na cabeceira foram acrescentados mausoléus e projetados santuários-tribunos para a celebração da Páscoa no primeiro andar das torres da fachada. Assim nasceram as igrejas de abside dupla: Saint-Gall, cujo famoso plano foi infinitamente imitado; Saint-Denis, Colônia, Fulda ou mesmo as igrejas precedidas por um imponente maciço ocidental (*Westwerk*), uma espécie de transepto coroado por uma torre e duas torres, como em Saint-Riquier, Corvey, Lorsch, Reims, etc. A obra-prima é evidentemente a capela de Aachen, construída de 790 a 796, a partir do oitavo, pelo arquitecto Eudes de Metz. Foi ele quem idealizou, com três séculos de antecedência, o arcobotante interior para sustentar o tambor que sustenta a cúpula. Pela sua planta e simbolismo, lembra os palácios bizantinos, o Santo Sepulcro em Jerusalém e o Batistério de São João de Latrão em Roma ou a igreja de San Vital em Ravena.

Esta arte carolíngia, que queria parecer antiga, alternava mármore colorido e pedra branca esculpida em cubos com longos tijolos, como no portão triunfal de Lorsch. Foi transmitida sem interrupção à Germânia graças ao notável edifício que é a segunda abadia de Corvey, construída de 873 a 885, com o seu famoso *Westwerk*. As primeiras igrejas otônias continuaram a utilizar fórmulas próprias, diversificando-as, por exemplo em Minden (913-952) ou, no oeste da França, em Cluny II (955-981). Se novas igrejas foram construídas por volta de 960-970, estas eram tanto carolíngias quanto românicas. Nada se perdeu nesse sentido também.

As demais artes também acompanharam essa expansão. O interior das igrejas era adornado com mosaicos de fundo dourado, como o que resta em Germigny-des-Prés, ou com frescos que cobriam todas as paredes, como em Saint-Germain de Auxerre ou Saint-Jean de Mustair. A escultura reapareceu em semiplano nos portões, depois em alto relevo nas estátuas. O trabalho em marfim e metais preciosos permitiu a criação de cálices e relicários com decoração sumptuosa destinada a criar uma impressão de poder invulgar. Mas a arte mais realizada foi a do livro. A influência antiga, e particularmente a helenística, fez reaparecer a terceira dimensão nos pomposos manuscritos, escritos em letras douradas ou prateadas sobre fundo roxo da oficina de Aachen. Depois de 814, a dispersão dos artistas pelos centros de Saint-Denis, Tours, Reims e Metz permitiu a manifestação de temperamentos inusitados. Os traços contundentes do autor do *Saltério de Utrecht* ou as atmosferas atormentadas de grande intensidade, como as do miniaturista do *Evangelho de Ebbon*, revelam que a arte figurativa já havia conquistado um lugar de primeira fila, muito à frente dos manuscritos que perpetuaram a tradição pintura abstrata irlandesa em Saint-Bertin ou Saint-Amand. E mesmo aí, os manuscritos otônias pintados em Reichenau, Trier,

Echternach ou Colônia, apesar do hieratismo adotado em Bizâncio, constituem inovações carolíngias. As bases da arte ocidental tinham acabado de ser lançadas: um sentido de linha e volume, jogo de cores, rejeição da arte pela arte e afirmação de uma grandeza divina e humana.

Neste equilíbrio da renovação carolíngia, o político e o religioso, o romano e o cristão, estão, portanto, inextricavelmente misturados. Lideradas por três gerações de clérigos, as dinastias carolíngia e até mesmo otonida basearam as suas construções políticas, religiosas, intelectuais e artísticas no direito secular e no direito religioso. Eles redescobriram o significado romano do Estado, modificando a lei germânica de *proibição* com o apelo à moralidade cristã. Construíram o Império com a expansão de suas terras fiscais e a prática de operações bélicas contínuas. Eles introduziram a vassalagem no Estado. O empirismo de Carlos Magno preparou as medidas mais radicais de Luís, o Piedoso, muito mais favoráveis à Igreja do que seu pai. Este último, protagonista essencial da renovação, foi de facto a única estrutura que deu ao Império, assim como aos restantes reinos europeus, uma alma comum e uma organização comum que teve o mérito de atingir as populações muito mais profundamente do que os agentes . instalações do poder real. Por esta razão, Carlos Magno e Otão fizeram de tudo para subjugar-lá, enquanto Luís, o Piedoso, acreditava que era mais justificado dar-lhe uma certa liberdade. A continuação das missões para além do Império permitiu esta distinção entre Estado e Igreja e o surgimento da noção de Europa. A unidade já não poderia ser alcançada através da uniformidade política, mas através de uma cultura comum. A generalização das escolas monásticas e catedrais e a adoção de uma cultura baseada na Bíblia e no humanismo antigo transformaram os espíritos e fizeram a Germânia entrar definitivamente no concerto europeu. Finalmente, o renascimento artístico, com as suas numerosas construções, incluindo as da Espanha cristã e as da Inglaterra saxónica, demonstra que inovações autênticas foram difundidas a partir de modelos antigos para satisfazer as exigências litúrgicas. O programa de renovação através do batismo foi, portanto, muito real. Carlos Magno e depois Luís, o Piedoso, guiaram-no em direções diferentes. Mas ambos nada mais fizeram do que sistematizar e coordenar as soluções descobertas na época da crise merovíngia. A continuação e expansão das inovações do final do século ^{vii} caracterizaram a evolução social e económica dos homens que tornaram possíveis os renascimentos Carolíngio e Otoniano.

Capítulo 11

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

(séculos VI-IX)

Em diversas ocasiões, os estudiosos carolíngios tentaram refletir sobre a sua sociedade. Depois de terem definido o seu programa e o seu objetivo, consideraram, utilizando um antigo esquema de Santo Agostinho, que três grupos formavam toda a humanidade em marcha para Deus: o clero, os monges e os leigos. O primeiro liderou, o segundo orou e o último, casado, trabalhou segundo a tipologia bíblica de Noé, Daniel e Jó. Podemos ler essas distinções nas obras de Theodulfo, conselheiro de Carlos Magno, e de Rábano Mauro, preceptor de Carlos, o Calvo. Dois leigos também os proclamaram: o imperador Luís, o Piedoso, e o escritor Ermold, o Negro. Este confortável esquema corresponde à realidade do seu tempo? Para começar, é fundamental tentar precisar, mesmo que apenas aproximadamente, o número de homens e a sua evolução neste período. Surgirão então conflitos entre padres e monges, entre poderosos e pobres, entre livres e escravos, em suma, todo um mundo em plena evolução, fluido e difícil de compreender. Este mundo atravessava os primórdios de uma melhoria da produção agrícola e dos métodos agrícolas, de uma renovação urbana, da abertura de novos circuitos comerciais e do desenvolvimento da economia monetária. Tudo isto nos leva a reconsiderar as causas do colapso do Império Carolíngio, com base nas últimas descobertas e em relação aos fracassos e sucessos das monarquias bárbaras.

OS HOMENS

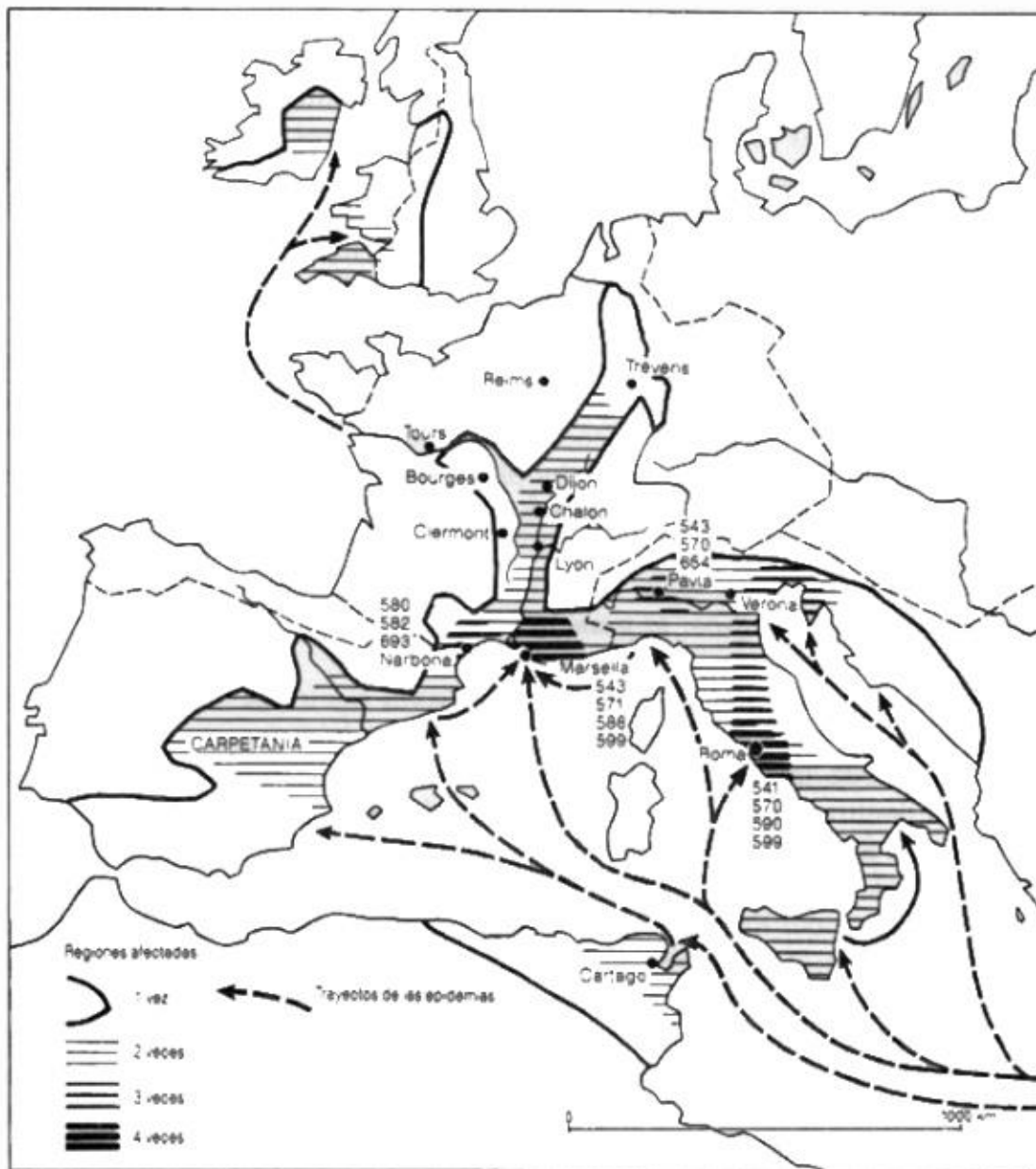
Apesar da ausência de números e documentos precisos, é possível, no entanto, apontar alguns traços gerais da evolução da população durante os primeiros séculos da Idade Média. As guerras e invasões do século ^v, segundo todas as evidências, afetaram gravemente as cidades e o campo, seja pelos massacres na África e na Grã-Bretanha, por exemplo, seja pela sujeição à escravidão, especialmente na Gália e na Itália, ou, por último e sobretudo, pelas fomes que surgiram em quase toda a parte e que numerosos cronistas

relatam na Gália, na Hispânia e na Itália, em 409 e 411. Na Itália, em particular, a de 450 foi descrita como "muito obscena", ao ponto que os pais vendiam seus filhos como escravos para fornecer comida.

Por outro lado, vimos que o pequeno número de invasores não foi suficiente para preencher as lacunas. Talvez apenas a Bretanha Armoricana tenha beneficiado de uma emigração constante de bretões insulares e viu a sua população aumentar para possivelmente atingir trezentos mil habitantes. Mas, fora este caso, a subnutrição deixou a população totalmente indefesa contra uma calamidade vinda do Leste; a peste bubônica, que apareceu já em 442 na Itália, Gália e Hispânia. Este primeiro aviso passou despercebido, mas com as más colheitas no final do reinado de Teodorico e com a chegada de tropas bizantinas em comboios regulares provenientes de Constantinopla, Alexandria e Cartago, o flagelo do Oriente foi brutalmente desencadeado em 542.

Um grande choque demográfico: a peste do século VI

Esta primeira grande praga da história medieval seguiu as mesmas rotas marítimas que a praga de 1348 seguiria mais tarde; Alcançou a Ilíria e a África simultaneamente, e depois todo o leste e sul da Hispânia. Em 543, contaminou a Toscana e a planície do Pó através de Roma, enquanto através de Marselha subiu o Ródano e o Saône; depois desceu a margem esquerda do Reno para parar diante dos portões de Reims e Trier. Em 544 chegou até às costas da Irlanda e do País de Gales. Uma segunda onda eclodiu em 559 em Ístria e Ravenna, em 570 reapareceu em Ostia e Génova, e em 571 em Marselha, desta vez atingindo Auvergne, Berry e Borgonha. Uma terceira onda epidêmica ocorreu em 580-582 e em 588-591. A Hispânia Oriental foi devastada até Toledo; Afectou então a Catalunha, Narbonne e a região de Albi, e novamente Marselha e o Vale do Ródano, excepto Lyon. Retornou de Antioquia para Ravena e Ístria e contaminou a Itália central até Roma. Ao mesmo tempo, a disenteria afetou toda a bacia parisiense. Uma quarta vaga, em 599-600, afetou os mesmos territórios italianos, Marselha e África. Depois a virulência do bacilo pareceu atenuar-se. Em 654, apenas Provença, Lácio e Pavia foram contaminadas. Em 664, um foco anglo-saxão foi desencadeado em direção ao sul da ilha e irradiado para a Nortúmbria, País de Gales e Irlanda. A praga reapareceu em 682-683. Em 694, Narbonensis ainda vivia o reaparecimento da epidemia. Em 746 e 767, a Sicília e o sul da Itália foram finalmente alcançados pela última vez.



Caminhos das epidemias de peste no Ocidente, séculos VI-VIII.

No geral, ao contrário da sua congénere de 1348, a peste "Justiniana" provavelmente causou menos mortes porque penetrou muito pouco no interior do território. O mapa mostra que estava ligado às principais rotas comerciais mais frequentadas, nomeadamente rios, e que não avançava para além dos pontos de troca. Os portos e as cidades tiveram de prestar um pesado tributo à calamidade, que ao mesmo tempo se arraigou

perceptivelmente nas zonas rurais, com excepção da Península Itálica, onde a fome já tinha causado vácuo antes. Na verdade, segundo Procópio, em 538-542 ocorreram cinquenta mil mortes devido à fome no Piceno. Quanto aos duzentos bispados da península, sessenta desapareceram definitivamente; É evidente que a peste acabou com o que a fome havia começado. Não deveria ter sobrado nada na Carpetânia (Canal da Espanha), Auvergne e Itália, onde por volta de 590-591 os gafanhotos caíram em ondas densas. Em suma, com excepção da Aquitânia e da Hispânia Atlântica, todo o antigo mundo romano urbanizado foi devastado pela peste. Esta ruptura demográfica diminuiu a população e beneficiou os berberes, os bascos e os bretões, que começaram então a descer das suas montanhas em direcção às planícies vazias ou a deixar o seu território para se expandir às custas das monarquias visigóticas e francas. Favoreceu, portanto, o declínio da civilização romana, em benefício da barbárie indígena. Nas ilhas afetou muito mais os celtas do que os anglo-saxões e permitiu a estes últimos retomar o seu avanço. Além disso, como quase nunca chegou aos países germanizados ou germânicos, favoreceu especialmente os lombardos, que a partir de 568 entraram numa planície do Pó cuja população foi dizimada e depois infiltraram-se facilmente na península. No decorrer do século VII, grupos tribais eslavos, liderados pelos ávaros, estabeleceram-se ao longo dos cursos de água da costa ocidental do Adriático, no ducado de Benevento "em terras que tinham permanecido desertas até então, tal como os búlgaros". fez na Pentápolis. Em suma, enquanto a península italiana foi diminuída ao longo do século VII e até isolada do resto da Europa sob os golpes dos lombardos, noutros lugares, particularmente ao norte do Loire, na Galiza, Aquitânia, Baviera e Inglaterra, poderia ocorrer recuperação demográfica. Entre o Reno e o Mosela, perto de Koblenz, o cemitério Rübenach-Krefeld mostra como a população local duplicou entre os séculos VI e VII. Demograficamente falando, o centro de gravidade da população deslocou-se da Europa Mediterrânica para o norte da Europa continental, que não foi atingido pela grande peste.

Embora esta disparidade a favor dos países germânicos se acelerasse, especialmente no baixo Mosa e no Reno, as peculiaridades regionais acentuaram-se. A oeste do Escalda, em particular, as populações permaneceram dispersas. No final do século VII, os campos da cidade de Théroutanne ainda estavam vazios quando por eles passaram dois irlandeses, Lugle e Luglien. Da mesma forma, os habitantes da planície do Pó só começaram a aumentar em número depois de 700. Uma das raras regiões do sul que registaram um aumento populacional foram os Pirenéus, Narbonne e Aquitânia. A primeira causa disto foi a perseguição dos judeus pelos reis visigodos, que os fizeram migrar para as planícies do baixo Languedoc. A segunda foi a ocupação muçulmana da Hispânia e as consecutivas arrecadações de impostos. Os cristãos hispano-visigodos refugiaram-se então nas serras cantábricas; depois, após a grande fome de 749-750, nos Pirenéus, nos seus flancos norte, quase nos limites sul das Cévennes e muitas vezes ainda mais longe. Na verdade, esta emigração só cessou após o reinado de Carlos Magno. Da mesma forma, o abandono das cidades romanas do leste hispânico e a fraca ocupação berbere que se seguiu explicam a insuficiente ruralização e o aparecimento da pirataria a partir de pequenos portos no litoral, na ausência de outros recursos. Na encosta pirenaico-basca, do Adour ao Garonne, a rede urbana também desapareceu, provavelmente por falta de população local ou de contribuições externas. Um fenómeno idêntico deve ter ocorrido na costa central da

península italiana. Talvez seja mesmo necessário datar deste período o abandono das planícies irrigadas do Lácio, que então tomaram o nome de pântanos pontinos.

O primeiro impulso de colonização no século VII

Dito isto, onde as investigações mais recentes permitem afirmar que a curva demográfica recuperou, os aspectos especificamente humanos desta recuperação devem ser tidos em consideração para compreender plenamente a sua natureza. Neste sentido, é particularmente revelador o cemitério galo-romano, depois merovíngio, de Frénouville (Calvados), cujos túmulos vão do século I ao século VII. Embora o povoado galo-romano fosse habitado por 250 pessoas, durante os três séculos merovíngios o seu número oscilou entre 1100 e 1400. O número de habitantes aumentou pelo menos cinco vezes! Como a presença dos anglo-saxões é dificilmente discernível e o número de guerreiros não é importante, é quase certo que estes aldeões pacíficos aumentaram em número durante o século VII. Mas isto sempre ocorreu em condições muito próximas das do Terceiro Mundo de hoje. A esperança de vida à nascença era muito baixa, apenas trinta anos, e a mortalidade infantil era muito elevada; quarenta e cinco por cento. Na época merovíngia, a longevidade média era de cerca de quarenta ou cinquenta anos para os homens, mas apenas de trinta a quarenta anos para as mulheres. A natalidade e a mortalidade devem ter sido muito elevadas: quarenta e cinco por mil, em média, em ambos os casos, mas na realidade flutuavam de acordo com incessantes variações recíprocas. Tudo sugere, portanto, uma recuperação demográfica delicada, com ausência de celibatários e casamentos a partir da puberdade. Além disso, esta fragilidade deve ter sido agravada por uma clara consanguinidade, como demonstra a evolução dos diâmetros horizontais dos crânios e alguns defeitos em número superior à média. Todo este aumento demográfico, surgido no século VII, mas de forma muito mais evidente no século VIII, poderia ser posto em perigo pelo menor acontecimento militar ou pela primeira pilhagem.

Esta lenta recuperação após o choque da grande peste justiniana teve, como vimos, consequências na ocupação das terras. Posteriormente, grandes áreas florestais foram desenvolvidas nas terras abandonadas e surgiram então algumas clareiras. Foi o que aconteceu na região entre o Reno, o Mosela e o Eifel, bem como na planície do baixo Pó. Quando as florestas atingiram as planícies da Borgonha, os vales de Auxerrois experimentaram o fenómeno oposto. Arruinadas as cerca de trinta freguesias instaladas nas antigas *villae galo-romanas*, outras foram criadas ao longo do vale do Loing, a partir do século VII, segundo um novo itinerário, e por vezes até a planície florestal foi vista afectada. Mas no final, uma vez recuperado o terreno perdido, o progresso foi fraco. Os resultados das análises de pólen realizadas no centro da Bélgica e nas Ardenas apontam na mesma direcção. A partir do início do século V, as árvores, os fetos e as amoreiras progrediram à custa dos prados e das culturas. Estas últimas reapareceram nos séculos VI e VII, mas por volta do ano 700 houve um forte impulso para as faias e os amieiros. Então os pólenes das plantas cultivadas são novamente numerosos. Aqui, o fim da era merovíngia representaria talvez um retrocesso temporário nas colheitas, ocorrido antes que os Pipinidas, verdadeiros donos daquelas regiões, onde se situaram noventa grandes domínios agrícolas

pertencentes a eles ao longo do Mosa, transformassem definitivamente o país após a sua vitória. em Tertry em 687.

A Inglaterra, após a reocupação de certas terras cultivadas na época romana e o bloqueio da conquista, também conheceu um início de lavoura no decorrer do século ^{viii}. Este novo desenvolvimento da colonização anglo-saxónica a partir de uma antiga imigração seria detectável, segundo alguns historiadores ingleses, graças aos raros topónimos terminados em *Inga* encontrados em Weald, Cambridgeshire e East Anglia. Mas as análises do pólen não conduzem aos mesmos resultados que no continente. Por outro lado, o estudo arqueológico dos *terpenos frísios* mostra que, apesar das transgressões marinhas, Groningen e a Frísia aumentaram regularmente a sua população e que, por falta de espaço para cultivar ou produzir forragens, voltaram-se cada vez mais para o comércio marítimo. O processo foi, portanto, rigorosamente oposto ao das costas do leste hispânico. É um bom exemplo da mudança do equilíbrio em benefício do Norte da Europa. Em resumo, este primeiro impulso populacional e de lavoura é claramente observado na Inglaterra, no norte da Gália e na planície do Pó.

séculos ^v e ^{vi} produziu uma ruptura prejudicial especialmente para a zona urbanizada do Mediterrâneo, depois uma lenta recuperação que começou no século ^{vii} e se acelerou no século ^{viii} nas terras da Europa germânica e germanizada. Mas esta recuperação era ainda demasiado fraca, especialmente para justificar a preeminência australiana ou saxónica.

Desigualdades carolíngias

No século ^{ix}, o paralelismo com a era merovíngia permite captar melhor algumas características da evolução demográfica. Um primeiro facto é óbvio: a ausência de epidemias. A praga havia desaparecido há muito tempo. A fome só apareceu depois de uma enchente ou seca. De 751 a 840, contabilizam-se apenas três fomes, que depois aumentaram com invasões e guerras civis: oito em cinquenta anos. Da mesma forma, na Itália, a fome só reapareceu em 859, 872 e 940, e a praga de gafanhotos o fez na Alemanha em 877. Mas muito frequentemente os autores dos anais descrevem exageradamente a simples escassez como sendo a fome reduzida a tempos difíceis. Em 779, Bento de Aniane suprimiu uma suposta fome distribuindo carne. Inquestionavelmente, o aumento populacional deve ter continuado até meados do século ^{ix}.

Em algumas regiões, um dos factores subjacentes a este aumento foi o afluxo de imigrantes. Os moçárabes, comovidos com a derrota de Saragoça, em 778, e esmagados depois das suas inúteis revoltas em Córdoba, em 850-859, e em Bobastro, em 850-928, adquiriram o hábito de se dirigirem ao reino asturiano, à Catalunha e ao sul do reino da Aquitânia. Lá foram bem recebidos, como testemunham os preceitos de Carlos Magno de 802, renovados por Carlos, o Calvo, em 884. Conseguiram estabelecer-se nas terras desertas da Septimania, e esta emigração durou até finais do século ^{ix}. Da mesma forma, em Inglaterra, a construção de grandes muros de terra, alinhados através de vales e colinas, como o *Dique de Offa*, demonstra que a população tinha sido suficientemente grande para derrubar grandes florestas. Os Frísios, que abandonaram incessantemente os seus *terpenos*, certamente também se viram apertados no seu território. Anglo-saxões e dinamarqueses, do outro lado do Mar do Norte, imitaram as suas técnicas cultivando os pântanos de Wash e

dos *Pântanos* de East Anglia. Finalmente, os movimentos de colonização Viking certamente aumentaram as populações locais de Danelaw e da Normandia. Na Islândia, existiam cerca de vinte mil pessoas, senhores noruegueses e escravos irlandeses misturados, que colonizaram a ilha no final do século IX. A esta evidência de aumento da população local somam-se indicações de interessantes densidades populacionais rurais.

A partir do estudo do políptico da abadia de Saint-Germain-des-Prés, Ferdinand Lot estima que a densidade média destes domínios era na bacia parisiense de vinte e seis a vinte e nove habitantes por quilómetro quadrado. Outros historiadores, que estudaram o políptico de Saint-Bertin (844-859), atribuem a partir destes documentos densidades de trinta e quatro habitantes por quilómetro quadrado ao território situado entre o Yser e as encostas do Artois, de vinte habitantes por quadrado área de quilómetros mais ao norte, novamente doze em torno de Lille e quatro no Vale do Mosela. Da mesma forma, calculou-se que a zona *terpena da Frísia* tinha cerca de 800,20 habitantes por quilómetro quadrado nas argilas marítimas, caindo para quatro nas areias do sul de Drenthe. O estudo do políptico de Saint-Rémi em Reims (feito de 845 a 882) fornece dados idênticos. Uma cidade rural como Viel-Saint-Rémy tinha cinquenta habitantes por quilómetro quadrado; domínios como Villers-le-Tourneur, vinte e quatro; Sault-Saint-Rémi, quarenta e cinco, e Courtisols, quinze. Quando se somam a estes territórios cultivados todas as dependências, a maior parte delas localizadas no meio do *saltus*, evidentemente as densidades caem respectivamente para trinta e sete, treze, vinte e cinco e quinze habitantes por quilómetro quadrado. Em resumo, na Champagne seca, em meados do século IX, é possível avançar uma densidade média de trinta habitantes por quilómetro quadrado em terras cultivadas, e dez em terras não cultivadas. Estas estimativas, que se baseiam em documentos da prática dominical, não podem ser seriamente postas em dúvida, porque os polípticos provavelmente erram mais por omissão do que por excesso na contagem dos camponeses, com a ressalva, é verdade, de que podemos estar seguros da superfície eles cobrem. Demonstram que se registou um progresso indiscutível em relação à Antiguidade Tardia, nas mesmas terras cadastrais, provenientes da herança familiar de Saint-Rémi, desde que foi ultrapassada a cifra do século V de oito trabalhadores agrícolas por quilómetro quadrado e que o índice ideal dos dezesseis braceros fixados pelo agrônomo Columela haviam dobrado! Finalmente revelam a diferença de um a três que separava as zonas *saltus* e *ager*. A população da época carolíngia era, portanto, constituída por uma rede de pequenas aldeias altamente povoadas no meio de grandes territórios mais ou menos incultos.

Como podemos perceber, mais áreas cultivadas que outras atraíram a população. No início do século X, a encosta catalã da serra dos Pirenéus encontrava-se completamente sobrepovoada, com densidades que atingiam, a mais de mil metros de altitude, pelo menos dezoito habitantes por quilómetro quadrado. Da mesma forma, a alta Lombardia e o Piemonte eram mais movimentados do que os Apeninos e a planície do baixo Pó. No final do século IX, a planície de Limagne estava claramente saturada. Em resumo, com base nesta grande irregularidade geográfica da expansão demográfica, especialmente evidente na bacia de Paris, na Picardia, na Flandres, no eixo Mosa e na região de Colónia, não é arriscado propor algumas hipóteses sobre a população total do Império. Para um milhão e duzentos mil quilómetros quadrados, foram propostos cerca de quinze milhões de habitantes. Ferdinand Lot estima quatorze a quinze milhões, mas para a área atual da França. Jan Dhondt, por outro lado, não atribui mais de três milhões ao mesmo território,

setecentos mil na Alemanha e a mesma quantidade na Inglaterra. No entanto, não esqueçamos os dezenove mil funcionários e cinquenta e dois mil soldados com os quais Carlos Magno podia contar. É melhor, portanto, aceitar quinze milhões como um mínimo seguro e talvez assumir um total de dezoito milhões, a uma taxa de dez habitantes por quilómetro quadrado para terras não cultivadas (75 por cento da terra) e trinta para terras cultivadas (25 por cento da terra). Assim, a população do Império Carolíngio seria ligeiramente superior, tendo em conta a sua menor área, à do Império Romano tardio, que era, acredita-se, de vinte e seis milhões.

Tudo isto, mais uma vez, é apenas uma aproximação, tal como a dos demógrafos ingleses que atribuem ao Império Otonida, no século ^x, cerca de dez milhões de habitantes. Em todo o caso, um facto é absolutamente certo: a interrupção deste crescimento demográfico depois de 840, e provavelmente até 950. Estudos sobre o abandono de aldeias mostram que o fim da colonização agrícola no Eifel remonta a meados do século ^{ix}. Até 972, *os ataques* sarracenos certamente esvaziaram a população oriental da Provença. Em 867, nove mil cristãos de Benevento foram levados como escravos, em seis navios muçulmanos, para Trípoli, na África, e Alexandria. Os escravos capturados pelos vikings em seus *ataques* terminaram seus dias na Islândia, na Noruega ou na Dinamarca. Mulheres nuas, amarradas pelos cabelos em fila indiana a carroças húngaras, povoavam as planícies do Danúbio. Ao mesmo tempo, os escravos e o trabalho agrícola fugiram dos Vikings para escapar às suas mãos. Um capitular de Carlos, o Calvo, reconheceu que era melhor para eles se esconderem nas florestas vizinhas. Em 853, um êxodo geral afetou a Nêustria, devido ao saque dos bretões e dinamarqueses. Não esqueçamos também os massacres devidos às guerras civis. Em 841, em Fontenoy-en-Puisaye, vários milhares de soldados teriam caído mortos. Em 923, Rodolfo da Borgonha e Berenguer de Friuli enfrentaram-se na planície do Pó: quinhentos combatentes da cavalaria pesada, membros das maiores famílias, ficaram, segundo nos dizem, no campo de batalha. Flodoardo conta-nos o número preciso de mortes em cada ataque Viking: mil e duzentos normandos mortos no cerco de Clermont-Ferrand em 923, mil e trezentos perto de Étampes em 925, mil e cem em Fauquembergue em 926. Tais perdas certamente pararam o crescimento populacional e o intenso deslocamento da mão de obra agrícola reduziram o cultivo do solo.

Um clero rico e dividido

Num mundo tão diverso como o da Europa cristã dos séculos ^{viii} e ^{ix}, atravessado por este claro despertar demográfico, poderia a sociedade ser classificada, segundo o leito de Procusto da antropologia espiritual, em clérigos, monges e leigos? Sim, na medida em que, precisamente, clérigos e monges se opuseram; Não, na perspectiva sempre presente de uma violência que separava os leigos em dois grupos: aqueles que possuíam segurança material ou política, isto é, os escravos e os nobres, e aqueles que não tinham influência ou protetores, os homens livres e todos aqueles que faziam parte apenas de pequenos grupos. Da mesma forma, a divisão social vigente na Saxônia ou entre os dinamarqueses e os suecos, que se opunha severamente aos nobres (*edhelingi*) que deveriam governar, aos livres (*frilingi*) e aos escravos (*lazzi*) que deveriam obedecer, não o impediu. não correspondia em nada à realidade que se vivia, pois *os estatutos sociais* mudavam muito

rapidamente e ninguém tinha a certeza de manter o seu, quer porque quisesse mudá-lo, quer porque foi expulso.

Vimos a força e o poder do clero. O concílio de Aachen em 816 classificou a sorte das igrejas de acordo com o número de mansos que possuíam. A primeira categoria tinha de três mil a oito mil mansos, a segunda de mil a dois mil, e a terceira agrupava as instituições menores, de duzentos a trezentos mansos. A catedral de Augsburg tinha mil quinhentas e sete mansões, a de Regensburg mil e cem. Por outro lado, mosteiros como Wissemburg, Lorsch e Saint-Gall tinham cerca de quatro mil cada, e Luida tinha até quinze mil! Os monges de Lontenelle (Saint-Wandrille), que se queixavam de terem sido desapropriados pelos carolíngios, eram oficialmente senhores de pelo menos quatro mil mansões. Um “pequeno” mosteiro como o de Saint-Bertin já alcançava, com duzentos e cinquenta e quatro mansos, só para uso dos monges, uma área de mais de dez mil hectares! Alcuíno foi abade de Lerrières, Saint-Loup de Sens, Saint-Josse, Flavigny, Cormery e Saint-Martin de Tours ao mesmo tempo. Ele foi acusado de ser senhor de mais de vinte mil escravos. Além disso, a impressão de uma desproporção entre os bens das catedrais e os dos mosteiros é corroborada pelos diferentes encargos que as primeiras suportavam. Além de prestar serviços de hospitalidade aos viajantes, ajudar os pobres e fornecer escolas para os Oblatos, os monges desempenhavam menos tarefas assistenciais do que os cônegos das catedrais. Todos os serviços criados nos tempos antigos e merovíngios: *xenodoquia*, inscrição dos pobres, direito de asilo, tribunal episcopal, etc., continuaram a recair sobre eles, enquanto as suas propriedades territoriais eram inversamente proporcionais às suas necessidades, especialmente em comparação com as de os monges. É compreensível que nestas condições os bispos carolíngios tenham praticado truques jurídicos prodigiosos para subjugar completamente os mosteiros. O famoso caso dos documentos falsos de Le Mans, onde o bispo tentou em vão colocar Saint-Calais sob a sua autoridade, é revelador da aspereza destes conflitos, dos quais o rei e os nobres muitas vezes aproveitaram para obter um benefício material. Assim, apesar de os bens episcopais estarem no limite da sobrevivência, como demonstra a obstinada atividade epistolar de Hincmar visando a recuperação de suas terras, não houve solidariedade entre seculares e regulares. Por outro lado, vimos como Carlos Magno usou os mosteiros contra os bispados na Aquitânia. O privilégio de isenção obtido por Cluny em 910 foi, em parte, resultado desta luta para escapar do bispo.

Surgimento da aristocracia guerreira desde o século VII

As aristocracias, desconhecidas entre os vencedores mas poderosas entre os derrotados, prevaleceram no início do século VIII. De onde eles vieram? É inútil insistir na manutenção e sobrevivência das grandes famílias senatoriais que, ao monopolizarem os bispados do sul, reduziram o número dos seus membros por falta de numerosos herdeiros, e mantiveram a sua fortuna e até a aumentaram através de alianças fecundas com as famílias reais. No caso dos alemães, o lento desaparecimento das assembleias de homens livres em favor do *officium palatinum* do conselho do rei ou da assembleia dos grandes, mostra que surgiram famílias nobres. No caso dos povos mais arcaicos, lombardos e anglo-saxões, esta nobreza era uma verdadeira aristocracia de sangue. Essas famílias sempre

poderiam aspirar à monarquia, como os *aethelings* em Kent ou os *ealdormen* em outros reinos. Na Lombardia, os duques conseguiram suprimir a monarquia durante dez anos e depois confrontá-la constantemente. Na Hispânia Visigótica e na Gália Merovíngia, a nobreza de sangue era menos importante porque muito rapidamente, graças às "escolas de quadros" que eram as cortes reais, apareceu uma nobreza de função, não mais igual, mas inferior ao rei. Bem recompensados com terras pelos seus senhores, estes nobres tiveram que, tal como os guerreiros e todos os súbditos, prestar um juramento de fidelidade, análogo ao dos antigos legionários romanos. Mas a sua sede de terra e a sua vontade de poder não foram detidas por esta barreira demasiado leve. Chindasvinto e Ebroín decapitaram em vão os principais líderes destas novas linhagens. Na Gália, especialmente, a conjunção de três nobres, galo-romana e borgonhesa na zona mediterrânica, franca no norte, levou à formação de um grupo de pressão que aproveitou a sua lealdade, a partir de 614, com o édito de Clotário. II contra a atribuição automática de funções públicas no município de residência.

Era necessário pagar pelos serviços dos "companheiros" do rei que se tornavam importantes cargos de função. Na Gália, o rei merovíngio era o maior proprietário de terras de toda a Nêustria, do norte da Borgonha e da parte ocidental da Austrásia. Enquanto nas terras hispânicas ou no sul da Gália a distinção entre propriedade e posse permanecia clara, o mesmo não acontecia no caso dos francos, que consideravam cada salário como uma dádiva perpétua e cada cargo como um bem próprio. Tal como os anglo-saxões e os lombardos, conseguiram manter as terras públicas misturadas com presentes reais ou com o saque que tinham recebido. Apenas o rei lombardo bloqueou a meio caminho o processo de desaparecimento do seu tesouro, expandindo-o com as suas conquistas do século VIII. Conseguiu formar sua própria clientela, mas não conseguiu demolir a dos duques. Na Gália Merovíngia, à medida que as terras fiscais passaram para as mãos dos poderosos, estes adquiriram simultaneamente o privilégio de imunidade que os caracterizava. As vantagens destes bens, que estavam isentos de qualquer intervenção dos administradores públicos, fora do controlo dos intendentes reais (*domesti* , ao serviço do "administrador do palácio") e livres de qualquer censo do Estado, foram concedidas juntamente com o terras aos novos proprietários. Aproveitaram a circunstância para subjugar com mais rigor os escravos e colonos, e começaram a roubar ao rei massas importantes da população rural.

Chegou um momento em que o tesouro real era insuficiente para responder às exigências. Por volta de 600, o rei Reccared encontrou uma solução: argumentando que as terras eclesiásticas eram clarificações realizadas em terras públicas e que ele era o protetor da Igreja, atribuiu a um duque uma parte dos bens territoriais de um mosteiro, como salário dos seus militares. funções. Dagoberto imediatamente o imitou, em 630, e colocou em seu tesouro numerosas terras monásticas ou episcopais, para dá-las em usufruto aos seus soldados. Quando surgiram os principados, o método se difundiu e os Pipinidas fizeram o mesmo para salvar seus próprios domínios. Através deste contrato, denominado precaria, as terras da Igreja foram entregues a um grande leigo a pedido (*precária*) do príncipe. Carlos Martel usou-o tão excessivamente que conseguiu ter um grande exército. Mas ao desorganizar completamente as estruturas eclesiásticas ele ganhou o anátema do clero. Como sempre nesta época, a crise do Estado e a crise da Igreja estavam intimamente ligadas, pois os grandes domínios eclesiásticos desde Clóvis tinham o mesmo regime dos

tesouros reais, e isto é melhor compreendido porque os leigos foram colocados à frente dos bispados ou abadias.

Ao mesmo tempo, as insuficiências políticas, a violência privada, as rixas entre linhagens e as exações de certas posições de função levaram-nos a procurar mais avidamente do que nunca a proteção dos poderosos. Nos países do Sul, multiplicaram-se os laços entre homens, sempre baseados na fidelidade, que era um contrato revogável entre iguais, e na manutenção do patrão. Vimos a importância do visigodo *Gardingi* e do lombardo *Gasindi*. Na Hispânia, o rei Ervigius (680-687) admitiu o primeiro no *officium palatinum*, o conselho do rei. Na Itália, os segundos tornaram-se *gastaldos*. Todos foram pagos com terras do tesouro real. Na Gália Merovíngia, onde a relação de superior para inferior entre o senhor e seus vassalos ou entre o rei e seus *antrusões* era mais forçada, porém, a mesma promoção social foi percebida. Eles se misturaram com a alta aristocracia apesar de suas origens humildes. Da mesma forma, os *gesiths anglo-saxões*, que eram guardas pessoais, acessaram o nível de nobreza intermediária, os *thegns*. Assim, surgiram redes de subordinação que formaram vários círculos concêntricos em torno dos reis e dos poderosos. Em troca de uma função doméstica ou privada, ou de um serviço anual ou perpétuo, reis, chefes de guerra e pessoas poderosas, chamadas *optimates* ou *processadores*, concediam aos seus "séquitos" presentes autênticos (*benefício*, do qual surgiu mais tarde o termo benefício). múltiplas formas: manutenção da casa, doação de armas, salários por usufruto de terras em regime de propriedade plena, ou mesmo em regime de propriedade precária, etc.

O "salto em frente" carolíngio

Apesar das suas tentativas de reestruturação do Estado, os carolíngios não conseguiram travar este movimento: além disso, acreditavam que era possível, como foi dito, confiar em atribuições individuais para reforçar a pirâmide social e alargar a sua própria autoridade de nível a nível até atingir o base. A única precaução que tomaram foi essencialmente privilegiar membros de clãs aparentados, ou aqueles que provavelmente fossem aparentados, de sua própria linhagem. Com efeito, só nos surpreende o reduzido número de grandes famílias nobres e as suas contínuas alianças com a família carolíngia, certamente desejadas pelos imperadores, com o objectivo de dominação.

A dinastia nasceu da união de dois patrimônios, o de Begga na Austrásia e o de Ansegisel na região de Metz, onde seu pai, Arnoul, e mais tarde Clodulph, seu irmão, eram bispos. Os grandes mosteiros eram também reservados aos parentes do príncipe, como Adalard e depois Wala, em Corbie, ou a amigos, como Eginardo, biógrafo de Carlos Magno, abade leigo de Selingenstadt, São João Baptista de Pavia, Saint-Servais de Maastricht, Saint-Pierre e Saint-Bavon de Gante. O imperador favoreceu tanto as antigas famílias nobres da Austrásia como as novas, como as da Saxónia, Lombardia, Baviera, Hispânia Visigótica ou Frísia. Uma única família deste último país forneceu, por volta de 804, o bispo de Chálons, Hildegryn, o abade, mais tarde primeiro bispo de Munster, São Liudger, e seu sucessor, tio ou sobrinho, não se sabe, Gerfrid. Tomemos outro exemplo: a família Alamannic dos Ethiconids, donos da Alsácia no final da era Merovíngia. Entre 709 e 746, o neto de Etich, Liutfrid, conquistou os territórios a leste do Reno para Carlos Martel. Durante o tempo de

Carlos Magno e Luís, o Piedoso, Hugo foi conde de Tours. Uma de suas filhas casou-se com o imperador Lotário I, a outra com o conde Conrado, da família Welf, irmão da imperatriz Judite. O terceiro, seu filho Girard, tornou-se conde de Paris, depois de Vienne e finalmente regente do reino da Provença. Matfrid, outro descendente de Etich, foi conde de Orleans e, junto com Hugo, um dos principais oponentes de Luís, o Piedoso. Os seus descendentes monopolizaram o condado de Eifel e a sua filha casou-se com Boson, que, como vimos, proclamou-se rei. Esta linhagem estava em constante luta, como consequência das suas alianças com os Unroch, contra outra grande família australiana, a dos William. Carlos Magno nomeou o primeiro com este nome Conde de Toulouse em 790. Este herói épico, vitorioso sobre os muçulmanos, retirou-se para um convento que fundou em 804. Mas um pouco mais tarde encontramos seu filho Bernardo, marquês de Septimania, mais tarde camareiro de Luís, o Piedoso, denunciado por Hugo e Matfrid como amante da imperatriz. Conspirador ousado e sem escrúpulos, Bernardo acabou condenado por lesa majestade por Carlos, o Calvo, e executado em 844. Seu filho mais velho, Guilherme, também traiu e foi executado em Barcelona, em 850. Seu filho mais novo, Bernard Plantevelue, fez o mesmo, mas recuperou o favor do soberano e tornou-se marquês da Septimania e conde de Auvergne. Finalmente, o neto, Guilherme, o Piedoso, estabeleceu definitivamente a independência do ducado da Aquitânia e fundou o mosteiro de Cluny em 909. Os bens territoriais desta família germânica, "importados" nas regiões mediterrânicas, estendiam-se então da Austrásia até Toulouse. região, passando por Autún, Maçonnais e Auvergne. Da mesma forma, os bens dos Guido e dos Lamberts foram da Bretanha para a Itália.

Todas essas linhagens aliaram-se aos carolíngios, mas assim que saíram da França misturaram-se com as antigas famílias senatoriais e estabeleceram-se com surpreendente rapidez no território onde haviam sido nomeados condes ou marqueses. A "sulista" do William e Bernard foi impressionante. Além disso, estas grandes famílias deveriam ter-se unido para fazer triunfar os seus interesses. Porém, não foi assim. Eles lutaram um contra o outro. A linhagem de origem saxônica de Roberto, o Forte, aliado dos carolíngios, foi introduzida nos condados de Tours e Angers não apenas para combater os vikings, mas também para eliminar os Guido-Lamberts. Também ocorreram disputas semelhantes entre Ramiro II, rei das Astúrias, e Fernán González (923-970), que se rebelou e foi preso em duas ocasiões. No entanto, estes ricos aristocratas eram cultos, como demonstra o testamento de Eberardo, Marquês de Friuli em 865, que distribuiu numerosos livros entre os seus filhos. Paradoxalmente, eles sabiam como deveria ser a sociedade, o que os *Espelhos dos Príncipes lhes ensinavam*, mas fizeram o contrário. Não há nada mais surpreendente do que ler o conselho de fidelidade ao rei que Dhuoda, uma mãe carinhosa, dirigiu ao seu filho Guilherme em 841, já que este morreu decapitado por traição em 850! No entanto, a fidelidade existia. Os condes visigóticos da Catalunha permaneceram leais até 888, data da eleição de Eudes, rei ilegítimo aos seus olhos, por não ser carolíngio. E a lealdade da nobreza saxônica a Luís, o Piedoso, e a Luís, o Germânico, nunca foi negada.

Nascimento da vassalagem

O poder territorial proporcionou assim aos nobres prestígio, força e altas funções, mas não explica o seu comportamento absolutamente contraditório e a sua falta de

solidariedade. A sua tendência para acumular e enriquecer opunha-se efectivamente à rede de laços de vassalagem destinada a estruturar a sociedade. Em 757, Pepino, o Breve, tentou tornar indissolúvel o vínculo de homem a homem com um grande homem, acrescentando a fidelidade romana à recomendação germânica. O serviço prestado por Tassilon, duque da Baviera, é revelador: «Ele se confiou à vassalagem pelas mãos, prestou múltiplos e numerosos juramentos ao colocar as mãos sobre as relíquias dos santos, e prometeu fidelidade ao rei Pepino e aos seus mencionados filhos, os senhores Carlos e Carlomano, assim como por direito um vassalo deve fazê-lo com espírito leal e com firme abnegação, assim como um vassalo deve estar com seu senhor. Como vemos, esta fusão de direito privado e direito público, esta mistura de duas tradições, teve como objectivo tornar este contrato absolutamente irrecindível, até à morte dos dois associados. Todo perjúrio implicava o confisco das terras concedidas em usufruto (como foi precisamente o caso na Baviera), e até a morte eterna, a condenação, uma vez que o juramento foi prestado diante de Deus. O vínculo pessoal, o parentesco adotivo que acabava de nascer e o afeto que dele derivava na tradição germânica tiveram que impedir o vassalo de se desintegrar, e isso explica porque em muitos casos o contrato foi respeitado. A Igreja, que glorificou incessantemente os contratos do direito romano ou do direito canónico, tentou impregnar a sociedade carolíngia com esta noção. Além disso, o interesse bem concebido da nobreza levou-a a aceitar a entrada na recomendação. A obtenção de um benefício em troca do serviço militar ampliou seu capital territorial. O rei ou imperador ganhou autoridade ou poder com isso. A partir de então, com a difusão desta prática, um conde passou a ter três tipos de bens: terras pessoais ou familiares, adquiridas por compra ou recebidas em propriedade plena por dote ou testamento, e denominadas, por isso, “alódios”. Em segundo lugar, *as honras*, terras públicas recebidas em usufruto como salário pela sua função. Certamente, esta posse estava limitada à duração do cargo administrativo e a mudança para outro concelho implicava automaticamente uma mudança de titularidade dos bens do *comitatus*. Por fim, o conde tinha um terceiro tipo de terra: os benefícios recebidos desta vez para toda a vida após a entrada na vassalagem. Na verdade, depois de colocar as mãos entre as do rei ou senhor, e fazer o juramento de fidelidade, recebia a investidura do “benefício”, com a ajuda de um símbolo: um punhado de terra ou um ramo com folhas que representava o usufruto da terra concedida (e, novamente, não a sua propriedade). Carlos Magno pressionou os nobres a fazerem o mesmo com os homens livres, o que lhe proporcionou numerosos subvassalos, além dos vassalos reais que dependiam diretamente dele. Assim, a sociedade foi estruturada da base ao topo por toda uma cadeia de laços de homem para homem, incluindo bispos e abades. Além disso, o imperador deixou claro que os contratos assim celebrados eram indissolúveis, salvo em casos de crime ou injustiça entre o senhor e o seu vassalo. A união de benefício e vassalagem espalhou-se assim por todos os territórios, do Reno ao Loire.

Imperadores e reis tentaram generalizar estes contratos em todo o lado: no norte de Itália e na Aquitânia. Em 884, Carlos, o Calvo, pressionou os hispano-visigodos livres a "entrar na vassalagem de nosso conde". Mas parece que este convite foi feito em vão. Exceto entre as famílias francas estabelecidas ao sul do Loire e na planície do Pó, os antigos juramentos de fidelidade com conteúdo negativo continuaram a ser praticados. As funções públicas, tanto na Hispânia como no sul do oeste da França, foram sempre remuneradas com um *estipêndio*, salário constituído pelo usufruto de terras públicas. No século X surgiu mesmo o

termo *feo* ou *fevum* para designar esta forma de pagamento. Embora esta palavra, “feudo”, apareça pela primeira vez nas regiões mediterrânicas, a chamada sociedade feudal ainda não apareceu ali, ao contrário do que aconteceu no norte. Não há relação entre fidelidade e *feo*. Os contratos iguais entre nobres, as *conveniae*, tornaram-se cada vez mais numerosos, no século x, no Languedoc, na Catalunha e na Lombardia. Esta manutenção das antigas tradições romanas representa o limite das influências nortenhas e um comportamento muito diferente da alta nobreza.

Na Inglaterra e na Alemanha, países sempre próximos de suas origens, a tentativa carolíngia de unir fidelidade com entrega manual ou vassalagem com benefício, também encontrou obstáculos. Os nobres ingleses proprietários só estavam vinculados ao rei pelo juramento de fidelidade. Na Saxónia e no leste de França, a antiga prática do juramento de recomendação, que permitia aos escravos entregarem-se a um senhor, não tinha desaparecido. Por esta razão, muitas pessoas importantes de famílias nobres, ao contrário das da França Ocidental e da Itália, rejeitaram esta prática e esta cerimónia, que lhes pareciam vergonhosas. Por outro lado, as antigas comunidades de guerreiros livres, os *trustes*, que se entregavam ao chefe pela mão, tocando-lhe a mão e já não lhe dando as duas mãos, o que era considerado um sinal de inferioridade, continuaram a manter os seus atrativos por eles. Na Grã-Bretanha, os *thegns*, que haviam recebido terras em uma *mansão real* ou mesmo desfrutado de mais de uma *mansão*, deviam-lhe todos os tipos de serviços em moeda. Eles formaram comunidades horizontais naturais agrupadas em grandes famílias em torno do senhor, fosse este o rei ou logo um *ealdorman*. Eles lhe deviam o serviço militar apenas porque lhe haviam jurado lealdade. Em Castela, a *behetría* (benfeitura) recompensava o fiel guerreiro, mas não constituía um direito. Na Itália, a atribuição esteve sempre separada da concessão do benefício. Da mesma forma, na Frísia, as comunidades aldeãs permaneceram ainda mais próximas das origens e impediram o surgimento de qualquer tipo de senhor. Isto explica por que a relação entre inferior e superior só pôde finalmente desenvolver-se entre o Reno e o Loire, onde o poder carolíngio era particularmente forte.

Por esta razão surgiram quatro classes de vassallos. No topo, os vassallos reais (*vassi dominici*), formados por aristocratas e grandes proprietários de terras; depois os senhores vassallos de quatro a trinta mansos, que dependiam dos grandes, leigos ou eclesiásticos; depois os vassallos não estabelecidos, isto é, “*non casatus*” (não dotados de terras), que formavam a escolta de um homem poderoso. Entre os escandinavos, esse grupo de guerreiros, análogo aos *trustis*, era chamado de *hird*. Finalmente, o quarto grupo, mais ou menos híbrido, a meio caminho entre os vassallos comuns e os não dotados de terras, era o dos *ministeriales*, ex-escravos encarregados de um serviço ao seu senhor, como os *caballarii* de Saint-Bertin, que eles mansamente ocupavam cerca de quarenta hectares e acompanhavam seu senhor a cavalo. Foram encontrados principalmente nas terras germanizadas: Flandres, Lotaríngia e Germânia. Apenas os primeiros faziam parte da grande aristocracia. Estes últimos formavam uma nobreza intermediária, ainda pouco conhecida. Os seguintes ficaram logo acima dos escravos e os últimos sempre foram considerados parte integrante dos escravos. Em outros lugares só havia fiéis ou *thegns*, todos livres, obviamente.

Já nos aproximamos insensivelmente do mundo dos livres e dos não-livres através do vínculo do homem com o homem. Dos aristocratas poderosos passemos diretamente àqueles que gozavam, em período de paz, de outra segurança material, os escravos. Tal como na antiguidade tardia, os escravos, de facto, tinham vantagens apreciáveis, pois, como vimos, eram todos dotados de terras (*casatus*), semelhantes, por outro lado, aos vassalos, e a abordagem não era fortuita. O comércio de escravos aumentou significativamente graças às conquistas de Carlos Magno; Mais tarde, declinou com a proibição dos mercadores judeus de possuírem escravos cristãos. Certamente, um homem livre poderia até vender-se, permanente ou temporariamente. Às vezes, como indicam as fórmulas imperiais, até algumas pessoas poderosas escravizaram os pobres. Mas, ao mesmo tempo, o concílio de Meaux, em 845, proibiu a venda de escravos pagãos não só aos judeus, mas também aos pagãos. A legislação conciliar tornou-se cada vez mais precisa e considerou casos que podem nos parecer surpreendentes. Se um escravo se casasse com uma nobre sem saber, ele teria que ser libertado! Se um escravo tivesse sua própria escrava como concubina, ele poderia separar-se dela para se casar com outra, desta vez legalmente. Assim, aos poucos, essencialmente devido aos sacramentos do casamento e da ordenação, foi surgindo a personalidade jurídica do escravo.

É claro que as libertações de escravos foram poucas e foram até proibidas nas terras da Igreja. Mas eles sem dúvida ocorreram. Surgia um novo tipo: a libertação *in albis* para o filho de um homem livre e de uma escrava, nascido na casa do senhor, que era automática. Em suma, exceto nos países germânicos, como Flandres, Saxônia e Baviera, o grupo de escravos diminuía constantemente. Em certas áreas de Saint-Germain-des-Prés, não representavam mais de dez por cento da força de trabalho. Em Champagne, em três *villae* de Saint-Rémi de Reims, não representavam mais de oito, sete e quatro por cento da força de trabalho total. Estamos muito longe das taxas de doze por cento características dos domínios do final do Império Romano. Obviamente, esta categoria estava em declínio. Os escravos carolíngios tinham status econômico e personalidade jurídica em alguns domínios. Vimos que eles poderiam se tornar *ministros*, comerciantes ou guardas pessoais. Alguns tornaram-se bispos, como Ebbon, arcebispo de Reims, e Arn, arcebispo de Salzburgo; outros, em contagens, e isso provocou, por outro lado, a fúria de seus contemporâneos.

Mas, mais uma vez, a evolução foi diferente de acordo com as áreas da civilização. Na jovem Europa, os ex-escravos libertos pediam protecção real ou eclesiástica. Como sempre, a busca por um protetor era mais interessante do que a independência total. O que importavam as homenagens, simbólicas ou não? Além disso, na maioria das vezes, estes eram desviados dos indivíduos para as terras. Além disso, como demonstra a leitura dos polípticos, foram os próprios camponeses “livres e colonos” que juraram perante os enviados do grande proprietário ter entregue o montante exacto dos encargos que tinham de cumprir. O poder do mestre não poderia impor-lhes muito, caso contrário teriam fugido. No entanto, este não era o caso no norte da Europa na época carolíngia. Por isso, ex-escravos libertos, colonos e outros camponeses com estatuto mais ou menos preciso entraram numa dependência mais ou menos vantajosa dependendo da região, o que mais tarde daria origem ao nome de “servidão”. Em 941, em Cambrai, os escravos ainda eram

diferenciados dos dependentes. Por outro lado, esta evolução foi muito menos rápida na Europa romanizada. Escravos do tipo antigo são mencionados nos cartulários meridionais até meados do século ^x_i. Visivelmente, todos os colonos e demais arrendatários continuaram a ser considerados como *mancipia*, escravos de tudo. Em 889, Géraud d'Aurillac contentou-se em aplicar a lei do reinado de Augusto, incluída no código de Justiniano, e libertou apenas cem escravos quando certamente possuía muitos mais. As libertações eram sempre feitas *com uma dádiva*: o antigo senhor continuava a conservar toda a sua autoridade de patrono do antigo escravo. Além disso, a rigidez da lei romana foi reforçada pela presença de escravos muçulmanos prisioneiros de guerra. Em certas regiões, como a Catalunha e o Lácio, é necessário esperar até meados do século ^x_{ii} para ver os últimos escravos desaparecerem entre os camponeses livres, graças à desmatação. Não havia mais vantagem em ficar ao lado do mestre. Noutras zonas, no sul de Itália e na Aquitânia, o escravo de tipo romano, ou seja, nem eslavo, nem muçulmano, nem estrangeiro, demorou a desaparecer, devido ao conservadorismo jurídico destes países.

Você poderia ser livre e pobre?

A meio caminho entre os poderosos protetores nobres e os escravos a salvo da miséria estavam os proprietários livres do condado, os *pagenses*, e os colonos. Podiam escolher entre duas soluções, nesta sociedade que começou a sua expansão mas rapidamente caiu novamente, depois de 840, sob o peso da violência. No primeiro caso, poderiam aproveitar as conquistas, entrar na vassalagem e subir vários degraus na hierarquia social. No segundo, poderiam tornar-se uma camada social turbulenta que venderia as suas forças armadas a quem pagasse mais. Em vez disso, em vez de cair nas mãos dos poderosos, era melhor que se tornassem tenentes e perdessem o estatuto de homens livres ou se tornassem protegidos de uma abadia. Ilusão eterna subindo e descendo, o livre passou por todas as vicissitudes de uma sociedade abalada por movimentos contraditórios.

Apesar da escassez de documentação relativa a esta camada da população, que devia constituir a maioria da sociedade rural, é possível perceber que os colonos, embora fossem oficialmente livres, eram colocados logo acima dos escravos. É verdade que a carga fiscal que pesava sobre eles ou sobre os camponeses ainda livres diminuiu, tornou-se habitual, desapareceu ou desapareceu entre outros impostos. Em breve, pagar o imposto seria equiparado à servidão, tanto mais que os alemães não o pagaram. Isso explica porque a etnia franco acabou dando o adjetivo “franco”, que significa livre. Entre o Loire e o Reno, ao longo dos séculos ^{vii} e ^{viii}, estes camponeses tinham pequenas explorações agrícolas denominadas mansos. A palavra, atestada por volta de 620, já designava um allodio, propriedade integral de um camponês, e uma posse de um escravo *casatus* ou de um colono pertencente a um grande domínio. Por outro lado, nas regiões mediterrânicas chamava-se *colonica* e o camponês estava estritamente ligado a ela. É verdade que, em 802, o capitular do *Missi* indicava que certos colonos do erário ou da Igreja tinham benefícios ou cargos (*ministério*) e faziam parte do círculo dos próximos do senhor. A situação económica dos colonos era, portanto, muito variável.

Em todo o caso, eram todos arrendatários de um manso ou de uma *colonica*, de um *hufe* em território germânico ou de um *hide* em terras anglo-saxónicas. Esta posse era

frequentemente definida como “a terra de uma única família”. Sua superfície foi, portanto, calculada para permitir teoricamente a vida da casa do colono. Na Itália foi definido como a quantidade de terra que poderia ser cultivada com dois bois durante um ano. A superfície variou muito dependendo das regiões e da qualidade dos solos. Às vezes tinha de doze a vinte e quatro hectares. Na Inglaterra poderia ir de dezesseis a quarenta e oito hectares. Em cada um deles ficava a moradia, muitas vezes uma cabana onde morava a família do camponês. Esses colonos eram convocados todos os anos para a *hoste* real e para o condado *do Mali*. Vimos que se tivessem menos de quatro mansos tinham que se associar para chegar a esse número, para que um deles pudesse ir. Alguns conseguiram manter uma pequena parcela ou obter terras precárias de um abade ou bispo. No Império Otonida, os *leibeigen* eram camponeses dotados de uma certa liberdade de movimento, mas parece que pertenciam em plena propriedade ao senhor eclesiástico. Desses dependentes surgiram os artesãos e comerciantes. Na Inglaterra, o *gesith* podia ser assimilado ao colono porque estava vinculado à terra e não tinha o direito de legar o que possuía. Por outro lado, com o *ceorl* entramos na categoria dos homens totalmente livres, que podiam ser tanto mecenas como artesãos, ourives, ferreiros ou comerciantes. Estes também tiveram que cumprir o serviço militar e pagar certos impostos. Eles poderiam expurgar-se na justiça de uma acusação com o juramento de três conspiradores do seu grupo social. O seu *wergeld* era particularmente elevado: duzentos salários, ou seja, o equivalente a trinta e três bois. Eles poderiam claramente ficar ricos e até mesmo entrar na nobreza. No Império Carolíngio, seus homólogos eram os *franci*, homens livres, ou mesmo os *pagenses*. Em termos gerais, eram proprietários de *allodes* que equivaliam a no mínimo quatro mansos e no máximo a doze. O limiar da riqueza e da nobreza parece ter sido superior a cem hectares, já que um capitular de 805 especifica que um indivíduo com estas características devia ir automaticamente para o exército com o equipamento do combatente blindado a cavalo.

Mas ao lado destes proprietários médios, proprietários de mais de cinquenta hectares, encontramos numerosos homens livres. Uma categoria até então desconhecida, os “hóspedes”, aparecia nas terras incultas, próximas às terras cultivadas. Na Itália lombarda, os camponeses livres celebravam contratos *de libellum* com grandes proprietários de terras por um período renovável de vinte e nove anos, ou por duas ou três gerações. Esta renda de vinte e nove anos pretendia evitar que se tornassem proprietários ao fim de trinta anos devido à lei romana de prescrição de trinta anos, mas era muito vantajosa para estes pequenos proprietários. Da mesma forma, o contrato *de complantatio*, utilizado sobretudo para a vinha, continuou a ser um excelente meio de multiplicar o número de pequenos proprietários, porque ao fim de cinco anos a parcela posta em exploração foi dividida em duas. Finalmente, quantos cultivadores completaram seus lucros alugando suas armas! Em Corbie, eles trabalhavam nas hortas dos monges em troca de comida. Em Prüm e Saint-Bertin eram chamados de *prebendara* porque eram pagos com rações diárias. Esta era a fase do homem livre mais pobre, a do simples assalariado em espécie.

Os fermentos de uma comoção

Todas as categorias de camponeses também tinham a vantagem de viver em comunidades aldeãs ou em famílias alargadas. Lá, os diferentes graus de riqueza se

confundiram. A necessidade de explorar conjuntamente pastagens e terras não cultivadas obrigou-os a agruparem-se. Eles resolveram suas diferenças entre si. Aparecem claramente em Leão e na Catalunha, onde permaneceram intactos até ao século ^{xi}, e na Provença, Languedoc, Borgonha e Itália Lombarda. Neste último país reuniram-se em assembleia em frente à igreja paroquial. No norte, as comunidades camponesas da Frísia eram tão poderosas que se recusaram a pagar o *danegeld* aos dinamarqueses porque já o tinham pago ao rei Luís, o Germânico, e conseguiram efetivamente expulsar o inimigo. Na Saxónia permaneceram intactos, e no Império Otonida, o povo livre do rei, os *Kónigs Freie*, antigos colonos ligados ao solo, que dependiam em questões judiciais do juiz carolíngio dos cem, o *vogt*, continuaram a pagar impostos sobre a terra, capitação e logo uma taxa de resgate para o serviço militar, quando os combatentes montados começaram a eclipsar os soldados de infantaria. Lá, a proteção do rei permitiu-lhes preservar o seu estatuto; Noutros lugares, vemos-os a processar para defender os seus direitos perante o Abade de Saint-Gall ou, em 864, a rejeitar o transporte da marga ou a debulha que lhes foi imposta.

Este mundo de pessoas livres estava em plena transformação. Ou foi elevado ao topo da hierarquia social, especialmente nos reinos hispânicos, ou arrastado para baixo pela degradação da sua situação, como resultado dos abusos de poder dos condes (serviço militar demasiado longo ou convocações demasiado frequentes para tribunal), ou as tentativas dos grandes proprietários de submetê-los à sua autoridade. É também surpreendente ver, nos capitulares, que os livres eram muitas vezes chamados de “pobres”. É evidente que um homem livre que não atendesse ao chamado do anfitrião era automaticamente condenado ao pagamento de uma multa de sessenta soldos. Então ele ficou irremediavelmente arruinado. Os métodos utilizados pelos grandes proprietários de terras da antiguidade tardia para transformar um camponês livre em colono continuaram a ser praticados. Todos os capitulares e concílios carolíngios atestam isso. Protestavam contra os poderosos que privavam os pequenos proprietários de allodios. Assim como nos tempos merovíngios, o homem pobre era acima de tudo um homem livre que não tinha protetor político. A partir de 840, a Igreja, que sustentava materialmente todos estes novos pobres, exigia incessantemente a restituição das suas próprias terras para lhes dar pão. A norte do Loire, antes de 840, quando poderia ter sido feito um esforço muito claro a favor das mensalidades e dos hospitais, parece que a situação se agravou com as invasões. A impossibilidade de pagar dívidas após uma má colheita, a rapacidade dos juízes e condes, os perigos dos saques e a possibilidade de serem capturados como escravos por piratas ou húngaros, precipitaram numerosos camponeses livres na dependência dos poderosos ou para viajar pelas estradas. Saint-Riquier alimentava quatrocentas pessoas pobres todos os dias. Em Corbie, cada pobre recebia um pão e meio, ou dois quilos e meio de pão, para a viagem e a viagem. Tais fardos devem ter sido insustentáveis durante a segunda metade do século ^{ix}, e a excomunhão ou o medo do inferno apenas se traduziram insuficientemente em esmolas dos poderosos. Os pobres eram, portanto, oprimidos de todos os tipos. Além dos camponeses, empobrecidos e despossuídos, havia jovens, velhos, doentes, aleijados, peregrinos que tinham deixado a sua terra natal e estrangeiros expulsos de casa, por exemplo os irlandeses, ou refugiados que fugiam dos vikings. É compreensível que a ameaça de ser reduzido à escravatura tenha aumentado a necessidade de procurar um protector e depois encontrar um estatuto vantajoso. Assim, o sistema de senhorio rural foi favorecido. A liberdade, que tinha sido uma vantagem social inegável durante o período da

expansão carolíngia, tornou-se uma desvantagem. Isto explica o movimento em direção à servidão ao longo do século ^{xi}.

Mais uma vez encontramos estas contradições típicas de uma sociedade que passava por um despertar demográfico e um início de expansão, e que depois se viu brutalmente bloqueada por desordens internas e externas. A paz e depois a violência contínua explicam estas oposições entre clérigos seculares e regulares, entre grandes famílias aristocráticas, estes movimentos de avanço social ou de proletarização no mundo dos livres. O lento desaparecimento dos escravos é outro fator surpreendente desta época. Quaisquer que sejam as variantes regionais, convida-nos a examinar a economia agrária para saber se os contrastes violentos desta sociedade se deviam a um regime de escassez fundamental ou de abundância real.

A TERRA

A terra continuou a ser a única fonte fundamental de riqueza. Agora, numerosos indícios mostram que a produção agrícola aumentou, quer devido a uma melhor utilização das terras não cultivadas, quer devido à difusão de uma grande propriedade bipartida, ou finalmente devido a inovações técnicas. Não devemos esquecer, porém, que todos os dados, acessíveis num punhado de fontes aristocráticas, só podem referir-se a uma pequena parte da terra (de 2 a 10 por cento, no máximo) e não dizem muito sobre o resto, que essencial.

Progresso agrícola

A paisagem rural não tinha mudado muito e as florestas, pântanos e charnecas ainda estavam presentes. E também predominaram os imensos espaços germânicos cobertos de faias e carvalhos, acrescentados ao Império por Carlos Magno. Mas visivelmente, os recursos extraídos foram melhor obtidos. Os imperadores zelavam cuidadosamente pela manutenção dos seus campos de caça e das suas “florestas”, ou seja, dos seus viveiros. O *De villis* capitular está repleto de prescrições sobre a arte e a forma de fazer prosperar a caça, perseguindo animais selvagens. No mês de maio, os caçadores de lobos tiveram que cavar covas ou depositar comida envenenada para capturar os filhotes de lobo. No outono, quase todas as operações de guerra foram interrompidas para a caça e todos se dedicaram a ela sem parar, a tal ponto que os acidentes foram numerosos! Assim, em 884, o rei Carlomano foi mortalmente ferido durante uma caçada a javalis. Entre os peixes, cada vez mais consumidos devido ao alargamento dos dias de jejum (de 120 para 130 dias por ano), parece que os mais apreciados foram as enguias e a truta. Os monges de Bobbio recebiam quinhentos peixes todos os anos, em censos de seus camponeses; os de Saint-Germain-des-Prés e Corbie, duzentas enguias. Muitas lampreias, esturjões e salmões também foram capturados nas costas e nos rios. O potencial animal deve ter sido muito explorado, pois os auroques desapareceram e logo também os castores, já que a partir do século ^{ix} não voltaram a ser mencionados.

Os polípticos distinguem frequentemente a *silva grossa* da *silva minuta*. Este último tipo de floresta, explorado, fornecia toda a madeira de trabalho, estacas para as sebes, estacas para as vinhas, canteiros para os animais, etc. A floresta de castanheiros, cada vez

mais difundida em Itália, transbordava para fora da zona mediterrânica. Os salgueiros que cresciam naturalmente ao longo dos rios eram cuidadosamente podados para obter vime e fazer telas e cestos. As florestas de faias e carvalhos eram frequentemente protegidas em detrimento das florestas resinosas, que continuavam a ser destruídas para a produção de piche. Na verdade, era melhor deixar que as árvores produzissem nozes e bolotas para os porcos se desenvolvessem. A carne salgada deste último continuou a ser a dieta cárnea fundamental dos camponeses. As pastagens das comunidades rurais também se localizavam nos *saltus*, e eclodiram inúmeras disputas entre elas e os grandes proprietários vizinhos por falta de delimitações precisas. Os cordeiros foram criados para produzir lã, queijo, sebo e pergaminho. O gado era alimentado principalmente para puxar o arado, mas havia pouco nas pastagens. Além disso, os produtos silvipastoris eram tão importantes no equilíbrio nutricional e a exploração das terras não cultivadas era tão activa que, paradoxalmente, foram tomadas medidas para protegê-las. Não esqueçamos que, no sul da Europa, ainda eram oficialmente propriedade pública! Mas mesmo onde a apropriação privada tinha sido tolerada, Carlos Magno, no *De villis capitular*, interveio para recomendar que "onde deve haver lugares para serem arados, que sejam arados, mas que os campos não possam avançar sobre as florestas;" e onde deve haver florestas, não é tolerado o corte excessivo ou a continuação da deterioração. Este receio de ver quebrado o equilíbrio entre os *saltos* e a *idade*, entre terras não cultivadas e áreas cultivadas, em benefício dos campos, pode parecer curioso. Esta preocupação mostra duas coisas: que os recursos silvipastoris eram demasiado importantes para serem negligenciados e que havia ao mesmo tempo uma tendência constante para limpar a terra.

Na verdade, indiscutivelmente, a tendência para a lavoura existia na Europa carolíngia. Os camponeses do mosteiro de Montierender foram incentivados a fazê-lo graças à ajuda técnica da sebe florestal. Na Alemanha, o *bifang* continuou a ser praticado e às vezes até era sistematicamente fornecido. Em 867, um diploma de Lotário II concedeu a propriedade de um espaço não cultivado: o futuro proprietário poderia criar cem porcos ou deixar pastar mil porcos. Na Itália, os *gualdi publici*, equivalentes às *florestas carolíngias*, também eram empreendidos por camponeses livres ou ex-colonos. Mas os movimentos de lavoura mais nítidos são percebidos sobretudo no Languedoc, no sul da Aquitânia, na Catalunha e nas Astúrias. Os emigrantes espanhóis receberam autorização dos reis carolíngios para atacar as terras públicas desertas e tornarem-se seus proprietários após trinta anos de ocupação contínua. Essas posses por *aprisio* acabaram por levar ao nascimento de pequenos proprietários rurais livres, completamente isolados em seus alódes. Assim, eles desceram lentamente de suas montanhas superlotadas em direção às planícies. Por outro lado, em Auvergne, a partir de finais do século IX, a planície de Limague, saturada de homens pela sua fertilidade, lançou um assalto às terras "áridas" (desertas), subindo as primeiras encostas situadas acima de Sauxillanges e Brioude. É verdade que se trata de uma área muito distante dos conflitos da época. Na serra cantábrica, também sobrepovoada, ocorreu o mesmo fenómeno, com a garantia legal do mesmo contrato, desta vez denominado *pressão*. A palavra designa a mesma coisa. Tratava-se de ocupar, abrir um terreno baldio e arrancá-lo do árido deserto (*eremus squalidus*). Na Galiza e no norte de Portugal, mais de catorze topónimos neovisigóticos correspondem a esta onda de povoamento, em que todas as condições sociais se fundiram para parar temporariamente nas margens do Douro. Mas, em resumo, estes movimentos de aragem foram claramente localizados. Em outras partes, eles

parecem sem importância. A fome de terra, mesmo na época carolíngia, era fraca, mas não negligenciável.

Alguns resultados discutidos

É necessário acreditar que o entrelaçamento do *saltus* e do *ager* proporcionou recursos suficientes? Destaquemos primeiro a existência de prados cultivados e regularmente ceifados, como mostra o calendário carolíngio de Viena para o mês de julho. Eles parecem particularmente importantes no noroeste da França, na Frísia e na Inglaterra. É evidente que a criação de bovinos, ovinos e equinos estava mais desenvolvida nessas regiões. Na Frísia falava-se comumente de terras com 16 ovelhas, 15 vacas, 12 bois ou 40 carneiros. Alcuíno, para elogiar o bispo de Utrecht, encontrou um curioso neologismo: *vaccipotens* : poderoso nas vacas! Nas remontagens imperiais, os prefeitos tiveram que trazer cuidadosamente os potros para o estábulo antes de 11 de novembro. O *Mulomedicus* , um tratado de medicina veterinária para animais de carga, foi encontrado nas bibliotecas de certos mosteiros.

Mas a parte essencial das terras cultivadas estava evidentemente reservada ao cultivo de cereais. Nos países mediterrânicos podemos constatar que o trigo e a cevada foram os mais plantados. Na Europa Ocidental, para combater a umidade, eram bastante utilizados o centeio e o trigo. A cevada era mais característica da Inglaterra, junto com a aveia, já que era usada para fazer cerveja. Mas os cereais pobres ainda eram altamente valorizados: milho-miúdo e sorgo na planície do Pó e na Gasconha, e espelta em França. Por fim, as leguminosas secas: feijão, grão de bico e lentilha, desempenharam um papel fundamental porque podiam ser conservadas por muito tempo.

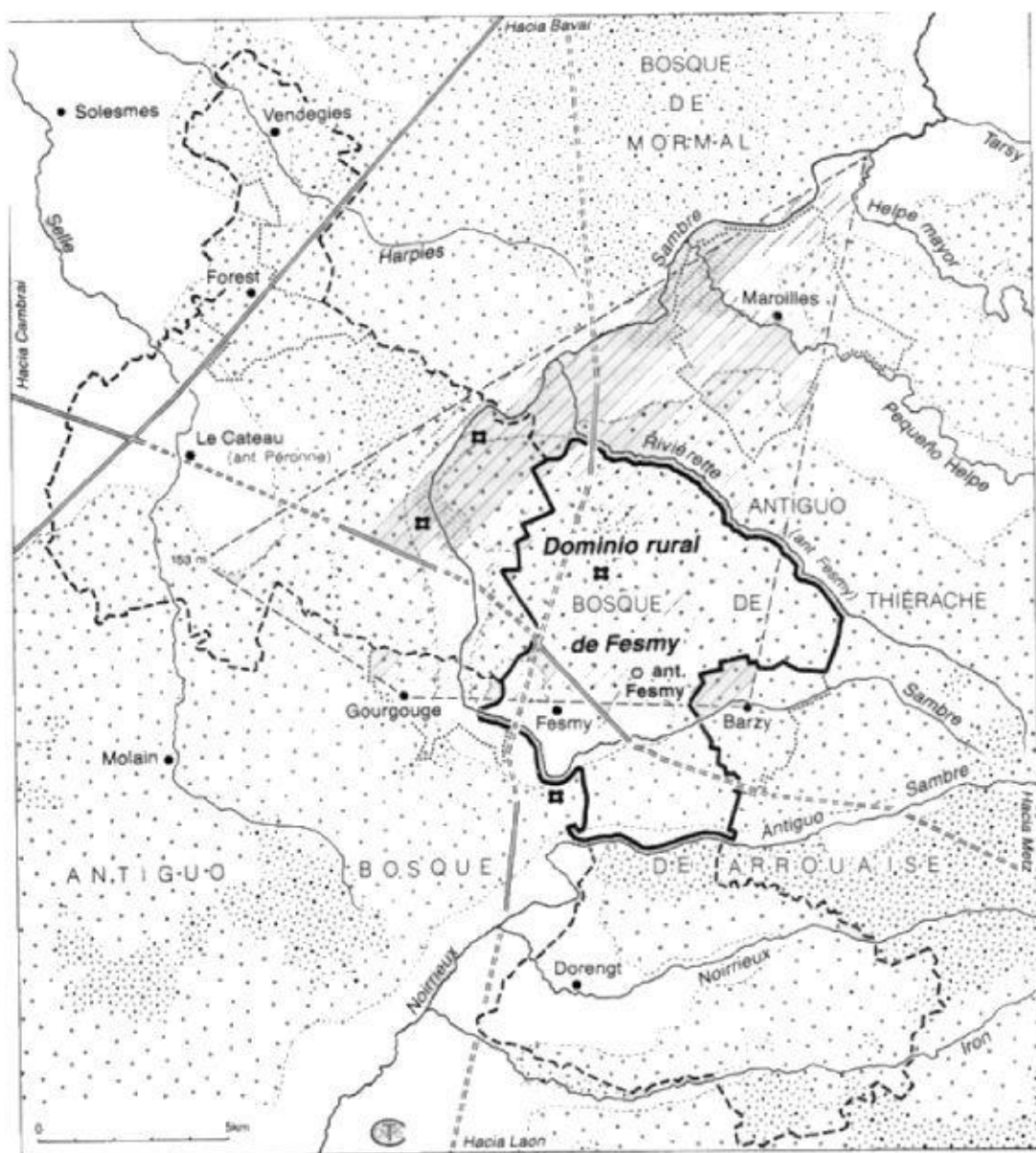
O cultivo foi ainda mais intenso em três locais privilegiados: o pomar, os pomares e as vinhas. Os textos mencionam frequentemente pomares, recintos ou mesmo *setici* cuja superfície não ultrapassava um hectare. Cuidadosamente capinados e fertilizados, produziam repolhos, nabos, alho-poró, pastinacas, alhos, chalotas, etc. Na planta do mosteiro de Saint-Gall, modelo frequentemente imitado, aparecem os terraços ajardinados com as diferentes espécies de vegetais verdes e condimentos que em teoria deveriam ter sido plantados. Mas o jardim também tinha uma finalidade curativa e inúmeras plantas medicinais eram ali cultivadas por monges ou camponeses dos domínios imperiais. O capitular *De Villis* aconselhou o plantio de sessenta e duas espécies de plantas, das quais um terço era para uso alimentar. Os pomares são menos conhecidos e parecem sem importância. O de Saint-Gall ficava no cemitério; As macieiras, pereiras, ameixeiras, nespereiras, loureiros, castanheiros, figueiras, marmeleiros, pessegueiros, avelãs, amendoeiras, amoreiras e nogueiras não deveriam ser muito numerosas, talvez uma por espécie; e era também necessário que o clima lhes fosse favorável. Cultivar apenas um tipo de árvore parecia impensável. Isto só aconteceu com a oliveira, que foi ignorada na Catalunha, mas subiu o Ródano até Donzère. A vinha arborescente ou ao nível do solo, por outro lado, estava cada vez mais difundida. Convinha a um bispo, a um grande nobre proprietário de terras ou a um camponês livre, que quem conseguisse cultivá-lo o mais a norte possível, para ter uma quantidade apreciável de vinho para consumir. Entre os domínios que dependiam do fisco Annapes, um deles produzia vinho, *Treola* . Este é o atual

terroir de Lille (cujo antigo nome passou a ser Nossa Senhora de Treille), onde hoje seria preocupante cultivar vinha. As vinhas eram tão importantes que Luís, o Alemão, obteve as da margem esquerda do Reno, na divisão de Verdun, em 843, porque não tinha outras no leste da França, daí o curioso traçado da fronteira. Como o vinho era o único verdadeiro tônico da época, maravilhas foram realizadas para fornecê-lo. Os monges de Redon plantaram vinhas mesmo em Vilaine. O bispado de Tongres acabou sendo transferido para Liège, em grande parte por causa dos vinhedos nas encostas do Mosa. Outras abadias na Flandres e na Austrásia preferiram comprar parcelas de vinhedos em Laon, Champagne e até mesmo nas margens dos lagos do norte da Itália. O artigo 8º do *De villis capitular* é inteiramente dedicado aos cuidados que se devia ter nos domínios imperiais com as prensas, barris, etc. Em suma, tudo poderia ser produzido nas terras dos ricos e o ideal de autarquia expresso pelos textos carolíngios poderia ser concebido. Mas era realmente viável?

Qualquer que fosse o modo de união entre as suas duas partes, o grande domínio não poderia de facto ser autárquico, apesar do ideal proclamado, pois deveria alimentar o que hoje chamaríamos de sector terciário. Além disso, era estritamente impossível para ele obter sal e ferro sem comprá-los no exterior. Foi, portanto, necessário abandonar necessariamente a agricultura de subsistência através de inovações técnicas e aumentos de rendimento. Em Corbie havia seis fundições de minério e seis ferreiros que fabricavam lingotes de ferro, e em Celle-les-Bordes trinta e dois escravos tinham de produzir uma tonelada de ferro por ano, ou seja, o equivalente a mais de mil enxadas. Certamente a indústria armamentista consumia muito, mas Carlos Magno proibiu justamente a exportação de espadas por motivos estratégicos e internos. Cinco moinhos e quatro cervejarias foram construídos no tesouro de Annapes. As terras de Saint-Germain-des-Prés tinham 83 ou 84 moinhos de água. Alguns, em Corbie, tinham de três a seis rodas. Irminón orgulhava-se de ter instalado sete e renovado quatro. Infelizmente, isso não significa que o moinho de sangue tenha desaparecido, mas simplesmente que se tentou economizar mão de obra onde gestores atentos às necessidades e leitores atentos dos antigos agrônomos procuravam valorizar o grande domínio.

O pesado arado de rodas, puxado por seis a oito bois, existia na Île-de-France. Escavações arqueológicas descobriram na Frísia a existência de sulcos assimétricos e simétricos, provando que foram feitos por dois tipos de dispositivos: o arado romano e um instrumento de origem eslava (arados morávios do século ^{viii}) ou germânico (citado no edital lombardo do Rotary, em 683, e na lei dos Alemanni, em 725, com o nome de *ameixa*, o *Pflug germânico* e o *arado saxão*). Ora, quanto mais a norte se avançava, maior era a proporção de prados colhidos em relação às terras aráveis, o que permitia alimentar bem os bois que puxavam os moinhos agrícolas. Além disso, o arado de roda, se fosse realmente utilizado, poderia acentuar o avanço económico dos países situados a norte do Loire, pois só ele permitia o cultivo das terras pesadas compostas por lodo das planícies ou sedimentos argilosos glaciais. Como que por acaso, ainda no século ^{xix}, o limite norte do arado de roda mostra os territórios favorecidos por esta inovação: Galiza, França, Inglaterra, Alemanha e a planície do baixo Pó. Acrescentemos finalmente o aparecimento da ferradura, notado pela primeira vez em 855, e o desenvolvimento do colar rígido representado no Apocalipse de Trier no ano 800.

Quanto aos tratamentos dados à terra, estes melhoraram. A obra dos terrenos baldios no mês de junho está representada no calendário de Viena. Mas vimos as dificuldades que Carlos, o Calvo, encontrou em impor corveas de cargas de argila para melhorar a fertilidade do solo; Por outro lado, já existiam lixões de esterco no domínio de Viel-Saint-Rémy, enquanto a entrega de palha para forragem de animais era imposta aos arrendatários de Gerson. E Carlos Magno ordenou que o composto fosse espalhado nos campos e terrenos. Finalmente, a rotação trienal de culturas foi talvez indicada num diploma de Saint-Gall em 763, e na Turíngia em 783. No capitular *De villis* e no políptico de Montierender aparece como algo comum. Este sistema não parece ter sido exportado para fora da França e da Alemanha nos séculos ^{ix} e ^x. No entanto, combinada com o cultivo de leguminosas, que fixam o azoto no solo e mantêm a sua fertilidade, a rotação de três anos poderia aumentar as colheitas em 33 por cento. As frentes pioneiras hispânica e italiana, onde também continuou o uso do arado romano e do sistema bienal. É por isso que é difícil subscrever as afirmações de certos historiadores que consideram que os retornos foram muito fracos. A estimativa menos pessimista, na verdade, é que o grão rendeu três para um. Agora, Columella declarou que quatro por um foi um péssimo desempenho de ano! Poderiam os nossos grandes proprietários leigos e eclesiásticos que possuíam Columela e Paládio na sua biblioteca tolerar e achar normal um resultado tão miserável? Na verdade, estes rendimentos foram calculados a partir do *Brevium exempla* de Annapes, onde aparentemente, tendo em conta as quantidades de cereais mencionadas, a taxa era de 1,6 para 1. Mas, como o termo que designava estas culturas (*conlaboratus*), eram apenas uma parte dos produtos do domínio. O capitular *De Villis* especifica, de fato, que os prefeitos deviam dividir as colheitas dos domínios fiscais em várias partes, uma para o rei (o *conlaboratus*), uma para o prefeito militar, uma para a *prebendara* , uma para as mulheres de o gineceu, etc. Uma lista diferente correspondia a cada parte. Esta contabilidade diversificada nos tesouros imperiais e eclesiásticos convida-nos, portanto, a considerar os números apresentados não como os de toda a produção, mas antes como parte do rendimento em espécie do proprietário. Assim, os rendimentos teriam certamente ficado entre 5 e 7 para 1, dadas as outras quantidades de trigo que podem ter sido contabilizadas noutro local, fora dos documentos sobreviventes. Isto nos daria uma colheita média de dez a quatorze quintais por hectare, um número enorme à primeira vista. E se a reserva era cultivada de forma descuidada e extensiva por trabalhadores não remunerados e resmungões, os mansos tinham de ser cuidadosamente arados, escavados e capinados com a enxada para produzir ainda mais. Consideremos, de facto, as vinhas. Nas de Saint-Germain-des-Prés, os monges impunham um tributo fixo aos escravos e colonos que os cultivavam na forma de posse. Estes estavam, portanto, interessados em produzir muito para vender o excedente. Na verdade, o rendimento médio foi de trinta hectolitros por hectare na reserva. Era um pouco superior nas explorações e, no total, em cada ano, deduzido todo o consumo, restavam seis mil hectolitros de vinho para vender aos monges, e mais ainda contando a produção dos camponeses, talvez cerca de dez mil hectolitros!



Um domínio inculto: o domínio de Fesmy no ano 845.

Assim, o agricultor carolíngio satisfazia as suas necessidades e tinha excedentes reais. O grande domínio respondeu às esperanças que nele depositaram os seus promotores. Esta prosperidade traduziu-se mesmo num aumento claro e confortável da ração alimentar dos monges. Enquanto a regra de São Bento fixa esse valor em cerca de trezentos gramas de pão e meio litro de vinho por dia, no tempo de Carlos Magno aumentou para mais de um quilo e meio de pão e um litro e meio de vinho. Vamos adicionar cem gramas de queijo e mais de duzentos gramas de purê de legumes secos. Este não era um regime de ricos privilegiados, pois os leigos que viviam nos grandes mosteiros: Corbie, Saint-Germain, Saint-Denis ou Soissons, tinham rações idênticas ou quase idênticas, às quais é necessário acrescentar pelo menos um cem gramas de bacon ou carne de porco salgada. Este forte consumo, que será necessário explicar, não se estendeu aos famintos nem às populações que sofriam de escassez. A grande variedade de recursos, aliada à eficácia do grande domínio, onde existia, privilegiaram mesmo determinadas regiões. As taxas de transporte impostas aos camponeses para transportar vinho ou trigo para os portos fluviais ou mercados urbanos mostram que foram vendidas quantidades significativas. Certos camponeses de Saint-Germain-des-Prés tiveram mesmo que ir para Quentovic. Inquestionavelmente, a produção agrícola sustentada, com rendimentos superiores aos da Antiguidade tardia, conduziu finalmente a uma economia de mercado, pelo menos para o punhado de grandes explorações agrícolas que iluminam estas fontes escassas.

Desenvolvimento do sistema dominical

Sucessivamente elogiado como uma originalidade, depois considerado um reflexo da exploração das antigas terras imperiais, para alguns em pleno desenvolvimento no século VIII, para outros uma relíquia de outra época, o "sistema" de exploração da terra em duas partes, o "Domingo" sistema marcou toda a primeira metade da Idade Média. Em qualquer caso, foi o resultado dos problemas de exploração colocados ao senhor pelo declínio da escravatura e pela dispersão de posses.

Três tipos de solução foram fornecidos quase simultaneamente no norte da Gália e na Itália Lombarda. O primeiro foi o terreno arado chamado *akker* em flamengo (provavelmente a antiga palavra latina *ager*), localizado numa área não cultivada cujo forte rendimento silvipastoril ia diretamente para o proprietário; Na Itália eram chamados de "curtes pioneiros". O segundo caso consistia em importantes massas de terras aráveis, reagrupadas por compra ou troca, chamadas em Flandres *de kutter* (em latim, *cultura*, cultivo), pertencentes ao mesmo proprietário que tinha propriedades dispersas na área florestal ou pantanosa onde os colonos estavam unidos. entre si. sim, para uso comunitário. A utilização da parte central era feita através da exploração direta dos escravos (*mancipia*) e com a ajuda de alguns dias de trabalho anual dos arrendatários. Esta ligação entre a parte senhorial, a "reserva" e as participações, ficou ainda mais clara no terceiro tipo "dominical" que dela deriva. Estas *curtes*, chamadas *gewanne* na Flandres, ficavam muito próximas do habitat do senhor. A reserva incluía grandes parcelas dedicadas à cultura cerealífera, também denominadas *condominae* (pertencentes ao proprietário). Escravos e arrendatários trabalhavam nele, estes últimos dependendo de um número significativo de dias de "corveia", muitas vezes de um a três por semana. Neste último caso, cada vez

envolve terras pesadas, compostas por aluviões fluviais ou lodo, o que exigia o uso do arado de roda com relha de ferro.

Além disso, este novo sistema de aproveitamento de um grande domínio por bipartição parece desenvolver-se ao mesmo tempo no sul e no oeste de Inglaterra. As leis de Ina, no final do século ^{viii}, descrevem, com efeito, grandes domínios onde senhores leigos tinham recebido o usufruto de terras ocupadas por arrendatários. Eram terras que estes últimos haviam arado. Esses *gesiths* foram considerados colonos livres. Eles eram frequentemente confundidos com os *geburs*, escravos *casados* no mesmo tipo de terra dos *gesiths*, que levavam o nome de *gesithland*, *gafolland* ("terra que paga impostos") ou mesmo *outland* ("terra externa"), em oposição a o *interior*, o terreno interior, reservado ao proprietário. Não se pode precisar se a corveia da reserva foi imposta aos arrendatários, mas estes certamente pagaram tributos e impostos antigos ao senhor. Grandes probabilidades levam-nos, portanto, a pensar que o sistema *senhorial*, como foi posteriormente denominado, foi criado pouco antes da proclamação das leis de Ina, rei de Wessex.

Quando e como foi inventada esta união orgânica através da homenagem em dias de corveia entre a reserva e as explorações? O segundo tipo de grandes domínios, com parcelas instaladas em amplas planícies, parece ter sido inaugurado nos domínios imperiais de África no século ⁱⁱⁱ. Os colonos titulares deviam ao prefeito de um a seis dias de trabalho por ano. Num único domínio da Igreja de Ravena, no final do século ^{vi}, três tenentes eram obrigados a servir de um a seis dias de corveia por semana. Mas isto parece absolutamente excepcional. A generalização do princípio foi provavelmente obra de Dagoberto, entre 623 e 635, quando confirmou as leis dos Alemanni e dos Bávaros. Estabeleceu que em todos os domínios fiscais e eclesiásticos os escravos tinham que fazer três dias de corveia por semana nas terras do proprietário, a reserva, enquanto os colonos, além de pagarem os impostos habituais, tinham que fazer trabalho por peça, mais tarde chamado de *riga*. (faixa ou sulco de aragem), nos campos, prados e vinhas do proprietário. Assim, embora fosse normal fazer com que os escravos reais trabalhassem no domínio, como no passado, a extensão dos tributos trabalhistas aos colonos criou um novo sistema de exploração da terra que aliviou a insuficiência do trabalho servil e tentou substituí-lo por uma colônia. em que se misturavam os ex-escravos, os libertos, os ex-livres e os novos livres. Estas três soluções evolutivas foram posteriormente ampliadas, graças à sua flexibilidade, de forma diferente dependendo das regiões. Enquanto na Austrásia os nobres aproveitaram o declínio do poder real para desenvolver a corveia privada nas suas próprias terras, o terceiro tipo de grande domínio desenvolveu-se melhor, graças à forte autoridade do chefe da guerra sobre os seus *servos ministeriais*, os seus mais ou menos companheiros. . menos livres, a quem ele transformou em seus administradores. A lei dos Alemanni, reescrita em 717-719, e a dos Bávaros, 744-748, demonstram a extensão destas grandes propriedades e o agravamento dos encargos que pesavam sobre os colonos. É provável que a mesma coisa tenha acontecido em Wessex. Por outro lado, em Padan Itália e Sabina, o segundo tipo de grande domínio, com relações mais ou menos frouxas entre a reserva e as explorações, era muito mais comum devido ao dinamismo da conquista agrária em células dispersas. Por toda parte, no sul da Gália, no noroeste da Hispânia e no centro e sul da Itália, o primeiro tipo, os campos criados no *saltus*, isto é, no fundo do antigo grande domínio da antiguidade tardia, foi perpetuado, multiplicando-se, como demonstra o topônimos *herm* e *hermas* na

Aquitânia e na Galiza. Em suma, esta “invenção” de um grande domínio bipartidário deu os seus melhores resultados fora dos territórios da antiga Romanidade, onde a distinção entre escravo e livre era vaga, e sobretudo onde o proprietário tinha à sua disposição a força guerreira: entre o Lombardos, os francos australianos e os anglo-saxões.

O terceiro tipo, denominado *villa* nos nossos documentos, era uma exploração agrícola que, especialmente no caso de reis e eclesiásticos, tentava criar grandes complexos maciços, através de uma operação de concentração fundiária, em que as explorações fossem o mais próximas possível. possível à reserva para facilitar o fornecimento de corveas pelos inquilinos. Sua superfície era de pelo menos cem hectares e chegava a alguns milhares. Agrupou na reserva, então denominada solar senhorial, grandes parcelas de terras aráveis, prados, florestas e áreas não cultivadas, sem esquecer as vinhas. Ali existiam os edifícios agrícolas, os *curtís*, juntamente com os *espigueiros*, *adegas*, *moinhos*, etc. A mão de obra desta reserva era formada por escravos que viviam em casas próximas ao pátio. Outros foram dotados de terras (*casati*) em mansos vizinhos (mansos serviles) que cultivavam para cobrir as suas próprias necessidades, mas eram constantemente chamados pelo proprietário ou pelo seu administrador para realizar trabalhos na reserva. Ora, como na época não bastavam os grandes trabalhos: arar, cortar feno ou cereais e colher, então foi necessário chamar os colonos detentores de manso chamados de *ingênuos* (= livres) e que de alguma forma pagavam o aluguel de suas terras com trabalhos de diferentes tipos. Ou trabalhavam um terreno da reserva, o *ansange*, ou eram obrigados, como em Saint-Bertin, a fazer corveas de *riga*, isto é, a fazer um certo número de faixas ou sulcos. Noutros casos, tinham um determinado número de dias ou “noites” de trabalho na reserva: reparando as sebes, conduzindo cargas de vinho ou de trigo para um determinado local, e as mulheres fiando ou tecendo no gineceu, ou seja, o oficina de reserva. Por fim, devemos acrescentar os tributos em espécie ou em dinheiro que existiam em todos os lugares e em todos os tipos de grandes domínios: ovos, capões, tabletas ou chilas, leitões ou pedaços de toucinho, ou alguns denários para o censo ou o resgate de qualquer benefício antigo. Este sistema nos é revelado sobretudo pelos grandes polípticos do norte da França: Saint-Germain-des-Prés, Saint-Bertin, Saint-Rémi de Reims, Montierender e Prüm, enfim, na região entre o Sena e o Rin.

Mas por trás da aparente simplicidade do sistema reside, na verdade, uma grande complexidade e grandes variações de um domínio para outro. Este regime nunca esteve de acordo com o modelo teórico. No políptico de Saint-Germain-des-Prés, escrito no início do século IX, a área de terra arável das mansões servis varia entre 0,25 ha. para 9,25 ha. e a dos mansos livres de 1,50 ha. a 15 ha. Se certos mansos eram efectivamente ocupados por uma única família, outros eram distribuídos por vários casais, enquanto numerosos mansos eram ocupados apenas por um único colono e outros eram registados como vazios! Além disso, certos mansos servis estavam nas mãos de pessoas livres e vice-versa. Por esta razão, os impostos eram transferidos do tenente para o manso e este, independentemente da sua condição, devia pagá-los. Isto explica a uniformização da condição camponesa em torno da colónia e o aparecimento de uma dependência intermédia que só podemos descrever como não-liberdade. Estas disparidades, mesmo dentro da região que viu florescer o grande bipartidarismo clássico, só podem ser explicadas pela dificuldade que os proprietários encontraram em impor o seu sistema, fazendo com que os camponeses se deslocassem para terras domesticadas que não queriam, e provocando a iniciativas de arrendatários que

preferiram, em vez de expandir, permanecer num ambiente domesticado dividido pelo jogo da herança. A resistência dos camponeses a esta reorganização foi a causa destas inúmeras variantes.

Por isso, este “sistema” só foi quase exemplar nas regiões recentemente conquistadas para o cultivo, cujas mances e reservas foram planeadas e criadas desde o início de forma muito mais extensa e compacta, como no norte da França Ocidental ou seja nas novas terras da Baviera ou da Francônia. Em outros lugares, a concentração necessária nunca poderia ser alcançada, e muitas vezes o vocabulário que designava as antigas tramas aparece como uma filigrana. Em Beauvaisis, por exemplo, vemos um vasto pomar (*seticus*) convertido em reserva! Apesar destas dificuldades, esta organização “dominical”, com a sua ligação orgânica entre a reserva e os mansos, espalhou-se por todo o reino carolíngio, adaptando-se às situações locais. Em Saint-Rémi de Reims, alguns camponeses chamados *legistas foram friamente deixados de fora do sistema* . No Maine, Anjou e Touraine, os antigos lotes criados a partir de clareiras feitas por escravos foram transformados em mances. Basta rever todos os diplomas reais emitidos por Carlos, o Calvo, para perceber que, durante o seu reinado, este regime de organização fundiária atingiu os territórios entre o Sena e o Loire. Mas a sua fronteira não chegava à Bretanha, não atravessava o Loire; Chegou a Cosne, evitou o Morvan e na Borgonha não se aventurou além de Macon, enquanto caracterizava o centro e o norte da Lotaríngia. Esta expansão corresponde exactamente à área abrangida pela *missática* , onde a autoridade carolíngia era mais forte. Sem dúvida, a difusão deste tipo de grande propriedade foi estimulada pelo poder político, talvez com o propósito de harmonizar os recursos fiscais e eclesiásticos; e, conseqüentemente, os dos nobres que serviram ao Estado Carolíngio. As vantagens económicas obtidas foram tais que foi necessário tentar tudo para obter a sua generalização. Não concluamos daí que este sistema abrangia todo o território, pois temos inúmeras evidências de que a pequena propriedade continuou a ser maioria mesmo nestas regiões. Simplesmente, era um instrumento político para organizar as estruturas governamentais: provisões para as tropas, benefícios para os vassalos, honra para os condes, comida para os pobres, etc.

Onde a influência política dos reis era direta, este tipo de domínio era reforçado. Isto é claro para a Inglaterra saxónica, onde, após as lutas contra os dinamarqueses, o *feudo inglês* fortaleceu os laços entre a reserva e as explorações. Num domínio de Hampshire, os *ceorls* que detinham *peles* davam ao senhor quatro denários por ano e por *pele* , cerveja, trigo e cevada; Cultivaram cerca de um hectare da reserva e semearam-no com a sua própria semente, ceifaram menos de um hectare de prado e foram obrigados a aparecer na reserva todas as semanas para realizar corveas (excepto três vezes por ano). No entanto, anteriormente apenas *geburs* e *gesiths* eram necessários desta forma. Por outro lado, quando o poder real era indireto, especialmente nos vice-reinados, vemos desaparecer esse tipo de grande domínio carolíngio e reaparecer os dois primeiros. Na Aquitânia, os latifúndios compreendiam diversas terras exploradas directamente, denominadas solares ou *capmansos* , e numerosos mansos dispersos, muitas vezes muito distantes dos primeiros. Não houve ligação entre o primeiro e o segundo. Da mesma forma, na Germânia, o *curtis* era muitas vezes apenas um centro de arrecadação de impostos. A justaposição de dois setores, reservas e participações, também é percebida nas áreas aráveis italianas: as planícies do baixo Pó e da Sabina. Noutras partes eram os escravos que trabalhavam na

reserva, e nas explorações isso era feito por camponeses livres, contratuais, os *libellarii*, que tinham de entregar uma parte da colheita ao proprietário e às vezes um ou dois dias por ano, da *córvea*. A Itália tinha um sistema de grandes domínios muito mais flexível que o da França. A *casa colonial*, a posse camponesa, nunca foi superpovoada porque nenhuma tentativa foi feita para concentrar ou reagrupar terras. A resistência dos camponeses foi maior e o poder político foi mais fraco.

AS NOVAS TROCAS

É agora possível observar a mudança da economia local para a economia ressurgente de trocas, particularmente nas áreas essenciais: Planície do Pó, França, Frísia e Inglaterra, e também compreender como uma economia de mercado rudimentar poderia desenvolver-se, quer graças à economia urbana renovação ou através de um sistema monetário padronizado em todo o mundo europeu conhecido, com novos circuitos internacionais.

Remodelar a cidade

Uma das primeiras tarefas de Carlos Martel foi facilitar, com o capitular de 744, a criação de mercados rurais em cada *vicus*. Eles se multiplicaram rapidamente. Ali, os bens de primeira necessidade eram trocados por uma única moeda, o denário (*per denarata*), expressão que deu origem à palavra francesa *denrée* ("produto"), aquilo que se compra com um denário. O seu sucesso foi tal que Carlos, o Calvo, em 864, tentou limitar o seu número. Outros mercados surgiram junto às cidades, nomeadamente feiras de vinho, como as de Troyes, Chappes, perto de Bar-sur-Seine, e Saint-Denis, que abriam todos os anos a 9 de outubro. Na Alemanha, os reis multiplicaram as autorizações para criar portos e mercados. Um poste de madeira (*stapl*) era cravado nas proximidades de uma fortificação circular de terra, como os *grods eslavos*, ou de um antigo sítio urbano, ou mesmo numa praia. Daí o nome do porto de Étaples e a palavra "palco", que originalmente significava local de troca. O fenómeno foi tão difundido que só pode ser uma evidência adicional do aumento da oferta de produtos para troca.

Isso repercutiu nas cidades. Recordemos a quantidade de igrejas, catedrais e abadias construídas ou reconstruídas nos séculos ^{viii} e ^{ix}. Depois do Concílio de Aachen, organizou-se a vida canónica: foi necessário instalar um claustro e casas para os cônegos dentro de cada cidade episcopal. Isto levou a uma verdadeira remodelação das cidades antigas. Muitas vezes, nesta ocasião, a antiga muralha do século III foi demolida e as suas pedras utilizadas para construir novos edifícios. Além disso, a mudança na liturgia implicou o desaparecimento de múltiplos santuários merovíngios temporários para reagrupá-los em vastas naves. Em Lyon, Leidrade reparou os telhados de Saint-Jean e Saint-Etienne, ampliou o seu palácio episcopal, construiu o claustro canónico e restaurou duas igrejas e três mosteiros. Metz, Arras, Reims, Le Mans e Vienne cresciam visivelmente. Subúrbios habitados por comerciantes surgiram fora das antigas muralhas. Metz tinha vinte e quatro igrejas, das quais dezessete estavam fora dos muros. Logo um frenesi de grandeza abalou os construtores da igreja. Enquanto as igrejas merovíngias ultrapassavam apenas excepcionalmente os 20 metros de comprimento, a primeira igreja de Reichenau, que tinha

21 metros em 724, subiu para 43 metros em 746. Saint-Just de Lyon, reconstruída por Agobard, atingiu mais de 60 metros de comprimento. A Catedral de Colônia, iniciada em 800, atingiu 94,5 metros; Fulda tinha 39 metros em 744, e em 842 tinha ido para 98 metros. Por fim, Saint-Gall, segundo o seu plano e escavações, bateu o recorde com 102 metros. Depois, por volta de 820-830, esta corrida ao gigantismo parou devido à falta de novos meios financeiros. A Catedral de Hildesheim, construída entre 852 e 872, tinha apenas 60 metros de altura. Tudo isto revela a mesma dicotomia que encontramos várias vezes: expansão até meados do século IX e depois recessão.

As cidades antigas estavam despertando. Em Roma, os papas restauraram ou reconstruíram mais de vinte igrejas, desde Adriano I, falecido em 795, até Leão IV, falecido em 852. Nos reinos espanhóis asturiano-leoneses, desde Ordoño I, por volta de 860, até Ramiro II, por volta de 940, vinte e quatro cidades recuperadas dos muçulmanos foram inteiramente repovoadas com cristãos descendentes das montanhas, nomeadamente Astorga, Burgos e Ávila. Na Inglaterra, todas as antigas cidades romanas tornaram-se bispados: Canterbury, Rochester, Londres, Winchester, Dorchester, Leicester e York. Mas, a partir do reinado de Alfredo, foram logo superados pelos portos, os *wics* e sobretudo os *burhs*, ao mesmo tempo cidades e mercados fortificados. O aparecimento de novas cidades também foi característico do norte da França. Na foz do Aa, a partir do porto, e ao pé de duas abadias, Saint-Bertin e Saint-Omer, desenvolveu-se uma aglomeração comercial. No Escalda, em torno dos mosteiros de Saint-Pierre, no Monte Blandin, e Saint-Bavon, de um castelo construído em 900, Gante nasceu gradualmente, e mais acima, num tesouro imperial, Valenciennes. Regensburg, cujo bispado foi criado em 739, mais tarde, em 917, incorporou o bairro de Saint-Emmeran e o bairro mercantil ao seu núcleo primitivo.

Esta recuperação foi evidentemente retardada pelas invasões escandinavas. Aqueles que fizeram brechas importantes nas muralhas galo-romanas tiveram que se apressar para tapá-las. Em 869, Carlos, o Calvo, ordenou que as cidades fossem fortificadas. Primeiro os subúrbios foram cercados por paliçadas e castelos de madeira, depois um muro de pedra cercou Saint-Vaast em Arras, Saint-Rémi em Reims e Saint-Martial em Limoges. Em Saint-Omer, as duas abadias foram unidas por uma única parede a partir de 879. O bispo de Metz reconstruiu a muralha romana e incluiu uma igreja externa. Em Troyes, após o incêndio de 887, a população agrupou-se no recinto galo-romano, que foi reconstruído. Na Provença, porém, as perdas foram muito claras; certos subúrbios e algumas cidades, como Fréjus ou Cimiez, foram esvaziados. O mesmo aconteceu nos portos germânicos, que tinham construções de madeira espalhadas ao longo da costa: Hamviih, Quentovic e Duurstede, onde os incêndios e os saques foram desastrosos. Todas acabaram por ser completamente abandonadas, apesar de algumas recuperações após saques, pela razão essencial de serem cidades de rápido crescimento criadas apenas por um tipo primitivo de expansão e que não eram sustentadas por construções sólidas. No início do século X , já tinham desaparecido, da mesma forma que Haithabu foi sendo abandonado aos poucos, apesar das suas grossas muralhas de terra, em favor de Slesvig, bispado e verdadeira cidade nova. No total, então, o despertar das cidades foi interrompido. Mas a maior parte do progresso alcançado foi preservado e a estagnação que se seguiu não pode ser equiparada a um retrocesso.

Neste primeiro e breve choque urbano, como na recuperação ou inovação das trocas, o papel do instrumento monetário parece ter sido o capital. Após um retorno, exige uma investigação precisa.

Em primeiro lugar, o pelourinho deflacionário imposto pelo sistema monetário do final do Império Romano desapareceu já no século ^{viii}, por iniciativa dos dinâmicos mercadores frísios e anglo-saxões. Para comprar os produtos pesados ou leves de consumo atual que ofereciam, o padrão ouro tornou-se cada vez mais incômodo. Na verdade, depois que os cunhadores de Duurstede cunharam imitações dos *trientes merovíngios*, por volta de 630-650, o declínio da influência franca permitiu que os frísios inovassem. Mais ou menos na mesma época que seus rivais anglo-saxões, entre 650 e 660, emitiram moedas de prata chamadas *sceattas*, do inglês antigo *sceatt* (alemão *Schatz*, tesouro). Alguns às vezes traziam inscrições rúnicas. A área em que estas moedas foram descobertas corresponde exactamente à área de influência comercial dos Frísios por volta de 730-740: Inglaterra propriamente dita, norte da Gália, Mosa, Reno, Frísia e Dinamarca. Às vezes chegavam à foz do Loire e do Gironda e até da Provença. Portanto, diante de tamanho sucesso, o reino merovíngio, graças à abertura das minas de prata de Melle, em Poitou, por sua vez lançou uma moeda de prata: o denário. Seu peso era de aproximadamente 1,23 gramas e acabou eliminando as antigas moedas de ouro, que eram incessantemente desvalorizadas. Estes últimos foram cunhados em Marselha por volta de 690-700, enquanto o denário apareceu por volta de 670. Finalmente, apenas al-Andalus e Lombardia mantiveram o padrão-ouro. Os primeiros dinares de ouro cunhados, análogos em peso e títulos ao *nomismo bizantino*; a segunda, cujo monopólio real estava intacto, continuou a cunhar ouro devido aos seus laços económicos com Bizâncio. Na verdade, embora as moedas bizantinas tenham desaparecido depois de 670 dos tesouros descobertos na Gália, ainda estão presentes, após esta data, naqueles encontrados na planície do Pó.

As vantagens da nova moeda de prata eram inúmeras. Por ter menor poder aquisitivo que o ouro, graças à relação de um para doze entre o preço dos dois metais, a prata possibilitou a compra de menores quantidades de mercadorias. Enquanto o salário ou o terço do salário obrigava o camponês a vender o seu excedente de trigo em grandes quantidades para pagar o imposto, a partir de então com um denário ele poderia adquirir um porco ou o moyo de trigo que lhe faltava. Enquanto no século ^{vi} a utilização do ouro monetizado fez afundar brutalmente os preços e fazê-los disparar, caricaturando os caprichos da situação, a partir do século ^{viii} a moeda prata permitiu que os preços subissem ou caíssem mais lentamente, com base numa procura mais bem distribuída ao longo do tempo. e volume. Em suma, a perda de poder de compra da unidade monetária foi largamente compensada pelo ganho no número de utilizadores da nova moeda. Certamente o denário não permitia a compra de um ovo ou de um pão, pois não era cunhado nenhum submúltiplo. Mas esse não era o problema da sociedade da época, cujas despesas eram feitas ao nível de uma casa de família muito grande ou através de permuta. O que era importante era o acesso à economia monetária para toda uma massa de produtores e consumidores para seu próprio uso. Consequentemente, o *sceatta* e o denário permitiram um aumento certamente importante no volume de trocas, no número de clientes e na velocidade de circulação das moedas. É por isso que as suas quantidades eram insuficientes, como se pode verificar pela sua contínua desvalorização durante a época dos

primeiros carolíngios. Mas, ao mesmo tempo, isto mostra que a deflação deu definitivamente lugar à inflação e que a expansão tinha apenas realmente começado.

Também aqui a acção de Carlos Magno foi decisiva, embora não tenha feito mais do que generalizar soluções anteriores. Antes de Pepino, o Breve, o denário foi desvalorizado e caiu para 1,10 gr. O primeiro gesto do rei foi voltar à cunhagem monetária e emitir moedas de qualidade. Em 751 apareceu um novo denário, medindo 1,23 gr. A partir daí eram necessários 12 denários, e não mais 40, para completar um salário. Depois, enquanto o rei se esforçava para fazer desaparecer a cunhagem privada, o denário passou para 1,30 gr. Tornando-se senhor da Itália, Carlos Magno eliminou a moeda de ouro como padrão. Finalmente, em 793-794, pela capitular de Frankfurt, decidiu imitar o denário Offa (*centavo*) e lançou uma nova moeda com o peso de 1,70 gr. Isto coincidiu com a reformulação de todo o sistema de pesos e medidas. O “grão” de cevada, unidade de peso germânica, foi substituído pelo grão de trigo, unidade de peso romana, que passou assim de 0,048 gramas para 0,053 gramas e desta forma o peso da libra foi elevado para 409 gramas. Ao mesmo tempo, surgiu uma nova unidade monetária, o óbolo, que valia meio denário. Durante o reinado de Luís, o Piedoso, por volta de 829-835, uma nova reavaliação colocou o denário em 1,75 gr. Depois, durante o de Carlos, o Calvo, embora o monopólio completo da cunhagem monetária tivesse sido recuperado, para suprimir a falsificação, o rei tentou, com o édito de Pitres de 864, concentrar as emissões em apenas nove oficinas. Da mesma forma, o denário foi reduzido para 1,50 gr. Mas a reforma falhou e durante o reinado dos seus sucessores a desvalorização do peso reapareceu imperceptivelmente. No século x, os denários do tipo imóvel de Carlos, o Calvo, pesavam cerca de 1,30 gr. A cunhagem privada reapareceu em Corbie por volta de 884-887 e por volta de 900-910 com a cunhagem dos duques da Aquitânia; e os príncipes territoriais fizeram o mesmo. Em vez disso, o Império Otonida e o reino anglo-saxão continuaram a centralizar a cunhagem monetária, preservando assim o sistema carolíngio.

Triunfo de Prata

Este breve esboço da evolução monetária merece ser explicado. O triunfo do monometalismo da prata era desejado. O seu fraco poder de compra permitiu a multiplicação dos mercados rurais. Além disso, estes denários foram cunhados em quantidades imensas. Jan Dhondt destacou que os 230.000 *dirhams* de prata descobertos na Escandinávia e na Rússia correspondem à capital de meia dúzia de comerciantes “varangianos” ou “russos” e que as 60.000 libras de prata dos *Danegelds* dadas aos vikings por Charles El Calvo representavam a arrecadação de 14.400.000 denários. O estudo das matrizes é ainda mais revelador. De 5.000 matrizes encontradas e utilizadas nas oficinas do rei Burgred da Mércia (852-874), foram cunhadas mais de cinquenta milhões *de centavos* . O tesouro Ide, datado de 850 e descoberto na Holanda, demonstra, através dos seus 112 denários, uma circulação de pelo menos dez milhões de moedas. Estamos, portanto, num período de recuperação económica, porque o aumento do número de moedas deve ter correspondido ao aumento da oferta nos mercados. Mas então, por que, nessas condições, o denário foi revalorizado em duas ocasiões? Não foi um regresso a uma política monetária deflacionista que pôs em causa o despertar económico? Talvez tenha sido consequência das

variações de preços dos metais preciosos no mercado internacional. A proporção entre ouro e prata era, no Ocidente, de 1 para 12. No Oriente bizantino e muçulmano, que emitia salários de ouro e *dinares de ouro*, depois em al-Andalus, que a partir de 929 substituiu o *dirham* de prata pelo *diñar de ouro*, o Estado aumentou os preços do metal ouro em detrimento da prata. Os preços do metal prata eram, portanto, mais baixos no Oriente do que no Ocidente. Os mercadores internacionais, italianos ou judeus, que frequentavam Alexandria, podiam então envolver-se em dois tipos de especulação. Ou compravam prata na proporção de 1 para 15, por exemplo, e revendiam-na no Ocidente para cunhar denários na proporção de 1 para 12, de modo que, antes da reforma de 794, ganhavam em peso de prata e em número. . de denários, ou preferiam importar *dinares* e vendê-los ao preço internacional, em troca da prata metálica ao preço europeu, que era mais elevado. Eles então ganharam com a diferença no preço do metal prata entre o Ocidente e o Oriente. Os imperadores carolíngios, que tinham horror à especulação, preferiram, nestas condições, igualar o valor nominal do denário ao valor intrínseco da prata e depois reavaliá-lo. Esta política não impediu em nada as trocas, apesar do aumento do poder de compra, porque temporariamente a moeda ouro, graças a estas trocas, reapareceu para transações muito grandes.

Com efeito, além de algumas peças de ouro de prestígio emitidas em 814 e 815 por Luís, o Piedoso, sabemos que moedas de ouro chamadas *mancusi* circularam na Itália, França e Inglaterra. Eberardo, Marquês de Friuli, em seu testamento, datado de 838, legou cem *mancusi* a um de seus filhos. Offa (757-796) cunhou moedas deste tipo. Foi uma imitação do *diñar muçulmano*. Por outro lado, a palavra árabe *manqush* significa “gravado”. Esta circulação de moedas de ouro estava provavelmente limitada às personalidades mais ricas do Império, e era mais frequentemente um tesouro do que colocada em circulação. Em todo o caso, estas moedas, segundo as menções nos textos e nos achados, correspondem à zona de trocas comerciais mais intensas da época: o eixo Itália, Frísia, Inglaterra. Mas as descobertas são muito poucas. Das trinta e seis descobertas, apenas seis dizem respeito ao período 750-850. Demarcam, portanto, o mesmo período de prosperidade que indicamos, em que a quantidade de produtos a trocar tornava necessário o regresso ao ouro em certos casos. Sete outras descobertas, de 880 a 950, feitas nas costas, vêm de ataques vikings. Assim, a contribuição do ouro muçulmano desempenhou um papel muito fraco na economia carolíngia, o de simples nota e anúncio do papel que desempenharia nos séculos ^{xii} e ^{xiii}. Além disso, quando a prata muçulmana deixou de chegar à Escandinávia, as moedas de prata inglesas e carolíngias, raras no século ^{ix} (102 na Escandinávia e 115 na Polónia), tornaram-se então a maioria. Encontramo-nos, portanto, no meio da génese de uma zona monetária prateada que saiu para conquistar mercados externos.

Instrumento de expansão, o denário foi também um instrumento político. Carlos Magno e Luís, o Piedoso, aproveitaram plenamente uma iniciativa de Dagoberto e Santo Eloy: a moeda cunhada no palácio. Tratava-se de centralizar as emissões monetárias para que a fraude fosse nula e sem efeito. Esta cunhagem foi praticada até o reinado de Eudes, inclusive, e talvez até mais tarde. Os locais onde as moedas foram descobertas mostram claramente as áreas comerciais mais importantes: França ao norte do Loire, Frísia e Inglaterra. Carlos, o Calvo, com seu edital de 864, quis concentrar as oficinas, além do palácio, em Quentovic, Rouen, Reims, Sens, Paris, Orléans, Chalon-sur-Saone e Melle (onde estavam localizadas as minas de prata). Estas são as grandes metrópoles económicas do

reino da França Ocidental, às quais seria necessário acrescentar os portos do Mosa e do Reno. O estudo da circulação das moedas de Carlos, o Calvo, demonstra, de facto, que em todo o território. reino a circulação local, exceto na própria França, do Sena ao Reno As moedas da Aquitânia, Inglaterra e Itália chegaram através de Rouen, Quentovic e Duurstede. Nenhum veio da Lotaríngia ou da Germânia, onde ainda não existiam oficinas de cunhagem. Em vez disso, as moedas cunhadas na França inundaram literalmente os países da Renânia, a Nêustria e a Borgonha. Além disso, 20% desta circulação era composta por ácaros, prova das inúmeras pequenas transações. Assim, podemos confirmar a importância económica desta região, verdadeiro centro de gravidade política, agrícola e comercial do Império Carolíngio.

Depois permanecem os países que não cunharam dinheiro: norte da Hispânia, Irlanda, Escócia e Escandinávia. Os vikings foram durante muito tempo avessos ao instrumento monetário e as suas primeiras moedas datam, de facto, do século x. Mas, na realidade, a troca foi influenciada pela proximidade das moedas roubadas. Os vikings usavam folhas de prata, de peso idêntico, chamadas de prata lapidada (*hacksilber*). Outros usavam colares de prata marcados com uma marca regular e que eram quebrados peça por peça conforme a necessidade. Eles exigiram que o *danegeld* lhes fosse entregue em lingotes de prata depois que as moedas fossem derretidas. A economia escandinava estava, portanto, em vias de se interligar com a do norte da Europa. Mas então por que recorreram a *ataques* de pilhagem em vez do comércio? A única hipótese que explica a multiplicação dos *ataques* após 840 é a seguinte: sem meios de troca para compensar as compras de trigo e vinho, os vikings acabaram levando prata onde quer que a encontrassem. O objectivo do *ataque* era aliviar as suas deficiências num grande comércio que não dominavam, ao contrário dos varangianos, que conseguiram impor-se pacificamente na Rússia. Os vikings obtiveram pela força o que os freios da expansão não podiam mais lhes proporcionar através da troca normal. Na verdade, o desaparecimento do ouro no auge das suas expedições e a desvalorização do denário a partir de 864 são reflexo de uma diminuição das trocas e de uma inversão da tendência do preço do metal prata, que voltou a aumentar.

As novas rotas comerciais nos séculos VII e VIII

O antigo comércio mediterrânico continuou no século vii, mas mudou a sua natureza e reduziu o seu alcance. Produtos de luxo (seda, especiarias, incensos e perfumes) ainda eram importados, sem desconsiderar os bens básicos exportados: madeira, *garum* , escravos, etc. Mas o azeite e o papiro desapareceram, sendo substituídos pela cera para iluminação e pelo pergaminho. As rotas marítimas mudaram com a integração do reino lombardo no cristianismo e o surgimento do Islão: a viagem hispânica tornou-se episódica, Cartago deixou de servir de escala, Narbonne e Marselha desapareceram como pontos finais das rotas bizantinas. Mesmo que as relações com Alexandria se mantivessem, de facto o sector ocidental do Mediterrâneo sofreu uma diminuição do tráfego devido ao aumento da pirataria muçulmana, em benefício do mar Tirreno e dos passos alpinos que foram reabertos pelos lombardos. De 630 a 640, a rota da Provença ao longo do Ródano, Saône, Meuse e Reno tornou-se cada vez mais eclipsada pela do Pó, das passagens alpinas e do Reno. Enquanto mercadores e peregrinos anglo-saxões apareciam neste novo itinerário,

os empresários gregos e sírios. desapareceu em benefício dos judeus. Com efeito, estes últimos mantiveram o antigo tráfego para África através da Península Ibérica, e para Leste através da Itália. Começaram até a se estabelecer nas cidades de Mosan e da Renânia (Verdun, Mainz) e entraram em contato com os mercadores francos que iam em busca de escravos e peles além do Elba, no coração do território eslavo.

Este aparecimento de novas rotas continentais correspondeu a novas atividades marítimas, especialmente no Mar Tirreno. A partir de 680, os lombardos, empurrando os bizantinos de volta para a costa, desbloquearam o comércio interno. Mercadores de Comacchio subiam o Pó e trocavam o sal das suas salinas e o peixe pelo trigo do interior, mas também vendiam pimenta e azeite, prova de um comércio ainda mais distante. Os cidadãos que fugiram dos lombardos desde finais do século ^{vi}, para viver entre os pescadores nas lagoas, acabaram por fundar várias pequenas cidades no quadro bizantino, entre as quais começou a localizada na ilha de Rialto, Veneza. para se tornar o mais importante. Em 726-727, como Ravenna faria mais tarde, Veneza elegeu seu duque pela primeira vez, rebelando-se contra a iconoclastia bizantina. O primeiro Doge, Paulo, e o seu sucessor, Orso, rapidamente alargaram o seu domínio marítimo, enquanto os seus marinheiros vendiam madeira e escravos eslavos aos bizantinos e muçulmanos. Veneza, graças, por um lado, às suas relações continentais através de Pavia e das rotas alpinas, e, por outro, às suas relações marítimas, tornou-se um poderoso organismo económico na foz da planície do Pó, cujo progresso agrícola, interrompido em nos séculos ^v e ^{vi}, foi gerado novamente. O desenvolvimento de Ravenna e do seu porto, Classis, agora cheio de areia, testemunha uma primeira tentativa devido ao final da época romana. Mais a norte, mas também mais perto do Passo do Brenner e dos territórios germânicos, Veneza fez uma segunda tentativa: esta seria a boa.

A situação era a mesma no outro extremo das rotas comerciais, mas menos madura. A progressão franca em direção à Frísia e a chegada de monges e mercadores anglo-saxões mudaram os eixos comerciais. A antiga estrada romana que passava por Boulogne, Thérouanne, Arras, Cambrai, Maastricht e Colônia pereceu, enquanto, no Mosa, Verdun, Mouzon, Dinant, Namur e Huy tornaram-se centros de intercâmbio tanto mais importantes quanto eram a saída natural de os produtos dos grandes domínios carolíngios vizinhos. No século ^{viii}, finalmente, o bispado da região acabou por se instalar em Liège. O eixo Mosan tornou-se fundamental. Por conta disso, duas portas foram desenvolvidas. Os saxões de Quentovic no Canche tornaram-se cristãos por volta de 660, e a atividade deste porto, assim como a de Rouen, estava cada vez mais ligada à Inglaterra, quer na direção de Hamvih, quer na direção da abertura do estreito de La Mancha e Londres. Relações cada vez mais frequentes animaram as costas da Irlanda, Inglaterra e norte da Gália, até Poitou. Os produtos trocados eram escravos das ilhas, vinhos do continente, estanho da Cornualha, chumbo de Melle, no Poitou, e sal da foz do Loire. Quentovic foi de alguma forma o ponto de convergência de todas estas trocas com o mundo anglo-saxão. Mas sofreu a concorrência de uma potência marítima claramente superior, a dos Frísios. Do Escalda ao Elba, conseguiram dominar todas as costas e fozes dos rios. Uma vez derrotados e dominados por Carlos Martel, em 734, continuaram, no entanto, a sua expansão a partir do seu principal *empório* : Duurstede. Provavelmente fundada no início do século ^{vii}, entre o tortuoso Lek e o Reno, tornou-se rapidamente o ponto de contacto de todos os comerciantes vindos de Inglaterra, do Reno ou da Escandinávia. Com as suas grandes casas de madeira e cais de troncos

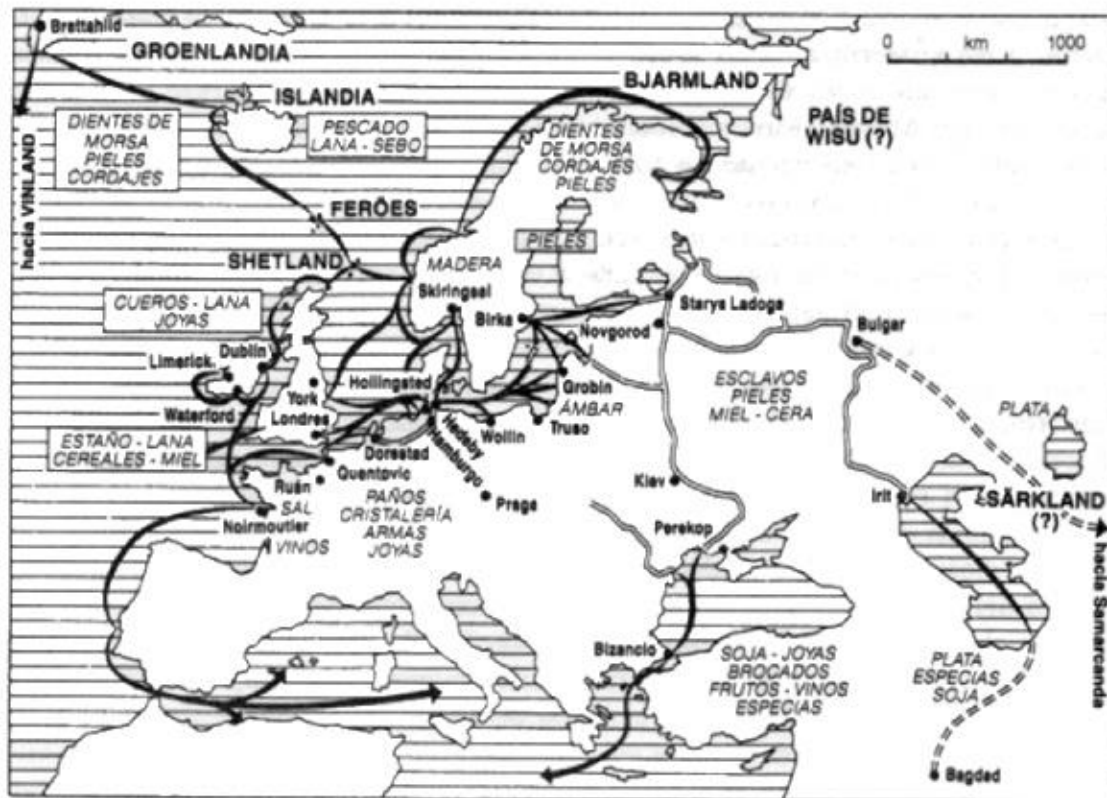
colocados lado a lado sobre palafitas, atraiu a essência da vida marítima do Mar do Norte e até do Mar Báltico. Escavações arqueológicas demonstraram a importância do seu comércio e, além dos produtos clássicos já mencionados, a exportação de vidraria da Renânia para a Suécia, e a produção e venda de panos de lã, chamados Frísios por serem precisamente fabricados no país. Foram encontradas até tábuas de barris untadas com piche, prova de um comércio de vinho de tipo mediterrâneo. A atividade dos Frísios foi multiforme. Subiram o Reno para comprar trigo em Mainz e Worms; Subiram o Mosela até Trier, o Sena até Saint-Denis. Na Inglaterra estiveram presentes em Londres e York. Na Escandinávia estabeleceram-se em Ribé, em Haithabu, no istmo dinamarquês e em Birka; na Suécia, perto do Lago Malar. Este embrião de rede comercial mostra que um novo espaço marítimo nasceu em torno do Mar do Norte a partir dos grandes eixos fluviais Reno-Mosan.

Podemos perguntar-nos sobre as causas deste desenvolvimento, que apareceu repentinamente. Vimos as suas bases humanas e económicas. Mas a inovação técnica foi certamente uma das chaves para a expansão. No início do século VIII, o uso da vela quadrada tornou-se comum nos navios a remo frísios, libertando espaço e mão-de-obra. Mas também os frísios inventaram um novo tipo de barco no decorrer do século VIII, o *houlke*. Este barco redondo e com mastro era capaz de resistir às ondas do alto mar, bem como subir os rios. Tal como o navio descoberto em Utrecht, poderia transportar dez toneladas de carga. Portanto, isto constituiu um primeiro progresso em relação às tonelagens da Antiguidade tardia. O poder marítimo da Frísia é, portanto, a prova do advento de um novo espaço comercial marítimo no norte da Europa e o sinal de uma mudança do centro de gravidade da civilização para além dos antigos limites do Império Romano. O grande eixo económico europeu, da Itália aos Países Baixos, acabava de surgir.

No início do século IX: primeira expansão?

Podemos imaginar os circuitos comerciais da Europa carolíngia e ottoniana da seguinte forma: tudo gira em torno de dois grandes pólos económicos: Veneza e Pavia ao sul, e Quentovic e Duurstede ao norte, até à sua destruição. Entre eles, as passagens dos Alpes eram, juntamente com os dois portos nórdicos, os maiores pedágios do Império, nos quais eram cobrados 10% *ad valorem* de todas as mercadorias à medida que passavam. O eixo económico europeu estava, portanto, bem definido. O sector mediterrânico esteve activo especialmente no Adriático. Veneza acabou eliminando Comacchio e apoderando-se do monopólio do sal. Em 883, cunhou dinheiro e lutou contra os escravos, os croatas e os sérvios pagãos, que reduziu à escravidão e vendeu aos muçulmanos, apesar das proibições. Mas também forneceu madeira para as oficinas navais egípcias e armas. Dois mercadores aproveitaram-se para roubar, em 828, em Alexandria, as relíquias do apóstolo São Marcos, que então se tornou o padroeiro do novo poder. Em Bizâncio vendiam os mesmos produtos que no Egito, além do trigo, e adquiriam seda e especiarias. As cidades da Campânia seguiram o exemplo, aliando-se ainda mais claramente aos vizinhos muçulmanos. Por outro lado, do Tibre ao Ebro, a guerra contínua com o Islão e a pirataria impediram o comércio regular. Apenas a rota continental que atravessava o Languedoc e os Pirenéus ocidentais ou orientais permitia o comércio regular com al-Andalus. Judeus e cristãos

vendiam escravos, principalmente eunucos. Na época de 'Abd-al-Rahman III, por volta de 930, Córdoba contava com uma guarda pessoal do califa composta por quatorze mil escravos. Ele próprio era filho de um cativo cristão, de quem herdou olhos azuis e cabelos loiros. Os andaluzes também compraram peles, armas e tecidos francos, e deram aos cristãos perfumes, especiarias, sedas e couros tingidos de Córdoba. Por outro lado, apesar do *diñar de Offa*, não há provas de que tenham existido relações marítimas contínuas entre al-Andalus e a Inglaterra.



Rotas comerciais vikings.

Para entrar na Europa pelo Oriente, o melhor era, portanto, sair de Veneza subindo o Pó até Pavia, verdadeira plataforma giratória do comércio internacional, em direção à França e à Alemanha. Peregrinos anglo-saxões em direção a Roma, assim como mercadores, chegaram lá vindos das passagens alpinas. Enquanto os venezianos vinham coletar trigo e vinho, os anglo-saxões traziam-lhes armas, peles, cavalos, tecidos de lã e linho, tecidos de cânhamo e estanho dos francos. Saíram, evidentemente, com produtos orientais comprados aos venezianos. No século x, este comércio continuou normalmente. Três itinerários possíveis, depois das passagens alpinas, levaram-nos a Rouen, Quentovic ou Duurstede e depois a Inglaterra. Ao longo do Reno encontraram os Frísios, que subiram o rio puxando os seus navios, a pé, ao longo da costa. Compravam trigo das planícies germânicas, vinho das encostas da Renânia e vendiam *pallia frisonica*, panos de lã tingidos em diversas cores

que já anunciavam os famosos panos da Flandres do século ^{xii}. Ao passarem, compraram cerâmicas e mós de lava de Mainz, para vendê-las na Inglaterra e em Haithabu, e artigos de vidro de Colônia para a Suécia. As escavações arqueológicas de Duurstede demonstraram a importância das atividades deste porto: tecelagem, trabalho em ferro e cobre, trabalho em osso e âmbar. O número de moedas francas ali descobertas mostra que sua atividade aumentou regularmente de Pepino, o Breve, a Luís, o Piedoso; depois, durante o reinado de Lotário I, ocorreu a ruína e no final do século o desaparecimento.

Duas principais rotas comerciais foram abertas a partir de Duurstede. A primeira fazia fronteira com os *terpenos da Frísia* e permitiu-nos chegar ao istmo dinamarquês; depois, por via terrestre, o porto de Haithabu, outro grande centro internacional. É claro que os frísios passaram a vender sedas, especiarias, vinhos e outros produtos ocidentais, em troca de peles, couros, âmbar, cera, mel e até manteiga, que era transportada em tigelas de pedra-sabão. De lá você pode ir de ilha em ilha até Birka, na Suécia, outro centro cosmopolita, ou até Kaupang, na Noruega. Desses portos, os escandinavos foram para a margem sul do Báltico e entraram na Rússia. Mas a partir de meados do século ^{ix}, os vikings, como vimos, cortaram claramente o grande comércio frísio, e escavações arqueológicas por toda a parte mostram o seu domínio neste sector e até nas costas inglesa e irlandesa. As colónias dinamarquesas ou norueguesas de York e Dublin praticavam um comércio completamente diferente, orientado para a Dinamarca e a Islândia. No século ^x, escravos e vinhos continentais, peles e presas de morsas do Cabo Norte e da Groenlândia, seda e especiarias do Báltico, via Rússia, chegaram a Dublin. Até os tecidos de lã irlandeses chegaram a Londres.

Os sectores Duurstede-Londres, Quentovic-Londres e Rouen-Hamwih também estiveram muito activos, nomeadamente nas exportações de vinhos parisienses e de sal da foz do Loire. Em troca, os anglo-saxões exportavam estanho e tecidos. Em suma, desenvolveram-se dois mundos marítimos que praticavam tanto o comércio pesado como os bens de luxo. O mais novo, o espaço nórdico, parecia bloqueado pelo desaparecimento, no século ^x, de todos os seus grandes portos: Quentovic, Hamwih, Duurstede, Haithabu, Birka e Kaupang. Mas este retrocesso foi apenas aparente, porque os sucessores destes demasiado jovens *empórios* já nasceram desde meados do século ^x. Por outro lado, o espaço mediterrânico, com Veneza, acabava de obter uma vantagem considerável que não foi diminuída nem bloqueada.

Comerciantes ainda à margem da sociedade

Quem diz comércio diz comerciantes. Eram de todos os tipos e muito difíceis de compreender, pois não interessavam muito aos escribas do mundo clerical. Da época anterior surgiram os judeus, sempre intactos nas suas comunidades no Languedoc e, depois, também em Champagne. Os seus grupos mais importantes localizavam-se ao longo dos grandes eixos comerciais: Narbonne, Arles, Vienne, Mácon, Verdun, Troyes e as grandes cidades da Renânia. Carlos, o Gordo, transferiu aquele de Lucca para Mainz. Outra logo se estabeleceu em Magdeburgo, no final da grande rota continental que chegava a Kiev, passando por Praga e pela Polónia. No início do século ^x, na portagem de Raffelstetten, na confluência do Enns e do Danúbio, era comum e um costume muito antigo a entrada de

comboios de escravos no Império. Outros, chamados Radanfés, castravam os escravos em Verdun e enviavam-nos para al-Andalus, em direcção a Saragoça e Toledo, ou enviavam-nos com a sua carga para o Egipto. Esses mercadores profissionais, cuidadosamente protegidos pelos imperadores, a quem às vezes serviam como embaixadores, eram certamente muito ricos. Em 877, Carlos, o Calvo, tributou-os com um décimo do valor de suas mercadorias, em contraste com outros comerciantes que foram tributados apenas com um décimo primeiro. Estes últimos foram, sem dúvida, de origens diversas, mas é preciso dizer que se destacam os Frísios. As suas colónias estabeleceram-se ao longo do Reno, de Birten a Estrasburgo, e a partir do século ^x nos rios germânicos, em Hildesheim, Brunswick ou Magdeburg. Outros estabeleceram-se em Hamwih, Iorque, Haithabu e Birka, na Suécia, mas só lá permaneceram durante a primeira metade do século ^{ix}.

Esses pequenos comerciantes independentes fundaram bairros comerciais no interior das cidades, na maioria das vezes às margens dos rios. Em Birka, tal como em York, já beneficiavam de um privilégio de extraterritorialidade. Os únicos rivais dos Frísios eram os Anglo-Saxões, mas as suas relações eram especialmente activas em França. Presentes em Rouen e Saint-Denis, também os vemos na foz do Loire. No século ^x cruzaram os Alpes para comercializar em Pavia. Os mercadores suecos e dinamarqueses de Birka e Haithabu frequentavam principalmente York e Duurstede. Mas eram menos numerosos e menos especializados. Por último, não podemos esquecer os mercadores italianos e particularmente os venezianos, “que não semeiam nem cultivam” e que viviam exclusivamente do comércio. Esta afirmação é, aliás, completamente falsa: assim, por exemplo, o Doge Justiniano Partecipazio, no seu testamento de 829, diz-nos que foi um grande proprietário de terras e que obteve desta capital territorial mil e duzentas libras de prata nas quais investiu. negócios marítimos. Em 840, Lotário I celebrou com os venezianos um tratado comercial de livre circulação no interior da Itália que demonstra que já estavam em vigor contratos *de comenda*, que permitiam a acumulação de capitais móveis para o comércio marítimo. Por outro lado, os venezianos não estavam sozinhos, pois nos mercados internos andavam lado a lado com os mercadores de Comacchio, Pavia, Cremona, etc. No sul, graças aos contactos com Bizâncio, os salernitanos, os amalfitanos e os napolitanos também percorreram as mesmas rotas marítimas. Não esqueçamos também a multidão de comerciantes mais ou menos ocasionais, de peregrinos em busca de bons negócios, de vendedores ambulantes, de carroceiros, de carregadores de caravanas e de *ministros de abadia* encarregados de cumprir certas encomendas em nome de Saint-Denis, Saint-Vaast de Arras ou Saint-Germain de Auxerre. No ponto de encontro deste pequeno e deste grande mundo social estava a bolsa, o doleiro e o credor, muitas vezes obrigatório.

Por outro lado, este grande comércio foi organizado por reis e imperadores. Carlos Magno fixou os preços dos produtos em 794 e em 805 proibiu a exportação de armaduras e excelentes espadas francas para os eslavos. Luís, o Piedoso, em 825, isentou os mercadores palacianos do serviço militar e de requisições e portagens dentro do Império. Vimos o cuidado que foi tomado para monitorar ou proibir o comércio cristão de escravos. Mas os imperadores fizeram melhor ao cuidar da rede rodoviária romana, que precisava dela. Os *missi dominici* eram encarregados de garantir que as pontes e abrigos públicos fossem reparados ou reconstruídos. Em 821 tiveram de obrigar os camponeses a reconstruir as doze pontes sobre o Sena (Pont-sur-Seine, abaixo de Troyes) que lhes permitiam ir de Meaux a Sens, depois a Troyes e, portanto, às feiras vizinhas. Em 853, Carlos, o Calvo,

lembrou aos que haviam recebido o usufruto de terras públicas que deveriam prestar, em troca, o serviço de reparação de estradas. Isto explica, em particular, o excelente estado de conservação das famosas "estradas de Brunegild" no norte da França. Mas as invasões dinamarquesas também tiveram resultados catastróficos para a rede rodoviária, uma vez que os primeiros meios de defesa utilizados, a partir de 850, consistiram em cortar as pontes e inundar as estradas para bloquear a sua penetração. Porém, mais tarde, a iniciativa privada substituiu a do Estado e a rede rodoviária romana foi desmantelada, embora tenham surgido aqui e ali outros percursos menos bons. Mais uma vez, encontramos uma desaceleração do comércio semelhante à da segunda metade do século IX. Mais uma vez foi apenas um abrandamento porque, apesar da presença dos mouros na Provença, que de vez em quando cortavam as passagens dos Alpes, Géraud d'Aurillac conseguiu fazer sete vezes a viagem de Lyon a Roma, atravessando o Grand -São Bernardo.

A partir de então, estabeleceu-se o quadro económico e comercial da Idade Média central. Ele experimentaria apenas pequenas variações e deslocamentos. Quaisquer que sejam as consequências para a sociedade e a economia carolíngias do abrandamento de 850 para 950, o início da expansão demográfica permitiu melhorias sociais, como o desaparecimento muito lento da escravatura, mas também melhores formas e métodos de cultivo da terra. Pelo menos no grande regime bipartidário desenvolvido em França, a produção agrícola, estimulada por um poder político preocupado com a rentabilidade e graças a uma contabilidade precisa, aumentou consideravelmente. Permitiu obter excedentes que estiveram na base de um primeiro despertar comercial em que já não faltavam meios monetários. Ao mesmo tempo, os ataques de guerra, dentro e fora do Império, permitiram esta primeira "acumulação" primitiva indispensável ao desenvolvimento posterior. Toda a sociedade foi afetada por este princípio de expansão. Mas isto ficou particularmente claro onde o domínio direto dos Carolíngios foi muito eficaz, em França, do Sena ao Reno. Ali foram escritos os polípticos dos maiores domínios conhecidos, ali foram desenvolvidos os maiores portos, ali estavam eles. também estradas romanas melhor reparadas. Em suma, a "era de ouro" de Carlos Magno e Luís, o Piedoso, não foi um mito. Além disso, a queda foi muito mais dura e as desordens muito mais dolorosas, pois a paz e a prosperidade foram vislumbradas. Fa "idade do ferro" foi considerada a idade do bronze, o declínio da atividade por uma parada completa. Contudo, a energia mobilizada nas margens hispânicas ou escandinavas existe para provar o contrário.

UMA REVISÃO DO PERÍODO CAROLÍNGICO

«Que todos aprendam aqui que quem comete a loucura de negligenciar o interesse público e se abandona tolamente aos seus desejos pessoais e egoístas, ofende assim o Criador a tal ponto que transforma os mesmos elementos contrários à sua extravagância... Porque às vezes de Carlos Magno, de bendita memória, falecido há quase trinta anos, quando o povo caminhava pelo mesmo caminho reto, a via pública do Senhor, reinavam em toda parte a paz e a concórdia; Mas agora, ao contrário, como cada um segue o caminho que lhe agrada, as dissensões e as brigas se manifestam por toda parte. "Então havia abundância e alegria por toda parte, agora há miséria e tristeza." Assim termina,

melancólica, a *História dos Filhos de Luís, o Piedoso*, escrita pelo historiador Nithard, poucos meses antes de sua morte em combate, em junho de 844. Ele próprio era abade leigo de Saint-Riquier, filho ilegítimo de Angilbert e Berthe, filha de Carlos Magno. Pela sua situação pessoal e pela sua visão dicotômica da época carolíngia, ele resume muito bem as contradições de uma época que procurava desesperadamente o equilíbrio.

De 406 a 962, da morte de um Império ao nascimento de um terceiro que se pretendia semelhante ao segundo, que se apresentava como o renascimento do modelo, a primeira impressão poderia ser a de um eterno desolado e angustiante. retornar. Invasões, massacres, reinos, guerras civis, Império, guerras civis, invasões, massacres, Império... ficaríamos tentados a dizer: e assim por diante. Dois ciclos infernais abriram-se e fecharam-se de 406 a 751 e de 751 a 962. Mas a sua repetição foi apenas uma ilusão enganosa. O teatro dos acontecimentos permite-nos perceber que os períodos de desordens que vão de 650 a 750 e de 850 a 950 foram, na verdade, aqueles em que tradições e inovações se fundiram numa liga até então desconhecida. Depois de voltar ao início, uma linha de progresso foi discernível.

Na verdade, consideremos como evoluiu cada um dos três grandes atores destes dramas: romanos, alemães e a Igreja. A sociedade romana só tinha um objectivo: a paz, que procurou desenvolver através do direito público e do direito privado, de um exército profissional e de funcionários ao serviço do bem público, o Estado. Mas, encurralado pelas necessidades da guerra, desenvolveu um sistema fiscal devorador, introduziu os alemães no exército, fixou os colonos na terra, desenvolveu a economia monetária e confiou na Igreja. Surgiram então oposições que desmembraram o mundo romano e forçaram a sociedade a fugir do Estado, enquanto novos poderosos apareciam: soldados, senadores e bispos. No século IX, o que restou de pé? O direito romano ainda estava vivo em parte da Europa; O conde, o último oficial romano, havia se apropriado dos poderes e as terras públicas do tesouro estavam em grande parte em suas mãos; As estradas romanas ainda eram utilizáveis, os mercadores judeus ainda estavam lá e o sistema monetário ainda se baseava na libra e no salário. Quanto ao mecenato, isto permitiu o estabelecimento de laços entre homens, fidelidade igual a igual, salários na terra e santuários que estendiam a sua protecção aos camponeses vizinhos.

Os alemães contribuíram com a personalidade das leis, a primazia do chefe da guerra, a sacralização da violência, a confusão entre o público e o privado, a vassalagem e a entrega manual. Eles deram ao gado um papel principal, bem como à comunidade fraterna mais ampla, e facilmente concederam liberdade aos escravos. No século IX fundiram-se com quase todas as cidades, criaram tropas nas quais a cavalaria pesada dominava cada vez mais, mantiveram as leis de cada cidade, os *trustis* e as guildas, e generalizaram os laços de homem para homem a ponto de as instituições feudais vassalas logo invadiu toda a sociedade.

Por sua vez, a Igreja esvaziou todas as suas estruturas nas do Estado Romano. Desconfiada dos monges e das heresias, ela estabeleceu o papado em Roma e foi censurada por estar instalada num mundo que admirava demais. No século IX, tornando-se herdeira do legado romano, escolheu dele o que favorecia os seus desenhos. Tornando-se dona do Império, da realeza e da noção de Estado, integrou os monges beneditinos entre os seus membros e conquistou para a fé todos os países celtas e germânicos. A cristandade foi, em

última análise, a única unidade sobrevivente das duas tentativas de ressurreição do Império, e Roma foi, a partir de então, a única capital permanente do Ocidente.

Na realidade, estas distinções são puramente intelectuais, porque a civilização romana e a civilização germânica foram de facto unidas em profundidade pelo cristianismo, graças, aliás, aos compromissos deste último com elas. A sua aproximação ocorreu em dois períodos: o apogeu dos reinos bárbaros, nos séculos ^v e ^{vi}, e o apogeu do reino franco nos séculos ^{viii} e ^{ix}. Novidades consideráveis emergiram destas duas fusões, especialmente no período crucial da crise dos reinos bárbaros. Foram a recuperação demográfica, a privatização do Estado e da Igreja através da *Eigenkirche*, a tomada do poder por novos poderosos, os aristocratas e os seus vassalos, a génese dos principados territoriais, o nascimento de grandes domínios bipartidos, a criação do moeda de prata, o aparecimento dos venezianos e dos frísios nas rotas marítimas e, finalmente, o desenvolvimento de uma nova cultura cristã. Todas as premissas para o sucesso de Carlos Magno foram cumpridas antes mesmo do início do seu reinado. Seu talento consistia em saber pesá-los e torná-los um todo equilibrado.

Poderíamos acreditar que esta época constitui o nó górdio do início da Idade Média e, a rigor, apagar tudo o que aconteceu de 750 a 850, porque, depois do Império, os traços característicos daquela época voltaram com força, com a única diferença de que os escandinavos substituíram os frísios. Mas a repetição, novamente, foi apenas uma ilusão. O Império Carolíngio não foi uma onda na praia que vem, culmina e recua, deixando em seu lugar a areia dos últimos merovíngios. Foi uma profunda reorganização da sociedade através da combinação do sentido romano do Estado, do exército sujeito à lei da *proibição* e da moralidade cristã.

A introdução da vassalagem no Estado foi um acontecimento capital, a primeira tentativa secular de estruturar a sociedade até ao último homem livre, tal como a Igreja fez através da paróquia. Mas o Estado Carolíngio só poderia ter sucesso maximizando a ajuda da Igreja para transformar os espíritos e literalmente vampirizar o clero. Essa solução, por outro lado, foi utilizada novamente por Odo. Mas Luís, o Piedoso, modificou radicalmente o programa de Carlos Magno; Chamando-se a si mesmo de "bem-humorado", ele queria acelerar uma centralização que ninguém entendia e forçar seus súditos a aceitar estruturas políticas que ligassem os reinos num único Império. Estimulou a renovação até dar à Igreja uma influência que ainda não tinha. Acelerar o desenvolvimento de um programa demasiado avançado em relação às mentalidades da época, provocou uma verdadeira síncope do organismo social. Carlos, o Calvo, também explodiu tudo ao suprimir a autonomia governamental do reino da Aquitânia. Muito cedo e muito rápido. Os carolíngios deixaram em seu lugar uma obra interrompida. Foi preciso voltar a adotar um ritmo mais natural. Isto só foi conseguido nas células locais, devido ao abandono do ideal de unidade. Acima de tudo, mentalmente, a sociedade carolíngia foi dilacerada por atitudes contrárias, nas quais a moral do sangue e da linhagem se opunha à de um Estado civilizado e à de uma Igreja que era um povo de batizados. A total falta de compreensão dos clãs que permaneceram na fase *de vingança* fez fracassar uma forma de pensar globalizante. A velha sabedoria pagã, ainda forte, fez recuar uma ciência cristã que ainda era pouco convincente.

Porém, social e economicamente falando, a obra era viável. Lembremo-nos da aridez demográfica dos vinte e seis milhões de habitantes do Império Romano Ocidental no século

Século ^{vii}, o recomeço no século ^{viii} e

os quinze a dezoito milhões de habitantes do Império de Carlos Magno, depois o novo abrandamento de 850 para 950. Comparemos o número destes homens com a diminuição contínua dos encargos dos camponeses, que fez com que a quantidade de dinheiro derretesse literalmente os impostos romanos ao torná-los consuetudinários, com o aumento da produção nos grandes domínios, com a supressão do sistema monetário do ouro e com a fixação por escrito dos encargos dos arrendatários. Não haveria aqui dois grandes ciclos agrários do tipo malthusiano?

Contrariamente ao esquema clássico, a disponibilidade de alimentos não teria limitado a população; Teria sido a fraqueza da recuperação demográfica face aos saques e às guerras civis que abrandou o despertar económico. Quando desaparecessem as últimas perfurações do Estado Carolíngio, o serviço militar dos homens livres e as requisições de abastecimentos para o exército nos domínios fiscais privatizados, então as grandes lavouras poderiam começar o seu desenvolvimento. Esta seria talvez a melhor explicação para estas duas decolagens, que foram interrompidas assim que começaram. Como a pressão cultural nunca foi suficiente para permitir que os projectos políticos penetrassem na sociedade, a privatização e o abandono dos encargos específicos do Estado tornaram-se o único meio de libertar energia. A produção, que dispunha de todos os meios técnicos e financeiros necessários ao verdadeiro crescimento, poderia então ser reorientada, em particular, o grande domínio, que tinha perdido a sua razão política de existência. E os camponeses, apesar da violência nobre, puderam então aproveitar este relaxamento da autoridade central, que ainda não tinha sido seguido pelo reforço da autoridade local, o senhorio banal, para atacar as terras virgens.

Tudo isso só era verdade no centro do antigo Império Carolíngio. As Marcas, Hispânia, Inglaterra e Germânia, bloqueadas pela luta contra o Islão, os dinamarqueses e os eslavos, permaneceram numa fase arcaica cuja expansão foi a guerra. O estado guerreiro germânico, à maneira de Carlos Magno, Alfonso III, o Grande, Alfredo e Otto, preservou toda a sua razão de ser. A população, com as suas fileiras acentuadas pela batalha, permaneceu socialmente uniforme e avançou lentamente a sua fronteira. Mas bastou que a paz definitiva chegasse para que tudo mudasse, como na Catalunha e no Lácio depois de 950. O coração do Império Carolíngio estava, portanto, à frente do resto do continente.

No século ^v, de facto, tudo girava em torno do Mediterrâneo. Agora, vimos o Sul da Europa enfraquecer pouco a pouco em favor do Norte da Europa. Todas as inovações beneficiaram essencialmente a Planície do Pó, na França, ao norte do Loire e do Vale do Tâmbisa. Assim, entre a velha Europa romana e a jovem Europa germânica, o corte não foi total. Onde as rupturas por invasões foram mais fortes, surgiram também as mais novas fusões e originalidades. A linha de fratura tornou-se um cinturão de força. Veneza, Pavia, as passagens alpinas, o Saône, o Reno, o Mosa, o Sena, o Canal da Mancha, Londres e York formaram uma diagonal que estruturou a nova civilização e colocou o antigo em comunicação com o novo. Veneza substituiu Ravenna, Aachen tomou o lugar de Trier. Bruges logo substituiria Duurstede. Os centros de decisão sofreram uma mudança significativa em direcção às áreas mais dinâmicas. Ao mesmo tempo, a travessia do Reno por Carlos Magno, que triunfou onde Augusto falhou, permitiu a criação do Império Romano Alemão. O Reno, após a divisão de Verdun, foi ao mesmo tempo um elo de união e uma linha de separação. A Europa Ocidental, em movimento perpétuo, enfrentou a oposição da Europa Oriental, que tentou congelar-se em estruturas arcaicas. De sul a norte, de oeste a

leste, o cristianismo europeu, no século x, já tinha assumido a aparência que ainda hoje tem, a de uma incrustação.

Glossário

Este glossário de termos técnicos utilizados ao longo do texto tem como objetivo ajudar o leitor a encontrar o significado de uma expressão ou palavra que lhe foi apresentada em um desenvolvimento anterior e cuja definição seria difícil de encontrar rapidamente. Por esse motivo, foram excluídos termos que aparecem apenas uma vez e que, portanto, não necessitam de maiores explicações. Da mesma forma, foram descartadas todas as expressões que, por serem inusitadas, não aparecem nem mesmo em dicionários mais detalhados. Não pareceu necessário repetir aqui o que cada um pôde ler no texto: trata-se apenas de breves definições destinadas a situar o curso da história na sua perspectiva natural, sem acrescentar dados ou comentários.

adaeratio : pagamento em moeda, geralmente ouro, dos impostos devidos como impostos.

Damasco : refere-se a um tecido com desenhos em relevo, utilizando fios inseridos na trama, em imitação do damasceno, nome reservado a objetos metálicos como ferro, cobre ou prata (técnica considerada de origem síria).

advocatus (fr. **avoué** ; al. **Vogt**; **vicedominus** ou **vidame** na França Ocidental): custodiante (*cusios*) de um estabelecimento eclesiástico que fornece os homens da Igreja em tarefas militares ou judiciais; função geralmente confiada ou abandonada ao senhor vizinho mais poderoso.

aedelingi, aethelings, edhelingi : membros de famílias nobres, saxônicas ou góticas, situadas em um nível social alto o suficiente para eventualmente aspirar à realeza.

ager : a terra cultivada, o solo dominado pelo homem; geralmente, a parte privatizada da terra.

agnatismo : estrutura familiar baseada no sólido pertencimento de seus membros ao mesmo tronco masculino que continua exercendo seu controle.

akker (do latim *ager*): superfície de terra arada (ou cultivada há muito tempo) cujo produto é majoritariamente absorvido pelo proprietário; o restante corresponde ao operador direto.

akritai – Guerreiros bizantinos estacionados como guarnição nas fronteiras orientais do Império.

alfaqú : jurista e, ultimamente, advogado.

alhóndiga : veja *funduq* .

alodio, allodium: *alleu* (fr.) (de high al. *All-od* , bem total?): bem privado cujo proprietário não está sujeito a mais coerções do que aquelas derivadas de sua condição de homem livre, sujeito de um soberano.

'ámil : 'agente arrecadador fiscal nomeado pelo califa.

'anima : a massa urbana de artesãos, comerciantes, ociosos e desempregados das cidades muçulmanas, em oposição ao *jdssa* .

anisar (sing. **misr**) : nova cidade do Islã, geralmente formada em torno de uma guarnição militar.

ansange : lote geralmente amputado da "reserva" de um proprietário de terras e concedido como lote para cultivo a um funcionário do "domínio", ou a um escravo que receberá terras, ou a um homem livre em troca de serviços domésticos.

antrusão : homem livre, de posição social elevada, unido à pessoa de um rei franco ou a um de seus representantes por um juramento de fidelidade (ver *trustis*).

aprisio : contrato de arrendamento-posse, concebido como *complantatio* , e com duração de 30 anos; particularmente usado na Septimania para estabelecer os godos que vieram da Hispânia invadida pelos muçulmanos.

archontes comete : em Bizâncio, chefes dos departamentos marítimos; eventualmente, chefes de departamentos, em geral.

arimanni (os homens do exército): entre os lombardos, homens guerreiros livres, instalados em lotes de terra e suscetíveis de serem convocados pelo rei ou seus agentes.

'atá : pensão paga aos guerreiros muçulmanos aposentados do combate e residentes na cidade.

átrio : espaço asilar em torno de uma igreja, onde funcionava o cemitério ou as casas de hóspedes; local de encontro comunitário e terras consideradas "comuns" aos homens livres da aldeia.

baríd : serviço postal no império persa e, mais tarde, no Islã; órgão de transmissão das decisões fiscais ou militares do soberano.

basílica : ou edifício (destinado a funções judiciais e, posteriormente, ao culto) concebido segundo a planta das salas de recepção dos antigos príncipes romanos ou persas; ou, um texto de origem real que cria jurisprudência na legislação bizantina pós-Justiniana.

basarnae : comboios de forragem, transporte ou armas, que acompanharam os exércitos francos na campanha; Geralmente eram abastecidos com o que era fornecido por homens não combatentes.

behetría : benefício em terra ou em espécie concedido por um soberano castelhano-leonês a um guerreiro fiel.

beneficium : presente, no início de qualquer espécie, antes em troca de um serviço prestado; talvez uma doação de terras perfeitas.

bretwalda : dominador dos bretões: título tomado por alguns reis saxões para destacar sua superioridade sobre os demais chefes locais.

breuil, broilum : veja *terreno de caça* .

broigne, brogne, brunia : capa de couro reforçada com anéis de metal que protegiam o peito do guerreiro carolíngio; armamento pesado e caro reservado aos combatentes ricos.

buccelarii, bucelarios : os que comem o pão dos serviços de intendente; Designava soldados de baixa origem social que formavam a guarda pessoal de um grande homem e que estavam aptos para qualquer serviço.

burhs : novas aldeias saxãs.

caballarii : proprietários de terrenos muitas vezes grandes, que prestavam serviços a cavalo ao seu senhor (mensagens, vigilância, transporte, serviços agrícolas?); Frequentemente, eles eram de origem servil.

cadí (qádi) : oficial da justiça na cidade ou no campo, no mundo islâmico.

estrada, calceata : estrada romana.

garçom, camerarius : criado e, mais tarde, oficial palatino entre os alemães, responsável pela *câmara real*, e, por extensão, pelo seu tesouro pessoal e pelo seu guarda-roupa.

chanceler, cancellarius : responsável pela validação e autenticação das cartas lavradas no palácio; um eclesiástico familiarizado com os costumes diplomáticos.

capitular : texto organizado por capítulos (*capitula*) contendo as disposições enunciadas e aprovadas por ocasião da reunião do Campo de Mayo que antecedeu cada saída do exército na era carolíngia.

Caraíta : dissidente judeu, que procura limitar-se à leitura muito estrita (*qara* em hebraico) da Lei Mosaica.

Carmatianos (qarmati , pl. qaramita) : seita muçulmana com espírito igualitário e inspiração próxima do ismaelismo.

casatus : refere-se a um indivíduo a quem foram concedidas terras para explorar, em troca de lealdade ou serviço.

cenobitismo : vida comum dos religiosos; Em princípio, o “monge” (*monos*) vivia sozinho, segundo a etimologia da palavra.

centena, cem : originalmente, designava o território onde a ordem era mantida, na zona germânica, por um grupo de cem guerreiros; por extensão, um círculo eleitoral inferior ao condado.

ceorl : homem livre saxão.

códice, códice : livro, tal como o concebemos hoje, ou seja, composto por folhas encadernadas, em oposição ao *rotulus* (rolo) da Antiguidade.

cognatismo : estrutura familiar extensa mas onde se admitem em pé de igualdade relações de origem masculina e feminina, o que limita a autoridade do tronco inicial (ver *agnatismo*).

colonge, colonica : posse de um colono; Posteriormente, pode designar um grupo de pegujales dispersos em vários locais.

colono : titular de terra por contrato, em princípio livre quanto à sua pessoa, mas sujeito a obrigações fiscais ou militares; No mundo bizantino, ele caiu na dependência de um homem poderoso.

collatio lustralis : imposto exigido de comerciantes independentes.

collegia : grupos profissionais do antigo mundo urbano, geralmente controlados pelos poderes públicos.

comitatenses : exército de campo em Bizâncio.

comitatus : ou a função do conde e, por extensão, os seus direitos, os seus rendimentos e o território onde os recebe ou os exerce; ou tropas de assalto em Bizâncio.

condestável (de *comes stabuli*): doméstico e, mais tarde, oficial da corte, responsável pela ascensão da cavalaria dos reis germânicos; exerce controle militar sobre o exército.

condomina : lotes geralmente agrupados, explorados diretamente por um senhor.

conroi : grupo de guerreiros que são parentes ou amigos, às vezes unidos por juramentos de fidelidade, e que praticam o combate ou fazem a guerra de comum acordo.

conveniente : no direito romano, contrato sinalagmático escrito; Posteriormente, designou qualquer acordo legal sancionado por um texto (fidelidade, arrendamento de terras, etc.) onde as duas partes eram tratadas em pé de igualdade.

terreno de caça : espaço geralmente fechado, situado em terrenos não cultivados (floresta, charneca...) e que foi reservado pelo proprietário do terreno ou pelo soberano para a caça e o desporto.

Cúfico : (de Küfa, cidade da Baixa Mesopotâmia): escrita cursiva relativamente distante da escrita sagrada, é reservada para inscrições corânicas.

curiales, decuriones : ordem dos agentes municipais na Antiguidade tardia.

cursus publicus : serviço postal romano, utilizado para a transmissão rápida de ordens militares ou gerenciais de imperadores ou governadores.

camareiro : veja *garçom* .

chrysobulloi, chrysobulas : Documentos imperiais bizantinos autenticados por uma bula de ouro.

danegeld : tributo em prata ou ouro pago aos normandos no século IX.

Danelaw : porção nordeste da Inglaterra praticamente "sob a lei dinamarquesa" no século X.

daya : grande propriedade em usufruto, no mundo muçulmano, decuriones: ver *curiales* .

denário, denário : objeto de comércio, "item"; Simbolizava o instrumento monetário, mas em todas as suas formas: moeda de prata (Ocidente), moeda de ouro (*diñar* do Islão), bem como a lei da moeda (denário da lei).

dhimmi : sujeito não muçulmano, "protegido" pelo Islã.

Dienstleute, Dienstmannen : pessoas de serviço.

dihqans : proprietários de terras que se voluntariaram para recolher impostos no mundo muçulmano e que receberam uma parte da renda em seu favor.

dirham (do grego *dracma*) : moeda de prata muçulmana.

diwan, divã : o livro, o registro e, por extensão, o serviço público, seja ele qual for, no Oriente: *diwan* do exército, das finanças, dos correios, etc.

djarid : Medida persa para grãos paga como *djizya* .

djihád : a difusão da fé por todos os meios, especialmente a guerra santa, embora esta forma violenta não esteja necessariamente implícita no significado do termo.

djizya : o imposto "na nuca", ou seja, pago pelos *dhimmi*es .

djund : contingente árabe, posteriormente, de qualquer outro povo, recrutado pelo poder central; por extensão, distrito militar.

drakkar : navio-aparelho entre os escandinavos, às vezes equipado com uma ponte e ocupado por uma edícula onde eram colocados os restos mortais do jarl morto (ver *jarl*).

dromon : Navio de guerra bizantino do tipo galera mediterrânea da Antiguidade.

dromos : o *cursus publicus bizantino* , ou seja, os correios, a polícia e até as relações exteriores; A logoteta do dromo desempenha um papel de liderança no palácio imperial.

drongários : comandante de um círculo eleitoral marítimo em Bizâncio; mais tarde, chefe da frota.

dunatoi : o poderoso, o rico, o primeiro.

conde : conde saxão.

conde : membro de um clã saxão elegível ao condado; possuidor de terras.

échevin : veja *scabini* .

edelingi : veja *aedelingi* .

Eigenkirche: *igrejas menos ser* na Inglaterra ou "igrejas próprias" nos reinos hispânicos, designavam as igrejas e, por extensão, as paróquias fundadas ou apropriadas por um

grande proprietário de terras, que designava o padre da igreja, ficava com o dízimo e era explorado bens eventuais, às vezes com moderação e piedade.

enfiteuse : modalidade de contrato romano de no mínimo 18 anos e no máximo 99 anos, que previa o pagamento de uma renda, denominada *cânone* , e a atribuição do imóvel ao inquilino, no final do contrato.

Somos estéreis : o deserto, o espaço vazio, a solidão.

esnéque : Navio escandinavo de combate e transporte, sem ponte, e quase sempre equipado com remos.

estilita : dito de um asceta empoleirado em uma coluna para entrar em meditação.

exarca : Governador bizantino, colocado nas fronteiras do Império e que, por isso, gozava de grandes liberdades.

exilarca : representante e defensor das comunidades judaicas nos impérios orientais.

faida : vingança familiar nos costumes germânicos.

fals : veja *follis* .

faqih : veja *alfa aqui* .

fara : elemento do clã lombardo.

faramanni : veja *arimanni* .

feo, feum, fevum : antes do final do século *x*, forma que a dádiva adquirida, geralmente em propriedade, mas como recompensa por um serviço prestado; renovável à maneira do *estipêndio* romano ; Está mais relacionado ao salário do que à doação, *benefício* .

feorm (do latim *firma* ?): entre os saxões, renda em alimentos; por extensão, demandas de suprimentos e abrigo exigidas pelo soberano e seus agentes.

fiqh : ciência jurídica e religiosa no Islã.

firmitas : fortín, “fortaleza”; obras de defesa em terra e madeira, de pequeno porte.

fiscal : o bem público e os serviços a ele relacionados; Aos poucos foi se identificando com as terras públicas romanas, reais, imperiais.

fodrum : os requisitos de forragem exigidos para o exército germânico.

foggara : técnica de irrigação em zona subtropical que permitia o transporte da água, sem sofrer evaporação notável, por canais subterrâneos.

follis : moeda fracionária de bronze, no Ocidente e em Bizâncio; *fals*, *fulus* , moedas de cobre no Islã.

pois, jurisdição : texto normativo concedido pelo poder central a uma comunidade de homens, que regulamentava seus privilégios; Aquitano e hispânico.

fossatum : particularmente, a área de fronteira hispânica que separava cristãos e muçulmanos.

freda : as multas da justiça nos países germânicos.

frilingi : homens livres entre os saxões, **fuero** : veja *para* .

funduq, fondaco (it.): *almôndega* , mercado fechado e vigiado nas cidades do Islã, onde eram admitidas vendas no atacado sob certas condições; por extensão, o mercado e, mais tarde, o quarto dos comerciantes estrangeiros.

fundus : grupo territorial e jurídico que formava um grande domínio com habitat central que reunia muitas vezes todos os trabalhadores da terra.

fuqahá : plural de *faqih* .

fiituwwa : sociedade urbana iniciática nas cidades do Islã, que constituía uma força política capaz de apoiar um movimento religioso, frequentemente, shín.

fyrð : o exército dos homens livres entre os saxões e as várias obrigações que dele derivavam para os homens.

gafolland : em território saxão, a terra que paga o imposto.

gardingi, gardingos : guardas juramentados e pessoais do rei na Hispânia visigótica; ou guardas pessoais do rei encarregados de um serviço militar específico.

garum : molho espesso de peixe, muito apreciado na antiguidade, que servia para temperar alguns pratos; Parece próximo dos condimentos anamitas.

gasindi : entre os lombardos, servos de origem servil.

gastaldi : entre os lombardos, intendent das propriedades reais, que ascenderam à categoria de responsáveis por funções públicas.

gau : círculo eleitoral germânico que deve estar relacionado tanto com o *pagus*, ou seja, o espaço territorial que tinha uma certa coesão étnica ou geográfica, como com o concelho, área da administração pública.

gebur : escravo *casatus*, entre os saxões.

geniza : arquivos de uma sinagoga, particularmente a do Cairo.

gesiths : guardas saxões, semelhantes aos *gasindi* lombardos ; Frequentemente, recebiam terras e eram assimilados aos colonos; Eles trabalharam em *Gesithland*.

giravago : dito de um monge que abandonou sua comunidade, ou que nunca teve uma, e que perambula pregando e mendigando.

gnose : atitude filosófica, desenvolvida nos primeiros séculos depois de Cristo, que procurava articular as contribuições do pensamento pagão e dos ensinamentos cristãos num programa coerente.

grafio, Graf, Markgraf : contam nos países germânicos, particularmente encarregados da defesa das zonas fronteiriças.

grod, gorod : "cidade" eslava; acampamento fortificado em torno do qual se reuniam artesãos e comerciantes.

gualdi publici : equivalente ao tesouro entre os lombardos.

guilda : grupos de homens livres, artesãos, comerciantes, etc., sob juramento de fornecer ajuda e alívio mútuos.

gynecia, gineceos : oficinas femininas reservadas à tecelagem, cerâmica, etc.; Geralmente, eles estavam localizados nos "fundos caseiros" da Alta Idade Média Ocidental.

hacksilber : prata quebrada, ou seja, fragmentos de prata ou peças de ourivesaria, às vezes também moedas, lapidadas pelos vikings para facilitar sua venda por **peso**.

hadith ihadith : julgamentos e axiomas atribuídos a Maomé e que não aparecem na "recitação", ou seja, no Alcorão; O conceito foi ampliado para as glosas que se referem a este último.

hadjdj : a peregrinação a Meca.

haia : floresta geralmente pública; mas também parece designar uma paliçada de ramos erguida para fins defensivos.

hanif : homem piedoso, que vive no meio da comunidade e serve de exemplo aos fiéis no Islã.

henotikon : fórmula de conciliação entre Ortodoxos e Monofisitas.

heriban : a ausência do chamado militar entre os francos; punido com pesada multa.

herísliz : abandono do exército, deserção na campanha.

esconder, hufe : ver *manso*.

hidjra : emigração; por excelência, a partida de Maomé em direção a Yathrib (Medina), a “hégira”.

himáya : proteção exercida por um personagem poderoso, na terra do Islã, sobre os fracos; às vezes, ele paga o imposto devido sobre eles para garantir sua devoção.

honra : cargo público cuja remuneração é baseada em benefícios eventuais e nos rendimentos de terrenos destinados à função; por extensão, aplica-se às referidas terras.

hospitalitas : costume de alojar tropas no campo durante a Antiguidade tardia, que se tornou uma obrigação dos proprietários romanos que eram obrigados a ceder uma parte de seus bens (casas, terras, aluguéis ou escravos) às guarnições bárbaras.

houlke, hougge : veleiro frísio com casco de casca de noz.

anfitrião : (do latim *hostis*): o exército de homens livres germânicos (ver *fyrð*).

hufe : veja *manso* .

cem : veja *cem* .

imam, imam : guia de oração a Allah; ele pode ser apenas o diretor da oração; por extensão, líder espiritual por ocasião de qualquer nova consciência religiosa.

immixtio manuum : união das mãos de dois indivíduos; Geralmente, um superior envolve as mãos de um inferior nas suas; símbolo de entrega.

immunitas : estatuto jurídico de uma terra, muitas vezes a Igreja, que os agentes da autoridade central não podem tributar, controlar ou exigir nada sem o consentimento do poder nela estabelecido; privilégio, inicialmente, apenas fiscal.

indicação : período de quinze anos correspondente aos períodos de retificação do cadastro romano ou bizantino; para este fato, elemento de cronologia.

campo interno : terra explorada pelos homens, em oposição ao *campo externo* que permanece em estado selvagem. Não envolve necessariamente cultivo. *Interior* tem um significado comparável.

iqta' : na terra do Islã, uma concessão temporária de terras fiscais pelo soberano a um servo, um guerreiro ou um grande proprietário de terras.

ismatlí : de Ismael, filho de Abraão, protetor dos árabes e elo entre o mundo bíblico e o Islã; epônimo recuperado pelas formas rebeldes do Islã, particularmente o shrasmo; Em certos casos, o nome do líder religioso substituiu a expressão genérica.

jan : ou um chefe de tribos asiáticas turco-mongóis federadas; ou, um centro de troca de moedas nas terras do Islã, uma espécie de “troca”.

jaradj : o peso, o tributo territorial, na terra do Islã.

Járidjies : os “que partiram”, os que optaram por uma aplicação rigorosa, quase “puritana” da Lei Muçulmana; terreno fértil para o shfismo.

jarl : chefe de um clã escandinavo.

jássá : nas cidades islâmicas, a parte rica e organizada que compunha a aristocracia, os serviços da corte, os funcionários; em oposição à *anima* (ver *'ámma*).

jitta : nas cidades islâmicas, concessão de parte do terreno urbano para estabelecimento de uma tribo ou de um de seus elementos.

jugatio, jugum : superfície fiscal na antiguidade tardia e em Bizâncio e, por extensão, os impostos que a afetam; Foi calculado com base no trabalho anual de uma junta de bois.

khutba : a proclamação, por ocasião da oração muçulmana da sexta-feira, da santidade do dogma e do nome do chefe dos crentes.

ka'ba : o cubo, a casa primitiva de Ismael, centro de encontro das crenças pré-muçulmanas, adotada e santificada pelo Profeta como local preferido para o *hadjdj* (=peregrinação).

kalám : Teologia dogmática muçulmana.

kan : veja *jan* .

kátib : secretário, escriba, no Islã.

klasmata : terras que permanecem incultas há trinta anos e que são ocupadas para serem redistribuídas (Bizâncio).

kogge : Navio báltico com estrutura semelhante à do *houlke* .

konigsfrei : antigo colono dotado de terras e sujeito a imposto pelo conde germânico.

kouter, kutter (do latim *cultural*)?: terras dadas a arrendatários, no norte da Europa, e por eles cultivadas, em troca de obrigações diversas que mantinham caráter comunitário.

latifúndios : grandes domínios, em geral, reservados à pecuária extensiva sob controle de escravos; Foram o resultado, na bacia do Mediterrâneo, de concentrações de terras.

lavra, laura : grupo piedoso de homens e mulheres, que viviam isolados segundo exigências ortodoxas e que se reagrupavam nos finais de semana para realizar serviços comuns.

lazzi : escravos saxões ou escandinavos.

leibeigen, leibingen : camponeses, possuidores do próprio corpo, ou seja, tinham liberdade de locomoção.

leti : mercenários; geralmente germânicos (embora também possam ser iranianos ou celtas), recrutados pelos romanos e aquartelados formando tropas bastante densas em campo aberto.

libellum, libellarii, livello (Ital.): contrato de arrendamento de terreno com duração de 29 anos, e sem remuneração grave em serviços e benefícios.

libra : peso romano (cerca de 327 gramas e que no Ocidente aumentou para 406 e, mais tarde, 491) pelo qual as mercadorias eram estimadas; particularmente, um elemento de peso para prata e ouro, mas que não era usado exceto como uma estimativa de uma quantidade de artigos que valiam este ou aquele peso de metal precioso.

limitei : soldados do *limes* , isto é, da fronteira da Antiguidade; exército de cobertura. *Riparienses* tem significado semelhante.

logotheta : responsável por um "departamento" administrativo em Bizâncio.

loriga : veja *broigne* .

machtiern : chefe de linhagem bretã que exercia o controle da freguesia ou freguesias onde se situavam os seus bens.

madrasa : casas de estudo e reflexão, em território islâmico.

mahdi, mahdismo : o “corretamente guiado”, o arauto profético de um retorno à pureza; O seu aparecimento e reconhecimento acompanhou todos os movimentos de contestação religiosa no Islão, especialmente entre os shíites.

maimbour : veja *mundeburdium* .

Mali : assembleia de homens livres germânicos; por extensão, tribunal estadual.

mancipia : os escravos.

mancuso : expressão que designava, entre os cristãos, as moedas de ouro ou prata do Islã; sua etimologia é problemática (de *manqush* : gravado?).

mansio : retransmissão dos correios, romana e grega.

domar, esconder (entre os saxões) **hufe** (entre os alemães): superfície de terra capaz de alimentar uma família de trabalhadores, com todas as variações que isso acarreta; o manso poderia ser distribuído em uma ou mais parcelas; base fiscal e militar das demandas públicas.

maqsura : espaço fechado na mesquita, onde era colocado o imã que conduzia a oração.

marescalci : marechais, servos que auxiliavam o senescal e eram encarregados de organizar comboios para abastecer o exército.

markgraf : veja *gráfico* .

martyria : túmulos de santos, locais de devoção.

massae : conjunto de terras, geralmente dispersas por uma vasta área (na Lombardia).

matricula, matricularii : lista dos beneficiários na antiguidade tardia, seja por ocasião do serviço annonae, seja na época em que os bispos tinham listas dos inscritos; lista de assistentes (por exemplo, “registro deficiente”).

mawálí : clientes, armados ou não, no Islã (plural de *mawáli* , senhor, mas também escravo liberto).

medersa : veja *madrasa* .

mensa : porção de um temporal eclesiástico reservada à mesa (*mensa*) do abade ou comunidade; Pode ser uma distribuição de terras ou uma distribuição de renda.

merinos : no reino asturiano-leonês, juízes removíveis especializados em direito visigótico.

mihrab : nicho aberto na parede *da qibla* da mesquita que indicava a direção da oração.

minbar : na casa de Maomé, onde o Profeta estava sentado; na mesquita, púlpito onde o *imã* pode subir para pregar ou recitar.

ministerium, ministerial : cargo, função, profissão e quem a exerce; assumiu o sentido geral de agente de poder local.

misáha : medida de terra que serviu no Islã oriental como base para a percepção do *jaradj* .

misr : veja *amsár* .

monofisismo : crença cristã segundo a qual a natureza humana e a natureza divina na pessoa de Cristo são confundidas em uma onde predomina a natureza divina.

monotelismo : solução bizantina de compromisso religioso segundo a qual em Cristo as duas naturezas são diferentes, mas animadas por uma única ação e vontade de essência divina.

montanhistas : cristãos iluminados que atribuíam um papel essencial à intercessão dos santos na esperança de um paraíso próximo; tendências milenaristas.

Moçárabes : cristãos que viviam entre os muçulmanos, essencialmente em al-Andalus.

Mudéjares : Muçulmanos que viviam entre os cristãos, essencialmente nos reinos hispânicos.

mufti : jurisconsulto de profissão, consultado como conselheiro pelo soberano.

muhádjirún : Muçulmanos que, seguindo Maomé, emigraram de Meca para Medina.

muhtasib (almotacén): guardião, do mercado, por exemplo; por extensão, responsável pela ordem pública.

mujahena : sociedade formada pela união de bens móveis que permitiu o lançamento de um negócio comercial no Islã.

Mund, mundebrdium, maimbour : força mágica adquirida por certos clãs germânicos e seus chefes, devido à ascendência divina; proteção assim exercida sobre parentes e clientes; por extensão, uma forma de proteção dos fortes sobre os fracos.

muqásama : em território islâmico, distribuição dos impostos devidos ao soberano e aos senhores realizada na mesma época.

musáqá : parceria em território islâmico.

mutazili : crença muçulmana segundo a qual esperar por um imã justo sustenta uma fé muito rigorosa; convicção de que uma sociedade sem classes seria então estabelecida, um governo do bem.

muwallad (muladí): em al-Andalus e no Magreb, indígena recentemente convertido ao Islã.

Nestorianismo : crença, na fronteira do cristianismo, segundo a qual Cristo nada mais foi do que o “templo” provisório da Palavra divina.

pneuma : notação destinada a orientar a voz no cantochão, marcando as acentuações e durações do som; Não inclui pauta musical.

nomisma : a figura e, por extensão, a moeda grega que inclui a efígie do soberano.

noria : roda com baldes destinada à irrigação e movimentada por curso de água, por animais ou por escravos quando se trata de camada subterrânea.

novela : considerandos e decisões da jurisprudência pós-justiniana.

oblato : indivíduo que se entregou a uma Igreja, com seus bens, para receber em troca proteção e meios de subsistência.

obolus : tripés para incenso; por extensão distante, moeda fracionária do denário.

obsequium : respeito, obediência devida pelo liberto ao seu antigo senhor; por extensão, obrigação moral dos fracos em relação aos poderosos.

outfield : o terreno que o homem não domina; *Outland* tem um significado comparável.

pagus, pagenses : país, habitantes do país; Não tem necessariamente um significado rural; eleitorado típico da Antiguidade tardia, ou mesmo mais antiga, que oferece uma certa homogeneidade de estrutura, física, étnica, linguística, etc.

pálio : faixa de lã branca adornada com cruzes pretas usada pelo papa e dada ao bispo metropolitano quando este vem fazer a visita *ad limina* (às portas de Roma) para receber a confirmação de sua nomeação.

panegírico : discurso judicial em homenagem a um soberano, vivo ou morto.

patriarca : título episcopal ligado em princípio às cidades que desempenharam um papel essencial no desenvolvimento da fé cristã.

mecenato : proteção de um “patrono”, de um mestre; Pode dizer respeito a uma Igreja, a um homem, a uma terra.

Paulicianos : dissidentes cristãos, particularmente na Armênia, hostis às imagens, à hierarquia eclesiástica, aos sacramentos, ao casamento, etc.

pauperes : os indefesos.

penitencial : conjunto de castigos corporais ou religiosos que se apresentam em forma de catálogos de faltas que devem ser punidas, de acordo com a condição social do pecador.

centavo : denário saxão.

Pflug, arado, ameixa: este é o “arado de roda” germânico ou se refere a outro instrumento aratório?

pieve (Ital.): veja *plebe* .

placitum : assembleia de homens livres; progressivamente, tribunal local.

plebe, plou, pieve (Ital.): freguesia da Alta Idade Média.

políptico : folhas montadas; Na prática diplomática, o termo é aplicado aos inventários de bens e benefícios elaborados pelos senhores entre os séculos ^{vi} e ^x; Na maior parte, referem-se a domínios da Igreja.

politikoi : pães distribuídos nas cidades pelos poderes públicos bizantinos.

porfirogenito : nascido na "câmara roxa" imperial em Bizâncio; Designava o soberano legítimo nascido durante o reinado de seu pai.

praedium : significado semelhante ao de *fundo* .

prebenda, prebendarii : conjunto de rendimentos, territoriais ou não, que permitem a manutenção de um cânone; Designa também qualquer doação de alimentos e dinheiro que permita a sobrevivência: os *prebendarii* eram então clientes "alimentados" (pelo mestre).

precaria : terrenos de igreja cedidos através de censo de reconhecimento a um proprietário leigo, a "pedido" (*precaria* , de *precor*) do próprio beneficiário, ou do rei (*precaria sub verbo regis*) .

empréstimo : concessão de terras fiscais no reino asturiano-leonês feita a um *gardingo* .

protonotário : Funcionário público bizantino encarregado de despachar despachos oficiais e correspondência.

qádi : veja *cadí* .

qibla : muro da mesquita para onde o crente se dirige; Indicava o leste e depois a direção para Meca; Poderia se tornar um símbolo místico.

quilate: (de *keratia* , unidade de peso, usada na Mesopotâmia): utilizado para pesar mercadorias e, posteriormente, para calcular o grau do ouro (1 unidade = 24 quilates).

rachimburgi : homens livres da comunidade germânica encarregados, por ocasião do *Mali* , de aconselhar em questões de direito.

raqiq : sem honra; Designou o camponês dependente no Islã.

reeve : prefeito saxão encarregado da administração dos domínios; O *shire-reeve* (xerife) era o intendente do *conde* saxão .

referenda : agente público, geralmente da Igreja, encarregado de verificar a autenticidade das cartas escritas no Palácio Germânico.

reserva : designa, por conveniência erudita já que a palavra não é medieval, a parte do domínio que ficou à disposição direta do senhor e que ele explorou através de corveas ou graças ao trabalho servil.

riga : o sulco, designado corvea que consistia em abrir e manter um certo número de sulcos nas terras do senhor.

riparienses : ver *limitação* *oei* .

rotulus (rolo): pergaminhos costurados um após o outro e enrolados em um ou dois palitos; princípio do "livro" da Antiguidade, persistiu na Idade Média para documentos contábeis e certos documentos litúrgicos ou judiciais.

sacellaires : agentes juniores a serviço do garçom e encarregados de fiscalizar as entradas de dinheiro na Câmara.

sacramental : livro de orações do ofício cristão e as recitações necessárias quando um sacramento era ministrado.

sakka : efeito crédito, equivalente a promessa de parcelamento; verificar.

saltério : livro contendo os salmos bíblicos.

saltus : a terra virgem romana: florestas, charnecas, campos; por extensão, terras não apropriadas de forma privada e das quais, normalmente, o proprietário era o soberano.

saqáliba : escravos brancos no Islã Ocidental; Deriva de "eslavos"?

sawáfi : bens confiscados à aristocracia derrotada pelos muçulmanos, especialmente da aristocracia Pena, ou das Igrejas Cristãs.

sayones : nos reinos hispânicos, funcionário inferior na administração da justiça e agente executivo.

scabini : juízes profissionais permanentes, que auxiliam o *mali* ou o *placitum* , primeiro em países com lei escrita e depois em todo o Ocidente.

sceattas : moeda de prata saxônica (do alemão *Schatz* , tesouro?).

scriptorium : mesa leiga ou monástica.

sculdhais : agente do rei lombardo encarregado da administração de um bairro da cidade.

schola : tropas de guarnição em Bizâncio.

senescal (de **sinisskalk** , o servo mais antigo): responsável pelo abastecimento do palácio entre os reis germânicos.

setici : terrenos agrupados ao redor da casa e explorados pelo inquilino para uso próprio: jardins e pomares.

xá, xá : título do governante persa sassânida, reutilizado posteriormente pelos turcos.

sharika : empresa comercial baseada na contribuição de metade do capital e constituída para realizar um único negócio (no mundo islâmico).

shfa : o partido, a parte legítima do Islã; A partir da expulsão dos Alíes, identifica-se com o messianismo que aguarda o seu regresso; Xiismo.

condado : condado saxão.

silêncio : em Bizâncio, conselho em torno do basileus.

sklaviniai : as áreas ocupadas de forma bastante densa pelos sklaveni, nome genérico aplicado aos eslavos.

Stámme : agrupamentos germânicos onde se misturavam especificidades étnicas, linguísticas e culturais; Só mais tarde designaria um grupo territorial.

stápl : poste de madeira preso na água; por extensão, cais fluvial ou marítimo; "estágio".

estipêndio : salário ou vencimento; Pode ser em terra.

stratiota : em Bizâncio, camponês-soldado.

salário, solidus : moeda de ouro bizantina, originalmente cunhada para o pagamento de soldados (daí seu nome). No Ocidente, era utilizado para estimar o valor de uma mercadoria ou de uma multa, qualquer que fosse o tipo de pagamento posterior: denários, objetos, lingotes, etc.

suftadja : carta de crédito com pagamento diferido, eventualmente em outro lugar; Antecedentes da letra de câmbio?

sulh : trégua ou acordo de paz entre duas tribos muçulmanas.

ta'dil : investigação pública destinada a medir o nível de fortunas antes da lei tributária (no Islã).

tádjir : no Islã, um comerciante sedentário que envia factores e agentes comissionados para pontos distantes.

tagmata : Corpos de tropas bizantinas que formavam o exército central (ver *comitatus*).

taldjPa : proteção moral e política exercida por uma pessoa poderosa em benefício de um cliente de determinado nível social (ver *himáya*).

terpen : montes inafundáveis, possivelmente levantados regularmente, que formam uma cadeia costeira ao longo da costa dos Países Baixos.

thane : grande proprietário de terras saxão.

thegns : Nobres saxões.

themas, thematá : circunscrição territorial bizantina; tropas ali estacionadas e encarregadas da defesa perto das fronteiras.

coisa : assembleia dos homens livres escandinavos.

tiraz : marca estatal colocada em tecidos, no Islã; por extensão, oficinas públicas onde vestidos e outros produtos eram fabricados sob controle público.

Tironianas (de Tiro, nome do liberto de Cícero?): refere-se às notas abreviadas (não uma estenografia) que serviam como meio rápido de correspondência nas chancelarias cristãs.

tractus : significado semelhante a *saltus*.

tremisses : pequenas moedas de ouro equivalentes a um terço do salário; *Trients* tem um significado semelhante.

treuwa : trégua; acordo obtido na justiça.

trientes : veja *tremisses*.

tropo : notação musical de canto simples destinada a modificar o som da voz em uma única sílaba.

trustis : juramento de fidelidade (ver *antrusão*); poderia designar um grupo unido por juramento.

'ulama : doutores da lei muçulmana.

vassus (do celta *gwass*, rapaz?): dependente honorável.

verbum regis : a ordem régia, sobretudo, pronunciada na reunião no Campo de Maio.

vicário : divisão dos direitos (e, posteriormente, do território) onde o conde exercia a sua honra; O *vicário* exercia geralmente a justiça menor, a polícia das estradas, a vigilância na arrecadação de impostos; O seu papel militar permaneceu mal definido.

vicecomitatus : visconde; em princípio, ele poderia ter os direitos do conde na ausência deste; ele praticamente se torna um agente júnior fixo.

vicus : aldeia agrupada; conjunto de lojas e bancas em torno de um centro religioso ou de um palácio; É possível que o escandinavo *que* (que significa baía) tenha vindo a adquirir, devido à contaminação, o mesmo significado.

villa : em princípio, um grande domínio bipartido; muito em breve, designou simplesmente um lugar habitado; Mais tarde, assumiu o significado de “aldeia”.

vizir, wazir : aquele que “tem cargo”, auxiliar; por extensão geral, a principal ajuda do califa.

vogt : veja *advocatus*.

waqf : terra exonerada, que geralmente provinha de propriedade da Igreja; dir-se-ia no Ocidente, de uma “mão morta”; um dos meios de remunerar lealdades na terra do Islão.

vizir : veja *vizir*.

Wergeld : o ouro do sangue; a composição pecuniária total que uma vítima ou seu familiar tinha o direito de exigir com base na sua condição e nível social.

Westwerk – maciço ocidental de igrejas carolíngias que geralmente incluía um segundo transepto e duas torres de fachada.

qual : veja *vicus*.

wiláya : controle, sobretudo, do mercado; área sobre a qual esse controle foi exercido.

witenagemot : conselho de sábios entre os saxões; guiou o rei.

xenia : doações em espécie impostas aos colonos bizantinos, uma vez atingido o teto do aluguel tributável.

xenodochia : abrigos e hospícios para peregrinos, doentes e mendigos, muitas vezes de origem irlandesa.

zakat, sadaqa, ushr (em al-Andalus): as esmolas voluntárias devidas pelo crente na terra do Islã.

czar: (de César): título dos soberanos búlgaros.

zindíq : seita muçulmana herética, adepta do dualismo, que praticava ceticismo radical em relação aos textos sagrados e à crítica livre.

souk (de **sūq**): mercado varejista na cidade muçulmana.

TABELA CRONOLÓGICA

MUNDOS ALEMÃO-CÉLTICOS



Dados políticos expressão cultural
Fatos econômicos e sociais



395 Morte de Teodósio 392 Proibição de cultos pagãos
400 398 Editio sobre Hospitalidade



Honório Imperador do Ocidente
406 O Reno atravessado pelos alemães
407 As legiões evacuam a Grã-Bretanha
412 Visigodos instalados na Gália Construção de São Gereão de Colônia e o Martírio de Trier
418 Arles capital dos Gauleses
419 Visigodos na Hispânia
425



428 Desembarque dos anglo-saxões no leste da Bretanha 432 São Patrício na Irlanda
438 Publicação do *Código Teodósico* Evangelização da Irlanda
442 Peste na Itália
440-461 São Leão Papa
450



451 Ataque de Átila à Gália

453 Morte de Aécio

455 Instalação dos Borgonheses

Perseguições arianas na Aquitânia e na Hispânia

457-461 Reinado de Majoriano

Os saxões no norte da Gália

MUNDOS MEDITERRÂNEOS



Dados políticos expressão cultural

Fatos económicos e sociais



395 Morte de Teodósio 392 Proibição de cultos pagãos

396 Edito sobre a estabilidade dos curiais

398 Edito sobre Hospitalidade

400



Arcádio, Imperador do Oriente 407 Morte de São João Crisóstomo

406 Expulsão dos Visigodos para Itália

408-450 Teodósio II, imperador

410 Saque de Roma pelo visigodo Alarico

420 Morte de São Jerônimo

425



Muralhas de Teodósio 426-429 A cidade de Deus

429 vândalos entram na África 430 Morte de Santo Agostinho

Instalação dos Hunos na Panônia 431 Concílio de Éfeso

Construção de Santa Sabina em Roma

435-445 Construção do mausoléu de Gala Placidia em Ravenna

438 Publicação do Código Teodósico



451 Concílio de Calcedônia: condenação do monofisismo

452 O ataque de Átila à Itália

453 Morte de Átila

455 Pilhagem em Roma pelo vândalo Genserico

457-474 Leão I, Imperador do Oriente

MUNDOS ALEMÃO-CÉLTICOS

Dados políticos	expressão cultural	
Fatos econômicos e sociais		
481 Clóvis, rei de Tournai?		
486 Os francos destroem o "reino" de Syagrius		
490-496 Unificação das tribos francas		
Leis de Eurico na Hispânia		
Lei "Gombetta"		
500		
Breviário de Alaric		
503 São Cesário bispo de Arles		
Tesouro de Cesena		
507 Vouillé: conquista da Aquitânia pelos francos		
511 Conselho dos Gauleses em Orleans		
511 Morte de Clóvis	513 São Cesário, legado dos gauleses	
Primeiros mosteiros irlandeses		
São Bento retira-se para o deserto		
516 Sigismundo, rei dos borgonheses		
525		
525 Monte Cassino		
529 Concílio de Valsón: uma escola por bispado		
530-536 Conquista do reino da Borgonha, Provença e Túrquia pelos francos		

		Eliminação do Arianismo
	Início da imigração bretã da Armórica	537 <i>Regra</i> de São Bento?
		542 Grande Peste «Justiniana»
550		
		556 Martín de Braga com os Suevo
558-561 Clotário I, único rei franco		
	559 Praga no Ocidente	Morte de São Bento
Ataques francos em Babiera e Saxônia		
568 Avanço dos avarentos para a Baviera		Manuscritos e miniaturas irlandeses (antigos)
Guerras civis merovíngias		
	570-591 Recorrência da peste	573-594 Gregório, Bispo de Tours

MUNDOS MEDITERRÂNEOS



Dados políticos	expressão cultural
Fatos econômicos e sociais	



476 Fim do Império Ocidental	483 Nestorianos entram na Pérsia
Expulsão dos Ostrogodos para a Itália	486 Segundo concílio de Selêucia
491-518 Anastácio, imperador	Heresia Mazda na Pérsia
493 Instalação de Teodorico na Itália	
500	



503 Os Búlgaros no Volga	
Descida dos lombardos em direção aos Alpes e dos eslavos em direção ao Danúbio (?)	
	524 Execução de Boécio.
	São Bento retira-se para o deserto
525	



526 Morte de Teodorico, rei dos ostrogodos	525 Monte Cassino
527 Justiniano, imperador	526 São Vital de Ravena
530-540 Guerras do Iêmen	529 Fechamento da Escola de Atenas
531-579 Chosroes I	529-533 Código Justiniano
533 Reconquista da África	Eliminação do Arianismo

535 Reconquista de Roma
541-552 Totila, rei dos ostrogodos

536 Construção de Hagia Sophia
537 *Regra* de São Bento
548-562 Mosteiros do Sinai

535-536 Reforma tributária
Reorganização dos segredos

550



552 Introdução do bicho-da-seda na Grécia

553 *As Instituições* de Cassiodoro

563 Fim da reconquista na Itália
565 Morte de Justiniano
568 Instalação dos avarentos na Panônia
Entrada dos lombardos na Itália

História Secreta de Procópio

Santa Irene de Constantinopla

570-572 Guerra Greco-Persa

MUNDOS CÉLTICOS ALEMÃES



Dados políticos	expressão cultural
Fatos económicos e sociais	



História dos Francos , de Gregório de Tours

585 Instituição do dízimo

590 São Columbano na Gália
590-604 Gregório, o Grande, Papa
596 Agostinho com os Saxões

599-605 Praga

600



600 Recaredo confisca bens da Igreja

613-629 Clotário II, único rei franco

610 Mosteiro de Luxeuil

614 Édito de Clotário sobre administração pública 612 Mosteiro de Bobbio

615 Morte de São Columbano

625



627 Conversão da Nortúmbria

		Sarcófagos de Poitiers e Moissac
629-639 Dagoberto, único rei franco	Moedas de ouro na Gália	
		636 Morte de Isidoro de Sevilha
	635 Fundação da feira Lendit	
		643 Código Rotativo
643 Os saxões de Oswald esmagam os britânicos		
650		



		651 Fundação de Fleury-sur-Loire
	Emissão dos sceattas saxões	
		653 Conversão dos Lombardos
		654 Coroa de Recesvinto
	654 <i>Código Recesvinto</i>	
	664 Praga	
	Leis da Mércia	670 Cripta de Jouarre
	670 Última chegada de papiros à Gália	

MUNDOS MEDITERRÂNEOS



Dados políticos expressão cultural

Fatos económicos e sociais



Os persas no Iêmen

580 Penetração dos eslavos ao sul do Danúbio

582 Os Avarentos em Sirmio

582-604 Imperador Maurício

Os búlgaros no Danúbio 583 Morte de Cassiodoro

590-628 Cosroes II 584 Exarcado de Ravena

591 Os Cazares no Volga

600



602-610 Focas, imperador Constituição do *sklaviniai* nos Balcãs

Organização dos *temas*

610-641 Heráclio, imperador 610 Início da pregação de Maomé em Meca

614 Captura de Jerusalém pelos persas

Contra-ofensiva grega 622 A "Hégira"

625



626 Os avarentos antes de Constantinopla

627 Derrota de Cosroes II 632 Morte de Maomé

634 Os árabes no Iraque e na Síria

636 Os Árabes na Pérsia 635 A Ekthesis de Heráclio

641 Morte de Herácio

642 Os árabes no Egito

641-668 Constâncio II, imperador

643 Código Rotativo

642 Fundação de Fustát

650



653 Fixação do texto do Alcorão

656 Cativoiro e morte do Papa Martinho

656 Ali, califa

662 Morte de Máximo, o Confessor

661 Assassinato de Ali

O governo dos Umayyads começa

669 ataque árabe a Constantinopla

670-686 ataques árabes no Magreb

670 Fundação de Qairwan

MUNDOS ALEMÃO-CÉLTICOS



Dados políticos	expressão cultural
Fatos econômicos e sociais	



Escolas da Nortúmbria (Yarrow, Wearmouth)

680 Pepino de Héristal, mordomo

690 Willibrord evangeliza a Frísia

698 Fundação de Echternach

700



Principado da Aquitânia

711 Fim do reino visigodo

711 Fim da cunhagem de ouro no Ocidente

713-744 Liutprando, rei dos lombardos

714 Carlos Martel, mordomo

718 Os Árabes no Languedoc

722 Os asturianos detêm os árabes em Covadonga

719 São Bonifácio evangeliza Hesse e Turíngia

722 São Bonifácio, bispo da Alemanha

724 Fundação de Reichenau

725



725 Ataque árabe à Aquitânia e Provença

Lei dos chefes

728-730 Charles Martel reduz a Alemanha e a Turíngia

Secularização da propriedade da Igreja

732 Poitiers

Formulários de recomendação

743 Última praga antes do s. XIV

735 Morte de Beda, o Venerável

743 *Verbo precário regis*

Sacramental de Gellone

747 Pepino, o Breve, mordomo

749 Astolfo, rei dos lombardos

Cividale Tempietto

750



751 Pepino, o Breve, rei dos francos

O comércio da Frísia

754 Consagração de Pepino pelo Papa

754 Morte de São Bonifácio

756 Criação do Estado Papal

757-796 Offa, rei da Mércia

759 Recaptura de Narbonne dos árabes

768 Carlos Magno, rei

767 Mestre-escola Alcuin em York

774 Anexação do reino lombardo

768 Reforma canônica de São Crodegango

"Carolina" escrita em Corbie

775 Generalização do dízimo

MUNDOS MEDITERRÂNEOS



Dados políticos	expressão cultural
Fatos econômicos e sociais	



	Aparência dos <i>temas</i> e <i>tagmas</i>	680 Formação do Xiismo
684 Guerra Civil Qaysi-Kalbí	Reforço de córion	681 Condenação do monotelismo
Revolta berbere		
670-686 ataques árabes no Magreb		
687 Os búlgaros antes de Constantinopla		Mesquita da Rocha 687
	Emissão de 695 dinares	
		695-701 Primeira revolta xiita
700		



705-714 Os Árabes na Transoxânia		705 Grande Mesquita de Damasco
711-713 Os árabes conquistam a Hispânia	A conversão dos dhimmies é interrompida	
712 Os búlgaros antes de Constantinopla		
717-718 Cerco de Constantinopla pelos árabes		
717-740 Leão, o Isauriano, imperador	«Fogo grego»	
721-723 Os Árabes no Sind		
725		



Levante berbere	726 Primeiros decretos iconoclastas
	731 Papa Gregório III condena a iconoclastia

739 Os árabes em Samarcanda
740-775 Constantino V, imperador

740 A Écloga de Constantino V
744 revolta xiita

747 Reocupação de Creta pelos gregos

775



750 Revolta Abássida

751 Batalha de Talas

755 Constantino V ataca os búlgaros

756 Massacre da família Umayyad. Os Abássidas no poder

762 Fundação de Bagdá

765-768 Embaixadas francas em Bagdá

754 Concílio Iconoclasta de Hiedeia

Morte de São João Damasceno

759-826 Teodoro Estudita

Reconstrução da mesquita de al-Aqsa em Jerusalém

767 Rito *Hanif*

768 O Studion em Constantinopla

		Lupo de Ferrières
	Arranjo de Denário de Prata 829	
830 Os Árabes em Palermo		
Revolta da Aquitânia de 838		840 Morte de Aeginard
840-875 Ataques vikings endêmicos		842 Os Juramentos de Estrasburgo
843 Tratado de Verdun	843 Acordo de Honras de Coulaines	
845 Saque de Roma pelos árabes	845 Início do Danegeld	Nithard
		João Escoto
		Mauro Rabanete
850		

	850 Fundação de Burgos	
852 Primeiros sucessos da Reconquista	852 Formação de guildas no norte da Europa	Bíblia de Carlos, o Calvo
855 Morte do Imperador Lotário		
866 Afonso III, rei de Castela	864 Édito de Pitres	858 Fundação de Vézelay
870 Divisão Carolíngia de Merseen		Saltério de Utrecht
870-871 O "ano terrível" na Inglaterra	869 As cidades devem ser muradas	
871-899 Alfredo, Rei de Wessex	Os Judeus Radanitas	871 Mosteiro St.
	Início da formação de principados territoriais	
		873 Westwerk Corvey

MUNDOS MEDITERRÂNEOS

Dados políticos	Fatos económicos e sociais	expressão cultural

775 Morte do califa al-Mansur	776 Principado de Tahert em conexão com o Saara	Mesquita de Córdoba
783 paz greco-árabe		777 Batismo dos Búlgaros
786-809 Hárún, califa		
787 Voo de Idriss para Maghrib		786 Massacre dos Alidas
		787 Concílio Iconódulo de Nicéia
		790 Rito Maliquita
797 Irene, imperatriz		Tradução de Euclides para o árabe
800		

800 Os Idrisidas em Marrocos	800 Fundação de Fez	Vida de São Filareto
Os Aghlábidas na Tunísia		Introdução do indiano <i>O</i>
811 Krum, rei dos búlgaros		Traduções de Aristóteles, Ptolomeu, Arquimedes, etc.
Morte de Nicéforo	Desenvolvimento das culturas de cana, arroz e algodão no Iraque	
813-833 al-Ma'mûn, califa		818 Rito Shafi
818-879 Tahiridas e Samanidas no Irã		
820 Creta reocupada pelo Islã		820 Obra de al-Khwarizmi
825		

--	--	--

830-845 Os Aghlabids na Sicília e na Itália	830 Bloqueio de trigo egípcio	Abertura de "casas de sabedoria"
	836 Fundação de Samarra	Metódio, patriarca
	840 Criação da guarda mameluca	
	Desenvolvimento do <i>iqṭāʿ</i>	843 Fim da iconoclastia
845 Saque de Roma pelo Islã		Viagens de Ibn Kurdadbih
Formação da Grande Morávia		
850		



Os turcos da Transoxânia		
852-889 Bóris I, czar dos búlgaros	Comerciantes "russos" em Constantinopla	855 Morte de Ibn Hanbal
862 Riurik em Novgorod	Os Judeus Radanitas	Ritual Hanbalita
		«Arte de Samarra»
	864 Fundação de Kyiv	863 Universidade Magnaura
		<i>Epanagogé</i> de Basílio
		865 Missões de Cirilo e Metódio
867 Usurpação de Basílio I		867 Fócio, patriarca
868 Os Tulunis no Egito		
	869-878 Revolta Servil de Zendj	

MUNDOS ALEMÃO-CÉLTICOS

Dados políticos		expressão cultural
Fatos econômicos e sociais		

875 Carlos, o Calvo, imperador		
878 Criação do Danelaw na Inglaterra	877 Capítulo Quierzy	
879 Bóson é proclamado rei		
881 derrota viking em Saucourt		
	881 A palavra "feudo"	880 Cantilena de Santa Eulália
888 Carlos, o Gordo, deposto		882 Morte de Uincmar
Os sarracenos na Provença		883 Sant Miquel de Cuixá
898 Primeiros ataques húngaros no oeste		
	893 Último políptico (Prüm)	
	895 Pluralidade de homenagens	
900		

900 Início das devastações húngaras na Alemanha		Uso do astrolábio
Eduardo, Rei de Wessex		
905 Fundação do reino de Navarra	Início da construção de mottes castrais	
		905 Morte de Remígio de Auxerre
909 Ducado da Aquitânia		Santiago de Compostela, local de peregrinação
911 Ducado da Normandia		910 Fundação de Cluny
Morte do último Carolíngio Oriental		
		913-952 Minden Construção
923 usurpação "Robertiana"	Arado de rodas no norte do Loire	Poemas de Ekkehard de Saint-Gall
925		



	Reagrupamentos populacionais	
	929 Cunhagem de ouro na Hispânia	931-964 A "pornocracia" romana
	Duques alemães levados à obediência	Reforma de Gorze de 933
933 Reino de Arles	941 Última menção de um servo no norte da França	934 São Maximino de Trier
936 Otto I, rei da Alemanha		
937 Pico dos ataques húngaros		942 Reforma do clero anglo-saxão
		946 Catedral de Clermont
950		



	Novas muralhas em Gênova	Flodoardo
951 Expedição de Otto à Itália		Abadia de Gernrode
955 Lechfeld e Recknitz	958 Revolta urbana em Cambrai	
		961 Livro dos milagres da estátua de Ste. Foy e Conques
962 Coroação do Imperador Otto		

MUNDOS MEDITERRÂNEOS

Dados políticos		expressão cultural
	Fatos econômicos e sociais	

	877 Revolta Carmatiana	Leão, o Matemático
	As basílicas	
	Livro da Eparca	879 Mesquita de Ibn Tulûn no Cairo
		Crônica de Teófanos
886-912 Leão VI, imperador	883 Primeira cunhagem veneziana	
886 Restauração da monarquia armênia		A "biblioteca" de Photius
893-927 Simeão, czar búlgaro		891 Morte de Fócio
	Extensão 893 Kommerkion	
895 Húngaros na Panônia		
		Tabelas astronômicas no Irã
900		

		900-905 Dispersão dos Xiitas
902 Sicília totalmente muçulmana		
909 Pregação fatímida no Magreb		
913-959 Constantino Porfirogeneta	Tratado comercial russo-grego de 911	
917 Búlgaros ameaçam Constantinopla		
	Resgate de terras pelos poderosos	
921 Os fatímidas que eram donos do Magreb		
		922 Início do Sufismo
		923 Morte de Rhazes
925		

--	--	--

	Elaboração de Taktika administrativa	<i>Livro de temas</i>
929 Proclamação do Califado de Córdoba		<i>Livro de cerimônias</i>
	Edital 934 para a proteção da pequena propriedade	<i>Livro de administração</i>
Ataques fatímidas ao Egito		
	935 Morte de Ashari, codificador sunita	
941 Igor de Kyiv ameaça Constantinopla		
	944 Os Amalfitanos em Constantinopla	
945 Os Buyis em Bagdá		
950		
	950 Morte de Al-Farabí	
	Conclusão da mesquita de Córdoba	
961-964 Os gregos retomam Creta e Chipre		
	962 A Grande Lavra de Athos	
969 Os fatímidas no Egito		
	969 Fundação do Cairo	

Literatura

Esta lista de títulos, geralmente bastante recente, não tem outra intenção senão ajudar o leitor a satisfazer a curiosidade despertada pelo caráter necessariamente condensado da obra. Por razões compreensíveis, a proporção de livros escritos em francês é muito grande.

O OESTE “BÁRBARO”

APRESENTAÇÃO DE UM CONJUNTO DE PROBLEMAS E ESTUDOS GLOBAIS POR REGIÕES E PERÍODOS

1º Manuais

Na coleção Hachette-Université:

Balard, M., JP Genêt e M. Rouche, *Des Barbares à la Renaissance*, 1973.

Na coleção “U” (A. Colin):

Chelini, J., *História religiosa do Ocidente medieval*, 1968.

Fossier, R., *História social do Ocidente medieval*, 1970.

Fournier, G., *L'Occident de la fin du ^v à la fin du ^{ix}s.*, 1970.

Fourquin, G., *História econômica do Ocidente medieval*, 1969.

Na coleção “Nouvelle Clio” (PUF):

Doehaerd, R., *Le haut Moyen Âge occidental, economias e sociedades*, 1971; existe comércio. elenco.: *Ocidente durante a Alta Idade Média*, Trabalhista, Nueva Clío, Barcelona, 1974.

Musset, L., *Les invasões*, 1969 ², 2 vols.; existe comércio. elenco.: *As invasões*, Trabalhista, Barcelona, Nueva Clío, 1982 ³.

Na coleção «Glotz; História geral de Moyen Âge»:

Lot, F., C. Pflister e FL Ganshof, *Les destinées de l'Empire en Occident de 395 à 888*, 1940.

Veja também:

Dhondt, Jan, *The High Middle Ages* (elenco. trad.), Siglo XXI, Madrid, 1983 ¹⁰.

Falz, R., A. Guillou, L. Musset e J. Sourdél, *De l'Antiquité au monde médiéval*, Paris, 1972.

Lot, F., *La fin du monde antique et le début du Moyen Âge*, Paris. 1968 .
Riche, P., *Grandes invasões e impérios (fin ^{IV}^e estreia XI .)* 1968.

2. Estudos por grandes fases cronológicas

As invasões:

Daniélou, J. e Hl Marrou, *Nouvelle histoire de L'Église*, 1: *Des origines à Grégoire le Grand*, 1963; existe comércio. elenco.: *Nova história da Igreja*, Cristiandad, Madrid, 1964.
Joris, A., *Du V^e au milieu du ^{VIII}^e siècle: à la lisière de deux mondes*, Bruxelas, 1978.
Riche, P., *Les invasões barbares (Que sais-je?)*, 1968 .
Settimane... di Spoleto, 5: *Caratteri del secolo ^{VII} in Occident*, Spoleto, 1958.
Wolfram, EL, *Geschichte der Goten*, Viena, 1976.

Os Carolíngios:

Boussard, J., *Charlemagne et son temps* (Univers des connaissances), 1968; existe comércio. elenco. em Guadarrama, Madri, 1968.
Fichtenau, EL, *Das karolingische Imperium. Soziale und geistige Problematik eines Grossreiches*, Zurique, 1949.
Karl der Grosse. Lebenswerk und Nachleben, Düsseldorf, 1965-1966, 4 vols.
Perroy, E., *Le monde carolingien*, 1973.
Tessier, G., *Carlos Magno*, 1967.

Período pós-carolíngio:

Bouïard, M. de, *Les Vikings*, 1968.
Fasoli, G., "Point de vue sur les incursions hongroises au ^X^e siècle", in *Cah. de ^{IV}^e médiev.* (1959).
Haenens, A. d', *Les invasões normandes: uma catástrofe?* (Questões de história), 1970.
Mor, CG, *Veux feudale*, Milão, 1952.
Occidente e Oriente au ^X^e s. (Actes col. médiév.), Dijon, 1979.
Sawyer, P. EL, *A Era dos Vikings*, Londres, 1962.
Steensthrupp, J., *Les invasões normandes na França*, 1969.
Zimmermann, EL, *Das Dunklejahrhundert*, Graz, 1971.

Alguns estudos regionais:

a) Gália e Aquitânia:

Auzias, L., *L'Aquitaine carolingienne*, Toulouse, 1937.
Fossier, R., *La terre et les hommes en Picardie jusqu'à la fin du ^{XIII}^e*, Paris-Lovain, 1968.
Fournier, G., *Le peuplement rural en Basse-Auvergne*, 1962.
—, *Les Mérovingiens (Que sais-je?)*, 1969 .
Perrin, O., *Les Burgondes*, Neuchâtel, 1968.
Roblin, M., *Le terroir de Paris aux époques gallo-romaine et franque*, 1971 .
Rouche, M., *L'Aquitaine, des Wisigoths aux Arabes, 418-781*, 1979.

Salin, E., *La civilização mérovingienne* , 1950-1960, 4 vols.
Tessier, G., *Le batême de Clovis* , 1964.

b) Zona Germânica e Escandinava:

Cuvillier, JP, *L'Allemagne médiévale: naissance d'un Etat* , 1979.
Faider-Feytmans, G., *La Belgique à l'époque mérovingienne* , Bruxelas, 1964.
Ganshof, FL, *La Belgique carolingienne* , Bruxelas, 1958.
Holtzmann, R., *Geschichte der sachsichen Kaiserzeit* , Munique, 1955 .
Musset, L., *Les peuples scandinaves au Moyen Age* , 1951.
Perrin, CE, *L'Allemagne et l'Italie de 843 a 962* , CDU, 1953.

c) Anglo-saxões:

Hadrill, JM Wallace, *Realeza Inglesa e o Continente* , Oxford, 1971.
Hodgkin, R. K., *A History of the Anglo-Saxons* , Londres, 1952 , 2 vols.
Levison, W., *Inglaterra e o continente no século VIII* , Oxford, 1956.
A História de Oxford da Inglaterra , Oxford, 1957-1962.
Stenton, F., *Inglaterra Anglo-Saxônica* , Oxford, 1947 .
Whitelock, DH, *The Beginnings of English Society* , Londres, 1956.
Wilson, D., *Os Anglo-Saxões* , Londres, 1971.

d) Penínsulas mediterrânicas:

Abadal e de Vinyals, R. d', *Do reino de Tolosa ao reino de Toledo* , Madrid, 1960.
Berolini, O., *Roma di fronte a Bizancio e al Longobardi* , Bolonha (volume IV, *Storia di Roma*) , 1941.
Tale, N., *Italia meridionale longobarda* , Milão, 1966.
Menéndez-Pidal, R., *História da Espanha* , Madrid, vols. III-V, 1947-1957.
Orlandis, J., *História social e econômica da Espanha Visigótica* , Madrid, 1975.
Pérez de Urbel, J., *Christian Espanha, 711-1038* , Madrid, 1956.
Thompson, EA, *Os Godos na Espanha* , Oxford, 1969; há trad, elenco.: *Os godos na Espanha* , Alianza, Madrid, 1979 .
Valdeavellano, L. de, *História da Espanha* , Madrid, 1968.

QUESTÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

1ª apresentação global

Bloch, M., "Les invasões: duas estruturas econômicas", em *Ann. d'hist. seg.* . (1945).
Boutruche, R., *Seigneurie et féodalité: le premier âge des liens d'homme à homme* , 1968 ;
existe comércio. elenco.: *Senhorio e feudalismo* , Siglo XXI, Madrid, 1979-1980, 2 vols.
Daumas, M., *Histoire générale des Techniques* , Paris, vol. 1, 1962.

Ganshof, FL, *O que é que é féodalidade?* , 1962 ; existe comércio. elenco.: *Feudalismo* , Ariel, Barcelona, 1982 .

Latouche, R., *Les origines de l'économie occidentale*, *IV-IX s.* , 1970 ; existe comércio. elenco. em UTEHA, México, 1957.

Lelong, C, *La vie quotidienne en Gaule à l'époque mérovingienne* , 1963,

Magnou-Nortier, E., *Foi et fidélité: recherches sur l'évolution des liens personnels chez les Francs du VII^e au IX^e siècle*, Toulouse, 1976.

Riche, P., *La vie quotidienne dans L'Empire carolingien* , 1978.

Singer, C, *Uma História da Tecnologia* , Oxford, vol. 2, 1956.

Tellenbach, G., *Vom karolingischen Reichsadel zum deutschen Reichsfürstenstand* , Berlim, 1943.

Verlinden, C, *L'esclavage dans l'Europe médiévale : Péninsule ibérique — France* , Bruges, 1955.

2. A terra

Chapelot, J. e R. Fossier, *Le village et la maison au Moyen Âge* , 1980.

Duby, G., *L'économie rurale et la vie des campagnes en Occident...* , 1962, 2 vols.; existe comércio. elenco.: *Economia rural e vida camponesa no Ocidente medieval* , Península, Barcelona, 1968.

Ganshof, FL, *Organização senhorial nos países baixos nos séculos VII, VIII e IX* (Trad. of the Roy. Soc), Londres, 1949.

Lesne, E., *Histoire de la propriété ecclésiastique en France* , Lille, 1910-1943, 8 vols.

Médiéval Seulement , Londres, 1976.

La faim à l'époque carolingienne: essai sur quelques types de rations alimentaires», *Rev. Settimane... di Spoleto, Agricoltura e mundo rurale in Occident...* , Spoleto, 1966.

3. A cidade e o comércio

Ennen, E., *Frühgeschichte des europäischen Stadt* , Bonn, 1953.

Ganshof, FL, *Etude sur le développement des villes entre Loire et Rhin* , 1943.

Grierson, P., "A Europa Carolíngia e a Arqueologia: o mito de Mancus", em *Rev. et d'hist.* , (1954).

Lewis, AR, *Poder Naval e Comércio no Mediterrâneo, 500-1000 DC* , Princeton, 1958.

Lewis, AD, *The Northern Seashipping and Commerce in Northern Europe, AD 300-1000* , Princeton, 1958.

Lombard, M., "L'or muçulmano du VII^e au XI^e s.", em *Anuales d'hist. soc.* (1947).

López, R.S., *Oriente e Ocidente nas primeiras relações econômicas da Idade Média* , Florença, 1955 (Roma).

Pirenne, EL, *Mahomet e Carlos Magno* , 1970 ; há tradução, elenco.: *Maomé e Carlos Magno* , Alianza, Madrid, 1981 .

Settimane... de Spoleto. Città nell'alto medioevo , Spoleto, 1959. *Moneta e scambi nell'alto medioevo* , Spoleto, 1961.

1. Formações políticas

- Bonnaud-Delamare, R., *L'idée de paix à l'époque carolingienne*, 1939.
 Dhondt, J., *Etude sur la naissance des principautés territoriales en France*, Bruges, 1943.
 Ewig, E., «Résidence et capitale pendente le haut Moyen Âge», em *Rev.* (1963).
 Folz, R., *La naissance du Saint Empire*, 1967.
 —, *Le couronnement imperial de Charlemagne*, 1964.
 —, *L'idée d'Empire en Occident*, 1953.
 Ganshof, FL, *Pesquisas sobre os capítulos*, 1958.
 —, *Os Carolíngios e a Monarquia Frankish*, Londres, 1971.
 —, *As instituições francas sob Carlos Magno*, Providence, 1968.
 Halphen, L., *Charlemagne et l'Empire Carolingien*, 1968 ; existe comércio. elenco, em UTEHA, México, 1956.
 —, "L'idée d'État sous les Carolingiens", em *Rev.* (1939).
 Mitteis, EL, *Der Staat des hohen Mittelalters*, Weimar, 1955.
 Teilentbach, G., *Die Entstehung des deutschen Reiches*, 1946 .
 Ulimann, W., *A Renascença Carolíngia e a Idéia de Realeza*, Londres, 1969.

2. Formas intelectuais e artísticas

- Heitz, C, *L'architecture religieuse*, Paris, 1980
 Hubert, J., *L'art préroman*, 1939.
 , J. Porcher e v. Volbach, *L'Empire carolingien* (l'Univers des formes), 1968; existe comércio. elenco.: *O Império Carolíngio*, Aguilar, Madrid, 1968.
 —, *L'Europe des invasions*, (l'Univers des formes), 1967.
 Laistner, M., *Pensamento e Cartas na Europa Ocidental, 500-900 DC*, Londres, 1957 .
 Riche, P., *De l'éducation antiqu à l'éducation chevaleresque* (Questions d'histoire), 1968.
 —, *Écoles et enseignement dans le haut Moyen Âge*, Paris, 1979.
 Rouche, M., *L'éducation en France*, vol. 1, Paris, 1981.
 Verlinden, C, *Les origines de la frontière linguistique en Belgique et la civilisation franque*, Bruxelas, 1955.
 Wolff, P., *Les origines linguísticas de l'Europe occidentale*, 1971.
 —, *L'éveil intellectuel de l'Europe*, 1971.
 Zumthor, P., *História literária da França medieval (VI-XIV)*, 1954.

O ORIENTE BIZANTINO

1º Manuais

Bréhier, L., *Le monde byzantin*, 1969-1970², 3 vols.; existe comércio. elenco. em UTEHA, México, 1956.

História Medieval de Cambridge, vol. iv: *O Império Bizantino*, Cambridge, 1967-1968, 2 vols.

Ducellier, A., *Le drame de Byzance: idéal et échec d'une société chrétienne*, 1976.

—, *Les Byzantins* (Le temps qui tribunal), 1970³.

—, M. Kaplan e B. Martin, *Le Proche-Orient médiéval* (Hachette-Univ.), 1978.

Guillou, P., *La civilização bizantina (Les grandes civilizações)*, 1975.

Lemerle, P., *Histoire de Byzance* (Que sais-je?), 1956³.

Ostrogorsky, G., *História do Estado Bizantino*, 1976²; existe comércio. elenco.: *História do Estado Bizantino*, Akal, Madrid, 1983.

2ª Fases e regiões

a) Períodos cronológicos:

Jenkins, RH, *Bizâncio, os Séculos Imperiais, 610-1071 DC*, Nova York, 1969.

Jones, AHM, *O Império Romano posterior (284-602)*, Oxford, 1964.

Rubin, B., *Two Zeitalter Justinian*, Berlim, 1960.

Stein, E., *Histoire du Bas-Empire (284-565)*, 1959, 2 vols.

Stratos, AN, *Bizâncio no Século VII, 602-634*, Haia, 1968.

Vasiliev, A. A., *Justino o Primeiro: uma introdução à época de Justiniano*, Cambridge (Mass.), 1956.

b) O Ocidente e o Centro:

Dvornik, F., *Les Slaves* (tradução francesa), 1970.

Gordon, CD, *Bizâncio e os Bárbaros*, 1972.

Guillou, A., *Régionalisme et indépendance dans l'Empire Byzantin: l'exemple de l'exarchat et de la Pentapôle d'Italie*, Roma, 1969.

depuis la fin de l'époque romaine jusqu'au VIII^e siècle», em *Rev.* (1954).

Portal, R., *Les Slaves: peuples et Nations (séculos VII-XX)* (Coll. Destins du monde), 1965.

Runciman, S., *Uma História do primeiro Império Búlgaro*, Londres, 1930.

céu azul:

Ahrweiler, H., "L'Asie Mineure et les invasions arabes", em *Rev.* (1962).

Bratianu, G., *La mer Noire des origines à la conquête ottomane*, Munique, 1969.

Byzantine Dumbarton Oaks Papers, 1970, 1972 (relações com Perse).

Cahen, C., "La première pénétration turque en Asie Mineure", em *Bizâncio* (1948).

Honigman, E., *Die Ostgrenze des Byzantinisches Reiches von 363 bis 1071*, Bruxelas, 1971.

Obolensky, D., *A Comunidade Bizantina*, Londres, 1971.

Pigoulevskaya, N., *Bizâncio e Irã entre os séculos VI e VII*, Moscou, 1946 (em russo).

3. O imperador e a Igreja

a) O basileus e seus poderes:

Ahrweiler, H., *Estudos sobre estruturas administrativas e sociais de Byzance* (Variorum Reprints), 1971.

—, *L'ideologie de l'Empire Byzantin*, 1976.

l' administration de l'Empire byzantin aus IX^o-X^o siècles» em *Bull. corres. hell.* (1960).

Cameron, A., *fatos de circo. Azuis e Verdes em Roma e Bizâncio*, Oxford, 1976.

—, *Continuidade e mudanças em Bizâncio do século VI* (Variorum Reprints), 1981.

Grabar, A., *L'empereur dans l'art byzantin*, 1971.

Oikonomidès, N., *Les listes de préséance byzantines des IX^e-X^e siècles*, 1972.

Svoronos, N., *Etudes sur l'organisation intérieure, la société et l'économie de l'Empire byzantin* (Variorum Reprints), 1974.

b) Alguns problemas religiosos:

Alexander, P.J., *O Patriarca Nicéforo de Constantinopla. Política Eclesiástica e adoração de imagens no Império Bizantino*, Oxford, 1958.

Barnard, L.W., *O contexto greco-romano e oriental da controvérsia iconoclastica*, Leiden, 1974.

Brown, P., "A ascensão e funções do homem santo na antiguidade tardia", em *Journ. ROM. Garanhão*. (1971).

Bryer, A. e J. Herrin, *Iconoclastia*, Birmingham, 1977.

Dagron, G., "Les moines et la ville: le monachisme à Constantinople jusqu'au concile de Chalcédoine (451)", em *Centre de rech. d'hist. et de civ. porz.* (1970).

Dvornik, F., *A Idéia de Apostolicidade em Bizâncio e a Lenda do Apóstolo André*, Harvard, 1958.

Grabar, A., *L'Iconoclasme. Dossier arqueológico*, 1957.

Honigman, E., *Le couvent de Barsauma e o patriarca Jacobite d'Antioche et de Syrie*, Leuven, 1954.

Karlin-Hayter, P., "Le synode à Constantinople de 886 a 912 et le role de Nicolás le Mystique..." em *Jahrbuch Osten. Bizantino*. (1970).

Lemerle, P., "L'histoire des Pauliciens d'Asie Mineure d'après les sources grecques", em *Centre de rech. d'hist. e de civ. porz.* (1973).

Maspero, G., *Histoire des patriarches d'Alexandrie depuis la mort de l'empereur Anastase jusqu'à la réconciliation des Eglises jacobites (518-616)*, 1923.

QUESTÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

1. Problemas da sociedade

Charanis, P., *Estudos sobre a Demografia do Império Bizantino* (Variorum Reprints), 1972.

O feudalismo de Bizâncio. Problemas do modo de produção no Império Bizantino (Rech. estagiário, à la lumière du marx.), 1974.

Jacoby, D., *Société et démographie à Byzance et en Romanie latine* (Variorum Reprints), 1975.

Morris, R., "Os Poderosos e os Pobres em Bizâncio do século X: lei e realidade", em *Passado e Presente* (1976).

Ostrogorsky, G., "Observações sobre a Aristocracia em Bizâncio", em *Dumbarton Oaks Papers* (1971).

Patlagean, E., *Pobreza econômica e pobreza social em Byzance, IV-VII s.*, 1977'.

—, *Estruturas sociais, família, criada em Byzance, IV-XI s.* (Reimpressões Variorum), 1981.

Starr, J., *Os Judeus no Império Bizantino (641-1204)*, Atenas, 1939.

2. Cidade e campo

Ahrweiler, H., *Byzance et la mer...*, 1966.

—, *Byzance: les pays et les territoires* (Variorum Reprints), 1976.

Antonianis-Bibicou, H., *Pesquisas sobre as douanes em Byzance*, 1963.

Beck, HG, *Ideen und Realitäten im Byzanz*, Bonn, 1972.

—, *Studien zur Frühgeschichte Konstantinopels*, Munique, 1973.

Boulnois, L., *La route de la soie*, 1963.

Dagron, G., *Naissance d'une capitale. Constantinople e suas instituições de 330 a 451*, 1974.

Eickhoff, E., *Seekrieg und Seepolitik zwischen Islam und Abendland*, Berlim, 1966.

Grierson, P., "Moeda e Dinheiro no Império Bizantino, 498-1090", em *Settimane ...*, Spoleto (1961).

Janih, R., *Constantinople Bizantina*, 1964.

Kirstep, E., "Die byzantinische Stadt", em *Berichten z. Estagiário XI. Byz. Congresso* (1958).

Lemerle, P., "Esquisse pour une histoire agraire de Byzance", em *Rev.* (1958).

Lewis, AR, *Poder Naval e Comércio no Mediterrâneo, 500-1000 DC*, Princeton, 1951.

López, RS, *Bizâncio e o mundo em torno de suas relações econômicas e institucionais* (Variorum Reprints), 1978.

Morrisson, C., "La dévalue de la monnaie byzantine au XI^e siècle: une réinterprétation", in *Centre de rech. d'hist. e de civ. porz.* (1976).

Svoronos, N., «Sur quelques formes de la vie rurale à Byzance», in *Annales ES C.* (1956).

Tchalenko, G., *Les villages de Syrie du nord...*, 1953-1958, 3 vols.

Teall, JL, "O abastecimento de grãos do Império Bizantino, 330-1052", em *Dumbarton Oaks Papers* (1959).

EXPRESSÃO CULTURAL

Livros bizantinos e bookmen, Dumbarton Oaks Papers (1975).

Dagron, G., "Aux origines de la civilização bizantina: langue de culture el langue d'État", em *Rev.* (1969).

Delvoye, G., *L'art byzantin*, 1967.

Grabar, A., *L'âge d'or de Justinien* (l'Univers des formes), 1966, 2 vols.

—, *La peinture byzantine*, Genebra, 1953.

Lemerle, P., *Le premier humanisme byzantin. Notas e observações sobre ensino e cultura em Byzance des origines au XI^e siècle*, 1971.

—, *Le style byzantin*, 1943.

Peeters, P., *Le tréfonds oriental de l'hagiographie byzantine*, Bruxelles, 1950.

O MUNDO MUÇULMANO

APRESENTAÇÃO GERAL DO ISLAM

1. Estudos em grupo

- Cahen, C., *L'Islam des origines à l'império otomano* (Coll. Lischer), 1970; há trad, elenco.: *Islã. Das origens ao início do Império Otomano*, Siglo XXI, Madrid, 1984.
- História do Islã de Cambridge*, vols. 1 e 2, Cambridge, 1970.
- Ducellier, A., M. Kaplan e B. Martin, *Le Proche-Orient médiéval* (Hachette-Université), 1978.
- Elisseeff, N., *L'Orient muçulmano au Moyen Âge* (Coll. «U», A. Colin), 1977.
- Encyclopédie de l'Islam*, 2ª ed., de 1960.
- Grunebaum, GE von, *L'Islam médiéval* (trad., fr.), 1962.
- Hitti, PK, *História dos Árabes*, Londres, 1956.
- Hodgson, MGS, *The Venture of Islam. Consciência e História em uma Civilização Mundial*, Chicago, 1974, 3 vols.
- Lewis, B., *Les Arabes dans l'Histoire*, Neuchâtel (trad., fr.), 1958 (há uma tradução fundida, em Espasa-Calpe, Madrid, 1956).
- Mantran, R., *L'expansion mussulmane, VIII-X s.* (Nouvelle Clio), 1969; há trad, elenco.: *A expansão muçulmana*, Trabalhista, Nueva Clío, Barcelona, 1973.
- Miquel, A., *L'Islam et sa civilização* (Destinos du monde), 1968.
- Sauvaget, J. e C. Cahen, *Introdução à história do Oriente muçulmano*, 1961.
- Sourdel, D., *Histoire des Arabes* (Que sais-je?), 1976; há tradução, elenco.: *Islam*, Oikos-Tau, Vilassar de Mar, 1973.
- Sourdel, D. e J., *La civilização de l'Islam classique* (Grandes civilizações), 1968; há trad, elenco.: *A civilização do Islã clássico* (As grandes civilizações), Juventude, Barcelona, 1981.

2. Alguns pontos de vista particulares

- Cahen, C., "Points de vue sur la révolution abbasside", em *Rev.* (1963).
- , *Les peuples musulmans dans l'histoire médiévale*, Damasco, 1977.
- Lombard, M., *L'Islam dans la première grandeur, VIII-XI s.*, 1971.
- Shaban, MA, *História Islâmica 600-750 DC: uma nova interpretação*, Cambridge, 1971; há trad, elenco.: *História do Islã*, Trabalho, Barcelona, 1976, 1979, 2 vols.
- , *A Revolução Abássida*, Cambridge, 1970.
- Wellhausen, J., *Das Arabische Reich und seine Sturz*, Berlim, 1960.

PROBLEMAS REGIONAIS E ADMINISTRAÇÃO

1º. O Oriente

Cambridge História do Irã , vol. III e IV, Cambridge, 1975-1976.
 Canard, M., *Byzance et les musulmans du Proche-Orient* (Variorum Reprints), 1973.
 Christensen, A., *L'Iran sous les Sassanides* , Copenhagen, 1936.
 Gibb, HAR, "A evolução do governo no início do Islã", em *Studia Islamica* (1955).
 Grousset, R., *L'empire des steppes* , 1969 .
 Sourdel, D., "La politique religieuse du calife abbasside al-Mamoun", em *Rev. isl.* (1962).
 —, *Le vizirat à l'époque abbasside* , Damasco, 1950-1960, 2 vols.
 Werner, E. e W. Markov, *Gerchichte der Tiirken von den Anfdngen bis zur Gegenwart* , Berlim, 1978.

2ª O Ocidente

Brignon, J., A. Amine e B. Boutaleb, *Histoire du Maroc* , Casablanca, 1967.
 Djait, H., Dachraoui e M. Talbi, *Histoire de la Tunisie* , vol. II, Tunísia, sf
 Julien, CA, *História da África do Norte* , 1968 .
 Lévi-Provençal, E., *Histoire de L'Espanne musulmane* , 1960-1967, 3 vols, (há uma tradução fundida em Espasa-Calpe, Madrid, 1965 e 1967).
 Marcais, G., *La Berbérie musulmane et l'Orient* , 1948.
 Talbi, M., *L'émirat aghlabide, 800-909* , 1966.

FÉ

Blachère, R., *Le Coran* (Que sais-je?), 1967.
 Corbin, H., *Histoire de la philosophie islamique* , vol. 1, 1964.
 Duccellier, A., *Le miroir de l'Islam: muçulmanos e cristãos de l'Orient au Moyen Âge, VII-XI ss.* (Arquivos), 1971.
 Fattal, A., *Le statut légal des non-musulmans en pays d'Islam* , Beirute, 1958.
 Gaudefroy-Demombynes, *Mahomet* , 1968 .
 Glick, TF, *Espanha islâmica e cristã no início da Idade Média* ., Princeton, 1979.
 Goldziher, L, *Le dogme et la loi de l'Islam* , 1920 (trad. francês).
 Laoust, H., *Les schismes de l'Islam. Introdução ao estudo da religião muçulmana* , 1965.
 Mones, H., "Le role des hommes de Religion dans l'histoire de l'Espanne muslim jusqu'à la fin du califat", em *Studia Islámica* (1964).
 Rodinson, M., *Mahomet* , 1968 .

ECONOMIAS, SOCIEDADES, CULTURAS

1. A economia em geral e as classes sociais

Cahen, C, "Fiscalité, propriété et antagonismes sociaux au temps des premiers Abbassides", em *Arábica* (1954).
 —, "L'histoire économique et sociale de l'Orient Muslim médiéval", em *Studia Islámica* (1955).

- , «L'évolution sociale du monde muslim face à celle du monde chrétien jusqu'au ^{xii}-s.», em *Cah. do ^{civ.} médico* . (1958, 1959).
- Chalmeta, P., "Concessões territoriais em al-Andalus...", em *Cuadernos de Historia* (1975).
- , *O Senhor do Souk em Espanha* , Madrid, 1973.
- Guichard, P., *Estruturas sociais «orientais» e «occidentales» dans l'Espagne musulmane* , 1977.
- Rosenberg, B., "L'histoire économique du Maghreb", em *Geschichte der islamischen Lander* , 1977.
- Tyan, L., *Instituições de direito público muçulmano* , 1954-1956, 2 vols.
- Vanacker, C, «Géographie économique de l'Afrique du nord selon les auteurs arabes (séculos IX-XI)», in *Annales, ES C.* (1973).

2. O mundo da cidade e do comércio

- Balaguer-Prunes, AM, *As emissões de transição árabe-muçulmanas da Hispânia* , Barcelona, 1976.
- Barceló, M., "O hiato da cunhagem de ouro em al-Andalus", em *Moneda y Crédito* (1975).
- Cahen, C, "Mouvements populaires et autonomies urbaines dans l'Asie musulmane du Moyen Âge", em *Arábica* (1969).
- Dennett, DC, *Conversion and the Poll-Tax in early Islam* , Cambridge, 1950.
- Dévisse, J., «Rotas de comércio e trocas na África Ocidental em relações com o Mediterrâneo», em *Rev. d'hist. ec. et soc.* (1972).
- Gardet, ^{v.}, *La cité musulmane: vie sociale et politique* , 1961 ^{z.}.
- Grierson, P., "A reforma monetária de Abd al-Malik", em *Journ. de economia. e soc. História. ofsl.* (1960).
- Heyd, W., *História do comércio do Levante em Moyen Âge* , 1967 ^{z.}.
- Hourani, A. e SM Stem, *A Cidade Islâmica* , Oxford, 1970.
- Teres, E., "Le développement de la civilização arabe à Toléde", em *Cahiers de Tunisie* (1970).

Veja também:

- Creswell, KAC, *Early Muslim Architecture* , Oxford, 1932-1940, 2 vols. Ottodorn, K., *L'art de l'Islam* , 1967.



ROBERT FOSSIER (Le Vésinet, França, 1927 - Meudon, França, 2012). Ele foi um historiador francês dedicado à Idade Média. Foi um dos mais importantes medievalistas do século ^{xx}, muito influenciado pela Escola dos Annales, mas sem alcançar tanta fama como Georges Duby e Jacques Le Goff. Ampliou o conhecimento da Idade Média nas áreas da história social e econômica.

Foi um dos divulgadores da teoria do incastelamento junto com Pierre Toubert. Ele contribuiu para desmistificar muitos conceitos que se mantinham sobre a Idade Média. Numa de suas entrevistas declarou: “Estou convencido de que os homens da Idade Média somos nós”.

Notas

^[1] A transcrição dos termos árabes deste capítulo foi realizada por Julio Samsó, professor de árabe da Universidade de Barcelona. <<

^[9] A transcrição dos termos árabes deste capítulo foi realizada por Julio Samsó, professor de árabe da Universidade de Barcelona. <<

